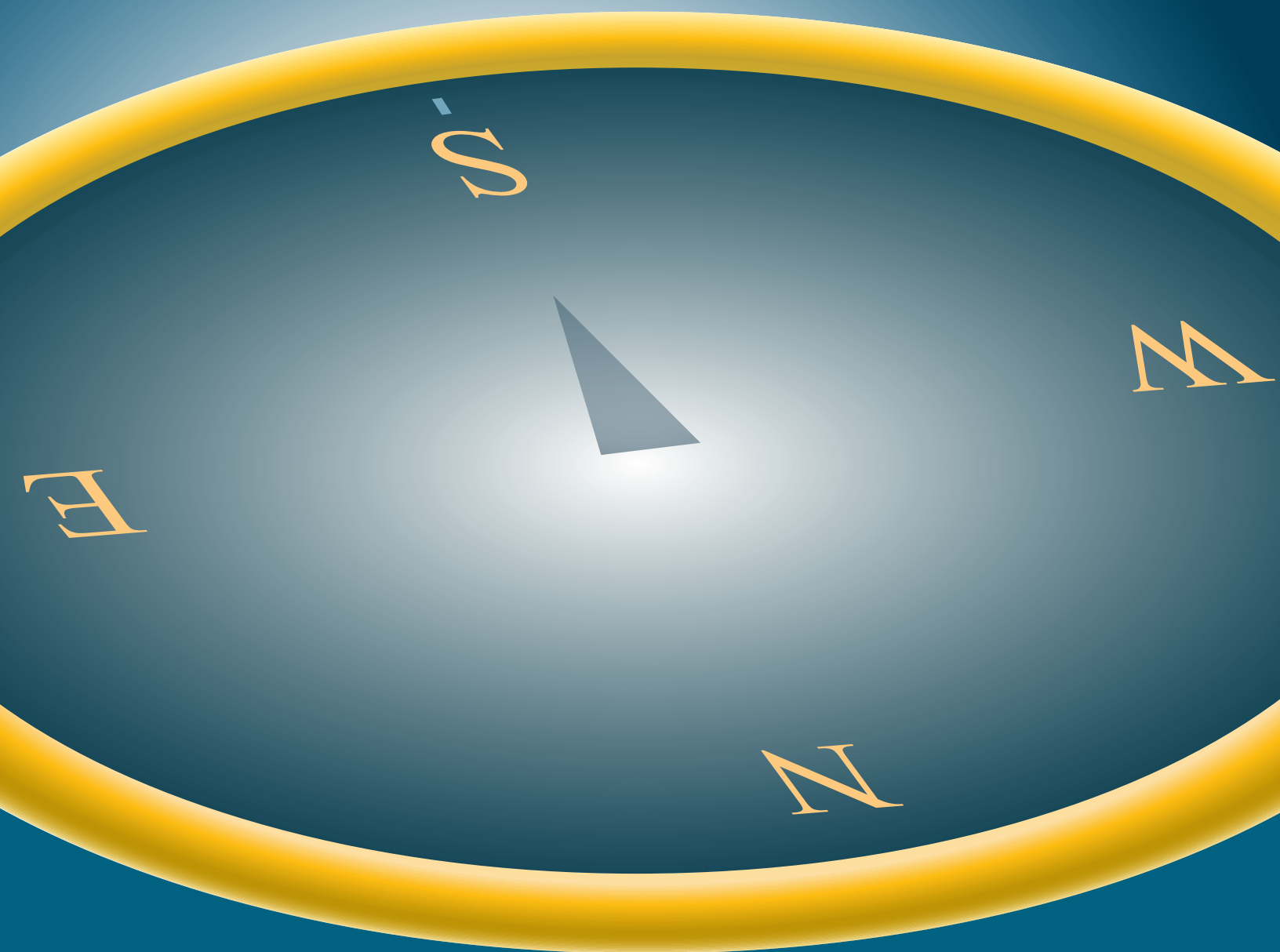


Relatório do Desenvolvimento Humano 2013



A Ascensão do Sul:

Progresso Humano num Mundo Diversificado





O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2013 é o mais recente de uma série de Relatórios do Desenvolvimento Humano publicados pelo PNUD desde 1990 como uma análise intelectualmente independente e empiricamente fundamentada das principais questões, tendências e políticas do desenvolvimento.

Encontram-se disponíveis em linha recursos suplementares relacionados com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2013 em <http://hdr.undp.org>, incluindo textos completos e resumos do Relatório em mais de 20 línguas, uma série de documentos de investigação do desenvolvimento humano encomendados com vista ao Relatório de 2013, bases de dados e mapas interativos contendo os indicadores nacionais de desenvolvimento humano, explicações integrais das fontes e metodologias subjacentes aos índices de desenvolvimento humano empregues no Relatório, fichas informativas dos países e outro material de base, bem como os anteriores Relatórios do Desenvolvimento Humano Globais, Regionais e Nacionais.

Relatórios do Desenvolvimento Humano 1990–2013

- 1990 Conceito e Medição do Desenvolvimento Humano
- 1991 Financiamento do Desenvolvimento Humano
- 1992 Dimensões Globais do Desenvolvimento Humano
- 1993 Participação das Pessoas
- 1994 Novas Dimensões da Segurança Humana
- 1995 Género e Desenvolvimento Humano
- 1996 Crescimento Económico e Desenvolvimento Humano
- 1997 Desenvolvimento Humano para Erradicar a Pobreza
- 1998 Padrões de Consumo para o Desenvolvimento Humano
- 1999 Globalização com Uma Face Humana
- 2000 Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano
- 2001 Fazer as Novas Tecnologias Trabalhar para o Desenvolvimento Humano
- 2002 Aprofundar a Democracia num Mundo Fragmentado
- 2003 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Um Pacto Entre Nações para Eliminar a Pobreza Humana
- 2004 Liberdade Cultural num Mundo Diversificado
- 2005 Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual
- 2006 A Água para lá da Escassez: Poder, Pobreza e a Crise Mundial da Água
- 2007/2008 Combater as Alterações Climáticas: Solidariedade Humana num Mundo Dividido
- 2009 Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos
- 2010 A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano
- 2011 Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos
- 2013 A Ascensão do Sul: o Progresso Humano num Mundo Diversificado

Relatórios do Desenvolvimento Humano Regionais: Nas últimas duas décadas, foram produzidos RDH de âmbito regional sobre as principais regiões do mundo em desenvolvimento, com o apoio dos gabinetes regionais do PNUD. Com análises provocadoras e recomendações políticas claras, estes RDH regionais analisaram questões tão cruciais como a capacitação política nos países Árabes, a segurança alimentar em África, as alterações climáticas na Ásia, o tratamento das minorias étnicas na Europa Central e os desafios suscitados pela desigualdade e a segurança dos cidadãos na América Latina e nas Caraíbas.

Relatórios do Desenvolvimento Humano Nacionais: Desde o lançamento do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano Nacional em 1992, foram produzidos RDH Nacionais em 140 países por equipas editoriais locais com o apoio do PNUD. Estes relatórios — cerca de 700 até à data — trazem uma perspetiva de desenvolvimento humano às preocupações das políticas nacionais através de consultas e investigação geridas localmente. Os RDH nacionais têm abordado muitas das questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento, desde as alterações climáticas ao emprego dos jovens, passando pelas desigualdades alimentadas por questões de género ou de etnia.

Copyright © 2013
do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1 UN Plaza, New York, NY 10017, USA

Todos os direitos reservados. Nenhum excerto desta publicação poderá ser reproduzido, armazenado num sistema de recuperação ou transmitido sob qualquer forma ou por qualquer meio, nomeadamente, eletrónico, mecânico, de fotocópia, de gravação ou outro, sem prévia permissão.

ISBN 978-92-1-126340-4

Está disponível um registo de catálogo para este livro na Biblioteca Britânica e na Biblioteca do Congresso.

Impresso no Canadá por Gilmore Printing Services Inc. com papel livre de cloro elementar certificado pelo Forest Stewardship Council. Impresso utilizando tintas à base de óleos vegetais e produzidas por tecnologias amigas do ambiente.

Edição e produção: Communications Development Incorporated, Washington DC
Design: Melanie Doherty Design, São Francisco, CA

Para uma lista de erros e omissões detetados após a impressão visite o nosso sítio Web em <http://hdr.undp.org>

Equipa do Relatório do Desenvolvimento Humano 2013

Diretor e autor principal

Khalid Malik

Investigação e estatística

Maurice Kugler (Chefe de Investigação), Milorad Kovacevic (Chefe de Estatística), Subhra Bhattacharjee, Astra Bonini, Cecilia Calderón, Alan Fuchs, Amie Gaye, Iana Konova, Arthur Minsat, Shivani Nayyar, José Pineda e Swarnim Waglé.

Comunicações e produção

William Orme (Chefe de comunicações), Botagoz Abdreyeva, Carlotta Aiello, Eleonore Fournier-Tombs, Jean-Yves Hamel, Scott Lewis e Samantha Wauchope.

Apoio aos Relatórios de Desenvolvimento Humano Nacionais

Eva Jespersen (Diretora-Adjunta), Christina Hackmann, Jonathan Hall, Mary Ann Mwangi e Paola Pagliani.

Áreas operacional e administrativa

Sarantuya Mend (Diretora operacional), Ekaterina Berman, Diane Bouopda, Mamaye Gebretsadik e Fe Juarez-Shanahan.

Prefácio

O Relatório do Desenvolvimento Humano “*A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*” de 2013 debruça-se sobre a evolução da geopolítica dos nossos tempos, analisando as questões e tendências emergentes, bem como os novos atores que moldam o panorama do desenvolvimento.

O Relatório defende que a notável transformação de um elevado número de países em desenvolvimento em grandes economias dinâmicas com crescente influência política produz um impacto significativo no progresso do desenvolvimento humano.

O Relatório observa que, durante a última década, todos os países aceleraram o seu progresso nos domínios da educação, da saúde e do rendimento, tal como aferidos pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), visto que nenhum dos países relativamente aos quais existem dados disponíveis registaram, em 2012, um valor do IDH inferior ao de 2000. Durante este período, à medida que se acelerava o ritmo de progresso nos países com IDH mais baixo, verificava-se uma convergência notável nos valores de IDH a nível mundial, ainda que esse progresso tenha sido desigual dentro e entre as várias regiões.

Analisando, especificamente, os países que, entre 1990 e 2012, conseguiram um aumento substancial do respetivo valor do IDH nas dimensões do desenvolvimento humano, quer nas relacionadas com o rendimento, quer nas que não o são, o relatório examina as estratégias subjacentes a esse desempenho positivo. A este respeito, o Relatório de 2013 constitui um contributo significativo para a reflexão sobre o desenvolvimento, descrevendo os fatores impulsionadores específicos da transformação do desenvolvimento e sugerindo prioridades políticas futuras, que poderão ajudar a sustentar esta dinâmica.

De acordo com projeções desenvolvidas para o presente Relatório, até 2020, o produto combinado de apenas três dos principais países em desenvolvimento, o Brasil, a China e a Índia, superará o produto agregado do Canadá, França, Alemanha, Itália, Reino Unido e Estados Unidos. Grande parte desta expansão

é impulsionada por novas parcerias comerciais e tecnológicas no seio da própria região Sul, como o demonstra também o presente Relatório.

No entanto, a mensagem essencial transmitida neste e em anteriores Relatórios do Desenvolvimento Humano é a de que o crescimento económico não se traduz, por si só e automaticamente, em progressos no desenvolvimento humano. A opção por políticas em prol dos mais desfavorecidos e por investimentos significativos no reforço das capacidades dos indivíduos - com ênfase na alimentação, educação, saúde, e qualificações para o emprego - pode melhorar o acesso a um trabalho digno e proporcionar um progresso duradouro.

O Relatório de 2013 identifica quatro domínios específicos, com vista à manutenção da dinâmica de desenvolvimento: melhorar a equidade, incluindo a dimensão do género; proporcionar uma maior representação e participação dos cidadãos, incluindo a dos jovens; enfrentar as pressões ambientais; e gerir as alterações demográficas.

O Relatório defende ainda que, à medida que os desafios que se colocam ao desenvolvimento a nível mundial assumem uma natureza mais complexa e transfronteira, torna-se imperiosa uma ação coordenada relativamente àqueles desafios que, na nossa era, são os mais prementes, sejam eles a erradicação da pobreza, as alterações climáticas, ou a paz e a segurança. Uma vez que os países estão cada vez mais interligados através do comércio, da migração e das tecnologias da informação e comunicação, não é de surpreender que as decisões políticas tomadas num deles tenham impactos substanciais nos demais. As crises dos últimos anos - alimentar, financeira, climática -, que têm devastado a vida de tantas populações são reveladoras dessas circunstâncias e espelham bem a importância dos esforços destinados a reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos aos choques e catástrofes.

Para aproveitar a riqueza dos conhecimentos, experiências e reflexão sobre o desenvolvimento do Sul, o Relatório insta a que sejam criadas novas instituições, que possam facilitar a integração regional e a cooperação Sul-Sul. As

potências emergentes do mundo em desenvolvimento são já fontes de políticas sociais e económicas inovadoras e importantes parceiros nos domínios do comércio e do investimento e, cada vez mais, da cooperação para o desenvolvimento em benefício de outros países em desenvolvimento.

Muitos outros países do Sul têm sido palco de um rápido desenvolvimento, e as suas experiências e a cooperação Sul-Sul constituem igualmente uma inspiração para a política de desenvolvimento. O PNUD está em posição de poder desempenhar um papel útil como mediador de conhecimentos e catalisador de parceiros - governos, sociedade civil e empresas multinacionais - para o intercâmbio de experiências. Desempenhamos um papel fundamental também na promoção da aprendizagem e da capacitação. Este relatório proporciona uma visão extremamente útil, com vista à nossa futura participação na cooperação Sul-Sul.

Por último, o Relatório exorta também a um olhar crítico sobre as instituições de governação mundial, de molde a promover um mundo mais justo e mais igual. Assinala as estruturas obsoletas, que não refletem a nova realidade económica e geopolítica descrita, e analisa opções para uma nova era de parceria. Apela igualmente a uma maior transparência e responsabilização,

pondo ainda em evidência o papel da sociedade civil mundial na defesa dessa responsabilização e de um maior poder de decisão por parte dos mais diretamente afetados pelos desafios mundiais, que, frequentemente, são os mais pobres e vulneráveis no nosso mundo.

À medida que a discussão se desenrole no âmbito da agenda do desenvolvimento mundial para além de 2015, espero que sejam muitos os que dediquem algum tempo à leitura do presente Relatório e à reflexão sobre as suas lições para o nosso mundo em rápida mutação. O Relatório renova a nossa compreensão do atual estado do desenvolvimento mundial e revela bem a riqueza dos ensinamentos transmitidos pelas experiências do rápido progresso verificado em matéria de desenvolvimento em numerosos países do Sul



Helen Clark

Administradora

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Agradecimentos

O Relatório do Desenvolvimento Humano é o produto de um esforço coletivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH) e de numerosos e eminentes consultores e colaboradores externos. No entanto, as conclusões, análises e recomendações políticas do presente Relatório vinculam exclusivamente os respectivos autores.

A publicação do presente Relatório em março de 2013 representa um regresso ao calendário original dos Relatórios do Desenvolvimento Humano, com o seu lançamento e distribuição mundiais durante o primeiro semestre do ano. Este calendário permite que os índices compostos utilizados no relatório incorporem os indicadores estatísticos mais atuais e proporciona maiores oportunidades de debate sobre as principais conclusões e mensagens do Relatório ao longo do ano.

A elaboração do presente Relatório foi norteadada por uma criteriosa releitura dos primeiros Relatórios do Desenvolvimento Humano de Mahbub ul Haq. Seguindo esse espírito, o Relatório começa por proceder a uma análise do atual “estado do desenvolvimento humano”, tendo em atenção as principais tendências e questões que se colocam em matéria de desenvolvimento humano no mundo de hoje. A sua elaboração beneficiou igualmente da sabedoria de Amartya Sen e Stewart Frances, colaboradores próximos de Mahbub ul Haq, que generosamente forneceram o seu aconselhamento crítico e contribuições por escrito.

Congratulamo-nos por incluir no presente Relatório contributos da autoria do Presidente da Câmara de Nova Iorque, Michael Bloomberg, do Presidente da Agência de Cooperação Internacional do Japão, Akihiko Tanaka, e do Ministro turco do Desenvolvimento, Cevdet Yilmaz. Fazemos questão de manifestar o nosso agradecimento especial aos autores dos trabalhos de investigação encomendados pelo GRDH, que muito enriqueceram a nossa compreensão das questões que nos propusemos abordar: Fred Block, Nader Fergany, Ilene Grabel, Khalil

Hamdani, Patrick Heller, Barry Hughes, Inge Kaul, Peter Kragelund, Shiva Kumar, Wolfgang Lutz, Deepak Nayyar, Leonce Ndikumana e Woods Ngaire.

Ao longo da elaboração do Relatório, recebemos a contribuição e orientação valiosas do nosso distinto painel de consultores do GRDH e, em especial, de Edward S. Ayensu, Cristovam Buarque, Michael Elliott, Jayati Ghosh, Patrick Guillaumont, Nanna Hvidt, Rima Khalaf, Nora Lustig, Sir James Alexander Mirrlees, Rajendra K. Pachauri, Samir Radwan, Rizal Ramli, Gustav Ranis, Frances Stewart, Miguel Székely e Kandeh K. Yumkella.

Gostaríamos também de agradecer ao painel responsável pelas estatísticas do GRDH, que proporcionou aconselhamento especializado sobre as escolhas metodológicas e de dados relacionadas com o cálculo dos Índices de Desenvolvimento Humano utilizados no presente Relatório: Anthony Atkinson, Rachid Benmokhtar Benabdellah, Enrico Giovannini, Peter Harper, Anthony KM Kilele, Ben Mung Paulo yereza, Hendrik van der Pol, Márcia Quintsler e Eduardo Sojo Garza-Aldape.

Os Índices compostos do relatório e outros recursos estatísticos assentam na experiência dos principais fornecedores internacionais de dados nas respetivas áreas de especialização, pelo que manifestamos a nossa gratidão pela sua contínua colaboração colegial com o Relatório do Desenvolvimento Humano. A fim de garantir a exatidão e a clareza, a análise estatística do Relatório beneficiou ainda de uma revisão externa dos dados estatísticos, elaborada por Akmal Abdurazakov, Sabina Alkire, Virginija Crujisen, Kenneth Harttgen, Jong -Wha Lee e Cláudio Montenegro.

As consultas realizadas em todo o mundo durante a elaboração do Relatório contaram com o apoio generoso de muitas instituições e indivíduos, demasiado numerosos para enumerar aqui. Foram realizadas consultas, entre setembro de 2011 e junho 2012, em Addis Abeba, Bona, Brasília, Colombo, Genebra, Nova Iorque, Rabat, Santiago e Tóquio. O apoio de instituições parceiras, incluindo os gabinetes regionais e nacionais do PNUD, enumerados

em <http://hdr.undp.org/en/reports/hdr2013/consultations>, é reconhecido com enorme gratidão.


Muitos dos nossos colegas do PNUD em todo o mundo - na qualidade de membros do Grupo de Leitores e do Grupo Executivo do GRDH - deram importantes contributos para a elaboração e redação final do relatório. Gostaríamos, em especial, de agradecer a Adel Abdellatif, Ajay Chhibber, Pedro Conceição, Rebeca Grynspan, Olav Kjør ven, George Ronald Gray Molina, Heraldo Muñoz, Selim Jehan, Natalia Linou, Kamal Malhotra, Abdoulaye Mar Dieye, Charles McNeill, Shantanu Mukherjee, Madi Musa, Thangaval Palanivel, Anuradha Rajivan, Turhan Saleh, Heather Simpson, Ben Slay, Mounir Tabet, Antonio Vigilante e Kanni Wignaraja.

Alguns jovens e talentosos colegas deram também contributos consideráveis para a verificação criteriosa dos factos constantes do Relatório. Entre eles: Philip Bastian, Ni Gu, Joshua Greenstein, Diana Jimenez, Wanshan Li, Veronica Postal e Alyssa Vladimir.

O Relatório beneficiou ainda dos muitos “amigos de GRDH” que não se pouparam a

esforços para ajudar a reforçá-lo. Para além de uma leitura crítica do projeto de relatório, por parte de Frances Stewart e Jomo K. Sunderam e de uma revisão aturada por Khalil Hamdani, Shiva Kumar, Terry McKinley, Pedro Conceição e Peter Stalker, agradecemos o trabalho incansável dos nossos editores da Communications Development Incorporated, liderados por Bruce Ross-Larson, da Meta de Coquereaumont, Christopher Trott e Elaine Wilson, e da designer Melanie Doherty.

Estou sobretudo profundamente grato à equipa do GRDH pela sua dedicação e empenho em produzir um relatório que cumpre os mais elevados padrões de erudição.



Khalid Malik

Director

Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano

Índice

Prefácio	iv
Agradecimentos	vi

Síntese	1
Introdução	11

CAPÍTULO 1

A situação do desenvolvimento humano 21

O progresso das nações	23
Integração social	37
Segurança humana	39

CAPÍTULO 2

Um Sul mais global 43

Um novo equilíbrio: um mundo mais global, um Sul mais global	43
Dinâmica do Desenvolvimento Humano	49
Inovação e o empreendedorismo no Sul	55
Novas formas de cooperação	57
Progresso sustentável em tempos de incerteza	61

CAPÍTULO 3

Fatores impulsionadores do desenvolvimento 63

Fator impulsionador 1: um Estado proativo orientado para o desenvolvimento	66
Fator impulsionador 2: integração nos mercados mundiais	75
Fator impulsionador 3: inovação sustentada da política social	78

CAPÍTULO 4

Manter a dinâmica 89

Prioridades políticas para os países em desenvolvimento	89
A modelização da demografia e da educação	100
O impacto da taxa de envelhecimento da população	104
A necessidade de políticas ambiciosas	105
Aproveitar o momento	106

CAPÍTULO 5

Governança e parcerias para uma nova era 109

Uma nova visão global dos bens públicos	110
Uma melhor representação para o Sul	113
Uma sociedade civil global	115
Rumo a um pluralismo coerente	117
Uma soberania responsável	120
Novas instituições, novos mecanismos	122
Conclusões: parceiros numa nova era	124

Notas	131
Bibliografia	137

ANEXO ESTATÍSTICO

Guia do leitor	146
Legenda dos países e classificações do IDH, 2012	149
Tabelas estatísticas	
1 Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes	150
2 Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1980–2012	152
3 Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade	158
4 Índice de Desigualdade de Género	162
5 Índice de Pobreza Multidimensional	166
6 Controlo dos recursos	168
7 Saúde	172
8 Educação	176
9 Integração social	180
10 Fluxos comerciais internacionais de produtos e serviços	184
11 Fluxos financeiros e migrações internacionais	188
12 Inovação e tecnologia	192
13 Ambiente	196
14 Tendências populacionais	200
Regiões	204
Referências estatísticas	205
Anexo técnico: nota explicativa do exercício de projeção	206

CAIXAS

1.1 Equidade, macroeconomia e desenvolvimento humano	22
1.2 Os cortes de curto prazo geram consequências a longo prazo: o aumento das taxas de fertilidade em África	22
1.3 Que significa ser humano?	24
1.4 Indicadores subjetivos do bem-estar: uma maior aceitação na reflexão e nas políticas	28
1.5 A desigualdade atrasa o desenvolvimento humano	31
1.6 Qualidade da educação: resultados com base no Programa Internacional de Avaliação de Alunos	33
1.7 Competências sociais: desenvolvimento humano para além do indivíduo	36
1.8 As dimensões estruturais da pobreza	37
2.1 A integração do Sul na economia mundial e o desenvolvimento humano	44
2.2 Aquisições pelo Sul de marcas do Norte	48
2.3 Laços que vinculam: a dependência mútua entre o Norte e o Sul	49
2.4 Telemóveis e o projeto Palapa ring: conectar a Indonésia	51
2.5 Trabalho digno num mundo competitivo	53
2.6 A montagem final não é condicionada apenas por salários baixos	54
2.7 O trabalho desenvolvido na Zâmbia pelo Brasil, a China e a Índia	57
3.1 A História e as condições iniciais importam, mas não são determinantes	65
3.2 Que significa um Estado orientado para o desenvolvimento? Necessita de ser um Estado autoritário?	67
3.3 O Japão e a cooperação triangula	68
3.4 Investir na agricultura	69

3.5	Europa Oriental e Ásia Central: onde o Norte se encontra com o Sul	70
3.6	Supremo Tribunal da Índia profere sentença progressista que impõe a criação de lugares para crianças desfavorecidas em escolas privadas	79
3.7	O Bangladesh faz progressos impressionantes em matéria de sobrevivência infantil	81
3.8	Reforço da proteção social na Turquia	83
3.9	Programas de transferência condicionada de rendimentos e o programa Oportunidades do México	84
3.10	O que levou a Cidade de Nova Iorque a olhar para o Sul em busca de aconselhamento sobre políticas de luta contra a pobreza	85
4.1	Razões das prováveis diferenças nas perspetivas da população da República da Coreia e da Índia	90
4.2	China e Gana: quem beneficia do dividendo demográfico?	102
5.1	A linha movediça entre público e privado no setor dos transportes	110
5.2	Um Parlamento Mundial para a Democracia Global?	116
5.3	Financiamento regional na Ásia: a Multilateralização da iniciativa de Chiang Mai e o Banco de Desenvolvimento Asiático	118
5.4	CAF: um banco de desenvolvimento latino-americano	119

FIGURAS

1	Aceleração do progresso nos países com IDH baixo	12
2	Entre 1990 e 2012, mais de 40 países do Sul registaram ganhos mais significativos do que o previsto no IDH atendendo aos valores apresentados em 1990	12
3	Até 2050, segundo as projeções, o Brasil, a China e a Índia em conjunto serão responsáveis por 40% do produto mundial, contra 10% em 1950	13
4	As previsões apontam para a continuação do crescimento da classe média no Sul	14
5	O crescimento exponencial da utilização da Internet no Sul foi mais notório nas últimas décadas	15
6	Pelo menos 15 países em desenvolvimento possuem relações comerciais importantes com mais de 100 parceiros comerciais, tanto exportadores como importadores	16
7	Reservas cambiais oficiais por agrupamentos de países	18
1.1	O rendimento <i>per capita</i> aumenta, de forma variável, nos quatro agrupamentos por IDH	26
1.2	A África Subsariana registou um crescimento sustentado dos rendimentos ao longo da última década	26
1.3	Quanto mais baixo é o IDH, maior é o fosso entre a pobreza de rendimento e a pobreza multidimensional	29
1.4	Existe uma notória variação entre os países no que respeita ao fosso entre a pobreza de rendimento e a pobreza multidimensional	30
1.5	Perdas devidas à desigualdade no IDH e seus componentes	31
1.6	A maioria das regiões revela uma crescente desigualdade de rendimento e um decréscimo da desigualdade na saúde e na educação	32
1.7	Poucos países registam simultaneamente o IDH elevado e as reduzidas pegadas ecológicas exigidas para um desenvolvimento humano sustentável	35
1.8	O desenvolvimento nem sempre é acompanhado por um aumento das despesas militares	40
2.1	A quota-parte do comércio Sul-Sul no comércio mundial de mercadorias mais do que triplicou em 1980-2011, ao passo que o comércio Norte-Norte registou um declínio	46
2.2	Os fluxos de Investimento direto estrangeiro com destino e origem do Sul subiram vertiginosamente desde a década de 1990	47
2.3	Entre 2000 e 2010, a utilização da Internet cresceu mais de 30% no período de um ano em cerca de 60 países em desenvolvimento	50
2.4	As receitas de exportação <i>per capita</i> e o desenvolvimento humano estão profundamente correlacionados	52

2.5	O atual investimento direto estrangeiro está associado de forma positiva aos progressos na saúde e na educação nos anos anteriores	53
2.6	As economias de mercados emergentes acumularam vastas reservas de divisas desde 1995	58
3.1	Alguns países registaram bons resultados tanto nas dimensões de rendimento como nas de não-rendimento do IDH	63
3.2	Existe uma correlação positiva entre os valores IDH atuais e a despesa pública anterior . . .	71
3.3	. . . bem como entre a atual taxa de sobrevivência infantil e a anterior despesa pública na saúde	71
4.1	O cenário de progresso acelerado melhora os resultados na educação	94
4.2	Na maior parte dos países as oportunidades de emprego não acompanharam o nível de educação atingido	95
4.3	Em cada um dos níveis do Índice de Desenvolvimento Humano, alguns países apresentam maior produtividade permitida pelo carbono do que outros	96
4.4	Cenários ambientais diferentes têm impactos diferentes na pobreza extrema	98
4.5	As políticas educativas podem alterar os rácios de dependência	100
4.6	As populações envelhecem mais rapidamente nos países em desenvolvimento	103
4.7	As perspetivas do desenvolvimento humano para 2050 são superiores no cenário de progresso acelerado, em especial para países com um IDH baixo:	103
4.8	Os resultados do desenvolvimento humano até 2050 registam uma melhoria mais acentuada no cenário de progresso acelerado	104
4.9	O aumento do PIB <i>per capita</i> até 2050 é especialmente acentuado no cenário de progresso acelerado	105
5.1	Num cenário de progresso acelerado, os maiores aumentos previstos para os valores do IDH registam-se na África Subsariana e na Ásia do Sul	122
5.2	A afetação de uma pequena fração das reservas internacionais de nove países do Sul pertencentes ao G20 poderia fornecer recursos adicionais substanciais para o investimento público em infraestruturas na África Subsariana e na Ásia do Sul	122

MAPAS

1.1	Existe uma ligeira correlação negativa entre as taxas de homicídio e o IDH	39
2.1	Expansão das exportações na Tailândia, 1996–2011	45

TABELAS

1.1	O IDH e seus componentes por região e agrupamentos por IDH, 2012, 2012	25
1.2	Os cinco países com melhores classificações com base no IDH do que no RNB <i>per capita</i> em 2012	27
1.3	Desigualdade e satisfação com a liberdade de escolha e com a comunidade	38
2.1	Comércio dos países menos desenvolvidos com a China, 2000–2001 e 2010–2011	46
2.2	Diferentes modelos de parcerias para o desenvolvimento	56
3.1	Países em desenvolvimento selecionados que registaram uma grande redução do défice em termos de IDH ou elevadas taxas de crescimento do rendimento nacional bruto <i>per capita</i> , no período de 1990-2012	64
3.2	Quota-parte das exportações mundiais de bens e serviços dos países com um desempenho elevado no domínio do desenvolvimento humano, 1990 e 2010	75
4.1	Taxa de mortalidade em crianças com idade inferior a cinco anos e taxa total de fertilidade segundo o nível de instrução das mães	91
4.2	Projeção do número de mortes de crianças com idade inferior a 5 anos, por cenário de educação, 2010-2015, 2025-2030 e 2045-2050 (milhares)	92
4.3	Mudanças na situação de pobreza extrema de rendimentos no cenário de catástrofe ambiental por região, 2010–2050 (milhões)	98
4.4	Tendências dos rácios de dependência, países selecionados, 1970–2050	101
4.5	Número de pessoas em situação de pobreza extrema por região e países selecionados, nos cenários de caso básico e de progresso acelerado, 2010-2050 (milhões)	106

**“Quando jogamos pelo
seguro, criamos um mundo
de insegurança máxima.”**

Dag Hammarskjöld

Síntese



Uma das evoluções mais animadoras dos últimos anos tem sido o amplo progresso registado no desenvolvimento humano de muitos países em desenvolvimento e a sua emergência no cenário mundial: a “ascensão do Sul”. A crescente diversidade de vozes e poderes põe em causa os princípios que nortearam os decisores políticos e serviram de base às principais instituições do pós-Segunda Guerra Mundial. Estas vozes mais fortes do Sul exigem estruturas mais representativas de governação internacional que expressem os princípios da democracia e da equidade.

Igualmente importante é a reformulação de ideias que tem vindo a ter lugar em numerosos países em desenvolvimento no que respeita à consecução do desenvolvimento humano. A ascensão do Sul é consequência, não da adesão a um conjunto fixo de políticas prescritivas, mas sim da aplicação de políticas pragmáticas que respondem às circunstâncias e oportunidades locais — incluindo um aprofundamento do papel dos Estados no desenvolvimento, uma aposta na melhoria do desenvolvimento humano (passando pelo apoio à educação e bem-estar social) e uma abertura ao comércio e inovação. Ainda assim, o futuro progresso exigirá aos decisores políticos uma atenção especial a questões como a equidade, a representatividade, a responsabilização, os riscos ambientais e as alterações demográficas.

Nas últimas décadas, os países de todo o mundo têm vindo a convergir para níveis mais elevados de desenvolvimento humano, como mostra o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma medida composta de indicadores relativos a três dimensões: longevidade, sucesso escolar e controlo sobre os recursos necessários para uma vida digna. Todos os grupos e regiões têm assistido a uma melhoria notável na totalidade dos componentes do IDH, registando-se um progresso mais célere em países com um IDH baixo e médio. Assim sendo, o mundo começa a tornar-se menos desigual. Contudo, as médias nacionais ocultam grandes variações ao nível da vivência humana. Persistem grandes disparidades nos países do Norte e do Sul, tendo a desigualdade de rendimento vindo a aumentar não só no seio de muitos países como entre estes.

Embora a maioria dos países em desenvolvimento tenha tido um bom desempenho, um grande número realizou progressos particularmente significativos — o que se pode apelidar de “ascensão do Sul”. Registraram-se rápidos avanços em alguns dos países de maior dimensão, nomeadamente o Brasil, China, Índia, Indonésia, África do Sul e Turquia. Contudo, verificaram-se também progressos substanciais em

economias mais pequenas, como o Bangladesh, Chile, Gana, Maurícia, Ruanda e Tunísia.

A ascensão do Sul tem decorrido a uma velocidade e escala sem precedentes. Por exemplo, a China e a Índia iniciaram a sua atual fase de crescimento económico com cerca de mil milhões de habitantes cada, tendo duplicado o seu produto *per capita* em menos de 20 anos — uma força económica que se repercutiu sobre uma população muito mais numerosa do que na Revolução Industrial¹. Até 2050, prevê-se que, em termos de paridade de poder de compra, o Brasil, a China e a Índia, em conjunto, sejam responsáveis por 40% do produto mundial.

Nestes tempos de incerteza, os países do Sul têm vindo, em conjunto, a estimular o crescimento económico mundial, contribuindo para o crescimento de outras economias em desenvolvimento, reduzindo a pobreza e aumentando a riqueza em grande escala. Estes países enfrentam ainda fortes desafios, e neles residem muitos dos pobres do mundo. Têm, contudo, demonstrado que políticas pragmáticas e um forte empenho no desenvolvimento humano podem abrir caminho às oportunidades latentes nas suas economias, facilitadas pela globalização.

Um mundo em mudança, um Sul mais global

Para o observador comum, a situação no mundo, em 2012, pode ser vista como uma dicotomia: um Sul ressurgente, mais visível em países como a China e a Índia, registando um elevado progresso em matéria de desenvolvimento humano e um crescimento, ao que parece, consolidado, além de perspectivas de redução da pobreza encorajadoras; e um Norte em crise, em que as políticas de austeridade e a inexistência de crescimento económico têm vindo a impor condições extremamente duras a milhões de desempregados e onde os cidadãos privados de benefícios como pactos sociais vivem debaixo de

O Sul precisa do Norte,
mas cada vez mais o
Norte precisa do Sul.

grande tensão. Existem igualmente problemas mais complexos, partilhados pelo Norte e Sul: crescente desigualdade em muitos países, quer desenvolvidos, quer em desenvolvimento, o que ameaça a retoma global e a sustentabilidade do progresso no futuro, além de limitar a redução da pobreza e suscitar graves preocupações em matéria de ambiente.

O Relatório, embora incidindo sobre a ascensão do Sul e as suas implicações para o desenvolvimento humano, versa também sobre este mundo em mudança, acionada em grande parte pela ascensão do Sul. Analisa os progressos realizados, os desafios que se perfilam (alguns em resultado, precisamente, do sucesso alcançado) e as novas oportunidades para uma governação representativa no plano global e regional.

A novidade de um Sul ressurgente tanto é edificante como, de certa forma, enganosa. O Sul precisa do Norte, mas cada vez mais o Norte precisa do Sul. O mundo está cada vez mais interligado, e não menos. Ao longo dos últimos anos, observou-se uma reorientação notável da produção mundial, cada vez mais destinada ao comércio internacional, o que em 2011 representava perto de 60% do produto mundial. Os países em desenvolvimento têm desempenhado aqui um grande papel: entre 1980 e 2010, aumentaram a sua participação no comércio mundial de mercadorias de 25% para 47% e a sua participação no produto mundial de 33% para 45%. As regiões em desenvolvimento também têm reforçado as suas relações: entre 1980 e 2011, o comércio Sul-Sul aumentou de menos de 8% do comércio de mercadorias mundial para mais de 26%.

No entanto, os Estados Unidos continuam a ser a maior economia do mundo, e assim permanecerão num futuro previsível, em termos monetários. Se a retoma dos EUA for hesitante e a Europa for incapaz de sair do seu atual marasmo económico e social, as consequências para o mundo em desenvolvimento far-se-ão sentir de forma acentuada. Os desafios globais, como as alterações climáticas e os ecossistemas sob pressão, exigem dos países maior cooperação do que no passado. Embora a ascensão do Sul esteja a remodelar as relações de poder em vários aspetos relevantes, as conquistas duramente obtidas em matéria de desenvolvimento humano serão mais difíceis de salvar se não for estabelecida a cooperação necessária e se forem adiadas decisões difíceis.

Na verdade, é possível ir mais longe e afirmar que existe um “Sul” no Norte e um “Norte” no Sul. A crescente globalização e interligação entre as elites, quer do Norte, quer do Sul, é uma realidade, e são elas que mais beneficiam da enorme riqueza gerada

na última década, em parte devido à aceleração da globalização. São educadas nas mesmas universidades, partilhando estilos de vida semelhantes e provavelmente valores.

A economia global em mudança gera desafios e oportunidades sem precedentes para um progresso continuado no domínio do desenvolvimento humano. As estruturas económicas e políticas globais estão em mudança num momento em que o mundo enfrenta crises financeiras recorrentes, um agravamento das alterações climáticas e uma crescente agitação social. As instituições mundiais parecem incapazes de se adaptar à mudança nas relações de poder, assegurar uma provisão adequada de bens públicos mundiais para fazer face aos desafios globais e regionais, ou responder à crescente necessidade de uma maior equidade e sustentabilidade.

Este fenómeno associado às diversas vias de desenvolvimento seguidas por estes países do Sul abre uma oportunidade: os princípios que mobilizaram as instituições do pós-Segunda Guerra Mundial e orientaram os decisores políticos precisam de ser re-calibrados, se não mesmo reformulados, de modo a acolher a crescente diversidade de vozes e poderes e sustentar o progresso em matéria de desenvolvimento a longo prazo. Estes princípios exigem uma nova reflexão, e as instituições mundiais carecem de maior flexibilidade para reforçar as opções que dão primazia à pessoa e instar as instituições a visar necessariamente um mundo mais equilibrado e justo. A crescente diversidade de padrões de desenvolvimento tem o potencial de criar espaço para um diálogo e re-estruturação globais, e até mesmo de os exigir. Abre-se assim espaço para a inovação e a emergência de estruturas de governação global, regional e nacional que incorporam princípios de equidade, democracia e sustentabilidade.

Os percursos de desenvolvimento do Brasil, China e Índia, assim como as histórias de sucesso bem menos reconhecidas de que são exemplos o Bangladesh, a Maurícia e a Turquia levam a reformular as ideias existentes sobre a consecução do desenvolvimento humano. O sucesso destes países põe em questão a noção de políticas “certas”, o que não significa, no entanto, que não possam ser retiradas valiosas lições da experiência de êxito destes países. Pelo contrário, os princípios e fatores determinantes do desenvolvimento começam a emergir da diversidade de vias de desenvolvimento, que incluem o aprofundamento do papel dos Estados no desenvolvimento, o empenho no desenvolvimento humano e no bem-estar social e a abertura ao comércio e inovação. Além disso,

embora o relatório reconheça os aspectos positivos da ascensão do Sul, também salienta a necessidade primeiramente de assegurar que as preocupações de equidade e sustentabilidade sejam totalmente integradas em políticas e estratégias futuras. Como o *Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011* também frisou, o progresso contínuo em matéria de desenvolvimento humano é improvável se a desigualdade e a destruição ambiental não passarem a figurar na linha da frente da discussão política. No pior dos cenários, a abordagem habitual ao desenvolvimento combinada com crises ambientais poderá inverter as conquistas do desenvolvimento humano no Sul ou tornar esse progresso insustentável.

O futuro também se revela preocupante no que respeita ao Norte, onde o reduzido crescimento económico, as elevadas taxas de desemprego e as medidas de austeridade ameaçam os elevados níveis de desenvolvimento humano. Tanto no Norte como no Sul, as elites dominantes não podem ignorar estas ameaças à inclusão e bem-estar sociais, tendo em conta o crescente apelo a mais equidade e responsabilização, efetuado por cidadãos, comunidades e organizações civis nacionais e estrangeiras e facilitado pela explosão dos meios de comunicação social.

A fim de apoiar a investigação, bem como a formulação de políticas que abordem adequadamente estas realidades contemporâneas e emergentes a nível global, são necessárias medidas e análises que permitam alargar o conceito de desenvolvimento humano. O Relatório do Desenvolvimento Humano e a família de índices do desenvolvimento humano devem enfrentar este desafio deixando de se centrar na avaliação das capacidades individuais e passando a incorporar capacidades, preocupações e perceções ao nível da sociedade. Os progressos em matéria de saúde, educação e rendimento a nível individual, embora essenciais, não garantem o progresso no domínio do desenvolvimento humano se as condições sociais restringirem as conquistas individuais e se as perceções sobre o progresso diferirem. Os tumultos ocorridos em vários países Árabes lembram-nos que os cidadãos, especialmente os jovens, que têm mais instrução e gozam de mais saúde do que as gerações anteriores, valorizam grandemente um emprego gratificante, a possibilidade de se pronunciarem sobre os assuntos que afetam as suas vidas e o respeito que merecem enquanto indivíduo. Além disso, a promoção da coesão e da integração sociais, um objetivo declarado nas estratégias de desenvolvimento de países como o Brasil, tem por base o manifesto impacto positivo que uma sociedade unificada

tem sobre o desenvolvimento. As sociedades mais igualitárias tendem a produzir melhores resultados na maioria dos parâmetros relativos ao desenvolvimento humano — desde a gravidez na adolescência às taxas de suicídio — do que as sociedades desiguais. Esta conclusão é corroborada por estudos realizados em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Estes aspectos sociais do desenvolvimento têm sido subestimados nas anteriores conceções do desenvolvimento, mas revelam-se agora elementos essenciais de qualquer percurso de desenvolvimento viável e desejável a longo prazo.

Ajudar os outros países a recuperar o atraso

Nem todos os países em desenvolvimento participam ainda cabalmente na ascensão do Sul. O ritmo da mudança é mais lento, nomeadamente, na maioria dos 49 países menos desenvolvidos, especialmente os países sem litoral, ou distantes dos mercados mundiais. No entanto, muitos destes países também começaram a beneficiar do comércio Sul-Sul, do investimento, financiamento e transferência de tecnologia. Verificaram-se, por exemplo, efeitos indiretos positivos em matéria de crescimento induzidos pela China a favor de outros países, particularmente os parceiros comerciais mais próximos, o que até certo ponto tem compensado a diminuição da procura por parte dos países desenvolvidos. Estimou-se que o crescimento em países de baixo rendimento teria refletido uma diminuição entre 0,3 e 1,1 pontos percentuais em 2007-2010, caso a taxa de crescimento na China e Índia tivesse descido ao mesmo ritmo que nas economias desenvolvidas².

Muitos países também beneficiaram de efeitos indiretos em importantes setores de desenvolvimento humano, especialmente em matéria de saúde. As empresas Indianas, por exemplo, fornecem atualmente, a países africanos e a preços acessíveis, medicamentos, equipamento médico, produtos e serviços de tecnologias de informação e comunicação. As empresas brasileiras e sul-africanas produzem um impacto semelhante.

Aumento das pressões concorrenciais

No entanto, as exportações provenientes de países maiores podem também ter desvantagens. Os grandes países geram pressões concorrenciais que podem sufocar a diversificação económica e a industrialização nas economias mais pequenas. Contudo, há exemplos de

Os progressos em matéria de saúde, educação e rendimento a nível individual, embora essenciais, não garantem o progresso no domínio do desenvolvimento humano se as condições sociais restringirem as conquistas individuais e se as perceções sobre o progresso diferirem

uma recuperação industrial na sequência desses choques concorrenciais. Atualmente, um papel competitivo hoje pode facilmente transformar-se num papel complementar no futuro. Transitar da concorrência para a cooperação parece depender de políticas que permitam aos agentes locais tirar o máximo partido da nova situação.

Cada vez mais, o mais importante motor de crescimento para os países do Sul é o seu mercado interno. A dimensão da classe média, bem como o seu rendimento médio, tem vindo a aumentar. Estima-se que até 2025, o consumo anual nos mercados emergentes aumente para 30 biliões de dólares americanos. Na altura, o Sul representará três quintos das mil milhões de famílias que ganham mais de 20 000 dólares americanos por ano. No entanto, essa expansão será prejudicada, assim como comprometida por bolsas significativas de privação. Estas disparidades não são apenas indesejáveis por si só; a verdade é que também minam a sustentabilidade do progresso, sobretudo criando tensões sociais e políticas.

Estas tendências apontam para um mundo mais equilibrado. Em vez de um centro de países industrializados e uma periferia de países menos desenvolvidos, existe hoje um ambiente mais complexo e dinâmico.

Embora se afirme uma forte consciência, a nível global e regional, de que o mundo atravessa uma fase de transição, os líderes, as instituições e os académicos têm, ao que parece, dificuldade em avançar com princípios, instituições e recomendações políticas que possam garantir os próximos passos rumo a um mundo mais justo e sustentável. Talvez esta dificuldade surja porque esta mudança ocorre muito rapidamente e em numerosas frentes, o que torna difícil proceder a avaliações conjuntas e utópico desenvolver uma ação coletiva. O presente Relatório contribui para o estabelecimento de conversações nesse sentido, fornecendo uma avaliação crítica do contexto global contemporâneo e promovendo princípios e conceitos passíveis de ajudar um mundo diversificado a adotar estratégias de desenvolvimento humano que respondam aos novos desafios do século XXI, reduzam ou mesmo eliminem a pobreza e promovam o progresso para todos.

Políticas, parcerias, princípios

Como foi possível a tantos países do Sul mudar as suas perspetivas em matéria de desenvolvimento humano? A maioria desses países contou com três fatores impulsionadores de desenvolvimento notáveis: um Estado proativo no domínio do

desenvolvimento; a exploração de mercados mundiais e uma aposta numa política social inovadora. Estes fatores não assentam em conceções abstratas sobre o processo de desenvolvimento na prática. Pelo contrário, assentam comprovadamente em experiências de desenvolvimento transformadoras de muitos países. Na verdade, põem muitas vezes em causa abordagens preconcebidas e prescritivas: por um lado, põem de lado uma série de procedimentos coletivistas e geridos a nível central e, por outro, afastam-se da liberalização desenfreada adotada pelo Consenso de Washington.

Fator impulsionador 1: um Estado proativo orientado para o desenvolvimento

Um Estado forte, proativo e responsável desenvolve políticas dirigidas a ambos os setores, público e privado, com base numa liderança e visão de longo prazo, normas e valores comuns, bem como regras e instituições que promovem a confiança e coesão. Uma transformação duradoura requer que as nações definam uma abordagem ao desenvolvimento consistente e equilibrada. As nações que conseguiram criar condições e sustentar um aumento de rendimento e do desenvolvimento humano, não adotaram, no entanto, uma fórmula única. Confrontadas com desafios diferentes, seguiram diferentes políticas relacionadas com a regulação do mercado, a promoção de exportações, o desenvolvimento industrial e o progresso tecnológico. Há que centrar as prioridades nas pessoas e promover oportunidades, protegendo simultaneamente os cidadãos dos efeitos adversos. Os governos podem incentivar indústrias que, de outra forma, devido a mercados incompletos, não conseguiriam vingar. Embora significando algum risco de procura de lucro e clientelismo, isto permitiu que vários países do Sul transformassem indústrias ineficazes nos primeiros sucessos no domínio das exportações à medida que se processava uma maior abertura das suas economias.

Em sociedades grandes e complexas, o resultado de qualquer política específica é inevitavelmente incerto. Assim sendo, os Estados em desenvolvimento precisam de ser pragmáticos e testar uma série de abordagens diferentes. Destacam-se algumas características: por exemplo, os Estados em desenvolvimento que praticam políticas mais amigas do cidadão têm alargado os serviços sociais de base. Investir nas capacidades das pessoas — através da saúde, educação e outros serviços públicos — não é um apêndice do processo de crescimento, mas sim

O sucesso tende a ser o resultado de uma integração gradual na economia mundial, acompanhada de um investimento nas pessoas, instituições e infraestruturas

parte integrante do mesmo. A rápida expansão de empregos de qualidade constitui uma característica fundamental do crescimento que promove o desenvolvimento humano.

Fator impulsionador 2: integração nos mercados mundiais

Os mercados globais têm desempenhado um papel importante na promoção do progresso. Todos os países recém-industrializados adotaram a estratégia de “importar o que o resto do mundo sabe e exportar o que o resto do mundo quer”. No entanto, mais importante ainda são as condições de participação nestes mercados. Sem investimento nas pessoas, o retorno dos mercados mundiais tende a ser limitado. O sucesso tende a ser mais o resultado, não de uma rápida abertura, mas sim de uma integração gradual e sequenciada na economia mundial, de acordo com as circunstâncias nacionais, e acompanhada de um investimento nas pessoas, instituições e infraestruturas. As economias mais pequenas têm apostado, com sucesso, em produtos de nicho, um êxito fruto, muitas vezes, de anos de apoio estatal com base nas competências existentes, ou na criação de outras.

Fator impulsionador 3: inovação sustentada da política social

Poucos países têm conseguido manter um ritmo de crescimento rápido sem um investimento público de peso — não apenas em infraestruturas, mas também em educação e saúde. O objetivo deve ser a criação de círculos virtuosos, em que as políticas sociais e de crescimento se reforcem mutuamente. Em países onde a desigualdade de rendimento é baixa, o crescimento tem, na generalidade, um impacto mais positivo na redução da pobreza do que em países que registam uma desigualdade elevada. A promoção da igualdade, especialmente entre os diferentes grupos religiosos, étnicos ou raciais, contribui igualmente para minimizar o conflito social.

A educação, os cuidados de saúde, a proteção social, a habilitação jurídica e a organização social permitem, todas elas, uma participação das pessoas pobres no crescimento. O equilíbrio entre setores — dando especial atenção ao setor rural — bem como a natureza e o ritmo da expansão laboral são cruciais para determinar até que ponto o crescimento permite uma distribuição do rendimento. Todavia, mesmo estes instrumentos políticos de base podem não emancipar os grupos sociais mais

desfavorecidos. As franjas pobres da sociedade esforçam-se por expressar as suas preocupações, e os governos nem sempre asseguram que os serviços cheguem a toda a população. A política social deve promover a inclusão — assegurar a não discriminação e a igualdade de tratamento é fundamental para a estabilidade política e social — e prestar serviços sociais de base passíveis de apoiar um crescimento económico a longo prazo, favorecendo a criação de uma força de trabalho saudável e instruída. Nem todos esses serviços têm de ser prestados pelo setor público, contudo, o Estado deve garantir o acesso seguro de todos os cidadãos aos requisitos de base de desenvolvimento humano.

Uma agenda com vista à transformação em matéria de desenvolvimento é, pois, multifacetada. Terá de multiplicar os ativos das pessoas pobres, aumentando a despesa pública com os serviços de base. Além disso, melhora o funcionamento das instituições estatais e sociais, de modo a promover o crescimento e a equidade. Reduz as restrições burocráticas e sociais no que respeita à ação económica e mobilidade social. Envolve as comunidades na definição das prioridades do orçamento e responsabiliza a liderança.

Poucos países têm conseguido manter um ritmo de crescimento rápido sem um investimento público de peso — não apenas em infraestruturas, mas também em educação e saúde

Manter a dinâmica do progresso

Muitos países do Sul demonstraram ser muito bem-sucedidos. Contudo, mesmo nos países que registam os melhores resultados, o sucesso futuro não está garantido. Como podem os países do Sul manter o seu progresso no que respeita ao desenvolvimento humano, e como pode o progresso estender-se a outros países? O presente Relatório propõe quatro grandes áreas que podem facilitar esse processo: reforçar a equidade, permitir a sua representação, participação e responsabilização, fazer face aos desafios ambientais e gerir as alterações demográficas. O Relatório aponta para o elevado custo da inação política e defende maior ambição política.

Reforçar a equidade

Maior equidade, incluindo entre homens e mulheres e entre outros grupos, além de ser essencial, é também importante para a promoção do desenvolvimento humano. Um dos instrumentos mais poderosos que cumpre esta finalidade é a educação. A educação aumenta a autoconfiança das pessoas e permite aceder a melhores empregos, participar

A menos que as pessoas possam participar significativamente nos acontecimentos e processos que moldam as suas vidas, as vias de desenvolvimento humano no plano nacional não serão nem desejáveis nem sustentáveis

do debate público e exigir do governo cuidados de saúde, segurança social e outros direitos.

A educação também se reflete de forma marcante na saúde e mortalidade. A investigação com vista ao presente Relatório mostra que o nível de educação da mãe é mais importante para a sobrevivência da criança do que o rendimento familiar. As projeções também mostram que as intervenções políticas têm um maior impacto em países e regiões onde os resultados da educação são inicialmente mais fracos. Esta constatação tem implicações políticas profundas, atendendo a que pode transpor a tónica anteriormente colocada nos esforços com vista a um rendimento familiar mais elevado para as medidas destinadas a melhorar a educação de jovens do sexo feminino.

O presente Relatório constitui um forte argumento a favor da ambição política. Um cenário de progresso acelerado sugere que os países com um IDH baixo podem convergir para os níveis de desenvolvimento humano alcançados pelos países com IDH elevado e muito elevado. Até 2050, o IDH agregado poderia aumentar em 52% na África subsariana (de 0,402 para 0,612) e 36% na Ásia do Sul (de 0,527 para 0,714). As intervenções políticas desse tipo também terão um impacto positivo na luta contra a pobreza. Em contrapartida, os custos da inação serão mais elevados, especialmente nos países com um IDH baixo, que são mais vulneráveis. Por exemplo, não implementar políticas universais ambiciosas no domínio da educação afetará negativamente muitos pilares essenciais do desenvolvimento humano para as gerações futuras.

Permitir a representação, participação e responsabilização

A menos que as pessoas possam participar significativamente nos acontecimentos e processos que moldam as suas vidas, as vias de desenvolvimento humano no plano nacional não serão nem desejáveis nem sustentáveis. As pessoas devem poder influenciar as decisões políticas e os resultados — e os jovens em particular, devem poder ter a expectativa de maiores oportunidades económicas e de participação e responsabilização políticas.

A insatisfação é cada vez maior, tanto no Norte como no Sul, à medida que as pessoas exigem mais oportunidades para expressar as suas preocupações e influenciar as políticas praticadas, com o propósito de assegurar uma proteção social de base e o progresso social. Entre os manifestantes mais ativos

incluem-se os jovens. Em parte, é uma resposta às oportunidades de emprego limitadas para jovens instruídos. A história está repleta de rebeliões populares contra governos que não oferecem respostas. Estes tumultos podem minar o desenvolvimento humano — sendo que a agitação impede o investimento e o crescimento, e os governos autocráticos desviam recursos para manter a lei e a ordem.

É difícil prever o momento em que as sociedades atingem pontos de rutura. Os protestos em massa, especialmente vindos de pessoas instruídas, tendem a surgir quando as pessoas se sentem impedidas de exercer influência política e quando as fracas perspectivas económicas diminuem o custo de oportunidade de participar em tais protestos. Estas “formas de participação política com base num esforço intensivo” são, então, facilmente coordenadas pelas novas formas de comunicação de massas.

Fazer face aos desafios ambientais

As ameaças ambientais, como as alterações climáticas, a desflorestação, a poluição atmosférica e dos recursos hídricos e as catástrofes naturais afetam todos, mas atingem sobretudo os países pobres e as comunidades pobres. As alterações climáticas já agravam as ameaças ambientais crónicas, e as perdas de ecossistemas restringem oportunidades de subsistência, especialmente no caso das populações pobres.

Apesar de os países com um IDH baixo contribuírem menos para as alterações climáticas globais, são eles os que provavelmente terão de suportar a maior perda no que se refere à precipitação anual e os mais acentuados aumentos na sua variabilidade, com implicações graves para a produção agrícola e a subsistência. A dimensão dessas perdas realça a urgência de medidas de adaptação.

O custo da inação será provavelmente elevado. Quanto mais tempo se mantiver a inação, maior o custo. Para garantir economias e sociedades sustentáveis, são necessárias novas políticas e mudanças estruturais que alinhem os objetivos do desenvolvimento humano e das alterações climáticas em matéria de estratégias de baixas emissões e de resiliência às alterações climáticas e mecanismos inovadores de financiamento público privado.

Gerir as alterações demográficas

Entre 1970 e 2011, a população mundial aumentou de 3 600 para 7 000 milhões. À medida que a população mundial se torna mais instruída, a sua taxa de crescimento abranda. Além disso, as perspetivas de desenvolvimento são influenciadas não apenas

pelo número total de pessoas, mas também pela estrutura etária da população. Uma preocupação que cada vez mais se faz sentir prende-se com o rácio de dependência de determinado país, isto é, o número de jovens e idosos dividido pela população em idade ativa de um país (entre 15 e 64 anos de idade).

Algumas regiões mais pobres poderiam beneficiar de um “dividendo demográfico”, à medida que a percentagem da população em idade ativa aumenta, mas apenas nos casos em que se desenvolve uma ação política forte³. A educação das raparigas é um instrumento fundamental para possibilitar o dividendo demográfico. As mulheres com maior instrução tendem a ter menos filhos, mais saudáveis e mais bem instruídos, além de que, em muitos países, as mulheres instruídas também desfrutam de salários mais elevados do que os trabalhadores sem instrução.

Em contrapartida, as regiões mais ricas do Sul deparam-se com um problema muito diferente: à medida que a sua população envelhece, a percentagem de população em idade ativa diminui. A taxa de envelhecimento da população interessa, dado que os países em desenvolvimento terão de lutar por atender às necessidades de uma população envelhecida se ainda forem pobres. Muitos dos países em desenvolvimento têm agora apenas uma pequena janela de oportunidade para colher os benefícios do dividendo demográfico.

As tendências demográficas não são, no entanto, uma fatalidade. Podem ser alteradas, especialmente, por meio de políticas de educação. Este Relatório apresenta dois cenários para 2010-2050: um cenário de caso básico, em que persistem as atuais tendências na educação, e um cenário de progresso acelerado, em que os países com os níveis iniciais mais baixos abraçam metas em matéria de educação ambiciosas. Para os países com um IDH baixo, a descida do rácio de dependência num cenário mais ambicioso é mais do dobro do que a verificada num cenário de base. Políticas de educação ambiciosas podem permitir aos países com um IDH médio e elevado conter os aumentos previsíveis da seu rácio de dependência, facilitando assim a transição demográfica para uma população em envelhecimento.

Dar resposta a estes desafios demográficos exigirá níveis de escolaridade mais elevados a par de um aumento de oportunidades de emprego produtivo — reduzindo o desemprego, promovendo a produtividade laboral e aumentando a participação no mercado de trabalho, em particular das mulheres e trabalhadores mais velhos.

Governança e parcerias de uma nova era

A ascensão do Sul abre tanto oportunidades como desafios face aos grandes problemas do nosso mundo cada vez mais interligado. Desafios como a gestão das alterações climáticas, a utilização dos bens comuns a todo o planeta e ainda a regulação do comércio, finanças e migração, têm consequências transfronteiriças. Alguns elementos dos bens públicos mundiais podem ser fornecidos a nível regional, mas a boa provisão dos mesmos requer geralmente uma coordenação e cooperação multilaterais consideráveis. Nem o Norte nem o Sul recém influente podem dispensar os diálogos regionais ou globais necessários para forjar um acordo sobre estas questões. Os países do Sul estão em posição de contribuir não apenas com recursos financeiros para reforçar os processos regionais e multilaterais, como também com a sua substancial experiência adquirida através dos progressos em matéria de desenvolvimento humano e das políticas pragmáticas em matéria em muitas destas áreas.

O Sul tem promovido a existência de novos dispositivos e instituições, tais como acordos comerciais bilaterais e regionais e mecanismos financeiros. Consequentemente, os atuais sistemas de governança internacional constituem um mosaico de estruturas antigas e de novos dispositivos, que ainda poderão vir a ser mais diversificados: a cooperação internacional tende a criar uma teia cada vez mais complexa de processos bilaterais, regionais e mundiais.

Muitas das atuais instituições e princípios de governança internacional foram concebidos com vista a um mundo muito diferente do atual, o que dá origem a uma sub-representação do Sul. As instituições internacionais, se quiserem sobreviver, precisam de ser mais representativas, transparentes e passíveis de responsabilização. Na verdade, todos os processos intergovernamentais ganhariam robustez com uma maior participação do Sul, que pode contribuir com recursos financeiros, tecnológicos e humanos substanciais, bem como apresentar boas soluções para os problemas mundiais prementes.

Em tudo isso, os governos estão, compreensivelmente, preocupados em preservar a soberania nacional. Embora se afigure apropriado em alguns casos, esta tônica pode encorajar o pensamento de soma zero. Uma estratégia melhor seria uma “soberania responsável”, por via da qual as nações estabelecem uma cooperação a nível internacional, justa, que responda pelos seus atos e baseada em

Todos os processos intergovernamentais ganhariam robustez com uma maior participação do Sul, que pode contribuir com recursos financeiros, tecnológicos e humanos substanciais, bem como apresentar boas soluções para os problemas mundiais prementes

regras, reunindo esforços coletivos com vista à melhoria do bem-estar mundial. A soberania responsável também exige que os Estados garantam o respeito pelos direitos humanos e a segurança dos seus cidadãos. De acordo com este ponto de vista, a soberania é vista não apenas como um direito, mas como uma responsabilidade.

O contexto atual tem profundas implicações na provisão de “bens públicos”. Entre as áreas que merecem atenção urgente encontram-se as relacionadas com o comércio, a migração e as alterações climáticas. Em alguns casos, os bens públicos podem ser disponibilizados por instituições regionais, as quais têm capacidade de evitar a polarização que por vezes atrasa, nos fóruns multilaterais e mais alargados, a consecução de progressos. Aumentar a cooperação regional pode, no entanto, ter desvantagens: sobrecarregar uma tapeçaria de instituições complexa, multinível e fragmentada. O desafio é pois garantir o “pluralismo coerente”, por forma a assegurar uma ampla coordenação do trabalho das instituições, a todos os níveis.

As instituições de governação internacionais podem ser responsabilizadas não apenas pelos Estados-Membros, mas também pela sociedade civil em geral. As organizações da sociedade civil já influenciaram a transparência global, bem como a regulamentação relativa a matérias como a ajuda, dívida, direitos humanos, saúde e alterações climáticas. Atualmente, as redes da sociedade civil tiram partido das novas tecnologias de comunicação e dos novos *media*. No entanto, as organizações da sociedade civil também se deparam com questões sobre a sua legitimidade e responsabilização, podendo assumir formas indesejáveis. Contudo, a legitimidade da governação internacional, no futuro, dependerá da capacidade das instituições para interagir com as redes e comunidades de cidadãos.

Prioridades de uma nova era

Tendo em conta todos estes elementos, os princípios fundamentais do desenvolvimento humano continuam a impor-se. Como sempre, o objetivo é alargar as escolhas e capacidades de todos os cidadãos, independentemente de onde vivam. Muitos países do Sul já demonstraram o que é possível fazer, mas a verdade é que apenas percorreram uma parte do caminho. Para os próximos anos, o presente Relatório adianta cinco grandes conclusões:

A crescente força económica no Sul deve ser acompanhada por um compromisso total com o desenvolvimento humano

O investimento no desenvolvimento humano justifica-se não só por razões morais, mas também pelo facto de a chave do sucesso numa economia mundial mais competitiva e dinâmica residir na melhoria da saúde, educação e bem-estar social. Em particular, estes investimentos devem visar os pobres, permitindo a sua interação com os mercados e aumentando as suas oportunidades de subsistência. A pobreza é uma injustiça que pode e deve ser sanada por ações concretas.

As boas decisões políticas também requerem um empenho no reforço das capacidades sociais e não apenas individuais. Os indivíduos estão enquadrados em instituições sociais que podem limitar ou reforçar o seu potencial de desenvolvimento. As políticas destinadas a mudar as normas sociais que limitam o potencial humano, como por exemplo, a discriminação com base no género, os casamentos precoces e exigência de dote, oferecem ao indivíduo oportunidades de explorar o seu pleno potencial.

Os países menos desenvolvidos podem aprender e beneficiar com o sucesso das economias emergentes do Sul

A acumulação sem precedentes de reservas financeiras e fundos soberanos do Norte e do Sul abre a oportunidade de realizar amplos progressos mais rapidamente. Uma pequena parte destes fundos deve ser afetada ao desenvolvimento humano e à erradicação da pobreza. Simultaneamente, o comércio e os fluxos de investimento Sul-Sul podem alavancar, de novas formas, os mercados estrangeiros, de modo a aumentar as oportunidades de desenvolvimento, através, por exemplo, da participação em cadeias de valor globais e regionais.

Um comércio e investimento florescentes Sul-Sul, em particular, podem criar as condições que permitem transferir a capacidade de produção para outras regiões e países menos desenvolvidos. As recentes *Joint ventures* chinesas e Indianas e os investimentos destinados ao arranque da produção em África poderão representar um prelúdio de uma dinâmica muito alargada. As redes de produção internacionais oferecem a oportunidade de acelerar o desenvolvimento, permitindo que os países deem um salto para modos de produção mais sofisticados.

A acumulação sem precedentes de reservas financeiras e fundos soberanos do Norte e do Sul abre a oportunidade de realizar amplos progressos mais rapidamente

A integração regional e as relações Sul-Sul podem ser facilitadas por novas instituições

A criação de novas instituições e parcerias pode ajudar os países a partilhar conhecimentos, experiências e tecnologia. Trata-se de instituições novas e mais sólidas que permitam promover o comércio e os investimentos e acelerar o intercâmbio de experiências em todo o Sul. Um dos passos possíveis consistiria na criação de uma nova Comissão para o Sul, portadora de uma nova visão que permita transformar a diversidade do Sul num motor da solidariedade.

Uma maior representação do Sul e da sociedade civil pode acelerar o progresso no que respeita aos grandes desafios mundiais

A ascensão do Sul conduz a uma maior diversidade de vozes no cenário mundial. Este fator constitui uma oportunidade para construir instituições de governação que representem cabalmente todos os círculos da sociedade e aproveitem de forma produtiva essa diversidade na procura de soluções para os problemas mundiais.

As organizações internacionais carecem de novos princípios orientadores que incorporem a experiência do Sul. O aparecimento do Grupo dos 20 (G-20) constitui um passo importante nessa direção, contudo, os países do Sul necessitam igualmente de uma representação mais equitativa nas instituições de Bretton Woods, na Organização das Nações Unidas e noutros organismos internacionais.

Os meios de comunicação social são hoje utilizados por uma sociedade civil e movimentos sociais ativos, nacionais e transnacionais, para propalar as suas reivindicações de uma governação justa e equitativa. A multiplicação de movimentos e de plataformas para veicular mensagens e reivindicações essenciais impele as instituições de governação a adotar princípios mais democráticos e inclusivos. Mais genericamente, um mundo mais justo e menos desigual impõe a existência de espaço para uma multiplicidade de vozes, bem como um sistema de discurso público.

A ascensão do Sul apresenta novas oportunidades para gerar uma maior oferta de bens públicos

Um mundo sustentável exige uma maior disponibilidade de bens públicos mundiais. As questões que se colocam a nível global são hoje

em maior número e mais prementes, indo desde a mitigação das alterações climáticas e da instabilidade económica e financeira internacional até à luta contra o terrorismo e a proliferação nuclear. Estas questões exigem uma resposta mundial. No entanto, em muitas áreas, a cooperação internacional continua a ser lenta e, por vezes, perigosamente hesitante. A ascensão do Sul apresenta novas oportunidades para uma disponibilização mais eficaz de bens públicos mundiais, bem como para desbloquear o persistente impasse que se verifica em muitas questões globais.

O caráter público ou privado não é, na maioria dos casos, uma propriedade inata de um bem público, deriva sim de uma construção social e, como tal, representa uma escolha política. Os governos nacionais podem intervir quando existe escassez a nível nacional, porém, quando os desafios globais surgem, a cooperação internacional é necessária, o que apenas pode acontecer por via das ações voluntárias de numerosos governos. Dados os muitos desafios urgentes, o progresso na definição do que é público e do que é privado exigirá uma liderança firme e empenhada a nível pessoal e institucional.

* * *

O presente Relatório ilustra o contexto mundial contemporâneo e delinea um roteiro com vista a permitir aos decisores políticos e aos cidadãos trilhar os caminhos cada vez mais interligados do mundo e enfrentar os crescentes desafios globais. Descreve a mudança em curso nas dinâmicas de poder, na representatividade e na riqueza no mundo e identifica as novas políticas e instituições necessárias para fazer face a estas realidades do século XXI e promover o desenvolvimento humano com maior equidade, sustentabilidade e integração social. O progresso no desenvolvimento humano requer ação e instituições, tanto a nível mundial como nacional. A nível mundial, são necessárias reformas e inovação nas instituições, com vista à salvaguarda e provisão de bens públicos mundiais. A nível nacional, é crucial o compromisso do Estado com a justiça social, assim como o reconhecimento de que, dada a diversidade de contextos, culturas e condições institucionais nacionais, as políticas tecnocráticas de “tamanho único” não são, nem realistas, nem eficazes. No entanto, os princípios gerais, como a coesão social, o compromisso do Estado com a saúde, a educação e a proteção social, e a abertura à integração comercial perfilam-se como um meio para a consecução de um desenvolvimento humano sustentável e equitativo.

A ascensão do Sul apresenta novas oportunidades para uma disponibilização mais eficaz de bens públicos mundiais, bem como para desbloquear o persistente impasse que se verifica em muitas questões globais

**“As pessoas estão a unir-se,
em todo o mundo, numa luta
comum: participar livremente
nos acontecimentos e
processos que condicionam
as suas vidas.”**

Mahbub ul Haq



Introdução

Quando, durante a crise financeira de 2008-09, o crescimento das economias desenvolvidas estagnou, mas o das economias em desenvolvimento prosseguiu, o mundo registou esse facto¹. A ascensão do Sul, vista no mundo em desenvolvimento como um reequilíbrio mundial há muito esperado, tem alimentado desde então um grande debate. No entanto, esse debate tem habitualmente ficado circunscrito ao crescimento do PIB e do comércio num número reduzido de países de grande dimensão. Ora, estão em jogo dinâmicas muito mais amplas, que abrangem um número muito maior de países e tendências mais profundas que podem ter consequências abrangentes para a vida das populações, a equidade social e a governação democrática, tanto a nível local como mundial. Como o demonstra o presente Relatório, a ascensão do Sul é, simultaneamente, o resultado dos contínuos investimentos e concretizações no domínio do desenvolvimento humano e uma oportunidade para um progresso humano ainda mais significativo no mundo como um todo. Transformar esse progresso em realidade exigirá decisões políticas nacionais e mundiais informadas e esclarecidas, que tenham por base as lições políticas analisadas no presente Relatório.

A ascensão do Sul não tem precedentes, nem em ritmo, nem em dimensão. Nunca, na História, as condições de vida e as perspetivas de futuro de tantos indivíduos mudaram de forma tão considerável e tão rapidamente. A Grã-Bretanha, onde a Revolução Industrial teve origem, levou 150 anos para duplicar a produto *per capita* e os Estados Unidos, que se industrializaram posteriormente, 50 anos.² Ambos os países possuíam populações inferiores a 10 milhões de habitantes no início do respetivo processo de industrialização. Em contrapartida, a China e a Índia iniciaram a atual fase de crescimento económico com cerca de mil milhões de habitantes cada, tendo cada um dos países duplicado o seu produto *per capita* em menos de 20 anos - uma transformação que abrangeu cem vezes mais pessoas do que a Revolução Industrial.³

A ascensão do Sul deve ser vista como a história de um aumento extraordinário das capacidades individuais e do progresso sustentado do desenvolvimento humano nos países onde reside a grande maioria da população mundial. Quando dezenas de países e milhares de milhões de pessoas sobem degraus na escada do desenvolvimento, como hoje acontece, essa ascensão tem um impacto direto na criação de riqueza e na disseminação do progresso humano em todos os países e regiões do mundo. Surgem novas oportunidades para a recuperação dos atrasos nos países menos desenvolvidos e para iniciativas políticas criativas que possam beneficiar também as economias mais avançadas.

Um olhar mais atento sobre os diversos percursos trilhados pelos países em desenvolvimento que registaram êxitos enriquece

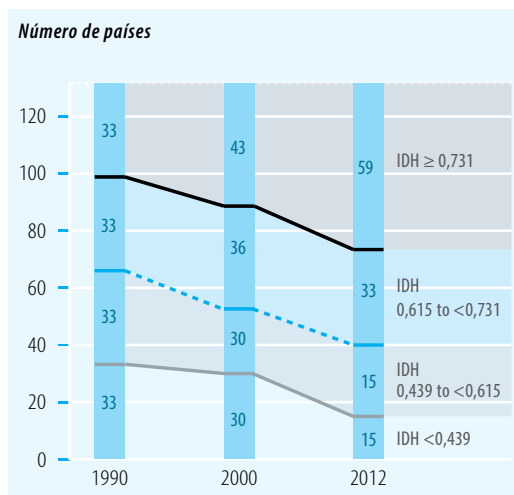
o menu de opções políticas disponível para qualquer nação e região, proporcionando simultaneamente conhecimentos sobre os valores e visões mundiais passíveis de enformar a futura cooperação para o desenvolvimento e as respostas construtivas aos desafios mundiais de maior premência. O objetivo, como sempre, é acelerar, tanto quanto possível, um progresso de base ampla que eleve os padrões e alargue a escolha dos indivíduos na totalidade dos países e comunidades, no que respeita às principais dimensões do desenvolvimento humano, desde a saúde, educação e meios de subsistência à liberdade pessoal para controlar e melhorar a própria vida.

Transformar o Sul exige a alteração das regras que subjazem às relações a nível mundial. A maioria das organizações multilaterais foi projetada para refletir a ordem internacional emergente logo após a Segunda Guerra Mundial, ordem que já não se compagina com o “reequilíbrio” da demografia, riqueza e influência geopolítica mundiais do século XXI. A crescente influência do Sul na conceção das políticas é visível na resposta internacional à crise financeira de 2008. No passado, as decisões financeiras eram tomadas exclusivamente pelas grandes potências industriais, como aconteceu aquando do Acordo do Plaza em 1985. Desta feita, um grupo mais amplo, o Grupo dos 20 (G-20), que reúne as maiores economias em desenvolvimento, desempenhou um papel fundamental. Os cargos de liderança em organizações internacionais de renome são, cada vez mais, ocupados por indivíduos oriundos do Sul.⁴

Estes são apenas alguns sinais preliminares de mudança nas instituições internacionais, bem

FIGURA 1

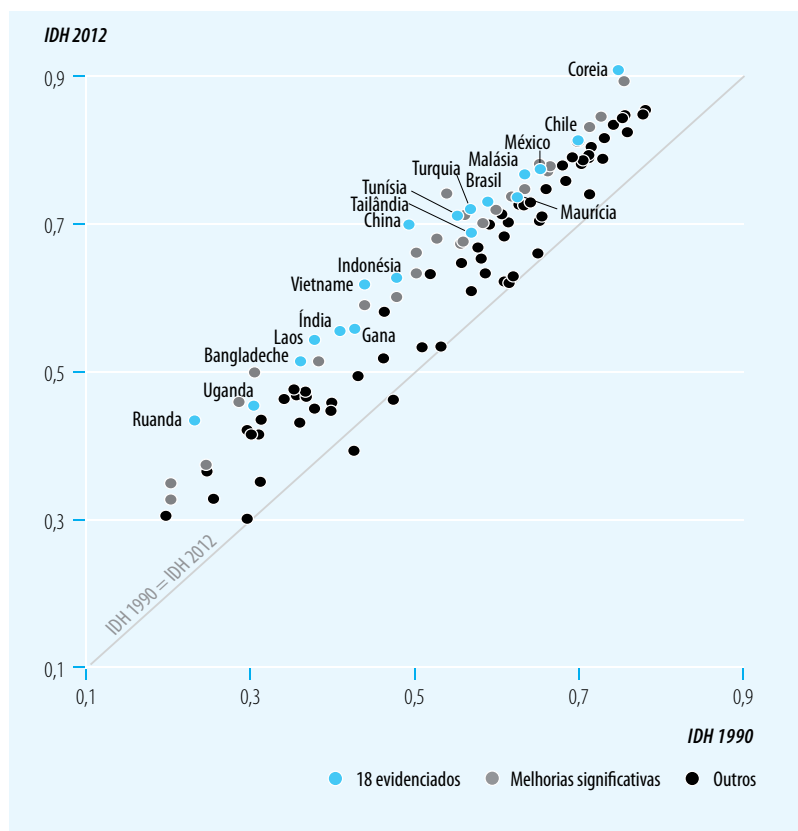
Aceleração do progresso nos países com IDH baixo



Nota: Os limiares do IDH são determinados pelos percentis 25, 50 e 75 dos valores do IDH relativos a 132 países em 1990.
Fonte: GRDH.

FIGURA 2

Entre 1990 e 2012, mais de 40 países do Sul registaram ganhos mais significativos do que o previsto no IDH atendendo aos valores apresentados em 1990



Nota: Os países acima da linha dos 45 graus apresentavam um valor de IDH mais elevado em 2012 do que em 1990. Os marcadores em cinzento e azul indicam países com aumentos mais significativos do que o previsto no respectivo valor de IDH entre 1990 e 2012, tendo em conta o seu IDH em 1990. Estes países foram identificados com base nos resíduos obtidos a partir da regressão da variação do log do IDH entre 2012 e 1990 face ao log do IDH em 1990. Os países identificados representam um grupo selecionado de países com rápidas melhorias no IDH, estudados de forma mais circunstanciada no capítulo 3.
Fonte: Cálculos do GRDH.

como da possibilidade de os novos atores do Sul ajudarem à retoma dos esforços com vista à disponibilização de bens públicos mundiais de melhor qualidade. Com efeito, a ascensão do Sul aumenta a urgência com que governos e organizações internacionais terão de enfrentar os desafios que provavelmente se perfilarão no futuro: equidade nas oportunidades; participação cívica na governação; sustentabilidade ambiental; e a situação demográfica, para referir apenas alguns. Nas secções seguintes serão abordadas algumas das características específicas da ascensão do Sul.

Um progresso de base alargada

A transformação do Sul no século XXI tem sido acompanhada por grandes avanços na saúde pública, educação, transportes, telecomunicações e participação cívica na governação nacional. As consequências do desenvolvimento humano têm sido profundas: a percentagem de indivíduos que vivem em situação e pobreza extrema diminuiu de 43,1% em 1990 para 22,4% em 2008; só na China, mais de 500 milhões de cidadãos foram retirados da pobreza.⁵

Os países com níveis de desenvolvimento humano baixos aceleraram as respetivas conquistas nos domínios da educação, saúde e rendimento, mais visivelmente na última década do que na anterior. O número de países com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior ao percentil 25, em 1990, diminuiu de 33 para 30 entre 1990 e 2000 e para metade, de 30 para 15, entre 2000 e 2012 (figura 1). No extremo oposto, o número de países com IDH acima do percentil 75 aumentou de 33 para 43 entre 1990-2000 e de 43 para 59 entre 2000-2012. A imagem é mais heterogénea nos quartis medianos do IDH. Em geral, nenhum país apresentou um valor de IDH mais baixo em 2012 do que em 2000, ao contrário da década precedente, na qual 18 países registavam um valor de IDH mais baixo em 2000 do que em 1990.

Entre 1990 e 2012, quase todos os países melhoraram a respetiva situação em matéria de desenvolvimento humano. Dos 132 países para os quais se encontra disponível uma série completa de dados, apenas dois apresentaram, em 2012, um valor de IDH inferior ao de 1990.

O progresso foi particularmente acelerado em mais de 40 países do Sul, cujas melhorias no que se refere ao valor do IDH foram significativamente mais acentuadas do que o previsto para os países que apresentavam um nível semelhante de IDH em 1990.⁶ Incluem-se aqui países tão díspares como o Gana, o Ruanda e o Uganda, na África Subariana; o Bangladesh e a Índia, na Ásia do Sul; a Tunísia entre os Estados Árabes; a China, a República Democrática Popular do Laos e o Vietname, na Ásia Oriental; e o Brasil e o Chile, na América Latina e Caraíbas (figura 2).

O reequilíbrio mundial

Pela primeira vez em 150 anos, o produto combinado das três principais economias do mundo em desenvolvimento – o Brasil, a China e a Índia – é aproximadamente igual aos produtos internos brutos (PIB) combinados das antigas potências industriais do Norte: Canadá, França, Alemanha, Itália, Reino Unido e

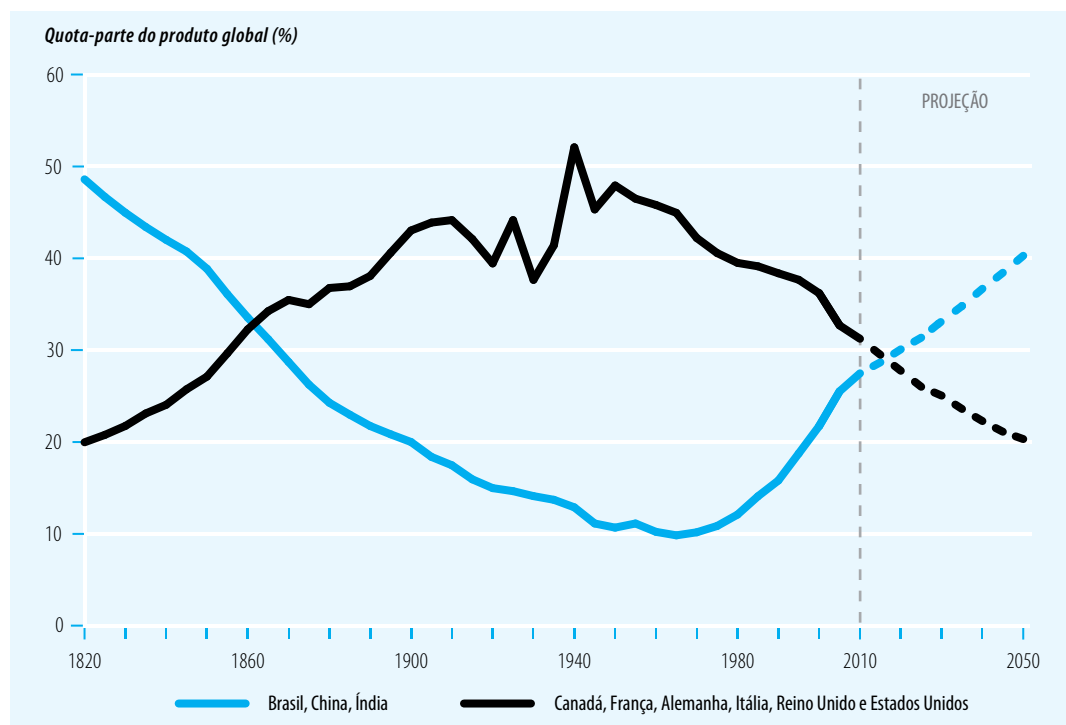
Estados Unidos.⁷ Esta situação representa um reequilíbrio notório do poder econômico global: em 1950, o Brasil, a China e a Índia, em conjunto, representavam apenas 10% da economia mundial, enquanto os seis tradicionais líderes econômicos do Norte respondiam por mais de metade. Até 2050, de acordo com as projeções do presente Relatório, o Brasil, a China e a Índia representarão, em conjunto, 40% de todo o produto mundial (figura 3), superando de longe as previsões para o produto combinado do atual Grupo dos 7.⁸

Hoje, o Sul é responsável, no seu conjunto, por cerca de metade do produto mundial, contra cerca de um terço em 1990. Por si sós, os PIB combinados de oito dos grandes países em desenvolvimento - Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, África do Sul e Turquia - são hoje equivalentes ao PIB dos Estados Unidos, que continua a ser, de longe, a maior economia nacional a nível mundial.⁹ Ainda em 2005, o peso econômico combinado dessas oito nações praticamente não atingia metade do dos Estados Unidos.

Hoje, o Sul é responsável, no seu conjunto, por cerca de metade do produto mundial, contra cerca de um terço em 1990

FIGURA 3

Até 2050, segundo as projeções, o Brasil, a China e a Índia em conjunto serão responsáveis por 40% do produto mundial, contra 10% em 1950



Nota: O produto é medido em paridade do poder de compra em dólares de 1990.

Fonte: Interpolação de dados históricos do GRDH com base em Maddison (2010) e em projeções do Centro Frederick S. Pardee para os Futuros Internacionais da Universidade de Denver (2012).

No entanto, este extraordinário aumento da sua quota-parte no produto económico pouco significaria em termos de desenvolvimento humano se não tivesse sido acompanhado por uma redução na privação e um alargamento sem precedentes nas capacidades humanas. O primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milénio, a redução para metade da percentagem de pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia, foi atingido três anos antes da data prevista. Esta conquista fica, sobretudo, a dever-se ao êxito registado por alguns dos países mais populosos na erradicação da pobreza extrema: o Brasil, a China e a Índia reduziram, todos eles, de forma drástica a percentagem da sua população em situação de pobreza de rendimentos - o Brasil, de 17,2% da população em 1990 para 6,1% em 2009, a China, de 60,2% em 1990 para 13,1% em 2008, e a Índia, de 49,4% em 1983 para 32,7% em 2010.¹⁰

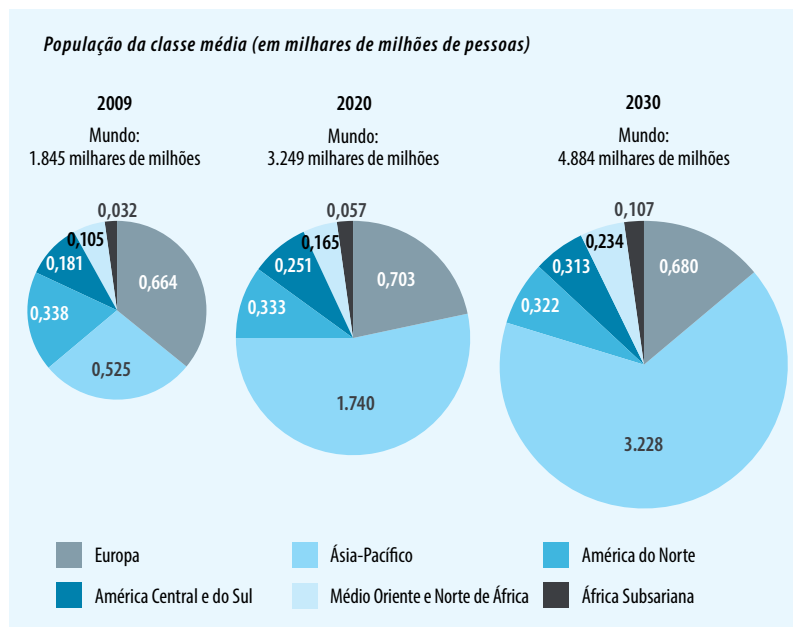
No entanto, os desafios mais amplos em termos de desenvolvimento não diminuíram. Estima-se que cerca de 1,57 mil milhões de pessoas, ou seja, mais de 30% da população dos 104 países estudados para efeitos do presente Relatório, estejam em situação de pobreza multidimensional,¹¹ o que dá bem a

medida, simultaneamente, do número e da intensidade da sobreposição de privações humanas na saúde, educação e padrões de vida. Para muitos dos países em rápido crescimento do Sul, a população que vive em situação de pobreza multidimensional excede a que vive em pobreza de rendimentos. Acresce que, em numerosos países, a desigualdade de rendimentos se acentua. Com base nas estimativas para o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade relativo a 132 países, em 2012, quase um quarto do valor do IDH, 23%, é “perdido” devido à desigualdade. Entre 1990 e 2005, as tendências do IDH ajustado à desigualdade relativas a 66 países mostram que a desigualdade geral diminuiu apenas marginalmente, uma vez que à diminuição da desigualdade no domínio da saúde e da educação se contrapôs o aumento da desigualdade de rendimentos.¹² A América Latina, contrariando as tendências gerais a nível mundial, tem vindo a registar uma diminuição das desigualdades de rendimentos desde 2000, embora continue a ser a mais desigual de todas as regiões no que toca à distribuição. A África Subsariana apresenta a maior desigualdade na saúde, e o Sul da Ásia a maior desigualdade na educação.

A América Latina, contrariando as tendências gerais a nível mundial, tem vindo a registar uma diminuição das desigualdades de rendimentos desde 2000,

FIGURA 4

As previsões apontam para a continuação do crescimento da classe média no Sul



Nota: A classe média inclui as pessoas que auferem ou despendem entre 10 e 100 dólares por dia. (em PPC de 2005).
Fonte: Brookings Institution (2012).

Um crescimento maciço da classe média

Nos países do Sul, o rendimento, a dimensão e as expectativas da classe média aumentam rapidamente. Entre 1990 e 2010, a quota-parte do Sul na classe média mundial cresceu de 26% para 58%. Segundo as projeções, até 2030, mais de 80% da classe média mundial viverá no Sul e será responsável por 70% de todas as despesas de consumo.¹³ Até 2030, a região da Ásia-Pacífico acolherá cerca de dois terços da classe média mundial, a América Central e do Sul cerca de 10% e a África Subsariana 2% (figura 4). Na Ásia, a China e a Índia respondem por mais de 75% da classe média, o mesmo acontecendo com a sua quota-parte no consumo total, (figura 4). Estima-se ainda que, até 2025, o consumo anual nas economias dos mercados emergentes aumente dos 12 biliões de dólares, em 2010, para cerca de 30 biliões de dólares, e que três quintos dos mil milhões de famílias que ganham mais de 20 000 dólares por ano

vivam no Sul.¹⁴ O crescimento contínuo da classe média terá certamente um impacto profundo na economia mundial.

Os extraordinários números da população do Sul – milhares de milhões de consumidores e cidadãos – multiplicam, a nível mundial, as consequências para o desenvolvimento humano das medidas tomadas por governos, empresas e instituições internacionais nesse hemisfério. O Sul emerge, hoje, ao lado do Norte, como terreno fértil para a inovação tecnológica e o empreendedorismo criativo. No comércio Norte-Sul, as economias recentemente industrializadas adquiriram capacidade para fabricar de forma eficaz produtos complexos destinados aos mercados dos países desenvolvidos. Contudo, as interações Sul-Sul permitiram às empresas do hemisfério adaptar-se e inovar, criando produtos e processos mais adequados às necessidades locais. Esta realidade gera novos modelos de negócios, à medida que as empresas desenvolvem produtos acessíveis aos clientes com menor rendimento disponível. A ascensão do Sul leva igualmente à difusão de tecnologia, através de novos modelos de ampla cobertura com margens reduzidas, que servem os agregados familiares de rendimentos mais baixos e que chegam a um grande número de consumidores em mercados com fracas infraestruturas de apoio.

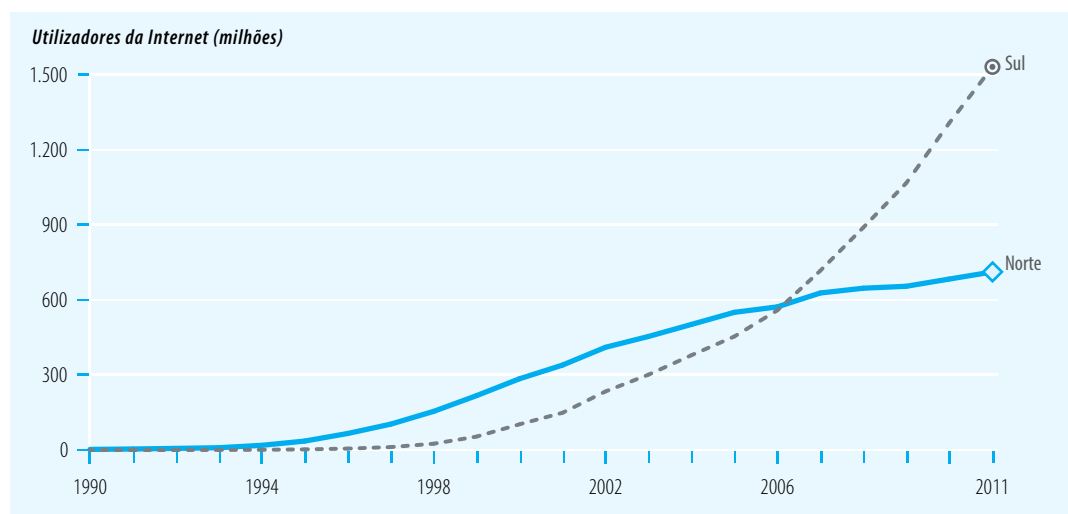
A escolarização está igualmente a aumentar em todo o mundo. Partindo-se do pressuposto de que se verificará um considerável aumento nas taxas de matrícula escolar, prevê-se que o número de pessoas com mais de 15 anos sem educação formal diminua de 12% para 3% da população mundial e que a percentagem da população com ensino secundário ou terciário seja de 64%, em 2050, contra 44% em 2010. Além disso, a clivagem digital está a diminuir rapidamente, proporcionando aos indivíduos, independentemente da sua origem, um acesso comparável à informação, especialmente através da Internet de banda larga móvel, cada vez mais acessível.

O rápido crescimento da população escolarizada em grande parte do Sul torna mais premente a criação de emprego em larga escala. Os países do Sul que registam baixas taxas de dependência só poderão gerar, de futuro, um “dividendo demográfico” se o aumento da população ativa for acompanhado por um crescimento igualmente rápido das oportunidades de emprego. Se não estiverem disponíveis empregos dignos em número suficiente para dar resposta a essa procura demográfica, poderá surgir, como consequência, uma crescente agitação civil, como o demonstram as insurreições lideradas pelos jovens aquando da Primavera Árabe.

O rápido crescimento da população escolarizada em grande parte do Sul torna mais premente a criação de emprego em larga escala

FIGURA 5

O crescimento exponencial da utilização da Internet no Sul foi mais notório nas últimas décadas



Fonte: Banco Mundial 2010a

Uma interligação sem precedentes

O comércio, as deslocações e as telecomunicações aumentam em todo o mundo a um ritmo sem precedentes. As pessoas deslocam-se constantemente entre países, em números nunca vistos, como profissionais, turistas ou migrantes. Em 2010, os imigrantes de primeira geração representavam praticamente três por cento da população mundial, ou seja, mais de 215 milhões de pessoas – triplicando desde 1960.¹⁵ Praticamente metade da totalidade das remessas dos emigrantes do Sul provém de trabalhadores que residem noutros países em desenvolvimento.

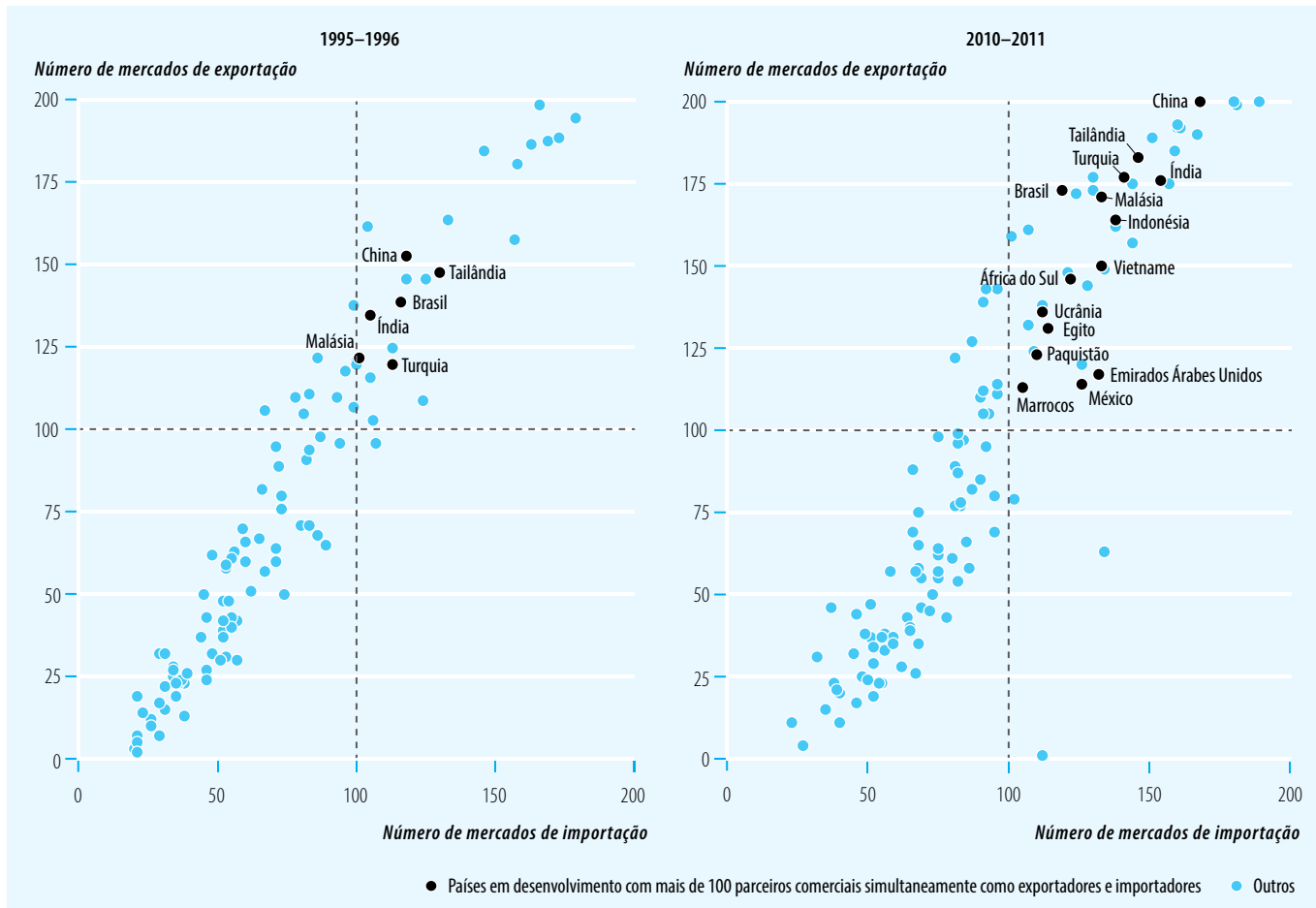
Os países do Sul recebem, igualmente, hoje, mais turistas provenientes de outros países em desenvolvimento do que alguma vez receberam:

em 2020, o número de chegadas de turistas ascenderá a cerca de 1 600 milhões a nível mundial, sendo de esperar que 75% das mesmas sejam intrarregionais. A parte do comércio Sul-Sul no total do comércio mundial mais do que triplicou nas últimas três décadas, atingindo 25%; o investimento estrangeiro Sul-Sul responde já por 30% a 60% de todo o investimento externo nos países menos desenvolvidos.¹⁶

Registou-se, no Sul, um aumento exponencial do número de indivíduos com acesso à *World Wide Web* (Internet). Esse aumento foi especialmente visível na última década (figura 5). Entre 2000 e 2010, o crescimento médio anual da utilização da Internet ultrapassou 30% em cerca de 60 países em desenvolvimento com populações iguais ou superiores a 1 milhão. Em setembro de 2012, o sítio da rede social

FIGURA 6

Pelo menos 15 países em desenvolvimento possuem relações comerciais importantes com mais de 100 parceiros comerciais, tanto exportadores como importadores



Nota: Inclui apenas países com um comércio bilateral superior a 1,5 milhões de dólares em 1995-1996 e 2 milhões de dólares em 2010-2011; A dimensão dos círculos é proporcional ao log do valor total da exportação em dólares americanos. Fonte: UNSD 2012.

em linha, Facebook, registou mil milhões de utilizadores ativos mensais, com 140,3 mil milhões de ligações entre “amigos”; quatro dos cinco países com o maior número de utilizadores do Facebook situam-se no Sul: Brasil, Índia, Indonésia e México.¹⁷

A interdependência no domínio do comércio permite atualmente que um número mais significativo de pessoas participe no mercado global, dos exportadores de bananas do Uganda aos produtores de camarão do rio Mekong. O rácio do comércio/PIB mundial, medida convencional da integração comercial, atingiu 22% em 1913, um aumento extraordinário face aos estimados 2% de 1800¹⁸. Atualmente, este rácio é superior a 56%.¹⁹ Pelo menos 15 países em desenvolvimento possuem relações comerciais importantes com mais de 100 parceiros comerciais, tanto exportadores como importadores, contra cerca de 6 em 1996 (figura 6). O Sul é hoje responsável por metade dos fluxos comerciais mundiais, quando há 30 anos mal respondia por um quarto. Estas relações comerciais crescentes estreitam-se hoje mais rapidamente a nível “horizontal” - no sentido Sul-Sul - do que no tradicional eixo Norte-Sul.

Uma parte substancial do comércio Sul-Sul continua a ser impulsionada pela procura do Norte, contudo, o oposto também é verdadeiro: os países em desenvolvimento são os grandes importadores do Norte. Após 2007, por exemplo, as exportações dos EUA para parceiros tradicionais no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) aumentaram 20%, porém, para a América Latina e as Caraíbas e a China aumentaram mais de 50%. O Sul precisa do Norte, mas, cada vez mais, o Norte também precisa do Sul.

Os países do Sul emergem igualmente como polos naturais de absorção de tecnologias e desenvolvimento de novos produtos. Existe hoje maior potencial de desenvolvimento humano graças à transferência de tecnologia a partir do Sul. As transferências de tecnologia a partir do Norte, muitas vezes, requerem uma adaptação onerosa devido a diferenças na capacidade de absorção. As transferências tecnológicas a partir do Sul têm-se revelado mais propícias a uma adoção direta.²⁰ Além disso, a adaptação tecnológica por parte do Sul conduziu também a novos tipos de inovação, com benefícios

imediatos em termos de desenvolvimento humano. Exemplo disso tem sido a utilização dada em África aos telemóveis acessíveis produzidos na Ásia: as operações bancárias através de telemóvel, por exemplo, são mais baratas e mais simples do que a abertura de uma conta bancária tradicional; os agricultores podem obter boletins meteorológicos e consultar os preços dos cereais; e os empresários podem prestar serviços através de quiosques de telefonia móvel. Estas e outras transformações multiplicam as possibilidades de utilização da tecnologia por parte dos indivíduos: participando em decisões que afetam as suas vidas; ganhando acesso rápido e a baixos custos à informação; produzindo medicamentos mais baratos, muitas vezes, genéricos, bem como sementes de melhor qualidade e novas variedades de culturas; e gerando novas oportunidades de emprego e de exportação. Estas novas tecnologias permitem colocar em contacto pessoas que, antigamente, viviam em comunidades rurais isoladas e marginalizadas e em bairros urbanos pobres. Permitem ainda o seu acesso a ferramentas, recursos e informações valiosos, bem como a sua participação mais ativa na sociedade mais alargada a nível nacional e até mesmo mundial.

Políticas de desenvolvimento pragmáticas

A ascensão do Sul abarca experiências de países muito distintos, mostrando que existem múltiplas formas de alcançar e manter o desenvolvimento humano. Os países foram pragmáticos na adoção de políticas adequadas às suas circunstâncias específicas: por exemplo, entre 1979 e 1989, nada mais nada menos que 40% da regulamentação nacional chinesa foi considerada de caráter experimental.²¹ Foram também amplamente partilhadas abordagens comuns. Verificou-se, na maioria dos países em rápido desenvolvimento do Sul, uma abertura ao exterior no domínio do comércio, investimento e tecnologias. Contudo, essa abertura não garantiu, por si só, o êxito. Estes países investiram igualmente nas suas próprias capacidades de desenvolvimento humano, fortaleceram as instituições nacionais e conseguiram criar novas áreas de vantagem comparativa. Essa

O Sul está hoje em posição de poder influenciar velhos modelos de cooperação para o desenvolvimento, graças a recursos acrescidos e às lições colhidas no terreno, mas também de exercer novas pressões competitivas noutros aspetos da cooperação bilateral

As novas parcerias para o desenvolvimento têm gerado oportunidades para o comércio bilateral e o intercâmbio de investimentos, fomentando a ascensão do Sul

combinação crucial entre a abertura ao exterior e a preparação interna permitiu que estes países prosperassem no mercado global, com resultados positivos em matéria de desenvolvimento humano para a população em geral.

Uma liderança ativa por parte dos governos foi fundamental para acelerar o progresso económico e minimizar os conflitos sociais. O crescimento gerou a margem orçamental necessária para o investimento em saúde e educação e abriu caminho para uma sinergia positiva entre as políticas económica e social. A aplicação de programas inovadores bem conhecidos no Brasil, Índia e México – programas de transferência condicionada de rendimentos e de garantia de emprego rural – são exemplos de um vivo interesse na promoção de uma distribuição mais equitativa das oportunidades económicas e sociais. A China pôs igualmente em evidência a importância desta abordagem na sua procura estratégica de uma “sociedade harmoniosa”. Alguns dos elementos desses programas foram copiados por muitos outros países do Sul.

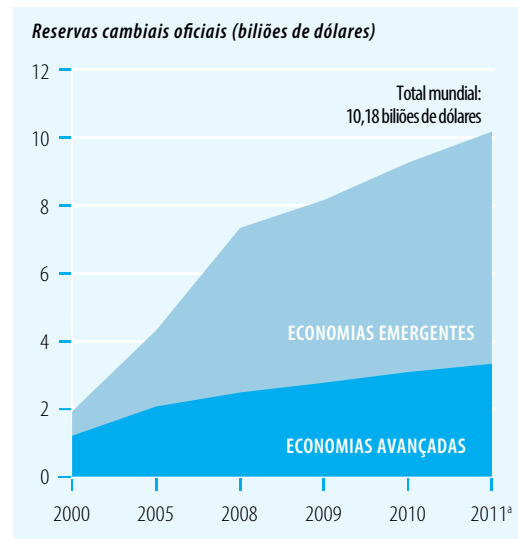
A ênfase comum destas iniciativas sociais tem sido a promoção da equidade e da integração social, aspetos menos valorizados nos modelos de desenvolvimento do passado, mas que provam ser elementos essenciais de qualquer percurso sustentável rumo ao progresso humano. As elites dominantes reconhecem, cada vez mais, que o progresso social e económico pode ter uma profunda influência na sua própria legitimidade. Os investimentos no bem-estar social e nos bens públicos tornaram-se elementos constitutivos do desenvolvimento a longo prazo. Estas iniciativas exemplares - que combinam as políticas económicas, de saúde e de educação no quadro de uma agenda mais ampla de equidade, capacitação e participação – colocam em evidência a importância de se apoiar a justiça social, não apenas por razões morais, mas também como um meio crucial de promover o desenvolvimento humano.

Novos parceiros para o desenvolvimento

O Sul está hoje em posição de poder influenciar e, inclusivamente, reformular velhos modelos de cooperação para o desenvolvimento,

FIGURA 7

Reservas cambiais oficiais por agrupamentos de países



a. Dados preliminares do terceiro trimestre
Nota: A classificação dos países segue a utilizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI); inclui 34 economias desenvolvidas e 110 economias emergentes e em desenvolvimento que comunicam informações com vista à base de dados relativa à Composição Monetária da Atividade do Mercado Cambial do FMI.
Fonte: Grabel 2012.

graças a recursos acrescidos e às lições colhidas no terreno, mas também de exercer novas pressões competitivas noutros aspetos da co- operação bilateral. A ascensão do Sul alimenta a inovação nas parcerias bilaterais e na cooperação regional, resultando num maior leque de opções dentro do Sul no que respeita ao financiamento em condições preferenciais, ao investimento em infraestruturas e à transferência de tecnologia. A crescente assistência prestada pelo Sul não está, frequentemente, sujeita a condições explícitas em matéria de políticas económicas ou abordagens de governação. No âmbito do desenvolvimento, a ênfase colocada na melhoria das infraestruturas, por exemplo, tem sido redescoberta graças às experiências e lições internas de algumas economias emergentes. Ao longo da última década, praticamente metade do financiamento em infraestruturas na África Subsariana foi concedido por governos e fundos regionais de outras zonas do Sul.²²

Além disso, o aumento extraordinário da acumulação de capital nas economias de crescimento mais rápido do Sul - exemplificado sobretudo pelo incremento das reservas cambiais - representa um volume, em grande parte, inexplorado de capital de desenvolvimento. Três quartos desse aumento das reservas

cambiais, entre 2000 e 2011, foram acumulados pelos países do Sul, em parte, como um seguro próprio contra futuras situações de abrandamento económico e de crise (figura 7).

Já em 1995, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento havia identificado 23 países em desenvolvimento como sendo cruciais para a cooperação Sul-Sul. Durante a última década, estes países aceleraram a sua interação com outros países em desenvolvimento.²³ Fora da OCDE, o Brasil, a China e a Índia são os três maiores doadores.²⁴ Outros, como a Malásia, a Tailândia e a Turquia, são igualmente atores importantes ao nível do desenvolvimento regional. As novas parcerias para o desenvolvimento, em que todas as partes saem a ganhar, têm apoiado os esforços de desenvolvimento e gerado oportunidades para o comércio bilateral e o intercâmbio de investimentos, fomentando a ascensão do Sul. Neste processo, os regimes internacionais procedem a um realinhamento e as organizações internacionais a uma reorientação, tendo em conta as mudanças no poder económico global por via da ascensão do Sul.

* * *

O presente relatório analisa de forma mais circunstanciada muitos dos aspetos da ascensão do Sul e suas consequências para o desenvolvimento humano. O capítulo 1 apresenta um

balanço do atual estado do desenvolvimento humano a nível regional e mundial, colocando a ênfase nas tendências, desafios e progressos em domínios-chave extremamente interrelacionados como a pobreza, a desigualdade, a integração social e a segurança humana. O capítulo 2 ilustra o processo de emergência dos países do Sul como atores de peso na economia mundial, tornando-se simultaneamente fatores impulsores do crescimento e catalisadores da mudança noutros países em desenvolvimento, e identifica alguns dos desafios que se perfilam. O capítulo 3 analisa as políticas e estratégias que subjazem ao progresso nalguns dos países mais bem-sucedidos do Sul. O capítulo 4 apresenta duas interrogações fundamentais: pode este progresso ser sustentado, e quais serão, provavelmente, os futuros desafios para a sustentabilidade do desenvolvimento humano? O capítulo 5 aborda as perspetivas, em matéria de políticas e princípios, com vista uma nova estrutura de governação regional e mundial que seja totalmente representativa e responda à ascensão do Sul, defendendo os interesses de longo prazo tanto do Sul como do Norte. Como o Relatório o demonstra, os desafios cada vez mais complexos do século XXI exigem novas parcerias e abordagens que reflitam as novas realidades deste mundo em rápida mudança.

**“O problema político da
Humanidade consiste na
combinação de três elementos:
Eficiência Económica, Justiça
Social e Liberdade Individual.”**

John Maynard Keynes

A situação do desenvolvimento humano



Do Brasil à África do Sul à Índia e à China, os maiores países em desenvolvimento tornaram-se os grandes motores da economia mundial. Em 2012, no entanto, até as economias mais pujantes do Sul começaram a ser afetadas pelos problemas financeiros do Norte. Na sua luta para ultrapassar a situação de crise da dívida e de elevados défices orçamentais, muitos países desenvolvidos impõem rigorosos programas de austeridade, que não só colocam em dificuldades os seus próprios cidadãos como minam também as perspetivas de desenvolvimento humano de milhões de outras pessoas em todo o mundo.

O primeiro *Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH)* apresentou, em 1990, uma visão de progresso económico e social assente fundamentalmente nas possibilidades das pessoas de alargarem as suas escolhas e capacidades. Desde então, registaram-se progressos substanciais: são numerosas as economias em desenvolvimento que continuam a crescer rapidamente e a elevar os respetivos padrões de desenvolvimento humano. A ascensão do Sul é característica de um mundo em rápida mudança. O Sul responde já por praticamente um terço do produto¹ e do consumo mundiais.² Sem o crescimento robusto destas economias, encabeçadas pela China e a Índia, a recessão económica mundial teria sido ainda mais profunda.³

No entanto, existem sinais de contágio, bem como uma preocupação concreta de que, num mundo interligado, a crise no Norte possa abrandar o progresso dos países em desenvolvimento. Nos países industrializados, com algumas notáveis exceções, os governos introduzem atualmente rigorosas medidas de austeridade, que reduzem o papel do Estado-providência, diminuem as despesas do Estado e os serviços públicos⁴, conduzindo a dificuldades e exacerbando a contração das economias. Nos países desenvolvidos, regista-se, para muitos cidadãos, uma diminuição dos padrões de vida. Tem vindo a assistir-se, em vários países, a grandes manifestações nas ruas e a um descontentamento generalizado com a classe política e, consequentemente, com a gestão das economias.

O mundo já conheceu crises semelhantes na Europa e nos Estados Unidos na década de 1930, na América Latina na década de 1980 e na Ásia na década de 1990. Porém, desta feita, já em plena segunda década do Século XXI, a crise regressa ao coração da Europa.

Os governos impõem programas de austeridade, justificados por uma preocupação legítima com a sustentabilidade da dívida soberana. Contudo,

existe o risco de as medidas de curto prazo virem a provocar danos a longo prazo, corroendo o desenvolvimento humano e as bases do Estado social, que permitem que as economias cresçam, que as democracias floresçam e que as sociedades sejam menos desiguais e menos vulneráveis aos choques.⁵

Existem igualmente provas de que os programas de austeridade drásticos e aplicados com demasiada rapidez acentuam e prolongam as recessões. A consolidação orçamental produziu já efeitos contraditórios no consumo privado interno e no PIB⁶ enfraquecendo simultaneamente as condições económicas e aumentando o desemprego.⁷ Nos próximos anos, os cortes nos serviços de saúde, na educação e noutros serviços públicos são suscetíveis de prejudicar a saúde das populações, a qualidade da mão-de-obra e o estado da investigação científica e da inovação nos próximos anos (caixa 1.1). Essa situação poderá, durante algum tempo, lançar o progresso do desenvolvimento humano numa trajetória descendente (caixa 1.2). Além disso, a estagnação económica reduz a receita fiscal de que os governos carecem para financiar os serviços sociais e os bens públicos.

Grande parte destes prejuízos é evitável. Os dados históricos indicam que o melhor momento para reduzir défices é logo após o relançamento do crescimento económico.⁸ Como John Maynard Keynes referiu sucintamente há quase 75 anos “O momento certo para a austeridade é o boom, não a recessão”.⁹

Igualmente fundamental é considerar não apenas o volume da despesa pública, mas também a sua composição e a forma como pode ser alterada. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, uma mudança na composição das receitas e despesas do Estado, destinada a promover o emprego e o desenvolvimento humano, e que seja neutra do ponto de vista orçamental pode gerar 1,8-2,1 milhões de empregos em 33 das economias desenvolvidas durante o próximo ano, ou dois.¹⁰

Equidade, macroeconomia e desenvolvimento humano

A crescente desigualdade de rendimentos nos Estados Unidos e nalguns países europeus espelha a questão da equidade na forma como são distribuídos os rendimentos e os beneficiários do crescimento. Estas preocupações começam a permear o discurso político dominante nos países desenvolvidos, embora, até à data, com impacto limitado nas políticas seguidas. O desemprego nos países desenvolvidos apresenta os seus níveis mais elevados desde há anos, sendo que uma grande percentagem da população ativa não obteve, nas últimas décadas, um incremento significativo dos salários reais, apesar do aumento substancial de rendimento verificado nos decís mais ricos. O aumento da desigualdade tem sido acompanhado por exigências, da parte de muitos dos mais desafogados, de menos Estado e de maior contenção orçamental: os desafogados não só beneficiaram de forma desproporcionada do início do crescimento, como também parecem empenhados em proteger os seus ganhos. É surpreendente que, nas democracias, apesar da pressão considerável da sociedade civil, a agenda dos governos seja dominada por programas de austeridade e não por programas de proteção social.

O apelo a medidas de austeridade não se limita aos países da área do euro. O Reino Unido prevê reduzir o investimento público em cerca de 2% do PIB no âmbito do seu atual programa de austeridade. Este apelo à austeridade acontece no momento em que o investimento público regista um mínimo histórico. Por exemplo,

o investimento público líquido no Reino Unido, no exercício de 2011-2012, é inferior a 2% do PIB. As pressões contínuas no sentido de uma redução do Estado e das despesas sociais podem muito bem piorar as perspetivas de recuperação e crescimento.

As políticas macroeconómicas podem ter consequências significativas para o desenvolvimento humano. Os cortes nas despesas sociais com vista a reduzir a dívida pública podem produzir efeitos a longo prazo. Se a contração das economias persistir, as sucessivas vagas de redução da dívida pouco contribuirão para a sustentabilidade da dívida. A redução da despesa conduz à diminuição da procura agregada, o que, juntamente com a elevada desigualdade de rendimentos, torna o relançamento da economia e o regresso das pessoas ao trabalho um exercício cada vez mais exigente. Para a consecução do pleno emprego será necessário compensar a redução da procura agregada. Nos Estados Unidos (e noutros países industrializados), essa compensação foi conseguida através de taxas de juros baixas, que, juntamente com novos instrumentos financeiros e uma regulamentação permissiva, provocaram a bolha, que, posteriormente, conduziu à atual crise financeira. Os países da área do euro, condicionados na utilização que podem fazer dos instrumentos políticos, não têm a possibilidade de recorrer a políticas monetárias com vista a uma desvalorização [ou inflação] que lhes permita sair da crise.

Fonte: Atkinson 2011, 2012; Block 2012; Tesouro britânico 2010; Nayyar 2012a; Sen 2012; Stiglitz 2012

CAIXA 1.2

Os cortes de curto prazo geram consequências a longo prazo: o aumento das taxas de fertilidade em África

Por que razão aumentaram as taxas de fertilidade entre as décadas de 1970 e 1990 em muitos dos países da África Subsariana, tendo diminuído em qualquer outra região? A evolução das taxas de fertilidade parece estar associada aos cortes efetuados nas despesas sociais como parte dos programas de ajustamento estrutural na década de 1980, em especial, na educação.

Os cortes na educação não só limitam as capacidades humanas, como, anos mais tarde, afetam também a estrutura etária da população, por força do seu impacto nas taxas de natalidade. Os países que apresentam níveis de escolarização mais baixos, especialmente os países onde as raparigas não frequentam o ensino secundário, tendem a registar taxas de fertilidade mais elevadas. A nível praticamente mundial, as mulheres que possuem níveis de escolarização mais elevados têm menos filhos. Este efeito é particularmente visível nos países que se encontram no início da sua transição demográfica e que ainda registam

taxas de fertilidade gerais elevadas. A educação reduz as taxas de fertilidade, aumentando a informação e alterando os incentivos em matéria de capacitação e comportamento das pessoas, no sentido de que sigam as suas próprias preferências.

Na década de 1980, a África Subsariana assistiu a uma inversão parcial dos seus progressos rumo à transição demográfica, tendo a despesa real *per capita* com a educação diminuído, em média, praticamente 50%. Entre 1980 e 1986, as matrículas no ensino primário desceram de 79% para 73% em toda a região (diminuindo em 16 países e aumentando em 17). A redução das despesas com a educação teve um impacto negativo na educação feminina, provocando um aumento mais lento das taxas médias brutas combinadas das matrículas femininas nos ensinos primário e secundário do que o registado no período que precedeu os programas de ajustamento estrutural.

Fonte: Lutz e K-C. 2012; Rose 1995.

Embora os países gozem de diferentes graus de liberdade para ajustar as suas prioridades em matéria de despesa, para muitos deles existe uma ampla margem para a redefinição de prioridades. Por exemplo, em todo o mundo, as despesas militares ultrapassaram 1,4 biliões de dólares em 2010, mais do que o PIB combinado dos 50 países mais pobres do mundo. Mesmo nas situações em que a consolidação orçamental é necessária, não é forçoso que a mesma exija cortes nos serviços sociais. A consolidação efetuada através de uma maior eficiência e da redução de subsídios aos combustíveis

fósseis, por exemplo, poderia permitir deixar praticamente intocadas as despesas sociais.¹¹

Os países do Sul têm mostrado maior resiliência perante a atual crise económica mundial. Na sequência de alguns contratemplos transitórios, após a crise de 2008, os países africanos e latino americanos retomaram as suas trajetórias ascendentes no que respeita ao desenvolvimento humano e ao crescimento. Essa retoma ficou a dever-se, em parte, ao maior pragmatismo de que deram prova, tomando medidas anti-cíclicas e adiando a redução da respetiva dívida para uma altura mais

conveniente. A procura contínua do Sul favoreceu igualmente muitas das exportações dos países em desenvolvimento, compensando os efeitos do abrandamento da atividade económica no Norte.¹²

Simultaneamente, muitos dos países em desenvolvimento continuam a investir no desenvolvimento humano a longo prazo. Reconhecem a existência de uma clara correlação positiva entre o investimento público, no passado, em infraestruturas sociais e físicas e o progresso no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹³. Os governos dos países do Sul têm reconhecido igualmente a necessidade de o progresso sustentável assentar na integração social. O Brasil e a Índia, por exemplo, têm apoiado aspetos do desenvolvimento humano que foram subvalorizados em anteriores modelos de desenvolvimento, através da introdução de programas de transferência de rendimento e de programas de direito ao trabalho.

Em geral, ao longo das últimas décadas, muitos países do Sul têm registado substanciais avanços no seu desempenho em matéria de IDH, não só favorecendo o crescimento económico e a redução da pobreza, como registando também notáveis ganhos nos domínios da saúde e da educação. Esta ampla conquista é notável, visto que o aumento do rendimento não se traduz necessariamente em benefícios noutros aspetos do desenvolvimento humano. O crescimento pode gerar recursos que permitam investir na saúde e na educação, porém, essa relação não é automática. Além disso, pode acontecer que o crescimento tenha um impacto reduzido noutras importantes prioridades do desenvolvimento humano, como a participação e a capacitação.

Hoje, mais do que nunca, são necessários indicadores que permitam aferir estas dimensões, assim como a sustentabilidade ambiental das vias para o desenvolvimento.

O progresso das nações

Todos os *Relatórios do Desenvolvimento Humano* têm acompanhado o progresso humano, nomeadamente através do IDH, uma medida composta que inclui indicadores relativos a três dimensões: longevidade, escolaridade e o controlo sobre os recursos necessários para uma vida digna. Outros índices permitiram investigar a desigualdade, a pobreza e as questões do género. Os valores do IDH relativos a 2012 são apresentados na tabela estatística 1.

O IDH de 2012 revela progressos consideráveis. Ao longo das últimas décadas, os países têm vindo a convergir, em todo o mundo, para níveis mais elevados de desenvolvimento humano. O ritmo de progresso do IDH foi mais rápido nos países que se situam nas categorias baixa e média do desenvolvimento humano. Trata-se de uma boa notícia. No entanto, o progresso exige mais do que uma melhoria média do IDH. Não será desejável, nem sustentável, que os progressos no IDH sejam acompanhados pelo aumento das desigualdades de rendimento, padrões insustentáveis de consumo, despesas militares elevadas e uma fraca coesão social (caixa 1.3).

Em 2012, o valor global médio do IDH foi 0,694; a África Subsaariana apresentou o mais baixo IDH, que se situou em 0,475, seguida pela Ásia do Sul, com 0,558. Entre as regiões em desenvolvimento, as que registaram o maior IDH foram a Europa e Ásia Central (0,771), seguidas da América Latina e das Caraíbas (0,741).

Registam-se, transversalmente aos grupos e regiões do IDH, diferenças muito significativas nos componentes do IDH - esperança de vida, média de anos de escolaridade e rendimento. O rendimento nacional bruto (RNB) médio *per capita* nos países de IDH muito elevado equivale a mais de 20 vezes o registado nos países com IDH baixo (tabela 1.1). A esperança de vida nos países de IDH muito elevado é um terço mais elevada do que a registada nos países com IDH baixo, enquanto a média de anos de escolaridade entre os adultos com mais de 25 anos nos países com IDH muito elevado é quase o triplo do que nos países com IDH baixo. No entanto, os anos de escolaridade esperados, o valor que melhor reflete a mudança de oportunidades educativas nos países em desenvolvimento, apresentam um quadro bastante mais otimista: hoje, é de esperar que, em média, o estudante que ingressa na escola primária complete 8,5 anos de escolaridade, valor praticamente idêntico ao atual número de anos de escolarização entre os adultos (8,8 anos) nos países com IDH elevado. Em geral, a maioria dos países com IDH baixo conseguiu já matricular a totalidade das suas crianças no ensino elementar, ou está vias de o fazer, assim como mais de 50% no ensino secundário.

No que toca aos progressos realizados, são grandes as disparidades nas regiões e agrupamentos por IDH. Uma das formas de avaliar as disparidades dentro dos agrupamentos de países

Existe uma clara correlação positiva entre o investimento público, no passado, em infraestruturas sociais e físicas e o progresso no Índice de Desenvolvimento Humano

Que significa ser humano?

Há quase meio século, o filósofo Thomas Nagel publicou um famoso artigo intitulado “Que significa ser morcego?” A pergunta que gostaria de fazer é: que significa ser humano? Com efeito, esta publicação perspicaz de Tom Nagel em *The Philosophical Review* dizia igualmente respeito aos seres humanos, e só marginalmente aos morcegos. Entre outros aspetos, Tom Nagel manifestava um profundo ceticismo relativamente à tentação dos investigadores da área da ciência observacional de identificarem a experiência de se ser morcego – ou, de forma análoga, um ser humano - com os fenómenos físicos conexos, que ocorrem no cérebro e no corpo, e que são de fácil acesso mediante uma observação externa. O significado do que é ser morcego ou ser humano dificilmente pode ser entendido como o resultado de certos impulsos identificados no cérebro e no corpo. A complexidade desse significado não pode ser apreendida pela fácil rastreabilidade desses impulsos (por muito tentadora que possa ser essa abordagem).

A vanguarda da abordagem do desenvolvimento humano assenta igualmente numa distinção – embora de um tipo bastante diferente da do contraste epistemológico de base de Tom Nagel. A abordagem pioneira que Mahbub ul-Haq tem defendido, através da série de Relatórios do Desenvolvimento Humano iniciada em 1990, situa-se entre, por um lado, o difícil problema da avaliação da riqueza das vidas humanas, incluindo as liberdades que os seres humanos muito justamente valorizam e, por outro, o exercício, muito mais fácil, de acompanhamento da evolução do rendimento e de outros recursos externos que os indivíduos - ou as nações - possuem. O Produto Interno Bruto (PIB) é muito mais fácil de observar e medir do que a qualidade de vida humana de que os indivíduos usufruem. Porém, o bem-estar e a liberdade dos seres humanos e a sua relação com a equidade e a justiça no mundo não podem ser reduzidos apenas ao cálculo do PIB e à respetiva taxa de crescimento, como muitos são tentados a fazer.

É fundamental reconhecer a complexidade intrínseca ao desenvolvimento humano, em parte porque não devemos ser tentados a mudar de objeto: foi precisamente esse o argumento central que conduziu a iniciativa ousada de Mahbub ul-Haq de complementar - e, até certo ponto, substituir - o PIB. Porém, surgiu, paralelamente, um outro aspeto de dificuldade acrescida, que constitui igualmente uma parte inevitável daquela que veio a ficar conhecida por “abordagem do desenvolvimento humano”. Podemos, por uma questão de conveniência, recorrer a numerosos indicadores de desenvolvimento humano simples, como o IDH, que tem por base apenas três variáveis, com uma regra muito simples para a sua ponderação. Contudo, o exercício não deve ficar por aqui. Não podemos desprezar atalhos viáveis e úteis - o IDH pode dizer-nos muito mais sobre a qualidade de vida humana do que o PIB -, nem devemos ficar totalmente satisfeitos com os ganhos imediatos que esses atalhos permitem registar num mundo em que a prática é contínua. Avaliar a qualidade de vida é um exercício muito mais complexo do que o resultado que um mero número nos pode proporcionar, por muito judiciosa que tenha sido a escolha de variáveis a incluir e a seleção do procedimento de ponderação.

O reconhecimento dessa complexidade tem também outras implicações consideráveis. O papel crucial desempenhado pela lógica pública, que o presente Relatório do Desenvolvimento Humano evidencia de modo particular, decorre, em parte, do reconhecimento dessa complexidade. Só os próprios podem dizer onde o sapato aperta, não podendo, de facto, ser feitos arranjos que evitem essa dor sem dar voz e sem proporcionar aos interessados amplas oportunidades de discussão pública. A importância dos vários elementos para a avaliação do bem-estar e da liberdade dos indivíduos só pode ser devidamente aferida e avaliada mediante um diálogo persistente entre a população, com impacto na conceção das políticas públicas. O significado político de iniciativas como a chamada Primavera Árabe e outros movimentos de massas noutras partes do mundo dá bem a medida da importância epistémica da capacidade de expressão dos indivíduos em diálogo com os outros a respeito do que penaliza as suas vidas e das injustiças que pretendem eliminar. Há muito para discutir - uns com os outros, bem como com os funcionários públicos responsáveis pelas políticas.

As responsabilidades dialógicas, quando devidamente valorizadas no âmbito da governação, devem incluir também a representação do interesse daqueles que, não estando presentes, não podem expressar as suas preocupações pela sua própria voz. O desenvolvimento humano não pode ficar indiferente às futuras gerações apenas porque estas - ainda - não estão presentes. No entanto, os seres humanos têm efetivamente a capacidade de pensar sobre os outros e suas vidas, e a arte da política responsável e passível de responsabilização consiste em ampliar os diálogos, deixando de lado as pequenas preocupações egocêntricas e optando por uma mais ampla compreensão social da importância das necessidades e liberdades dos indivíduos, quer hoje, quer no futuro. Não se trata simplesmente de incluir essas preocupações no quadro de um indicador único, por exemplo, sobrelotando o já pesado IDH (que, seja como for, se refere apenas ao bem-estar e à liberdade atuais), mas seguramente de garantir que as discussões sobre o desenvolvimento humano incluam de facto, também, outras preocupações. Os Relatórios do Desenvolvimento Humano podem continuar a contribuir para esse alargamento de horizontes, através da explicação, bem como da apresentação de tabelas contendo informação relevante.

A abordagem do desenvolvimento humano representa um progresso considerável no difícil exercício de compreensão dos êxitos e privações das vidas humanas e de reconhecimento da importância da reflexão e do diálogo, promovendo, dessa forma, a equidade e a justiça no mundo. O ser humano pode parecer-se bastante com os morcegos por não estar facilmente acessível ao instrumento de medição do impaciente investigador da ciência observacional, mas é também capaz de pensar e falar sobre a natureza multifacetada das suas vidas e das dos outros – atuais e futuras - de formas que podem não estar rapidamente ao alcance dos morcegos. São muitas as semelhanças entre ser humano e ser morcego, mas são também numerosas as diferenças.

consiste em comparar o rácio do valor do IDH mais elevado com o do mais baixo dos países desse agrupamento. Este rácio é mais elevado na África Subsariana, seguida pelos Estados Árabes, a Ásia do Sul e a América Latina e Caraíbas. Na África Subsariana, a maioria das disparidades decorre de diferenças substanciais no rendimento *per capita* (com um rácio de 70,1¹⁴) e na média dos anos de escolaridade (com um rácio de 7,8). Na Ásia do Sul, as disparidades decorrem principalmente das diferenças no rendimento *per capita*, com um

rácio de 10,7, e na média de anos de escolaridade, com um rácio de 4,0. Nos Estados Árabes e, em menor medida, na América Latina e Caraíbas, o principal fator determinante são as diferenças de rendimento *per capita*.

Em geral, na última década assistiu-se a uma maior convergência nos valores do IDH, o que implicou uma aceleração do desenvolvimento humano entre os países com IDH mais baixo. Todos os agrupamentos e regiões do IDH registaram uma melhoria notável na totalidade

TABELA 1.1

O IDH e seus componentes por região e agrupamentos por IDH, 2012

Regiões e Agrupamentos por IDH	IDH	Esperança de vida à nascença (anos)	Média de anos de escolaridade (anos)	Anos de escolaridade esperados (anos)	Rendimento Nacional Bruto <i>per capita</i> (PPC em dólares de 2005)
Regiões					
Estados Árabes	0,652	71,0	6,0	10,6	8 317
Ásia Oriental e Pacífico	0,683	72,7	7,2	11,8	6 874
Europa e Ásia Central	0,771	71,5	10,4	13,7	12 243
América Latina e Caraíbas	0,741	74,7	7,8	13,7	10 300
Ásia do Sul	0,558	66,2	4,7	10,2	3 343
África Subariana	0,475	54,9	4,7	9,3	2 010
Agrupamentos por IDH					
Desenvolvimento humano muito elevado	0,905	80,1	11,5	16,3	33 391
Desenvolvimento humano elevado	0,758	73,4	8,8	13,9	11 501
Desenvolvimento humano médio	0,640	69,9	6,3	11,4	5 428
Desenvolvimento humano baixo	0,466	59,1	4,2	8,5	1 633
Mundo	0,694	70,1	7,5	11,6	10 184

Nota: Dados ponderados em função da população e calculados com base nos valores de IDH de 187 países
 Fonte: Cálculos do GRDH. Ver também a tabela estatística 1.

dos componentes do IDH, observando-se um progresso mais rápido nos países de IDH médio e baixo. Na Ásia Oriental e Pacífico e na Ásia do Sul assistiu-se a um progresso contínuo com origem em décadas anteriores, enquanto na África Subariana se observaram progressos mais rápidos na última década. A convergência dos valores do IDH tornou-se mais pronunciada na última década.

Um dos componentes principais do IDH é a esperança de vida. Em 2012, a esperança de vida média foi de 70,1 anos, com diferenças acentuadas entre os grupos do IDH: 59,1 anos no agrupamento dos países com IDH baixo e 80,1 anos no dos países com IDH muito elevado. As diferenças entre países são ainda mais significativas, registando-se o valor mais baixo, de 48,1 anos, na Serra Leoa e o mais elevado, 83,6 anos, no Japão. Na África Subariana, a esperança de vida estagnou nos 49,5 anos entre 1990 e 2000, resultado da pandemia de VIH e SIDA. No entanto, entre 2000 e 2012, observou-se um aumento de 5,5 anos.

Outro importante fator com influência no IDH, e um dos mais sensíveis indicadores do bem-estar humano, é a sobrevivência infantil. Em 2010, a taxa de mortalidade global de menores

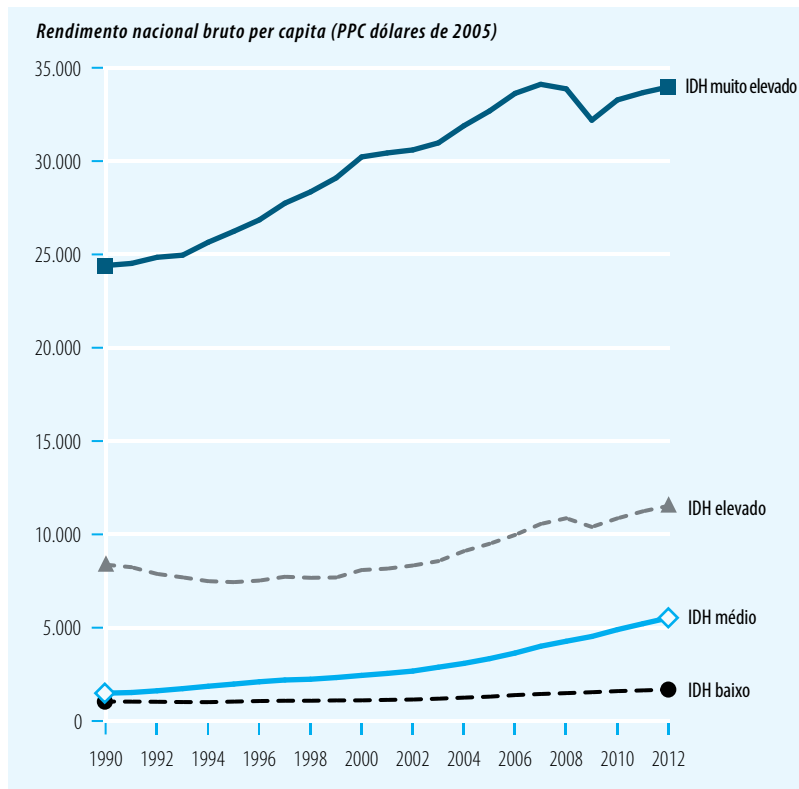
de cinco anos foi de 55 mortes por 1 000 nados vivos, embora repartida de forma desigual entre os agrupamentos por IDH. Os países com IDH baixo apresentaram a taxa mais elevada (110 óbitos por mil nados vivos), seguidos pelos países de IDH médio (42), pelos países com IDH elevado (18) e pelos países de IDH muito elevado (6). A debilidade da saúde infantil pode provocar danos permanentes no desenvolvimento cognitivo e, mais tarde, afetar a produtividade laboral do adulto.

As comparações do IDH são habitualmente feitas entre países do Norte e do Sul e, assim sendo, o mundo está a tornar-se menos desigual. No entanto, as médias nacionais escondem grandes variações em matéria de experiência humana, persistindo enormes disparidades no interior dos países, tanto do Norte como do Sul. Os Estados Unidos, por exemplo, em 2012, apresentavam um valor do IDH de 0,94, que os colocava em terceiro lugar a nível mundial. O IDH relativo aos residentes de origem latino-americana situava-se próximo de 0,75, enquanto o valor do IDH relativo aos afro-americanos se encontrava próximo de 0,70 em 2010-2011.¹⁵ Porém, o valor médio do IDH para um afro-americano do Louisiana era de 0,47.¹⁶ Podem ser observadas disparidades étnicas

As comparações do IDH são habitualmente feitas entre países do Norte e do Sul e, assim sendo, o mundo está a tornar-se menos desigual

FIGURA 1.1

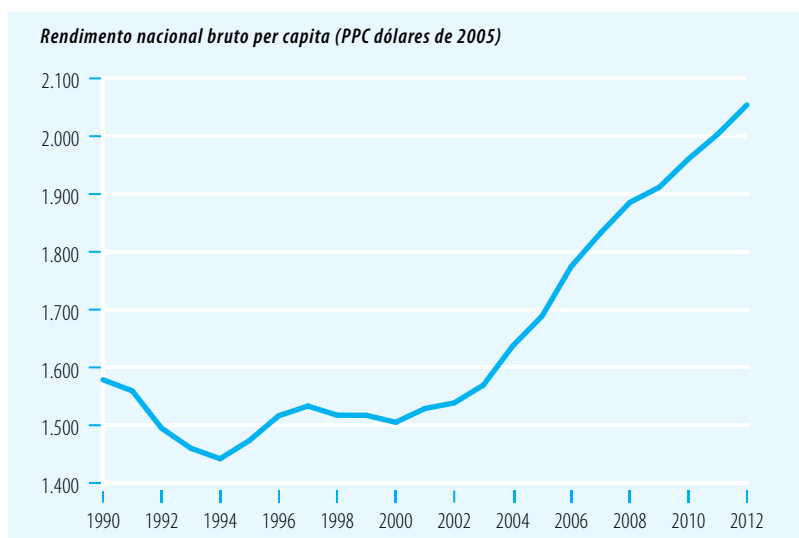
O rendimento *per capita* aumenta, de forma variável, nos quatro agrupamentos por IDH



Nota: PPC significa paridade de poder de compra.
Fonte: Cálculos do GRDH com base num painel com os mesmos 161 países e territórios

FIGURA 1.2

A África Subsariana registou um crescimento sustentado dos rendimentos ao longo da última década



Nota: PPC significa paridade de poder de compra.
Fonte: Cálculos do GRDH.

semelhantes em matéria de IDH em países com IDH muito elevado entre as populações roma do Sul da Europa.

A variação no desenvolvimento humano também é considerável nalguns países em desenvolvimento. No Brasil, por exemplo, o valor mais elevado do IDH em 2000, o ano mais recente para o qual existem dados disponíveis a nível sub-nacional, foi registado em São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo (0,92), enquanto o valor mais baixo foi verificado em Manari, no Estado de Pernambuco (0,47). A China apresenta variações semelhantes, embora menos pronunciadas, ao nível das províncias, sendo o valor mais elevado o de Xangai (0,91) e o mais baixo o do Tibete (0,63).¹⁷

Rendimento e desenvolvimento humano

Outro componente essencial do desenvolvimento humano e do IDH é o controlo sobre os recursos, medido pelo rendimento *per capita*. Entre 1990 e 2012, o rendimento *per capita* aumentou nos quatro agrupamentos por IDH, embora em graus variáveis (figura 1.1). O crescimento médio anual mais elevado do rendimento *per capita* foi observado na China e na Guiné Equatorial, ambos com valores superiores a 9%. Apenas 12 países registaram um crescimento do rendimento *per capita* superior a 4%, sendo 19 os que assistiram a uma diminuição.

Um dos progressos mais notórios foi registado na África Subsariana. De 2003 a 2008 – nos cinco anos que antecederam a crise financeira mundial –, o rendimento *per capita* da região cresceu 5% ao ano, mais do dobro da taxa registada na década de 1990 (figura 1.2).¹⁸ Esta tendência de crescimento foi encabeçada pelos países ricos em recursos, que beneficiaram dos aumentos de preço dos principais produtos de base africanos exportados, nomeadamente, gás, petróleo, minerais e produtos agrícolas, graças sobretudo à forte procura do Sul, liderada pela China.

Contudo, esse crescimento foi também generalizado noutros países, com comportamentos muito positivos entre as economias mais diversificadas e as economias baseadas na agricultura. Apesar dos aumentos nos preços dos produtos de base, muitos dos países importadores líquidos de produtos de base, como a Etiópia, o Ruanda e o Uganda, continuaram a crescer de forma acelerada. As economias da África Subsariana ficaram também parcialmente resguardadas dos choques

mundiais, graças a uma maior integração regional, sobretudo na África Oriental.

Como tem sido salientado na maioria dos *Relatórios do Desenvolvimento Humano*, o que importa não é apenas o nível de rendimento, mas igualmente a forma como este é utilizado. Determinada sociedade pode investir as suas receitas na educação, ou em armas de guerra. Os indivíduos podem despende os seus rendimentos em alimentos essenciais, ou em narcóticos. Para ambos, sociedades e indivíduos, não é o processo de maximização da riqueza que é decisivo, mas sim as opções que tomam para converter o rendimento em desenvolvimento humano. A tabela 1.2 mostra os êxitos conseguidos pelos países nesta matéria, medidos pela maior diferença positiva entre o RNB *per capita* e as classificações do IDH¹⁹. A Nova Zelândia lidera a lista de países com desenvolvimento humano muito elevado, e Cuba a lista de países de desenvolvimento humano elevado.

Pobreza

Uma das principais prioridades do mundo é a erradicação da pobreza e da fome. Trata-se do primeiro dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, cuja meta para 2015 consistia na redução para metade da percentagem de pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares americanos por dia face aos valores de 1990. Este objetivo foi alcançado três anos antes da data prevista, sobretudo devido ao êxito de alguns países populosos: o Brasil (onde a percentagem da população que vive com menos de 1,25 dólares por dia [PPC em dólares de 2005] passou de 17,2% para 6,1%), a China (de 60,2% para 13,1%) e a Índia (de 49,4% para 32,7%).²⁰ Consequentemente, o número de pessoas pobres diminuiu consideravelmente: Por exemplo, entre 1990 e 2008, só a China conseguiu retirar da pobreza o extraordinário número de 510 milhões de pessoas.²¹

Os indivíduos que vivem em situação de pobreza não padecem apenas de falta de rendimentos. A pobreza possui múltiplas dimensões, com défices, por exemplo, na saúde e na educação. Além disso, estima-se que 10% da população mundial seja portadora de algum tipo de deficiência, o que pode limitar seu padrão de vida, independentemente do rendimento.²²

No início e meados do século XX, os países europeus reduziram a pobreza não só mediante o aumento dos rendimentos, mas também da

TABELA 1.2

Os cinco países com melhores classificações com base no IDH do que no RNB *per capita* em 2012

País e agrupamentos por IDH	Valor do IDH	Rendimento Nacional Bruto (RNB) <i>per capita</i> , (PPC dólares 2005)	Classificação RNB Menos Classificação IDH
Desenvolvimento humano muito elevado			
Nova Zelândia	0,919	24 358	26
Irlanda	0,916	28 671	19
Austrália	0,938	34 340	15
Rep. Coreia	0,909	28 231	15
Israel ^a	0,900	26 244	13
Desenvolvimento humano elevado			
Cuba	0,780	5 539	44
Geórgia	0,745	5 005	37
Montenegro	0,791	10 471	24
Albânia	0,749	7 822	21
Granada	0,770	9 257	21
Desenvolvimento humano médio			
Samoa	0,703	3 928	28
Tonga	0,710	4 153	26
Fiji	0,702	4 087	24
Quirguizistão	0,622	2 009	24
Gana	0,558	1 684	22
Desenvolvimento humano baixo			
Madagáscar	0,483	8 28	28
Togo	0,459	928	16
Quênia	0,519	1 541	15
Zimbabué	0,397	424	14
Nepal ^b	0,463	1 137	11

a. A diferença entre as classificações por RNB e IDH é igualmente de 13 para o Chile, a Estónia e a Grécia, todos países com IDH muito elevado.

b. A diferença entre as classificações por RNB e IDH é igualmente de 11 para a Libéria, um país com um IDH baixo.

Fonte: Cálculos do GRDH. Ver também a tabela estatística 1.

disponibilização de bens públicos, como a saúde e a educação.²³ Para além disso, quando se analisam os níveis de pobreza relativa, é igualmente importante ter em conta os cenários sociais e políticos, avaliando inclusivamente se os pobres podem “aparecer em público sem vergonha”.²⁴ A tradução do rendimento num padrão de vida digno depende de uma variedade de ativos e capacidades. Estão aqui em causa aspetos em que o Estado desempenha um papel importante, facilitando o acesso à saúde, à educação e à segurança pública e pessoal (caixa 1.4). O modo como o rendimento

Indicadores subjetivos do bem-estar: uma maior aceitação na reflexão e nas políticas

Nos últimos anos, aumentou o interesse na utilização de dados subjetivos para a aferição do bem-estar e do progresso humano e para a definição das políticas públicas.¹ Até o próprio Governo do Reino Unido se comprometeu a estudar o recurso a indicadores subjetivos de bem-estar, tal como sugerido por Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009). O Butão integrou os sub-indicadores que compõem o Índice de Felicidade Nacional Bruto em todas as suas medidas de política pública. Estes dados podem complementar, embora não substituir os dados objetivos.

Kahneman e Krueger (2006) fazem assentar a base analítica da aferição do bem-estar subjetivo no facto de, frequentemente, os indivíduos se afastarem do padrão da “racionalidade económica”. Fazer escolhas incoerentes, não atualizar crenças à luz de novas informações, desistir de transações lucrativas: todos estes comportamentos violam o pressuposto da racionalidade, que subjaz à tradução dos comportamentos observados na teoria económica das preferências reveladas. Se o vínculo presumido entre os dados observados e as preferências reais for ténue, a defesa da utilização exclusiva de dados objetivos fica abalada, reforçando a fundamentação o recurso também a dados subjetivos.

Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) adotam o bem-estar subjetivo como uma das suas três abordagens conceptuais para medir a qualidade de vida. Advogam que aquela apresenta uma relação mais sólida com a tradição utilitarista, suscitando

igualmente um maior interesse. No entanto, a medição subjetiva da qualidade de vida não tem contrapartidas objetivas. Por exemplo, não existe qualquer medida observada da felicidade, ao passo que a inflação pode ser medida, quer como inflação efetiva, quer como inflação percecionada. Salientam ainda que as abordagens subjetivas permitem fazer uma distinção entre as dimensões da qualidade de vida e os fatores objetivos que as determinam.

As medidas subjetivas não estão isentas de escolhos. São, por natureza, ordinais e, geralmente, não constituem indicadores comparáveis entre países e culturas, nem são fidedignas ao longo do tempo. Por estas razões, pode ser enganoso recorrer a indicadores subjetivos, como a felicidade, como o único ou o principal critério político. No entanto, estes indicadores - devidamente medidos e usados com precaução - podem complementar com utilidade os dados objetivos destinados a definir as políticas, sobretudo a nível nacional.

Um dos importantes indicadores subjetivos de bem-estar, que pode ser obtido a partir de inquéritos, é a satisfação geral com a vida, avaliada numa escala de 0-10. Os dados relativos a 149 países colocam a média da satisfação geral com a vida em 5,3 (ver tabela), registando-se o valor mais baixo no Togo, com 2,8, e o valor mais elevado na Dinamarca, com 7,8 (ver tabela estatística 9). Não é de surpreender que a satisfação com a vida tenda a ser maior nos países com desenvolvimento humano mais elevado.

Satisfação geral com a vida e satisfação com os cuidados de saúde e a educação

Regiões e Agrupamentos por IDH	Satisfação geral com a vida, 2007–2011 ^{a,b} (0, menos satisfeito; 10, mais satisfeito)	Satisfação com os cuidados de saúde, 2007–2009 ^{a,b} (% de respostas “sim”)	Satisfação com a qualidade da educação, 2011 (% de respostas “sim”) ^b
Agrupamentos por IDH			
IDH muito elevado	6,7	61,9	61,3
IDH elevado	5,9	55,2	58,0
IDH médio	4,9	68,7	69,2
IDH baixo	4,5	50,0	56,5
Regiões			
Estados Árabes	4,8	54,3	50,0
Ásia Oriental e Pacífico	5,1	79,5	68,2
Europa e Ásia Central	5,3	44,8	51,8
América Latina e Caraíbas	6,5	56,7	61,4
Ásia do Sul	4,7	64,8	73,3
África Subariana	4,4	50,1	52,0
Mundo	5,3	61,0	64,2

a. Os dados referem-se ao ano para o qual existem os mais recentes dados disponíveis durante o período especificado.

b. As médias regionais são compiladas para todos os países da região relativamente aos quais existem dados disponíveis. As tabelas estatísticas 7, 8 e 9 só contêm médias relativas a determinada região se existirem dados disponíveis para, pelo menos, metade dos países que abrangem, pelo menos, dois terços da população.

Fonte: Cálculos do GRDH com base em Gallup (2012).

A satisfação com a qualidade dos cuidados de saúde e com a educação são igualmente importantes indicadores subjetivos do bem-estar humano. Os resultados de inquéritos efetuados indicam ser possível disponibilizar cuidados de saúde e uma educação de qualidade com um leque muito variado de níveis de rendimento e desenvolvimento humano. A média da satisfação geral com a qualidade dos cuidados de saúde foi de 61%, registando-se o valor mais baixo na Etiópia com 19% e o mais elevado no Luxemburgo com 90% (ver tabela estatística 7). A média da satisfação geral com a qualidade da educação

ficou nos 64%, registando-se o valor mais baixo no Mali com 35% e o mais elevado no Camboja com 94% (ver tabela estatística 8).

Na Ásia do Sul, 65% dos inquiridos manifestaram-se satisfeitos com a qualidade dos cuidados de saúde, registando o Paquistão 41% e o Sri Lanka 83%. Este último mostra que, mesmo com níveis comparativamente baixos de rendimento, é possível reforçar a perceção social da comunidade e do Estado. Em contrapartida, a satisfação com os cuidados de saúde é de 45% na Europa e Ásia Central.

1. Dolan, Layard e Metcalfe (2011). Krueger e Schkade (2008) referem que no período de 2000-06, foram publicados numerosos livros e 157 artigos na literatura económica utilizando dados relativos à satisfação com a vida ou o bem-estar subjetivo. Fonte: Kahneman e Krueger, 2006; Stiglitz, Sen e Fitoussi 2009; Dolan, Layard e Metcalfe 2011; Stewart 2012

é convertido em bem-estar, especialmente para os mais desfavorecidos, depende ainda das circunstâncias ambientais.²⁵

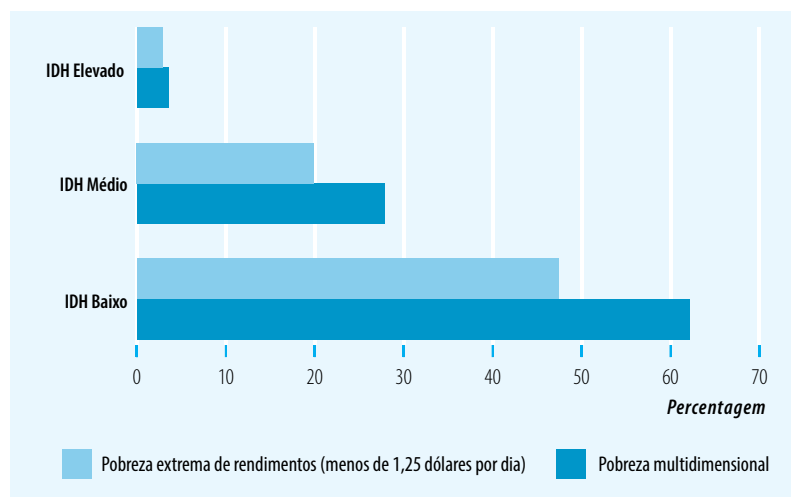
A pobreza pode ser medida de uma forma mais abrangente, recorrendo ao Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que analisa a sobreposição das privações no que respeita à saúde, educação e padrão de vida. O IPM é o produto do número de pessoas em situação pobreza multidimensional (a percentagem de pessoas multidimensionalmente pobres) pelo número médio de privações por que passa cada agregado familiar multidimensionalmente pobre (intensidade da pobreza). Tendo em atenção a intensidade da pobreza, o IPM proporciona um quadro mais completo da pobreza num dado país ou comunidade do que o fornecido com base apenas numa contagem de pessoas. Nos 104 países abrangidos pelo IPM, estima-se que cerca de 1,56 mil milhões de pessoas - ou seja, mais de 30% da população - vivam em situação de pobreza multidimensional.²⁶ Este valor é superior ao dos 1,14 mil milhões de pessoas que, segundo se estima, vivem nesses países com menos de 1,25 dólares por dia, embora seja inferior à percentagem dos que vivem com menos de 2 dólares por dia.²⁷ Este padrão é válido para todos os quatro agrupamentos por IDH, embora a diferença seja maior nos países com IDH baixo do que nos que apresentam IDH médio ou elevado (figura 1.3). É igualmente válido para muitos dos países em rápido crescimento do Sul (figura 1.4).

Com base na contagem de pessoas, os países com as maiores percentagens no que respeita ao IPM situam-se em África: Etiópia (87%), Libéria (84%), Moçambique (79%) e Serra Leoa (77%; ver tabela estatística 5). Os países com a maior intensidade de pobreza (privações em, pelo menos, 33% dos indicadores ponderados) são a Etiópia e Moçambique (cerca de 65% cada, em 2007-2011), seguidos pelo Burkina Faso (64%), Senegal (59%) e Libéria (58%). Apesar de possuir uma percentagem mais baixa de pessoas multidimensionalmente pobres (um rácio inferior por contagem de pessoas) do que a Libéria, Moçambique apresenta um valor mais de IPM mais elevado (0,512), visto que regista a maior intensidade de privação entre os países com dados disponíveis.

Na Ásia do Sul, o Bangladesh regista o maior IPM (0,292, dados de 2007), seguido pelo Paquistão (0,264, dados de 2007) e pelo Nepal (0,217, dados de 2011). A percentagem da população que vive em situação de pobreza

FIGURA 1.3

Quanto mais baixo é o IDH, maior é o fosso entre a pobreza de rendimentos e a pobreza multidimensional



Nota: Os dados referem-se ao período de 2002–2011. As médias ponderadas pela população têm por base 22 países no caso do grupo de IDH elevado e 36 países cada no caso dos grupos de IDH médio e baixo. Fonte: Cálculos do GRDH.

multidimensional é de 58% no Bangladesh, 49% no Paquistão e 44% no Nepal, sendo a intensidade de privação de 50% no Bangladesh, de 53% no Paquistão e de 49% no Nepal. Embora no Bangladesh viva uma maior percentagem da população (contagem de pessoas) em situação de pobreza multidimensional do que no Paquistão, a intensidade de privação é superior no Paquistão. Além disso, no Bangladesh e no Nepal, o contributo da dimensão relativa ao padrão de vida é superior ao das dimensões da saúde e da educação, quando, no Paquistão, o contributo da dimensão da saúde é superior ao das outras duas dimensões.

Equidade e desenvolvimento humano

Uma componente essencial do desenvolvimento humano é a equidade. Toda a pessoa tem o direito a viver uma vida plena de acordo com seus próprios valores e aspirações. Ninguém deve ser condenado a uma vida curta ou a ser miserável, por ter nascido na classe ou no país “errados”, no grupo étnico ou raça “errados”, ou com o género “errado”.

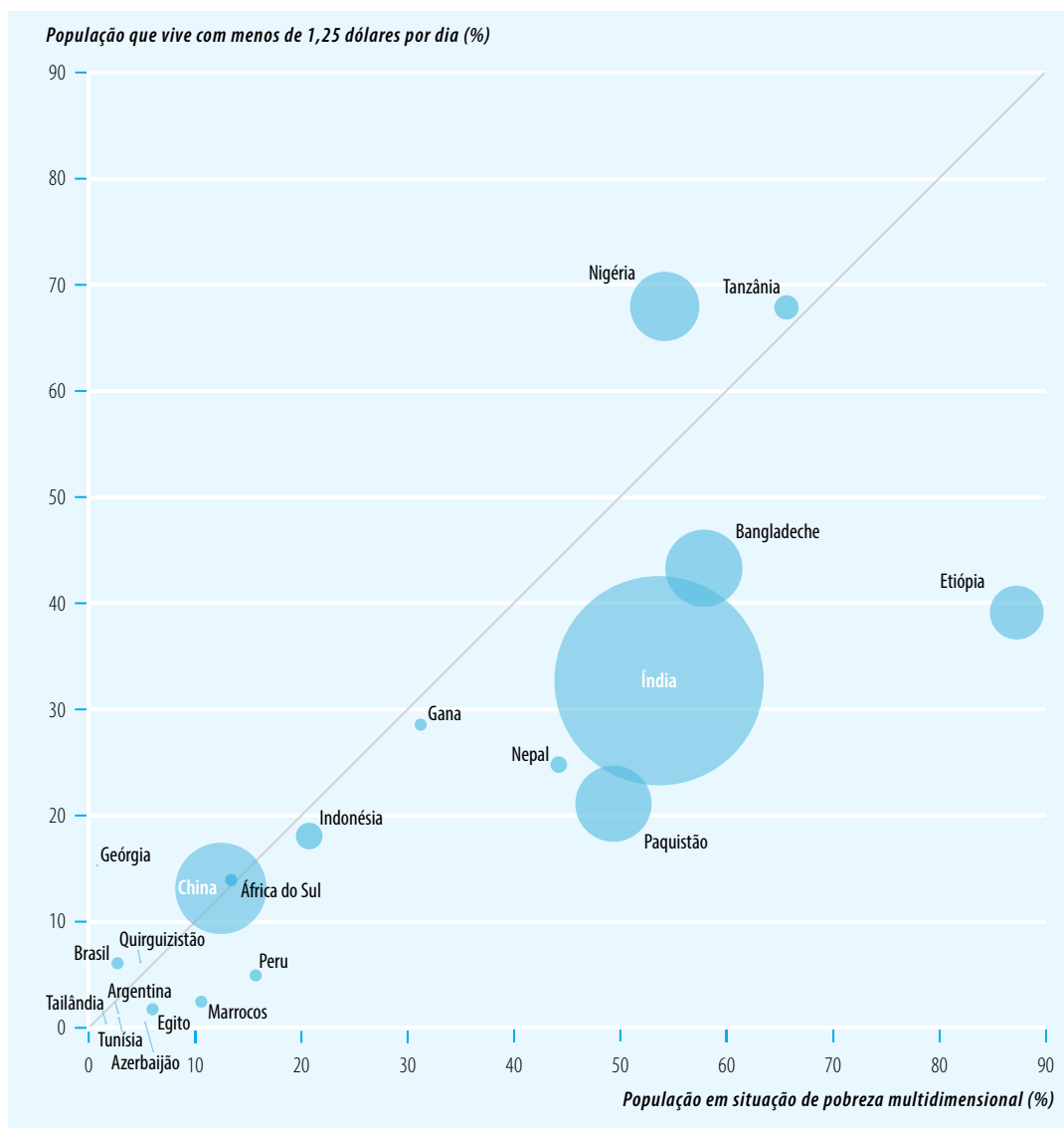
Desigualdade

A desigualdade reduz o ritmo de desenvolvimento humano e, nalguns casos, pode inclusivamente impedi-lo por completo. Esta verdade é ainda mais marcante no que respeita à desigualdade

Ninguém deve ser condenado a uma vida curta ou a ser miserável, por ter nascido na classe ou no país “errados”, no grupo étnico ou raça “errados”, ou com o género “errado”

FIGURA 1.4

Existe uma notória variação entre os países no que respeita ao fosso entre a pobreza de rendimento e a pobreza multidimensional



Nota: Os dados referem-se ao período 2002–2011. A dimensão dos círculos indica o número de pessoas em situação de pobreza multidimensional. Fonte: Cálculos do GRDH.

na educação e na saúde, e menos no que toca à desigualdade de rendimento, relativamente à qual os efeitos são mais acentuados nos países com IDH elevado e muito elevado. Uma análise conduzida para o presente Relatório em 132 países desenvolvidos e em desenvolvimento identifica uma relação inversa entre a desigualdade e o desenvolvimento humano (caixa 1.5), reforçando as conclusões de vários estudos em países desenvolvidos.²⁸

As consequências da desigualdade no desenvolvimento humano podem ser aferidas pelo Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado

à Desigualdade (IDHAD), que estuda o nível médio do desenvolvimento humano e a sua distribuição pelas dimensões da esperança de vida, nível de escolaridade e controlo sobre os recursos. Onde não existe desigualdade, o IDHAD é igual ao IDH. Uma diferença entre ambos revela a existência de desigualdade: quanto maior é a diferença, maior é a desigualdade.²⁹

Com base nos cálculos do IDHAD relativos a 132 países, em 2012, no total, praticamente um quarto do valor do IDH, ou seja 23%, é perdido devido à desigualdade (ver tabela estatística 3). Os

países mais penalizados são os que apresentam um IDH baixo, pois tendem a registar maior desigualdade num maior número de dimensões. Os países com IDH baixo perdem um terço do IDH devido à desigualdade, enquanto os países com IDH muito elevado apenas perdem 11%.

Registaram-se, a nível mundial, nas últimas décadas, reduções muito mais acentuadas da desigualdade na saúde e na educação do que no rendimento.³⁰ Esta realidade fica, em parte, a dever-se às medidas utilizadas – a esperança de vida e a média de anos de escolaridade possuem limiares superiores para os quais a totalidade dos países acaba por convergir. Porém, no caso do rendimento, não existe limiar superior. Praticamente todos os estudos referem que a desigualdade de rendimento geral é elevada, embora não exista consenso quanto às tendências recentes.³¹ Um desses estudos integra a distribuição de rendimento de 138 países ao longo do período 1970-2000. Conclui que, embora o rendimento médio *per capita* tenha aumentado, o mesmo não se passa com a desigualdade.³² Outros estudos concluem o oposto.³³ Existem ainda outros estudos que não registam qualquer mudança.³⁴

As tendências do IDHAD relativamente a 66 países no período de 1990-2005 mostram que a desigualdade geral diminuiu de forma marginal devido ao facto de a redução da desigualdade na saúde e na educação sido ter contrabalançada por aumentos na desigualdade de rendimentos (figura 1.5). A maioria das regiões revela uma crescente desigualdade de rendimentos e um declínio da desigualdade na saúde e na educação (figura 1.6). A América Latina tem assistido, desde 2000, a uma redução da desigualdade de rendimento, contudo, continua a manter a maior desigualdade em termos de distribuição de todas as regiões. A África Subsaariana apresenta a maior desigualdade na saúde e a Ásia do Sul na educação.

O mundo registou grandes progressos na redução da desigualdade na escolarização em termos, quer dos rácios de matrícula, quer dos anos de escolaridade esperados no período de 1990-2010, sobretudo na Europa e Ásia Central (a perda devido às desigualdades na educação diminuiu quase 68%), Ásia Oriental e Pacífico (34%) e América Latina e Caraíbas (32%). Tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, a taxa média de matrícula no ensino primário é de praticamente 100%, sendo que aumentou também o número de crianças que o concluem.

CAIXA 1.5

A desigualdade atrasa o desenvolvimento humano

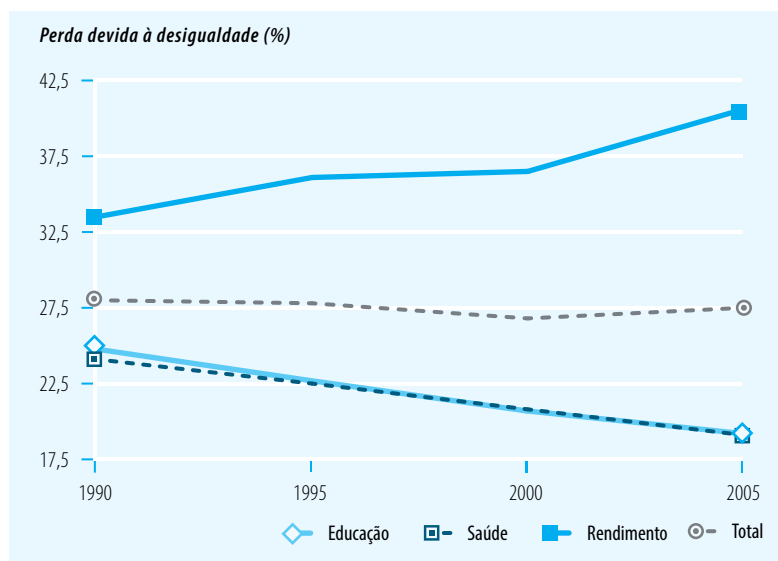
A investigação conduzida pelo GRDH recorrendo a dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) conduz a sólidas conclusões quanto à existência de uma relação inversa entre a desigualdade e a subsequente melhoria do desenvolvimento humano, causada sobretudo pela desigualdade na saúde e na educação, e não pela desigualdade de rendimento.

Recorrendo a dados de 2012 relativos a 132 países, a análise de regressão revelou os efeitos da desigualdade multidimensional (medida como a perda registada no Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade comparado com o IDH) no IDH e em cada um dos seus componentes (saúde, educação e rendimento) devido a quatro variáveis explicativas: a desigualdade geral no desenvolvimento humano, a desigualdade na esperança de vida, a desigualdade no nível de escolaridade e a desigualdade no rendimento *per capita*. Foi utilizada uma regressão diferente para cada variável explicativa, e todas as regressões incluíram variáveis artificiais (*dummy*) para controlar o nível de desenvolvimento humano (baixo, médio, elevado e muito elevado). A desigualdade geral em termos de desenvolvimento humano, a desigualdade na esperança de vida e a desigualdade nos níveis de escolaridade mostraram uma correlação negativa altamente significativa do ponto de vista estatístico (ao nível de 1%), porém, a desigualdade no rendimento *per capita* não evidenciou qualquer correlação. Os resultados obtidos foram sólidos relativamente a especificações diferentes, incluindo, por um lado, os grupos de países com desenvolvimento humano baixo e médio e, por outro, os países com desenvolvimento humano elevado e muito elevado.

Fonte: GRDH

FIGURA 1.5

Perdas devidas à desigualdade no IDH e seus componentes

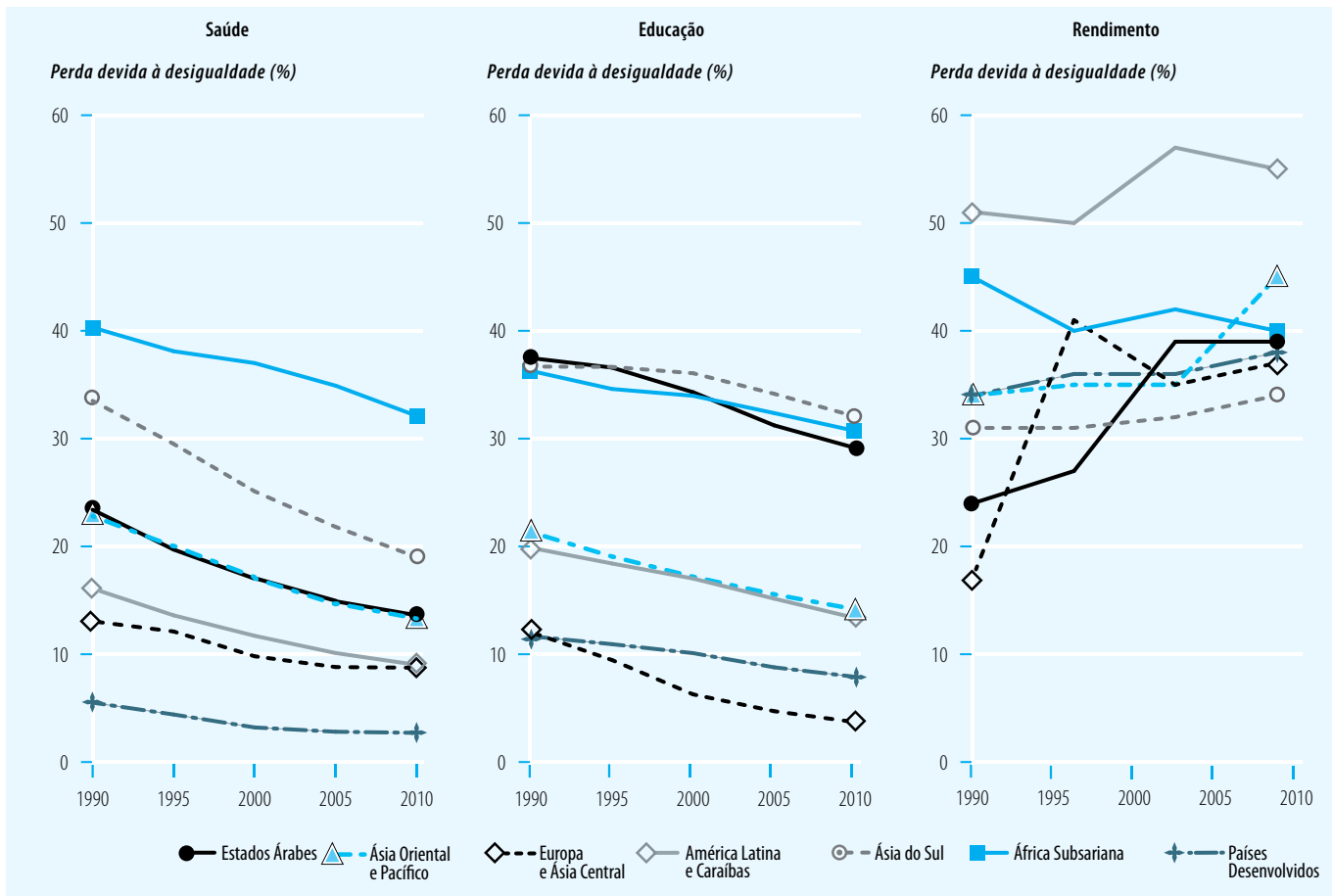


Nota: Com base num painel equilibrado de 66 países ponderado em função da população.
Fonte: Cálculos do GRDH com base em dados de Milanović (2010).

É possível que a diminuição das desigualdades na saúde e na educação reflita as prioridades e inovações de política social assumidas pelos governos. Existe igualmente uma correlação entre a saúde e a educação. Uma educação feminina de melhor qualidade, por exemplo, tende a contribuir para a melhoria da saúde da mulher e da geração vindoura. Deste modo, é possível que a esperança de vida e a educação andem a par. A maioria das desigualdades

FIGURA 1.6

A maioria das regiões revela uma crescente desigualdade de rendimento e um decréscimo da desigualdade na saúde e na educação



Fonte: Cálculos do GRDH com base em dados sobre a saúde das tabelas de vida do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, em dados sobre a educação com base em Barro e Lee (2010) e em dados sobre a desigualdade de rendimento com base em Milanović (2010).

Nota: Com base num painel equilibrado, ponderado em função da população: de 182 países no que se refere à perda devida às desigualdades na saúde; de 144 países no que se refere à perda devida às desigualdades na educação; e de 66 países no que se refere à perda devida às desigualdades de rendimento. Os dados relativos à desigualdade de rendimento retirados de Milanović (2010) estão disponíveis até 2005.

hoje verificadas na educação reflete disparidades na qualidade: muitos dos países em desenvolvimento possuem sistemas de via dupla, que permitem que os mais abastados frequentem as boas escolas e universidades, na sua maioria financiadas pelo setor privado, e os mais desfavorecidos frequentem estabelecimentos com mais insuficiências, na sua maioria de financiamento público (caixa 1.6).³⁵

A crescente desigualdade, especialmente entre grupos, pode conduzir à instabilidade social, minando o progresso do desenvolvimento humano a longo prazo. A persistência das desigualdades resulta, frequentemente, numa falta de mobilidade social intergeracional que pode também, por sua vez, levar à instabilidade social.

O aumento da desigualdade de rendimento reflete, em certa medida, uma falha dos sistemas

orçamentais e, sobretudo, fiscais nacionais. Essa circunstância pode ser compensada pela proteção social. Na América Latina, por exemplo, a desigualdade de rendimento diminuiu na sequência de programas de transferência de rendimento.

O estatuto da mulher e as questões de género

A igualdade de género é simultaneamente uma preocupação central e parte essencial do desenvolvimento humano. Com demasiada frequência, as mulheres são discriminadas na saúde, na educação e no mercado de trabalho, o que restringe as suas liberdades. A dimensão da discriminação pode ser aferida através do Índice de Desigualdade de Género (IDG), que mede a perda de realização

pessoal devido à desigualdade de género atendendo a três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e participação no mercado de trabalho. Quanto maior o valor do IDG, maior é a discriminação. Tendo por base dados de 2012 relativos a 148 países, o IDG revela grandes variações entre os países, que vão desde 0,045 (nos Países Baixos) até a 0,747 (no Iémen), sendo a média de 0,463 (ver tabela estatística 4).

Subsistem grandes disparidades de género na Ásia do Sul (0,568), na África Subsariana (0,577) e nos Estados Árabes (0,555). Na Ásia do Sul, os três fatores determinantes são a baixa representação parlamentar feminina (18,5%), os desequilíbrios de género no desempenho escolar (28% das mulheres concluíram, pelo menos, o ensino secundário, em comparação com 50% dos homens) e baixa participação no mercado de trabalho (31% das mulheres estão no mercado de trabalho, em comparação com 81% dos homens).

Entre 2000 e 2012, o progresso na redução do IDG foi praticamente universal, embora desigual.³⁶ Os países que pertencem ao grupo de desenvolvimento humano muito elevado apresentam desempenhos melhores do que os restantes grupos de desenvolvimento humano e revelam uma maior paridade entre homens e mulheres no que respeita ao sucesso escolar e à participação no mercado de trabalho. No entanto, mesmo neste grupo, são vários os países que apresentam enormes disparidades de género na representação parlamentar. Itália, por exemplo, conseguiu aumentar a representação feminina em mais de 50%, contudo, as mulheres continuam a ocupar apenas cerca de um quinto de todos os assentos (20,7%). Na Irlanda, a representação parlamentar feminina ainda se situa abaixo de 20%, enquanto no Ruanda a representação parlamentar das mulheres ultrapassa a dos homens (52% contra 48%).

Embora, entre 2000 e 2012, muitos países da África Subsariana tenham apresentado melhorias no respetivo valor do IDG, continuam a registar um desempenho mais fraco do que alguns países de outras regiões, principalmente devido a rácios de mortalidade materna e de fertilidade adolescente mais elevados e a enormes lacunas no desempenho escolar.

Uma das tendências mais preocupantes prende-se com o rácio entre os sexos à nascença, que sofre uma deterioração nalguns países de rápido crescimento. O rácio natural para as crianças com idades entre 0-4 é de 1,05 (ou seja, 105 meninos para 100 meninas). Porém, nos 175 países

CAIXA 1.6

Qualidade da educação: resultados com base no Programa Internacional de Avaliação de Alunos

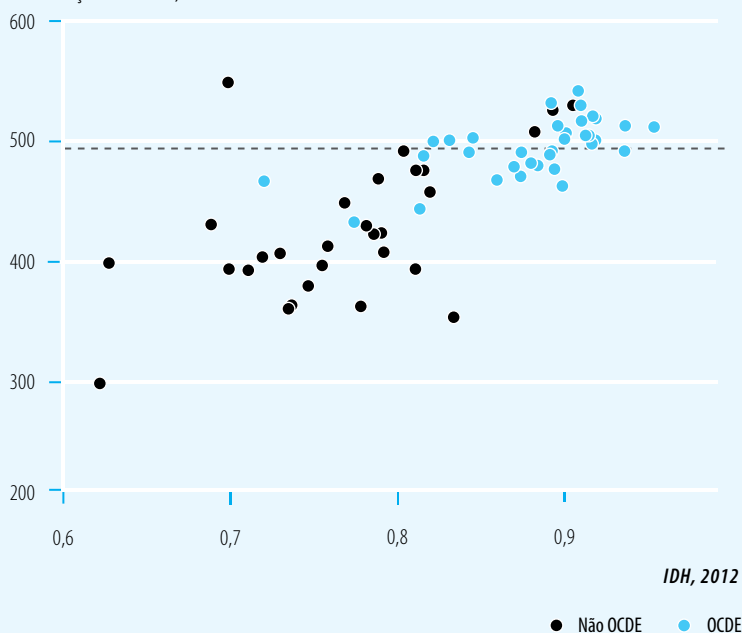
A componente da educação do Índice de Desenvolvimento Humano é medida de duas formas: pela média de anos de escolaridade e pelos anos de escolaridade esperados. Mas, mais ainda do que os anos de escolaridade, a qualidade da educação é um fator crucial para o alargamento das capacidades humanas.

O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico recolhe dados compatíveis a nível internacional sobre o sucesso escolar dos alunos e permite a comparação entre países dos resultados médios da aprendizagem, da percentagem de escolas com fraco desempenho e da consistência dos resultados da qualidade. Por exemplo, as vantagens de uma população ativa altamente qualificada, como a que possuem tradicionalmente países como os Estados Unidos, parecem estar a sofrer uma erosão à medida que coortes de jovens de outros países (como Irlanda, Japão e República da Coreia) alcançam e superam as qualificações conseguidas nos Estados Unidos.

No mais recente estudo do PISA, realizado em 63 países e territórios em 2009, numerosos países revelaram avanços muito significativos na qualidade dos resultados da aprendizagem. Os estudantes de Xangai, na China, superaram os estudantes de 62 países no que se refere à literacia em leitura, matemática e ciências. Em seguida, encontram-se os estudantes da Coreia do Sul, Finlândia e na Região Administrativa Especial (RAE) de Hong Kong na China, em leitura; de Singapura, RAE de Hong Kong na China, e República da Coreia, em matemática; e da Finlândia, RAE de Hong Kong, China, e Singapura em ciências. Os Estados Unidos tiveram um desempenho abaixo da média, em matemática, dividindo a 29.ª posição com a Irlanda e Portugal; ligeiramente acima da média, em ciências, ocupando o 21.º lugar; e acima da média, em leitura, partilhando o 15.º lugar com a Islândia e Polónia. O Brasil, o Chile, a Indonésia e o Peru conseguiram progressos notórios, recuperando terreno a partir de níveis muito baixos de desempenho. É provável que os investimentos realizados por alguns países na qualidade da educação tragam benefícios futuros num mundo globalizado e cada vez mais baseado no conhecimento.

Os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos relativos à leitura possuem uma correlação positiva com o Índice de Desenvolvimento Humano

Classificação na leitura, 2009



Fonte: Valores do IDH, Cálculos do GRDH; Resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos, OCDE (2010).
Nota: A linha a tracejado reflete a média da OCDE, que se situa em 493.

relativamente aos quais existem dados disponíveis de 2012, a média foi de 1,07, sendo que 13 dos países registavam um rácio de 1,08-1,18.³⁷

Nalguns países o infanticídio e o aborto seletivos em função do sexo das crianças alteram artificialmente o cenário demográfico, conduzindo a uma escassez de raparigas e mulheres. Não está aqui em causa apenas uma preocupação de justiça e igualdade entre géneros; estão igualmente em causa importantes consequências para a democracia, o que poderá levar à violência social.

O elevado rácio de rapazes à nascença reflete o estatuto da mulher na sociedade; os arraigados costumes e preconceitos patriarcais, que constituem um dos aspetos das crenças socioculturais profundas; as aspirações de mudança das sociedades urbanas e rurais; e o sistema de dote nalguns países.³⁸ Nos últimos anos, o problema foi agravado pela disseminação e uso indevido de tecnologias de ultrassons que permitem que os pais exerçam as suas antigas preferências pelos rapazes. O principal fator impulsionador, no entanto, é a combinação dos costumes patriarcais e do valor económico mais elevado dos rapazes sempre que exista um sistema de dote. Na ausência deste, por exemplo em países africanos, a existência exclusivamente de preconceitos patriarcais não se reflete num elevado rácio masculino à nascença.

Corrigir este desequilíbrio exigirá a alteração de muitas normas sociais, incluindo as que se prendem com os incentivos económicos à família para terem rapazes e não raparigas. É possível que essa correção implique efetivamente a abolição do sistema de dotes, um sistema instrumentalizador³⁹, e a criação de maiores oportunidades económicas para as mulheres, oferecendo condições para que assumam um maior controlo sobre as suas vidas e aumentando a sua participação política e a capacidade de decisão no seio das famílias.

Defende-se com frequência que a melhoria da educação das mulheres ajuda a melhorar os seus níveis de saúde e nutrição e a reduzir as taxas de fertilidade.⁴⁰ Assim, para além do seu valor intrínseco no alargamento das escolhas das mulheres, a educação possui também um valor instrumental para a melhoria dos resultados em matéria de saúde e fertilidade para mulheres e crianças. A este respeito, os países com IDH baixo e médio têm ainda algum caminho a percorrer. Registou-se igualmente um desequilíbrio de género entre a população sem instrução dos países com IDH elevado e muito elevado em 1970-2010, embora, nesses países, se verifique

um equilíbrio mais substancial entre os géneros na totalidade dos níveis de ensino para as raparigas e jovens mulheres atualmente em idade escolar.

Por muito importantes que a educação e a criação de emprego sejam para as mulheres, não são suficientes. As políticas tradicionalmente seguidas para fomentar o rendimento das mulheres não têm em conta as diferenças de género no seio das famílias, a saber, o fardo acrescido que representa o trabalho não remunerado das mulheres e a divisão das tarefas com base no género determinada por normas culturais. As políticas assentes em teorias económicas que não têm em conta esses fatores podem ter impacto negativo sobre as mulheres, ainda que gerem prosperidade económica.⁴¹ Para melhorar a equidade entre os géneros, são fundamentais reformas políticas e sociais, que melhorem os direitos humanos das mulheres, incluindo a liberdade, a dignidade, a participação, a autonomia e a ação coletiva.⁴²

Equidade e sustentabilidade intergeracionais

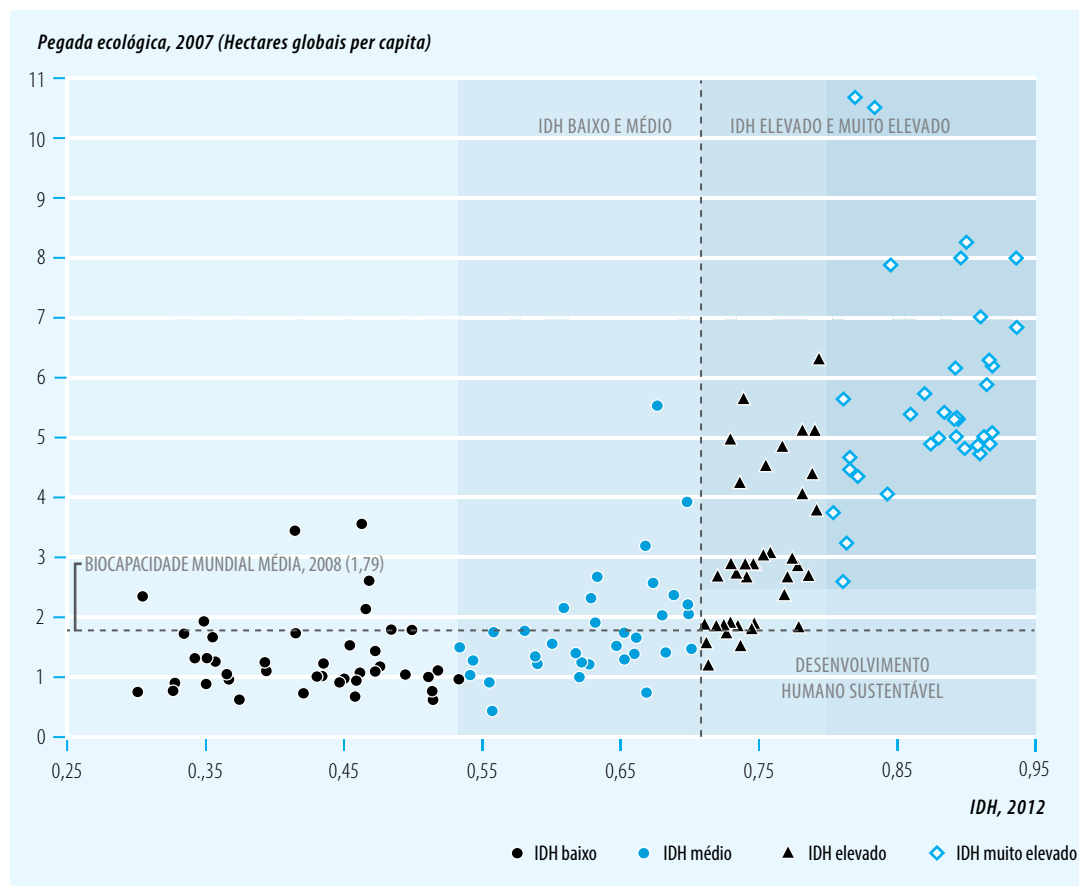
Quando as crises se sucedem, é fácil perder de vista as consideráveis consequências a longo prazo das medidas tomadas no presente. Por conseguinte, é essencial ter em mente que as escolhas de hoje podem influenciar, durante várias décadas, de forma considerável e por vezes decisiva, as opções disponíveis. O que está em causa no desenvolvimento humano sustentável é a compreensão das interligações entre as escolhas temporais das diferentes gerações e a atribuição de direitos, simultaneamente, às gerações presentes e futuras.

É, obviamente, imperioso um equilíbrio. É hoje vital aumentar as capacidades dos indivíduos - especialmente as daqueles que são pobres, ou vivem situações de privação múltipla - como expressão dos direitos fundamentais e parte da universalidade da defesa da vida.⁴³ Para além disso, a pobreza e a miséria de hoje têm consequências negativas no futuro. O objetivo deve ser, portanto, a equidade tanto intrageracional como intergeracional.

Investir nas pessoas, no presente, requer um equilíbrio prudente entre as dívidas contraídas hoje e as obrigações que estas acarretam para as gerações futuras. Como o refere o *Relatório do Desenvolvimento Humano* de 1994: "Todas as dívidas adiadas hipotecam a sustentabilidade, sejam elas dívidas económicas, dívidas sociais ou dívidas ecológicas."⁴⁴ A recente

FIGURA 1.7

Poucos países registam simultaneamente o IDH elevado e as reduzidas pegadas ecológicas exigidas para um desenvolvimento humano sustentável



Fonte: Cálculos do GRDH e Global Footprint Network (2011).

Nota: A linha de referência horizontal representa a biocapacidade mundial média disponível (2008); a linha de referência vertical separa os países com IDH elevado e muito elevado dos países com IDH médio e baixo. O hectare global é uma unidade usada para quantificar a biocapacidade do planeta e a pressão sobre a biocapacidade (a pegada ecológica). Depende da produtividade média de solos e recursos hídricos biologicamente produtivos num determinado ano.

crise económica trouxe à tona a sustentabilidade da dívida económica, pública e privada, numa altura em que as economias não crescem, tendendo a desviar a atenção das questões essenciais relacionadas com as dívidas sociais e ecológicas. No domínio ambiental, existem já provas amplas dos graves danos causados aos ecossistemas pelas opções tomadas pelas gerações anteriores e pelas atuais. Os países pobres não podem, e não devem, imitar os padrões de produção e consumo dos países ricos. Os países ricos devem reduzir a sua pegada ecológica, pois, de um ponto de vista mundial, o consumo *per capita* e a produção não são sustentáveis.

São hoje particularmente preocupantes os desafios mundiais suscitados pelas alterações climáticas e os ecossistemas frágeis. Um influente estudo concluiu que “a Humanidade já ultrapassou, pelo

menos, três fronteiras planetárias”⁴⁵, argumento reiterado no Relatório de 2012 do Painel de Alto Nível do Secretário-geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global.⁴⁶ Hoje em dia, são poucos os países que seguem um percurso sustentável do ponto de vista ecológico, o que põe em evidência a necessidade de inovações e mudanças tecnológicas no consumo, que possam facilitar o caminho para o desenvolvimento humano sustentável.⁴⁷

A figura 1.7 compara a pegada ecológica de consumo de 151 países com o seu IDH em 2012.⁴⁸ Muito poucos países apresentam, simultaneamente, um valor do IDH elevado e uma pegada ecológica inferior à média mundial. Estes valores nada auguram de bom para o planeta. Com o passar do tempo, a situação torna-se cada vez mais grave. Embora alguns países com IDH elevado apresentem pegadas ecológicas *per capita*

Competências sociais: desenvolvimento humano para além do indivíduo

Os indivíduos não conseguem prosperar sozinhos, na verdade, não conseguem subsistir sozinhos. Contudo, a abordagem do desenvolvimento humano tem sido essencialmente individualista, assumindo que o desenvolvimento consiste no alargamento das capacidades e liberdades individuais. No entanto, existem aspetos das sociedades que afetam os indivíduos, mas que não podem ser avaliados a nível individual, porque assentam nas relações, tais como a eficácia com que interagem as famílias ou as comunidades, transpostas para o conjunto da sociedade nos conceitos de coesão e inclusão sociais. Os indivíduos relacionam-se entre si. As instituições sociais afetam as identidades e escolhas individuais. Pertencer a uma sociedade são é parte essencial de uma existência próspera.

Assim, uma das tarefas da abordagem do desenvolvimento humano consiste em estudar a natureza das instituições sociais favoráveis ao progresso humano. Por conseguinte, é forçoso que se avalie o desenvolvimento não só pelo seu impacto de curto prazo nas capacidades individuais, mas também pelo modo como a sociedade favorece, ou não, ao progresso humano. As condições sociais afetam os resultados dos indivíduos de uma determinada sociedade, no presente, mas também os das gerações futuras.

As instituições sociais são todas aquelas em que os indivíduos agem coletivamente (isto é, as que envolvem mais de uma pessoa), que não sejam instituições do mercado com fins lucrativos e o Estado. Incluem as organizações não-governamentais formais, as associações e cooperativas informais, as associações de produtores, as associações de bairro, as agremiações desportivas, as associações de poupança e muitas outras. Abarcam ainda normas e regras de comportamento que afetam os resultados do desenvolvimento humano. Por exemplo, as atitudes em relação ao emprego afetam o bem-estar material, e as normas de hierarquia e discriminação afetam a desigualdade, a discriminação, a capacitação, a liberdade política, e assim por diante. Para descrever o que essas instituições podem ser e fazer, e para compreender o impacto que têm nos indivíduos, podemos socorrer-nos da expressão competências sociais.

Aspeto central da perspetiva do desenvolvimento humano é o facto de as normas sociais afetarem as escolhas dos indivíduos e o seu comportamento em relação aos outros, influenciando os resultados em toda a comunidade. Do ponto de vista do desenvolvimento humano, as normas e comportamentos das comunidades podem restringir, de forma nociva, as escolhas, por exemplo, marginalizando ou, em casos extremos, matando aqueles que fazem opções que infringem as regras sociais. As famílias presas na armadilha da pobreza por normas informais que defendem o casamento precoce e a exigência de dotes podem rejeitar alterações a essas normas sociais arraigadas. As instituições sociais mudam ao longo do tempo, e essa mudança pode ser acompanhada de tensões sociais, se prejudicar os interesses de alguns grupos favorecendo outros.

A mudança política resulta de lutas políticas, nas quais grupos diferentes (e os indivíduos) apoiam ou rejeitam determinadas mudanças. Nesta luta, os indivíduos que não estejam organizados encontram-se geralmente impotentes, contudo, se se associarem podem, coletivamente, adquirir poder. A ação social

em prol do desenvolvimento humano (como as políticas para alargar a educação, a tributação progressiva e os salários mínimos) não surge espontaneamente, mas sim graças a grupos que se revelam eficazes no apoio à mudança, como os grupos de produtores, as associações de trabalhadores, os movimentos sociais e os partidos políticos. Estas organizações são cruciais, em especial, para os mais pobres, como o demonstraram um grupo de profissionais do sexo em Calcutá e as mulheres de uma comunidade clandestina na Cidade do Cabo, que melhoraram as respetivas situações e autoestima, unindo-se e exercendo pressão de forma coletiva.

As sociedades variam consideravelmente no que respeita ao número, funções, eficácia e consequências das respetivas competências sociais. É possível classificar as instituições e as normas como sendo favoráveis, neutras ou prejudiciais para o desenvolvimento humano. É fundamental identificar e incentivar aquelas que promovam as capacidades e relações válidas entre indivíduos e instituições. Algumas instituições sociais (incluindo as normas) podem favorecer o desenvolvimento humano em alguns dos seus aspetos, mas não noutros: por exemplo, os fortes laços familiares podem proporcionar aos indivíduos apoio durante períodos de convulsão, porém, restringir as suas escolhas e oportunidades individuais.

De um modo geral, as instituições que promovem a coesão social e o desenvolvimento humano apresentam baixos níveis de disparidade entre os grupos (por exemplo, grupos étnicos, religiosos ou de género) e elevados níveis de interação e confiança entre os indivíduos e entre os grupos, o que resulta em solidariedade e na ausência de conflitos violentos. Não é uma coincidência que 5 dos 10 países mais pacíficos do mundo, em 2012, de acordo com o Índice Global da Paz, se contem igualmente entre as sociedades mais iguais, com base nas perdas de valor do Índice de Desenvolvimento Humano devido à desigualdade. Estes países caracterizam-se também pela ausência de discriminação e por baixos níveis de marginalização. Nalguns casos, as medidas de luta conta a discriminatórias podem aliviar o fardo da marginalização e mitigar parcialmente os piores efeitos da exclusão. Por exemplo, a Lei dos EUA que impõe que as unidades de emergência hospitalar ofereçam tratamento a todos os pacientes, independentemente da sua capacidade de pagamento, atenua, em parte, o impacto de um sistema de saúde dispendioso e com cobertura limitada, enquanto, numa série de países, as medidas de discriminação positiva (incluindo o Brasil, a Malásia, a África do Sul e os Estados Unidos) melhoram a situação dos grupos desfavorecidos e contribuem para a estabilidade social.

O estudo das instituições sociais e das competências sociais deve constituir uma parte essencial da abordagem do desenvolvimento humano, incluindo a formação de grupos; as interações entre grupos e indivíduos; os incentivos e restrições à ação coletiva; a relação entre os grupos e a política e os resultados políticos; a influência das normas nos comportamentos; e a formação e alteração das normas

Fonte: Stewart 2012; Índice Global da Paz 2012.

O progresso no desenvolvimento humano alcançado de forma sustentável é superior aos ganhos obtidos à custa das gerações futuras

inferiores à biocapacidade mundial média *per capita* (1,79 hectares globais em 2008), estas têm vindo a aumentar ao longo do tempo.

Para os indivíduos, importam não só as opções de que dispõem, como também a forma como são garantidas, quem as garante e à custa de quem são garantidas. O progresso no desenvolvimento humano alcançado de forma sustentável é superior

aos ganhos obtidos à custa das gerações futuras. Na verdade, um sistema de aferição adequado para o desenvolvimento humano sustentável teria de incluir tanto o desenvolvimento humano futuro, como os atuais progressos.

São igualmente necessárias formas mais eficazes de monitorização da sustentabilidade ambiental. A Conferência das Nações Unidas sobre

Desenvolvimento Sustentável de 2012 exortou a que fossem tomadas medidas que tivessem em conta as relações entre os atuais e futuros conjuntos de escolhas. Essas medidas devem monitorizar a acumulação da dívida económica e ambiental, com base na premissa de que cada cidadão do planeta, vivo ou vindouro, tem o mesmo direito de viver uma vida confortável e gratificante. Essas medidas devem ainda identificar limites planetários ou “pontos de rutura”, reconhecendo, por exemplo, que as alterações climáticas já impõem custos significativos, sendo o seu fardo suportado pelos países e comunidades pobres.

Integração social

O desenvolvimento humano pressupõe o alargamento das capacidades individuais. No entanto, os indivíduos encontram-se também ligados aos outros. Assim, a forma como as pessoas se relacionam entre si é fundamental para a construção de sociedades coesas e duradouras. Integrar diferentes grupos pode revelar-se tão crucial para o bem-estar e a estabilidade social como o êxito económico. A desigualdade e a exclusão são injustiças sociais que, fundamentalmente, corroem as liberdades humanas.

Uma sociedade integrada depende de instituições sociais eficazes que possibilitem que os indivíduos

CAIXA 1.8

As dimensões estruturais da pobreza

Nas agendas tradicionais de combate à pobreza são reconhecidas as suas raízes estruturais, embora não sejam abordadas cabalmente. As intervenções contemporâneas para promover o crescimento inclusivo tendem a concentrar-se nos resultados do desenvolvimento, através da expansão e fortalecimento de redes de apoio social. Embora devam ser incentivadas, estas iniciativas públicas visam os sintomas da pobreza, e não suas raízes.

Os resultados destas intervenções restritivas traduzem-se numa redução da pobreza de rendimento em diferentes graus e nalgumas melhorias no desenvolvimento humano. Porém, em grande parte do Sul, as desigualdades de rendimento aumentaram, as disparidades sociais cresceram e a injustiça persiste, sendo que as raízes estruturais da pobreza permanecem intactas. Qualquer agenda credível que vise acabar com a pobreza deverá corrigir as injustiças estruturais que a perpetuam.

Acesso desigual aos bens

O acesso desigual à riqueza e ao conhecimento retira aos excluídos capacidade de concorrer no mercado. A pobreza rural, por exemplo, tem origem num acesso insuficiente à terra e aos recursos hídricos por parte dos segmentos menos privilegiados da sociedade rural. A propriedade da terra em si, não só uma fonte de privilégios económicos, mas também uma fonte de autoridade social e política. As estruturas vigentes de propriedade fundiária permanecem avessas a qualquer ordem que funcione democraticamente. De igual modo, a falta de acesso ao capital e à propriedade perpetua a pobreza urbana.

Participação desigual no mercado

A prevalência destas estruturas de propriedade na sociedade mantém os indivíduos pobres em recursos excluídos dos setores de mercado mais dinâmicos. Os principais agentes de produção tendem a ser a elite urbana, que possui os ativos patrimoniais que alimentam os setores económicos de crescimento mais rápido. Em contrapartida, os excluídos participam apenas na qualidade de produtores primários e assalariados, na base das cadeias de produção e comercialização, o que os deixa com poucas oportunidades de partilhar das possibilidades de acrescentar valor ao seu trabalho, oferecidas pela economia de mercado.

Os mercados de capitais não conseguiram disponibilizar crédito suficiente aos excluídos, apesar de estes terem demonstrado a sua idoneidade creditícia por via dos seus baixos índices de incumprimento no mercado de microcréditos. Para além disso, os mercados de capitais formais não disponibilizaram instrumentos financeiros para atrair a poupança dos excluídos, transformando-a em ativos de investimento no setor empresarial de mais rápido crescimento.

Governança injusta

Este universo económico e social desigual e injusto pode ser exacerbado por uma governança injusta. Muitas vezes, os excluídos permanecem sem voz nas instituições da governação e, por conseguinte, mal servidos pelas instituições públicas. As instituições da democracia continuam a não dar resposta às necessidades dos excluídos, tanto na conceção das agendas políticas como na seleção dos candidatos eleitorais. As instituições representativas tendem, pois, a ser monopolizadas pelos mais abastados e socialmente poderosos, que utilizam, posteriormente, os cargos para aumentar a sua riqueza e para se perpetuarem no poder.

Promover a mudança estrutural

Para corrigir essas injustiças estruturais, é forçoso que as agendas políticas sejam mais inclusivas, reforçando a capacidade dos excluídos de participarem, em condições mais equitativas, na economia de mercado e na política democrática. Essas agendas devem reposicionar os excluídos no âmbito dos processos de produção, distribuição e governação. É preciso que o processo de produção permita que os excluídos se emancipem, deixando de viver exclusivamente como assalariados e arrendatários, e proporcionando-lhes a capacidade de se tornarem proprietários de bens produtivos. O processo de distribuição deve elevar os excluídos para além do papel que herdaram de produtores primários, permitindo-lhes uma ascensão no mercado através de maiores oportunidades de participação na agregação de valor por meio da ação coletiva. O acesso aos bens e aos mercados deve andar a par de um acesso equitativo a cuidados de saúde e educação de qualidade, essenciais para capacitar os excluídos.

É preciso que o processo de governação aumente a participação ativa dos excluídos nas instituições representativas, crucial para que tenham maior voz na tomada de decisões e acesso às instituições de governação.

TABELA 1.3

Desigualdade e satisfação com a liberdade de escolha e com a comunidade

Regiões e Agrupamentos por IDH	Perda geral no Índice do Desenvolvimento Humano devido à desigualdade	Satisfação com a liberdade de escolha, 2007–2011 ^a (% de satisfeitos)	Satisfação com a comunidade ^b , 2007–2011 ^a (% de respostas “Sim”)
Agrupamentos por IDH			
IDH muito elevado	10,8	81,5	85,9
IDH elevado	20,6	66,3	76,4
IDH médio	24,2	77,8	79,9
IDH baixo	33,5	61,8	72,2
Regiões			
Estados Árabes	25,4	54,6	67,6
Ásia Oriental e Pacífico	21,3	78,7	80,1
Europa e Ásia Central	12,9	58,5	76,5
América Latina e Caraíbas	25,7	77,9	79
Ásia do Sul	29,1	72,9	83,2
África Subsariana	35,0	69,1	65,2
Mundo	23,3	73,9	79,0

a. Os dados referem-se ao ano para o qual existem os mais recentes dados disponíveis durante o período especificado.

b. Com base na pergunta do inquérito Gallup sobre a satisfação geral com a cidade.

c. As médias regionais são compiladas para todos os países da região relativamente aos quais existem dados disponíveis. As tabelas estatísticas 7, 8 e 9 só contêm médias relativas a determinada região se existirem dados disponíveis para, pelo menos, metade dos países que abrangem, pelo menos, dois terços da população.

Fonte: Perda geral no Índice do Desenvolvimento Humano devido à Desigualdade. Cálculos do GRDH com base no Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade; satisfação com a liberdade de escolha e com a comunidade. Cálculos do GRDH com base em Gallup (2012).

ajam coletivamente, reforçando a confiança e a solidariedade entre os grupos. Entre essas instituições incluem-se as organizações não-governamentais formais, as associações e cooperativas informais, e ainda as normas e regras de comportamento. Influenciam os resultados individuais em matéria de desenvolvimento humano, a coesão social e a estabilidade social. Para as diferenciar das capacidades individuais, o funcionamento destas instituições e o seu impacto sobre as pessoas pode ser descrito como “competências sociais” (caixa 1.7). O êxito na consecução da inclusão social e da estabilidade social permite avaliar até que ponto as competências sociais promovem sociedades mais coesas.

Alguns países em desenvolvimento têm procurado combater a exclusão social através de uma distribuição mais uniforme dos benefícios do crescimento, mediante de um aperfeiçoamento da estratégia de crescimento redistributiva. Porém, esta visão do crescimento inclusivo centrada nos produtos de base pouco faz para acabar com a discriminação económica e social, que,

frequentemente, tem longas raízes históricas e culturais. Esta discriminação pode ser generalizada, inclusivamente em países um elevado rendimento *per capita*. Objetivamente, o aumento do rendimento, por si só, não permite concretizar a coesão social, sendo necessárias políticas ativas.

O impacto da desigualdade pode persistir durante gerações. Por exemplo, um estudo realizado em oito países desenvolvidos concluiu que os países mais desiguais geralmente apresentavam menor mobilidade social.⁴⁹ No Reino Unido, em particular, à medida que a desigualdade aumentou, a mobilidade intergeracional diminuiu.

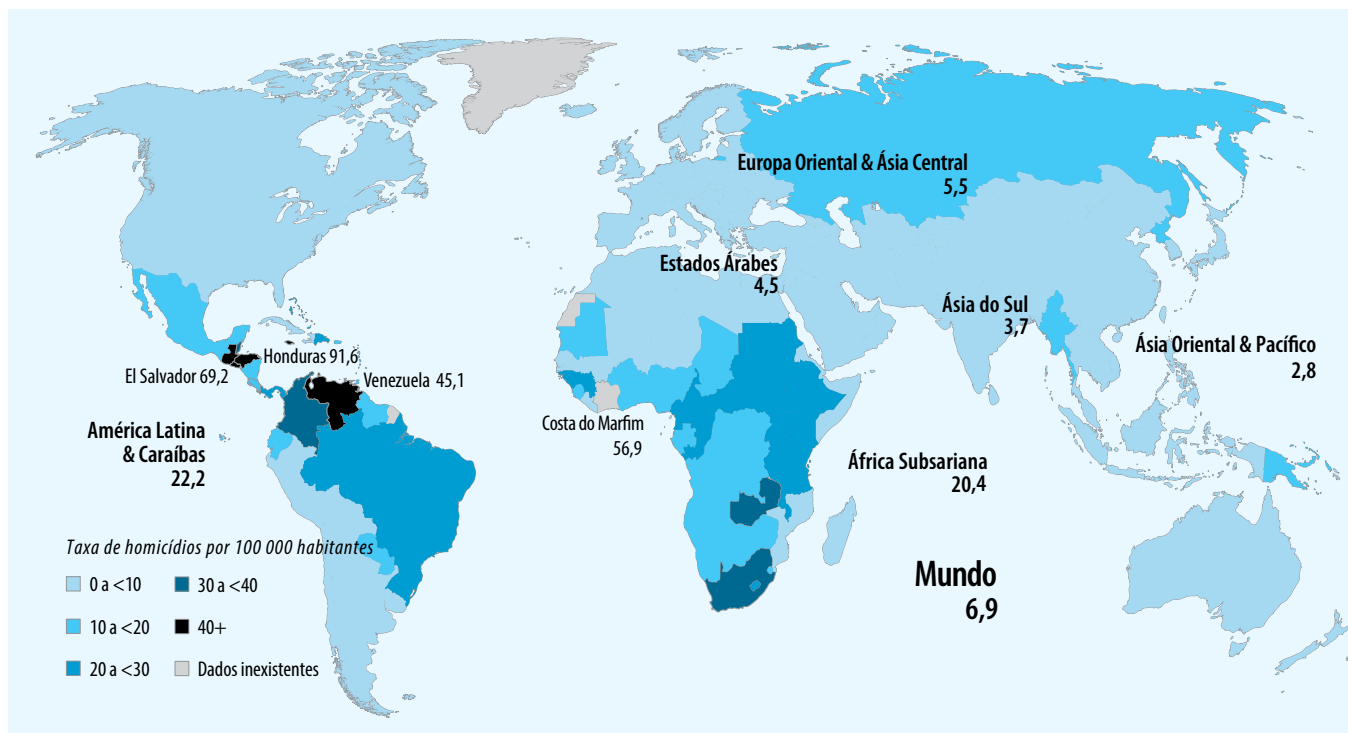
O *Relatório do Desenvolvimento Humano na América Latina e Caraíbas de 2010* colocou em evidência a relação entre a falta de mobilidade social e a desigualdade persistente.⁵⁰ No Brasil, pelo menos um quarto das desigualdades de remuneração estão associadas às situações dos agregados familiares, como o sucesso escolar, a raça ou a etnia, ou o local de nascimento dos pais.⁵¹ Esta persistência dos padrões de distribuição de rendimento entre as gerações é igualmente evidente no Chile e no México, embora, no México, se tenha assistido a um aumento da mobilidade intergeracional nos últimos anos.⁵² Em geral, a América Latina padece de uma mobilidade social baixa e de escassas oportunidades para aqueles que beneficiam em último lugar da distribuição de rendimentos, para os quais o desempenho na sociedade é, em grande medida, determinado por características de contexto que não podem controlar. O problema é particularmente difícil em sociedades heterogêneas, uma vez que os membros de grupos desfavorecidos têm grandes dificuldades para progredir.

A desigualdade e a exclusão agravam-se quando os excluídos e aqueles que beneficiam em último lugar da distribuição não possuem, politicamente, uma voz que lhes permita obter compensação. As sociedades mais igualitárias e justas, essenciais para um progresso humano gratificante e sustentável, exigem, por isso, maior representatividade e participação política, bem como uma maior responsabilização dos governos (caixa 1.8).

Mesmo na União Europeia, onde uma grande parte da população tem assistido a um aumento da prosperidade, alguns grupos foram deixados para trás, por exemplo, os roma, que há mais de mil anos pertencem à civilização europeia. Estes, que se estimam em 7-9 milhões de pessoas, são a maior minoria étnica da Europa, presente em todos

MAPA 1.1

Existe uma ligeira correlação negativa entre as taxas de homicídio e o IDH



Fonte: Cálculos do GRDH.

os 27 Estados-Membros da UE. A maioria são cidadãos da UE, contudo, continuam a sofrer de discriminação e exclusão social. Como o revelam dois Relatórios Regionais do Desenvolvimento Humano, os roma encontram-se, frequentemente, reféns de um ciclo vicioso de exclusão social que persistiu geração após geração.⁵³

A existência de desigualdades pode afetar negativamente as interações sociais e restringir a liberdade de escolha. Os dados subjetivos podem fornecer um panorama do estado da integração social dentro de um país ou de uma comunidade. Os dados apontam para uma ligeira correlação negativa entre as perdas devido à desigualdade e a satisfação com a liberdade de escolha e com a comunidade. Revelam ainda que os indivíduos nas sociedades com IDH muito elevado se mostram, em geral, mais satisfeitos com sua liberdade de escolha e com a comunidade. Do estudo destas correlações podem retirar-se lições políticas importantes para os países (tabela 1.3).

Segurança humana

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 1994 defendia que o conceito de segurança deveria evoluir da ideia uma salvaguarda militarista das fronteiras do Estado para a redução da insegurança na vida quotidiana dos indivíduos (ou insegurança humana).⁵⁴ Em qualquer sociedade, a segurança humana é prejudicada por uma variedade de ameaças, incluindo a fome, a doença, a criminalidade, o desemprego, as violações de direitos humanos e os desafios ambientais. A intensidade dessas ameaças varia em todo o mundo, mas a segurança humana continua a ser uma procura universal da libertação do temor e da miséria.

Considere-se a insegurança económica: atualmente, nos países do Norte, milhões de jovens não conseguem encontrar emprego e, no Sul, milhões de agricultores não conseguem ganhar a vida de forma digna e veem-se forçados a migrar, com numerosos efeitos adversos, sobretudo no caso das mulheres. Intimamente relacionada com a insegurança na subsistência está a insegurança no que respeita à alimentação e nutrição. Nos países em desenvolvimento, muitas famílias confrontadas com os elevados

A existência de desigualdades pode afetar negativamente as interações sociais e restringir a liberdade de escolha.

preços dos alimentos não conseguem pagar duas refeições completas por dia, prejudicando o progresso na nutrição infantil. Outra importante causa de empobrecimento em muitos países, ricos e pobres, é o acesso desigual a cuidados de saúde comportáveis. Os problemas de saúde na família (especialmente do chefe da família) são uma das fontes mais comuns de empobrecimento, uma vez que existem perdas de rendimento e despesas médicas.

É preciso que as perspetivas sobre a segurança abandonem uma ênfase errónea colocada na força militar em benefício de um conceito equilibrado centrado nas pessoas. Os progressos nesta mudança podem, em parte, ser recolhidos a partir de estatísticas sobre a criminalidade, especialmente homicídios, e as despesas militares.

Criminalidade

A libertação do temor deve refletir-se em baixos índices de criminalidade, nomeadamente baixos índices de homicídios. Alguns estudos socorram-se também das taxas de homicídios para aferir a participação e confiança cívicas.⁵⁵ O Relatório do Desenvolvimento Humano nas Caraíbas de 2012, for exemplo, salienta que a criminalidade violenta corrói a confiança nas perspetivas de desenvolvimento futuro, reduz a competitividade das indústrias e serviços através da imposição de pesados custos de segurança e prejudica o clima de investimento. A criminalidade pode igualmente

conduzir a uma fuga de cérebros do país ou da comunidade em causa. O desvio de recursos para o controlo da criminalidade reduz os fundos disponíveis para investir nos cuidados de saúde e na educação, atrasando, assim, a integração social e prejudicando o desenvolvimento.⁵⁶

Nos últimos anos, a taxa de homicídios média mundial de 189 países para os quais existem dados disponíveis foi de 6,9 homicídios por 100 000 pessoas,⁵⁷ registando-se o valor mínimo, de 0 (zero), no Mónaco e o valor mais elevado, 91,6, nas Honduras (ver tabela estatística 9). Existe uma ligeira correlação negativa entre as taxas de homicídio e os valores do IDH, registando os países com IDH baixo 14,6 homicídios por 100 000 pessoas, os países com IDH elevado 13,0, e os países com IDH muito elevado 2,1. As mais elevadas taxas de homicídio registam-se na América Latina e Caraíbas (22,2 homicídios por 100 000 pessoas), seguindo-se a África Subsariana (20,4), a Europa e Ásia Central (5,5), os Estados Árabes (4,5), o Sul da Ásia (3,7) e a Ásia Oriental e Pacífico (2,8; mapa 1.1).

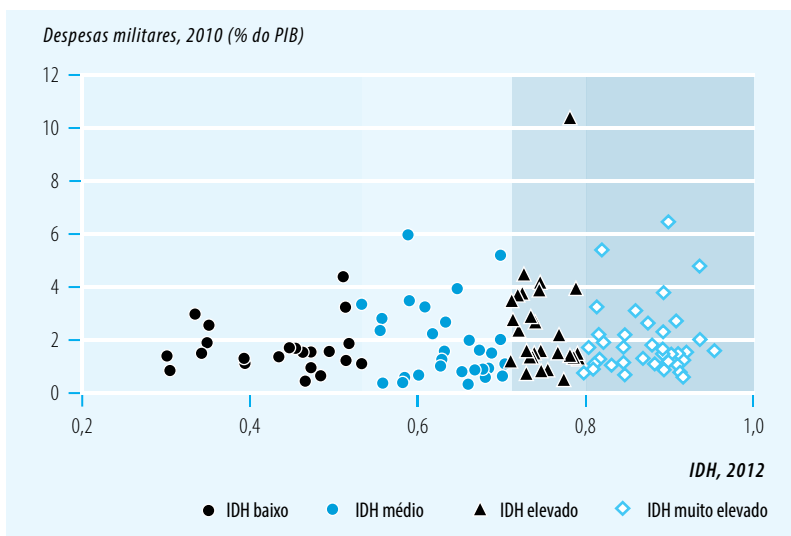
Podem igualmente ser elucidativo estudar as taxas de homicídio nas cidades. Ao contrário da perceção popular, geralmente, a criminalidade não é maior nas cidades mais pobres. Sen observa que Kolkata “é não só uma das cidades mais pobres da Índia como também do mundo, mas apresenta a menor taxa de criminalidade violenta de todas as cidades Indianas.”⁵⁸ O mesmo se aplica no caso dos homicídios: a incidência média de homicídios em Kolkata, que é de 0,3 homicídios por 100 000 habitantes, menor do que em Londres (2,4) e Nova Iorque (5,0), cidades muito mais abastadas.⁵⁹

Sen argumenta que Kolkata tem beneficiado da sua longa história de cidade “mista”, sem separações étnicas ou de rendimentos entre os bairros. A cidade dispõe também há várias décadas de um sistema de serviços públicos essenciais, incluindo hospitais, escolas, estabelecimentos de ensino superior e um sistema de transportes públicos de baixo custo que atenuaram os impactos da exclusão económica e social. Nos comboios locais, os vendedores pobres viajam habitualmente lado a lado com trabalhadores assalariados e trabalhadores administrativos.

Porém, quando não têm acesso a serviços, os indivíduos podem ser mais tentados pela criminalidade. Por exemplo, um estudo britânico sobre a reincidência na criminalidade revelou que muitos dos detidos são vítimas de toda uma vida de exclusão social⁶⁰, estando efetivamente excluídos do acesso a serviços de base.⁶¹

FIGURA 1.8

O desenvolvimento nem sempre é acompanhado por um aumento das despesas militares



Fonte: Despesas militares, Instituto de Investigação sobre a Paz Internacional de Estocolmo; Índice do Desenvolvimento Humano, Cálculos do GRDH.

Despesas militares

Desde o final da Guerra Fria, não se registou qualquer intensificação da militarização a nível mundial, medida pelas despesas militares em percentagem do PIB, em parte devido às mudanças nas ameaças à segurança nacional. Embora os conflitos interestatais pareçam estar em declínio desde o início da década de 1990, o número de conflitos intraestatais aumentou desde meados do século XX.

Hoje, a maioria das ameaças à segurança não provém de outros países, mas sim de insurreições, do terrorismo e de outros conflitos civis.⁶² Os conflitos pós-Guerra Fria fizeram mais de 5 milhões de vítimas, 95% delas civis.⁶³

Na Ásia do Sul, por exemplo, os nove países experimentaram, todos eles, conflitos internos nas duas últimas décadas, e o número de vítimas resultante ultrapassou o dos conflitos interestatais.⁶⁴ Além disso, desde 2001, o número de conflitos é maior nas regiões mais pobres desses países do que noutros lugares.⁶⁵

Em 2010, as despesas militares mundiais relativas aos 104 países para os quais existem dados disponíveis foi superior a 1,4 biliões de dólares americanos, ou seja, 2,6% do PIB mundial. A maioria das despesas foi contraída por países com IDH muito elevado. Contudo, à medida que as economias de outros países cresceram, especialmente nos países com IDH médio, as suas despesas militares foram aumentando. Entre 1990 e 2010, as despesas militares mais do que triplicaram nos países com IDH médio, aumentando quase 50% em países com IDH baixo e 22% em países com IDH muito elevado, e diminuindo praticamente 47% em países de IDH elevado. No entanto, nos três grupos de IDH que registaram um aumento no total das despesas militares, esse incremento foi mais lento do que o crescimento do PIB. Estes agregados escondem uma considerável diversidade. A Europa e Ásia Central assistiram a um declínio de 69% nas despesas militares entre 1990 e 2010, enquanto a Ásia do Sul, a Ásia Oriental e Pacífico e os Estados Árabes registaram aumentos 43% -388%.⁶⁶

Embora o desenvolvimento seja muitas vezes acompanhado por um aumento das despesas militares, nem sempre é esse o caso (figura 1.8). Os valores mais elevados das despesas militares em percentagem do PIB registam-se em numerosos países com IDH elevado e muito elevado, contudo, alguns países de IDH muito elevado apresentam um valor inferior a 1% do PIB, entre eles a Áustria, a Islândia, a Irlanda e o Luxemburgo.

Isto é de particular relevância no que respeita aos países em ascensão do Sul. A Costa Rica, por exemplo, não tem exército desde 1948.⁶⁷ Não possui despesas militares e, dessa forma, conseguiu canalizar mais recursos para os programas e investimentos sociais.⁶⁸ Em 2009, investiu 6,3% do PIB na educação e 7% na saúde. Essas escolhas contribuíram para o seu progresso no IDH, passando de 0,621 em 1980 para 0,773 em 2012.

Hoje, cerca de 20 países não têm forças armadas, ou apenas dispõem de forças armadas exíguas. Tendem a ser países de territórios pequenos, e muitos deles dependem de forças externas para a segurança nacional. Nem todos os países possuem condições prévias propícias para concluir a desmilitarização, mas a maioria tem margem de manobra para proceder a um abrandamento substancial das suas despesas militares. No que se refere, em especial, a conflitos internos, a Índia mostrou que, embora a curto prazo o policiamento possa ser mais eficaz na redução da violência, a redistribuição e o desenvolvimento geral são, a médio prazo, estratégias mais eficazes na prevenção e contenção da agitação civil.⁶⁹

* * *

Esta análise da situação do desenvolvimento humano é positiva e otimista. No entanto, existe ainda muito trabalho por fazer. Quase todos os países têm pela frente desafios a ultrapassar e oportunidades para novos progressos. Particularmente preocupante é o facto de alguns países desenvolvidos estarem a seguir, em resposta à crise da dívida, políticas de austeridade que poderão pôr em causa ou reduzir as futuras escolhas e opções para as populações do Sul.

O único caminho viável para a consecução de um maior desenvolvimento humano será através de um forte investimento no reforço das capacidades e oportunidades. Como o refere o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1991: “Pessoas mais saudáveis, confiantes e qualificadas estarão em muito melhor posição para fazer face a um ambiente em rápida mudança e dar resposta às exigências tecnológicas e competitivas do mercado internacional.”⁷⁰

O próximo capítulo documenta a forma como numerosos países do Sul foram efetivamente capazes de percorrer esse caminho, bem como o impacto global que têm gerado. Os capítulos posteriores analisam a forma como o fizeram, bem como as consequências da ascensão do Sul para a governação internacional e para a reconfiguração das relações de poder a nível mundial.

Nem todos os países possuem condições prévias propícias para concluir a desmilitarização, mas a maioria tem margem de manobra para proceder a um abrandamento substancial das suas despesas militares

“Muda a música, muda a dança.”

Provérbio Africano

“Não quero fechar os quatro cantos da minha casa, nem pôr paredes nas minhas janelas. Quero que o espírito de todas as culturas circule em minha casa com toda a liberdade possível. Mas recuso ser condicionado de alguma forma.”

Mahatma Gandhi

2.

Um Sul mais global



Uma característica marcante do cenário mundial nos últimos anos prende-se com a transformação de muitos países em desenvolvimento em economias dinâmicas que não só têm registado um bom desempenho no que respeita ao crescimento económico e ao comércio como realizado rápidos progressos em matéria de desenvolvimento humano. Nestes tempos de incerteza, os países do Sul têm vindo, em conjunto, a estimular o crescimento económico mundial, contribuindo para o crescimento de outras economias em desenvolvimento, reduzindo a pobreza e aumentando a riqueza em grande escala. Estes países enfrentam ainda fortes desafios, e neles residem muitos dos pobres do mundo¹. Têm, contudo, demonstrado que políticas pragmáticas e um forte empenho no desenvolvimento humano podem abrir caminho às oportunidades latentes nas suas economias, facilitadas pela globalização.

A ascensão do Sul é digna de nota pela sua diversidade. Esta vaga de países em desenvolvimento engloba países com atributos, estruturas sociais, geografia e história extremamente diferentes: por exemplo, Argélia e Argentina, Brasil e Bangladeche, China e Chile, Gana e Guiana, Índia e Indonésia, Malásia e Moçambique. Esses países demonstram que um rápido desenvolvimento centrado nas pessoas pode estar associado a uma forte variedade de contextos, sendo que as suas experiências e conhecimentos constituem uma fonte crescente de melhores práticas, as quais devem permitir que os outros países em desenvolvimento recuperem o seu atraso.

A rápida expansão das relações entre estes países tem contribuído também para uma globalização mais equilibrada. Constata-se um florescimento de novas rotas comerciais: países tão diversos como Marrocos, África do Sul, Tailândia, Turquia e Vietname beneficiam, cada um deles, de importantes relações de exportação e importação com mais de 100 economias.² A evolução das novas tecnologias, adaptadas às condições locais, tem incentivado a produtividade dos povos e permitido a partilha transfronteiriça da produção.

Todo este cenário tem lugar num momento em que a interligação entre as pessoas e os continentes se estabelece numa escala anteriormente inimaginável. Mais de 2 mil milhões de pessoas utilizam a Internet e todos os anos, mais de mil milhões de pessoas viajam pelo mundo.³

Esta transformação afeta toda a dinâmica das relações regionais e globais. Os países líderes do Sul tiveram um papel crucial na resposta à crise financeira de 2008. Regista-se uma intensificação do diálogo sobre o adequado aprovisionamento de bens públicos globais, como por exemplo, a redução das alterações climáticas, o

desenvolvimento de regras com vista à estabilidade dos mercados financeiros, o progresso das negociações comerciais multilaterais e a celebração de acordos sobre mecanismos destinados a financiar e produzir tecnologias verdes. Pode parecer que o aumento do número de participantes dificultará a consecução de um consenso global, no entanto, a ascensão do Sul poderá ajudar a solucionar algumas das questões mundiais que se encontram num impasse e conduzir a acordos mais amigos do desenvolvimento.

Um novo equilíbrio: um mundo mais global, um Sul mais global

Atualmente, verifica-se um reequilíbrio da produção global em moldes não observados desde há 150 anos atrás. O aumento da circulação transfronteiriça de bens, serviços, pessoas e ideias tem sido notável. Em 1800, o comércio era responsável por 2% do produto mundial.⁴ A percentagem permaneceu baixa imediatamente após a Segunda Guerra Mundial e, em 1960, era ainda inferior a 25%. Contudo, em 2011, o comércio era responsável por cerca de 60% do produto mundial.⁵ Esta expansão encontra-se amplamente disseminada: pelo menos 89 países em desenvolvimento registaram um aumento do seu rácio produto/comércio ao longo das últimas duas décadas (caixa 2.1).⁶

Atualmente, em consequência da redução das barreiras comerciais e dos custos dos transportes, a produção industrial é fragmentada transversalmente entre muitos países, grande parte dos quais comercializam bens intermédios.⁷ Refira-se também que as mudanças nas tecnologias de informação tornaram os serviços muito mais

A integração do Sul na economia mundial e o desenvolvimento humano

Numa amostra de 107 países em desenvolvimento, por um período entre 1990-2010, cerca de 87% podem ser considerados globalmente integrados: aumentaram o seu rácio comércio/produto, desfrutaram de várias parcerias comerciais substanciais¹ e mantêm um elevado rácio comércio/produto relativamente a países com níveis de rendimento comparáveis.² Todos estes países em desenvolvimento estão também muito mais interligados com o mundo e entre si: a utilização da Internet tem-se expandido fortemente, registando um crescimento médio anual no número de utilizadores superior a 30% entre 2000 e 2010.

Embora nem todos os países em desenvolvimento integrados globalmente registem rápidos progressos quantificados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o oposto é uma realidade. Quase todos os países em desenvolvimento que, comparativamente aos seus pares entre 1990 e 2012, registaram mais melhorias no que respeita ao IDH (pelo menos 45 na amostra em causa) conseguiram uma maior integração na economia mundial ao longo das últimas duas décadas; o seu aumento em média no rácio comércio/produto excede em cerca de 13 pontos percentuais o do grupo de países em desenvolvimento que registaram uma melhoria mais modesta no IDH. Este dado é coerente com conclusões anteriores, a saber, que os países tendem a abrir mais as suas economias à medida que se desenvolvem.³

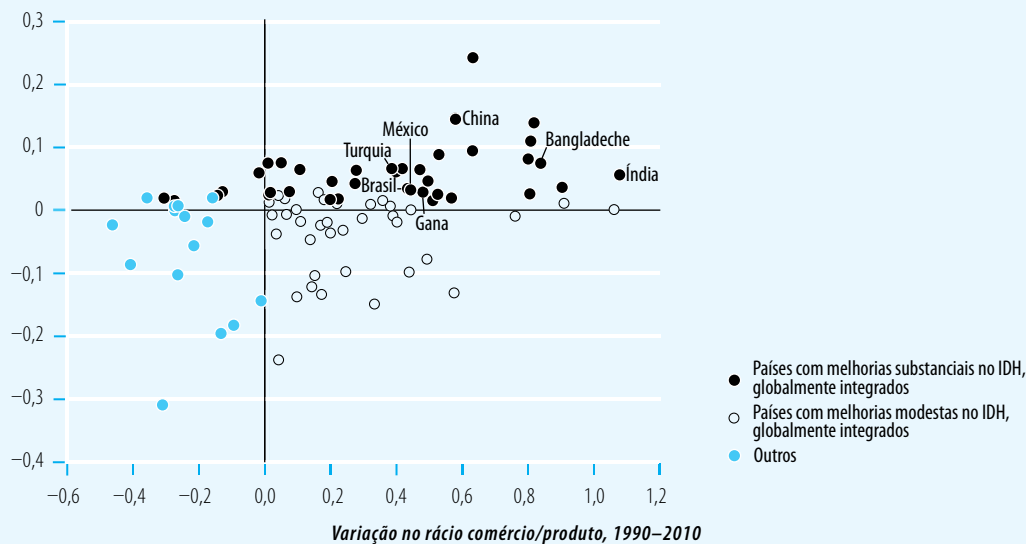
Os países que conseguirem grandes avanços no IDH e cuja integração é cada vez mais visível não incluem apenas os grandes países que dominam as

parangonas, mas também dezenas de países mais pequenos e menos desenvolvidos. Por conseguinte, constituem um grupo mais alargado e mais variado do que as economias de mercado emergentes, muitas vezes designadas por acrónimos, como o BRICS (Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul), o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), o CIVETS (Colômbia, Indonésia, Vietname, Egito, Turquia e África do Sul), e o MIST (México, Indonésia, Coreia do Sul [República da Coreia] e Turquia)

A figura infra estabelece as coordenadas entre a melhoria do IDH e as alterações no rácio comércio/produto, um indicador do nível de participação nos mercados mundiais. Mais de quatro quintos desses países em desenvolvimento aumentaram o seu rácio comércio/produto entre 1990 e 2012. Entre as exceções no subgrupo que também regista uma melhoria substancial do IDH encontram-se a Indonésia, o Paquistão e a Venezuela, três grandes países considerados atores globais nos mercados mundiais, exportando ou importando de pelo menos 80 economias. Dois países mais pequenos cujo rácio comércio/produto diminuiu (Maurícia e Panamá) continuam a situar-se em níveis mais elevados do que seria de esperar no caso de países com níveis de rendimento comparáveis. Todos os países que registaram uma melhoria substancial do IDH e aumentaram o seu rácio comércio/produto entre 1990 e 2012 são assinalados no quadrante superior direito da figura. Os países constantes do quadrante inferior direito (incluindo o Quênia, as Filipinas e a África do Sul) aumentaram o seu rácio comércio/produto, mas apresentam uma melhoria inferior no que respeita ao IDH.

Progresso humano e expansão comercial no Sul

Melhoria relativa de IDH, 1990–2012



1. Comércio bilateral superior a 2 milhões de dólares em 2010-2011.

2. Baseado nos resultados de uma regressão em todos os países do rácio comércio/PIB no rendimento per capita em função da população e da ausência de litoral.

3. Ver Rodrik (2001)

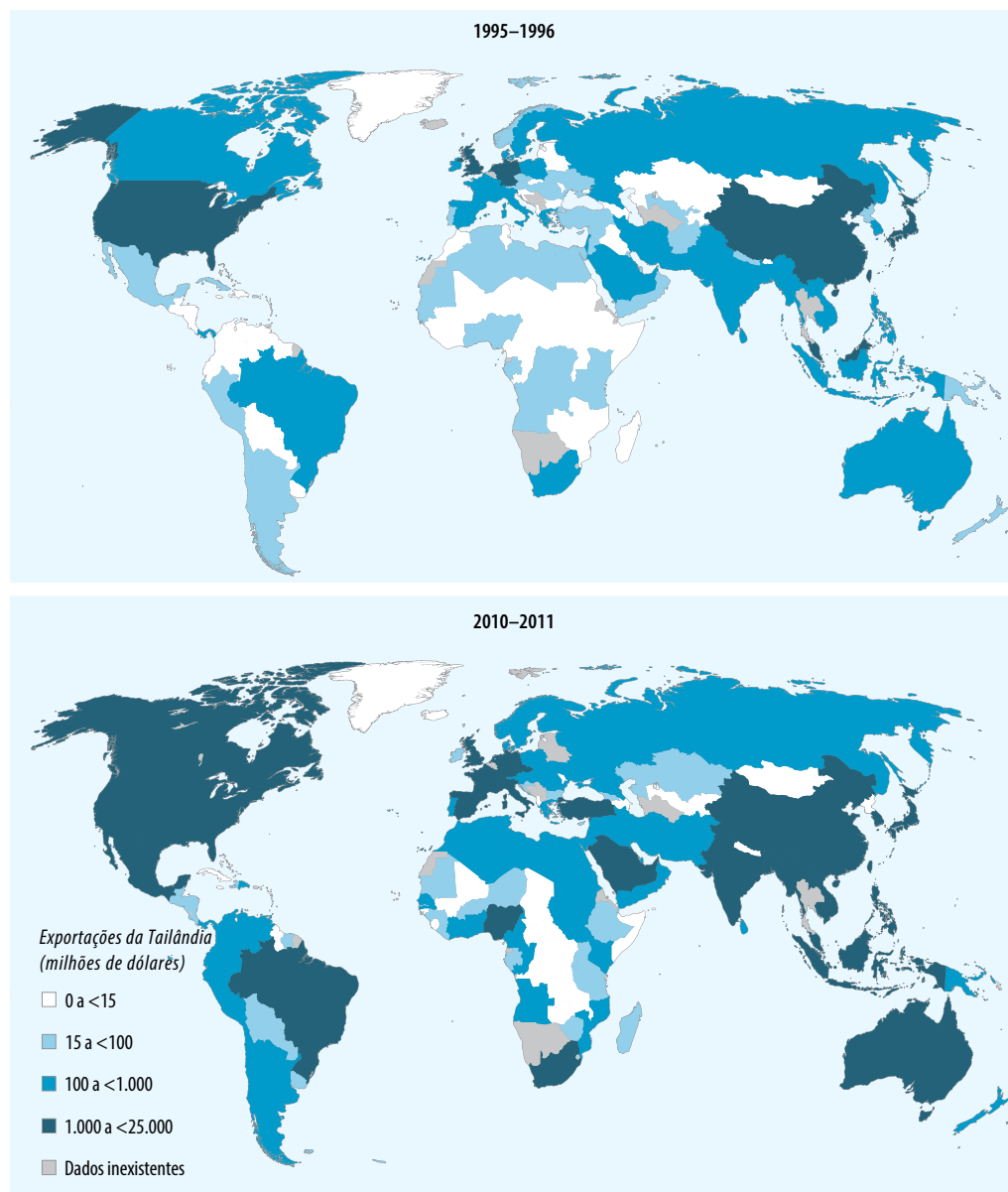
4. A melhoria relativa do IDH é medida pelos residuais de uma regressão da alteração do log de IDH, entre 1990 e 2012 face ao log de IDH inicial em 1990. Cinco países marcados a preto no quadrante superior esquerdo registaram uma melhoria substancial do IDH, mas reduziram o seu rácio comércio/produto entre 1990 e 2010, ainda que mantendo um elevado número de relações comerciais substanciais a nível mundial ou aumentando o comércio mais do que o previsto no caso de países com níveis comparáveis de rendimento per capita. Os países marcados com círculos vazios nos quadrantes superior direito e inferior direito registaram uma melhoria do IDH relativamente modesta entre 1990 e 2012, mas aumentaram o seu rácio comércio/produto ou mantiveram relações comerciais bastante alargadas.

Fonte: cálculos do GRDH; rácios comércio/produto baseados em dados do Banco Mundial (2012a).

comerciáveis. O resultado foi um aumento notável no comércio entre indústrias e entre empresas.

Os países em desenvolvimento, especialmente na Ásia, têm beneficiado grandemente destas mudanças. Entre 1980 e 2010, aumentaram a sua

Expansão das exportações na Tailândia, 1996–2011



Nota: Os dados são médias relativas a 1995 e 1996 e relativas a 2010 e 2011.
 Fonte: UNSD (2012)

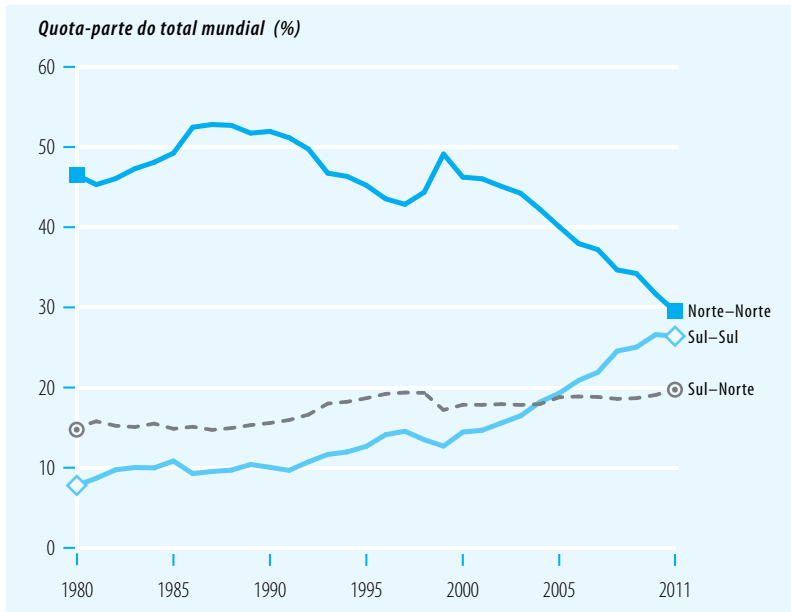
participação no comércio mundial de mercadorias de cerca de 25% para 47%⁸ e a sua participação no produto mundial de 33% para 45%. Atualmente, os países em desenvolvimento representam um terço do valor acrescentado na produção mundial de bens industriais.⁹ Entre 1990 e 2010, oito países em desenvolvimento, membros do G-20, multiplicaram por 15 as exportações de mercadorias, passando de cerca de 200 mil milhões de dólares para 3 biliões de dólares.¹⁰ Contudo, o comércio também aumentou em muitos outros países. Em 2010, as exportações de mercadorias

per capita provenientes da África Subsariana foram mais do dobro das realizadas na Índia.¹¹ Em 1996, a Tailândia tinha cerca de 10 parceiros comerciais para os quais exportava, por país, mais de mil milhões de dólares em produtos; apenas 15 anos mais tarde, o seu número de parceiros em todo o mundo triplicou (mapa 2.1)¹².

O reequilíbrio mundial tem sido acompanhado por uma interligação sem precedentes de regiões em desenvolvimento. Entre 1980 e 2011, a quota-parte do comércio Sul-Sul no comércio mundial de mercadorias aumentou de 8,1% para 26,7%,

FIGURA 2.1

A quota-parte do comércio Sul-Sul no comércio mundial de mercadorias mais do que triplicou em 1980-2011, ao passo que o comércio Norte-Norte registou um declínio



Note: North in 1980 refers to Australia, Canada, Japan, New Zealand, the United States and Western Europe.
Source: HDRO calculations based on UNSD (2012).

TABELA 2.1

Comércio dos países menos desenvolvidos com a China, 2000–2001 e 2010–2011 (milhões de dólares à taxa de câmbio corrente)

Setor	Importações da China		Exportações para a China	
	2000–2001	2010–2011	2000–2001	2010–2011
Matérias-primas agrícolas	16	105	243	1 965
Produtos alimentares e bebidas	164	1 089	378	841
Combustíveis, minérios e metais	42	323	3 126	44 244
Produtos químicos	232	2 178	1	93
Têxteis e curtumes	1 323	8 974	14	138
Ferro e aço	61	1 642	0	1
Outros produtos manufaturados	236	3 132	44	540
Maquinaria industrial	400	4 415	1	1
Eletrônica	382	3 806	3	7
Veículos e equipamento rodoviário	266	6 691	0	1
Vestuário e calçado	266	2 577	4	129
Equipamento e dispositivos profissionais	147	2 291	1	34

Nota: Os valores de exportações são as médias para 2000 e 2001 e para 2010 e 2011 arredondadas para o número inteiro mais próximo, segundo a China; os valores das importações incluem custos, seguros e fretes.
Fonte: cálculos do GRDH baseados na UNSD (2012).

com um crescimento particularmente acentuado na década de 2000 (figura 2.1). No mesmo período, a quota-parte no comércio Norte-Norte diminuiu de cerca de 46% para menos de 30%. Estas tendências mantêm-se mesmo excluindo as exportações e importações de recursos naturais.¹³ O comércio Sul-Sul traduziu-se num grande incentivo ao crescimento durante a recente crise económica. Os países do Sul exportam mais mercadorias (e produtos manufaturados) entre si do que para os países do Norte, e essas exportações são mais intensas no que respeita a competências e tecnologia.¹⁴

A África Subariana passou a ser uma nova e importante fonte e destino para o comércio Sul-Sul. Entre 1992 e 2011, o comércio da China com a África Subariana aumentou de mil milhões de dólares para 140 mil milhões. As empresas Indianas investem atualmente em indústrias africanas, desde de infraestruturas à hotelaria e telecomunicações, enquanto as empresas brasileiras figuram entre os maiores empregadores em Angola.¹⁵

Comércio de bens de capital e serviços

O comércio Sul-Sul oferece aos países em desenvolvimento acesso a bens de capital a preços acessíveis que são muitas vezes mais adequados às suas necessidades do que os bens de capital dos países mais ricos, pelo que tendem a ser mais vezes adquiridos, adotados e imitados.¹⁶ Até a Índia tem beneficiado desta realidade. Em 2010, os bens de capital, como maquinaria elétrica, reatores nucleares e caldeiras dominaram as importações da Índia provenientes da China (60%), representando uma redução de custos estimada em menos 30% face aos bens provenientes de países mais ricos.¹⁷ Estes valores ainda não refletem todo o dinamismo dessas trocas comerciais. Por exemplo, o quarto maior produtor de turbinas na China, Mingyang, adquiriu recentemente 55% da Global Wind Power da Índia, com o objetivo de instalar 2,5 gigawatts de capacidade eólica e solar na Índia.¹⁸

Em 2010-2011, as principais matérias-primas necessárias para desenvolver a capacidade produtiva e as infraestruturas — veículos e equipamento rodoviário, maquinaria industrial, aparelhos e equipamento profissionais, produtos químicos e ferro e aço — corresponderam a quase metade das importações dos países menos desenvolvidos provenientes da China (Tabela 2.1). A categoria de importações mais representativa foi a de

têxteis e curtumes, incluindo fios e tecidos que são utilizados como insumos para as exportações de vestuário dos países menos desenvolvidos destinadas aos mercados do Norte. Produtos eletrônicos de consumo, vestuário e calçado representam menos de 20% das importações dos países menos desenvolvidos com origem na China.

Os países em desenvolvimento também têm aproveitado as oportunidades de comércio de serviços. Os avanços nas tecnologias da informação têm facilitado o comércio de serviços em diferentes níveis de qualificações: trabalho menos qualificado, como em centros de chamadas (*call centers*) e inserção de dados; trabalho de qualificação média, como nos serviços administrativos e de contabilidade, programação, emissão de bilhetes e faturação; e o trabalho altamente qualificado, como arquitetura, animação digital, exames médicos e programação de *software*. Prevê-se a intensificação desta tendência à medida que os países em desenvolvimento tiram proveito dos benefícios de escala obtidos com a provisão dos seus próprios mercados de consumo em expansão.

Um dos serviços mais comercializados a nível internacional é o turismo, que representa 30% das exportações mundiais de serviços comerciais.¹⁹ Os turistas despenderam cerca de 1 bilhão de dólares em 2010; a China figurou entre os destinos mais populares (mais de 57 milhões de chegadas), a par do Egito, Malásia, México, Turquia e Tailândia. A Organização Mundial de Turismo da ONU prevê que, até 2020, três quartos das chegadas de mais de 1,5 mil milhões de turistas ocorrerá dentro das mesmas regiões geográficas.

Investimento direto estrangeiro

O aumento na produção e no comércio de muitos países em desenvolvimento foi apoiado por grandes afluxos de investimento estrangeiro direto (IDE): entre 1980 e 2010, os países do Sul aumentaram a sua participação no IDE mundial de 20% para 50%²⁰. Os fluxos de IDE para os países em desenvolvimento têm sido um precursor do IDE de países em desenvolvimento. A taxa de crescimento dos fluxos, entradas e saídas, de IDE do Sul aumentou rapidamente na década de 1990 e em meados da década de 2000 (figura 2.2). O IDE do Sul destinado a outros países do Sul aumentou 20% por ano entre 1996-2009.²¹ Em muitos países menos desenvolvidos, uma parte significativa do IDE tem agora origem noutros países em desenvolvimento, especialmente nas empresas multinacionais de rápido crescimento com sede no Sul.

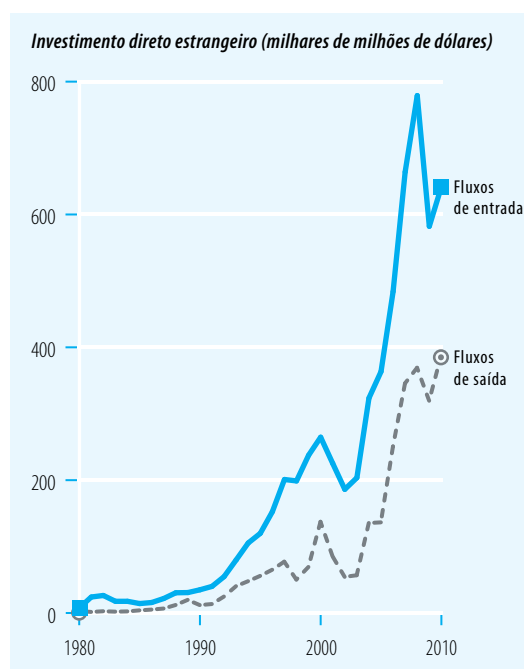
Estes investimentos pressupõem geralmente relações com empresas locais e transferências de tecnologia, que fazem uso intensivo do conteúdo laboral e local. Os dados apontam para uma forte dimensão regional do IDE Sul-Sul, sendo a maioria dos investimentos realizados em países de uma mesma região, muitas vezes em países vizinhos e com a mesma língua.²² O maior investidor externo do Sul é a China, com um total de investimentos de 1,2 biliões.²³

Em 1990, as empresas do Sul correspondiam a apenas 4% da lista das empresas classificadas como as 500 maiores do mundo (Global Fortune 500); em 2011, representavam 22%. Atualmente, uma em cada quatro empresas transnacionais está sediada no Sul. Embora as empresas possam ser de menor dimensão, são numerosas: presentemente, o número de empresas multinacionais coreanas é superior ao das japonesas e o das empresas chinesas é superior ao das existentes nos EUA. As empresas do Sul estão a ganhar uma dimensão

O aumento do comércio e investimento por parte de empresas multinacionais e outras pode ser equiparado a uma terceira revolução industrial

FIGURA 2.2

Os fluxos de Investimento direto estrangeiro com destino e origem do Sul subiram vertiginosamente desde a década de 1990



Nota: Os dados referem-se às economias em desenvolvimento e em transição tal como definidas pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento. Os dados encontram-se convertidos para dólares americanos a taxas de juro correntes.

Fonte: Cálculos do GRDH segundo CNUCED (2011a)

Aquisições pelo Sul de marcas do Norte

Em 2011, 61 das 500 maiores empresas do mundo pertencentes à lista da Fortune Global eram chinesas, oito Índianas e 7 brasileiras. Apenas há cinco anos atrás, a China registava 16 na referida lista, a Índia 5 e o Brasil 3. O Sul tem vindo a ganhar uma dimensão global mediante o investimento externo, recorrendo a fusões e aquisições. A aquisição de marcas de topo do Norte por empresas em países de rendimento médio alto e baixo constitui um sinal da ascensão do Sul. Em 2005, a empresa chinesa Lenovo comprou a divisão de portáteis da IBM por 1,25 mil milhões de dólares e adquiriu mais de 500 milhões de dólares da sua dívida. Em 2010, a Zhejiang Geely comprou a empresa automóvel sueca da Volvo. Em 2011, só as empresas chinesas despenderam 42,9 mil milhões de dólares numa mistura eclética de mais de 200 aquisições. A Sany Heavy Industry Co. adquiriu a Putzmeister, o maior fabricante da Alemanha de betoneiras; a Liugong Machinery Co. Ltd. comprou a fábrica polaca de materiais de construção Huta Stalowa Wola; e o Grupo Shandong Heavy Industry comprou uma participação de 75% no Grupo italiano Ferretti, um fabricante de iates de luxo.

O Grupo Índiano Tata adquiriu a empresa siderúrgica anglo-neerlandesa, a Corus, por 13,3 mil milhões de dólares em 2007, e a Jaguar Land Rover por 2,6 mil milhões em 2008. O Grupo Aditya Birla comprou uma empresa de alumínio norte-americana, a Novelis, em 2007 e a Columbina Chemicals em 2011. A Mahindra e Mahindra adquiriu a Sangyong, uma fábrica de montagem de automóveis coreana na falência. As empresas do setor alimentar brasileiras também têm estado ativas: em 2007, a JBS Friboi comprou a Swift, uma

rival norte-americana, para facilitar a sua entrada nos Estados Unidos. Em 2011, as empresas turcas celebraram 25 contratos no valor de quase 3 mil milhões de dólares. Uma das famosas aquisições da Turquia é a Godiva, um fabricante de chocolate belga, comprada pelo valor de 850 milhões de dólares pela Yildiz Holding. Há registos de aquisições menos conhecidas de marcas do Norte de menor dimensão por empresas do Sudeste Asiático e dos Estados árabes. (Muitas das grandes aquisições são também Sul-Sul. Em 2010, a Bharti Airtel Índiana adquiriu as operações africanas da Zain por 10,7 mil milhões de dólares, e a China gastou 9,8 mil milhões em 27 contratos no Brasil, Índia, Federação Russa e África do Sul).

As aquisições Sul-Norte são frequentemente interpretadas em termos patrióticos. Não é evidente se os negócios contribuem, ou não, para a obtenção de lucro a curto prazo e para a criação de valor. Contudo, a longo prazo, os motivos estratégicos (fora do setor de recursos) parecem ser a aquisição do conhecimento protegido pelos direitos de propriedade intelectual, aptidões e competências que ajudarão à expansão das empresas no estrangeiro e a nível nacional. A aquisição de uma marca consagrada do Norte, embora em dificuldades, oferece às empresas do Sul uma posição em mercados maduros. As empresas compradoras baixam o seu custo de base por meio da diversificação e globalização das cadeias de abastecimento e obtêm a tecnologia e o know-how inerente (como a gestão de risco ou a notação de crédito, no caso de instituições financeiras) para melhorar as capacidades operacionais.

Fonte: GRDH; China Daily 2012; The Economist 2011a,b; Deloitte 2012a,b; Luedi 2008.

global mais cedo do que as empresas de países desenvolvidos o fizeram em fases de desenvolvimento semelhantes²⁴. A sua competitividade tem vindo a aumentar através da aquisição de ativos estratégicos, como por exemplo marcas, tecnologia e redes de distribuição (caixa 2.2).

Redes de Produção

O aumento do comércio e do investimento por parte de empresas multinacionais e outras tem estado associado à expansão de redes de produção internacionais, especialmente na Ásia. À semelhança de uma terceira revolução industrial²⁵, estas redes dividem os processos de produção em várias etapas que cruzam as fronteiras nacionais. Consequentemente, os países em desenvolvimento passaram a estar em posição de diversificar as suas estruturas industriais e de participar em processos de produção complexos. No início, os países em desenvolvimento participaram em segmentos de trabalho intensivo, normalmente na montagem do produto e, posteriormente, evoluíram para o fabrico de componentes e produção de equipamentos. Entretanto, o setor produtivo menos complexo tem vindo a deslocar-se para economias

vizinhas menos avançadas. Simultaneamente, estas instalações fabris geram a procura de fatores de produção e serviços fornecidos pelas empresas nacionais. Desta forma, os novos intervenientes no mercado beneficiam de mais oportunidades de participação na produção internacional — como aconteceu com a Malásia na década de 1970, Tailândia na década de 1980, China na década de 1990 e Vietname atualmente.

O Norte tem desempenhado um papel importante nesta ascensão do Sul, assim como o Sul tem contribuído para a recuperação do abrandamento económico do Norte (caixa 2.3). Redes de produção internacionais foram impulsionadas principalmente pela procura final do Norte. O repentino aumento das redes de produção integrada, só na Ásia, redundou num forte crescimento das exportações de alta tecnologia que se cifrou em quase 320 mil milhões de dólares entre 1995 e 2005.²⁶

Redes Pessoais

Muitas oportunidades transnacionais, tanto no domínio do comércio como do investimento, surgem através de relações pessoais, frequentemente estabelecidas entre migrantes

Laços que vinculam: a dependência mútua entre o Norte e o Sul

Uma parte substancial do comércio Sul-Sul, especialmente de peças e componentes fabricados, é impulsionada pela procura no Norte, o que torna os países do Sul sensíveis a convulsões no Norte. Após a crise financeira mundial de 2008, por exemplo, as exportações do Sudeste Asiático para o Japão, a União Europeia e os Estados Unidos caíram cerca de 20% entre 2008 e 2009. A queda percentual nas exportações da China para essas economias também foi de dois dígitos.

O Norte conta também cada vez com o Sul para lançar a sua retoma. Desde 2007, as exportações dos EUA para a China e América Latina e Caraíbas cresceram 2,5 vezes mais depressa do que as exportações dos EUA para os mercados tradicionais do Norte. Com um dólar fraco e um sólido aumento do poder de compra no Sul, a expansão das exportações dos EUA envolveu não só os setores tradicionais, tais como aviões, máquinas, *software* e filmes de Hollywood, e ainda novos serviços de elevado valor, como por exemplo, arquitetura, engenharia e finanças. Por detrás da expansão das maravilhas arquitetónicas de Xangai (incluindo as torres de Xangai, que será o edifício mais alto do país, em 2015) estão designers e engenheiros de estruturas dos EUA, que obtêm uma parcela

cada vez maior dos direitos de autor e das remunerações por serviços exportados para o Brasil, China e Índia.

Além do mais, a crescente “economia app” apoiada por empresas como a Apple, Facebook e Google emprega mais de 300 000 pessoas cujas criações são facilmente exportadas. A Zynga, uma grande empresa que produz jogos *online* e aplicações para telemóveis, registou uma receita de 1,1 mil milhões de dólares em 2011, um terço da qual provém de fora dos Estados Unidos. O impacto de uma classe de consumidores em crescimento no Sul é sentido não apenas no setor dos serviços, mas também no dos produtos manufaturados e produtos de base. Um terço das exportações dos EUA é agora assegurado por empresas que empregam menos de 500 pessoas; através de novas técnicas, como a impressão tridimensional, muitas têm vindo a recuperar os mercados, anteriormente perdidos devido às importações. Os mercados emergentes também reativaram o papel dos EUA como produtor de produtos de base (cereais, por exemplo). Esta mudança nos padrões de comércio sugere que um abrandamento no Sul traria o crescimento recentemente dinamizado das exportações do Norte, tal como a recessão do Norte atingiu o Sul.

Fonte: GRDH; The Economist 2012b.

internacionais e os seus países de origem. Estima-se que, em 2010, 3% da população mundial (215 milhões) eram imigrantes de primeira geração²⁷, e perto de metade deles viviam em países em desenvolvimento.²⁸ Quase 80% da migração Sul-Sul tem lugar entre países fronteiriços.²⁹

As diásporas de migrantes constituem uma enorme fonte de divisas. Em 2005, as remessas Sul-Sul foram estimadas em 30%-45% das remessas mundiais.³⁰ As diásporas são igualmente uma fonte de informação sobre as oportunidades de mercado e podem ser associadas a um aumento do comércio bilateral e do investimento direto estrangeiro.³¹ Por exemplo, as empresas multinacionais americanas com uma elevada percentagem de funcionários oriundos de determinados países têm menos necessidade de depender de parceiros de negócios nos países com os quais os seus funcionários têm laços culturais.³²

As relações podem também ser reforçadas quando os migrantes regressam ao seu país de origem. Muitos profissionais das tecnologias de informação da Silicon Valley, na Califórnia, por exemplo, levaram consigo as suas ideias, capitais e redes quando regressaram aos seus países de origem. Outros emigrantes, quando regressam ao seu país, têm-se dedicado a formar empresas e a construir novas infraestruturas, universidades e hospitais. Os empresários que regressam mantêm o contacto com os antigos colegas, facilitando

a divulgação de informações empresariais. A colaboração científica a nível transfronteiriço envolve também, e de forma desproporcionada, cientistas com ligações à diáspora.³³

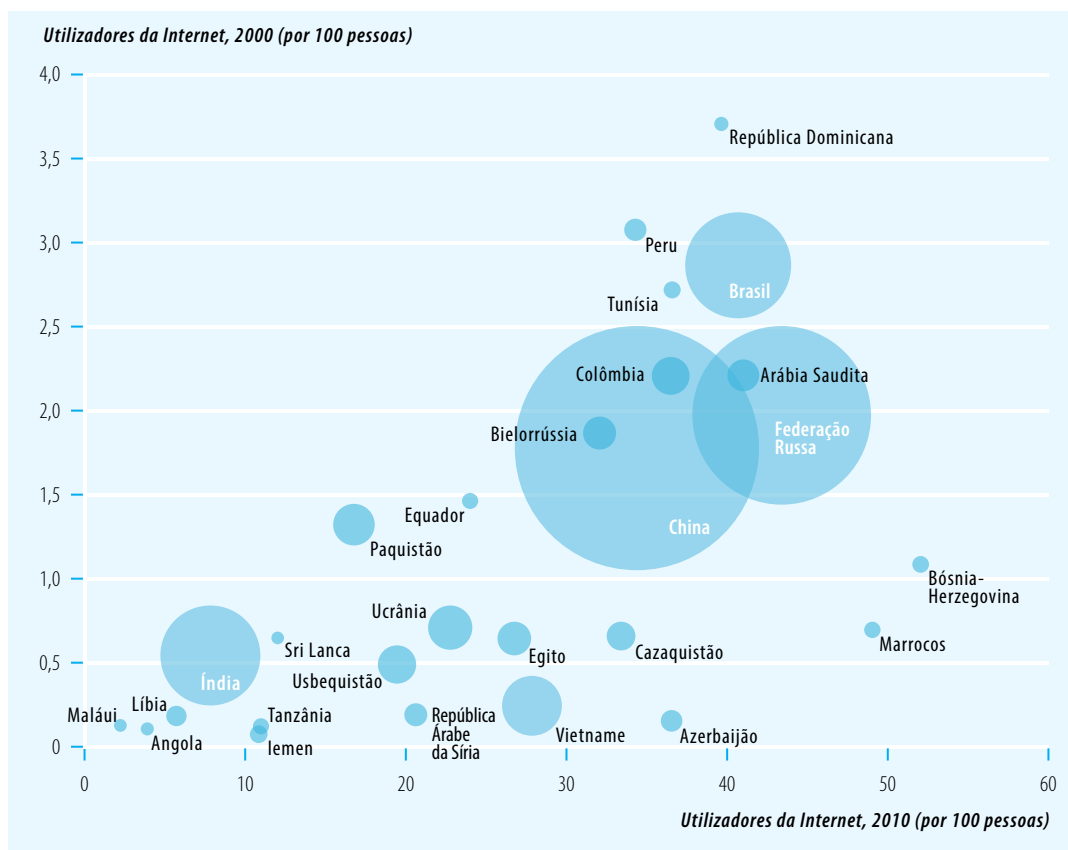
O crescente acesso à Internet e aos meios de comunicação tornou possível outros fluxos de informação. Entre 2000 e 2010, o crescimento médio anual da utilização da Internet foi excepcionalmente elevado em cerca de 60 países em desenvolvimento (figura 2.3).³⁴ Dos 10 países com maior número de utilizadores de redes sociais populares como o Facebook, 6 situam-se no Sul.³⁵ Embora estes números reflitam, em parte, uma base reduzida em 2000, a divulgação e adoção de novos meios de comunicação revolucionaram muitos setores em vários países (caixa 2.4).

Dinâmica do Desenvolvimento Humano

O bom desempenho em áreas como o comércio, o investimento e a produção internacional também depende do aumento dos níveis de desenvolvimento humano, como ilustrado pela associação entre a elevada receita *per capita* proveniente das exportações e os progressos em matéria de educação e saúde (figura 2.4). Os países mais bem-sucedidos, assinalados no quadrante superior direito da figura, tendem também a dispor de melhores

FIGURA 2.3

Entre 2000 e 2010, a utilização da Internet cresceu mais de 30% no período de um ano em cerca de 60 países em desenvolvimento



Nota: A dimensão dos círculos é proporcional ao total de assinaturas de Internet em 2010 (320 000 em Angola e 6,7 milhões no Vietname, para referência). Só se encontram representados os países em desenvolvimento que ultrapassam o percentil 75 do crescimento anual composto do número de utilizadores da Internet. Fonte: UIT 2012; Banco Mundial 2012a.

Os países de acolhimento precisam de investir na capacidade dos seus cidadãos para identificar e utilizar o conhecimento subjacente às ideias e capital estrangeiros

oportunidades económicas para as mulheres. O aumento do comércio atrai novos trabalhadores, frequentemente mulheres, para o mercado de trabalho, alargando as suas escolhas. Esses novos trabalhadores nem sempre beneficiam de boas condições de trabalho; os esforços para manter os custos baixos podem exercer pressão sobre os salários e ambientes de trabalho. Alguns governos poderão resistir à ideia de reforçar os direitos dos trabalhadores, se, na sua ótica, essa opção representar um aumento dos custos de produção e uma redução da competitividade (caixa 2.5).³⁶

A capacidade das pessoas e instituições também afeta os benefícios do IDE. Os países de acolhimento precisam de investir na capacidade dos seus cidadãos para identificar, assimilar e desenvolver as vantagens, para o país, do conhecimento subjacente às ideias e capital estrangeiros.³⁷ De facto, uma força de trabalho instruída e saudável

é muitas vezes um fator determinante na decisão dos investidores estrangeiros sobre o local de investimento. Esta associação positiva entre os afluxos de IDE e os progressos em matéria de saúde e educação é comprovada numa amostra de 137 países (figura 2.5).³⁸

Esta relação entre uma população qualificada e o investimento estrangeiro tende a reforçar-se mutuamente. Mas existem valores discrepantes. O IDE poderá manter-se em países com resultados modestos em matéria de desenvolvimento humano se forem excepcionalmente ricos em recursos naturais. Entre 2003 e 2009, por exemplo, muitos países africanos ricos em recursos e onde o IDE contribuiu substancialmente para o crescimento da sua economia registaram alguns dos valores mais baixos de não rendimento do IDH.³⁹ Contudo, o impacto sobre o desenvolvimento é limitado quando esses investimentos se confinam a enclaves e se

Telemóveis e o projeto Palapa ring: conectar a Indonésia

A Indonésia utilizou a tecnologia de telecomunicações para conectar entre si o seu grande grupo de ilhas longínquas e para abrir o país ao mundo exterior recorrendo a meios inimagináveis há uma geração atrás. Esta transformação não foi espontânea: exigiu um forte investimento privado e público e uma orientação política visionária do Conselho Nacional para as Tecnologias de Informação e Comunicação, Dewan Teknologi Informasi dan Komunikasi Nasional (DETIKNAS). Com uma população diversificada e dispersa por um vasto arquipélago de quase mil ilhas habitadas, a Indonésia enfrentou enormes obstáculos na sua transição para a era digital. As comunicações entre as ilhas eram limitadas. Os telefones fixos eram poucos, disponíveis para a maioria dos indonésios apenas nas grandes cidades e com custos elevados.

Contudo, até 2010, foram registados 220 milhões de telemóveis num país com 240 milhões de habitantes. Segundo as estimativas, 85% dos adultos possuíam telefones, uma vez que os incentivos do Estado e a concorrência de mercado reduziram extraordinariamente, tanto os preços dos aparelhos como os do serviço de telefone. O número de utilizadores de Internet na Indonésia também tem aumentado exponencialmente. Ainda em 2008, as estimativas indicam que apenas 13 milhões tinham acesso regular à Internet. No final de 2011, mais de 55 milhões de pessoas dispunham de acesso, de acordo com estudos realizados pelo setor. A maioria dos jovens indonésios em áreas urbanas desfruta atualmente de acesso à Internet, principalmente por meio de telemóveis, mas também através dos 260 000 cibercafés (*warnets*) existentes no país.

Através do DETIKNAS, o governo considerou o acesso à Internet uma prioridade nacional, construindo o que designa por “Palapa Ring”, uma rede de cabos de fibra ótica em todo o arquipélago. Aproxima-se do seu objetivo de equipar as escolas de milhares de aldeias rurais remotas com serviços de Internet e

introduziu sistemas de orçamentação e contratação pública eletrónicos para as suas próprias operações empresariais. Talvez o mais impressionante seja o extraordinário crescimento dos media sociais. Em julho de 2012, contavam-se 7,4 milhões de utilizadores registados no Facebook só na grande Jacarta — o segundo número mais elevado de qualquer cidade do mundo, a seguir a Banguecoque que conta com 8,7 milhões. Em toda a Indonésia, existiam 44 milhões de contas do Facebook — quase tanto como os 49 milhões da Índia. A Indonésia tornou-se um país onde os ministros enviam *tweets* diários para os eleitores. Regista o terceiro maior número de assinantes do Twitter no mundo e os ambientalistas utilizam as bases de dados *online* e as ferramentas de mapeamento do Google Earth para divulgar a deflorestação.

Os benefícios do desenvolvimento humano desta revolução digital são visíveis, afirmam os analistas indonésios, mencionando, por exemplo, os telefones celulares que dão às comunidades rurais acesso a informação sobre saúde pública, serviços bancários e ainda sobre o mercado agrícola. A participação cívica ficou a ganhar com a expansão dos serviços públicos de informação *online* desde a passagem em 2010 de um acesso alargado para um acesso controlado à luz da lei da informação. A economia também beneficia. Um estudo realizado em dezembro de 2011 pela Deloitte Access Economics calculou que a economia cibernética já representa 1,6% do PIB da Indonésia, mais do que o valor das exportações de gás natural e comparáveis à percentagem registada no Brasil (1,5%) e na Federação da Rússia (1,6%), embora ainda menor do que na China (2,6%) e Índia (3,2%). Deloitte prevê um aumento para, pelo menos, 2,5% do PIB em cinco anos, um contributo substancial para o crescimento de 6%–7% do PIB ao ano até 2016, previsto pelo Fundo Monetário Internacional para a Indonésia.

Fonte: Karimuddin 2011; Deloitte 2011.

desvinculam do resto da economia. Os benefícios indiretos do IDE tendem, na ausência de um investimento sustentado na capacidade das pessoas, a não ter uma incidência tão alargada. A este respeito, países relativamente pobres em recursos como a Etiópia e a Tanzânia são dignos de nota pelo forte aumento do valor do IDH—não rendimento entre 2000 e 2010 e por registarem um IDE acima da média, no mesmo período.

O desenvolvimento humano é igualmente vital para participar nas cadeias mundiais de abastecimento. Ao contrário da perceção popular, a abundância de mão-de-obra barata e pouco qualificada não basta. Mesmo a montagem de peças feita noutro local pode ser um trabalho complexo, exigindo qualificações individuais e competências sociais para coordenar e organizar em larga escala. As pessoas podem adquirir essas competências com formação, educação e apoio político adequados. As capacidades humanas de base são igualmente cruciais.⁴⁰ A China, a Malásia, as Filipinas e a Tailândia na Ásia Oriental; Brasil, Costa Rica e México na América Latina e Caraíbas; e Marrocos

e Tunísia nos Estados árabes registam alguns dos níveis mais elevados de participação no comércio de peças e componentes. Os benefícios generalizados só se acumulam quando as atividades são ampliadas (caixa 2.6). No entanto, é de observar que no comércio de peças e componentes, a percentagem do valor acrescentado de cada país é geralmente baixa. Em países onde a produção ocorre quase inteiramente em enclaves ligados a cadeias de abastecimento no exterior, com laços limitados à economia nacional, os benefícios para o resto da economia são limitados.⁴¹

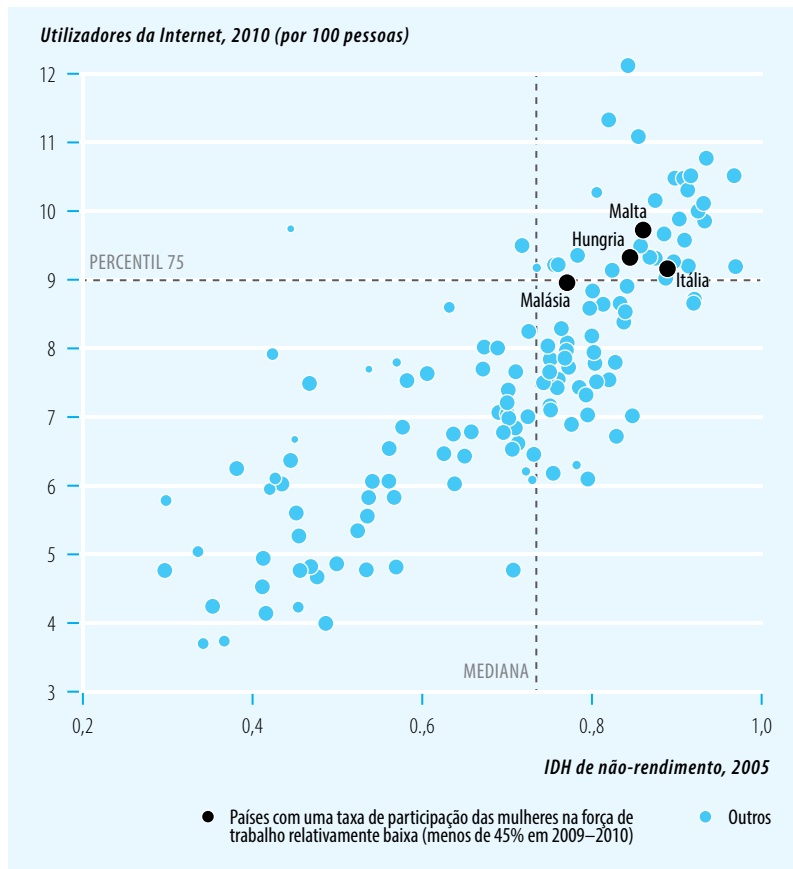
Ajudar outros países a recuperar o atraso

A ascensão do Sul ainda não é uniforme na totalidade dos países em desenvolvimento. O ritmo de mudança tem sido mais lento, por exemplo, na maioria dos 49 países menos desenvolvidos, especialmente nos países sem litoral ou distantes dos mercados mundiais. Contudo, muitos desses países poderiam beneficiar mais do comércio, do

O desenvolvimento humano é igualmente vital para participar nas cadeias mundiais de abastecimento; a abundância de mão-de-obra barata e pouco qualificada não basta

FIGURA 2.4

As receitas de exportação *per capita* e o desenvolvimento humano estão profundamente correlacionados



Nota: A dimensão dos círculos é proporcional à quota-parte do sector não primário no produto.
Fonte: cálculos do GRDH e do Banco Mundial (2012a).

investimento e das transferências tecnológicas e financeiras Sul-Sul, como o provam os dados mais recentes.

Um estudo recente das tendências ao longo de 1988-2007 regista repercussões positivas do crescimento da China nos restantes países em desenvolvimento, sobretudo nos seus parceiros comerciais mais próximos.⁴² Estes benefícios compensaram, em certa medida, o abrandamento da procura dos países desenvolvidos. O crescimento nos países de baixo rendimento teria caído entre 0,3 e 1,1 pontos percentuais entre 2007 e 2010, caso o crescimento tivesse diminuído na China e na Índia a um ritmo semelhante ao das economias desenvolvidas.⁴³ Atribuiu-se ao IDE de um único país, a China, o mérito de contribuir de forma substancial para as taxas de crescimento em diversos países africanos, inclusivamente em 2008-2009, altura em se dissipavam outros incentivos ao crescimento. Entre 2003 e 2009, o contributo

estimado do investimento direto estrangeiro (IDE) chinês para o crescimento variou entre os 0,04 pontos percentuais na África do Sul e os 1,9 pontos percentuais na Zâmbia. Essa contribuição foi igualmente elevada na República Democrática do Congo (1,0 pontos percentuais), Nigéria (0,9), Madagáscar (0,5), Níger (0,5) e Sudão (0,3).⁴⁴

Os produtores de produtos de base na África Subariana, e não só, beneficiaram de um aumento exponencial e prolongado do interesse nos produtos de base por parte da Ásia Oriental e do Sul. As importações baratas aumentam também o poder de compra dos consumidores de baixo rendimento e a competitividade dos produtores orientados para a exportação. Alguns países africanos podem, contudo, ser prejudicados pela situação de enclave das indústrias extrativas, o que reduz os lucros potenciais do comércio Sul-Sul e expõe as economias ao risco da chamada “doença holandesa”. Todavia, o sector primário pode gerar consideráveis ligações a montante e a jusante, como o demonstraram o Brasil, o Chile, a Indonésia, a Malásia e Trindade e Tobago. Entre as possibilidades que se colocam contam-se a agro indústria e a infraestrutura logística, bem como a procura de serviços (na transformação e distribuição de alimentos, na construção, na reparação e na manutenção), sectores que geram emprego, rendimento e aprendizagem e podem permitir aos empresários iniciar novos ciclos de inovação e investimento.

São hoje evidentes vários sinais encorajadores. Os investimentos mais recentes provenientes da Ásia Oriental e do Sul no sector africano de produtos de base revelam menos características de enclave, e muitos dos governos do Sul dão mostras de maior pragmatismo. Ao mesmo tempo que adotam políticas macroeconómicas sólidas, reforçam as instituições e apostam na abertura, empenham-se, também, de forma ativa na política industrial e na promoção do empreendedorismo, da educação, da aquisição de competências e da atualização tecnológica. Apoiam os agregados (clusters) industriais e as zonas económicas, expandem o comércio e o investimento regionais, e criam, simultaneamente, mecanismos financeiros e de crédito destinados às pequenas e médias empresas. Uma política macroeconómica sólida ajuda a gerir os riscos de grandes afluxos de divisas estrangeiras, e, a par desta, uma política industrial inteligente aprofunda as ligações internas e reforça os multiplicadores do mercado.

Trabalho digno num mundo competitivo

A disponibilidade de empregos dignos e bem remunerados oferece, do ponto de vista económico, maior emancipação, especialmente para as mulheres. Contudo, hoje em dia, o ambiente concorrencial a nível mundial obriga os trabalhadores a fazer mais em menos tempo e por um salário mais baixo. Tanto na perspetiva do desenvolvimento humano como na perspetiva empresarial, é mais fácil um país ser competitivo se aumentar a produtividade do trabalho. A competitividade obtida à custa de salários mais baixos e de uma carga horária maior não é sustentável. A flexibilidade laboral não deveria significar a adesão a práticas que comprometem as condições de trabalho digno. Pelo menos 150 países assinaram as principais convenções da Organização Internacional do Trabalho em matérias como a liberdade de associação e a discriminação no local de trabalho. A legislação laboral sobre o salário mínimo, a proteção do emprego, a carga horária, a segurança social e os modelos contratuais visam, no seu conjunto, reduzir a desigualdade, a insegurança e os conflitos sociais; e prevê incentivos empresariais com vista à adoção de estratégias de gestão promissoras. A visão de que uma regulamentação é sempre prejudicial para as empresas já não merece crédito. Um dos principais indicadores do Banco Mundial, o “Doing Business” relativo à contratação de trabalhadores que classificava os países no que respeita à leniência das medidas relacionadas com a contratação e despedimento de trabalhadores foi descartado porque levava enganosamente à conclusão de que menos regulamentação era sempre a melhor opção.

Os retalhistas internacionais e agentes de contratação têm a responsabilidade de garantir que as condições de trabalho nas empresas para as quais fornecem trabalhadores cumprem as normas internacionais. Considere-se o recente caso de uma das empresas mais valiosas do mundo, a Apple, e o seu contratante, a Foxconn. Depois de uma série de denúncias nos meios de comunicação que documentavam condições de trabalho terríveis nas fábricas da Foxconn, a Apple solicitou a um grupo de controlo, a Fair Labor Association, uma investigação do caso. Quando a associação publicou as suas conclusões confirmando os baixos salários, o excesso de horas de trabalho e as más condições de trabalho, a Foxconn concordou em introduzir reformas substanciais, acabando por reduzir a média de horas de trabalho semanal para 49, conforme exigido pela legislação chinesa. Na qualidade de maior empregador do setor privado na China, a Foxconn esteve em posição de introduzir melhorias e de influenciar indiretamente as condições de trabalho de milhões de pessoas. Notável neste episódio foi o facto de a opinião pública num país do Norte (meios de comunicação e grupos de defesa dos EUA) ter pressionado uma empresa com sede nesse país a contestar um parceiro num país do Sul para defender as próprias normas laborais desse próprio país. Este resultado só foi possível por se viver numa época em que as práticas comerciais e empresariais, a ética e universalidade dos direitos humanos de base começam a convergir para uma norma mundial.

Fonte: GRDH; Berg e Cazes 2007; Duhigg e Greenhouse 2012; Heller 2012.

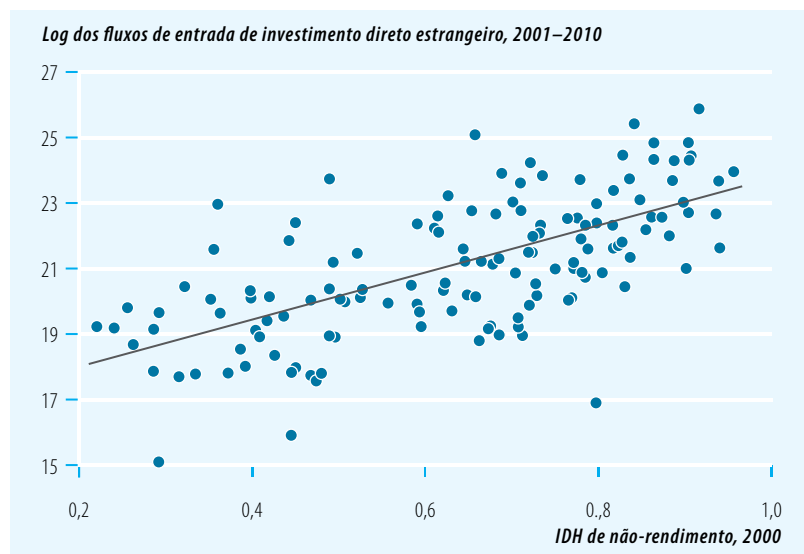
Muitos países beneficiaram também da transferência de tecnologias e de IDE em setores que contribuem para o desenvolvimento humano. Por exemplo, as empresas Indianas fornecem hoje a países africanos, a preços acessíveis, medicamentos e equipamentos médicos, bem como serviços e produtos de tecnologias da informação e comunicação. O mesmo se passa com algumas empresas brasileiras e sul-africanas nos respetivos mercados regionais. O IDE asiático em África contribuiu também para a expansão das infraestruturas de utilidade pública e de telecomunicações.

Aumento das pressões concorrenciais

No entanto, as exportações provenientes de países maiores podem também ter desvantagens. Os grandes países geram pressões concorrenciais que podem sufocar a diversificação económica e a industrialização nas economias mais pequenas. Exemplos disso são os setores da eletricidade na Zâmbia, do vestuário no Quênia e no Senegal e dos têxteis na África do Sul.⁴⁵ As exportações africanas de vestuário teriam dificuldades em manter a sua quota de comércio nos principais mercados se não fossem as preferências comerciais e regras de origem liberais permitidas pela lei “African Growth

FIGURA 2.5

O atual investimento direto estrangeiro está associado de forma positiva aos progressos na saúde e na educação nos anos anteriores



Nota: Média do IDE (em milhões de dólares) dos anos 2001 a 2010 expressa no logaritmo natural. O IDH de não-rendimento da Nigéria é relativo a 2005.
Fonte: Cálculos do GRDH e CNUCED (2011a).

and Opportunity Act” (Lei de Crescimento e Oportunidades para África) dos Estados Unidos e pela iniciativa “Tudo menos Armas” da UE.⁴⁶

A montagem final não é condicionada apenas por salários baixos

O iPhone e o iPad, dois produtos tecnológicos muito populares, são montados numa empresa localizada em Shenzhen, na China, e vendidos em todo o mundo a preços de venda a retalho da ordem das centenas de dólares. O valor do trabalho incorporado na China, abaixo dos 10 dólares, representa menos de 2% do custo de um iPad, e apenas 3,6% do custo de venda grossista de um iPhone fica nas mãos dos trabalhadores chineses. O resto do valor reverte a favor os fornecedores de peças e componentes sediados na Alemanha, Japão, República da Coreia e Estados Unidos. As empresas coreanas LG e Samsung produzem o ecrã e os chips de memória; a Apple retém a conceção do produto, o desenvolvimento do *software* e as funções de *marketing* nos Estados Unidos; e a empresa de montagem é de propriedade taiwanesa.

A pequena parte do valor que cabe aos trabalhadores na China pode levar a pensar que a montagem não exige grande sofisticação. Mas isso é enganador. Embora a Ásia seja atraente graças aos seus salários mais baixos, sobretudo no que respeita aos trabalhadores semiqualficados, coloca-se um desafio muito maior às empresas de tecnologia, a saber, a gestão das cadeias

de fornecimento globais que envolvem a aquisição de partes e componentes a centenas de empresas, o que exige uma rara combinação de competências industriais, flexibilidade, celeridade e diligência aos níveis, simultaneamente, individual e coletivo. Por exemplo, um executivo da Apple afirmou ao *New York Times* que “os EUA deixaram de formar indivíduos com as competências que procuramos”.

Vejamos o incidente ocorrido em meados de 2007, quando a Apple teve apressadamente de modificar o vidro do ecrã do iPhone. A primeira entrega do novo vidro reforçado e anti-riscos chegou à fábrica de Foxconn a meio da noite, e o trabalho começou de imediato. Passados três meses, a Apple tinha vendido um milhão de iPhones. Foram necessários 15 dias para contratar 8 700 engenheiros industriais incumbidos de supervisionar os 200 mil trabalhadores das cadeias de montagem posteriormente envolvidos no fabrico dos iPhones. As estimativas internas da Apple previam um período mínimo de nove meses para a consecução de resultados semelhantes nos Estados Unidos.

Fonte: GRDH; Kraemer, Linden e Dedrick 2011; Xing e Detert 2010; Duhigg e Bradsher 2012.

Nem mesmo os países de maior dimensão estão imunes às pressões da concorrência. As exportações chinesas afetam a indústria brasileira por via da importação de produtos manufaturados mais baratos e, indiretamente, da concorrência em mercados terceiros.⁴⁷ O Brasil respondeu indiretamente, em setembro de 2011, apresentando formalmente uma proposta à Organização Mundial do Comércio no sentido de serem estudadas soluções comerciais, com vista a corrigir as flutuações cambiais que conduzem a surtos de importações.⁴⁸ A Índia procura há muito obter um acesso recíproco ao mercado chinês para os seus automóveis.

A fim de paliar os efeitos adversos do aumento das exportações para alguns dos seus parceiros, a China concede empréstimos preferenciais e cria programas de formação, com vista a modernizar os setores do vestuário e dos têxteis em países africanos.⁴⁹ A China incentivou os seus setores industriais consolidados, como o dos curtumes, a aproximar-se mais da cadeia de abastecimento em África, assim como as suas modernas empresas de telecomunicações, produtos farmacêuticos, eletrónica e construção a associar-se em consórcio com empresas africanas.⁵⁰

Além disso, registaram-se casos em que os choques concorrenciais foram seguidos por uma revitalização industrial. A indústria do calçado etíope, por exemplo, foi inicialmente substituída pelas importações baratas da Ásia Oriental, resultando em despedimentos e encerramentos de empresas em grande escala, sobretudo nos segmentos inferiores do mercado, tradicionalmente abastecidos

por microempresas etíopes. Contudo, a indústria depressa recuperou, conseguindo mesmo penetrar no mercado internacional.⁵¹ Um inquérito entretanto realizado revela que 78 das 96 empresas etíopes que, em 2006, declararam estar a ser duramente atingidas pela concorrência das importações se adaptaram e se tornaram competitivas no espaço de poucos anos. A indústria de plásticos da Nigéria passou por um relançamento semelhante.⁵²

Outra preocupação a ter em conta consiste no facto de os atuais padrões da procura por parte de outros países do Sul poderem acentuar a especialização crónica de muitas economias africanas em produtos de base primários. A experiência dos países menos desenvolvidos, 33 dos quais africanos, parece confirmar essa preocupação (ver tabela 2.1). Em 2011, o combustível e as matérias-primas agrícolas, os metais e os minérios representaram mais de 96% das exportações dos países menos desenvolvidos com destino à China. As exportações totais para China de produtos manufaturados por países menos desenvolvidos somaram menos de mil milhões de dólares; as importações de produtos manufaturados da China ultrapassaram os 38 mil milhões de dólares.

A longo prazo, no entanto, a cooperação Sul-Sul pode vir a inverter esse padrão, promovendo investimentos sequenciais fora das indústrias de extração de recursos naturais, na agricultura e na transformação, bem como em serviços, por exemplo, financeiros e de telecomunicações. Em África, depois de terem sido negligenciadas durante anos

por governos e doadores tradicionais, as infraestruturas tornaram-se novamente prioritárias, com base nas experiências e no apoio dos novos parceiros de desenvolvimento da região. Alguns países chegaram mesmo a recorrer a contratos exclusivos de crédito, garantidos pelo fornecimento de produtos de base, para financiar infraestruturas.⁵³

Nem a perspectiva da complementaridade, nem a perspectiva da concorrência, são por si só suficientes para explicar as interações Sul-Sul. Uma vez que qualquer papel concorrencial, hoje, pode facilmente tornar-se, amanhã, num papel de complementaridade, estas classificações não devem ser aplicadas rigidamente. Passar da concorrência para a cooperação parece depender das políticas destinadas a fazer face aos novos desafios. As posições mais pessimistas de que não existiria esperança na industrialização na África Subariana foram ultrapassadas pela realidade no terreno, que revela uma enorme capacidade progresso apesar - ou talvez por causa - da concorrência. A este respeito, escritores africanos, como Dambisa Moyo, mostram-se muito seguros quanto ao papel mutuamente benéfico dos novos atores no continente.⁵⁴

A passagem de mercados tradicionais para mercados emergentes afeta também os países de uma forma ainda difícil de prever. Veja-se a indústria da madeira em África, que se reorientou para servir um mercado predominantemente chinês em detrimento do europeu.⁵⁵ Só em volume, a China representa o mercado mais importante, o que é positivo para a sua capacidade de atração comercial. O conjunto de especificações técnicas exigido pela China aos exportadores é, no entanto, menos oneroso do que o da União Europeia. As normas vão desde as especificações do produto, passando pela acreditação por regimes de certificação de terceiros relativamente à sustentabilidade da floresta até à regulamentação sanitária que rege as emissões de formaldeído. Até à data, não existe qualquer prova de que a mudança para os mercados emergentes esteja a ser acompanhada por um reforço das normas técnicas que estes impõem, o que teria exigido uma atualização das competências e capacidades dos trabalhadores.⁵⁶

Inovação e empreendedorismo no Sul

No comércio Norte-Sul, as economias recentemente industrializadas desenvolveram capacidades

de fabrico com eficácia de produtos complexos destinados aos mercados dos países desenvolvidos. Porém, as interações Sul-Sul proporcionaram às empresas do Sul a capacidade de se adaptarem e inovarem, de forma mais adequada aos países em desenvolvimento, o que inclui novos modelos comerciais que permitem às empresas desenvolver produtos para um grande número de clientes de baixo rendimento, muitas vezes com margens reduzidas.

Os países do Sul são também, naturalmente, bons locais para testar novas tecnologias e produtos, tais como os baseados na norma Global System for Mobile (GSM) communications. Ao abrigo da GSM Emerging Markets Initiative, de 2005, os fabricantes reduziram os preços dos telemóveis em mais de metade e aumentaram a base de assinantes GSM em 100 milhões de ligações por ano, o que estimulou o investimento: em 2007, algumas operadoras móveis, entre as quais a MTN, da África do Sul, e a Zain, do Kuwait, anunciaram um plano quinquenal para o investimento de mais 50 mil milhões de dólares na África Subariana, com vista a melhorar a cobertura móvel e alargá-la a 90% da população. Na verdade, o aumento espetacular da conectividade telefónica em África tem sido alimentado quase totalmente por empresas com sede na Índia, na África do Sul e nos Emirados Árabes Unidos.⁵⁷

Além disso, os fabricantes de telemóveis adaptaram os seus produtos às necessidades dos consumidores de rendimento mais baixo. Por exemplo, em 2004, a TI Índia, um centro de investigação e desenvolvimento da Texas Instruments, localizado em Bengaluru, concebeu um protótipo de *chip* único para utilização em telemóveis de alta qualidade e baixo custo. Em 2005, a Nokia, em colaboração com a TI, começou a comercializar na Índia e em África os telemóveis de *chip* único fabricados na Índia, vendendo mais de 20 milhões de unidades. Estes sistemas de chip único foram também aplicados a outros dispositivos, incluindo monitores digitais e equipamentos médicos de ultrassons acessíveis. A Intel desenvolveu um dispositivo portátil para a banca rural e a Wipro comercializou um computador de secretária de baixo consumo para permitir uma conectividade básica à Internet. E, em 2008, a Tata anunciou o automóvel Nano de muito baixo custo, passível de ser exportado em *kits* para montagem por técnicos locais.

Hoje, a difusão de tecnologia através do investimento Sul-Sul alimenta também o espírito empreendedor, especialmente em África. É frequente

as pessoas organizarem-se, estabelecerem relações comprador-vendedor e tornarem-se empreendedoras, procurando responder às necessidades ainda não satisfeitas em mercados que emergem espontaneamente. Este facto está bem patente na utilização que os africanos estão a dar aos telemóveis acessíveis fabricados na Ásia: os serviços bancários por telemóvel, por exemplo, são mais baratos e simples de utilizar do que a abertura de uma conta bancária; os agricultores podem obter relatórios meteorológicos e controlar os preços dos produtos; e os empresários podem prestar serviços comerciais através dos quiosques de telefonia móvel. O uso de telemóveis no Níger, por exemplo, melhorou o desempenho do mercado dos cereais, e os agricultores do Uganda utilizam telemóveis para conseguir preços mais elevados pelas suas bananas.

Estas e outras transformações multiplicam as possibilidades de utilização das tecnologias por parte dos indivíduos: participar em decisões que afetam as suas vidas; ganhar acesso rápido e a baixo custo ao conhecimento; produzir medicamentos, geralmente genéricos, mais baratos, bem como sementes de melhor qualidade e novas variedades de culturas; e gerar novas oportunidades de emprego e de exportação. Estas possibilidades são transversais a todas as classes de rendimentos, chegando até às mais baixas.

Para responder às necessidades de mudança dos consumidores da classe média, as empresas com mais êxito no Sul tendem a ser as que assumem riscos a longo prazo e são ágeis na adaptação e inovação dos produtos aos compradores locais. Os consumidores do Sul são habitualmente mais jovens, muitas vezes compradores de dispositivos modernos pela primeira vez, possuem hábitos de

consumo distintos e são mais recetivos às marcas. As empresas em economias de mercado emergentes beneficiam de abordagens de gestão distintas das dominantes no Norte: os acionistas maioritários têm mais poder e reinvestem os recursos mais rapidamente do que nas empresas do Norte.⁵⁸

Algumas destas evoluções têm por base a interação entre instituições de investigação e desenvolvimento (I&D), as empresas e as partes interessadas da comunidade. Desta forma, a inovação e os respetivos benefícios são disseminados, acelerando a mudança. Valoriza-se um papel mais amplo do Estado na promoção da investigação e desenvolvimento e no fomento das sinergias decorrentes da cooperação entre privados, universidades e instituições públicas de investigação. Por exemplo, muitos países africanos imitaram o sucesso rápido da Maurícia, atraindo IDE da Ásia Oriental mediante a criação de zonas francas industriais para exportação. As políticas de promoção de investimentos da Malásia também têm sido amplamente adotadas por outros.

É provável que o mais importante motor de crescimento dos países do Sul seja, cada vez mais, o seu mercado interno. A sua classe média cresce em número e rendimento, sendo de prever que, em 2030, 80% da classe média mundial viva no Sul. Os países das regiões da Ásia do Sul e da Ásia Oriental e Pacífico serão, por si sós, responsáveis por 60% da classe média mundial, bem como por 45% do total das despesas de consumo.⁵⁹ Estima-se ainda que, até 2025, a maioria das mil milhões de famílias com um rendimento superior a 20 000 dólares por ano vivam no Sul.⁶⁰

As empresas de vestuário chinesas, Índianas e turcas têm vindo a transferir, desde 2008, a produção destinada aos mercados mundiais em regressão para os mercados internos em expansão. Esta maior dependência dos mercados internos multiplicará o dinamismo interno e contribuirá para um crescimento mais inclusivo. Tendo em conta as tendências atuais, os consumidores africanos continuarão a beneficiar do aumento das importações de produtos com preços acessíveis. Estes mercados locais florescentes contribuirão provavelmente para o aparecimento de empresários locais e para atrair mais investimento destinado às indústrias extrativas, bem como aos setores das infraestruturas, telecomunicações, finanças, turismo e indústria - em particular, a indústria transformadora ligeira, em que os países africanos possuem vantagens comparativas latentes. Neste

As empresas com mais êxito no Sul tendem a ser as que assumem riscos a longo prazo e são ágeis na adaptação e inovação dos produtos aos compradores locais

TABELA 2.2

Diferentes modelos de parcerias para o desenvolvimento

Princípios da Declaração de Paris	Dadores tradicionais	Novas parcerias de desenvolvimento
Apropriação	Estratégias nacionais de desenvolvimento definem as prioridades para os dadores	A liderança nacional articula a necessidade de projetos específicos
Harmonização	Acordos partilhados para minimizar os encargos dos beneficiários	Menos procedimentos burocráticos para minimizar os encargos dos beneficiários
Gestão centrada nos resultados	Práticas de avaliação do desempenho conduzidas pelos beneficiários	Objetivo de concessão de ajuda de forma célere e a baixo custo
Responsabilidade mútua	Maior responsabilização através de metas e indicadores	Respeito mútuo da soberania; evitar a condicionalidade política

Fonte: Adaptado de Park (2011).

contexto, que começou a surgir na última década e noutras regiões, as economias de acolhimento sofrem mudanças estruturais, e a indústria local reage à pressão concorrencial das importações e dos fluxos de investimento através da modernização da produção. Contudo, o processo revela-se difícil em países onde as capacidades tecnológicas e as infraestruturas estão menos desenvolvidas.

Esta expansão dos mercados internos será prejudicada por bolsas de privação consideráveis e pela existência de regiões mais atrasadas no seio dos países em desenvolvimento de grande dimensão. Embora a Ásia do Sul, por exemplo, tenha reduzido a percentagem da sua população que vive com menos de 1,25 dólares por dia (em termos de paridade de poder de compra de 2005) de 61%, em 1981, para 36%, em 2008, mais de 500 milhões de pessoas continuam a viver em situação de pobreza extrema.⁶¹

Estas disparidades prejudicam a sustentabilidade do progresso, pois criam tensões sociais e políticas. Na Índia, os rebeldes maoistas exercem a sua atividade numa grande faixa do interior do país; no vizinho Nepal, no espaço de 12 anos, os maoistas deixaram de ser uma milícia mal equipada para se tornar o maior partido político do país.

Novas formas de cooperação

Muitos países em desenvolvimento emergem hoje como polos de crescimento e impulsores da conectividade e de novas relações, gerando oportunidades para a recuperação do atraso dos países menos desenvolvidos do Sul e conduzindo a um mundo mais equilibrado. Em vez de existir um centro de países industrializados e uma periferia de países menos desenvolvidos, surge agora um ambiente mais complexo e dinâmico. Os países do Sul conduzem hoje à reformulação das normas e práticas mundiais em matéria de comércio, finanças e propriedade intelectual e ao estabelecimento de novos acordos, instituições e parcerias.

Ajuda ao desenvolvimento

A ascensão do Sul influencia a cooperação para o desenvolvimento a nível bilateral, regional e mundial. A nível bilateral, os países inovam através de parcerias que abrangem o investimento, o comércio, a tecnologia e a assistência financeira e técnica. A nível regional, proliferam os acordos comerciais e monetários em todas as regiões em

CAIXA 2.7

O trabalho desenvolvido na Zâmbia pelo Brasil, a China e a Índia

O modelo de cooperação bilateral praticado pelos novos parceiros de desenvolvimento do Sul tem vindo a mudar muito rapidamente. Até há pouco tempo, a contribuição dos novos parceiros para o total do financiamento ao desenvolvimento na Zâmbia era reduzida. Dos 3 mil milhões de dólares em subvenções e empréstimos que a Zâmbia recebeu entre 2006 e 2009, os montantes desembolsados pelo Brasil, China e Índia não chegaram a atingir os 3%.

Em novembro de 2009, a China e a Zâmbia anunciaram que a China concederia à Zâmbia um empréstimo em condições preferenciais no valor de mil milhões de dólares, dividido em tranches, destinado ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PME), o que equivale a 40% da totalidade da dívida pública externa da Zâmbia. Em 2010, o Banco de Exportação e Importação da China concedeu um empréstimo de 57,8 milhões de dólares à Zâmbia para adquirir nove hospitais móveis. Também em 2010 a Índia anunciou uma linha de crédito de 75 milhões de dólares, seguida de outra linha de crédito de 50 milhões, destinadas a financiar um projeto de energia hidroelétrica. O Brasil tem investido fortemente em equipamento de mineração na Konkola Copper Mines (gerida por uma empresa Indiana), na província noroeste da Zâmbia. A empresa de mineração brasileira Vale, empresa de grande dimensão, participa num consórcio com a sul-africana Rainbow para a prospeção e a mineração de cobre na Zâmbia, com um investimento inicial de cerca de 400 milhões de dólares. O Brasil e a Zâmbia assinaram igualmente acordos de cooperação técnica que abrangem a pecuária e a saúde.

Fonte: GRDH; Kragelund 2012.

desenvolvimento, surgindo esforços pioneiros para o fornecimento de bens públicos regionais. Por último, a nível mundial, os países em desenvolvimento participam ativamente em fóruns multilaterais - o G-20, as instituições de Bretton Woods e outros - e fomentam a reforma das regras e práticas mundiais.

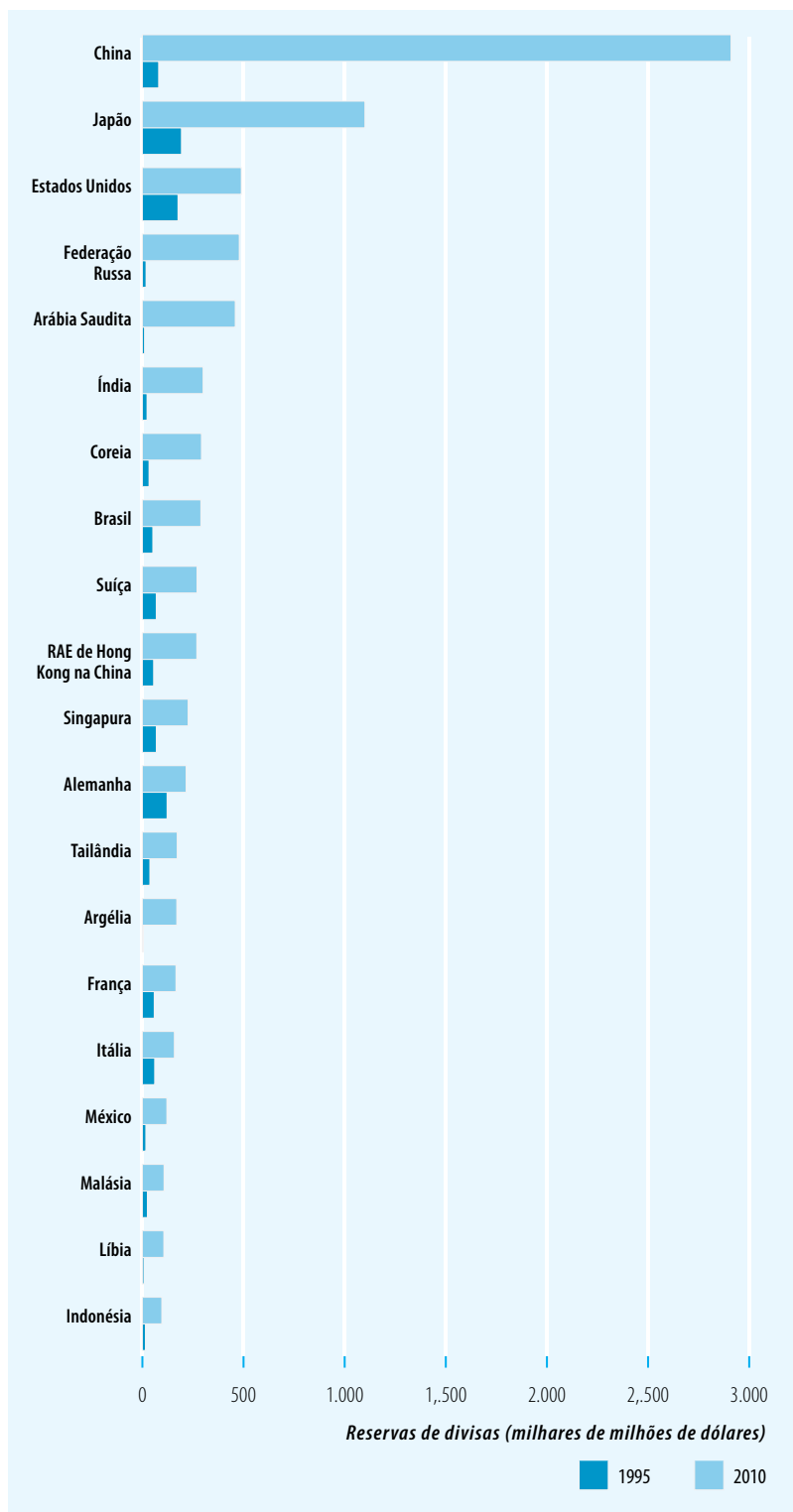
Um número crescente de países em desenvolvimento fornece, hoje, ajuda de forma bilateral, bem como de fundos de desenvolvimento regional. Frequentemente, essa ajuda implica conjugar a ajuda ao desenvolvimento convencional com o comércio, empréstimos, partilha de tecnologia e investimentos diretos, que promovem um crescimento económico com algum grau de autossuficiência. Os países do Sul concedem subvenções a uma escala mais limitada do que os doadores tradicionais, mas proporcionam igualmente outras formas de assistência, muitas vezes sem condições explícitas ao nível da política económica ou das abordagens em matéria de governação.⁶² No que respeita aos empréstimos com base em projetos, podem não ter sido sempre muito transparentes, mas conferem, efetivamente, maior prioridade às necessidades identificadas pelos países beneficiários, garantindo um elevado grau de apropriação nacional (figura 2.6).

O Brasil, a China e a Índia são importantes doadores de ajuda ao desenvolvimento, de grande importância para os países da África Subsariana.⁶³ O Brasil transpôs o seu bem-sucedido programa

Em vez de existir um centro de países industrializados e uma periferia de países menos desenvolvidos, surge agora um ambiente mais complexo e dinâmico

FIGURA 2.6

As economias de mercados emergentes acumularam vastas reservas de divisas desde 1995



Nota: Incluindo reservas de ouro.
 Fonte: Banco Mundial (2012a).

de bolsas de estudo, bem como o seu programa de combate ao analfabetismo para os seus parceiros africanos. Em 2011, possuía 53 acordos bilaterais no domínio da saúde com 22 países africanos.⁶⁴ A China complementou os seus fluxos de investimentos e acordos comerciais com assistência financeira e técnica para a construção de infraestruturas pesadas. Em julho de 2012, a China prometeu duplicar os empréstimos em condições preferenciais para 20 mil milhões de dólares durante os próximos três anos.⁶⁵ O Banco de Exportação e Importação da Índia reforçou as linhas de crédito para países da África Subsariana em 2,9 mil milhões de dólares e comprometeu-se a disponibilizar mais 5 mil milhões ao longo dos próximos cinco anos.⁶⁶ Entre 2001 e 2008, os países e instituições do Sul responderam por 47% do financiamento oficial para infraestruturas na África Subsariana.⁶⁷

Os novos parceiros de desenvolvimento do Sul seguem o seu próprio modelo de cooperação bilateral (caixa 2.7). A escala da sua assistência financeira, juntamente com a sua abordagem à condicionalidade, pode reforçar a autonomia política em países menos desenvolvidos.⁶⁸ Os países menos desenvolvidos podem agora voltar-se para um maior número de parceiros emergentes no que respeita à ajuda ao desenvolvimento⁶⁹, o que alarga as suas opções, uma vez que as potências estrangeiras concorrem entre si para ganhar influência, acesso aos consumidores locais e condições favoráveis de investimento.

A arquitetura da assistência ao desenvolvimento regional sofre igualmente uma evolução através dos bancos de desenvolvimento regional: o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em 2009, desempenhando um papel contracíclico, os bancos de desenvolvimento regionais, em conjunto, concederam 18,4% (3,4 mil milhões de dólares) da ajuda prestada por todas as instituições multilaterais, o que correspondeu a um aumento de 42% relativamente a 2005. A contribuições dos Estados Árabes para a ajuda ao desenvolvimento também foram significativas, atingindo os 6 mil milhões de dólares em 2008.⁷⁰ Alguns dos maiores financiadores de infraestruturas na África Subsariana entre 2001 e 2008 foram bancos e fundos regionais sediados nos Estados Árabes.⁷¹ A assistência ao desenvolvimento concedida aos países de baixo rendimento por bancos de desenvolvimento regionais pode vir a aumentar

nos próximos anos (tal como poderá acontecer com a ajuda ao desenvolvimento Sul-Sul), caso os decisores políticos dos países ricos reduzam os seus compromissos de ajuda, devido a desafios económicos e políticos internos.⁷²

Os parceiros de desenvolvimento no Sul não procuraram adotar, nem invalidar, as regras da ajuda multilateral ao desenvolvimento. Porém, exerceram indiretamente pressões concorrenciais sobre os doadores tradicionais, e encorajaram-nos a prestar mais atenção às necessidades e preocupações dos países em desenvolvimento. Contrariamente a muitos doadores tradicionais, centrados nos setores sociais, os novos parceiros investiram fortemente, nestes últimos anos, em novas infraestruturas nos países de baixo rendimento, tendo como resultado, por exemplo, uma melhoria de 35% no fornecimento de eletricidade, um aumento de 10% na capacidade de transporte ferroviário e uma redução dos preços dos serviços de telecomunicações.⁷³

Acordos comerciais e financeiros

África, a Ásia e a América Latina assistiram a um aumento significativo do número de acordos bilaterais, sub-regionais e regionais. Na Ásia do Sul, esses acordos regionais foram para além das divergências políticas. Na África Oriental, uma maior integração regional ajudou as economias a defender-se de choques globais.⁷⁴ Existe margem para fortalecer os acordos de integração regional através de medidas concretas, por exemplo, a racionalização dos procedimentos de trânsito, transporte e aduaneiros, bem como a harmonização dos regimes reguladores nacionais. Existe também margem para reduzir as tarifas sobre os produtos finais no comércio Sul-Sul, que são mais elevadas do que as do comércio Norte-Sul.⁷⁵

No rescaldo da crise financeira asiática de 1997, uma série de países do Sul desenvolveu novos acordos monetários, que estão a transformar a arquitetura financeira e a abrir caminho para que sejam os países a conceber as suas próprias políticas nacionais. Os novos acordos de concessão de financiamento colocam a tónica no pragmatismo em detrimento da ideologia e da condicionalidade.

Além disso, a arquitetura financeira mundial é hoje moldada pelas vastas reservas financeiras do Sul em ascensão. Um certo número de países, e não apenas o Brasil, a China e a Índia, mas também a Indonésia, a República da Coreia, a Malásia, o México, a Tailândia e outros acumularam reservas

de divisas como garantia contra futuras recessões e crises financeiras (figura 2.7). Entre 2000 e o terceiro trimestre de 2011, as reservas globais de divisas aumentaram de 1,9 biliões de dólares para 10,1 biliões, tendo a maior parte desse aumento sido acumulada pelos países emergentes e em desenvolvimento, cujas reservas totalizaram 6,8 biliões de dólares.⁷⁶ Alguns desses países usaram as suas reservas para estimular o crescimento, no rescaldo da crise financeira mundial de 2008. Numa inversão de papéis, o Fundo Monetário Internacional procurou esses fundos para ajudar a Europa a sair da crise financeira.

Os países em desenvolvimento com importantes reservas geralmente transferem parte delas para fundos soberanos. Segundo dados do SWF Institute (Instituto dos fundos soberanos), os ativos desses fundos estimavam-se em 4,3 biliões de dólares no final de 2010, 3,5 biliões dos quais detidos por economias em desenvolvimento e emergentes e 800 mil milhões só na Ásia Oriental.⁷⁷ Em março de 2011, as economias em desenvolvimento e emergentes detinham 41 fundos soberanos, 10 dos quais com ativos de 100 a 627 mil milhões de dólares.

A detenção de grandes reservas em divisas e fundos soberanos não constitui o seguro mais eficiente contra choques financeiros. Esta acumulação de divisas sem precedentes tem custos de oportunidade tanto para os países detentores das reservas como para outros países em desenvolvimento.⁷⁸ Os recursos poderiam ser repartidos de forma mais produtiva para apoiar a provisão de bens públicos, fornecer capital para projetos destinados a melhorar as capacidades produtivas e o desenvolvimento económico e humano e promover a estabilidade financeira regional e sub-regional, aumentando o conjunto de recursos das instituições regionais.

De um modo geral, a ascensão do Sul tem vindo a criar novos padrões de acumulação de recursos no sistema financeiro mundial, dando origem a uma arquitetura financeira para o Sul mais densa, estratificada e heterogénea, que, por vezes, substitui as instituições de Bretton Woods. Contudo, na maioria dos casos, as instituições e dispositivos emergentes complementam a arquitetura financeira mundial. A mudança de cenário financeiro no Sul tem potencial para promover a estabilidade e a resiliência financeiras, apoiar o desenvolvimento das capacidades produtivas de longo prazo, favorecer objetivos compatíveis com o desenvolvimento humano e alargar o espaço político nacional. Além

Existe margem para fortalecer os acordos de integração regional através de medidas concretas, por exemplo, a racionalização dos procedimentos de trânsito e transporte

Perante as catástrofes naturais provocadas pelo clima e o aumento do nível médio das águas do mar, que ameaçam minar o progresso do desenvolvimento humano, os países reconhecem não possuir grandes alternativas para além de começar por formular políticas de adaptação às alterações climáticas e, posteriormente, de mitigação das mesmas

disso, as economias emergentes exercem um efeito transformador ao pressionarem as instituições de Bretton Woods a dar resposta às preocupações em matéria de representação, princípios de governação e condicionalidade.

O G-20 alargou a sua participação nessas instituições-chave da governação financeira mundial como, por exemplo, o Conselho de Estabilidade Financeira, encarregado de assegurar uma maior responsabilização nas instituições que definem as normas financeiras internacionais. Da mesma forma, todos os países do G-20, entre outros, estão agora representados no Comité de Basileia de Supervisão Bancária e na Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários. O Sul ganha igualmente influência no FMI, onde a China preencheu um cargo recentemente criado de diretor adjunto, estando em posição de vir a tornar-se o terceiro maior acionista.⁷⁹ No Banco Mundial, o poder de voto das economias em desenvolvimento e em transição aumentou 3,13 pontos percentuais em 2010, atingindo os 47,19%⁸⁰

Política de migração

Algumas organizações regionais, como a Associação de Nações do Sudeste Asiático, a União Africana e o Mercado Comum do Sul, inscreveram a migração nas suas agendas. Parte desta atividade processa-se através consultas regionais, informais e não vinculativas, visando criar consensos entre países. Muitos desses processos são inter-regionais e abrangem as regiões de origem e destino, de forma a permitir o reforço das capacidades, a normalização técnica e os acordos sobre questões como as readmissões. Reduziram as barreiras à comunicação e proporcionaram fóruns onde os países podem reunir-se, compreender os pontos de vista uns dos outros e identificar soluções comuns.

Pode atribuir-se a estes diálogos o mérito de abrirem caminho a posteriores esforços bem-sucedidos em matéria de migração, cujos exemplos mais ambiciosos são: a Iniciativa de Berna de 2001-2005; o Diálogo de Alto Nível sobre Migração e Desenvolvimento, de 2006, sob a égide da Assembleia-Geral da ONU; e a posterior criação do Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento.⁸¹ Como recomendado no *Relatório de Desenvolvimento Humano* de 2009, tais esforços podem melhorar os resultados para os migrantes e as comunidades de destino, liberalizando e simplificando os canais de procura

de trabalho no estrangeiro; assegurando direitos fundamentais aos migrantes; reduzindo os custos de transação associados à migração; garantindo os benefícios da mobilidade interna; e tornando a mobilidade uma parte integrante das estratégias de desenvolvimento nacional.⁸²

Proteção do ambiente

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, confirmou a promessa dos acordos regionais, uma vez que os governos do Sul demonstraram estar a unir esforços para gerir os recursos que partilham. Uma iniciativa, negociada entre governos da região Ásia-Pacífico, protegerá o Triângulo de Coral, o mais rico recife de coral do mundo, que se estende da Malásia e da Indonésia até às Ilhas Salomão e fornece alimento e sustento a mais de 100 milhões de pessoas. Na bacia do rio Congo, os países reúnem esforços contra o comércio ilegal de madeira, com vista a conservar a segunda maior floresta tropical do mundo.⁸³ Na conferência Rio+20, um grupo de bancos de desenvolvimento regionais anunciou uma iniciativa de 175 mil milhões de dólares destinada a promover os transportes públicos e as ciclovias em algumas das maiores cidades do mundo.⁸⁴

A ascensão do Sul reflete-se igualmente numa miríade de acordos bilaterais destinados a combater as alterações climáticas. Perante as catástrofes naturais provocadas pelo clima e o aumento do nível médio das águas do mar, que ameaçam minar o progresso do desenvolvimento humano, os países reconhecem não possuir grandes alternativas para além de começar por formular políticas de adaptação às alterações climáticas e, posteriormente, de mitigação das mesmas. Os países têm vindo a celebrar acordos de cooperação em matéria de desenvolvimento tecnológico e de criação de mercados de carbono específicos por região. Uma parceria entre a China e o Reino Unido testará tecnologias avançadas de combustão de carvão, e os Estados Unidos e a Índia já firmaram uma parceria destinada a desenvolver energia nuclear neste último país.⁸⁵

Alguns países do Sul têm vindo a desenvolver e a partilhar novas tecnologias favoráveis do ponto de vista do clima. A China, o quarto maior produtor de energia eólica em 2008, é hoje também o maior produtor mundial de painéis solares e turbinas eólicas.⁸⁶ Em 2011, a Missão Solar Nacional da

Índia contribuiu fortemente para um aumento de 62% no investimento em energia solar, que passou a ser de 12 mil milhões de dólares, o mais rápido aumento verificado em matéria de investimento nos grandes mercados de energias renováveis. O Brasil aumentou em 8% o investimento em tecnologias de energias renováveis, alcançando os 7 mil milhões de dólares.⁸⁷

As iniciativas regionais, bilaterais e nacionais a que assistimos no Sul com vista a mitigar as alterações climáticas e a proteger os recursos ambientais representam passos positivos. Porém, as alterações climáticas e o ambiente são questões intrinsecamente globais que exigem resolução a nível mundial por meio de acordos multilaterais. A cooperação e a participação das economias em ascensão do Sul nesses acordos são vitais para o seu êxito. A colaboração e os acordos regionais podem constituir um passo nesse sentido, demonstrando um interesse genuíno em combater as alterações climáticas.

Progresso sustentável em tempos de incerteza

A ascensão do Sul foi facilitada por uma expansão mundial histórica do comércio e do investimento. Mais de 100 países em desenvolvimento registaram um crescimento do rendimento *per capita* superior a 3% em 2007. Recentemente, a desaceleração económica nos países desenvolvidos levou o Sul a voltar-se para a procura regional.⁸⁸ Atualmente, o comércio entre os países em desenvolvimento já excede o comércio com o Norte, e essa tendência pode ainda vir a acentuar-se. Os blocos comerciais Sul-Sul continuam a ver-se a braços com importantes barreiras não pautais que reduzem a escala das possibilidades comerciais. Um elevado montante em reservas de divisas permanece por utilizar, numa altura em que o investimento Sul-Sul proporciona retornos mais elevados e oportunidades mais seguras. Existe potencial para expandir as parcerias de desenvolvimento e a cooperação regional e inter-regional.

A ascensão do Sul tem estado na base do rápido crescimento económico na África Subsariana e reforçado as oportunidades para o progresso do desenvolvimento humano nessa região. A classificação em matéria de desenvolvimento humano de muitas das economias que mais rapidamente

cresceram neste século é baixa. Algumas fizeram progressos nos indicadores não associados ao rendimento, outras não. Os governos devem aproveitar a dinâmica de crescimento e abraçar políticas que convertam o aumento do rendimento em desenvolvimento humano. As políticas que desenvolvam as capacidades humanas e capacidades de produção interna permitirão aos países evitar a “armadilha dos produtos de base” e diversificar a atividade económica. A cooperação Sul-Sul pode ajudar a potenciar a aprendizagem e difusão no que respeita ao comércio, investimento e parcerias em todos os setores, até mesmo no dos produtos de base. As parcerias Sul-Sul podem facilitar a diversificação industrial através do IDE e dos consórcios, a partilha de tecnologia através da aprendizagem entre pares e a disponibilização de produtos a preços acessíveis e ainda utilizações inovadoras que satisfaçam as necessidades da classe empresarial emergente. Esta cooperação já é uma realidade e pode crescer substancialmente nos próximos anos.

Em suma, a ascensão do Sul tem sido extraordinária, mas ainda está em fase inicial. A atual dimensão da interligação social, económica, tecnológica e empresarial entre países em desenvolvimento não tem precedentes. É bem possível que as grandes parangonas da comunicação social estejam repletas de mensagens sombrias sobre os acontecimentos mundiais, porém entre essas notas desanimadoras, são frequentes os relatos de êxitos empresariais e utilização sensata de novas tecnologias protagonizados por pessoas empreendedoras nos lugares mais inesperados.

Basta multiplicar cada uma dessas histórias pelo número de pessoas dos países em desenvolvimento e os potenciais efeitos cumulativos de um Sul em ascensão em todas as regiões são espantosos. O capítulo 3 estuda esse potencial ao identificar alguns dos principais fatores impulsionadores que permitiram aos países líderes do Sul fazer progressos rápidos, servindo de inspiração para outros que os possam seguir.

As previsões a nível mundial são ainda incertas, e a crise económica no Norte tem efeitos adversos no Sul. No entanto, mediante as reformas adequadas, incluindo uma mudança na orientação política⁸⁹, a possibilidade de cumprir a promessa de um progresso humano sustentável é maior em virtude da mudança provocada na economia mundial pela ascensão do Sul.

Atualmente, o comércio entre os países em desenvolvimento já excede o comércio com o Norte, e essa tendência pode ainda vir a acentuar-se

“Não podemos esperar que todas as nações adotem sistemas idênticos, porque a conformidade é o carrasco da liberdade e o inimigo do crescimento.”

John F. Kennedy

“A sabedoria não reside na constância nem na mudança, mas na dialética entre ambas.”

Octavio Paz

3.

Fatores impulsionadores do desenvolvimento



Como foi possível a tantos países do Sul mudar as suas perspetivas em matéria de desenvolvimento humano? Dada a sua diversidade nos planos social e político, bem como em termos de recursos naturais, as respetivas trajetórias foram também, em muitos casos, diferentes. No entanto, determinados aspetos fundamentais foram comuns a todos eles. O presente capítulo debruça-se sobre a experiência de alguns dos países mais bem-sucedidos e analisa, em particular, três dos seus motores de desenvolvimento comuns: a existência, em todos eles, de um Estado proativo orientado para o desenvolvimento, a sua capacidade de integração nos mercados mundiais a inovação sustentada da política social.

Muitos foram os países que realizaram progressos substanciais nas últimas duas décadas: a ascensão das potências do hemisfério Sul tem sido uma realidade bastante abrangente. No entanto, vários países houve com um desempenho particularmente positivo, onde, a par de um aumento do rendimento nacional, os indicadores sociais em domínios como a saúde e a educação registaram valores superiores à média. Uma forma de identificar os países com um elevado nível de desempenho é procurar os que apresentam uma evolução positiva do rendimento e indicadores favoráveis nos domínios da saúde e educação por comparação com outros que se situam em níveis de desenvolvimento semelhante. De entre esses países com um elevado nível de desempenho contam-se alguns dos de maior dimensão - Brasil, China e Índia -, bem como outros mais pequenos, como o Bangladesh, Chile, Gana, Indonésia, República da Coreia, Malásia, Maurícia, México, Tailândia, Tunísia, Turquia, Uganda e Vietname (figura 3.1).

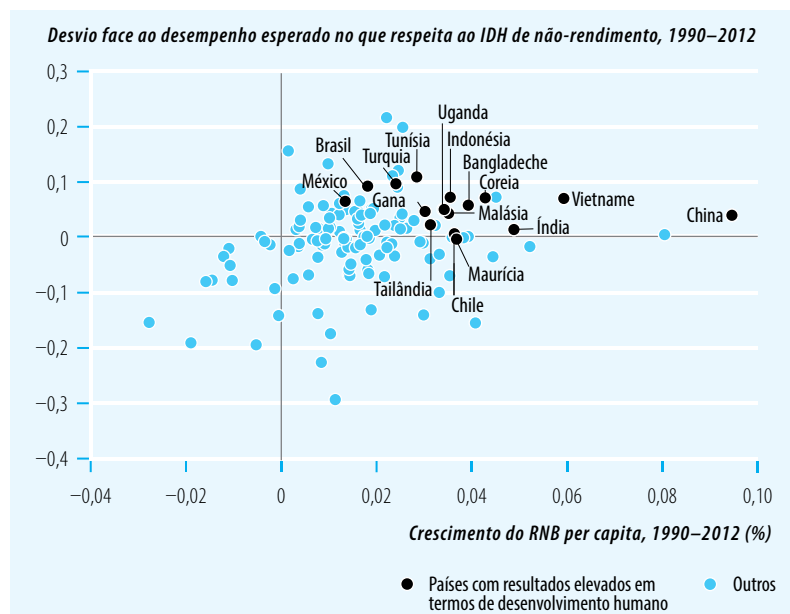
O presente capítulo analisa o desempenho de um conjunto de países que, desde 1990, registou melhorias substanciais, tanto em termos de crescimento do rendimento como no que se refere às dimensões de não rendimento do desenvolvimento humano, como a saúde e a educação. Alguns países foram mais bem-sucedidos numa vertente do que na outra: o Brasil e a Turquia obtiveram melhores resultados nas dimensões de não rendimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ao passo que o desempenho da China no período de 1990-2010 foi dominado pelo crescimento em termos de rendimento (em parte porque quando as reformas tiveram início, em finais da década de 1970, os resultados alcançados pela China nos domínios da saúde e educação já eram elevados).¹ Além disso, tal como se refere no capítulo 1, no período entre 1990 e 2012, o grupo de países com melhorias no IDH mais

assinaláveis comparativamente ao desempenho dos seus homólogos incluiu alguns dos países menos desenvolvidos, como a República Democrática Popular do Laos, o Mali, Moçambique, o Ruanda e o Uganda.

Outra forma de identificar os países com um desempenho elevado em termos de desenvolvimento humano é procurar os que foram mais bem-sucedidos nos seus esforços para colmatar o “fosso no desenvolvimento humano”, medido em função da redução no seu défice em matéria de IDH (a distância até à classificação máxima em termos de IDH).² Na tabela 3.1 enumeram-se 26 países que se contavam entre os 15 principais países em desenvolvimento que registaram as maiores reduções no défice em termos de IDH no período

FIGURA 3.1

Alguns países registaram bons resultados tanto nas dimensões de rendimento como nas de não-rendimento do IDH



Nota: Com base num conjunto equilibrado de 96 países.
Fonte: Cálculos do GRDH.

TABELA 3.1

Países em desenvolvimento selecionados que registraram uma grande redução do déficit em termos de IDH ou elevadas taxas de crescimento do rendimento nacional bruto *per capita*, no período de 1990-2012

País	IDH (valor)		Redução do déficit em termos de IDH ^a		Crescimento médio anual do rendimento nacional bruto <i>per capita</i>	
	1990	2012	1990-2012	Posição	(%)	Posição
Coreia, República da	0,748	0,908	63,54	1	4,28	8
Irão, República Islâmica do	0,539	0,741	43,85	2	2,55	32
China	0,493	0,699	40,50	3	9,46	1
Chile	0,699	0,813	38,07	4	3,63	14
Arábia Saudita	0,652	0,781	37,10	5	0,40	76
Argentina	0,700	0,811	36,90	6	3,59	15
Malásia	0,634	0,767	36,30	7	3,51	18
Qatar	0,742	0,834	35,57	8	3,32	20
Tunísia	0,552	0,711	35,40	9	2,84	29
Turquia	0,568	0,72	35,17	10	2,41	36
México	0,653	0,774	34,87	11	1,34	60
Argélia	0,561	0,712	34,33	12	0,98	67
Brasil	0,589	0,73	34,22	13	1,81	50
Panamá	0,665	0,778	33,76	14	3,82	12
Brunei Darussalam	0,781	0,854	33,26	15	-0,43	87
Vietname	0,439	0,618	31,88	20	5,93	3
Maurícia	0,625	0,736	29,72	25	3,68	13
República Dominicana	0,583	0,701	28,28	28	3,92	11
Mianmar	0,305	0,499	27,97	29	8,05	2
Sri Lanca	0,606	0,713	27,33	31	4,44	7
Laos, República Pop. Democrática do	0,378	0,543	26,59	37	4,51	6
Guiana	0,502	0,633	26,39	40	5,22	4
Índia	0,409	0,555	24,70	44	4,88	5
Bangladeche	0,361	0,514	24,05	47	3,93	10
Moçambique	0,203	0,327	15,53	73	4,08	9

a. Redução na distância em relação ao valor máximo do IDH.

Nota: Com base num conjunto equilibrado de 96 países em desenvolvimento.

Fonte: Cálculos do GRDH.

de 1990-2012³, ou os 15 principais países que registraram as mais elevadas taxas de crescimento anual em termos de rendimento *per capita* no mesmo período.

O primeiro conjunto de países complementou, com êxito, o rápido crescimento económico com

políticas sociais que beneficiam a sociedade de uma forma mais abrangente e, em especial, os mais desfavorecidos. A China, por exemplo, conseguiu uma redução do seu déficit em termos de IDH superior à de todos os outros países, com exceção do Irão e da República da Coreia. Apesar de um crescimento económico inferior ao da China, a República da Coreia registou os maiores aumentos no IDH. O Vietname também conseguiu um bom desempenho, ficando em terceiro lugar no que se refere ao aumento do rendimento e entre os 20 países que mais melhorias registraram no IDH. Também o Sri Lanca registou um crescimento elevado do rendimento, assim como uma redução notável do déficit em termos de IDH, apesar de vários anos de conflitos internos.⁴

Também a Índia registou um desempenho económico impressionante, com um aumento do rendimento médio anual de quase 5% no período de 1990-2012. Contudo, o rendimento *per capita* na Índia permanece baixo, tendo rondado os 3 400 dólares americanos em 2012. Para melhorar os níveis de vida da sua população, será necessário maior crescimento, pois, quando o rendimento é baixo, dificilmente se obtém uma redução significativa da pobreza unicamente através da redistribuição do mesmo. Porém, o desempenho da Índia no que se refere à aceleração do desenvolvimento humano é menos impressionante do que os resultados que obteve em termos de crescimento. Aliás, o Bangladeche, que registou um crescimento económico muito mais lento e um rendimento *per capita* equivalente a metade do da Índia, apresenta resultados quase tão positivos, e por vezes melhores, nalguns indicadores.

Entre os 15 países que maiores reduções alcançaram no déficit em termos de IDH contam-se a Argélia, o Brasil e o México, muito embora os seus rendimentos *per capita* no período de 1990-2012 tenham aumentado, em média, apenas 1% ou 2% por ano. A sua experiência reflete a segunda estratégia que mais frutos deu no plano do desenvolvimento humano, e que consiste em dar prioridade ao investimento público no reforço das capacidades da população - nomeadamente através da melhoria dos serviços nos domínios da saúde, educação e alimentação - e em tornar as sociedades mais resilientes às ameaças e choques económicos e ambientais, entre outros

Impõe-se retirar daqui uma lição: os países não podem depender apenas do crescimento. Como se defende nos *Relatórios do Desenvolvimento*

Humano de 1993 e 1996, a relação entre crescimento e desenvolvimento humano não é automática.⁵ Tem de ser forjada através de políticas em favor dos pobres que, no seu conjunto, contribuam para o investimento na saúde e na educação, a criação de mais postos de trabalho dignos, a prevenção da sobre exploração e do esgotamento dos recursos naturais, a garantia do equilíbrio de género e da distribuição equitativa da riqueza, e a prevenção da desnecessária deslocação de comunidades.

Não se pretende com isto subestimar a importância do crescimento económico. Os países pobres e com uma população desfavorecida necessitam de rendimentos mais elevados. A nível nacional, um crescimento mais rápido pode permitir a um país reduzir a sua dívida e o seu défice e gerar receitas públicas adicionais, as quais permitem reforçar o investimento em bens e serviços essenciais, sobretudo nos domínios da saúde e educação. A nível dos agregados familiares, o aumento dos rendimentos contribui para uma maior satisfação das necessidades básicas e para o acréscimo do nível e da qualidade de vida.

Todavia, um rendimento mais elevado não se traduz necessariamente numa correspondente melhoria do bem-estar humano. As populações

das grandes cidades, por exemplo, referem normalmente um elevado rendimento *per capita*, contudo, também estão sujeitas a elevados níveis de criminalidade, poluição e congestionamento do tráfego. Nas zonas rurais, as famílias agrícolas podem ver os seus rendimentos crescer, enquanto continuam privadas de uma escola ou de um centro de saúde na localidade mais próxima. As condições iniciais têm uma influência considerável no ritmo de desenvolvimento, atual e futuro, dos países. No entanto, não são apenas as condições iniciais que importam (caixa 3.1).

Com efeito, as ligações entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano várias vezes se romperam. O *Relatório de Desenvolvimento Humano* de 1996 identificou seis tipos de crescimento indesejável: o crescimento sem emprego, que não aumenta as oportunidades de emprego; o crescimento sem escrúpulos, que é acompanhado pelo aumento das desigualdades; o crescimento sem voz, que nega a participação às comunidades mais vulneráveis; o crescimento sem raízes, que utiliza modelos inadequados transplantados de outras paragens; e o crescimento sem futuro, que assenta na exploração desenfreada dos recursos ambientais.⁶

O presente capítulo identifica três fatores impulsionadores: um Estado pró-ativo orientado para o desenvolvimento; a integração nos mercados mundiais; e a inovação sustentada no domínio da política social

CAIXA 3.1

A História e as condições iniciais importam, mas não são determinantes

As “condições iniciais” têm impactos profundos, pois certas características, além de difíceis de mudar, são perpetuadas pelas instituições e as políticas. Em sociedades onde à partida existiam grandes desigualdades, as elites conseguiram criar um enquadramento jurídico que preserva a sua influência, o que, por sua vez, lhes permite manter as elevadas desigualdades em seu benefício. Tomemos o exemplo das Américas, onde no século XVIII se formaram três tipos distintos de colónias, em função das condições iniciais do solo, clima e população autóctone.

Nas Caraíbas, o solo e o clima propiciaram às colónias a produção em larga escala de produtos de base lucrativos. A distribuição da riqueza e do capital humano, extremamente desigual, favorecia a elite, que conseguia reunir grandes números de escravos. Na América espanhola, com abundância de minerais e populações indígenas numerosas, as autoridades distribuíram as terras entre os colonos espanhóis. As elites serviam a coroa espanhola e mantiveram o seu estatuto após a independência. As desigualdades de rendimento persistiram transversalmente às divisões raciais, sendo a posse de grandes superfícies de terra uma condição para a obtenção da cidadania. Hoje, no Peru, como em numerosos outros países, persistem graves desigualdades horizontais entre as populações indígenas e as de ascendência europeia. Nas regiões setentrionais das Américas, a população autóctone não era numerosa, e o solo e o clima não se prestavam a economias de escala. Da conseqüente necessidade de recorrer a mão-de-obra de origem europeia resultou um elevado capital humano e uma

mais equitativa distribuição da riqueza. Com terras em abundância e baixos requisitos de capital, os homens adultos tornaram-se, na sua maioria, proprietários independentes.

O Haiti é atualmente o país mais pobre do hemisfério Ocidental. Antes da revolução que ali teve lugar em 1790, era porventura o país mais rico do Novo Mundo. De igual modo, após a Guerra dos Sete Anos entre a Grã-Bretanha e a França (1756-1763), os Britânicos equacionaram tomar como indemnização de guerra a ilha caribenha de Guadalupe ou o Canadá. Vários séculos mais tarde, porém, este último revelou-se mais bem-sucedido do que outras economias no hemisfério.

A História e as condições iniciais não são, contudo, obstáculos insuperáveis. Cerca de metade dos progressos efetuados na via do desenvolvimento nos últimos 30 anos, medidos em função do IDH, não são explicados pelo valor inicial do IDH em 1980. Os países que à partida tinham um nível semelhante, como a Índia e o Paquistão, o Chile e a Venezuela, a Malásia e as Filipinas ou a Libéria e o Senegal, acabaram por obter resultados diferentes. Como sustenta o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, se os países com pontos de partida semelhantes percorrem diferentes trajetórias de desenvolvimento, mas as suas realizações a nível mundial, em média, não sofreram alterações, pode deduzir-se que são as forças, as políticas e as instituições, o contexto social nacionais, bem como os choques idiossincráticos, que determinam os resultados nacionais no plano do desenvolvimento. Nenhum país fica prisioneiro da História por muito tempo se dela quiser libertar-se.

Elemento comum entre os países que realizaram estas transformações é a existência de um Estado forte e proativo – também chamado de “Estado orientado para o desenvolvimento”

Que está na base da consecução de um crescimento superior e da sua conversão em desenvolvimento humano? Quais as lições políticas a retirar das diferentes experiências destes países no plano do desenvolvimento humano? Quais são, na realidade, os fatores impulsionadores da transformação? O presente capítulo identifica três fatores impulsionadores:

- Um Estado pró-ativo orientado para o desenvolvimento;
- A integração nos mercados mundiais;
- A inovação sustentada no domínio da política social.

Estes fatores impulsionadores não assentam em conceções abstratas sobre o processo de desenvolvimento na prática. Pelo contrário, assentam comprovadamente em experiências de desenvolvimento transformadoras de muitos países do Sul. Na verdade, põem muitas vezes em causa abordagens preconcebidas e prescritivas: por um lado, põem de lado uma série de procedimentos coletivistas e geridos a nível central e, por outro, afastam-se da liberalização desenfreada adotada pelo Consenso de Washington.

Estes fatores sugerem uma evolução para uma nova abordagem, na qual o Estado é um catalisador necessário que adapta de forma pragmática as suas políticas e ações, em sintonia com novas realidades e com os desafios dos mercados globais. Esta nova perspectiva reconhece que o desenvolvimento não acontece automaticamente, e que a mudança não pode ser deixada unicamente à mercê dos mercados. Ao invés, o Estado deve mobilizar a sociedade através de políticas e instituições capazes de fazer progredir o desenvolvimento económico e social.

No entanto, esta não é uma receita universal. O modo como estes três elementos se traduzirão em políticas específicas variará em função do contexto e dependerá das características do país, das capacidades do governo e das relações com o resto do mundo.

Fator impulsionador 1: um Estado proativo orientado para o desenvolvimento

O desenvolvimento tem a ver com o processo de mudança de uma sociedade no sentido de melhorar o bem-estar da população de geração em geração – alargando o seu leque de escolha nos domínios da saúde, educação e rendimento e

expandindo as suas liberdades e possibilidades de participação significativa na sociedade.

Elemento comum entre os países que realizaram estas transformações é a existência de um Estado forte e proativo – também chamado de “Estado orientado para o desenvolvimento”. A expressão designa um Estado com um governo ativista e, frequentemente, uma elite apolítica que encaram o desenvolvimento económico rápido como o seu principal objetivo. Alguns vão mais longe e acrescentam um elemento adicional: uma função pública com poder e autoridade para formular e aplicar as políticas. As elevadas taxas de crescimento e a melhoria dos padrões de vida, por sua vez, conferem ao aparelho de Estado e às elites dirigentes a sua legitimidade.⁷

Em alguns casos dignos de nota, os progressos na via do desenvolvimento são norteados por uma visão a longo prazo, normas e valores partilhados, bem como regras e instituições que geram confiança e coesão. Além disso, encarar o desenvolvimento como um processo de transformação implica ter em conta estes fatores intangíveis e compreender de que forma afetam a organização da sociedade e interação com determinadas políticas e reformas específicas.

A apropriação por parte dos próprios países da respetiva estratégia de desenvolvimento, uma função pública fortemente capacitada e políticas públicas adequadas são elementos essenciais que, em conjunto, moldam o processo de transformação.⁸ As políticas devem ser orientadas de molde a facilitar a transformação, através da identificação dos obstáculos à mudança, bem como dos potenciais catalisadores da mesma. Neste processo, as instituições, as sociedades e os indivíduos devem estabelecer os seus próprios objetivos e identificar as estratégias e políticas que permitam a sua realização. Não sendo embora uma estratégia por todos adotada, a ampla participação das pessoas, na medida em que as suas opiniões são tidas em conta no processo de decisão e que têm um envolvimento ativo na definição da agenda política, é conducente a um desenvolvimento sustentável a longo prazo – assim como o é uma liderança política coerente, assessorada por equipas tecnocráticas fortes e capazes de assegurar a memória institucional e a continuidade das políticas (caixa 3.2).⁹

Não existe uma receita simples para ligar o desenvolvimento humano e o crescimento económico, ou para acelerar o crescimento.¹⁰ Um estudo efetuado com base em dados de diferentes países

Que significa um Estado orientado para o desenvolvimento? Necessita de ser um Estado autoritário?

A literatura recente sobre Estados orientados para o desenvolvimento emanou das experiências dos países protagonistas do “milagre econômico” da Ásia Oriental: o Japão antes da Segunda Guerra Mundial, e a RAE de Hong Kong na China, a República da Coreia, Singapura e a província chinesa de Taiwan na segunda metade do século XX. Recentemente, a China e o Vietname (bem como o Camboja e a República Democrática Popular do Laos) passaram a poder ser considerados Estados orientados para o desenvolvimento. Todos eles apresentam como características comuns a promoção do desenvolvimento econômico, favorecendo explicitamente determinados setores; uma administração pública forte e competente; a colocação de instituições públicas sólidas e competentes no centro das estratégias de desenvolvimento; uma clara articulação entre os objetivos sociais e econômicos; e a legitimidade política validada pelos resultados alcançados no domínio do desenvolvimento.

O facto de alguns Estados orientados para o desenvolvimento da Ásia Oriental não serem democracias levou muitos a pensar que este modelo de Estado era, em simultâneo, o de um regime autocrático. Todavia, os dados referentes à relação entre autoritarismo e desenvolvimento são ambivalentes.³ Países democráticos, como o Japão e os Estados Unidos, têm funcionado como Estados orientados para o desenvolvimento. Após a Segunda Guerra Mundial, França, sob a responsabilidade do Comissariado Geral do Plano, deu início ao planeamento com políticas industriais setoriais conduzidas por uma administração pública de elite e um recurso agressivo a empresas estatais. Desde a década de 1950 que os países escandinavos seguem também um modelo de Estado orientado para o desenvolvimento, em que a legitimidade política decorre do Estado-providência e do pleno emprego, e não tanto do rápido crescimento. O Estado sueco desenvolveu setores estratégicos através de parcerias público privadas (ferro e aço, caminho-de-ferro, telégrafos e telefone, e energia hidroelétrica). Além disso, concedeu proteção específica em apoio da criação de indústrias pesadas, promovendo a investigação e o desenvolvimento. A sua política

social estava intimamente ligada a estratégias destinadas a promover mudanças estruturais favoráveis ao desenvolvimento de setores de elevada produtividade.

Os Estados Unidos têm uma longa história enquanto Estado orientado para o desenvolvimento, que remonta aos primórdios da República.⁴ Alexander Hamilton, o primeiro Secretário do Tesouro norte-americano, é amplamente reconhecido como o pai e criador da lógica do protecionismo do chamado “argumento da indústria nascente”. Entre 1830 e 1945, os Estados Unidos ergueram algumas das maiores barreiras comerciais do mundo. No mesmo período, investiram fortemente em infraestruturas (caminho-de-ferro do Pacífico, canais do Centro-Oeste, infraestruturas agrícolas), no ensino superior, e na investigação e desenvolvimento.⁵ Mesmo após a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos atingiram a supremacia industrial, e apesar da ascensão do fundamentalismo do mercado, o Estado orientado para o desenvolvimento sobreviveu.

Block (2008) argumenta que o Estado se concentrou em transpor os resultados da investigação em tecnologias de ponta para o plano da utilização comercial, através da cooperação entre uma rede de pessoas com elevados níveis de especialização tecnológica ligadas a agências estatais, à indústria, às universidades e a instituições de investigação. O “desenvolvimentismo” viveu à sombra da política dos Estados Unidos, pois reconhecer o papel central do Estado na promoção da mudança tecnológica não é coerente com a pretensão de que o setor privado deve responder por si e de forma autónoma aos sinais do mercado. Contudo, embora limitado no seu âmbito de atuação devido a uma falta de legitimidade, ao financiamento instável e a outras limitações decorrentes da sua natureza “oculta”, nos EUA, o Estado orientado para o desenvolvimento tem sido bastante bem-sucedido. Em numerosos setores, os Estados Unidos desenvolveram a competitividade a nível internacional, através do financiamento público da investigação e desenvolvimento, bem como da celebração de contratos públicos nos domínios da defesa (computadores, aviação, Internet) e da saúde (medicamentos, engenharia genética).

Fonte: Evans, 2010; Chang, 2010; Edigheji, 2010; Block, 2008.

referentes ao período de 1950-2005 concluiu que a grande maioria das situações de arranque do crescimento não resulta de grandes reformas económicas, e que a maioria das grandes reformas económicas não gera o arranque do crescimento.¹¹ Os países bem-sucedidos têm crescido rapidamente através da eliminação gradual de restrições ativas impeditivas do progresso, e não mediante a aplicação de uma longa lista de políticas e reformas. O Estado desempenha aqui um papel fundamental. Os países que conseguiram despoletar um crescimento sustentável confrontaram-se com diferentes conjuntos de desafios e adotaram diversas políticas relativas à regulação do mercado, à promoção das exportações, ao desenvolvimento industrial e à adaptação e progresso tecnológicos.¹² Quando um país já regista um crescimento rápido, o desafio consiste em eliminar ou antecipar futuras restrições, à medida que estas se tornam efetiva ou potencialmente ativas. Choques positivos dos termos de troca, como o recente aumento considerável dos preços dos produtos

de base resultante da ascensão do Sul, podem ajudar a iniciar a aceleração do crescimento, mas não a sustentá-la. Todavia, a realização de reformas económicas e institucionais devidamente direcionadas parece ter impactos significativos, em termos estatísticos e quantitativos, no grau de sustentabilidade das acelerações do crescimento.¹³

Em numerosos países desenvolvidos com elevado desempenho, o Estado atua diferentemente do Estado providência convencional, visando corrigir falhas de mercado e construir redes de segurança social, ao mesmo tempo que promove o crescimento orientado pelo mercado. Os Estados orientados para o desenvolvimento, pelo contrário, têm sido proativos, despoletando e acompanhando as transformações na vida das populações.¹⁴ Em lugar de serem simplesmente amigos do mercado, esses Estados têm sido amigos do desenvolvimento. Aqueles que possuem programas sociais vigorosos e inovadores são também, frequentemente, amigos das populações – uma evolução necessária

Uma característica dos Estados orientados para o desenvolvimento é a prossecução de políticas industriais com vista a corrigir problemas de coordenação e externalidades através da “gestão” de vantagens comparativas

Mais do que assegurar uma correta fixação dos preços, um Estado orientado para o desenvolvimento deve definir corretamente as suas prioridades políticas. Estas devem ser centradas nas pessoas, promovendo novas oportunidades e, em simultâneo, protegendo-as contra riscos adversos

à medida que se progride da tónica no crescimento para a ênfase no desenvolvimento humano.

Outra característica dos Estados orientados para o desenvolvimento é a prossecução de políticas industriais com vista a corrigir problemas de coordenação e externalidades através da “gestão” de vantagens comparativas.¹⁵ Por exemplo, o Estado pode favorecer indústrias que se acredita terem uma vantagem comparativa latente, ou procurar promover aquelas que estão presas a uma vantagem comparativa estática. Consequentemente, várias indústrias que beneficiaram de proteção pautal vingaram, depois, nos mercados mundiais.¹⁶ Todavia, pode ser difícil atribuir o êxito ou o fracasso de uma determinada indústria a políticas comerciais específicas, pois as intervenções estatais são norteadas por múltiplos motivos, desde a geração de receitas à proteção de interesses especiais.

As conclusões de estudos realizados a nível trans-setorial sobre os benefícios da proteção à indústria são ambíguas. Existe uma diferença, porém, entre a conveniência geral de políticas industriais “suaves”, como a melhoria das infraestruturas e a adoção tecnológica, e as políticas industriais “duras”, como a aplicação de impostos diretos e as intervenções por meio de subvenções que favorecem setores específicos, cuja eficácia depende de circunstâncias do país. Não existe, contudo, uma fórmula global: o que funcionou na Ásia Oriental pode não funcionar na América Latina.

- *Japão.* Há muito que o Japão atua como um Estado orientado para o desenvolvimento. Na década de 1870, o Japão tinha um grupo de “empresários e comerciantes patrióticos e bem educados que, como o Governo, estavam focalizados na modernização económica do país.”¹⁷ Um grande número de reformas posteriores criou a infraestrutura de um país moderno, incluindo uma moeda única, caminhos-de-ferro, ensino público e leis bancárias. O Governo construiu e explorou instalações estatais em inúmeros setores, desde a produção de algodão à construção naval. Incentivou também a produção nacional, aumentando os direitos de importação sobre inúmeros produtos industriais. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão sofreu uma transformação fundamental, passando de beneficiário de ajuda a dador (caixa 3.3).
- *República da Coreia.* Entre 1960 e 1980, a República da Coreia conheceu um êxito significativo. Após 1961, o Governo alcançou uma posição dominante sobre a sua classe empresarial através de uma série de reformas, incluindo medidas que reforçaram a coerência institucional do Estado, como a criação do Conselho de Planeamento Económico, mas que se centraram no controlo das finanças. Evitou também que as políticas públicas ficassem reféns das subvenções. Posteriormente, o Governo foi capaz de gerir a transição de um

CAIXA 3.3

Akihiko Tanaka, Presidente, Agência de Cooperação Internacional do Japão

O Japão e a cooperação triangular

Amparadas pelo notável desempenho económico dos países emergentes, a cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular têm crescido rapidamente nos últimos anos. Ultrapassaram o seu papel tradicional de complementos da cooperação Norte-Sul e são hoje uma fonte indispensável de partilha de conhecimentos e inovação para numerosos países em desenvolvimento.

São quatro os méritos e virtudes na cooperação Sul-Sul e triangular: os benefícios decorrentes da partilha de conhecimentos e experiências entre pares para encontrar soluções mais eficazes, a partilha de tecnologias e experiências adequadas suscetíveis de promover a convergência com os objetivos de cooperação Norte-Sul, o respeito pela apropriação efetiva pelos países do Sul quando estes assumem as rédeas, e a rápida transformação de países em desenvolvimento em novos países doadores.

Já em 1975 o Japão reconheceu o valor da cooperação Sul-Sul e triangular, e deu início a um programa de formação triangular em larga escala. O Japão havia conhecido uma trajetória de desenvolvimento semelhante à de alguns países emergentes nos dias de hoje. Começou por ser beneficiário líquido de ajuda externa; em seguida, durante alguns anos, assumiu o duplo estatuto de

beneficiário líquido e dador emergente; por último, passou a ser unicamente dador e tornou-se, em 1964, o primeiro membro asiático da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico.

Esta trajetória de desenvolvimento levou o Japão a acreditar que a partilha de experiências de desenvolvimento, conhecimentos e tecnologias adequadas entre os países em desenvolvimento pode desempenhar um papel muito útil na cooperação para o desenvolvimento, garantido assim o apoio dos doadores.

Bom exemplo disso é a cooperação entre o Brasil, o Japão e Moçambique. O Japão ajudou o Brasil a desenvolver a sua própria região de savana tropical, conhecida como o Cerrado, e o Brasil tornou-se assim um dos principais produtores de soja e de outros produtos agrícolas. Os dois países alargaram agora a sua cooperação e apoio a Moçambique para que este país desenvolva as suas vastas regiões de savana.

Um novo desafio, hoje, é intensificar a cooperação Sul-Sul e triangular como abordagem central na cooperação para o desenvolvimento, evitando em simultâneo a excessiva fragmentação da ajuda entre um número crescente de atores do desenvolvimento.

Investir na agricultura

Os investimentos estratégicos no setor agrícola podem ter efeitos transformadores. Uma maior produtividade das culturas não só se traduz em melhores condições de vida para os agricultores, como também aumenta a procura de bens e serviços nas zonas rurais, dando origem a novas oportunidades de desenvolvimento económico. Pode também conduzir a uma diminuição dos preços dos alimentos, reduzindo a quota-parte da alimentação nos gastos das famílias e criando mercados para outros setores da economia.

A investigação agrícola é um bem público, e tende a ser pouco disponibilizada pelo setor privado. Por conseguinte, os governos podem dar contributos úteis neste domínio. Estudos recentes sobre vários países africanos, asiáticos e latino americanos mostram que o aumento da despesa pública na agricultura contribui de forma particularmente positiva para promover o crescimento. A discriminação das despesas agrícolas em despesas de investigação e despesas não associadas à investigação mostra que os gastos com a investigação são particularmente eficazes. A disponibilização de outros bens públicos, tais como serviços de extensão agrícola e sistemas de irrigação, são igualmente benéficos.

A China possui o maior sistema de investigação e desenvolvimento agrícola do mundo. A sua investigação é levada a cabo na Academia Chinesa de Ciências Agrícolas, nas universidades, e na Academia Chinesa de Ciências, que, no seu

conjunto, incluem mais de 1 100 instituições de investigação. A China está hoje a tornar-se um líder na cooperação Sul-Sul com países africanos, muitos dos quais já beneficiam dos resultados da sua investigação.

A tecnologia agrícola também tem sido um dos pontos fortes do Brasil, país onde se estima terem sido realizados 41% da despesa total em investigação agrícola na América Latina, em 2006. O Sistema de investigação e inovação agrícola contribuiu grandemente para o aumento quase quádruplo da eficiência agrícola por trabalhador. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, uma empresa estatal, tem desempenhado um papel fundamental no aumento das superfícies de terras utilizadas para cultivo. De igual modo, muitos dos programas agrícolas do Brasil foram desenvolvidos tendo a sustentabilidade em mente. Por exemplo, a fim de serem elegíveis para beneficiar de apoio aos preços e de programas de crédito, os agricultores devem respeitar as leis do zonamento. Outro programa, o Moderagro, concede crédito aos agricultores tendo em vista a melhoria das práticas agrícolas e a preservação dos recursos naturais. O programa Produsa oferece crédito para o plantio em terras agrícolas com solo degradado, e o programa Propflora utiliza o crédito para incentivar a plantação de florestas (principalmente de palmeira-dendém).

Fonte: OCDE, 2006a, 2011a; Fan e Saurkar, 2006; Fan, Nestorova e Olofinbiyi, 2010; Stads e Beintema, 2009; Banco Mundial, 2012a.

regime de substituição de importações para um regime de promoção das exportações.¹⁸

Outros países do Sul em ascensão têm prosseguido políticas semelhantes. Os governos têm estabelecido parcerias com o setor privado com vista a desenvolver vantagens comparativas nos setores mais promissores, assegurando em simultâneo uma gestão macroeconómica eficaz e promovendo a inovação. Têm também dedicado especial atenção à expansão das possibilidades sociais, estabelecendo prioridades políticas, acarinhando determinadas indústrias, fomentando complementaridades entre o Estado e o mercado, comprometendo-se com reformas a longo prazo, mantendo uma liderança política forte, aprendendo através da prática e aumentando o investimento público.

Definir as prioridades políticas

Mais do que assegurar uma correta fixação dos preços, um Estado orientado para o desenvolvimento deve definir corretamente as suas prioridades políticas. Estas devem ser centradas nas pessoas, promovendo novas oportunidades e, em simultâneo, protegendo-as contra riscos adversos. A correta definição das políticas e das prioridades políticas levanta a questão igualmente importante da definição correta do processo de decisório. As instituições governamentais e as políticas de interesse público estão profunda e indissociavelmente

ligadas: umas não podem ser bem sucedidas sem as outras. Assim, é importante que os processos políticos sejam geridos por pessoas empenhadas, no âmbito de estruturas governamentais eficazes e responsáveis. As políticas também mudam consoante as fases do desenvolvimento: nas fases iniciais, por exemplo, muitos países privilegiam a criação de emprego e a redução da pobreza.

- *Indonésia.* A partir de meados da década de 1970, apoiada pelas receitas dos seus recém descobertos recursos petrolíferos, a Indonésia complementou o seu regime de industrialização e substituição das importações com um grande impulso à agricultura e ao desenvolvimento rural (ver caixa 3.4 relativamente ao potencial de transformação dos investimentos estratégicos na agricultura). Esta estratégia de crescimento equilibrado aumentou a procura de mão-de-obra, reduzindo assim o desemprego e aumentando os salários reais.¹⁹ Mais tarde, em meados da década de 1980, como os rendimentos do petróleo começaram a diminuir, a Indonésia mudou do regime de substituição de importações para um regime de industrialização orientada para o exterior, atraindo mão-de-obra excedentária da agricultura para trabalhar no setor da transformação, que oferecia salários mais altos. No início da década de 1990, esgotada a oferta de mão-de-obra excedentária, a redução da pobreza prosseguiu, sobretudo através

Investir nas capacidades das pessoas - através dos serviços públicos nos domínios da saúde, educação e outros - não é um apêndice do processo de crescimento, mas uma parte integrante do mesmo

Europa Oriental e Ásia Central: onde o Norte se encontra com o Sul

A ligar o Norte e o Sul em ascensão está o Leste em transformação. A Europa Oriental e a Ásia Central representam 5% da população e produto mundiais. A sua experiência na gestão de uma transição rápida das economias centralizadas para economias de mercado comporta lições políticas úteis para os países em desenvolvimento noutras partes do mundo. A fase inicial da transformação começou com uma queda acentuada dos níveis de vida e de desenvolvimento humano. Embora os diversos países tenham posteriormente conseguido recuperar, sob diferentes condições políticas e económicas, a experiência geral de todos eles põe em evidência a importância da inclusão social e de um papel responsável do Estado.

O Relatório de Desenvolvimento Humano Regional para a Europa e a Comunidade de Estados Independentes de 2011 mostrou uma correlação negativa entre os valores do Índice de Desenvolvimento Humano e as medidas de combate à exclusão social na Europa Oriental e Ásia Central. Refere-se no relatório que as variáveis económicas representaram menos de um terço dos riscos que contribuíram para a exclusão social. A informalidade do trabalho, a corrupção e a morosidade dos procedimentos de criação de novas empresas surgem associados à elevada taxa de exclusão social. Por outro lado, uma vez que o emprego facilita a inclusão, as instituições do mercado de trabalho que são funcionais e acessíveis revelaram-se importantes. Uma das lições fundamentais

a retirar de duas décadas de transição é que o Estado tem um papel crucial na criação de um ambiente favorável a um crescimento e uma sociedade inclusivos. O abandono abrupto de áreas de responsabilidade pelo Estado ou a insistência na rápida privatização de todas as empresas estatais pode vir a sair muito caro à sociedade, a longo prazo. No entanto, manter essas responsabilidades não significa manter intactas as estruturas anteriores. Muito pelo contrário, são necessárias reformas tendentes a reforçar a transparência e a responsabilização das instituições nacionais e a limitar as possibilidades de corrupção, de modo a melhorar a qualidade da governação e a eficiência dos governos.

Muitos países da região são hoje membros ativos da União Europeia. A par da Croácia, Cazaquistão, Federação Russa e Turquia, também se tornaram novos doadores, tendo o montante da sua ajuda em 2011 ultrapassado os 4 mil milhões de dólares. Os novos doadores empenham-se também ativamente nas trocas bilaterais e trilaterais de conhecimentos com países com um património comum, e outros. Nos últimos anos, a Roménia partilhou a sua experiência na condução dos processos eleitorais com o Egito e Tunísia, a Polónia ajudou o Iraque no domínio do desenvolvimento de pequenas e médias empresas, a República Checa cooperou com o Azerbaijão em avaliações de impacto ambiental, e a Eslováquia apoiou a Moldávia e o Montenegro na gestão das finanças públicas.

Fonte: GRDH; PNUD 2011b.

de aumentos salariais. Cada fase implicou, pois, uma abordagem centrada nas pessoas, e a estratégia de crescimento foi sendo modificada em função da evolução das condições.

Aumentar o investimento público

O pensamento tradicional nos domínios económico e da política social, como se refere no “Consenso de Washington”, considerava a existência de bases económicas corretas a principal condição para garantir o crescimento económico, sustentando que outras melhorias no plano do desenvolvimento humano se lhe seguiriam. A abordagem do desenvolvimento humano, em contrapartida, exige que as melhorias na vida das pessoas desfavorecidas não sejam adiadas. Assim, os Estados orientados para o desenvolvimento e amigos das populações são aqueles que expandem um determinado número de serviços sociais básicos. (Caixa 3.5)²⁰ Nesta perspetiva, investir nas capacidades das pessoas - através dos serviços públicos nos domínios da saúde, educação e outros - não é um apêndice do processo de crescimento, mas uma parte integrante do mesmo.

Para além dos níveis de despesa pública, a composição dessas despesas e a eficiência com que as mesmas são utilizadas são fatores que, no

seu conjunto, influenciam a prestação efetiva dos serviços públicos e o aumento das capacidades. A eficácia da despesa pública difere de país para país. Uma análise global transnacional revela uma correlação positiva entre anteriores despesas *per capita* realizadas pelo setor público em saúde e educação e atuais realizações no plano do desenvolvimento humano (figura 3.2). Além disso, as anteriores despesas públicas *per capita* mais elevadas estão associadas a uma maior taxa de sobrevivência infantil e uma menor taxa de mortalidade abaixo dos 5 anos de idade (figura 3.3). Tais resultados, naturalmente, dependem do estado de desenvolvimento de um país, e também da forma como o dinheiro é gasto. Os países devem introduzir mecanismos de controlo e equilíbrio para evitar uma espiral de endividamento imprudente e desperdício.

Muito se tem debatido sobre a questão de saber se o investimento público atrai ou afasta o investimento privado. Ambos os resultados são possíveis, face à multiplicidade das utilizações dos capitais públicos nos países em desenvolvimento. Dos mais baixos níveis de desenvolvimento dos serviços de educação e saúde e de infraestruturas nos países do Sul da Ásia e da África Subariana até aos níveis registados nos países de elevado desempenho da Ásia Oriental e do Sul, é razoável deduzir que

Uma visão dinâmica da vantagem comparativa permitiu a vários países do Sul, assim que as suas economias se tornaram mais abertas, transformar indústrias anteriormente desprezadas como ineficientes e incapazes de fazer face à concorrência externa nos primeiros impulsores do êxito a nível das exportações

o investimento público, bem como a sua composição, desempenham um papel fundamental.

- *Bangladeche*. O Bangladeche tem mantido um crescimento sustentado, através, em parte, do aumento da taxa de investimento público ao longo do tempo, e evitando, simultaneamente, os défices orçamentais que têm minado o resto da região.
- *Índia*. A Índia aumentou as despesas da sua administração central nos domínios dos serviços sociais e do desenvolvimento rural de 13,4%, em 2006-2007, para 18,5%, em 2011-2012.²¹ Os serviços sociais, expressos em proporção da despesa total, aumentaram de 21,6%, em 2006-2007, para 24,1%, em 2009-2010, e para 25% em 2011-2012.

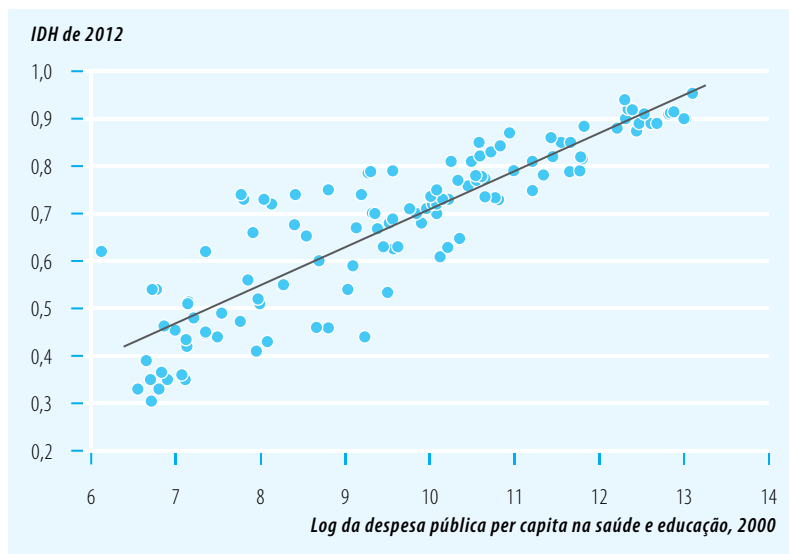
Incentivar determinados setores

Os governos podem incentivar um setor privado regido pela disciplina de mercado, adotando uma perspetiva dinâmica do conceito de vantagem comparativa, e acarinhando setores que de outra forma não se desenvolveriam devido a mercados incompletos.²² Embora esta abordagem acarrete alguns riscos políticos, nomeadamente, de procura de rendimentos improdutos e nepotismo, a verdade é que permitiu a vários países do Sul, assim que as suas economias se tornaram mais abertas, transformar indústrias anteriormente desprezadas como ineficientes e incapazes de fazer face à concorrência externa nos primeiros impulsionadores do êxito a nível das exportações.

- *Índia*. Durante décadas após a independência, que alcançou em 1947, a Índia prosseguiu uma estratégia, controlada pelo Estado, de industrialização em substituição de importações. Este regime inibiu o setor privado, ao mesmo tempo que concedeu amplos poderes a tecnocratas que controlavam o comércio e o investimento, criando assim um sistema cada vez mais sobrecarregado de complexidades burocráticas (a “Licença Raj”).²³ Durante esses anos, porém, a Índia adotou uma política deliberada de desenvolvimento das capacidades humanas e de investimento no ensino superior de nível mundial, embora descuidando, talvez, o ensino primário. Após as reformas da década de 1990, esses investimentos deram frutos quando, inesperadamente, a Índia pôde capitalizar o seu elevado número de trabalhadores qualificados nas novas indústrias emergentes assentes nas tecnologias da informação, cujas

FIGURA 3.2

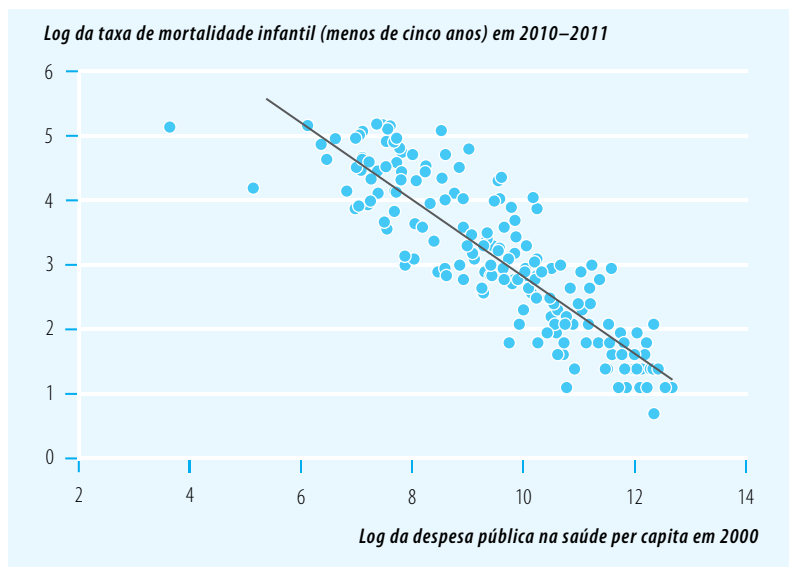
Existe uma correlação positiva entre os valores do IDH atuais e a despesa pública anterior...



Fonte: Cálculos do GRDH e Banco Mundial (2012a).

FIGURA 3.3

... bem como entre a atual taxa de sobrevivência infantil e a anterior despesa pública na saúde



Fonte: Cálculos do GRDH baseados em dados do Banco Mundial (2012a).

receitas de exportação, em 2011-2012, eram já da ordem dos 70 mil milhões de dólares americanos. Outra indústria desenvolvida nos anos introspectivos foi a indústria farmacêutica. A Índia concedera patentes não aos produtos, mas apenas aos processos, o que incentivou as empresas a inverter o seu modo de funcionar e a tornarem-se líderes mundiais no setor dos medicamentos genéricos.²⁴

Poder se iam aqui descrever histórias semelhantes de capacitação no caso dos setores automóvel, dos produtos químicos e dos serviços na Índia, os quais se estão hoje a integrar vigorosamente nos mercados mundiais.

- *Brasil.* Durante longos períodos, o Brasil também optou por estratégias económicas introspectivas. Nesses períodos, certas empresas que beneficiavam de grandes mercados internos não eram incentivadas a exportar e a competir nos mercados mundiais. Mas quando o fizeram, puderam contar com capacidades desenvolvidas ao longo de décadas. A Embraer, por exemplo, é hoje o maior construtor mundial de aviões comerciais a jato de até 120 lugares, para transporte regional.²⁵ As indústrias nacionais do aço e do calçado também cresceram sob a tutela do Estado, tendo a investigação e o desenvolvimento nessas áreas reforçado as capacidades de inovação interna.

Dar prioridade à criação de emprego

A adoção de políticas pragmáticas visando a criação de postos de trabalho seguros e devidamente remunerados é suscetível de reforçar a ligação entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano. Dados referentes à Ásia sugerem que países que conseguiram elevadas taxas tanto de crescimento como de redução da pobreza também conseguiram um rápido aumento da taxa de emprego. Foi o caso da Malásia e Tailândia na década de 1970, da China e Indonésia nos anos de 1980, e da Índia e Vietname na década de 1990.²⁶ A primeira geração de economias asiáticas de rápido crescimento – a RAE de Hong Kong na China, República da Coreia, Singapura, e província chinesa de Taiwan – registou um aumento da taxa de emprego de 2,6% por ano antes da década de 1990, ao mesmo tempo que aumentou também a produtividade e os níveis salariais. Tais padrões de crescimento foram muitas vezes impulsionados pela pequena agricultura, como no caso da província chinesa de Taiwan, ou por uma indústria transformadora de mão-de-obra intensiva e orientada para a exportação, como na RAE de Hong Kong na China, República da Coreia e Singapura.²⁷

O sucesso de alguns países asiáticos - como a República da Coreia e, mais tarde, a Tailândia - comporta lições para as economias menos desenvolvidas, especialmente na África Subsariana, pois, partindo de um nível de desenvolvimento

comparável, aqueles países conseguiram aumentar a taxa de emprego duas a três vezes mais rapidamente do que estes últimos. De referir, por exemplo, que nos últimos 10 anos, embora a população ativa em África tenha registado um aumento de 91 milhões de pessoas, apenas foram criados 37 milhões de postos de trabalho em setores de trabalho assalariado.²⁸ Com políticas públicas pró-ativas em subsectores de mão-de-obra intensiva da indústria transformadora e da agricultura, bem como nos setores retalhista, da hospitalidade e da construção, prevê-se que até 2020 a África possa criar até 72 milhões de postos de trabalho, isto é, 18 milhões de postos de trabalho adicionais em relação aos atuais níveis de crescimento.²⁹ Essas políticas, porém, exigem não apenas o investimento na educação e formação dos jovens, mas também a melhoria das infraestruturas, com vista à diversificação económica, bem como a eliminação dos obstáculos à iniciativa privada, entre eles a falta de financiamento e a onerosidade da regulamentação.³⁰

- *Maurícia.* As possibilidades de crescimento intensivo em mão-de-obra são maiores quando os países se encontram num patamar de industrialização mais baixo. Num estudo que analisa o desempenho da Maurícia ao longo de mais de duas décadas, conclui-se que, na primeira década (1982-1990), 80% do crescimento económico anual se ficou a dever a novos empregos e acumulação de capital.³¹ O desemprego diminuiu de 20% para menos de 3%, e o número de postos de trabalho registou um aumento de 5,2% por ano. O crescimento económico na década seguinte (1991-1999), porém, foi impulsionado não tanto pela acumulação de capital mas antes pelo aumento da produtividade dos trabalhadores, fruto do investimento nas capacidades humanas.³²

- *Bangladeche.* A diminuição mais rápida da taxa de pobreza na década de 1990 em comparação com a década de 1980³³ foi atribuída tanto ao acréscimo das exportações em setores de grande intensidade de mão-de-obra (como o do vestuário e o da pesca) como ao aumento do emprego no setor rural não agrícola (composto por pequenas indústrias e indústrias caseiras, serviços de construção e outros não transacionáveis). O estímulo, porém, veio não tanto das melhorias de produtividade neste setor mas antes do aumento da procura resultante do acréscimo da produção agrícola, da entrada de remessas, e do aumento das exportações.³⁴

Os Estados têm de estar conscientes de que a natureza do crescimento (e a intensidade da utilização de mão-de-obra em setores que impulsionam o crescimento) evolui à medida que a economia se transforma, e da necessidade de responder a essa evolução com investimentos correspondentes nas competências das pessoas

- *Ruanda.* Nem sempre o aumento do emprego está associado à indústria transformadora orientada para a exportação. No Ruanda, assistiu-se na última década a um aumento da taxa de emprego nos serviços de turismo. As receitas de exportação do setor, que emprega quase 75 000 pessoas, superam hoje as da produção de chá e de café.³⁵
- *Uganda.* À semelhança do que se verificou no Ruanda, o elevado crescimento do Uganda na década de 1990 traduziu-se por uma redução da pobreza, graças ao aumento dos rendimentos na agricultura, fruto da absorção em larga escala de mão-de-obra, sobretudo no setor das culturas de rendimento, apoiado que foi pelos preços mundiais e por melhorias nas regras de comércio no domínio da agricultura.³⁶
- *Tailândia.* Os países em desenvolvimento que possuem terras aráveis podem continuar a criar postos de trabalho estáveis na agricultura, embora a quota-parte deste setor na produção total tenda naturalmente a diminuir ao longo do tempo. É o caso da Tailândia, cujo padrão de emprego na década de 1960 se pode comparar ao que ainda hoje existe em muitos países da África Subsariana. Embora a Tailândia se tenha tornado, desde então, uma potência de produção, continuam a ser criados no país milhões de empregos estáveis em setores não fabris, como o retalhista, o do acolhimento e o da construção, bem como no setor agrícola comercial: o número de postos de trabalho estáveis na agricultura aumentou de 519 000, em 1960, para quase 3 milhões, em 2008. Em termos gerais, só na década de 1990, a Tailândia aumentou em 11 pontos percentuais a sua quota-parte de empregos estáveis (tal como o fez o Brasil entre 1970 e 1988).³⁷
- *Indonésia.* Antes da crise financeira asiática de 1997, a Indonésia destacou-se por seguir uma estratégia de crescimento baseada numa elevada intensidade de mão-de-obra. Os salários reais aumentaram a uma taxa anual média de 5% nas duas décadas anteriores à crise. Só entre 1990 e 1996, o emprego formal não agrícola aumentou de 28,1% para 37,9% a sua quota-parte de absorção da população ativa, e a participação desta na agricultura diminuiu de 55,1% para 43,5%.³⁸ Após a crise, quando alguns dos benefícios do desenvolvimento sofreram uma inversão, o correspondente aumento da pobreza fez-se sentir menos entre os trabalhadores agrícolas.³⁹

Como estes exemplos sugerem, raramente os padrões de crescimento são persistentemente a favor dos mais desfavorecidos durante décadas a fio. Isto porque a transformação na via do desenvolvimento é sinónima de mudança na estrutura de produção, e os setores diferem na sua capacidade de criar emprego. Os empregos qualificados e os não qualificados, por exemplo, exigem uma combinação diferente de recursos complementares, como uma educação formal ou uma formação setorial específica. O ponto mais importante é que as políticas direcionadas para o desenvolvimento humano exigem simultaneamente crescimento e um aumento equitativo das oportunidades. Como tal, os Estados orientados para o desenvolvimento têm de estar conscientes de que a natureza do crescimento (e a intensidade da utilização de mão-de-obra em setores que impulsionam o crescimento) evolui à medida que a economia se transforma, e que têm de responder a essa evolução com investimentos correspondentes nas competências das pessoas.

Promover as complementaridades Estado-mercado

Tanto os governos como os mercados podem falhar, mas geram-se sinergias quando trabalham em conjunto. Os progressos na via do desenvolvimento não podem ficar entregues apenas aos mercados. Não só alguns mercados não funcionam, como, noutros casos, podem nem sequer existir mercados nas fases iniciais do desenvolvimento. A maior parte dos Estados orientados para o desenvolvimento que registam êxitos introduziram políticas industriais e afins que fomentam o potencial do setor privado para contribuir para o desenvolvimento humano, especialmente através da criação de postos de trabalho em novos setores.

- *Turquia.* O Estado turco criou condições económicas favoráveis que incentivaram o setor da construção e a produção de mobiliário, têxteis, alimentos e automóveis - todos eles setores com uma elevada capacidade de absorção de mão-de-obra. O cabaz das exportações da Turquia, desde então, passou a conter produtos que implicam maior transformação, maior conteúdo tecnológico e a utilização de mão-de-obra qualificada.⁴⁰
- *Tunísia.* Desde o início da década de 1970, a Tunísia conta com incentivos financeiros e fiscais destinados a atrair capital externo e nacional para

Os Estados orientados para o desenvolvimento e amigos das populações necessitam de uma liderança política forte comprometida com a equidade e a sustentabilidade.

À medida que os países se desenvolvem, tendem a dismantelar as barreiras comerciais e a ser mais abertos

as suas indústrias orientadas para a exportação, nomeadamente, o fabrico de vestuário.⁴¹ Várias formas de relacionamento entre as empresas e o Governo fomentaram a modernização industrial e promoveram a formação de agrupamentos setoriais. Hoje, a Tunísia encontra-se entre os cinco maiores exportadores de vestuário para a União Europeia.⁴² O país também tem potencial para exportar serviços de saúde, através da prestação de tratamentos a visitantes oriundos de países vizinhos, num valor equivalente a um quarto da produção do setor de saúde privado da Tunísia.⁴³

- *Chile.* Após o regresso à democracia na década de 1990, o Chile incentivou o investimento e a modernização tecnológica em setores onde o país possuía uma vantagem comparativa intrínseca. Subsidiou a formação e o funcionamento de consórcios baseados na inovação entre empresas privadas e universidades, e empenhou-se noutras atividades promotoras da inovação.⁴⁴

Um compromisso a longo prazo com o desenvolvimento e o processo de reformas

A consecução de uma transformação duradoura é um processo de longo prazo que exige que os países definam uma abordagem coerente e equilibrada em relação ao desenvolvimento. Algumas estratégias técnicas ou de gestão poderão parecer atraentes soluções rápidas mas, regra geral, elas são inadequadas.

- *China.* Desde as reformas orientadas para o mercado empreendidas em finais da década de 1970, a China passou por uma “série de mudanças complexas e interligadas: de uma economia planificada para uma economia de mercado; do rural para o urbano; da agricultura para a indústria transformadora e os serviços; de atividades económicas informais para atividades económicas formais; de um conjunto fragmentado de economias de província bastante autossuficientes para uma economia mais integrada; e de uma economia bastante fechada ao mundo exterior para uma superpotência do comércio internacional”.⁴⁵ A dimensão destas mudanças exigiu um Estado comprometido com a estratégia que traçou a longo prazo de desenvolvimento das necessárias capacidades e instituições. Os dirigentes substituíram deliberadamente a velha guarda, que se poderia esperar que resistisse à mudança, com uma administração pública mais

jovem, mais aberta e com um nível superior de educação. Em 1988, já era de 90% a proporção de funcionários acima do nível municipal que tinham sido nomeados desde 1982.⁴⁶ A melhoria das capacidades continua a ser uma prioridade, e o nível de educação dos funcionários tem vindo a aumentar continuamente. A administração pública chinesa foi concebida com uma forte orientação para os resultados, ligando o desenvolvimento da carreira à realização de objetivos centrais de modernização e progresso económico.⁴⁷

Os Estados orientados para o desenvolvimento e amigos das populações necessitam de uma liderança política forte comprometida com a equidade e a sustentabilidade. Uma liderança eficaz assegura uma boa coordenação entre os objetivos a longo prazo dos decisores políticos e permite ao eleitorado reconhecer o trabalho do Estado na promoção das capacidades individuais e na integração social em prol do desenvolvimento humano. Isto requer uma abordagem equilibrada em relação ao desenvolvimento, bem como a capacidade de converter as crises em oportunidades para introduzir amplas reformas económicas.

- *Brasil.* Quando começou a transformação do Brasil num Estado orientado para o desenvolvimento (cerca de 1994), já o Governo havia implementado reformas macroeconómicas para controlar a hiperinflação através do Plano Real e concluído a liberalização do comércio, que iniciara em 1988, com reduções pautais e a eliminação de outras restrições.⁴⁸ Seguiu-se a abertura comercial e a adoção de uma política monetária e orçamental prudente, bem como a introdução de programas sociais inovadores que permitiram reduzir a pobreza e as desigualdades de rendimento.

Em sociedades de grande dimensão e complexidade, o resultado de qualquer política em particular é inevitavelmente incerto. Os Estados orientados para o desenvolvimento têm de ser pragmáticos e testar uma série de abordagens diferentes.

- *China.* O processo de reforma e abertura da China resultou de uma opção explícita assumida em finais da década de 1970 no sentido de diminuir as restrições à participação das pessoas nas decisões económicas. No entanto, as inovações institucionais que se seguiram para consolidar a transformação da China foram daltadas, dir se ia, na abordagem defendida por Deng Xiaoping de “atravessar o rio sentindo as

pedras”⁴⁹. Entre 1979 e 1989, nada menos que 40% dos regulamentos nacionais da China foram considerados como sendo de caráter experimental. O primeiro conjunto de reformas agrárias permitia aos agricultores arrendar terras, entregar uma parte da sua produção ao Estado a preços fixos, e vender o remanescente. Seguiu-se a expansão das empresas municipais e de aldeia.⁵⁰ Esta abordagem gradual reflete o pragmatismo dos dirigentes chineses. Outra razão para esse pragmatismo foi a percepção, agravada por um sentimento de desilusão em relação a todo o sistema de planificação, de que a transição era impossível de programar.

Fator impulsionador 2: integração nos mercados mundiais

Um elemento comum aos países em rápido desenvolvimento do Sul tem sido o reforço das capacidades das pessoas e das competências das empresas, a par da abertura aos mercados mundiais. Têm, desta forma, conseguido obter fatores de produção intermédios e bens de capital a preços mundiais competitivos, adotar *know-how* e tecnologia estrangeiros, e tirar partido dos mesmos nas vendas nos mercados mundiais.⁵¹ Todos os países recém industrializados têm adotado a estratégia de “importar o que o resto do mundo conhece e exportar o que ele quer”.⁵² De facto, poucos países se conseguiram desenvolver com êxito rejeitando o comércio internacional ou fluxos de capital de longo prazo; muito poucos conseguiram um crescimento sustentável sem aumentarem também o seu rácio entre as trocas comerciais e o produto, e não há provas de que, no período pós guerra, as economias introspectivas tenham sistematicamente registado um desenvolvimento mais rápido do que as que optaram por uma maior abertura ao exterior.⁵³

Esta experiência não significa, porém, que os países possam fomentar o crescimento através da simples eliminação dos obstáculos ao comércio e ao investimento. Alguns estudos transnacionais influentes datados dos anos 90 pareciam indicar que uma abertura rápida dos mercados conduziria automaticamente a um elevado crescimento económico. Mais tarde, porém, chegou-se à conclusão de que esses estudos continham limitações metodológicas significativas.⁵⁴ Em particular, o crescimento não pode ser suficientemente explicado com base apenas nas barreiras pautais e não pautais médias.⁵⁵

TABELA 3.2

Quota-parte das exportações mundiais de bens e serviços dos países com um desempenho elevado no domínio do desenvolvimento humano, 1990 e 2010 (%)

País	1985–1990	2000–2010
Bangladeche	0,042	0,089
Brasil	0,946	1,123
Chile	0,232	0,420
China	1,267	8,132
Gana	0,029	0,041
Índia	0,519	1,609
Indonésia	0,624	0,803
Malásia	0,685	1,197
Maurícia	0,038	0,027
Tailândia	0,565	1,095
Tunísia	0,116	0,118
Turquia	0,449	0,852

Nota: Valores médios relativos a 1985 1990 e 2005 2010.
Fonte: Banco Mundial 2012a.

As experiências de desenvolvimento reais do Sul têm demonstrado um consenso mais matizado.⁵⁶ Nesta perspetiva, os avanços bem-sucedidos e sustentados tendem antes a ser o resultado de uma integração gradual e faseada na economia mundial, em função das circunstâncias nacionais, e acompanhada por investimentos em pessoas, instituições, e infraestruturas.⁵⁷ Estudos sobre vários países confirmam que o que é necessário é um “pacote” que envolva a interação de reformas nas políticas em matéria de comércio, taxas de câmbio, orçamental, monetária e institucional.⁵⁸ Um estudo recente conclui que os benefícios mais decisivos advêm da liberalização do comércio integrada em reformas mais amplas: no período pós liberalização, entre 1950 e 1998, os países considerados como tendo seguido essa estratégia registaram taxas de crescimento 1,5 pontos percentuais mais elevadas, taxas de investimento 1,5 2 pontos percentuais mais elevadas e um rácio entre as trocas comerciais e o produto 5 pontos percentuais mais elevado.⁵⁹

À medida que os países se desenvolvem, tendem a desmantelar as barreiras comerciais e a ser mais abertos.⁶⁰ A análise efetuada pelo GRDH sobre a associação entre as mudanças na abertura comercial e a melhoria relativa no valor do IDH entre 1990 e 2010 corrobora esta conclusão (ver

Vários países criaram, em períodos de substituição de importações, competências industriais que posteriormente capitalizaram nos fornecimentos aos mercados internacionais

Tendo resistido à crise financeira asiática de 1997, a Indonésia destaca-se hoje pela gestão eficaz das suas exportações de produtos de base

caixa 2.1 no capítulo 2). Nem todos os países que reforçaram a abertura comercial alcançaram grandes melhorias no valor do IDH relativamente aos seus pares. Mas os que efetivamente registaram grandes melhorias no valor do IDH, regra geral, aumentaram o seu rácio comércio/produto, ou estabeleceram uma rede mundial de relações comerciais de valor bilateral substancial. Numa amostra de 95 países em desenvolvimento e economias em transição, o aumento médio do rácio entre trocas comerciais e produto dos países considerados como tendo melhorado rapidamente o seu IDH entre 1990 e 2012 foi cerca de 13 pontos percentuais acima do dos países que registaram melhorias mais modestas.

Como se refere na caixa 2.1, quase todos os países que registaram uma melhoria substancial no valor do IDH nas últimas duas décadas também se tornaram mais integrados na economia mundial. A tabela 3.2 confirma esse facto relativamente a um grupo selecionado de países de elevado desempenho no domínio do desenvolvimento humano, analisados no presente capítulo, os quais tiraram vigorosamente partido de oportunidades oferecidas pela globalização, aumentando a sua quota-parte das exportações para os mercados mundiais entre 1990 e 2010. A única exceção neste grupo é a Maurícia, um dos primeiros países do Sul a seguir uma estratégia de desenvolvimento orientada para a exportação, cuja quota-parte nas exportações mundiais atingiu o valor máximo em 2001.⁶¹ À medida que os países mais populosos têm vindo a aprofundar a sua integração na economia mundial, têm acelerado a sua diversificação estrutural na indústria e nos serviços e impulsionado a produtividade agrícola, ajudando a tirar centenas de milhões de pessoas da pobreza em poucas décadas.

Integração gradual e faseada

Em lugar de se abrirem de repente aos mercados mundiais, alguns dos países mais bem-sucedidos optaram por uma abertura gradual, à medida que a situação o exigia.

- *China.* Uma rápida abertura da China teria provocado o encerramento de empresas estatais sem a criação de novas atividades industriais, pelo que o Estado optou por um processo de reformas gradual. A fim de atrair o investimento direto estrangeiro (IDE), criar postos de trabalho e promover as exportações, o Estado

estabeleceu zonas económicas especiais, amiúde em zonas menos densamente edificadas.⁶² Paralelamente, a China aumentou as competências dos seus trabalhadores e das suas empresas por via da imposição, às empresas estrangeiras, da participação em empresas comuns, da transferência de tecnologia e do cumprimento de elevados requisitos aplicáveis à produção interna. No início dos anos 90, a China estava preparada para expandir as suas interações externas, com base nos investimentos na saúde e educação realizados nas décadas de 1960 e 1970 e nas recém adquiridas competências dos seus agricultores e empresas. Entre 1993 e 1996, a China já era o destino de mais de 10% dos fluxos mundiais de IDE.⁶³ O seu rácio comércio total/PIB quase que duplicou, passando de 21,7% em 1980 para cerca de 42% em 1993-1994. Em 2011, a China completou 10 anos como membro da Organização Mundial de Comércio e tomou o lugar da Alemanha como segundo maior exportador de bens e serviços a nível mundial.⁶⁴

- *Índia.* As reformas internas na Índia tiveram início em meados dos anos 80 e expandiram-se em consequência da crise de pagamentos externos de 1990-1991. Antes das reformas, a Índia aplicava quotas de importação e elevados direitos sobre produtos manufaturados, e proibiu as importações de produtos de consumo manufaturados.⁶⁵ As primeiras reformas centraram-se no desmantelamento dos sistemas de licenças para a atividade industrial e na eliminação das restrições ao investimento.⁶⁶ As restrições quantitativas sobre os bens de equipamento manufaturados terminaram em 1993. Os direitos de importação sobre bens manufaturados foram rapidamente reduzidos, de 76,3% em 1990 para 42,9% em 1992, mas novos cortes foram sendo efetuados ao longo das duas décadas seguintes, tendo baixado até 8% em 2009. As restrições sobre bens de consumo manufaturados foram sendo levantadas ou gradualmente retiradas até 2001, 10 anos após o início das reformas.⁶⁷ Em 2010, o rácio entre trocas comerciais e o produto da Índia era de 46,3%, quando em 1990 era de apenas 15,7%. O IDE também atingiu um máximo de 3,6% do PIB em 2008, quando em 1990 era inferior a 0,1%.⁶⁸

Criar competências industriais para ir ao encontro dos mercados mundiais

Vários países criaram, em períodos de substituição de importações, competências industriais que posteriormente capitalizaram nos fornecimentos aos mercados internacionais.

- **Turquia.** O desempenho comercial da Turquia após a década de 1980 assentou nas capacidades de produção criadas na era pré 1980 de industrialização substitutiva de importações.⁶⁹ Entre 1990 e 2010, o rácio entre trocas comerciais e PIB da Turquia aumentou de 32% para 48% - um salto significativo para um país de rendimento médio com um grande mercado interno. Em 2011, as principais exportações da Turquia - automóveis, ferro e aço, e eletrodomésticos e produtos eletrónicos de consumo - foram, todas elas, de setores que cresceram sob o regime de proteção do comércio.
- **República da Coreia.** Quando a República da Coreia e outras economias da Ásia Oriental atravessaram uma fase de moderada substituição das importações de bens de consumo, não protegeram os produtores nacionais de bens de equipamento.⁷⁰ Mesmo quando, na década de 1980, assumiram uma posição ambivalente em relação ao IDE, optaram por importar tecnologia ao abrigo de acordos de licenciamento e desenvolver ligações com empresas multinacionais. O objetivo era criar capacidades próprias numa perspetiva de longo prazo, através do acesso a tecnologias estrangeiras e da assimilação das mesmas.
- **Tailândia.** A Tailândia continua a reforçar as suas competências no setor da produção através da participação em redes de produção internacionais. Em 2009-2010, as suas exportações de peças e componentes, nomeadamente, da indústria automóvel e da indústria da eletrónica, foram avaliadas em 48 mil milhões de dólares, isto é, um quarto das exportações tailandesas de mercadorias. O Governo está empenhado em fazer da Tailândia a “Detroit da Ásia”, não só enquanto polo regional de logística mas também como centro de alta tecnologia, promotor da cooperação no plano da investigação entre empresas, universidades e o setor público.⁷¹
- **Malásia.** A proeminência da Malásia no setor da eletrónica começou nos primeiros tempos da divisão internacional do trabalho, com o país a “fazer a corte” a empresas multinacionais em

países do Norte. A criação de zonas de comércio livre, essencialmente para o fabrico de produtos eletrónicos⁷², ajudou o país a desenvolver-se rapidamente entre as décadas de 1970 e 1990. Hoje, porém, a economia da Malásia é encarada como estando numa “armadilha de rendimento médio”, em que já não é capaz de competir com os baixos custos de produção dos países vizinhos, nem tem competências para as tarefas de alto padrão exigidas nas redes de produção mundiais.⁷³ O próprio conselho consultivo do Governo está preocupado com o facto de um abrandamento dos fluxos de IDE poder comprometer as perspetivas da Malásia de adquirir o estatuto de país de elevado rendimento.⁷⁴ O bom desempenho da Malásia no domínio da educação secundária não parece ter produzido uma base suficientemente forte para uma economia orientada para a inovação: os progressos da Malásia no futuro estão comprometidos pela insuficiente capacidade de investigação e desenvolvimento e pela falta de engenheiros de produto e de processo bem como de técnicos e operários.⁷⁵

- **Indonésia.** Na década de 1990, para evitar os elevados custos associados a determinados aspetos dos regimes de proteção, a Indonésia e alguns outros países da Ásia Oriental criaram zonas de transformação de exportações, entrepostos fiscais e sistemas de draubaque de direitos, que exigiam, todos eles, uma administração pública competente. Os países que entenderam não dispor dessa capacidade, recorreram a abordagens não convencionais. Durante um determinado período, a Indonésia chegou mesmo a privatizar a sua administração aduaneira.⁷⁶ Tendo resistido à crise financeira asiática de 1997, a Indonésia destaca-se hoje pela gestão eficaz das suas exportações de produtos de base.⁷⁷

Tirar partido dos produtos de nicho

Uma opção para as economias mais pequenas é procurar penetrar nos mercados mundiais de produtos de nicho. A escolha dos produtos bem-sucedidos não é acidental: resulta frequentemente de anos de incentivo e apoio do Estado, tanto a competências já existentes como à criação de novas competências.

- **Chile.** Com o apoio ativo do Estado, as empresas Chilenas obtiveram grande êxito na expansão das suas exportações de produtos agrícolas transformados (alimentos e bebidas),

As estratégias de desenvolvimento não podem ter êxito sem um verdadeiro empenho na igualdade de oportunidades, de modo a proporcionar a todos a justa oportunidade de beneficiar das vantagens do crescimento

A disponibilização de serviços públicos que contribuam para produzir uma força de trabalho saudável e qualificada favorece a estabilidade nacional, reduzindo a probabilidade de agitações políticas e reforçando a legitimidade dos governos

e de produtos florestais e da pesca. A título de exemplo, na década de 1960 houve um investimento público substancial na investigação e desenvolvimento do cultivo da uva para produção de vinho. Houve igualmente um longo historial de plantações subsidiadas no domínio da silvicultura, e o Estado empenhou-se fortemente em fazer do agrupamento de empresas nos setores da madeira, da pasta de papel e do papel, e do mobiliário uma importante indústria exportadora.⁷⁸ Um apoio semelhante concedido por uma instituição sem fins lucrativos, a Fundação Chile, ajudou a tornar a cultura comercial de salmão do país numa das mais prolíficas do mundo.⁷⁹

- *Bangladeche.* O Bangladeche tirou partido das distorções de mercado no comércio mundial de vestuário.⁸⁰ Todavia, sem a iniciativa dos seus empresários, poderia facilmente ter desperdiçado essa oportunidade. Em 1978, a empresa Dosh celebrou um acordo de cooperação de cinco anos com a Daewoo, uma empresa coreana, o que ligou o Bangladeche aos padrões internacionais e a uma rede de compradores de vestuário. A Daewoo proporcionou formação aos trabalhadores da Dosh nas áreas da produção e comercialização, na República da Coreia. No espaço de um ano, 115 dos 130 formandos tinham deixado a Dosh para iniciar as suas próprias empresas de exportação de vestuário.⁸¹ Em 2010, a quota-parte das exportações mundiais de vestuário do Bangladeche era de cerca de 4,8%, quando em 1990 era de aproximadamente 0,8%.⁸²
- *Maurícia.* Com limitadas terras aráveis, uma população em expansão e uma dependência excessiva de um só produto (açúcar), a Maurícia teve que procurar um mercado maior, no exterior. Os exportadores de vestuário asiáticos, condicionados por contingentes pautais, sentiram-se atraídos pelo país. A Maurícia foi uma das economias mais protegidas até à década de 1990, mas permitia o acesso livre de direitos a fatores de produção importados e proporcionava incentivos fiscais e condições de mercado de trabalho flexíveis, incluindo o apoio à entrada de mulheres para os postos de trabalho de mão-de-obra intensiva nas zonas de transformação de exportações.⁸³
- *Gana.* Há décadas que o cacau está no centro da economia do Gana. No entanto, na década de 1970 e no início da década de 1980, o setor

esteve à beira do colapso. O Gana recuperou a sua competitividade internacional através de reformas iniciadas em 1983, que passaram, concretamente, pela desvalorização da moeda, pelo reforço da capacidade do setor privado nos domínios dos contratos de direito público e da comercialização, e por dar aos agricultores uma parcela muito maior dos preços recebidos. Entre 1983 e 2006, o país duplicou a sua produção de cacau por hectare, e hoje o setor assegura o sustento de 700 000 pessoas.⁸⁴ Nos últimos dez anos, o Gana também alargou a sua atividade ao setor dos serviços, possuindo hoje um setor de telecomunicações em rápido crescimento e que aumenta a possibilidade de os agricultores se ligarem a fontes de informação de mercado. Um inquérito recente concluiu que cerca de 61% dos produtores de cacau possuem telemóvel.⁸⁵

Um fio condutor que perpassa as economias que têm tido um envolvimento significativo com o mundo é o seu investimento nas pessoas. A reforma pautal, no próprio país ou em países parceiros, pode proporcionar uma abertura inesperada aos mercados de exportação; alguns países podem desfrutar de recursos “caídos do céu”, ou aproveitar uma onda de sucesso a curto prazo imitando outros. A lição a retirar, porém, é que o desenvolvimento não pode ser sustentado sem um investimento adequado nas competências das pessoas, de molde a melhorar constantemente a qualidade dos produtos e os métodos de produção. Os países aqui analisados partiram de diferentes condições iniciais, e tornaram-se hábeis na adaptação de pontos fortes acarinados do país, de modo a tirarem partido das oportunidades externas oferecidas pelos mercados mundiais.

Fator impulsionador 3: Inovação sustentada da política social

Os dados revelam que um nível substancial de investimento público – eficazmente aplicado não só em infraestruturas como também na saúde e educação – constitui um fator fundamental para a consecução e a sustentabilidade do desenvolvimento humano. As estratégias de desenvolvimento não podem ter êxito sem um verdadeiro empenho na igualdade de oportunidades, de modo a proporcionar a todos a justa oportunidade de beneficiar das vantagens do crescimento. Com efeito, é claramente visível, em múltiplos

países, que a promoção de níveis mais elevados de desenvolvimento humano contribui para acelerar o crescimento económico.⁸⁶

A determinação de um Estado em assegurar a educação, especialmente das raparigas, é um teste fidedigno ao compromisso de um Estado com a igualdade de oportunidades. Os países que registam um elevado nível de crescimento sustentado a longo prazo dedicaram, em regra, esforços consideráveis à escolarização dos seus cidadãos e ao reforço do seu capital humano.⁸⁷ Importa investir na educação para melhorar as competências cognitivas, medidas em função do desempenho dos estudantes nos testes de matemática e de ciências.⁸⁸ No entanto, os benefícios não advêm tanto do investimento na produção de competências especializadas, mas, sim, do investimento na “educação para todos”.⁸⁹ De igual modo, os progressos no âmbito da saúde pública promovem o crescimento por via do aumento da produtividade do trabalho.⁹⁰

O crescimento acompanhado de uma desigualdade elevada ou crescente redonda geralmente em progressos mais lentos em matéria de desenvolvimento humano, numa fraca coesão social e numa lenta redução da pobreza. Além disso, é considerado, normalmente, insustentável.⁹¹ Por conseguinte, o objetivo deverá consistir na criação de círculos virtuosos nos quais as políticas sociais

e de crescimento se reforcem mutuamente. O impacto do crescimento na redução da pobreza foi, frequentemente, muito mais eficaz em países onde a desigualdade de rendimentos é baixa do que em países com elevada desigualdade de rendimentos. O impacto do crescimento é também menos eficaz na redução da pobreza nos casos em que a distribuição do rendimento regista desequilíbrios mais acentuados ao longo do tempo.⁹²

As exceções parecem ser a China e o Brasil. Nos últimos 30 anos, em resultado das suas taxas de crescimento muito elevadas, a China reduziu a pobreza apesar da crescente desigualdade de rendimentos. Do mesmo modo, no início de 2000, o Brasil aplicou políticas orientadas para a redução da pobreza apesar da elevada desigualdade de rendimentos – embora a distribuição de rendimentos se tenha tornado mais equitativa durante esse período.

A promoção da igualdade – especialmente a igualdade entre grupos, conhecida como igualdade horizontal – também contribui para reduzir os conflitos sociais. Os países que registaram as maiores contrações de crescimento após 1975 foram aqueles que tinham sociedades divididas (medição através de indicadores de desigualdade e fragmentação étnica). Enfermavam também de instituições públicas débeis para gerir conflitos, dispondo de instituições governamentais de baixa

CAIXA 3.6

Supremo Tribunal da Índia profere sentença progressista que impõe a criação de lugares para crianças desfavorecidas em escolas privadas

Embora a maior parte das escolas nos países em desenvolvimento sejam públicas, a procura de escolas privadas está em expansão devido aos problemas das escolas públicas: infraestruturas de má qualidade, salas de aula superlotadas, acesso deficiente, escassez de professores e absentismo. Os pais que dispõem de recursos suficientes para o fazer enviam os filhos para escolas privadas, dividindo assim as crianças entre escolas públicas e privadas e criando uma sociedade dividida em muitos países

A Índia tornou o ensino gratuito e obrigatório para as crianças entre os 6 e os 14 anos. A grande maioria das crianças está matriculada em escolas públicas, especialmente nas zonas rurais. Porém, a maioria das crianças oriundas de famílias pertencentes à elite – os ricos, os membros da classe política, os funcionários do governo e a classe média em crescimento – são enviadas para escolas privadas. Em muitos casos, os rapazes são enviados para escolas privadas e as raparigas para escolas gratuitas do setor público.

A fim de reduzir estas tendências para a segregação, em 2009, a Índia aprovou a Lei sobre o Direito das Crianças à Educação Gratuita e Obrigatória. Esta lei obriga as escolas privadas a admitir pelo menos 25% de alunos oriundos de famílias socialmente desfavorecidas e com baixo rendimento. Por sua vez, as escolas privadas são reembolsadas pelo montante das suas propinas ou pelo montante da despesa por aluno nas escolas públicas, consoante o que for mais baixo. A lei assentava nos seguintes pressupostos: (i) as escolas têm

de ser locais vocacionados para a integração social; (ii) as escolas privadas não existem independentemente do Estado que lhes faculta terreno e outros serviços; (iii) a obrigação social das escolas privadas não pode ser derogada pelo argumento de que só as crianças cujos pais pagam as suas propinas têm direito a frequentá-las, e (iv) a obrigação de admitir pelo menos 25% de alunos oriundos de grupos desfavorecidos é justa, posto que estes grupos representam cerca de 25% da população.

Num acórdão histórico proferido em 12 de abril de 2012, o Supremo Tribunal da Índia confirmou a validade constitucional da Lei, aduzindo os seguintes argumentos em apoio da sua decisão. Em primeiro lugar, uma vez que a lei obriga o Estado a proporcionar educação gratuita e obrigatória a todas as crianças entre os 6 e os 14 anos de idade, o Estado tem a liberdade de decidir se dará cumprimento à sua obrigação através das suas próprias escolas, de escolas subvencionadas ou de escolas não subvencionadas. A lei de 2009 é “centrada nas crianças” e não “centrada nas instituições”. Em segundo lugar, o direito à educação “pressupõe um acordo recíproco entre o Estado e os progenitores e coloca um ónus explícito sobre todas as partes interessadas da nossa sociedade civil”. As escolas privadas não subvencionadas complementam a primeira obrigação do Estado de proporcionar educação gratuita e obrigatória à categoria de estudantes especificada.

qualidade com menor capacidade para garantir o primado do direito, os direitos democráticos e redes de segurança social.⁹³

A educação, os cuidados de saúde, os mecanismos de proteção social, a habilitação jurídica e a organização social são fatores que viabilizam a participação das pessoas mais desfavorecidas no crescimento. Porém, nem mesmo estes instrumentos políticos de base serão suficientes para capacitar os grupos mais desfavorecidos. As camadas pobres da sociedade lutam por manifestar as suas preocupações, e os governos nem sempre verificam se os serviços que visam chegar a todos, o fazem efetivamente.⁹⁴ Frequentemente, os problemas são exacerbados por choques externos, contudo, em muitos casos, as políticas são implementadas onde a capacidade institucional local é reduzida e o envolvimento da comunidade é reduzido.

- *Uganda.* No período pós-conflito do Uganda, uma série de reformas macroeconómicas, desde a flexibilização do controlo dos preços e das taxas de câmbio até às mudanças nas empresas estatais e na administração pública, abriu caminho a um vasto plano de redução da pobreza em 1997. O Uganda tornou-se um dos poucos países da África Subsaariana a reduzir para metade a pobreza extrema antes da meta de 2015 do ODM, de 56,4% em 1992-1993 para 24,5% em 2009-2010. No entanto, a crescente desigualdade de rendimento abrandou o ritmo da redução da pobreza⁹⁵. Em última análise, o êxito económico destes esforços mostra que os programas são mais eficazes quando as lideranças nacionais estão empenhadas na redução da pobreza, designadamente através do reforço da coerência dos objetivos e abordagens em todas as agências governamentais⁹⁶. Por sua vez, esse progresso pode ter uma forte influência na legitimidade dos dirigentes e dos respetivos governos.

Promoção da inclusão

Todos os países têm, em maior ou menor medida, sociedades multirreligiosas, multiculturais e pluralistas, e os diferentes grupos registam, frequentemente, diferentes níveis de desenvolvimento humano. Mesmo nos países avançados existe uma discriminação persistente contra alguns grupos étnicos nos mercados de trabalho.⁹⁷ A discriminação não relacionada com o mercado pode ser igualmente grave e desestabilizadora.

Além disso, a discriminação histórica tem efeitos duradouros. Garantir a não-discriminação e a igualdade de tratamento, incluindo a disponibilização de programas especiais para os grupos desfavorecidos, tem vindo a ser, cada vez mais, um fator fundamental da estabilidade política e social.

Também no Sul, os diferentes níveis de progressos têm frequentemente origens históricas e/ou coloniais – por exemplo, na Índia, entre as castas superiores e inferiores, e na Malásia, entre bumiputras (malaios), chineses e Índianos. A prosperidade económica por si só não pode pôr fim à discriminação de grupos sociais que conduz à desigualdade horizontal. Para colmatar as desigualdades e corrigir as desvantagens históricas, tanto a Malásia como a Índia adotaram intervenções políticas específicas, como a discriminação positiva.

Prestação de serviços sociais de base

Os Estados podem sustentar o crescimento económico a longo prazo disponibilizando serviços públicos que contribuam para produzir uma força de trabalho saudável e qualificada. Estas medidas são também favoráveis à estabilidade nacional, reduzindo a probabilidade de agitações políticas e reforçando a legitimidade dos governos.

Os países em desenvolvimento recebem por vezes aconselhamento político que os exorta a encarar a despesa pública com serviços de base como luxos ou gastos que não podem comportar. Porém, a longo prazo, estes investimentos compensam. Embora nem todos os serviços tenham de ser assegurados pelo setor público, é necessário estabelecer um nível mínimo universal de cuidados de saúde, educação e segurança social para garantir o acesso seguro de todos os cidadãos aos requisitos de base do desenvolvimento humano, assegurados por fornecedores públicos ou privados. O ensino primário e secundário público obrigatório contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento humano na Europa e em alguns países em desenvolvimento, como a Costa Rica.

Acesso a um ensino de elevada qualidade

O crescimento do valor do IDH está associado ao crescimento da despesa pública com a educação. Em média, os países com os níveis mais elevados de despesa pública na saúde e na educação registaram elevados graus de crescimento em

O progresso na saúde exige mais do que serviços de saúde de elevada qualidade. São muitos os países que têm vindo a entender a necessidade de intervir, simultaneamente, em múltiplas frentes

O Bangladesh faz progressos impressionantes em matéria de sobrevivência infantil

Em 1990, a taxa de mortalidade infantil no Bangladesh 97 óbitos por 1000 nados vivos – era 16% superior à registada na Índia – 81 óbitos por 1000 nados vivos. Em 2010, essa situação inverteu-se, sendo a taxa de mortalidade do Bangladesh (38) 21% inferior à da Índia (48). Há três fatores principais que parecem explicar estas impressionantes melhorias.

Em primeiro lugar, a capacitação económica das mulheres por via do emprego na indústria do vestuário e o acesso ao microcrédito transformaram a sua situação. A grande maioria das mulheres afetadas à indústria do vestuário são migrantes provenientes de zonas rurais. Esta inédita oportunidade de emprego para as mulheres jovens reduziu as disparidades de género em termos de emprego e de rendimento. A expansão do microcrédito contribuiu igualmente para a capacitação das mulheres. Só o Grameen Bank concedeu empréstimos no valor de 8,74 mil milhões de dólares a 8 milhões de mutuárias, 95% dos quais eram mulheres. Segundo estimativas recentes, estes pequenos empréstimos permitiram que mais de metade das famílias mutuárias saíssem do limiar de pobreza, e abriram-se novas oportunidades económicas em resultado do acesso mais fácil ao microcrédito. A protelação do casamento e da maternidade são consequências diretas da capacitação das mulheres, como o são também os efeitos sobre a sobrevivência infantil.

Em segundo lugar, a capacitação social e política das mulheres processou-se através de reuniões regulares de grupos de mulheres, promovidas por organizações não-governamentais. Por exemplo, o sistema Grameen familiarizou os mutuários com os processos eleitorais, visto que os membros participam nas eleições anuais dos presidentes e secretários, chefes e chefes adjuntos dos centros, bem como nas eleições dos membros do conselho que se realizam de três em três anos. Esta experiência preparou muitas mulheres para concorrerem a cargos públicos. As mulheres foram também capacitadas socialmente graças à participação nos bancos. Uma análise recente sugere que o nível de conhecimentos

em matéria saúde entre os participantes nos fóruns de crédito é muito maior do que entre os não participantes.

Em terceiro lugar, a maior participação das raparigas na educação formal foi reforçada por organizações não-governamentais. Os estabelecimentos de ensino informal geridos pela organização não-governamental BRAC oferecem quatro anos de ensino primário acelerado a adolescentes que nunca frequentaram a escola, e as escolas registam taxas de permanência superiores a 94%. Após a conclusão destes estudos, os alunos podem ingressar no sistema de ensino formal, o que a maioria deles faz. O programa de atividades curriculares regulares integra sessões mensais dedicadas à saúde reprodutiva que incluem temas como a adolescência, reprodução e menstruação, casamento e gravidez, planeamento familiar e contraceção, tabagismo e abuso de substâncias tóxicas e ainda questões de género. Atualmente, a percentagem de raparigas matriculadas nas escolas é superior à de rapazes (há 15 anos, apenas 40% dos alunos eram raparigas).

A capacitação das mulheres foi acompanhada de melhorias significativas dos serviços de saúde e da respetiva promoção. Com a introdução de contraceptivos injetáveis, a utilização de contraceptivos disparou. Perto de 53% das mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 40 anos utilizam hoje contraceptivos, graças, muitas vezes, aos serviços prestados por agentes de proximidade na comunidade. O BRAC proporcionou igualmente a mais de 13 milhões de mulheres instrução de base comunitária sobre reidratação de crianças que sofrem de diarreia. O Bangladesh tem atualmente a mais elevada taxa de utilização de terapia de reidratação oral do mundo, tendo a diarreia deixado de figurar entre as principais causas de morte infantil. Quase 95% das crianças no Bangladesh estão totalmente imunizadas contra a tuberculose, em comparação com apenas 73% na Índia. Inclusive, no que respeita à incidência da tuberculose entre a população adulta, a situação é muito melhor no Bangladesh, onde voluntários da comunidade patrocinados pelo BRAC tratam mais de 90% dos casos, enquanto a Índia se esforça por atingir 70% através do sistema formal de cuidados de saúde.

Fonte: BRAC 2012.; Grameen Bank 2012.; Banco Mundial 2012a

termos de desenvolvimento humano, ainda que possam subsistir algumas variações locais.

- **Indonésia.** Durante o período de expansão económica da Indonésia (a partir de 1973), o governo financiou a construção de escolas de ensino básico através de programas de desenvolvimento pelo que, na década seguinte, o volume da despesa pública com a educação aumentou para mais do dobro.
- **Índia.** Na sequência da reforma constitucional com vista a tornar a educação um direito fundamental de todas as crianças, a Índia tomou medidas progressivas para pôr cobro à discriminação no seu sistema de ensino (caixa 3.6).
- **Gana.** Uma das primeiras iniciativas desenvolvidas no Gana independente foi o Plano de Desenvolvimento Acelerado para a Educação de 1951, que visava promover uma expansão maciça do ensino primário e médio. A Lei da Educação de 1961 aboliu as propinas para o ensino primário, de modo a que as famílias tivessem de pagar apenas uma pequena quantia pelos

manuais escolares. O número de matrículas nas escolas públicas de ensino básico duplicou nos seis anos seguintes. Entre 1966 e 1970, o discurso público sobre a educação transitou do acesso para a qualidade. No início da década de 1970, o enfoque passou a ser novamente o acesso, desta vez ao ensino secundário. A ronda de reformas seguinte teve lugar em 1987. O aspeto mais significativo da reforma curricular consistiu em proporcionar às crianças literacia em três línguas – dois idiomas ganeses e inglês –, assim como competências atualizadas no domínio da agricultura, competências profissionais e competências na área da matemática prática.

- **Maurícia.** O Governo desenvolveu um consenso nacional sobre a prestação de um ensino primário, secundário e superior de qualidade e gratuito.
- **Bangladeche.** O Ministério do Ensino Primário e Massificação do Ensino foi criado em 1992 com o objetivo de universalizar o ensino primário e eliminar as disparidades em

As políticas de saúde pública e de educação universais podem ser concebidas e aplicadas sem sacrificar a qualidade em nome de uma maior cobertura

termos de género e pobreza no ensino primário. Intervenções do lado da procura, tais como o Programa de Bolsas de Estudo para Alunas do Ensino Secundário e o programa Alimentos para a Educação, alargaram a cobertura, nomeadamente para as raparigas.

- *China*. Em 1986, o Congresso Nacional do Povo chinês aprovou uma lei que proclamava a obrigatoriedade do ensino básico com a duração de nove anos, sem distinção de género, origem étnica ou raça. Entre 1990 e 2000, a média de anos de escolaridade dos habitantes das zonas rurais com 15 anos de idade ou mais aumentou de 4,7 para 6,8 anos.
- *Uganda*. As propinas para o ensino primário foram abolidas em 1997 com o objetivo de universalizar o ensino primário. Inicialmente, esta medida sobrecarregou as infra-estruturas educativas.⁹⁸ A fim de melhorar a qualidade, o Ministério da Educação colocou a ênfase em cinco áreas: Desenvolvimento curricular, materiais didáticos elementares, formação de professores, língua de instrução e normas de qualidade. As iniciais quebras do nível de qualidade e das taxas de conclusão foram, desde então, invertidas, assistindo-se a uma consolidação e multiplicação dos ganhos.
- *Brasil*. Os investimentos na educação promovidos pelo Estado melhoraram significativamente os resultados em matéria de desenvolvimento. A transformação do ensino brasileiro começou com a equiparação dos financiamentos entre regiões, estados e municípios. O Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Primário, criado em 1996, garantiu um nível mínimo nacional de despesa por aluno no ensino primário, aumentando os recursos para os alunos do ensino primário nos estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste e, particularmente, nas escolas administradas pelos municípios. O financiamento “seguiu o aluno”, oferecendo aos sistemas escolares um incentivo substancial para aumentarem a taxa de matrículas. De igual modo, os Estados foram instados a repartir recursos pelos municípios, de modo a que todas as escolas estatais e municipais pudessem atingir o limiar de despesas por aluno. Em consequência deste investimento, os resultados dos estudantes brasileiros em matemática, ao abrigo do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), aumentaram 52 pontos entre 2000 e 2009, o terceiro maior salto quantitativo registado.

Acesso a serviços de saúde de elevada qualidade

O progresso na saúde exige mais do que serviços de saúde de elevada qualidade. Anteriores Relatórios do Desenvolvimento Humano mostraram que a pobreza humana é multidimensional. São muitos os países que têm vindo a entender a necessidade de intervir, simultaneamente, em múltiplas frentes. A Argélia, Marrocos e a Tunísia, por exemplo, registaram ganhos notáveis em termos de esperança de vida nos últimos quarenta anos. Entre as possíveis explicações para este fenómeno incluem-se os avanços tecnológicos na área da saúde e dos medicamentos, a vacinação generalizada, os progressos no domínio das tecnologias da informação, um acesso mais fácil a serviços melhorados de abastecimento de água e saneamento, um aumento do aprovisionamento energético e ainda investimentos públicos e privados na saúde.

- *Bangladeche*. A fim de melhorar as taxas de sobrevivência infantil, o Bangladeche adotou uma abordagem multissetorial: expansão das oportunidades de educação e de emprego para as mulheres, melhoria do estatuto social das mulheres; aumento da participação política, mobilização social e participação da comunidade; divulgação efetiva de conhecimentos em matéria de saúde pública; e prestação de serviços essenciais de saúde eficazes com base na comunidade (caixa 3.7).

A prestação de serviços de saúde orientava-se fortemente para os grupos mais prósperos, que tinham maior probabilidade de aceder facilmente aos serviços públicos e de pagar os serviços privados. Os que tinham maior acesso aos cuidados de saúde eram os trabalhadores do setor formal, que financiavam parcialmente as suas necessidades por via de contribuições anuais. É mais difícil prestar esses cuidados aos trabalhadores do setor informal. Na Índia, por exemplo, não há empregadores do setor formal claramente identificados aptos a contribuir por conta dos estimados 93% da força de trabalho do setor informal.⁹⁹

Todas as pessoas deveriam poder beneficiar da mesma qualidade de cuidados de saúde, e vários países tentaram fornecer e financiar a cobertura universal dos cuidados de saúde. Alguns fizeram-no através de serviços de saúde públicos orientados para os pobres. Isto não é desejável nem eficiente, dando geralmente origem a sistemas de saúde onde os pobres recebem serviços

de qualidade inferior, frequentemente em instalações públicas, enquanto os não pobres recebem cuidados de saúde de melhor qualidade no setor privado. Os serviços de saúde orientados para os pobres continuam, em regra, a ser subfinanciados, em parte também porque as pessoas com maior capacidade económica não têm interesse em melhorar o sistema. Para além disso, os regimes especiais de seguros para os pobres não têm a vantagem de repartir os riscos por toda a população, sendo por isso suscetíveis de se tornarem financeiramente inviáveis, desviando frequentemente recursos dos cuidados preventivos e primários para os cuidados terciários, mais dispendiosos.

Os governos procuram também financiar os sistemas de cuidados de saúde através de taxas de utilização. No entanto, hoje existe um consenso quase unânime quanto ao facto de essas taxas terem consequências adversas, especialmente para os pobres. As taxas dissuadem-nos de utilizar os

serviços e geralmente têm pouco significado em termos de mobilização de recursos.¹⁰⁰

A experiência global demonstra que a tributação deveria ser a principal fonte de financiamento dos serviços de saúde universais. A maioria dos países do Sudeste Asiático, por exemplo, abraçou essa ideia. Os governos procuraram reduzir as despesas diretas privadas, aumentar o financiamento coletivo da saúde, aumentar a cobertura e a qualidade dos serviços de saúde, muito embora o alcance da cobertura seja variável.¹⁰¹ Identificar e chegar às populações pobres continuam a ser desafios, e países em desenvolvimento pobres em recursos, como a RPD do Laos e o Vietname, dependeram fortemente de capitais suportados por doadores no domínio da saúde.

- *Tailândia.* A Lei sobre o Serviço Público de Saúde de 2002 da Tailândia determinava que todos os cidadãos deveriam ter direito a serviços de assistência médica abrangentes. Em 2009, 76% da população – cerca de 48 milhões de

CAIXA 3.8

Cevdet Yılmaz, Ministro do Desenvolvimento, Turquia

Reforço da proteção social na Turquia

Ainda recentemente, em 2002, estimou-se que 30% da população turca vivia abaixo do limiar oficial de pobreza de 4,3 dólares por dia. As despesas públicas com a assistência aos pobres representavam apenas 12% do PIB, menos de metade da média de 25% da UE. E as despesas com a assistência social para os pobres representavam apenas 0,5% do PIB, dando azo a críticas que acusavam os sistemas de apoio social da Turquia de fragmentados e insuficientes.

Na última década, porém, o forte desempenho económico da Turquia, uma abordagem das políticas sociais favorável aos pobres e uma assistência orientada e dotada de mais recursos contribuíram para acelerar a redução da pobreza. Entre as principais mudanças políticas incluem-se o reforço sistemático dos programas de assistência social, transferências condicionadas de rendimentos, reformas da segurança social e uma transformação ambiciosa do sistema nacional de saúde pública. Só ao abrigo do programa de transferência condicionadas de rendimentos, lançado em 2003, mais de um milhão de crianças receberam cuidados de saúde, e cerca de 2,2 milhões beneficiaram de ajuda em matéria de educação. Desde 2003, os jovens em idade escolar receberam mais de 1,3 mil milhões de manuais escolares ao abrigo de um novo programa de distribuição gratuita de livros escolares, e perto de 1 milhão dispõe hoje de transporte gratuito para as escolas.

Em resultado destas e de outras iniciativas, a percentagem da população que vive com menos de 4,3 dólares por dia diminuiu acentuadamente para 3,7% em 2010, e a fração do PIB consagrada à assistência em matéria de redução da pobreza e aos serviços sociais conexos quase triplicou, para 1,2%.

A percentagem de despesas sociais no PIB da Turquia continua a ser inferior à média da UE, e os regimes de assistência social não produziram ainda o impacto desejado sobre os índices de pobreza. Para aumentar a sua eficácia, o governo tem vindo a trabalhar em novos métodos de medição da pobreza e de proteção social, em novas abordagens em matéria de prestações pecuniárias e em espécie, em ligações mais fortes com oportunidades de emprego, prosseguindo as consultas junto das famílias e comunidades visadas.

De igual modo, a expansão e a modernização dos serviços de saúde tiveram um impacto direto e quantificável na saúde pública. O seguro de saúde está agora disponível para toda a população. Ao abrigo do Programa de Transformação da Saúde, lançado em 2003, foram atribuídos médicos generalistas às famílias a fim de reforçar os serviços básicos de saúde, com serviços de saúde primários e de urgência gratuitos. Os resultados foram rápidos e animadores. Pela primeira vez, praticamente todas as crianças recebem regularmente vacinas gratuitas. Sete milhões de crianças em idade escolar recebem diariamente leite a título gratuito. As crianças e as mães recebem gratuitamente suplementos de ferro e vitamina D. As taxas de mortalidade infantil desceram acentuadamente, para 10 óbitos por 1000 nados-vivos em 2003, face a 29 em 2003, de acordo com os números do governo. Esta queda de dois terços no espaço de oito anos ultrapassa larga medida a meta de redução definida nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

As políticas em prol das crianças não se cingem aos cuidados de saúde e à educação, mas incluem também uma assistência mais vasta às respetivas comunidades de origem. O governo lançou um novo Programa de Apoio Social em 2008, com o objetivo de promover a coesão social e assegurar a integração social, nomeadamente nas regiões menos desenvolvidas do leste do país. Os seus projetos visam aumentar a participação na economia nacional e vida social das pessoas desfavorecidas marginalizadas pela pobreza e exclusão social. Os objetivos visados pelos vários milhares de projetos até à data desenvolvidos ao abrigo deste programa vão para além da criação de emprego nestas regiões com menores rendimentos e incluem também incentivos aos jovens e às mulheres para que se expressem através de atividades no domínio da cultura, das artes e do atletismo.

Mais importante, contudo, é o que estas melhorias já significam para a vida das famílias comuns na Turquia. Em todo o país, tanto os pais como os filhos podem agora ambicionar a vidas mais saudáveis, seguras e realizadas - objetivo primeiro e grande princípio do desenvolvimento humano.

pessoas – estava registrada no Regime Universal de Cuidados de Saúde, que fornece tratamento gratuito em regime de internamento hospitalar ou ambulatorio, cuidados de maternidade, cuidados dentários e cuidados de emergência. O regime é integralmente financiado pelo governo, com um orçamento total em 2011 de 34 milhões de dólares – 70 dólares por segurado –, que representa 5,9 % do orçamento nacional.¹⁰²

- *México.* Em 2003, o Estado mexicano aprovou o Seguro Popular, um regime de seguro público que proporciona um amplo leque de serviços de saúde às famílias pobres que anteriormente estavam excluídas do sistema de segurança social tradicional. Os recursos públicos a favor da saúde aumentaram e a sua repartição é agora mais equitativa. O acesso e a utilização dos serviços de saúde aumentaram. Os indicadores de proteção financeira melhoraram. No final de 2007, 20 milhões de pessoas pobres beneficiavam deste regime.¹⁰³ O México ocupa uma posição dianteira no que toca à rapidez da sua evolução rumo a uma cobertura universal dos cuidados de saúde, graças à adoção de um mecanismo de financiamento inovador.

- *Ruanda.* O acesso aos serviços de saúde foi alargado mediante a introdução de um seguro de saúde de base comunitária. Os prestadores de cuidados de saúde receberam incentivos, associando os recursos ao nível de desempenho. Desse modo, os custos dos cuidados de saúde nas zonas rurais tornaram-se mais acessíveis, registando-se manifestas melhorias nos resultados em matéria de saúde. A taxa de mortalidade de menores de 5 anos caiu de 196 óbitos por 1000 nados-vivos em 2000 para 103 em 2007, e a taxa de mortalidade materna desceu mais de 12% por ano entre 2000 e 2008. O Ruanda está no bom caminho para a concretização do Objetivo de Desenvolvimento do Milénio em matéria de saúde materna.

Uma questão preocupante em vários países é a emergência de serviços duais. Mesmo que a prestação pública seja, em princípio, universal, a sua qualidade e acesso podem ser insuficientes e empurrar as pessoas para os prestadores mais onerosos do setor privado.

- *China.* Grande parte do sucesso da China no âmbito dos cuidados de saúde verificou-se entre 1950 e 1980, quando o governo estabeleceu um sistema de três níveis, a saber, clínicas médicas

CAIXA 3.9

Programas de transferência condicionada de rendimentos e o programa Oportunidades do México

Os programas de transferência condicionada de rendimentos destinam-se a aumentar os rendimentos dos beneficiários e o seu acesso à saúde e à educação fazendo depender essas transferências de requisitos como as visitas a centros de saúde e a frequência escolar. Os programas visam determinados beneficiários (normalmente indivíduos provenientes de agregados familiares desfavorecidos ou de baixos rendimentos), e asseguram apoio pecuniário em vez de prestações em espécie, estando as transferências sujeitas à prática de atividades relacionadas com a saúde e a educação. Além disso, os programas podem ser concebidos de forma a permitir uma avaliação de impacto rigorosa. Por exemplo, o programa Tekopora, no Paraguai, revelou ter impactos positivos na alimentação, na saúde, na educação e na redução da pobreza sem ter gerado impactos negativos sobre a oferta de trabalho.

O programa mexicano Oportunidades é um programa de transferência de rendimentos destinado às famílias pobres, cujas prestações estão condicionadas à frequência escolar das crianças e à realização de exames médicos, bem como à participação dos pais em reuniões comunitárias onde recebem informação em matéria de saúde e higiene pessoal. O programa foi concebido para quebrar a transmissão intergeracional da pobreza. Inicialmente denominado Progresas, o programa visa atenuar a pobreza atual e futura proporcionando aos pais incentivos financeiros (dinheiro) para investirem na saúde e na educação dos seus filhos. O programa, que arrancou em 1997, é um dos maiores programas de transferência condicionada de rendimentos do mundo, tendo distribuído aproximadamente 3 mil milhões de euros entre cerca de 5 milhões de famílias beneficiárias em 2012.

As transferências ao abrigo do programa Oportunidades, pagas bimestralmente às mulheres chefes de família, são constituídas por duas partes. A primeira é uma pensão alimentar que é paga a todos os agregados familiares, sob condição de os respetivos membros receberem cuidados médicos preventivos, e destina-se a contribuir para que as famílias invistam em mais e melhor nutrição. A segunda assume a forma de bolsas de estudo e é atribuída sob condição de as crianças frequentarem a escola durante pelo menos 85% do tempo e de não repetirem um ano mais de duas vezes. O valor da bolsa de estudo atribuída a todas as crianças com idade inferior a 18 anos matriculadas na escola entre o terceiro ano do ensino primário e o terceiro (último) ano do ensino médio varia consoante o ano e o género. Esse valor aumenta substancialmente após a conclusão do ensino primário e é mais elevado para as raparigas do que para os rapazes durante o ensino secundário e o ensino superior. Os alunos beneficiários também recebem dinheiro para material escolar uma vez por ano.

Os programas de transferência condicionada de rendimentos são menos dispendiosos do que as tradicionais ações de assistência social em espécie. O programa Bolsa Família brasileiro e o programa Oportunidades mexicano, os dois maiores programas da América Latina, custam menos de 1% do PIB. Em alguns casos, foram percecionados como instrumentos destinados a proporcionar acesso a direitos básicos universais como a saúde e a educação, tendo noutros casos, porém, conduzido à exclusão de algumas localidades devido à deficiente oferta de serviços.

nas aldeias, centros de saúde municipais e hospitais regionais nas zonas rurais, e centros de saúde e hospitais distritais nas zonas urbanas. Porém, desde a década de 1980, o setor da saúde assenta num modelo de “taxa por serviço”. Assim sendo, embora a situação geral da saúde na China tenha continuado a melhorar, as disparidades entre as províncias orientais e ocidentais e entre as zonas rurais e urbanas acentuaram-se. Em muitas zonas do país, os serviços de saúde de qualidade tornaram-se financeiramente inacessíveis para os pobres.

- *Chile.* Antes de 1980, o financiamento do sistema de saúde do Chile era assegurado pelo setor público através da segurança social e de fundos públicos. Contudo, após a reforma da saúde em 1981, foi introduzido o seguro contra riscos e os mecanismos de mercado começaram a regular os níveis de proteção. Em 2006, estava implantado um sistema de cobertura dual. O Fundo Nacional de Saúde, financiado por via das receitas fiscais do Estado federal e de prémios

pagos pelos beneficiários, cobria 69% da população, mas os seus constrangimentos de ordem financeira impediram-no de assegurar serviços atempados e de boa qualidade. As companhias de seguros de saúde privadas cobriam 17% da população. O Fundo Nacional de Saúde oferece um plano de saúde universal. Este sistema dual tem sido alvo de críticas pelo facto de permitir que as populações de baixo rendimento e de alto risco sejam tratadas sobretudo no sistema público, que dispõe de poucos recursos e que tende, por isso, a prestar serviços de menor qualidade. Em 2004, o Estado, ciente dos riscos, introduziu El Plan de Acceso Universal de Garantías Explícitas, que garante um pacote de benefícios médicos, o qual consiste numa lista prioritária de diagnósticos e tratamento de 56 doenças, assim como a cobertura universal para todos os cidadãos.

A prestação de cuidados de saúde universais e de pelo menos nove anos de ensino obrigatório exige do Estado um forte empenho, envolvimento

Os programas de transferência condicionada de rendimentos - importantes na redução da pobreza e da desigualdade de rendimentos - não podem substituir o fornecimento de bens e serviços públicos

CAIXA 3.10

Michael Bloomberg, Presidente de Câmara, Cidade de Nova Iorque

O que levou a Cidade de Nova Iorque a olhar para o Sul em busca de aconselhamento sobre políticas de luta contra a pobreza

Em Nova Iorque, trabalhamos com vista melhorar a vida dos nossos habitantes em muitos aspetos. Continuamos a melhorar a qualidade do ensino nas nossas escolas, melhorámos a saúde dos nova-iorquinos, combatendo o tabagismo e a obesidade, e valorizámos a paisagem da cidade, dotando-a de ciclovias e plantando milhares de árvores.

Procurámos também reduzir a pobreza, encontrando novas e mais adequadas de promover a autossuficiência e de preparar os nossos jovens para um futuro risonho. Para nortear este esforço, criámos o Centro de Oportunidades Económicas, cuja missão consiste em identificar estratégias que ajudem a quebrar o ciclo da pobreza através de iniciativas inovadoras em matéria de educação, saúde e emprego.

Nos últimos seis anos, o Centro lançou mais de 50 programas-piloto em parceria com órgãos municipais e centenas de organizações de base comunitária. O Centro desenvolveu uma estratégia de avaliação específica para cada um destes programas-piloto, a fim de acompanhar o seu desempenho, comparar resultados e identificar as estratégias com maior êxito na redução da pobreza e expansão de oportunidades. Os programas que produziram bons resultados são apoiados por novos fundos públicos e privados. Os que não produzem bons resultados são suspensos, sendo os recursos reinvestidos em novas estratégias. As conclusões do Centro são, posteriormente, partilhadas por todas as agências governamentais, responsáveis políticos, organizações parceiras sem fins lucrativos, dadores privados e todos os colegas, no país e em todo o mundo, que procuram igualmente novas formas de pôr fim ao ciclo da pobreza.

Nova Iorque tem a sorte de poder contar com algumas das mentes mais brilhantes do planeta nas suas empresas e universidades, embora reconhecendo que há muito a aprender com programas desenvolvidos noutros locais. Essa a razão por que o Centro iniciou o seu trabalho, levando a cabo um levantamento à escala internacional das estratégias promissoras em matéria de luta contra a pobreza.

Em 2007, o Centro pôs em marcha o programa Opportunity NYC Family Rewards, o primeiro programa de transferência condicionada de rendimento adotado nos Estados Unidos. Baseado em programas semelhantes em curso em mais de 20 outros países, o Family Rewards contribui para a redução da pobreza, proporcionado às famílias incentivos na área dos cuidados preventivos de saúde, da educação e da formação profissional. Na conceção deste programa, baseámo-nos na experiência do México, do Brasil e de dezenas de outros países. Findo o nosso projeto-piloto, ao cabo de três anos, ficaram evidentes os elementos positivos e negativos do programa para a Cidade de Nova Iorque, uma informação que agora se revela útil para o desenvolvimento de uma nova geração de programas à escala mundial.

Antes do lançamento do Opportunity NYC: Family Rewards, desloquei-me a Toluca, no México, para observar em primeira mão o Oportunidades, programa federal mexicano de transferência condicionada de rendimentos que se tem revelado um êxito. Participámos também num intercâmbio de Aprendizagem Norte-Sul sob a égide das Nações Unidas. Trabalhámos com a Fundação Rockefeller, o Banco Mundial, a Organização dos Estados Americanos e outras instituições e responsáveis políticos internacionais, com vista ao intercâmbio de experiências relacionadas com programas de transferência condicionada de rendimentos na América Latina, assim como na Indonésia, África do Sul e Turquia.

Os nossos intercâmbios internacionais em matéria de aprendizagem não se limitam a estas iniciativas de transferência de rendimentos; incluem também abordagens inovadoras relacionadas com transportes urbanos, novas iniciativas na área da educação e outros programas.

Visto que ninguém detém o monopólio das boas ideias, Nova Iorque continuará a aprender com as boas práticas de outras cidades e países. E à medida que adaptamos e avaliamos novos programas na nossa própria cidade, continuamos empenhados em retribuir estes ensinamentos e em deixar o nosso contributo de forma duradoura em comunidades de todo o mundo.

e coerência ao longo do tempo. O desafio para os países do Sul consiste em garantir equidade no acesso a serviços de saúde e de ensino e normas básicas de qualidade a fim de evitar uma indústria de serviços dual que presta serviços de baixa qualidade (ou mesmo nenhuns) aos pobres, e serviços privados de melhor qualidade aos ricos.

As políticas de saúde pública e de educação universais podem ser concebidas e aplicadas sem sacrificar a qualidade em nome de uma maior cobertura. Os pobres não dispõem de alternativas a um sistema público, ao passo que os mais abastados podem pagar serviços privados. Tais dinâmicas acentuam as desigualdades, restringem a integração social e comprometem o desenvolvimento sustentável. Novos programas, como os da China, do México e da Tailândia, demonstram que há formas possíveis de assegurar que os serviços básicos sejam universais e de qualidade razoável. Quando os recursos financeiros são adequadamente aplicados, a qualidade dos serviços públicos não tem necessariamente de ser inferior à dos serviços privados.

Reforçar a coesão social incrementando o desenvolvimento

A transformação do modelo de desenvolvimento exige que todos os cidadãos se revejam verdadeiramente nos objetivos mais vastos da sociedade, mostrando respeito e compaixão pelos outros e o seu empenho no reforço da coesão social. Isso requer que os Estados e os cidadãos se compenetrem de que o desenvolvimento humano é mais do que o simples desenvolvimento de capacidades individuais. Com efeito, estas estão incorporadas num sistema social mais alargado, cuja saúde exige competências sociais acrescidas. (ver caixa 1.7, no capítulo 1).

São igualmente necessários sistemas de proteção social mais eficazes para ajudar as pessoas e as comunidades a gerir os riscos para o seu bem-estar. A globalização contribui para o desmantelamento de alguns aspetos da proteção social e da segurança social, especialmente no caso dos sistemas que assentam na cobertura universal e num nível elevado de despesas públicas. Ao mesmo tempo, agudizou a necessidade de proteção social, uma vez que as flutuações da atividade económica se tornam mais frequentes. Assim, o papel das políticas sociais no progresso do desenvolvimento humano torna-se tão importante como o das políticas económicas. Na realidade, as políticas

sociais são dificilmente dissociáveis das políticas económicas, visto que os respetivos objetivos e instrumentos são análogos.¹⁰⁴

Em muitas regiões do Sul, os Estados introduziram e disponibilizaram programas de proteção social destinados a integrar os pobres na nova economia. Os programas de transferência condicionada de rendimentos desempenharam um papel particularmente importante na redução da pobreza e da desigualdade de rendimentos através da redistribuição. Porém, as transferências não podem substituir o fornecimento de bens e serviços pelo setor público (caixa 3.8). Podem, quando muito, complementar os recursos dos pobres. É improvável, portanto, que a ajuda monetária às famílias para poderem pagar os serviços de saúde da sua escolha seja uma medida eficaz quando existe uma grave insuficiência de cuidados de saúde de qualidade. É igualmente improvável que a ajuda monetária às famílias para poderem escolher a escola dos seus filhos contribua para ajudar os pobres se existirem poucas escolas que ofereçam ensino de qualidade. Nem as transferências de rendimento podem substituir os rendimentos auferidos através de um trabalho digno.

- *Índia.* O Sistema Nacional de Garantia de Emprego Rural da Índia assegura até 100 dias de trabalho manual não qualificado à população rural elegível, contra pagamento do salário mínimo legal no setor agrícola. Esta é uma iniciativa promissora, na medida em que proporciona às populações pobres acesso ao rendimento e a alguma segurança face aos imprevistos do trabalho sazonal, conferindo aos indivíduos a autoestima e a autonomia económica que estão associadas ao trabalho.¹⁰⁵ Além disso, visa contribuir para a construção de economias nas zonas rurais por via do desenvolvimento de infraestruturas. Este regime possui características inovadoras em termos de conceção, tais como auditorias sociais e sistemas de acompanhamento e informação avançados.
- *China.* O Sistema de Garantia do Nível Mínimo de Subsistência constitui a principal resposta do governo chinês aos novos desafios da proteção social resultantes da crescente privatização e participação no mercado mundial. Este regime garante um rendimento mínimo nas zonas urbanas, eliminando o desfasamento entre o rendimento real e o limiar de pobreza definido a nível local. Por conseguinte, apesar da crescente desigualdade de rendimentos na

China, as políticas de redistribuição têm potencial para reduzir a pobreza e aumentar a segurança alimentar. Além disso, o alargamento da igualdade de direitos às comunidades migrantes nos centros urbanos pode ter um impacto decisivo na sua possibilidade de acesso a serviços sociais com características comparáveis.

- *Brasil.* Apesar de um ritmo de crescimento económico mais lento do que o da China e da Índia, o Brasil reduziu a desigualdade introduzindo um programa para a redução da pobreza, alargando o acesso à educação e aumentando o valor do salário mínimo. O seu programa de transferência condicionada de rendimentos - Bolsa Escola -, lançado em 2001, foi estruturado com base no modelo conceptual de outros programas na América Latina, como o Progresas do México (hoje denominado “Oportunidades”; caixa 3.8). Em 2003, o Bolsa Escola foi alargado ao programa Bolsa Família por via da fusão de vários outros programas de transferências pecuniárias e não pecuniárias num único sistema de seleção sob uma administração simplificada. Em 2009, o programa Bolsa Família cobria mais de 12 milhões de famílias em todo o país, ou 97,3% da população visada. Estes programas também abriram perspectivas em termos de administração dos programas e de capacitação das mulheres, graças ao desenvolvimento de canais de distribuição inovadores, tais como cartões ATM para mães com baixos rendimentos que não possuíam contas bancárias. Isto traduziu-se numa queda substancial dos índices de pobreza e de pobreza extrema e numa redução da desigualdade.¹⁰⁶

- *Chile.* Perante a constatação de que os auxílios do Estado não estavam a chegar às populações em situação de pobreza extrema, em 2002, foi lançado o programa Chile Solidário, com o objetivo de chegar a essas populações, recorrendo a uma combinação de ajuda e desenvolvimento de competências. Centrado na prestação de assistência às famílias, o programa assenta na convicção de que a pobreza é um fenómeno multidimensional que não se confina ao baixo rendimento e inclui outras privações no domínio das capacidades de base, como a saúde e a educação. Além do mais, a redução da pobreza exige a mitigação da vulnerabilidade a acontecimentos comuns como a doença, os acidentes e o desemprego. Em conjunto com outras políticas sociais, o programa aumentou o nível de

utilização dos serviços de saúde e de educação durante os períodos de conjuntura favorável, tendo, durante os períodos de abrandamento económico, desempenhado um papel anti-cíclico ao proporcionar uma rede de segurança extremamente necessária aos pobres.

A ascensão do Sul tem vindo a desenvolver uma agenda social e de redução da pobreza mais alargada em que as políticas destinadas a combater as desigualdades, as insuficiências institucionais, as barreiras sociais e as vulnerabilidades pessoais sejam tão fundamentais como a promoção do crescimento económico. Esta evolução resulta de uma maior compreensão de que os desafios sociais não se confinam à pobreza de rendimentos, mas incluem também a ausência de acesso à educação, más condições de saúde, assimetrias sociais e escassa integração social (caixa 3.10).

* * *

Uma agenda destinada a transformar o modelo de desenvolvimento que promova o desenvolvimento humano é, pois, uma agenda multifacetada. Incrementa os ativos dos cidadãos universalizando o acesso aos serviços sociais de base, alargando o crédito à população – especialmente aos pobres –, protegendo os recursos comuns e introduzindo reformas agrárias, quando relevante. Melhora o funcionamento das instituições públicas e sociais, com vista a fomentar o crescimento equitativo, através da generalização dos benefícios. Atribui prioridade ao rápido crescimento do emprego e empenha-se em garantir uma elevada qualidade dos postos de trabalho. Reduz os entraves de ordem burocrática e social à ação económica e à mobilidade social. Responsabiliza as lideranças. Envolve as comunidades na definição das prioridades orçamentais e na difusão de informações, e centra-se nas prioridades sociais

Muitos países do Sul demonstraram assim o que é possível alcançar através de um modelo de Estado orientado para o desenvolvimento. Contudo, nem mesmo nos países com um nível de desempenho mais elevado o sucesso sustentado está garantido. Diversos países de todo o mundo veem-se confrontados com uma série de desafios, desde o aumento das desigualdades à degradação do meio ambiente. O próximo capítulo aborda estas ameaças e equaciona quais as medidas necessárias para sustentar o progresso futuro do desenvolvimento humano.

É necessária uma agenda social e de redução da pobreza mais alargada em que as políticas destinadas a combater as desigualdades, as insuficiências institucionais, as barreiras sociais e as vulnerabilidades pessoais sejam tão fundamentais como a promoção do crescimento económico

“A geração atual colhe o que a geração anterior semeou.”

Provérbio chinês

“Urge libertar metade da raça humana, as mulheres, para que possam ajudar a libertar a outra metade.”

Emmeline Pankhurst



Grande parte das notícias surgidas nas últimas décadas sobre países em desenvolvimento tem sido positiva, em especial no que respeita ao seu progresso acelerado em termos de desenvolvimento humano. Mas que dizer do futuro? Poderão estes países continuar a progredir em termos de desenvolvimento humano com este mesmo ritmo acelerado, e poderão outros países do Sul partilhar desses benefícios? Sim, com as políticas corretas. Entre estas contam-se: reforçar a equidade; permitir a representação e participação; fazer face aos desafios ambientais; e gerir as alterações demográficas. Será necessário que os decisores políticos se esforcem para atingir maior ambição política e compreender o elevado preço da inação política.

Ao longo dos próximos anos será necessário que os decisores políticos nos países em desenvolvimento sigam uma agenda ambiciosa que dê resposta às difíceis condições mundiais, nomeadamente ao abrandamento económico, que fez diminuir a procura proveniente do Norte. Simultaneamente, será necessário que se ocupem das suas próprias prioridades políticas urgentes.

Prioridades políticas para os países em desenvolvimento

Ao longo dos próximos anos, são quatro as prioridades políticas que assumem relevo para os países em desenvolvimento, a fim de que estes possam manter os ganhos obtidos nas últimas décadas e esses benefícios possam estender-se a países que ainda se encontram numa situação de atraso:

- *Reforçar a equidade.* A equidade e a justiça social, tendo, como têm, um valor próprio, são importantes para alargar as capacidades.¹ É difícil sustentar o progresso em termos de desenvolvimento humano face a uma iniquidade crescente ou persistente.² A iniquidade existente em capacidades específicas – por exemplo, aproximada e medida como disparidades nos resultados no domínio da saúde e da educação, bem como do rendimento – também impede o progresso no desenvolvimento humano, embora os efeitos possam ser menos pronunciados. A desigualdade de género está no cerne destas relações negativas: a saúde e educação das mulheres são cruciais para responder aos desafios demográficos e a outros desafios que se colocam ao desenvolvimento humano. Embora alguns países da América Latina e de outras regiões tenham reduzido acentuadamente a desigualdade de rendimento, nem todos os países reconhecem a importância de abordar

a questão das desigualdades nos domínios da saúde, educação e rendimento.³

- *Permitir a representação e a participação.* À medida que os níveis de instrução se elevam e aumenta o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, os indivíduos exigem ter maior participação nos processos políticos, desafiam os decisores a ser mais responsáveis e a alargar as oportunidades para um discurso público aberto. A limitação das oportunidades de participação política, numa altura em que o desemprego aumenta e o ambiente económico se deteriora, pode fomentar a agitação civil. O alargamento das oportunidades de participação política, juntamente com uma maior responsabilização do governo na garantia da satisfação das necessidades humanas básicas, podem fomentar as liberdades humanas e sustentar o desenvolvimento humano. Uma forte participação política por parte dos que são relativamente carenciados fornece uma importante fonte de apoio para a alteração das políticas em prol do desenvolvimento humano.
- *Fazer face aos desafios ambientais.* As alterações climáticas e as pressões locais exercidas sobre os recursos naturais e os ecossistemas aumentam a pressão sobre o ambiente em quase todos os países, independentemente da sua fase de desenvolvimento. Se não se tomarem medidas urgentes, o progresso futuro do desenvolvimento humano ficará ameaçado. Com base nos cenários desenvolvidos para o Relatório do Desenvolvimento Humano 2011, o presente Relatório defende medidas agressivas a nível nacional e internacional com vista a enfrentar estes desafios.
- *Gerir as alterações demográficas.* Em alguns países em desenvolvimento, sobretudo na África Subsariana, entram na força de trabalho grandes coortes de jovens. Noutros países,

designadamente na Ásia Oriental, a parcela da população em idade ativa está a diminuir, ao mesmo tempo que aumenta a parcela dos idosos. São necessárias intervenções políticas novas que gerem emprego produtivo em quantidade suficiente, respondendo simultaneamente à procura crescente de proteção social.

Haverá outros desafios ao desenvolvimento humano, incluindo a volatilidade dos preços das mercadorias, em especial para produtos alimentares e combustível. Num mundo cada vez mais globalizado, estas e outras preocupações irão gerar um ambiente complexo que traz consigo riscos, como sejam inversões do progresso, insegurança crescente e maior desigualdade. Num ambiente tão

complexo é difícil fazer previsões, porque a modelização pode não ter em conta variáveis-chave, como seja o progresso tecnológico, que podem alterar drasticamente tanto as possibilidades de produção como as possibilidades pessoais. Ainda assim, os cenários de modelização são úteis para ilustrar opções políticas e respetivas implicações.

O reforço da equidade

Maior equidade, incluindo entre homens e mulheres e entre outros grupos (religiosos, raciais e outros), além de ser essencial, é também importante para a promoção do desenvolvimento humano. Um dos instrumentos mais poderosos de

CAIXA 4.1

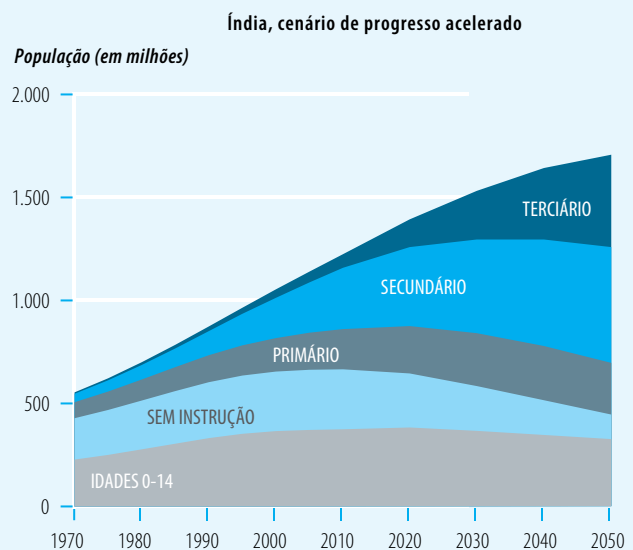
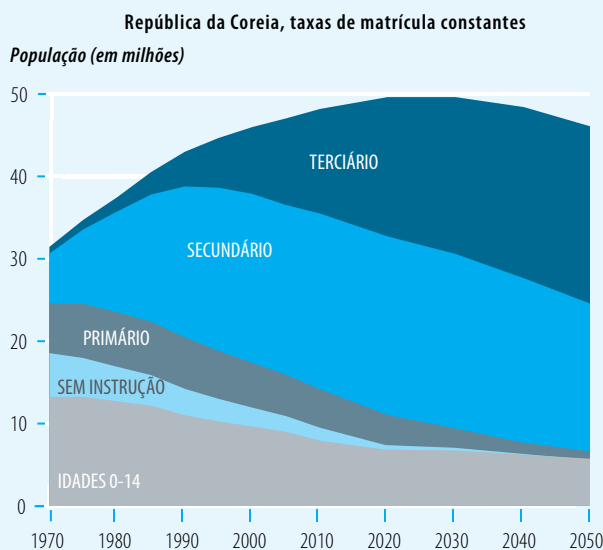
Razões das prováveis diferenças nas perspetivas da população da República da Coreia e da Índia

O sucesso escolar aumentou rapidamente na República da Coreia. Na década de 1950 uma grande percentagem de crianças em idade escolar não recebia educação formal. Hoje em dia, as jovens coreanas estão entre as mulheres com melhor nível de instrução do mundo; mais de metade concluiu um curso superior. Por consequência, os coreanos idosos do futuro terão um nível de instrução superior ao dos coreanos idosos de hoje (consultar a figura) e, devido à correlação positiva existente entre a educação e a saúde, também é provável que sejam mais saudáveis.

Partindo do princípio de que as taxas de matrícula (que são elevadas) se mantêm, a percentagem da população com idade inferior a 14 anos descerá de 16% em 2010 para 13% em 2050. Haverá também uma acentuada modificação na composição da população em termos de escolaridade: prevê-se que a percentagem dos que frequentam o ensino superior subirá de 26% para 47%.

Para a Índia, o cenário é muito diferente. Antes do ano 2000, mais de metade da população adulta não tinha recebido educação formal. Apesar do recente aumento da escolaridade básica e do crescimento impressionante do número de indianos mais instruídos (indubitavelmente um fator fundamental do recente crescimento económico da Índia), a percentagem da população adulta sem qualquer instrução só lentamente registará um declínio. Em parte devido a este nível mais baixo de instrução, principalmente entre as mulheres, prevê-se que a população da Índia cresça rapidamente, ultrapassando a China como país mais populoso do mundo. Mesmo com um cenário acelerado otimista, que parta do princípio de que haverá uma expansão da educação semelhante à da Coreia, a distribuição da educação na Índia em 2050 continuará a ser muito desigual, havendo um número considerável de adultos (sobretudo idosos) sem instrução. Neste cenário, porém, a rápida expansão do ensino superior criará uma força de trabalho constituída por jovens adultos com um elevado nível de instrução.

Futuro da população e da educação na República da Coreia e na Índia em termos comparativos



Fonte: Lutz e K.C.2013.

promoção da equidade e do desenvolvimento humano é a educação, que desenvolve as capacidades das pessoas e alarga a sua liberdade de escolha. A educação aumenta a autoconfiança das pessoas e permite aceder com maior facilidade a melhores empregos, participar em debates públicos e exigir do governo cuidados de saúde, segurança social e outros direitos.

A educação também traz benefícios surpreendentes em termos de saúde e de mortalidade (ver caixa 4.1 sobre diferenças no futuro da educação na República da Coreia e na Índia). De acordo com dados provenientes de todo o mundo, um melhor nível de instrução dos pais, em especial das mães, melhora a possibilidade de sobrevivência dos filhos. Além disso, as mulheres que trabalham e as que têm um nível de instrução mais elevado (que tendem a concluir a escolaridade antes de terem filhos) têm provavelmente menos filhos⁴. As mulheres instruídas têm, também, filhos mais saudáveis, com mais probabilidades de sobrevivência (tabela 4.1), o que reduz o incentivo a uma família mais numerosa.⁵ As mulheres instruídas

possuem também melhor acesso à contraceção e utilizam-na de forma mais eficaz.⁶

Com base em Inquéritos sobre Demografia e Saúde e inquéritos ao nível micro, a investigação realizada para o presente Relatório reforça estes argumentos, concluindo que o nível de instrução da mãe é mais importante para a sobrevivência dos filhos do que o rendimento familiar ou a riqueza. Isso tem profundas implicações políticas, transferindo potencialmente a ênfase dos esforços desenvolvidos no sentido de aumentar o rendimento familiar para medidas que melhorem o nível de instrução das raparigas.

Esta relação pode ser ilustrada por dados relativos à mortalidade infantil (tabela 4.1). Muitos países africanos, nomeadamente o Mali e o Níger, possuem uma elevada taxa de mortalidade entre crianças com idade inferior a cinco anos. Contudo, em todos os países, a taxa de mortalidade é mais baixa entre mães com um nível de instrução mais elevado. Em alguns países, como é o caso da Nigéria, está associada ao ensino primário uma taxa de mortalidade infantil muito mais baixa; noutros, como na Libéria e no Uganda,

O nível de instrução da mãe é mais importante para a sobrevivência dos filhos do que o rendimento familiar ou a riqueza

TABELA 4.1

Taxa de mortalidade em crianças com idade inferior a cinco anos e taxa total de fertilidade segundo o nível de instrução das mães
Em países selecionados, no ano mais recente disponível desde 2005

País	Ano do inquérito	Taxa de mortalidade abaixo dos cinco anos de idade (por 1 000 nados vivos)				Taxa de fertilidade total (nascimentos por mulher)			
		Sem instrução	Ensino primário	Ensino secundário ou superior	Global	Sem instrução	Ensino primário	Ensino secundário ou superior	Global
Bangladeche	2007	93	73	52	74	3,0	2,9	2,5	2,7
Egito	2008	44	38	26	33	3,4	3,2	3,0	3,0
Etiópia	2005	139	111	54	132	6,1	5,1	2,0	5,4
Gana	2008	103	88	67	85	6,0	4,9	3,0	4,0
Índia	2005/2006	106	78	49	85	3,6	2,6	2,1	2,7
Indonésia	2007	94	60	38	51	2,4	2,8	2,6	2,6
Libéria	2009	164	162	131	158	7,1	6,2	3,9	5,9
Mali	2006	223	176	102	215	7,0	6,3	3,8	6,6
Níger	2006	222	209	92	218	7,2	7,0	4,8	7,0
Nigéria	2008	210	159	107	171	7,3	6,5	4,2	5,7
Ruanda	2007/2008	174	127	43	135	6,1	5,7	3,8	5,5
Uganda	2006	164	145	91	144	7,7	7,2	4,4	6,7
Zâmbia	2007	144	146	105	137	8,2	7,1	3,9	6,2

Nota: Dados referentes ao período de 10 anos antes do inquérito.
Fonte: Lutz e K.C. 2013.

Uma maior ênfase na educação pode reduzir a mortalidade infantil em todos os países e regiões

a diferença decisiva está associada ao ensino secundário.

Um exercício de modelação conduzido para o presente Relatório projeta o impacto das diferenças dos níveis de instrução na mortalidade infantil, no período de 2010-2050, tendo por base dois cenários. O cenário de “caso básico” pressupõe que as tendências atuais no que respeita ao nível de escolaridade à escala nacional se mantenham sem novos compromissos de financiamento ou iniciativas políticas significativos. Com este pressuposto, a proporção de cada grupo de crianças – classificado por idade e por género – que passa para o nível de instrução seguinte mantém-se constante (*ver Anexo técnico*).

O cenário de “progresso acelerado” pressupõe metas muito mais ambiciosas em matéria de política de educação, semelhantes às atingidas nas últimas décadas pela República da Coreia, por exemplo, onde a percentagem de alunos que passam para o nível de ensino seguinte aumenta continuamente ao longo dos anos. Os resultados do

cenário de “progresso acelerado” demonstram um número claramente inferior de mortes de crianças à medida que aumenta o nível de escolaridade das mães. O modelo demonstra também que colocando maior ênfase no progresso em matéria de educação se reduziria substancial e continuamente a mortalidade infantil em todos os países e regiões, como resultado direto das melhorias introduzidas na educação das raparigas (tabela 4.2).

A Índia apresenta as previsões mais elevadas quanto ao número de mortes infantis para o período 2010-2015: quase 7,9 milhões, o que representa cerca de metade das mortes de crianças com menos de 5 anos na Ásia.⁷ No período de projeção final, 2045-2050, prevê-se que morram quase 6,1 milhões de crianças no cenário de “caso básico”, mas apenas metade desse número (3,1 milhões) no cenário de “progresso acelerado”.

A população da China é mais numerosa do que a da Índia, contudo, prevê-se que venha a registar menos de um quarto (1,7 milhões) do número de mortes infantis no período 2010-2015. Devido

TABELA 4.2

2 Projeção do número de mortes de crianças com idade inferior a 5 anos, por cenário de educação, 2010-2015, 2025-2030 e 2045-2050 (milhares)

País ou região	2010-2015		2025-2030		2045-2050	
	Caso básico	Caso básico	Progresso acelerado	Caso básico	Progresso acelerado	
País						
África do Sul	288	198	165	134	93	
Brasil	328	224	177	161	102	
China	1.716	897	871	625	526	
Índia	7.872	6.707	4.806	6.096	3.064	
Mali	488	519	318	541	150	
Paquistão	1.927	1.641	1.225	1.676	773	
Quênia	582	920	482	1.552	371	
Rep. da Coreia	9	8	9	7	7	
Região						
África	16.552	18.964	12.095	24.185	7.495	
América do Norte	162	160	155	165	152	
América Latina e Caraíbas	1.192	963	704	950	413	
Ásia	15.029	11.715	8.924	10.561	5.681	
Europa	276	209	204	196	187	
Oceânia	11	11	11	12	10	

Nota: Ver Anexo técnico no final do presente Relatório para uma apresentação dos cenários de “caso básico” e “progresso acelerado”.
Fonte: Lutz e K.C. 2013.

aos progressos verificados na China no domínio da educação, as projeções parecem ser otimistas em ambos os cenários. Se a China seguir o cenário de “progresso acelerado”, como parece provável que aconteça, as mortes infantis diminuirão para cerca de meio milhão até 2045–2050, menos de um terço do nível atual.

Para alguns outros países, as projeções são menos otimistas. No cenário de “caso básico”, as mortes infantis no Quênia, por exemplo, aumentarão de cerca de 582 000 em 2010–2015 para cerca de 1,6 milhões em 2045–2050. No cenário de “progresso acelerado”, o número de mortes no período 2045–2050 baixaria para 371 000, um resultado muito mais positivo, mas não muito inferior ao nível registado no período 2010–2015.

O decréscimo previsto no número de mortes infantis reflete os efeitos conjugados do facto de as mulheres mais instruídas terem menos filhos e de ser menor o número dos que morrerem. As projeções demonstram também que as intervenções políticas exercem um maior impacto nos casos em que os resultados da educação são inicialmente mais fracos.

Estes resultados sublinham a importância da redução da desigualdade de género, em especial na educação e em países com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A desigualdade de género é especialmente trágica não só por excluir as mulheres das oportunidades sociais mais fundamentais, mas também por ameaçar muito seriamente as perspectivas de vida das gerações futuras.

Permitir a participação e a responsabilização

Mahbub ul Haq salientou, no *Relatório do Desenvolvimento Humano* de 1995, que a menos que as pessoas possam participar significativamente nos acontecimentos e processos que moldam as suas vidas, as vias de desenvolvimento humano no plano nacional não serão nem desejáveis nem sustentáveis.

O desenvolvimento humano equitativo e sustentável exige sistemas de discurso público que incentivem os cidadãos a participar no processo político expressando as suas opiniões e dando voz às suas preocupações. As pessoas deverão poder influenciar a formulação de políticas e os resultados das mesmas, e os jovens deverão poder ter a expectativa de maiores oportunidades económicas

e responsabilização no plano político. A exclusão deste processo limita a capacidade das pessoas de comunicarem as suas preocupações e necessidades e pode perpetuar as injustiças.

Os regimes autocráticos impõem restrições que são diretamente contrárias ao desenvolvimento humano por restringirem as liberdades essenciais. Porém, mesmo em democracia, as pessoas pobres e os grupos pobres têm frequentemente um acesso limitado à informação, à representação ou à participação pública. É preciso que os pobres trabalhem em conjunto para poderem exercer com eficácia a sua intervenção política. No entanto, em muitos países, as organizações que os representam não são apoiadas; são, pelo contrário, desincentivadas. As democracias podem também alargar a responsabilização a todos os cidadãos, em especial aos que têm estado sub-representados no discurso público, como é o caso das mulheres, dos jovens e dos pobres, não a limitando ao que é frequentemente um estreito círculo de elites.

Os governos que não respondem às necessidades dos cidadãos nem alargam as oportunidades de participação política arriscam-se a perder a sua legitimidade. A insatisfação aumenta a Norte e a Sul à medida que as pessoas exigem mais oportunidades de expressar as suas preocupações e influenciar a política, em especial em matéria de proteção social de base. Segundo um relatório recente da Organização Internacional do Trabalho, o descontentamento com os governos, medido pelo Índice da Agitação Social, aumentou em 57 de 106 países, de 2010 para 2011. Os maiores aumentos registaram-se em países do Norte, seguidos dos Estados Árabes e da África Subsariana.⁸

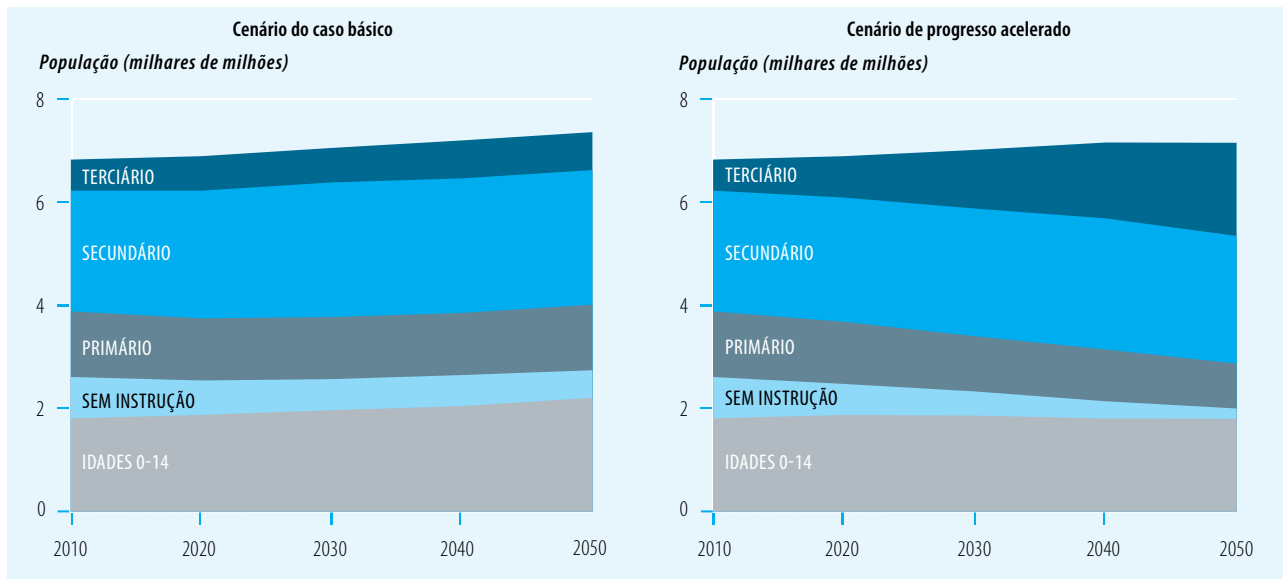
No Norte, têm-se registado protestos contra as medidas de austeridade e as reduções nas despesas públicas e nos postos de trabalho, como é o caso de França, Grécia, Itália, Espanha e Reino Unido. Os cidadãos desafiam os governos a enfrentar as consequências sociais das suas políticas, pondo em evidência o facto de o fardo da austeridade ser suportado de forma desproporcionada pelos pobres e pelos socialmente desfavorecidos.⁹ Os preços dos produtos alimentares, o desemprego e a poluição têm sido outros motivos para a agitação:

- *Aumento dos preços dos produtos alimentares.* A estabilidade foi desafiada em 2008 por motins, como reação contra o aumento dos preços dos produtos alimentares, em mais de 30 países em África e nos Estados Árabes.¹⁰

A insatisfação aumenta à medida que as pessoas exigem mais oportunidades de expressar as suas preocupações e influenciar a política, em especial em matéria de proteção social de base

FIGURA 4.1

O cenário de progresso acelerado melhora os resultados na educação



Nota: Ver Anexo técnico para uma apresentação dos cenários de caso básico e progresso acelerado
 Fonte: Cálculos do GRDH com base em Lutz e K.C. (2012).

A participação e a inclusividade, por si só valiosas, melhoram também a qualidade e a implementação das políticas e diminuem a probabilidade de futuras convulsões

- **Desemprego e salários baixos.** Os trabalhadores exigem que os governos respondam às suas necessidades. Os desempregados manifestam a sua insatisfação em muitos países.¹¹ No Vietname, as greves duplicaram em 2011, com os trabalhadores a lutar por salários mais elevados em face da inflação.¹²
- **Poluição ambiental.** Generalizaram-se também protestos de massas contra a poluição ambiental. Os autores dos protestos em Xangai, na China, por exemplo, opuseram-se à construção de uma projetada conduta de águas residuais¹³, e na Malásia os residentes locais têm-se oposto à construção, na vizinhança das suas casas, de uma refinaria de metais de terras raras.¹⁴

Os jovens estão entre os que protestam de forma mais ativa, o que constitui em parte uma resposta à falta de emprego e às limitadas oportunidades de emprego existentes para jovens instruídos. Numa amostra de 48 países, o desemprego entre os jovens ultrapassava os 20% em 2011, um valor muito superior à média geral de 9,6%.¹⁵ O descontentamento da juventude face ao aumento do desemprego é ainda mais provável em regiões habitadas por uma população instruída.¹⁶ A educação altera as expectativas das pessoas relativamente ao governo e instila nelas as capacidades e os recursos políticos necessários para contestar as decisões governamentais, o que não significa que quem

tem instrução possui mais direitos. Contudo, se os governos não atribuírem maior prioridade à criação de emprego, é bem provável que se vejam confrontados com uma insatisfação crescente por parte dos jovens à medida que a educação se for generalizando (figura 4.1).¹⁷

Ao mesmo tempo, a Internet de banda larga móvel e outras tecnologias modernas abrem novos canais através dos quais os cidadãos, sobretudo os jovens, podem exigir responsabilidades. Permitem igualmente que pessoas em diferentes países partilhem valores e experiências, aproximando-as mais umas das outras.

A Internet e os *media* sociais, enquanto “agregadores de baixo custo” da opinião pública, amplificam a voz das pessoas. Na China, por exemplo, a geração pós-1990 é altamente instruída, politicamente consciente e exprime-se sem reservas nos *media* sociais.¹⁸ Menos de uma semana depois do desastre do comboio de alta velocidade em Wenzhou, em julho de 2011, os dois principais microblogues da China (*weibos*) já tinham distribuído cerca de 26 milhões de mensagens com comentários sobre o desastre e expressando preocupações em matéria de segurança.¹⁹

Os movimentos e os *media* sociais chamam a atenção para questões específicas, o que, contudo, nem sempre resulta em transformações políticas que beneficiem a sociedade em geral. Na Índia,

por exemplo, o movimento Anna Hazare contra a corrupção, gerou pressões em prol da mudança. No entanto, os críticos chamam a atenção para o facto de movimentos deste tipo poderem defender políticas que talvez não contem com o apoio do eleitorado em geral. Deste modo, é importante institucionalizar processos participativos que possam ajustar o equilíbrio político, fornecendo uma plataforma que permita aos cidadãos excluídos exigir responsabilidades e compensação por iniquidades que vão da discriminação sistemática à exclusão desleal e injusta.²⁰

A participação e a inclusividade, por si sós valiosas, melhoram também a qualidade e a implementação das políticas e diminuem a probabilidade de futuras convulsões. A incapacidade de construir uma sociedade responsável e que responda às necessidades dos cidadãos poderá fomentar o descontentamento e as disputas civis, o que pode pôr em causa o desenvolvimento humano. A História está cheia de rebeliões populares contra governos

que não respondem às necessidades dos cidadãos. A agitação constitui um obstáculo ao investimento e impede o crescimento e os governos desviam os recursos para a manutenção da ordem pública.

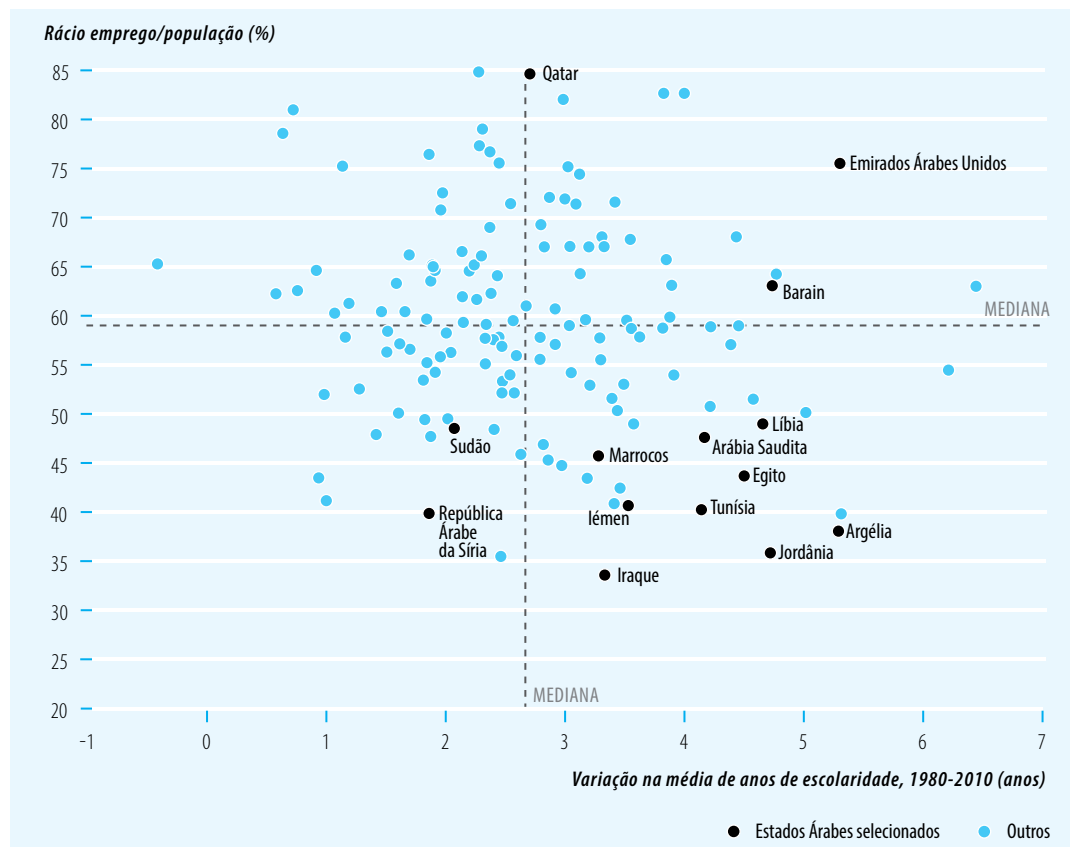
Nestes últimos anos, países tanto do Norte como do Sul têm enfrentado uma escalada de crises de legitimidade que puseram em confronto cidadãos e respetivas instituições. Milhões de pessoas nos Estados Árabes ergueram a voz para exigir oportunidades, respeito e dignidade, bem como uma cidadania mais plena e um novo contrato social com os que governam em seu nome. Consequentemente, o Egipto, a Líbia e a Tunísia testemunharam a deposição de governos autocráticos, o Iémen enveredou por uma transição política com mediação internacional, a Jordânia e Marrocos empreenderam reformas políticas e a Síria está a braços com uma guerra civil.

Uma das formas de fomentar a mudança pacífica é permitir que a sociedade civil amadureça através de uma prática transparente. Mesmo

A responsabilização e a inclusão são vitais não apenas na esfera política, mas também nas áreas económicas e sociais, através da promoção da criação de postos de trabalho e da inclusão social

FIGURA 4.2

Na maior parte dos países as oportunidades de emprego não acompanharam o nível de instrução atingido



Nota: A análise abrange 141 países. Os rácios emprego/população referem-se ao ano mais recente para o qual existem dados disponíveis no período de 2006–2010. Fonte: Adaptado de Campante e Chor (2012) utilizando dados atualizados.

submetidos a governos autocráticos, o Egito e a Tunísia, por exemplo, desenvolveram sem problemas de maior estruturas associativas e movimentos de oposição política autodisciplinados. À Líbia, ao invés, faltou essa experiência, o que conduziu a uma guerra civil sem quartel. É difícil construir a coesão política depois de um conflito em países sem tradições de participação cívica. Diversas experiências demonstram que as modificações operadas em regimes políticos não reforçam automaticamente a capacidade de expressão, a participação, a inclusão ou a responsabilização, nem levam os Estados a funcionar de forma mais eficaz.

A responsabilização e a inclusão são vitais não apenas na esfera política, mas também nas áreas económicas e sociais, através da promoção da criação de postos de trabalho e da inclusão social, em especial em sociedades que possuam uma população instruída numerosa e em crescimento. São assim necessárias instituições de mediação eficazes: de outro modo, a modernização pode ser desestabilizadora.²¹ Com isto não se pretende sugerir que as pessoas só devam ser instruídas se

existirem postos de trabalho que possam ocupar – no paradigma do desenvolvimento humano, o acesso ao conhecimento e à instrução é um fim em si mesmo – mas as situações de instabilidade social recentes demonstram que uma inadequação entre instrução e oportunidade económica pode conduzir à alienação e ao desespero, em especial entre os jovens.

Dos 20 países que registaram os maiores aumentos na média de anos de escolaridade no período de 1980-2010, 8 eram Estados Árabes (figura 4.2). Na maior parte destes países, as oportunidades de emprego não conseguiram acompanhar o nível de educação atingido. A maior parte dos países que estiveram envolvidos na recente agitação que se fez sentir nos Estados Árabes situa-se no quadrante inferior direito da figura 4.2, porque registavam importantes progressos em termos do nível de educação atingido, mas tinham taxas de emprego inferiores à média em termos do total da população.²²

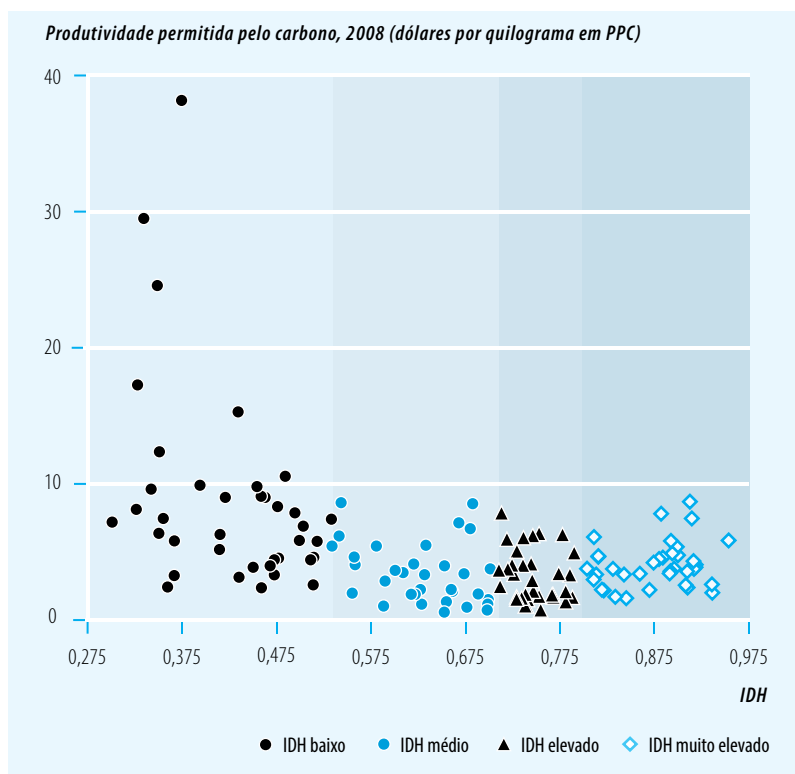
É difícil prever o momento em que as sociedades atingirão um ponto de viragem. São muitos os fatores que precipitam as exigências de mudança. Quando os jovens instruídos não conseguem emprego, tendem a sentir-se lesados. A média de anos de escolaridade aumentou ao longo dos últimos 30 anos em todos os países relativamente aos quais existem dados disponíveis.²³ No entanto, só por si, as razões de queixa não desencadeiam convulsões sociais. Os indivíduos podem estar zangados, mas se acreditarem que o preço a pagar, em termos de tempo e de esforço, pela participação em ações de carácter político vai para além da probabilidade de uma verdadeira mudança, poderão não agir.²⁴ Os protestos de massas, em especial por parte de pessoas instruídas, tendem a eclodir quando as perspectivas desoladoras de obtenção de oportunidades económicas baixam o custo de oportunidade de participar em atividades políticas. Estas “formas de participação política de esforço intenso”²⁵ são depois facilmente coordenadas através de novos tipos de comunicação de massas.

Em todo o mundo, as pessoas instam a uma maior responsabilização dos governos perante os cidadãos e ao aumento das oportunidades públicas de influenciar a formulação de políticas. Ocorreram já transformações desse tipo no passado. Por exemplo, Karl Polanyi documentou a “Grande Transformação” de 1944, altura em que os governos do Norte responderam às exigências de regulamentação do mercado e de alargamento

Em todo o mundo, as pessoas instam a uma maior responsabilização dos governos perante os cidadãos e ao aumento das oportunidades públicas de influenciar a formulação de políticas

FIGURA 4.3

Em cada um dos níveis do Índice de Desenvolvimento Humano, alguns países apresentam maior produtividade permitida pelo carbono do que outros



Nota: A produtividade permitida pelo carbono equivale ao PIB por unidade de dióxido de carbono. PPC significa paridade do poder de compra. Fonte: Cálculos do GRDH baseados em dados do Banco Mundial (2012a).

da proteção social, apresentadas pela sociedade civil e os sindicatos, para um mercado ao serviço da sociedade, em vez de uma sociedade subserviente do mercado.²⁶ Muitos governos introduziram regulamentação com vista a restringir as atividades das empresas e melhorar as condições de trabalho, e alargaram os serviços sociais e a proteção social. Os governos assumiram também poderes em matéria de política macroeconómica e introduziram algumas restrições ao comércio internacional. Talvez seja novamente o momento para uma transformação, adequada às preocupações e às condições do século XXI.²⁷

Fazer face aos desafios ambientais

Importante desafio para o mundo é a redução das emissões de gases com efeito de estufa. Muito embora pudesse parecer que a produtividade permitida pelo carbono (PIB por unidade de dióxido de carbono) aumentaria com o desenvolvimento humano, a correlação é bastante fraca (figura 4.3). Em cada um dos níveis do IDH, alguns países apresentam maior produtividade permitida pelo carbono do que outros.

Consideremos a Guatemala e Marrocos, países com um IDH médio, com valores de IDH quase idênticos. A produtividade permitida pelo carbono na Guatemala (5,00 dólares por quilograma em paridade do poder de compra) é quase duas vezes a de Marrocos (2,60 dólares em PPC). As diferenças podem ser tão consideráveis entre províncias ou estados no interior dos países, como é o caso da China.²⁸ Estas constatações reforçam o argumento de que o progresso do desenvolvimento humano não tem necessariamente de prejudicar a utilização do carbono e de que o desenvolvimento humano pode ser acompanhado por uma melhoria da política ambiental.

A fim de sustentar o progresso do desenvolvimento humano é necessário prestar muito mais atenção ao impacto que os seres humanos exercem no ambiente. O objetivo é um desenvolvimento humano elevado e uma pegada ecológica baixa *per capita* (o quadrante inferior direito da figura 1.7 no capítulo 1). Apenas alguns países ficam perto de conseguir criar esse elevado nível de desenvolvimento humano reprodutível a nível global sem exercer uma pressão insustentável sobre os recursos ecológicos do planeta. Para responder a este desafio à escala global é necessário que todos os países procedam a um ajustamento da sua via

para o desenvolvimento: os países desenvolvidos necessitarão de reduzir a sua pegada ecológica, enquanto os países em desenvolvimento necessitarão de elevar o valor do respetivo IDH sem aumentar a sua pegada ecológica. As tecnologias limpas inovadoras desempenharão aqui um papel importante.

Muito embora as ameaças ambientais, como sejam as alterações climáticas, a desflorestação, a poluição do ar e da água e as catástrofes naturais, pesem sobre todos, afetam sobretudo os países pobres e as comunidades pobres. As alterações climáticas já hoje exacerbam as ameaças ambientais crónicas, e as perdas de ecossistemas limitam as oportunidades de criação de meios de subsistência, em especial para os pobres. Um ambiente limpo e seguro deve ser considerado um direito e não um privilégio. O *Relatório do Desenvolvimento Humano 2011* pôs em evidência a ligação indissolúvel existente entre a equidade e a sustentabilidade. As sociedades sustentáveis necessitam de políticas e mudanças estruturais que alinhem os objetivos do desenvolvimento humano e as metas em matéria de alterações climáticas através de estratégias de baixas emissões e resilientes às alterações climáticas, bem como de mecanismos inovadores de financiamento público-privado.²⁹

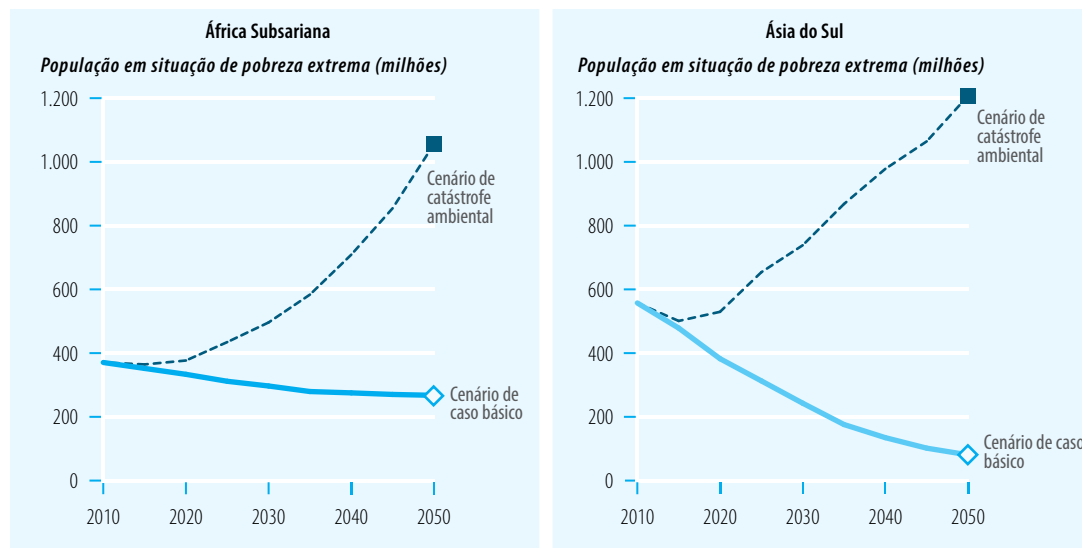
As maioria dos mais desfavorecidos pouco contribui para a deterioração do ambiental a nível mundial, mas é quem frequentemente suporta o peso dos impactos dessa deterioração.³⁰ Por exemplo, embora os países com um IDH baixo sejam os que menos contribuem para as alterações climáticas globais, são os que provavelmente sofrem a maior perda de precipitação anual e os aumentos mais acentuados na sua variabilidade. A dimensão dessas perdas põe realça a urgência da adoção de medidas de adaptação, a fim de aumentar a resiliência das pessoas às alterações climáticas a nível global.³¹

As catástrofes naturais, cuja frequência e intensidade aumentam, provocam enormes prejuízos económicos e perda de capacidades humanas. Só em 2011, as catástrofes naturais que acompanharham os sismos (tsunamis, deslizamentos de terras e compactação dos solos) resultaram em mais de 20 000 mortes e em prejuízos que totalizaram 365 mil milhões de dólares, incluindo a perda de habitação para cerca de um milhão de pessoas.³² O impacto foi muito acentuado para os pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento,

No cenário de catástrofe ambiental, em 2050, sofreriam de pobreza extrema de rendimentos aproximadamente mais 3,1 mil milhões de pessoas do que no cenário de progresso acelerado

FIGURA 4.4

Cenários ambientais diferentes têm impactos diferentes na pobreza extrema



Nota: A pobreza extrema é definida como 1,25 dólares por dia em termos de paridade de poder de compra.
Fonte: Cálculos do GRDH com base em Centro Pardee para os Futuros Internacionais (2013).

TABELA 4.3

Mudanças na situação de pobreza extrema de rendimentos no cenário de catástrofe ambiental por região, 2010–2050 (milhões)

Região	2010	2020	2030	2040	2050	Aumento, 2010–2050	Diferença	
							Do cenário de caso básico, 2050	Do cenário de progresso acelerado, 2050
África Subariana	371	377	496	709	1055	685	788	995
América Latina e Caraíbas	34	50	90	138	167	134	135	155
Ásia do Sul	557	530	738	978	1207	650	1126	1194
Ásia Oriental e Pacífico	211	142	211	363	530	319	501	522
Estados Árabes	25	25	39	73	145	120	128	144
Europa e Ásia Central	14	6	17	32	45	30	41	44
Mundo	1212	1129	1592	2293	3150	1938	2720	3054

Nota: A pobreza extrema de rendimentos é definida como 1,25 dólares por dia em termos de paridade de poder de compra.
Fonte: Cálculos do GRDH com base em Centro Pardee para os Futuros Internacionais (2013).

alguns dos quais sofreram prejuízos de 1% do PIB – bem como outros prejuízos da ordem dos 8% do PIB, ou mesmo de múltiplos do PIB respectivo. Santa Lúcia, por exemplo, perdeu, em 1988, quase o equivalente a quatro vezes o respectivo PIB devido ao furacão Gilbert, e Granada perdeu o dobro do PIB, em 2004, em consequência do furacão Ivan.³³

O *Relatório do Desenvolvimento Humano* de 2011 analisou vários cenários ambientais. O cenário de “desafio ambiental” entrou em linha de conta com os efeitos adversos previstos do aquecimento global na produção agrícola, no acesso a água potável e a um saneamento melhorado, e na poluição. Neste cenário, o valor médio global do IDH seria 8% mais baixo até 2050 do que no cenário de “caso básico”, que assenta no princípio

de que haverá uma continuação das tendências ambientais atuais, mas não um agravamento. Proporções deveras dramáticas assumiria o valor regional médio do IDH tanto na Ásia do Sul como na África Subsariana – seria 12% mais baixo no cenário de “desafio ambiental” do que no cenário de “caso básico”. Num cenário de “catástrofe ambiental” mais adverso, o valor do IDH global em 2050 desceria 15% abaixo do cenário da base de referência – 22% abaixo na Ásia do Sul e 24% abaixo na África Subsariana, pondo efetivamente fim a décadas de progresso em termos de desenvolvimento humano em ambas as regiões, ou causando mesmo uma inversão.

O presente Relatório analisa mais especificamente o impacto exercido no quadro destes cenários ambientais no número de pessoas que vivem em situações de pobreza extrema de rendimentos (figura 4.4). No cenário de catástrofe ambiental, em 2050, sofreriam de pobreza extrema de rendimentos aproximadamente mais 3,1 mil milhões de pessoas do que no cenário de progresso acelerado, em comparação com 1,2 mil milhões em 2010 (tabela 4.3). Por contraste, no cenário de caso básico, o número de pessoas em situação de pobreza extrema de rendimentos em todo o mundo diminuiria até 2050.

No cenário de catástrofe ambiental, viveriam em condições de pobreza extrema de rendimentos mais 2,7 mil milhões de pessoas, aproximadamente, do que no cenário de caso básico, em consequência de dois fatores inter-relacionados. Primeiro: o modelo mostra um aumento de 1,9 mil milhões de pessoas em situação de pobreza extrema de rendimentos devido à degradação ambiental. Segundo: as calamidades ambientais impediriam cerca de 800 milhões de pobres de sair da situação de pobreza extrema de rendimentos, da qual teriam saído, noutras circunstâncias, no cenário de caso básico (ver *Anexo técnico*).

Estes resultados sublinham uma mensagem central do presente Relatório: as ameaças ambientais situam-se entre os impedimentos mais graves ao incremento do desenvolvimento humano e as suas consequências para a pobreza são suscetíveis de ser muito elevadas. Quanto mais demorada for a tomada de medidas, mais elevados serão os custos.

A gestão das alterações demográficas

Entre 1970 e 2011, a população mundial aumentou de 3,6 mil milhões para 7 mil milhões de pessoas. As perspetivas de desenvolvimento são influenciadas pela estrutura etária da população, bem como pela sua dimensão.³⁴ A diminuição das taxas de fertilidade e as mudanças operadas nas estruturas etárias podem ter efeitos consideráveis no crescimento económico.³⁵ No período 1970–2010, o rácio de dependência (o rácio dos mais jovens e dos mais idosos relativamente à população ativa, idades compreendidas entre 15 e 64 anos) diminuiu acentuadamente num grande número de regiões — de forma mais drástica na Ásia Oriental e Pacífico, onde baixou 39,5%, seguida da América Latina e Caraíbas, e dos Estados Árabes, onde diminuiu 34%.

No período 2010–2050, porém, os rácios de dependência são suscetíveis de aumentar em países com um IDH médio, elevado e muito elevado, em especial em países desenvolvidos e na Ásia Oriental e Pacífico. Em regiões mais pobres, como a Ásia do Sul e a África Subsariana, os rácios de dependência continuarão a diminuir, mas mais lentamente.

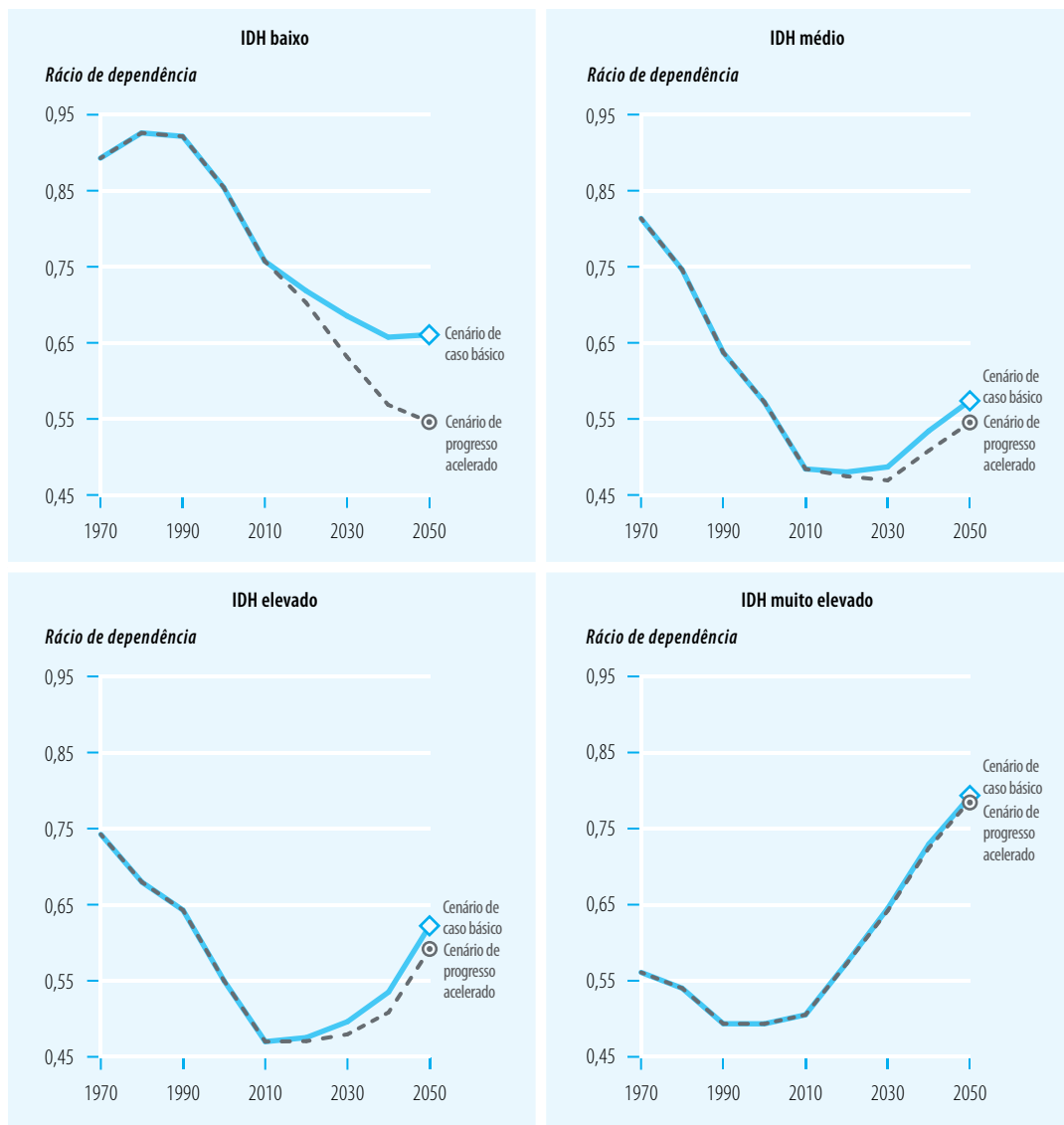
As alterações demográficas afetarão profundamente a maior parte dos países do Sul nas próximas décadas, embora de forma muito diferente. Alguns países mais pobres beneficiarão de um dividendo demográfico, à medida que aumenta a parcela da população integrada na força de trabalho.³⁶ No entanto, as regiões mais ricas do Sul confrontar-se-ão com o desafio colocado por rácios de dependência crescentes, dado que o envelhecimento das populações e a frequência escolar universal plena se refletirão num decréscimo do número de pessoas que auferem rendimentos.

A longo prazo, ambos os desafios demográficos podem ser mitigados pelo crescente sucesso escolar. Em primeiro lugar, a educação acelera as reduções das taxas de fertilidade em países onde estas ainda são elevadas. Em segundo lugar, a educação pode reforçar a produtividade do trabalho nos países mais ricos que possuem forças de trabalho relativamente mais pequenas. Ao mesmo tempo, será necessário que os governos fomentem a criação de emprego de forma mais ativa, a fim de alargar as oportunidades de emprego produtivo tanto para os trabalhadores mais jovens como para os mais idosos.

As tendências demográficas não são uma fatalidade. Podem ser alteradas por meio de políticas de educação e, por vezes, por políticas de migração

FIGURA 4.5

As políticas educativas podem alterar os rácios de dependência



Nota: Consultar o Anexo técnico para uma discussão dos cenários de caso básico e dos cenários acelerados.
 Fonte: Cálculos do GRDH com base em Lutz e K.C. (2012).

A incapacidade de as oportunidades económicas e a produtividade acompanharem o ritmo destas alterações demográficas pode não só impedir os países de beneficiarem do dividendo demográfico como também ameaçar a estabilidade social, como se verificou em muitos países nestes últimos anos.

Modelização da demografia e educação

As tendências demográficas não são, no entanto, uma fatalidade. Podem ser alteradas, pelo

menos de forma indireta, por meio de políticas de educação e, por vezes, por políticas de migração.³⁷ É possível identificar opções políticas eficazes através da modelização de tendências demográficas e no domínio da educação.³⁸ Os dois cenários para o período 2010–2050 ilustram o impacto de diferentes respostas em matéria de política: o cenário de caso básico, em que as taxas de matrícula se mantêm constantes em cada nível de ensino; e um cenário de progresso acelerado, em que os países com os níveis iniciais de educação mais baixos abraçam a ideia de atingir metas ambiciosas no domínio da educação.³⁹

TABELA 4.4

Tendências dos raios de dependência, países selecionados

País	1970	1980	1990	2000	2010	Cenário	2020	2030	2040	2050
Bangladeche	0,929	0,946	0,859	0,704	0,560	Caso básico	0,462	0,434	0,433	0,481
						Progresso acelerado	0,457	0,422	0,418	0,465
Brasil	0,846	0,724	0,656	0,540	0,480	Caso básico	0,443	0,484	0,540	0,637
						Progresso acelerado	0,437	0,460	0,499	0,589
Chile	0,811	0,629	0,564	0,540	0,457	Caso básico	0,471	0,549	0,609	0,659
						Progresso acelerado	0,467	0,531	0,582	0,630
China	0,773	0,685	0,514	0,481	0,382	Caso básico	0,408	0,450	0,587	0,655
						Progresso acelerado	0,404	0,434	0,562	0,628
Gana	0,934	0,946	0,887	0,799	0,736	Caso básico	0,704	0,656	0,643	0,645
						Progresso acelerado	0,686	0,595	0,548	0,532
Índia	0,796	0,759	0,717	0,638	0,551	Caso básico	0,518	0,496	0,491	0,511
						Progresso acelerado	0,510	0,474	0,463	0,480
Indonésia	0,868	0,807	0,673	0,547	0,483	Caso básico	0,452	0,457	0,504	0,571
						Progresso acelerado	0,451	0,454	0,501	0,567
Tailândia	0,904	0,756	0,532	0,447	0,417	Caso básico	0,426	0,488	0,576	0,656
						Progresso acelerado	0,425	0,484	0,570	0,650
Turquia	0,850	0,787	0,671	0,560	0,478	Caso básico	0,458	0,467	0,504	0,585
						Progresso acelerado	0,450	0,443	0,473	0,547

Fonte: Cálculos do GRDH com base em Lutz e K.C. (2013). Ver Anexo técnico para uma apresentação dos cenários de caso básico e de progresso acelerado

Uma preocupação cada vez maior prende-se com o rácio de dependência de um país. Um rácio de dependência elevado pode empobrecer um país e conduzir a retrocessos no desenvolvimento humano. O cenário de caso básico prevê um decréscimo de 9,7 pontos percentuais no rácio de dependência no período 2010–2050 para os países com um IDH baixo, um aumento de 9 pontos percentuais para os países com um IDH médio, um aumento de 15,2 pontos percentuais para os países com um IDH elevado e um aumento de 28,7 pontos percentuais para os países com um IDH muito elevado (figura 4.5). No cenário de progresso acelerado, o rácio de dependência para países com um IDH baixo diminui 21,1 pontos percentuais no período 2010–2050 – mais do dobro do previsto no cenário de caso básico. O rácio de dependência aumenta mais lentamente no cenário de progresso acelerado do que no cenário de caso básico para países com um IDH médio (6,1 pontos percentuais) e países com um IDH elevado (4,9 pontos percentuais), porém

este incremento é menos pronunciado nos países com um IDH muito elevado.

No cenário de caso básico, a parcela dos idosos no total da população aumenta para todos os grupos do IDH: 3,9 pontos percentuais para países com um IDH baixo, 17,7 pontos percentuais para países com um IDH médio, 20,2 pontos percentuais para países com um IDH elevado e 22,3 pontos percentuais para países com um IDH muito elevado.⁴⁰ No período 2010–2050, prevê-se uma descida da parcela da população jovem em todos os grupos do IDH. Para países com um IDH baixo, o rácio de dependência diminuirá porque o decréscimo da parcela da população jovem é superior ao aumento da parcela da população idosa.

Nos Estados Árabes, na Ásia do Sul e na África Subariana, prevê-se o decréscimo do rácio de dependência no cenário de caso básico, decréscimo que será ainda mais rápido no cenário de progresso acelerado. Na África Subariana, por exemplo, o rácio de dependência desce 11,8 pontos

China e Gana: quem beneficia do dividendo demográfico?

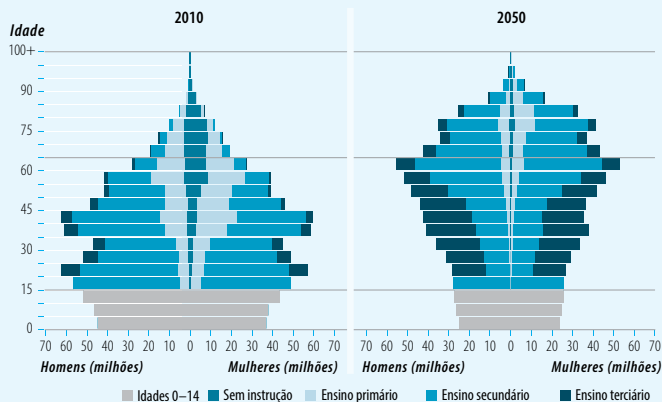
A tendência global para um aumento mais lento da população e para o envelhecimento da população é impulsionada em parte pela China, o país mais populoso do mundo, que atravessa uma transição demográfica. Para a África Subsariana, uma política educativa acelerada com ganhos graduais em termos de matrículas poderá acelerar a transição demográfica e gerar um dividendo demográfico para a região. Os casos da China e do Gana ilustram o que pode acontecer.

China

Em 1970, os jovens constituíam a maior parcela da população da China, do que resultou um elevado rácio de dependência de 0,770, com 1,08 rapazes para cada rapariga entre as crianças de 0 a 4 anos de idade (figura 1). Em 2010, a pirâmide demográfica apresentava um aspeto completamente diferente. À medida que as taxas de fertilidade diminuíram, a parcela da população ativa aumentou mais rapidamente do que a parcela da população jovem, o que fez descer o rácio de dependência para 0,382. O desequilíbrio entre os géneros tornou-se mais pronunciado entre as crianças, com 1,18 rapazes para cada rapariga. A população em idade ativa (idades entre os 35 e os 50 anos), que atualmente constitui a maior parte da população, atingirá a idade da reforma dentro de 15–25 anos. Até 2030 a China enfrentará, portanto, o desafio de uma população em envelhecimento, que exercerá mais pressão sobre o setor social e aumentará o rácio de dependência. À data da sua aposentação, esta coorte terá atingido um nível de instrução mais elevado do que o dos seus antecessores há 40 anos.

No cenário acelerado, com políticas educativas fortes, a estrutura etária da população da China em 2050 estará transformada, passando a população com idades compreendidas entre os 60 e os 64 anos a constituir a maior coorte. O nível de instrução do grupo da população em idade ativa aumentará consideravelmente, contribuindo para que haja uma força de trabalho mais produtiva. Uma força de trabalho mais especializada e mais produtiva poderá compensar alguns dos efeitos negativos de um rácio de dependência elevado e de uma grande parcela de pessoas mais idosas. Neste cenário, a relação entre o número de rapazes e de raparigas descerá para 1,06 rapazes para cada rapariga, valor próximo da média global.

Figura 1 Perspetivas demográficas para a China



Fonte: Lutz e KC 2013. Ver Anexo técnico para uma apresentação dos cenários de caso básico e de progresso acelerado

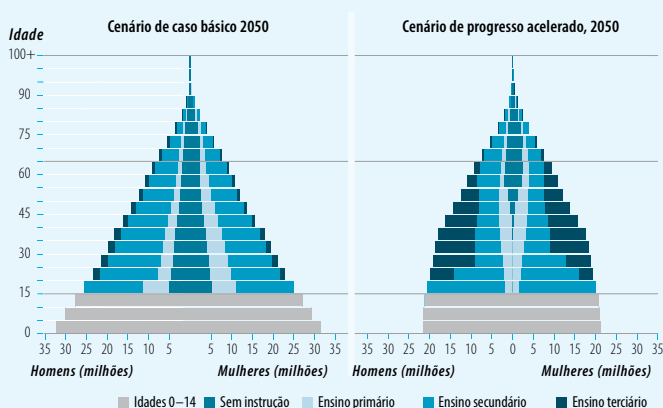
Gana

Em 1970, o Gana tinha uma população de 8,7 milhões de pessoas. A maior parcela da população era a dos jovens, o que resultou num elevado rácio de dependência (0,934). A parcela da população sem educação formal também era elevada, em especial entre as mulheres. Em 2010, a população do Gana quase havia triplicado, chegando aos 24,4 milhões. A sua estrutura etária pouco mudara, embora melhorias verificadas no domínio da esperança de vida arredondassem o meio da pirâmide. A população jovem, embora inferior ao que era em 1970, continuava a ser numerosa e o rácio de dependência continuava a ser elevado: 0,736. Os níveis de instrução, porém, tinham melhorado consideravelmente e a parcela de pessoas que tinham frequentado o ensino primário e secundário tinha aumentado.

As perspetivas do Gana para 2050 diferem acentuadamente nos dois cenários da política educativa. No cenário do caso básico, que pressupõe taxas de matrícula constantes no período 2010–2050, a pirâmide demográfica do Gana continuaria a ser triangular, com uma grande parcela de jovens e um rácio de dependência elevado (0,645; figura 2). Prevê-se que a população atinja os 65,6 milhões no cenário do caso básico, mas apenas os 48,2 milhões no cenário acelerado.

No cenário acelerado, a previsão demográfica alterar-se-ia consideravelmente, uma vez que a diminuição das taxas de fertilidade faz baixar o rácio de dependência para 0,532, principalmente devido ao decréscimo dos jovens como parcela da população total do Gana. A proporção de pessoas em idade ativa sem qualquer instrução também diminuiria, o que implicaria um aumento da produtividade e uma melhoria da capacidade para beneficiar do dividendo demográfico, desde que a criação de postos de trabalho acompanhe a oferta de mão-de-obra destas novas coortes.

Figura 2 Perspetivas demográficas para o Gana



Fonte: Lutz e KC 2013. Ver Anexo técnico para uma apresentação dos cenários de caso básico e de progresso acelerado

percentuais no cenário do caso básico e 25,7 pontos percentuais no cenário acelerado.

Na Ásia Oriental e Pacífico, na Europa e na Ásia Central, e na América Latina e Caraíbas, prevê-se que o rácio de dependência aumente. A Ásia Oriental e Pacífico registará um aumento

surpreendente da parcela de idosos – chegará aos 25,8 pontos percentuais, um aumento que inclusivamente superior ao de países com um IDH muito elevado.

O Brasil e o Chile demonstram possuir o potencial para que a aposta em políticas educativas

ambiciosas altere os rácios de dependência. No Brasil, o rácio de dependência aumenta 15,6 pontos percentuais no cenário de caso básico, mas apenas 10,8 pontos percentuais no cenário de progresso acelerado (tabela 4.4). O Chile registrar  um aumento semelhante: 20,2 pontos percentuais e 17,3 pontos percentuais.

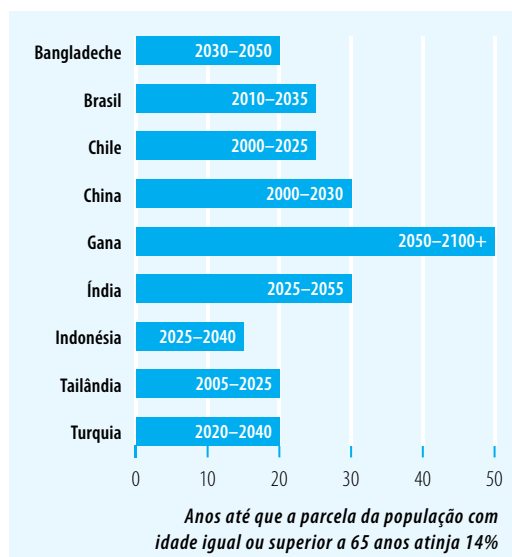
Os desafios diferem consideravelmente por país nos dois cenários. No cenário de caso básico, a China sofrerá um aumento mais rápido, de 27,3 pontos percentuais, do que, por exemplo, a Tailândia (23,9 pontos percentuais) ou a Indonésia (8,7 pontos percentuais), países onde mesmo uma política educativa mais ambiciosa exerceria apenas um impacto limitado nos rácios de dependência, visto que os níveis de instru o já são elevados.

Os países podem responder de diversas maneiras a um declínio da força de trabalho. Podem reduzir o desemprego, promover a produtividade do trabalho e fomentar uma maior participa o na força de trabalho, em especial entre as mulheres e os trabalhadores mais idosos. Podem também externalizar o trabalho para produ o *offshore* e atrair migrantes internacionais.⁴¹

Sem medidas políticas adequadas, a dinâmica demográfica pode aumentar a desigualdade a curto prazo, dado que as diferenças de velocidade da transi o demográfica nos agregados familiares conferem aos agregados familiares mais ricos uma vantagem inicial. O declínio das taxas de fertilidade e as mudanças operadas nas estruturas etárias podem afetar o crescimento econ mico.⁴² Reforçando a análise transnacional realizada para o presente Relatório, um estudo recente conclui que os rácios de dependência dos jovens tendem a ser mais elevados para agregados familiares pobres e inferiores para agregados familiares mais ricos, em especial na América Latina e na África Subsariana, e que as diferenças entre ricos e pobres em termos de rácios de dependência dos jovens se dissipam com o tempo.⁴³ Durante as transi es demográficas, os mais ricos tendem a liderar o decréscimo em termos de fertilidade, gerando um aumento de curto prazo em termos de desigualdade de rendimento, uma vez que captam primeiro os benefícios da altera o demográfica. Segue-se, depois, a classe média que se aproxima,   medida que os seus membros proporcionam educa o às suas filhas e fazem planeamento familiar, e por fim os pobres. A fertilidade acaba por ser mais baixa em todos os grupos de rendimentos, e os benefícios

FIGURA 4.6

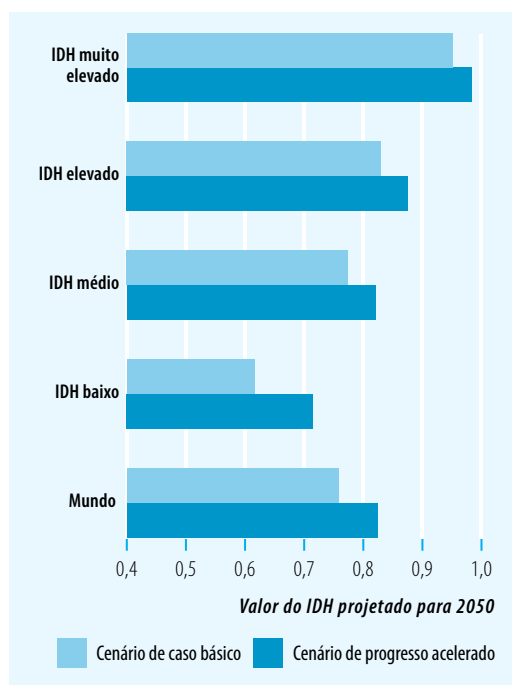
As popula es envelhecem mais rapidamente nos países em desenvolvimento



Fonte: C culos do GRDH com base em Lutz e K.C. (2012). Ver Anexo técnico para uma apresenta o dos cenários de caso básico e de progresso acelerado

FIGURA 4.7

As perspectivas do desenvolvimento humano para 2050 são superiores no cenário de progresso acelerado, em especial para países com um IDH baixo: Perspetivas do IDH para 2050, cenários de caso básico e de progresso acelerado, por grupo de IDH



Nota: Consultar o Anexo técnico para uma apresenta o dos cenários de caso básico e progresso acelerado
 Fonte: C culos do GRDH com base em Centro Pardee para os Futuros Internacionais (2013).

económicos do dividendo demográfico são distribuídos de forma mais regular.⁴⁴ Estes resultados são coerentes com os de estudos anteriormente realizados para a América Latina e a África.⁴⁵

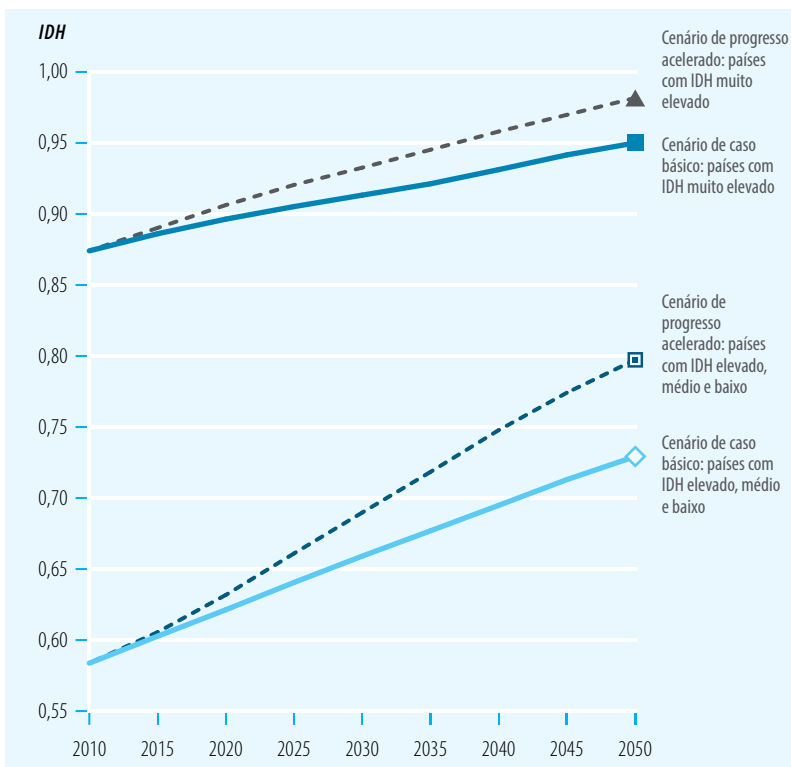
Este aumento de curto prazo na desigualdade não é, porém, inevitável e pode ser influenciado por políticas públicas, em especial no domínio da educação e da saúde reprodutiva, que permitam que os benefícios da transição demográfica cheguem a todos os grupos de rendimentos ao mesmo tempo. Considerem-se os três países com as maiores reduções nos rácios de dependência dos filhos: a Costa do Marfim (com um PIB *per capita* de 1 800 dólares em 2011), a Namíbia (6 800 dólares) e o Peru (10 300 dólares). Na Costa do Marfim, o rácio de dependência caiu sobretudo entre os ricos e registou a menor queda entre os pobres, na Namíbia caiu sobretudo no meio do leque de rendimentos e no Peru caiu em todo o leque de rendimentos em montantes sensivelmente iguais.⁴⁶ Consultar a caixa 4.2

para a distribuição dos benefícios do dividendo demográfico na China e no Gana.

Em 13 dos 18 países com um rácio de dependência em decréscimo e um aumento da educação feminina no período 1970–2010, uma produtividade do trabalho crescente ao longo do período 1980–2008 e uma descida do desemprego no período 2005–2010, a participação das mulheres no trabalho aumentou mais rapidamente do que a taxa da participação geral no trabalho desde 2000–2004 até 2005–2010, o que foi indicativo de um maior equilíbrio entre os géneros no mercado de trabalho. No entanto, o emprego não se tornou necessariamente mais fácil com a subida dos níveis de instrução. Na realidade, em alguns países a situação do mercado de trabalho ficou mais dificultada para trabalhadoras com níveis de educação mais elevados. São necessárias medidas políticas adicionais para promover condições no mercado de trabalho que ofereçam oportunidades produtivas para uma força de trabalho mais qualificada e mais alargada.

FIGURA 4.8

Os resultados do desenvolvimento humano até 2050 registam uma melhoria mais acentuada no cenário de progresso acelerado:



Nota: Ver o Anexo técnico para uma apresentação dos cenários de caso básico e de progresso acelerado.
Fonte: Cálculos do GRDH com base em Centro Pardee para os Futuros Internacionais (2013).

O impacto da taxa de envelhecimento da população

As populações estão a envelhecer mais rapidamente do que no passado, visto que as taxas de fertilidade diminuem e a esperança de vida aumenta.⁴⁷ Por exemplo, para que a percentagem da população idosa duplicasse de 7% para 14% em França foi necessário mais de um século (de 1865 a 1980), na Suécia 85 anos, na Austrália 83 anos e nos Estados Unidos 69 anos. O envelhecimento está a avançar ainda mais rapidamente nos países em desenvolvimento. Em oito de uma amostra de nove países em desenvolvimento, prevê-se que a percentagem da população idosa chegue aos 14% em 30 anos ou menos (figura 4.6). A única exceção é a China, onde se espera que leve 50 anos ou mais.

A taxa de envelhecimento da população tem importância porque se os países em desenvolvimento continuarem ainda a ser pobres depois da transição demográfica, desenvolverão um grande esforço para satisfazer as necessidades de uma população envelhecida. Muitos países em desenvolvimento têm apenas uma breve janela de oportunidade para colher todos os benefícios do dividendo demográfico de uma maior população ativa.⁴⁸

A necessidade de políticas ambiciosas

A fim de acelerar e sustentar o progresso do desenvolvimento, os países necessitam de adotar políticas ambiciosas que expandam a educação das mulheres e tragam benefícios transversais ao desenvolvimento humano. A calendarização dessas medidas é da máxima importância. Os países que atuem prontamente de modo a tirar partido do dividendo demográfico e evitar novos danos ambientais podem colher vantagens consideráveis. Os que o não fizerem, poderão confrontar-se com custos elevados que se agravarão ao longo do tempo.

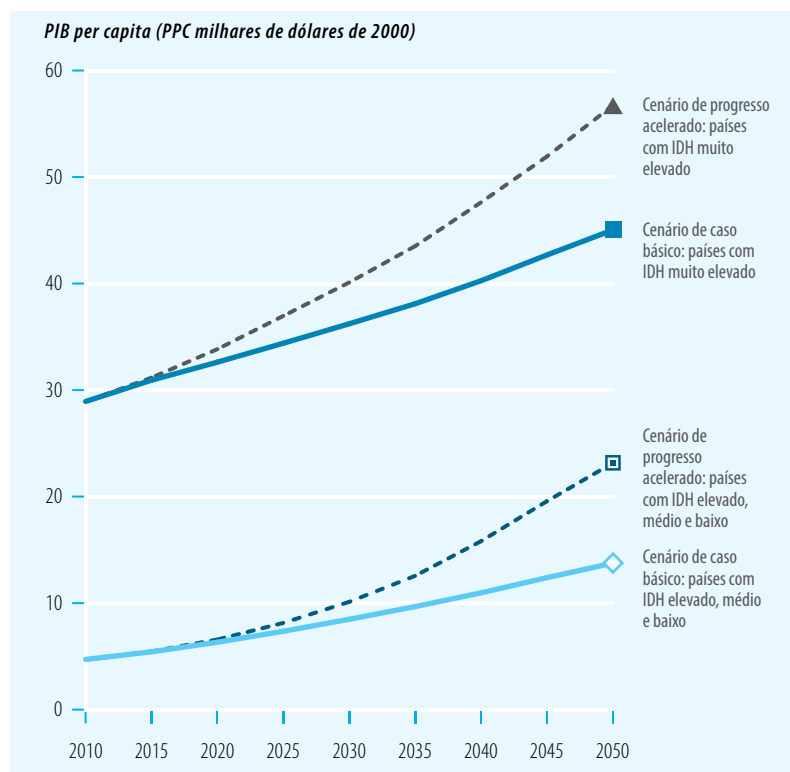
É possível demonstrar a importância de uma ação política corajosa e pronta, através de outros dois cenários que mostram o impacto de diferentes medidas políticas sobre o IDH previsto e respetivos componentes em 2050. O cenário de caso básico pressupõe a continuidade das tendências históricas e das políticas das últimas décadas. O cenário de progresso acelerado define algumas das opções e metas em 12 dimensões políticas que visam intervenções agressivas, mas razoáveis, para reduzir a pobreza, alargar as infraestruturas e melhorar a governação. São exemplos de metas ambiciosas uma duplicação dos empréstimos concedidos por instituições financeiras internacionais ao longo de 10 anos, um aumento de 50% na migração ao longo de 20 anos⁴⁹, um aumento de 20% nas despesas com a saúde durante 10 anos, um aumento de 20% nas infraestruturas ao longo de 30 anos e uma melhoria de 20% na governação ao longo de 10 anos.

As projeções do cenário de caso básico são bastante otimistas, na medida em que mantêm a dinâmica dos progressos registados nas últimas décadas, entre os quais se incluem a melhoria muito considerável no desenvolvimento humano. Os países alcançam resultados muito melhores no cenário de progresso acelerado, registando-se o progresso mais rápido em países com um IDH baixo (figura 4.7). O IDH agregado aumenta 52% na África Subsariana (de 0,402 para 0,612) e 36% na Ásia do Sul (de 0,527 para 0,714). Assim, países com um IDH baixo convergem para os níveis de desenvolvimento humano atingidos por países com um IDH elevado e muito elevado.

Assim, políticas ambiciosas e plenamente integradas podem fornecer uma forte alavancagem com vista ao progresso do desenvolvimento

FIGURA 4.9

O aumento do PIB *per capita* até 2050 é especialmente acentuado no cenário de progresso acelerado



Nota: Ver o Anexo técnico para uma apresentação dos cenários de caso básico e de progresso acelerado. Fonte: Cálculos do GRDH com base em Centro Pardee para os Futuros Internacionais (2013).

humano (figura 4.8). Os efeitos são mais significativos na África Subsariana e na Ásia do Sul, seguidas pelos Estados Árabes e a América Latina e Caraíbas. Os impactos são mais fracos na Europa e na Ásia Central, e na Ásia Oriental e Pacífico.

Em todas as regiões os maiores impactos resultam de intervenções políticas nos domínios da saúde e da educação. Na África Subsariana, por exemplo, as políticas ambiciosas elevam o valor do IDH em 2050 de 0,612, no cenário do caso básico, para 0, 651. Na maior parte das regiões, o reforço da governação exerce o segundo maior impacto através do progresso, no que respeita à redução da corrupção, ao reforço das instituições democráticas e à capacitação das mulheres. Na Ásia do Sul e na África Subsariana, porém, o investimento em infraestruturas é ainda mais importante.

Os dois cenários mostram diferenças de vulto nas dimensões individuais do IDH. Na África Subsariana, a esperança de vida aumenta dos 53,7 anos, em 2010, para os 69,4 anos, em 2050, no cenário de caso básico, em parte em resposta ao progresso sustentado registado na luta contra o

VIH/SIDA e outras doenças transmissíveis, mas para os 72,9 anos, no cenário de progresso acelerado. Ao longo do mesmo período, está previsto que, no cenário de caso básico, a média de anos de educação formal na África Subsaariana cresça de 4,3 para 6,7, porém, para 8,1, no cenário de progresso acelerado.

Os ganhos no cenário de progresso acelerado são ainda maiores no que respeita ao PIB *per capita* (figura 4.9). Essa situação verifica-se para todos os grupos do IDH, onde as diferenças nos cenários são consideráveis em ambos os casos. À escala global, o PIB *per capita* subiria de 8 770 dólares, em 2010, para 17 873 dólares, em 2050, no cenário de caso básico e para 27 995 dólares no cenário do progresso acelerado. O maior diferencial em matéria de ganhos ocorreria na África Subsaariana e na Ásia do Sul. Na África Subsaariana o PIB *per capita* aumentaria de 1 769 dólares, em 2010, para 5 730 dólares, em 2050, no cenário de caso básico e para uma quantia impressionante de 13 210 dólares no cenário do progresso acelerado – mais do dobro do nível atingido no cenário de caso básico. No cenário de progresso acelerado, a Ásia do Sul registaria uma subida notória de 2 871 dólares para 23 661 dólares.

O diferencial no aumento de rendimentos influencia diretamente a redução da pobreza de rendimentos. No cenário de caso básico, a pobreza

de rendimentos quase desaparece na China, mas a sua diminuição é apenas marginal na África Subsaariana, já que a população continua a crescer, e permanece elevada na Índia, que continuará a ter mais de 130 milhões de pobres em 2030. No cenário do progresso acelerado, o número de pobres diminui muito mais rapidamente, quase desaparecendo em alguns países e regiões (tabela 4.5).

A redução substancial da pobreza até 2050 depende da existência de medidas políticas ambiciosas. Não atuar com ousadia para evitar o cenário das catástrofes ambientais, por exemplo, constituiria um grave impedimento à redução da pobreza.

Aproveitar o momento

É não só possível, mas também imperioso, que haja um maior progresso em termos de desenvolvimento humano. Contudo, acelerar o progresso exigirá medidas políticas coordenadas em todas as frentes do desenvolvimento. Destas, uma das mais importantes é a equidade, pois as sociedades mais equitativas obtêm melhores resultados na maior parte dos aspetos do bem-estar, sendo mais sustentáveis. Outra é a redução da mortalidade infantil: é possível progredir rapidamente em

TABELA 4.5

Número de pessoas em situação de pobreza extrema por região e países selecionados, nos cenários de caso básico e de progresso acelerado, 2010-2050 (milhões)

Região ou país	2010	2020	2030	2040	2050, Caso básico	2050, Progresso acelerado
Estados Árabes	25	19	17	16	17	1
Ásia Oriental e Pacífico	211	74	42	29	29	9
China	94	13	5	1	1	0
Europa e Ásia Central	14	2	3	3	4	1
América Latina e Caraíbas	34	29	26	27	32	13
Ásia do Sul	557	382	243	135	81	13
Índia	416	270	134	53	21	2
África Subsaariana	371	333	297	275	267	60
Mundo	1 212	841	627	485	430	96

Nota: A pobreza é definida como 1,25 dólares por dia em termos de paridade de poder de compra. Ver o Anexo técnico para uma apresentação dos cenários de caso básico e de progresso acelerado.

Fonte: Cálculos do GRDH com base em Centro Pardee para os Futuros Internacionais (2013).

todos os países através da educação, em especial das mulheres.

É necessário que as políticas considerem também outras forças que influenciarão o desenvolvimento humano, em especial a participação significativa das pessoas nos processos que moldam as suas vidas. A procura da participação cresce à medida que aumenta a instrução das pessoas e a interligação entre elas. Outras questões importantes que se colocam prendem-se com as alterações ambientais e demográficas; é necessário que os países atuem durante as breves janelas de oportunidade de que dispõem, a fim de evitar

os elevados custos da perda de desenvolvimento humano.

A maior parte das oportunidades para sustentar e até acelerar a dinâmica do desenvolvimento humano está nas mãos dos governos nacionais. Num mundo cada vez mais globalizado, porém, os governos não agem sozinhos. O último capítulo debruça-se sobre a complexa teia de disposições internacionais nas quais os governos nacionais necessitam de se empenhar, bem como sobre a forma como as instituições regionais e globais podem trabalhar com maior eficácia em prol do desenvolvimento humano sustentável.

“É hora de darmos as mãos para tentar criar um mundo pacífico onde possamos adormecer seguros e acordar felizes.”

Aung San Suu Kyi

“As forças que nos unem são intrínsecas e maiores do que as influências que nos são impostas e nos dividem.”

Kwame Nkrumah

5.

Governança e parcerias para uma nova era



Os sistemas atualmente existentes para o desenvolvimento internacional e a governança global constituem um mosaico de estruturas antigas e de novos dispositivos. A ascensão do Sul tornará estes sistemas ainda mais diversificados: é provável que a cooperação internacional venha a envolver uma teia ainda mais complexa de processos bilaterais, regionais e mundiais. Será, contudo, necessário que a todas estas estruturas trabalhem melhor em concertação — em particular quando se trata do fornecimento de bens públicos. A duplicação de esforços e a ausência de acordo a respeito de normas e objetivos comuns é não só ineficiente mas também potencialmente contraproducente, fazendo regredir o progresso humano. Daí a extrema importância de reforçar tanto as organizações mundiais como as regionais e estender, em simultâneo, a representação e a responsabilização a um grupo mais alargado de Estados e intervenientes, de modo a refletir a emergência destas novas forças. No presente capítulo, analisam-se opções e apresentam-se conclusões para esta nova era de parceria.

Alguns países do Sul têm vindo a desenvolver-se rapidamente, e muitos deles têm já uma participação muito mais ativa na cena mundial. Têm vindo a defender os seus interesses individuais e coletivos através de uma variedade de canais, em especial dispositivos regionais e parcerias bilaterais, que lhes permitem intervir relativamente a assuntos da sua escolha, muitas das vezes e em grande medida, nas condições que eles próprios definem. O Brasil, a China, a Índia e outras economias emergentes forjaram relações económicas mais profundas e mais fortes com os seus vizinhos e em todo o mundo em desenvolvimento: estão a expandir rapidamente os seus mercados e sua produção a nível mundial; apresentaram complementos inovadores das instituições financeiras de Bretton Woods; exercem cada vez mais influência na regulação mundial do comércio, da moeda e das finanças; e influenciam a cultura, a ciência, o ambiente, a paz e a segurança.

Os novos dispositivos promovidos pelo Sul e o pluralismo daí resultante põem em causa instituições e processos existentes em domínios tradicionalmente caracterizados pelo multilateralismo, nomeadamente os das finanças, do comércio, do investimento e da saúde, umas vezes de forma direta e outras de forma indireta através de sistemas regionais e sub-regionais alternativos. A governança global e regional transforma-se num mosaico de novos dispositivos e antigas estruturas que é necessário alimentar coletivamente de múltiplas maneiras. As reformas em instituições globais têm imperiosamente de ser acompanhadas por uma cooperação reforçada com instituições regionais, às quais, em determinados

casos, deverão ser atribuídos mandatos mais alargados. A responsabilização das organizações tem de ser estendida a um grupo mais amplo de países, bem como a um grupo mais amplo de intervenientes. Em certos aspetos, o progresso tornou-se mais difícil. Os grupos de países estão em constante mutação, os seus mecanismos de coordenação tornaram-se cada vez mais pesados, e, em numerosos casos, as deliberações entre grupos quase chegaram a um impasse.¹ Deste modo, a crescente diversidade de vozes na governança internacional traz simultaneamente oportunidades e desafios ao desenvolvimento humano.

Ao mesmo tempo, há sinais de uma sociedade civil mais diversificada.² Novas vozes vindas do Sul exigem mais responsabilização e uma representação mais ampla. As organizações da sociedade civil já influenciaram a transparência e o estabelecimento de regras a nível global em domínios como a ajuda, a dívida, os direitos humanos, a saúde e as alterações climáticas. As redes da sociedade civil conseguem hoje tirar partido dos novos meios de comunicação social e das novas tecnologias de comunicações, facilitando ainda mais o estabelecimento de ligações entre ativistas locais e transnacionais, e permitindo que as pessoas partilhem ideias e preocupações e criem perspectivas coletivas numa esfera pública global.

No mundo interligado em que vivemos, as ações empreendidas por cada país afetam os respetivos vizinhos e, em última análise, afetam pessoas em toda a parte, no presente e no futuro. Uma soberania responsável exige que se tenham em conta, de forma criteriosa e conscienciosa, as

As áreas de interesse global a nível internacional que requerem urgentemente atenção e cooperação incluem o comércio, as migrações, as alterações climáticas e o desenvolvimento. Cada uma destas áreas, a par da respetiva governação, sofreu alterações consideráveis devido à ascensão do Sul

consequências do comportamento nacional a nível global e regional.

Alguns dos grandes desafios, incluindo questões comerciais e de segurança de âmbito regional, podem ser enfrentados de forma construtiva a nível regional ou mesmo a nível bilateral. Trata-se, contudo, de questões que também requerem soluções internacionais a mais longo prazo. O impasse que persiste nas negociações de *Doha* no âmbito da *Organização Mundial do Comércio* (OMC) impede a realização de progressos no sentido da autossuficiência agrícola e da erradicação da fome e da pobreza em África e noutras locais do mundo em desenvolvimento. Além disso, colocam-se outras questões urgentes, como as alterações climáticas, que só podem ser resolvidas a nível global e que, na ausência de uma ação coletiva no presente, serão ainda mais agravadas e oneradas no futuro.

Uma nova visão global dos bens públicos

Este mundo em mutação tem implicações profundas no fornecimento de “bens públicos”, como o ar puro e outros recursos comuns, que

o mercado, por si só, não consegue produzir ou distribuir de modo suficiente ou de modo algum, e para os quais é fundamental a existência de mecanismos estatais.³ Entre os bens públicos globais desejáveis incluem-se um clima estável e um património mundial comum saudável, o que pressupõe a existência de regras que garantam maior estabilidade dos mercados financeiros, progressos nas reformas do comércio (como as que estão a ser discutidas na ronda de negociações comerciais de Doha) e mecanismos para o financiamento e a produção de tecnologias verdes.

Para esse efeito, é necessário repensar o que é público e o que é privado, o que é mais bem fornecido de forma unilateral e de forma multilateral, e, acima de tudo, quando se tomam medidas coletivas, quais são as responsabilidades de cada uma das partes. O fornecimento público de bens é importante a nível nacional e global, mas a coexistência do público e do privado é inevitável (caixa 5.1). Por exemplo, há governos que, para combater as alterações climáticas e o esgotamento de recursos naturais, como o carvão, o petróleo e a água, estabeleceram parcerias com o setor privado para investir na investigação e desenvolvimento de fontes de energia alternativas.

CAIXA 5.1

A linha movediça entre público e privado no setor dos transportes

O facto de os transportes públicos serem assegurados pelo setor público ou pelo privado tem um impacto importante nos objetivos de desenvolvimento partilhados da sustentabilidade e da acessibilidade a preços comportáveis. Uma sociedade mais preocupada com a obtenção de resultados equitativos tem maiores probabilidades de providenciar uma maior rede de transportes públicos. As poupanças obtidas com economias de escala são repercutidas nos utentes, que deste modo tem um acesso relativamente barato aos transportes públicos. Nas sociedades mais igualitárias, existe uma maior probabilidade de os grupos que auferem baixos rendimentos, incluindo os estudantes, os idosos e as pessoas portadoras de deficiência, receberem subsídios e descontos adicionais. A ideia é reduzir a excludibilidade dos serviços de transporte.

Os transportes públicos podem minimizar o congestionamento e as emissões de carbono dos veículos tradicionalmente associados aos transportes privados. Quando já existe um sistema de transportes públicos de dimensão considerável, este pode ser mais aberto à rápida introdução de tecnologias mais ecológicas. Por exemplo, Nova Deli exige que os autocarros públicos utilizem gás natural comprimido, um combustível muito mais ecológico do que a gasolina (os autocarros são explorados tanto pelo setor público como pelo privado).

As sociedades com consciência ecológica tendem a incentivar a utilização de transportes públicos em vez dos privados, aplicando taxas de congestionamento e de carbono aos veículos privados, como acontece em Singapura, Milão e Londres (e é uma solução que está a ser estudada em São Francisco). A disponibilização de transportes públicos a preços comportáveis não é o único desafio. Dado que,

de um modo geral, é cada vez maior o número de pessoas a preferir os meios de transporte privados, a resposta está em tornar os transportes públicos um bem mais apetecível, dotando-os de segurança, eficiência e fiabilidade.

As parcerias público-privadas poderiam ser um caminho a seguir, pois tendem a garantir maior eficiência na construção e operação de projetos. O parceiro público salvaguarda os direitos de propriedade, proporciona o quadro regulamentar e, por vezes, utiliza subsídios para cobrir o défice entre benefícios privados e benefícios sociais.

A maioria dos projetos ferroviários na América Latina e nas Caraíbas tem sido realizada através de parcerias público-privadas. A Índia possui um dos programas de parcerias público-privadas no setor dos transportes em mais rápida expansão; entre 1995 e 2006, foram levados a cabo cerca de 230 projetos de parcerias público-privadas no valor de 15,8 mil milhões de dólares. A China tem utilizado de forma extensiva o modelo “Build-Operate-Transfer” (Construir-Explorar-Transferir) das parcerias público-privadas para as rodovias sujeitas a portagem e outras infraestruturas, especialmente desde a década de 2000.

Estimuladas pelo aumento dos preços do gás, as empresas privadas sentem-se inclinadas a realizar, a expensas próprias, investigação sobre combustíveis e tecnologias mais ecológicas. No entanto, há também necessidade de financiamento e incentivos públicos para garantir níveis de investigação ótimos do ponto de vista social sobre combustíveis e tecnologias mais ecológicas. De facto, os progressos tecnológicos ecológicos constituem um dos bens públicos globais mais essenciais e devem permanecer no domínio público.

Fonte: Banco Mundial 2003, 2012; Cheng e outros 2009.

As áreas de interesse global a nível internacional que requerem urgentemente atenção e cooperação incluem o comércio, as migrações, as alterações climáticas e o desenvolvimento. Cada uma destas áreas, a par da respetiva governação, sofreu alterações consideráveis devido à ascensão do Sul. Ao mesmo tempo, a nova posição do Sul apresenta oportunidades para a consecução de acordos e a melhoria da cooperação.

O comércio

Todos os países do Sul beneficiariam com a conclusão dos acordos comerciais internacionais abrangentes previstos pela ronda do desenvolvimento de Doha da OMC. No entanto, a ronda de Doha permanece num impasse, enquanto se assiste ao desenvolvimento de uma teia cada vez mais complexa de dispositivos comerciais bilaterais e regionais. Estes dispositivos envolvem um menor número de atores, por vezes mais homogêneos, e conseguem alinhar interesses e assegurar ganhos mútuos para as partes envolvidas, sem o impasse que se regista a nível multilateral.

Os grupos sub-regionais de comércio e investimento, como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e o Mercado Comum do Sul, facilitaram uma maior interação económica e cooperação política também noutros domínios, desde as questões da segurança à gestão dos recursos hídricos. Estes dispositivos bilaterais e regionais oferecem oportunidades para uma maior integração económica Sul-Sul e proporcionam uma base de formação com vista ao reforço das vantagens competitivas.⁴

No entanto, não obstante os benefícios que os acordos comerciais bilaterais e regionais oferecem, a inexistência de regras comerciais e de mecanismos de coordenação mais eficazes à escala global acarreta custos consideráveis em termos de eficiência. Enquanto encorajam um comércio mais livre entre os seus membros, os blocos comerciais tendem a erigir, entre si, barreiras ao comércio livre, acabando por reduzir o bem-estar a nível mundial.⁵ Outras perdas de eficiência podem resultar do acrescido poder de mercado que alguns países adquirem através da consolidação da sua posição nos blocos comerciais.⁶ A investigação realizada com vista à elaboração do presente relatório revelou que a existência de regras que garantam um comércio mais livre e mais justo pode acelerar o desenvolvimento humano, quando acompanhada

de um investimento público sustentado nas capacidades humanas — incluindo a saúde, a educação e outros serviços sociais — e em infraestruturas essenciais, como ligações modernas de transportes e telecomunicações.

Um regime comercial mais livre e não discriminatório comporta numerosos aspetos, cuja supervisão é assegurada de forma mais eficaz por um conjunto reforçado e mais sólido de acordos multilaterais. Porém, dado que o regionalismo veio para ficar, a “multilateralização” gradual do regionalismo é um caminho a seguir. Para tal, a OMC deverá abrir caminho a ideias no domínio da “legislação não vinculativa”, como a negociação de diretrizes voluntárias em matéria de boas práticas em vista a novos acordos comerciais regionais e a introdução de alterações em acordos já existentes: a OMC poderá, por exemplo, organizar uma hierarquia de diretrizes para os acordos de comércio regionais Norte-Norte, Norte-Sul e Sul-Sul.⁷

As migrações

Em 2010, pelo menos 25 economias do Sul registavam remessas de emigrantes superiores a 10% do PIB. Porém, a governação das migrações é, em larga medida, assegurada de forma unilateral, por parte dos países de destino, ou a nível bilateral. Existem poucos mecanismos de coordenação multilateral.⁸ Estão em jogo preocupações reais de desenvolvimento humano, sobretudo no que respeita aos direitos dos migrantes. Embora as remessas sejam fonte de rendimento para as famílias pobres, as migrações em grande escala também trazem consigo agitação e perturbação sociais. Os mecanismos multilaterais poderiam liberalizar e simplificar canais que permitem que as pessoas procurem trabalho no estrangeiro, assegurar direitos básicos para os migrantes, reduzir os custos de transações associados à migração, e melhorar os resultados não só para os migrantes mas também para as comunidades de destino.⁹

Com a ascensão do Sul, os padrões da migração alteram-se. Cerca de metade das remessas enviadas para países do Sul provém de trabalhadores que emigraram para outros países em desenvolvimento. Nos últimos anos, as organizações e processos de integração económica de âmbito regional inscreveram também a migração nas respetivas agendas. É o caso, por exemplo, da Associação das Nações do Sudeste Asiático, da União Africana, do Mercado Comum do Sul e da Comunidade

Com a ascensão do Sul, os padrões da migração alteram-se. Cerca de metade das remessas enviadas para países do Sul provém de trabalhadores que emigraram para outros países em desenvolvimento

para o Desenvolvimento da África Austral.¹⁰ Em 2012, o Fórum Mundial sobre Migrações e Desenvolvimento realizou, pela primeira vez, debates sobre as migrações Sul-Sul.

Embora a governação das migrações não seja inevitável ou exclusivamente uma questão multilateral, a existência de mecanismos de coordenação internacionais poderia proporcionar uma estrutura de apoio para as redes emergentes de acordos regionais e bilaterais. O impacto benéfico desses diálogos poderia ser multiplicado por iniciativas globais dedicadas às questões da migração.

Com o crescimento contínuo das migrações internacionais anuais — de 70 milhões de pessoas por ano estimados há quatro décadas para mais de 200 milhões registados atualmente e provenientes do Sul na sua maioria — aumenta a necessidade de dispor de regras que protejam os direitos dos migrantes e proporcionem normas acordadas a nível internacional para o fluxo de migrantes entre países de origem e de acolhimento.¹¹ Essas regras seriam benéficas para todas as partes, tanto em termos económicos como sociais, ao passo que os custos da inação continuarão a crescer. Estes custos não são apenas, nem sobretudo, de natureza financeira: incluem os avultados custos humanos resultantes da separação forçosamente prolongada das famílias, dos maus-tratos demasiado frequentes no local de trabalho, bem como da degradação desnecessária e indefensável da dignidade humana sempre que não são reconhecidos aos trabalhadores residentes direitos jurídicos de base.

As alterações climáticas

As alterações climáticas serão porventura o problema que mais reconhecidamente requer uma cooperação global através de acordos multilaterais. O Sul deixou de se cingir às abordagens bilaterais e incorporara já o combate às alterações climáticas nas estratégias de desenvolvimento nacionais. A China prometeu reduzir até 2020 entre 40% e 45% da sua intensidade de carbono (emissões de dióxido de carbono por unidade de PIB) em relação aos níveis registados em 2005.¹² Em 2010, a Índia anunciou reduções específicas voluntárias de 20% a 25% na intensidade de emissões de carbono.¹³ Os legisladores coreanos aprovaram em março de 2012 um programa nacional de comércio de emissões tendo em vista a redução das emissões de fábricas e centrais elétricas.¹⁴ Na Conferência das Nações Unidas sobre

Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro em 2012, Moçambique anunciou um novo Roteiro para a Economia Verde, e o México promulgou recentemente uma lei abrangente sobre alterações climáticas, a primeira a nível mundial, que visa a redução de emissões e a criação do setor das energias renováveis.¹⁵

O combate às alterações climáticas requer um verdadeiro multilateralismo. Por exemplo, para reduzir a quantidade necessária de emissões de gases com efeito de estufa a nível mundial, é preciso que o Norte e o Sul cheguem a um acordo justo e mutuamente aceitável sobre a partilha de responsabilidades e, simultaneamente, a garantia de satisfação das legítimas aspirações de desenvolvimento do Sul.

A Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável organizada pelas Nações Unidas em 2012 no Rio de Janeiro criou oportunidades de colaboração e alianças entre grupos de organismos ricos e pobres, públicos e privados, da sociedade civil, empresariais e estatais. Por exemplo, a Unilever, a Coca-Cola e a Walmart estiveram entre as 20 grandes multinacionais que se comprometeram, através do Fórum sobre Bens de Consumo, a eliminar das suas cadeias de abastecimento os materiais provenientes da desflorestação.¹⁶ A Microsoft prometeu tornar-se neutra em termos de emissões de carbono até 2012. Por seu turno, a FEMSA, a empresa latino-americana engarrafadora de refrigerantes, declarou que iria satisfazer 85% das suas necessidades energéticas no México a partir de fontes renováveis.¹⁷ Todavia, apesar das inúmeras iniciativas promissoras, persiste ainda um grande fosso entre, por um lado, as reduções de emissões que é necessário fazer e, por outro, as modestas reduções que foram prometidas.

A cooperação para o desenvolvimento

Uma governação internacional mais inclusiva deve ter como componente essencial modalidades de cooperação para o desenvolvimento mais inclusivas e eficazes. Os países em desenvolvimento estão cada vez mais a prestar ajuda ao desenvolvimento e a fazer investimentos a nível bilateral e regional, através de novos dispositivos de financiamento e de cooperação tecnológica, que oferecem alternativas ou complementam as abordagens dos doadores tradicionais e reforçam as opções dos beneficiários da ajuda.

Em 2011, no 4.º Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda realizado em Busan, República da Coreia, países em desenvolvimento e organizações da sociedade civil apoiaram a Parceria de Busan para a Eficácia da Cooperação para o Desenvolvimento. A apropriação, a incidência nos resultados, as parcerias para o desenvolvimento inclusivas, a responsabilização mútua e a transparência foram selecionadas como os pilares em que deverá assentar um novo quadro de monitorização global. Foi colocada maior ênfase nos sistemas de países como a forma de atuação, juntamente com uma exigência feita em nome dos países parceiros para que sejam explicados eventuais desvios. Os doadores tradicionais da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) reconheceram a necessidade de uma estrutura de governação diferente para apoiar uma parceria mais alargada e integrar as economias emergentes.¹⁸ Com base nos princípios fundamentais da apropriação nacional e do reforço das capacidades, esta parceria estabelecerá um mecanismo de governação internacional e definirá indicadores para avaliação dos progressos.

Juntamente com os doadores tradicionais, os novos parceiros para o desenvolvimento, como o Brasil, a China e a Índia, apoiaram os princípios da apropriação nacional e do reforço das capacidades. Todavia, a Declaração de Busan fazia notar que estes novos parceiros possuem os seus próprios desafios de desenvolvimento nacionais e já estabeleceram os respetivos métodos de cooperação externa. Este facto ficou refletido no texto da Declaração, no qual se afirma que, no caso destes países, os princípios, compromissos e ações acordados em Busan servirão, de forma voluntária, de referência para as parcerias Sul-Sul.¹⁹ Olhando para o futuro, o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento apoiam em conjunto a nova “Parceria Global para a Eficácia da Cooperação para o Desenvolvimento” através do Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento das Nações Unidas. Não obstante o compromisso dos signatários no que respeita à transparência, o documento resultante não contém quaisquer outros compromissos ou metas mensuráveis e calendarizados pelos quais os cidadãos possam pedir contas.

A arquitetura pós-Busan ainda tem de tomar forma, contudo, entretanto, vieram à tona algumas prioridades intermédias. Uma delas é o cumprimento, pelos doadores tradicionais,

dos compromissos assumidos na Cimeira de Gleneagles do G-8 de 2005 e relacionados com o aumento da ajuda e a melhoria da coordenação e alinhamento.²⁰ Os doadores tradicionais também podem trabalhar com os doadores emergentes, e estes podem contribuir com conhecimentos e experiência na perspetiva de um país em desenvolvimento. Graças à sua composição universal, a ONU está bem posicionada para envolver os parceiros do Sul nessa cooperação trilateral para o desenvolvimento através do seu Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento. Uma das principais tarefas consiste em assegurar um melhor alinhamento entre a cooperação para o desenvolvimento Norte-Sul e Sul-Sul e normas globais.

O acordo de Busan marca um primeiro passo na remodelação da cooperação para o desenvolvimento, de modo a que esta possa ser mais eficaz e aproveitar melhor o potencial dos países emergentes. Tal como sucede com outros bens públicos globais, assim que se chegar a um entendimento comum a nível mundial, a operacionalização dos princípios poderá, então, na maioria dos casos, ser descentralizada e confiada aos governos nacionais, mediante a utilização dos quadros políticos comuns acordados. Tomemos como exemplo a Declaração do Milénio de setembro de 2000 e o acordo global sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio que acabou por emergir. O acordo sobre esses objetivos impulsionou uma grande variedade de atividades e instituições, ao pôr em evidência uma verdade muito simples: o reforço das capacidades das pessoas e a promoção do desenvolvimento de todas as sociedades são bens públicos globais importantes.²¹ O progresso concreto na consecução desses objetivos tem-se verificado sobretudo a nível dos países, através de iniciativas e da apropriação a nível nacional.

Uma melhor representação para o Sul

É necessário repensar ou pelo menos recalibrar as instituições e princípios atuais da governação internacional, de modo a ter em conta a diversidade crescente de vozes e poderes e apoiar um progresso duradouro a nível do desenvolvimento. Muitos deles foram concebidos bastante antes da ascensão do Sul para uma ordem pós Segunda Guerra Mundial, que não tem correspondência com a realidade contemporânea.

É necessário repensar as instituições e princípios atuais da governação internacional, de modo a ter em conta a diversidade crescente de vozes e poderes e apoiar um progresso duradouro a nível do desenvolvimento

A governação internacional é cada vez mais influenciada por uma multiplicidade de vozes e atores através de movimentos globais e redes de ativistas transnacionais

Consequentemente, o Sul encontra-se consideravelmente sub-representado nessas instituições. As quotas de votos nas instituições de Bretton Woods são ponderadas em benefício dos países do Norte, não obstante as alterações que se registam nas realidades económicas mundiais. A China, por exemplo, que é a segunda maior economia do mundo e detém mais de 3 biliões de dólares em divisas, tem tido uma quota de votos no Banco Mundial inferior à de França e do Reino Unido.

De igual modo, o Conselho de Segurança das Nações Unidas toma decisões sobre a paz e a segurança mundiais com um número de membros permanentes que reflete a estrutura geopolítica de 1945. Na sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas realizada em 2012 em Nova Iorque, vários chefes de governo do Sul reiteraram os seus pedidos de longa data para a criação de assentos permanentes no Conselho para África, a América Latina e as potências do mundo em desenvolvimento, como a Índia, que se encontram sub-representadas.²²

É necessário que as principais instituições internacionais sejam mais representativas, transparentes e responsáveis. As instituições de Bretton Woods, os bancos de desenvolvimento regional e até mesmo o sistema das Nações Unidas correm o risco de perder relevância se não conseguirem representar adequadamente todos os Estados-Membros e respetivos povos. É necessário que estes organismos respeitem e tenham em conta, de forma construtiva, as experiências tanto do Norte como do Sul, e procurem encontrar soluções equitativas e sustentáveis tanto para as atuais como para as futuras gerações.

Ao mesmo tempo, o Sul em ascensão tem de assumir mais responsabilidades na cena mundial, de acordo com o seu poder económico e peso político crescentes, inclusivamente contribuindo com mais recursos para as organizações multilaterais.²³ O Sul tem de assumir papéis de liderança mais abrangentes tanto a nível regional como a nível global. Uma maior transparência e responsabilização das instituições mundiais, embora por si sós desejáveis, facilitarão ainda mais essa participação do Sul.

Têm-se registado alguns avanços positivos nesse sentido. Os países em desenvolvimento desempenham já um papel mais importante nas instituições de Bretton Woods e em diálogos mundiais através das cimeiras de chefes de Estado do G-20. A OCDE permitiu a adesão de alguns países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos devem saudar estas mudanças, já que o êxito do Sul traz

também benefícios para o Norte e promove a prosperidade de todos.

Com efeito, alguns processos intergovernamentais seriam revigorados por uma maior participação do Sul, o qual pode contribuir com recursos substanciais a nível financeiro, tecnológico e humano. As economias emergentes poderiam assumir a liderança na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, na inovação com vista à mitigação das alterações climáticas e na conclusão da ronda do desenvolvimento de Doha.

Organizações globais mais representativas dos países do mundo seriam, em princípio, mais responsáveis perante a população mundial através dos governos nacionais. No entanto, a mediação do Estado sozinha é insuficiente. A governação internacional é cada vez mais influenciada por uma multiplicidade de vozes e atores através de movimentos globais e redes de ativistas transnacionais. De facto, é isso que tem impulsionado os movimentos antiglobalização, que por vezes se autodenominam movimentos da “democracia global” e que abrangem uma variedade de questões, articulam diferentes preocupações, e abraçam uma variedade quase infindável de mensagens políticas, mas partilham a preocupação básica de obrigar o poder e a governação transnacionais a prestar contas à sociedade civil.

Nesse sentido, as instituições multilaterais atualmente existentes são incentivadas a recalibrar a sua representação e os seus princípios orientadores, em áreas como:

- *A representação*: Combinando os círculos de intervenientes e de decisores de modo a que todos tenham uma voz efetiva nos assuntos globais que lhes interessam.
- *Os bens públicos*: Estabelecendo pontes de ligação através das linhas organizacionais para facilitar a produção multiníveis, multissetores e multiautores, que numerosos bens públicos globais requerem.
- *A liderança*: Encorajando os líderes globais, estatais e não estatais, a título individual ou coletivo, a exercerem a liderança para ajudarem a comunidade internacional em questões que são apanhadas em impasses políticos globais e problemas que estão a assumir proporções de crise.
- *A congregação*: Realinhando as organizações existentes de modo a refletir as realidades económicas e políticas globais em mutação, e dotando-as da autoridade e das capacidades

especializadas necessárias para uma mediação eficaz entre intervenientes discordantes.

- *A informação e os recursos:* Ajudando os países mais pobres do Sul a participar mais eficazmente na governação global através de um melhor acesso à informação, à assistência técnica e ao financiamento.
- *A participação dos cidadãos:* Aproveitando as inúmeras ideias e opiniões veiculadas por redes de cidadãos e por participantes previamente colocados à margem do discurso global.

As organizações internacionais estão a tornar-se cada vez mais inclusivas e sensíveis às exigências de um mundo em rápida mutação. O Conselho Económico e Social das Nações Unidas, por exemplo, instituiu o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento para um debate mais alargado sobre a ajuda ao desenvolvimento. Existe margem para um multilateralismo renovado. No entanto, as reformas operadas na governação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial foram modestas. A estrutura nuclear do Conselho de Segurança das Nações Unidas permanece inalterada, apesar de décadas de discussões. É necessária uma reforma mais determinada para que as instituições multilaterais facilitem a colaboração transnacional em questões globais que se encontram bloqueadas, de uma forma que todos os países considerem equitativa e justa.

Uma sociedade civil global

As instituições de governação internacional podem ser chamadas a prestar contas não só pelos seus Estados-Membros mas também pela sociedade civil global, a qual pode moldar o exercício do poder e agir como um contrapeso em relação aos Estados e aos mercados. Todos os tipos de associações voluntárias, incluindo organizações não-governamentais, movimentos sociais, grupos de defesa de causas específicas, sindicatos e grupos comunitários, têm utilizado canais de influência como as eleições, o *lobbying* ou representação de grupos de interesse, os meios de comunicação social e as campanhas públicas para se tornarem motores de mudança social em muitos países líderes do Sul, incluindo o Brasil, o Egito, a Índia e a África do Sul. No Estado indiano de Kerala, uma rica história de empenho cívico levou o Governo a conferir prioridade à observação de direitos sociais alargados e a políticas públicas de promoção

da igualdade. No Brasil, o movimento Sanitarista de profissionais da saúde desempenhou um papel central no desenvolvimento do sistema público de cuidados de saúde do Brasil e no alargamento dos serviços às populações pobres.²⁴

Grupos nacionais da sociedade civil estão a utilizar cada vez mais a sua experiência de interação com os governos nacionais para abrir redes independentes de diálogo Norte-Sul e Sul-Sul fora dos tradicionais canais oficiais de governação internacional. Estas redes transnacionais lançam hoje as bases de uma sociedade civil global emergente que exerce pressão para que sejam adotadas medidas em domínios que vão desde as alterações climáticas aos direitos humanos, passando pela política de migração.

O potencial da sociedade civil global para influenciar a tomada de decisões sobre questões globais cruciais foi em larga medida ampliado pela revolução da Internet. Esta possibilita a hiperconectividade de grupos diversificados e oferece plataformas para a rápida divulgação de ideias e preocupações entre os cidadãos por todo o globo. Permite a comunicação entre as pessoas e a partilha de ideias entre as comunidades de cientistas e outros profissionais, sem a mediação do poder do Estado ou dos mercados. Esta nova facilidade de comunicação global alimenta parcerias criativas, capacitando indivíduos e organizações sociais, conduzindo a novas formas de solidariedade e permitindo que as pessoas interajam e expressem os seus valores à escala internacional.

As revoltas ocorridas recentemente em vários países árabes e o culminar de desenvolvimentos históricos complexos mostraram que as redes sociais constituem uma força que os líderes mundiais e as instituições globais ignoram por sua conta e risco. A rápida divulgação do vídeo *Kony 2012*, sobre Joseph Kony, membro do Exército de Resistência do Senhor acusado de crimes de guerra, e a ampla resposta ao mesmo mostram que as redes sociais conseguem, no espaço de alguns dias, envolver muitos milhões de pessoas em discussões sobre assuntos importantes.²⁵ Pode haver discordância quanto à legitimidade de determinadas preocupações e plataformas, mas a rápida partilha de informações através das redes sociais influencia claramente a opinião pública sobre questões de interesse para a cidadania global e, em última análise, influencia a governação internacional.

Na verdade, uma das ferramentas mais valiosas da sociedade civil global reside na capacidade

A sociedade civil global tem a capacidade de difundir novas normas que transformam o comportamento dos atores estatais e privados

Um Parlamento Mundial para a Democracia Global?

Embora a legitimidade e a representatividade dos povos do planeta no processo decisório a nível global constituam imperativos para a governação de questões de âmbito mundial, os organismos responsáveis pela tomada de decisões a esse nível não dispõem de mecanismos institucionais que garantam uma participação eficaz e influente dos cidadãos. Numa altura em que o processo decisório intergovernamental revela os seus limites, a busca de equidade e sustentabilidade e a urgência de dar resposta a desafios decisivos para o nosso planeta exigem o envolvimento da cidadania global.

Um parlamento mundial complementar à Assembleia-Geral das Nações Unidas — seja formalmente integrado no sistema da ONU, seja como uma instituição distinta. Esta ideia não é nova, mas à medida que vai amadurecendo vai colhendo cada vez mais apoio por parte de atores da sociedade civil e de parlamentos regionais (incluindo os parlamentos europeu, latino-americano e africano) e foi recentemente salientada no “Manifesto for a Global Democracy” (Manifesto por uma Democracia Global), apresentado por um grupo multinacional de intelectuais.¹

Um parlamento mundial seria constituído por delegados dos parlamentos nacionais, representantes de múltiplos partidos políticos de cada país. Dado que a grande maioria dos parlamentos nacionais são eleitos democraticamente, um tal organismo gozaria de um elevado nível de representatividade e

de responsabilização política. Um parlamento mundial serviria de elo de ligação entre o processo de definição das políticas nacionais e o processo decisório mundial, fornecendo incentivos aos parlamentos e governos nacionais para que considerem as implicações das suas decisões para além das fronteiras nacionais, e instilando nos parlamentos nacionais conhecimentos e experiência no que respeita à governação de assuntos de interesse mundial.

Esta assembleia poderia reunir-se numa sessão anual alargada, durante a qual emitiria recomendações, acrescentaria pontos à ordem de trabalhos da Assembleia-Geral das Nações Unidas e apresentaria, por maioria qualificada, pontos de ordem de trabalhos ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para debate e tomada de decisões. As deliberações seriam dotadas de um elevado nível de autoridade moral e política, embora a decisão final continuasse a ser da competência dos governos nacionais. A composição de cada delegação nacional poderia ser determinada ou pelos governos nacionais ou por meio de eleições especiais em que os cidadãos pudessem escolher os seus representantes no parlamento mundial. A dimensão das delegações seria proporcional à população de cada país, uma abordagem que diverge consideravelmente da adotada para alguns organismos internacionais em que as quotas de votos se baseiam nas contribuições monetárias.

1. Beeston 2012.

O desafio com que se defronta o sistema multilateral em resposta às necessidades do mundo em desenvolvimento não é uma falsa opção entre as estruturas mais antigas concebidas pelo Norte e os mecanismos mais recentes. Está em causa a integração, coordenação e, em certos casos, a reforma dessas instituições para que todas possam trabalhar em conjunto de forma mais eficaz

de difundir novas normas que transformam o comportamento dos atores estatais e privados. Acolhendo e enquadrando problemas e pressionando os Estados, as redes da sociedade civil conseguem pôr sobre a mesa novas questões e influenciar a ação governamental e internacional com vista a novos tratados, mecanismos de execução mais fortes e até mesmo intervenção direta. Entre os exemplos clássicos da influência da sociedade civil nas normas globais incluem-se a difusão, a nível global, do movimento sufragista, do movimento antiesclavagista e do movimento da Cruz Vermelha, que culminou na produção das convenções de Genebra e na criação da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Mais recentemente, as redes da sociedade civil global tiveram um papel influente na institucionalização de legislação contra as minas terrestres, na facilitação do acesso a medicamentos contra a SIDA e em campanhas de combate à violência contra as mulheres.

Embora a sociedade civil global possua muito potencial para influenciar as normas e o processo decisório da governação internacional, a eventual contribuição de organizações da sociedade civil e de redes transnacionais deve ser perspetivada. O facto de as organizações não-governamentais do Norte mobilizarem mais recursos permite-lhes ter uma influência desproporcionada no espaço da sociedade

civil global.²⁶ O regime internacional dos direitos humanos, por exemplo, destaca frequentemente os direitos civis e políticos, que preocupam de modo especial a sociedade civil na Europa Oriental, em detrimento dos direitos sociais, que ocupam um lugar muito mais central nas exigências dos movimentos populares dos países do Sul. As restrições impostas ao espaço cívico e outras limitações podem afetar a capacidade de funcionamento das organizações da sociedade civil.²⁷ Outro dos aspetos a considerar prende-se com a transparência, pois pode não ser claro quão autónomos serão os grupos da sociedade civil face ao Estado e às forças do mercado. Quando organizações da sociedade civil se tornam extensões do poder estatal, do poder económico ou de uma autoridade tradicional, a atividade da sociedade civil pode fazer aumentar as desigualdades e a instabilidade em vez de as diminuir.²⁸

A legitimidade da governação internacional, no futuro, dependerá da capacidade das instituições para interagir com as redes e comunidades de cidadãos — compreendendo as suas preocupações e tendo em conta as suas ideias e abordagens para encontrar um rumo para os seus próprios esforços e energias. Este envolvimento maximizará a legitimidade das suas ações e assegurará a sua responsabilização perante os cidadãos dos Estados-Membros (ver também a caixa 5.2). A

ideia da cidadania ecológica, por exemplo, pode constituir uma via promissora para construir desde a raiz uma opinião pública global atenta ao fornecimento de bens públicos globais.²⁹

Para serem eficazes, é preciso que as organizações internacionais estabeleçam parcerias produtivas com comunidades de redes sociais e organizações não-governamentais tanto no Sul como no Norte. Deverão interagir com grupos de cidadãos para apoiar alterações das políticas e uma transição para princípios e instituições de governação internacional mais equitativos. A Organização Mundial da Saúde, por exemplo, tem tido de gerir criteriosamente interesses estatais e de se ajustar à ênfase colocada na privatização dos serviços de saúde, que se tornou dominante na década de 1980. Todavia, os seus compromissos essenciais para com a saúde pública e os seus laços com a sociedade civil permitiram-lhe continuar a seguir políticas que evidenciam uma abordagem à saúde assente nos direitos.³⁰

Rumo a um pluralismo coerente

O desafio com que se defronta o sistema multilateral em resposta à ascensão do Sul não é uma falsa opção entre globalismo e regionalismo, ou entre estruturas mais antigas concebidas e geridas pelas tradicionais potências do Norte e mecanismos mais recentes que respondam às necessidades do mundo em desenvolvimento. Pelo contrário, está em causa a integração, coordenação e, em certos casos, a reforma dessas instituições para que todas possam trabalhar em conjunto de forma mais eficaz. A diversidade e a flexibilidade nos mecanismos de governação global podem ser fatores francamente positivos para o sistema internacional, mas não podem substituir-se à procura mundial de soluções para problemas que por inerência são de natureza global. Os decisores políticos que trabalham quer a nível regional quer a nível internacional deveriam esforçar-se por assegurar um pluralismo mais coerente na governação multilateral, com normas e objetivos partilhados para apoiar iniciativas de desenvolvimento regionais e globais diversificadas mas complementares.

A experiência recente de muitos países do Sul demonstrou que alguns bens públicos podem ser fornecidos de forma eficaz a nível regional. Como se assinala no capítulo 2, as instituições regionais podem por vezes responder a necessidades

regionais com maior rapidez e eficiência do que as instâncias globais, nomeadamente no que respeita aos programas que visam a erradicação de doenças endémicas, a proteção de ecossistemas comuns e a eliminação de barreiras ao comércio intrarregional. Nesses casos, faz sentido os Estados vizinhos com ideias semelhantes responderem de forma cooperativa a esses desafios, sem no entanto descurar a busca de respostas globais para os problemas sempre que necessário.

O aumento da cooperação regional pode também apresentar desvantagens — acrescentando maior complexidade a um conjunto de instituições multilaterais já de si diversificado, com todos os riscos de exclusão, duplicação e concorrência entre agências daí decorrentes. São numerosos os domínios em que as instituições regionais têm potencial para complementar estruturas globais, ainda que hoje em dia esse tipo de coordenação se afigure rara ou incorretamente sincronizada.

Os dispositivos de governação global têm imperativamente de respeitar as estratégias mistas escolhidas pelos países. É evidente que as economias em desenvolvimento e emergentes optam atualmente por diversos tipos de cooperação — bilateral, regional e internacional. Ao longo do tempo, com o aparecimento de novos conjuntos de desafios, os países criaram novas formas de governação para os enfrentar. Na área financeira, por exemplo, os países desejam diversificar a respetiva exposição e “apólices de seguros”, e procuram utilizar uma mistura de reservas nacionais, linhas de crédito bilaterais, dispositivos regionais e o FMI. É necessário que o regime internacional seja pluralista e garanta, simultaneamente, que a cooperação aos níveis regional ou sub regional seja consentânea com os mecanismos e políticas em vigor a nível internacional.

O objetivo derradeiro deste “pluralismo coerente” consiste em assegurar que as instituições a todos os níveis trabalhem de maneira coordenada para o fornecimento de bens públicos globais. A complementaridade não só entre instituições globais e regionais mas também a nível das organizações públicas, privadas e da sociedade civil tem potencial para ser construtiva, ainda que presentemente possa parecer incipiente e inadequada. Os novos dispositivos e parcerias que vão surgindo para colmatar lacunas deixadas por dispositivos antigos devem ser incentivados e evitar a duplicação sempre que tal seja possível. Os novos dispositivos, a todos os níveis, devem funcionar

O objetivo derradeiro deste “pluralismo coerente” consiste em assegurar que as instituições a todos os níveis trabalhem de maneira coordenada para o fornecimento de bens públicos globais

em concertação uns com os outros e em sintonia com as organizações multilaterais existentes, alinhando interesses e partilhando responsabilidades.

Embora o pluralismo e uma maior diversidade constituam progressos bem-vindos, existe duplicação e ineficácia entre a enorme quantidade de novas organizações. Ao avançar para uma estrutura coerente, algumas organizações sobreviverão, enquanto outras serão consideradas redundantes.

A governação dos bens públicos globais para um progresso sustentado no desenvolvimento humano requer um multilateralismo eficaz. As instituições internacionais podem também fornecer orientações em matéria de direitos humanos e outros princípios universais, e proceder à arbitragem em domínios como o direito internacional público. No entanto, o multilateralismo terá de ser mais flexível para dar resposta a novos desafios e realidades políticas. Num sistema pluralista coerente, as instituições internacionais podem servir como organismos coordenadores, desempenhando um papel catalisador ou congregador de todos os intervenientes. Para tal, é necessário que disponham não só do mandato mas também de conhecimentos especializados e recursos suficientes para

mediar e facilitar, para analisar e atender a interesses frequentemente divergentes, e para propor soluções exequíveis e mutuamente proveitosas. O pleno envolvimento do Sul requer a modernização e transformação de numerosas organizações internacionais. Por outro lado, existe uma maior probabilidade de o Sul utilizar e apoiar plenamente instituições multilaterais que sejam consideradas defensoras não só dos interesses do Sul mas também dos interesses dos países desenvolvidos.

Uma arquitetura financeira: uma nova conceção para o Sul emergente

A ascensão do Sul tem vindo a criar novos padrões de acumulação de recursos, potencialmente conducentes a uma arquitetura financeira mais densa, multidimensional e mais heterogênea, o que poderá promover a estabilidade e resiliência financeiras, favorecer capacidades produtivas de longo prazo, fomentar o desenvolvimento humano e alargar o espaço das políticas nacionais.

Em alguns casos, estes dispositivos e instituições emergentes poderão substituir algumas das funções das instituições de Bretton Woods, porém, na

CAIXA 5.3

Financiamento regional na Ásia: a Multilateralização da Iniciativa de Chiang Mai e o Banco de Desenvolvimento Asiático

A atual crise financeira tem constituído um forte incentivo ao alargamento do campo de ação da Iniciativa de Chiang Mai, um acordo regional entre a Associação das Nações do Sudeste Asiático, a China, o Japão e a República da Coreia (ASEAN+3). No início de 2009, a iniciativa foi multilateralizada e passou a designar-se Multilateralização da Iniciativa de Chiang Mai. Na altura, os desembolsos de mais de 20% dos créditos disponíveis exigiam que o país devedor ficasse sob a vigilância do Fundo Monetário Internacional (FMI), por forma a fazer face à difícil tarefa de conceber e implementar uma vigilância regional.

Os membros da ASEAN+3 continuaram a aprofundar a Multilateralização da Iniciativa de Chiang Mai. Em Maio de 2012, a dimensão do conjunto de operações de intercâmbio de divisas (operações swap) duplicou para 240 mil milhões de dólares. No que se refere a 2012-2013, a necessidade de sujeição a um programa do FMI não se verifica enquanto o valor das operações não atingir 30% do limite máximo estipulado para o país (40% em 2014, conforme o resultado das negociações em curso). A maturidade das operações swap ligadas, ou não, ao FMI foi alargada e, pela primeira vez, foi introduzida uma linha de crédito preventiva, que permite aos membros recorrer ao intercâmbio de divisas segundo uma fórmula baseada na dimensão do país. (A Iniciativa do Mercado Obrigacionista Asiático foi igualmente expandida em Maio de 2012)

A ASEAN+3 Macroeconomic Research Office (Gabinete de Investigação Macroeconómica ASEAN+3) abriu em 30 de janeiro de 2012 para levar a cabo a atividade de monitorização dos membros ao abrigo do Artigo IV do FMI. Este gabinete assume-se como a “Unidade de Supervisão Regional da Multilateralização

da Iniciativa de Chiang Mai”. A sua missão é monitorizar e analisar as economias regionais e contribuir para a deteção precoce de riscos, a implementação de ações corretivas e a tomada de decisões eficazes por parte da Iniciativa. Alguns observadores registaram as tensões ao longo do mandato e a constante resistência por parte da Ásia em criticar as políticas dos países vizinhos e, consequentemente, as dificuldades em levar a cabo uma supervisão firme.

Antes da crise financeira mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) já emprestava mais na região do que o Banco Mundial. A crise acelerou esta tendência. O BAD reagiu em alguns casos com maior celeridade e disponibilizando empréstimos mais elevados do que o FMI e Banco Mundial, introduzindo novos tipos de programas de financiamento temporários e rápidos, bem como facilidades de empréstimo anti-cíclicas destinadas a apoiar os países em desenvolvimento e de baixo rendimento. Em Abril de 2009, a Indonésia propôs que uma parte do novo financiamento do FMI fosse entregue ao BAD. Com o apoio do Grupo dos 20, o BAD introduziu o Instrumento de Apoio Anti-Cíclico para disponibilizar até 3 mil milhões de dólares aos países asiáticos afetados pela crise.

Entre 2008 e 2009, os compromissos de empréstimos do BAD aumentaram 42% e os seus desembolsos 33%. Outros bancos regionais de desenvolvimento apressaram-se a seguir o exemplo do BAD, sendo-lhes concedida uma parte dos novos fundos atribuídos ao FMI para estabelecerem novas facilidades de empréstimo a nível regional, por forma a promover com celeridade um apoio anti-cíclico na região.

maioria dos casos complementam a atual arquitetura financeira global. Além disso, as instituições emergentes poderão revelar-se transformadoras ao instarem as instituições de Bretton Woods a responder a preocupações sobre representação, princípios de governação e condicionalidades.

O Sul já desenvolveu uma série de abordagens e instituições alternativas, incluindo mecanismos monetários e de apoio a nível regional.

- A Iniciativa de Chiang Mai surgiu na sequência da crise financeira asiática de 1997, assumindo a forma de uma série de acordos de intercâmbio de divisas (*swap*) entre os países asiáticos, tendo evoluído para a multilateralização da Iniciativa de Chiang Mai, o que permite aos seus membros recorrerem ao programa de intercâmbio multilateral de divisas a fim de fazer face aos

desequilíbrios da balança de pagamentos e às dificuldades de liquidez a curto prazo.

- O Fundo Monetário Árabe, fundado em 1976 pelos 22 países da Liga dos Estados Árabes, dispõe de cerca de 2,7 mil milhões de dólares para apoiar financiamentos de emergência aos países membros, bem como uma cooperação monetária mais alargada. De referir igualmente a aspiração a uma moeda árabe única.³¹
- O Banco de Reserva da Índia anunciou recentemente um instrumento de intercâmbio de divisas no valor de 2 mil milhões de dólares destinado aos membros da Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional.³²
- O Fundo Latino-americano de Reservas, com uma capitalização de cerca de 2,3 mil milhões de dólares, tem por objetivo apoiar a balança de

CAIXA 5.4

Enrique Garcia, Presidente, CAF

CAF: Um banco de desenvolvimento Latino-Americano

O banco multilateral CAF, quando foi constituído, em 1970, contava com cinco países membros Andinos (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela). Presentemente, os seus acionistas incluem 18 países da América Latina, Caraíbas e Europa, bem como 14 bancos privados, obtendo a maior parte do seu financiamento nos mercados financeiros globais. O CAF promove o desenvolvimento sustentável e a integração regional através de operações de crédito, subvenções e apoio técnico e oferecendo uma estruturação financeira a projetos dos setores público e privado na América Latina. A sua sede é em Caracas e tem agências em Assunção, Bogotá, Brasília, Buenos Aires, La Paz, Lima, Madrid, Montevidéu, Quito e Cidade do Panamá. Na última década, a América Latina registou um rápido crescimento económico graças a um contexto externo favorável, que deu origem a um aumento dos preços dos produtos de base, a um ambiente macroeconómico estável e a uma maior procura interna resultante da redução da pobreza e de um maior rendimento. O CAF ajudou os seus países membros a tirarem partido destas condições económicas favoráveis, através de uma agenda de desenvolvimento abrangente, que inclui projetos e programas destinados a apoiar a transformação produtiva da região e a sua participação competitiva na economia mundial, a melhorar a qualidade das instituições e a promover a preservação do ambiente. O CAF assegurou um financiamento substancial em períodos em que os mercados estavam “secos” e outras instituições financeiras internacionais impunham condições restritas nos seus financiamentos.

Entre as razões do sucesso do CAF na região estão a sua essência Latino-Americana, o forte compromisso político e financeiro dos seus países membros, a manutenção de políticas financeiras prudentes (especialmente em tempos de stress económico), e a sua política de não-condicionalidade. Presentemente, o CAF é uma das principais fontes de financiamento multilateral com vista a infraestruturas e energia na região, com autorizações no valor de mais de 10 mil milhões de dólares no final de 2011, cerca de 30% do total de empréstimos multilaterais para a América Latina (comparativamente a 12,4 mil milhões de dólares para o Banco Interamericano de Desenvolvimento e 13,9 mil milhões para o Banco Mundial; ver Ocampo e Titelman 2012). O papel anti-cíclico do CAF em tempos de turbulência económica nos mercados internacionais e o seu apoio aos acionistas quando o financiamento se tornou escasso tem sido

particularmente valioso. Para além de canalizar fundos dos mercados internacionais para a região, maioritariamente dirigidos a projetos infraestruturais, o CAF concebeu e implementou, em conjunto com os seus países membros, uma ambiciosa agenda de programas e de projetos apoiados por subvenções destinadas a combater alguns dos maiores obstáculos ao crescimento da América Latina.

O CAF contrai empréstimos nos mercados de capitais internacionais através de uma estratégia de financiamento que visa diversificar as fontes de financiamento por forma a mitigar os riscos cambiais e de taxas de juro, ao mesmo tempo que combina a maturidade média dos seus ativos e passivos de forma a manter liquidez suficiente em carteira. O CAF obteve as suas primeiras notações de risco das três principais agências de notação, em 1993, e as suas classificações melhoraram consistentemente, mesmo durante a crise económica na região. O CAF é presentemente o mais bem cotado emissor de obrigações na América Latina. Desde 1993, o CAF contraiu empréstimos no valor de mais de 13,9 mil milhões de dólares através de 87 emissões de obrigações nos mercados de capitais internacionais mais importantes da Ásia, Europa, América Latina e Estados Unidos. As suas políticas financeiras prudentes tornaram o CAF numa instituição rentável que reinveste, através de subvenções e cooperação técnica, em programas e projetos de apoio aos seus países membros.

O desempenho do CAF tem-se distinguido pela capacidade de se adaptar a um ambiente em mudança e exigente. A sua estrutura governativa tem sido de particular importância. Desde a sua fundação, os acionistas do CAF deram à instituição a autonomia para conceber e implementar políticas operacionais sem pressões de ordem política. Os países membros sempre apoiaram a instituição. Na história do CAF, nunca os seus membros deixaram de cumprir as suas obrigações, mesmo durante a crise económica. Quase totalmente detido por países Latino Americanos (Espanha e Portugal são acionistas minoritários devido aos seus laços históricos com a região), o CAF evitou conflitos que surgiram noutras instituições multilaterais, onde os objetivos dosadores e dos beneficiários nem sempre estão alinhados. Neste aspeto, o CAF é reconhecido como uma instituição que é gerida por e para a América Latina, dando um exemplo útil de integração financeira pragmática.

pagamentos dos seus países membros. Oferece ainda garantias a empréstimos de terceiros e facilita investimentos de reserva, bem como uma coordenação regional das políticas monetárias. O seu potencial é limitado em virtude de uma adesão regional incompleta; o Brasil, a maior economia da região, não participa.³³

- A Corporação Andina de Fomento tem vindo a ganhar a atenção por ter quadruplicado os empréstimos concedidos entre 1991-2007 e por ser propriedade quase exclusiva dos seus membros, a maioria dos quais são países em desenvolvimento (exceto Portugal e Espanha).³⁴

Contudo, esses acordos regionais não reduzem necessariamente o papel do FMI. Avultados desembolsos do Fundo podem condicionar os países devedores aos programas de vigilância do FMI, à semelhança da Multilateralização da Iniciativa de Chiang Mai (caixa 5.3).

A evolução da arquitetura financeira regional promovida por países do Sul proporciona um espaço renovado a políticas que colocam a ênfase no pragmatismo em detrimento da ideologia e garantem a redução das condicionalidades e a sua adequação ao país (caixa 5.4).³⁵ As Instituições regionais que emprestam a países mais próximos são também as que tendem a estar mais vocacionadas para conceber programas mais sensíveis às preocupações políticas e economicamente mais adequados, com uma supervisão mais leve e menor ênfase na condicionalidade.

Algumas instituições, como o recente Banco do Sul³⁶, renunciam em conjunto às condicionalidades. Outros, incluindo a Multilateralização da Iniciativa de Chiang Mai e o Fundo Monetário Árabe, usam a condicionalidade só em circunstâncias específicas, sendo um ponto de discussão que se mantém entre os membros. Ainda há outros, como o Fundo Latino-americano de Reservas, que aplicam a supervisão, mas não utilizam a abordagem descendente do FMI, optando por colaborar com os países devedores.

Acordos comerciais regionais

Os acordos comerciais regionais e sub-regionais expandiram-se e intensificaram-se em África, Ásia e América Latina, mesmo quando as negociações da Ronda de Doha para o comércio mundial foram interrompidas. Os acordos que abrem o comércio Sul-Sul têm um enorme potencial, com benefícios pelo menos tão alargados quanto

aqueles que proporcionam maior acesso aos mercados no Norte. A OCDE estima uma vantagem para o Sul, no que se refere ao bem-estar social, da ordem dos 59 mil milhões de dólares, na eventualidade de as tarifas Sul-Sul baixarem para os níveis das do Norte-Sul.³⁷ Mesmo em África, em razão de acordos institucionais apropriados para um comércio agrícola mais aberto, existe um enorme potencial para aumentar a comercialização de muitas e diversas colheitas da região.

Um exemplo de um acordo regional bem-sucedido é a Ronda de São Paulo em 2010, no qual 22 países em desenvolvimento acordaram reduzir tarifas na ordem dos 20% em cerca de 70% do comércio entre si. As reduções foram negociadas no quadro do Sistema Global de Preferências Comerciais de 1989, estabelecido para tirar partido da cláusula de habilitação constante dos acordos da Organização Mundial do Comércio, que permite aos países em desenvolvimento fazer concessões mútuas, sem prejudicar as suas obrigações ao abrigo da cláusula da nação mais favorecida.

Os acordos bilaterais podem facilitar os fluxos comerciais uma vez interrompidas as negociações multilaterais. Outras opções, como por exemplo os regimes comerciais preferenciais (RPC) que visam levar mais longe o objetivo de um comércio mais livre e não discriminatório, poderão ser supervisionadas por uma instituição mundial multilateral como a OMC, ou por órgãos regionais.

Note-se, por exemplo, as negociações que visam reduzir a produção maciça e os subsídios às exportações na agricultura, concedidos principalmente por países desenvolvidos. Esses subsídios distorcem o comércio mundial e expõem os agricultores em países desenvolvidos a uma concorrência desleal. No entanto, é quase impossível resolver satisfatoriamente esta questão num quadro bilateral ou regional; requer uma disciplina multilateral que só pode ser negociada no quadro da OMC. A maioria dos países aceita a necessidade de um órgão multilateral forte destinado a arbitrar as regras do comércio mundial, embora sabendo que o regionalismo veio para ficar; uma das vias a seguir é a gradual “multilateralização do regionalismo”.³⁸

Uma soberania responsável

Embora a maioria dos governos apoie os princípios do multilateralismo, a verdade é que se preocupam, e compreensivelmente, com a

A soberania responsável tem em conta os interesses do mundo, no seu todo, e a longo prazo

preservação da soberania nacional. Uma excessiva observância do primado da soberania nacional pode incentivar rivalidades transfronteiriças e o “pensamento de soma zero”. Os países, por si só, são menos capazes de se defenderem dos efeitos de contágio das crises financeiras ou dos efeitos nocivos do aquecimento global. As medidas nacionais não garantem aos cidadãos dos países o acesso a bens públicos globais. Alguns governos não são capazes de proteger suficientemente os direitos humanos dos seus cidadãos. A melhor estratégia passa por uma soberania responsável, ou seja, a formulação das políticas nacionais deve ter em conta os interesses do mundo, no seu todo, e a longo prazo.

A maior parte dos bens públicos globais depende da gestão eficaz das consequências transfronteiriças e de uma oferta adequada de bens públicos nacionais e regionais e, por conseguinte, da capacidade institucional nacional e da vontade de estabelecer uma cooperação a nível regional e global. As nações devem ter em consideração as suas responsabilidades a nível internacional no que se refere à disponibilização dos bens públicos e devem evitar prejudicar o bem-estar coletivo e o bem-estar de outros países, quer através da poluição ou de outros abusos relativamente a bens comuns globais ou regionais. Uma soberania responsável inclui medidas que visam esforços coletivos, como por exemplo iniciativas para a liberalização do comércio ou a mitigação das alterações climáticas que, se concebidas com eficácia, podem melhorar significativamente o bem-estar coletivo mundial.

Num mundo altamente interligado, um processo decisório nacional eficaz não pode estar isolado das políticas regionais e globais. As políticas nacionais têm consequências regionais e globais; a título de exemplo, refira-se as respostas protecionistas nacionais às crises económicas internacionais e a incapacidade de regulamentar a sobrepesca e a poluição dos oceanos. Paralelamente, as políticas regionais e globais determinam o contexto da formulação das políticas nacionais. As nações e as organizações regionais e multilaterais devem unir-se e alinhar as políticas nacionais com vista à consecução de objetivos comuns internacionais. Num mundo cada vez mais globalizado e interligado, esta é uma questão de interesse próprio indiscutível: as decisões tomadas a nível nacional, hoje, podem afetar cidadãos de todos os países nas gerações vindouras.

Se os dirigentes nacionais não se dispuserem a olhar para além dos seus interesses nacionais imediatos, definidos com estreiteza de vistas,

perder-se-ão os potenciais ganhos da cooperação, e os custos da inação serão maiores. As políticas nacionais sairão prejudicadas, ao invés de se reforçarem mutuamente e se complementarem. A título de exemplo, refira-se a despesa pública e as políticas de incentivo no rescaldo da crise financeira mundial: a coordenação entre os bancos centrais em todo o mundo no sentido de uma redução concertada das taxas de juros, ajudou a evitar o agravamento da recessão mundial.

O Sul, devido à sua dimensão económica e influência política crescente, é um parceiro cada vez mais importante na tomada de decisões a nível global. A ascensão do Sul, acompanhada do reforço das relações transfronteiriças, torna o processo decisório mais interdependente do que nunca. O Norte e o Sul devem encontrar os denominadores comuns que lhes permitam fazer progressos significativos no que respeita à resolução de muitos dos atuais problemas globais prementes.

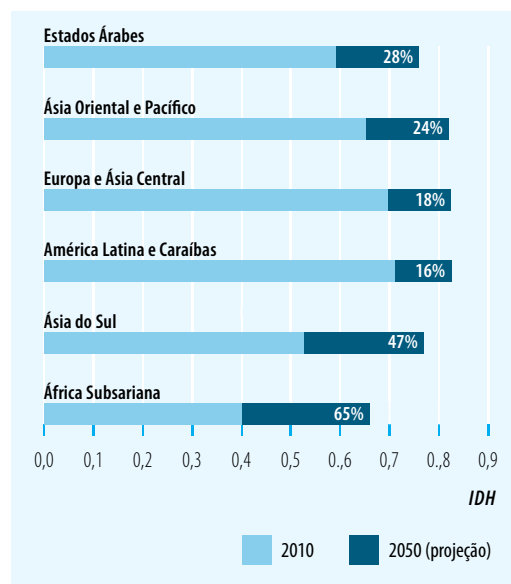
Uma soberania responsável exige também que os Estados respeitem os direitos humanos universais e as obrigações para com as pessoas que residem nos seus territórios, garantindo a sua proteção e segurança. A iniciativa “Responsabilidade de Proteger”, por exemplo, é uma tentativa de desenvolver uma nova segurança internacional, bem como normas em matéria de direitos humanos passíveis de superar o fracasso da comunidade internacional em prevenir e impedir os genocídios, os crimes de guerra, a limpeza étnica e os crimes contra a humanidade. Deste ponto de vista, a soberania é vista não apenas como um direito, mas também como uma responsabilidade.

Muito embora constitua um passo positivo no sentido de estabelecer princípios orientadores para a governação global em matéria de segurança humana, a iniciativa peca pela ausência de procedimentos que assegurem o respeito desses princípios.³⁹ Não se definiram limiares para as violações ou atrocidades que desencadeiem automaticamente intervenções internacionais. Este desfasamento entre princípios e procedimentos realça a importância de se reforçar as capacidades dos sistemas internacionais de governação por forma a responsabilizar os governos e os sistemas políticos perante os povos que representam. Sem a existência de mecanismos vinculativos, à luz dos quais os Estados têm de responder pelos seus atos perante os seus cidadãos, a legitimidade das instituições, como o Conselho de Segurança da ONU, é posta em causa. Contudo, a consecução

A ascensão do Sul oferece oportunidades de criar estruturas novas e inovadoras refletidas em parcerias para o desenvolvimento e novas abordagens à política de desenvolvimento, tanto a nível global como regional

FIGURA 5.1

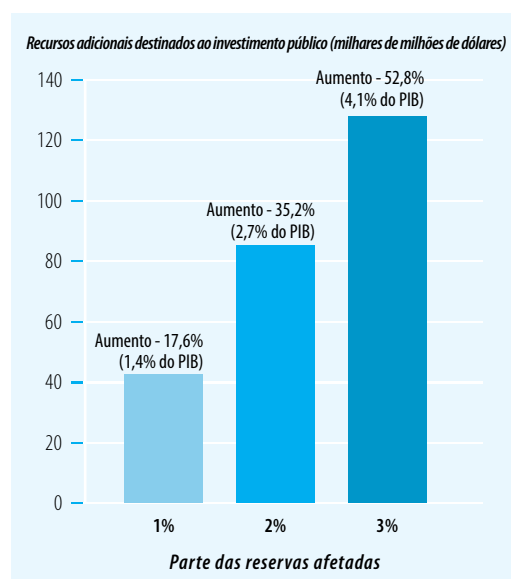
Num cenário de progresso acelerado, os maiores aumentos previstos para os valores de IDH registam-se na África Subsariana e na Ásia do Sul



Nota: Ver capítulo 4 para o cenário de progresso acelerado.
Fonte: Cálculos do GRDH baseados em Centro Pardee para os Futuros Internacionais 2013

FIGURA 5.2

A afetação de uma pequena fração das reservas internacionais de nove países do Sul pertencentes ao G20 poderia fornecer recursos adicionais substanciais para o investimento público em infraestruturas na África Subsariana e na Ásia do Sul



Nota: Os números entre parênteses correspondem ao aumento do investimento público em percentagem do PIB
Fonte: Cálculos do GRDH com base em Banco Mundial (2012a)

de um acordo sobre um princípio de soberania responsável e solidária só será possível, no futuro, se as condições prévias de imparcialidade e justiça a nível mundial foram respeitadas.

Novas instituições, novos mecanismos

A ascensão do Sul oferece oportunidades de criar estruturas novas e inovadoras refletidas em parcerias para o desenvolvimento e novas abordagens à política de desenvolvimento, tanto a nível global como regional. As substanciais reservas de divisas acumuladas pelas principais economias do Sul poderão ser aproveitadas para promover, por exemplo, o financiamento do desenvolvimento em países menos desenvolvidos. Novos mecanismos de ajuda, bem como o comércio e o intercâmbio de tecnologias entre as regiões do mundo em desenvolvimento podem apoiar e complementar dispositivos existentes. As nações do Sul poderão assumir papéis de maior liderança no diálogo político mundial sobre as necessidades mais urgentes do desenvolvimento internacional e ainda sobre as formas mais eficazes de enfrentar os desafios do século XXI.

Bancos para o desenvolvimento de infraestruturas

A ascensão do Sul gera igualmente novas possibilidades de financiamento do desenvolvimento humano equitativo e sustentável. O Brasil, a China, a Índia, a Federação Russa e a África do Sul, por exemplo, propuseram a criação de um Banco de Desenvolvimento dos BRICS que utilizaria as suas consideráveis reservas para financiar projetos em países em desenvolvimento.⁴⁰ Tal como o Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, este banco poderia disponibilizar uma gama de instrumentos, incluindo empréstimos, capitais próprios e garantias. Para além de financiar projetos produtivos, este fluxo de recursos permitiria também contribuir para o reequilíbrio financeiro global.

A construção de infraestruturas poderia ser uma importante aplicação destas reservas. Para atender às necessidades urgentes, a despesa com infraestruturas nos países em desenvolvimento deverá atingir um montante situado entre os 1,8 e 2,3 bilhões de dólares por ano até 2020, ou cerca

de 6% a 8% do PIB, em comparação com os níveis atuais de 0,8 e 0,9 bilhões de dólares por ano, ou cerca de 3% do PIB.⁴¹ A criação de um banco de desenvolvimento orientado para as infraestruturas e o desenvolvimento sustentável poderia ser uma forma de possibilitar e facilitar esses investimentos, o que incrementaria a contração de empréstimos por parte de países em desenvolvimento com vista ao financiamento de infraestruturas economicamente produtivas

Uma vez que os mutuários necessitam de ter presente a sustentabilidade da dívida, impõem-se esforços que permitam ultrapassar o endividamento público interno, alavancando outras formas de assistência financeira. Uma nova instituição poderá atrair o capital apropriado através de garantias e de outros instrumentos.⁴² As novas instituições serão mais eficazes se trabalharem em conjunto com as instituições regionais e globais, preenchendo as lacunas no que respeita ao financiamento e investimento.

O capítulo 4 apresentou um cenário de progresso acelerado que estabeleceu metas ambiciosas para elevar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em todas as regiões até 2050 através de uma série de iniciativas no domínio da despesa pública. Este cenário pressupõe cerca de 20% de melhorias em infraestruturas até 2050, o acesso universal à eletricidade até 2030, a eliminação de combustíveis sólidos como primeira fonte de energia para o aquecimento e confeção dos alimentos nas habitações até 2030, uma produção de energia renovável 50% acima do caso básico até 2050 e o acesso universal à telefonia móvel e à banda larga até 2030. Segundo as previsões, os aumentos mais acentuados nos valores de IDH sob este cenário registar-se-ão na África Subsaariana (65%) e na Ásia do Sul (47%; figura 5.1). Em média, o investimento público atual na África Subsaariana e na Ásia do Sul ronda os 7,7% do PIB.⁴³

A afetação de uma pequena fração das reservas internacionais de nove países do Sul pertencentes ao G20 poderia fornecer recursos adicionais substanciais para o investimento público em infraestruturas na África Subsaariana e na Ásia do Sul (figura 5.2). Dependendo da parte das reservas afetadas, o investimento público aumentaria 17,6%–52,8%. Na verdade, a afetação de apenas 3% das reservas internacionais líquidas dos nove países do Sul do G20 aumentaria a quota de investimento público nestes países de 4,1% para 11,7%

do PIB, próximo do nível médio de investimento público em todos os países em desenvolvimento.⁴⁴

Para os países detentores de reservas e respetivos fundos soberanos, investir nos países em desenvolvimento é, do ponto de vista financeiro, atraente, permitindo-lhes diversificar ao mesmo tempo que beneficiam de maiores lucros sem riscos acrescidos.⁴⁵ Os fundos soberanos têm perspectivas de investimento a longo prazo e um baixo risco de resgate, o que lhes permite fazer investimentos de longo prazo. Uma vez que muitos dão prioridade a retornos sociais e não privados, podem também assumir posições socialmente responsáveis. Por exemplo, a Noruega tem aplicado critérios de sustentabilidade mundial aos investimentos dos seus fundos soberanos, através do Norges Bank Investment Management, comprometendo-se com os Princípios instituídos pelo Pacto Global das Nações Unidas e investindo em iniciativas que visam reduzir a desflorestação na Guiana, Indonésia e Tanzânia.⁴⁶ O desafio da governação é o de operacionalizar investimentos socialmente responsáveis, definir parâmetros adequados e providenciar um acesso mais fácil dos fundos soberanos a investimentos com elevado impacto no desenvolvimento humano.⁴⁷

As instituições do Sul, desde o Banco dos BRICS até à Multilateralização da Iniciativa de Chiang Mai e à União Africana, têm um potencial considerável para influenciar a governação internacional. A ação coletiva requer uma visão partilhada. A premissa subjacente a esta visão não pode ser dada por garantida. A proliferação de acordos regionais, e não só, revela que os governos reconhecem os benefícios do desenvolvimento coletivo e assumem um compromisso com o mesmo.

Uma nova Comissão para o Sul?

Em 1987, os líderes do Movimento dos Países Não Alinhados criaram a Comissão para o Sul com o objetivo de considerar opções políticas e áreas de cooperação para os países do Sul. O seu relatório final, em 1990, *O Desafio do Sul*, produzido sob a orientação de Julius Nyerere, o então presidente da Tanzânia, e do economista Manmohan Singh, futuro primeiro-ministro da Índia, constituiu uma análise extremamente original e presciente.⁴⁸ O relatório identificou as alterações climáticas como um desafio prioritário e proeminente que se impõe teimosamente nos dias de hoje, assim como a pobreza, a exclusão social e o crescente fosso

entre ricos e pobres.⁴⁹ Igualmente importante foi a análise atenta da Comissão para o Sul sobre as possibilidades então emergentes de uma maior cooperação Sul-Sul no domínio da ajuda, comércio e outros aspetos da política internacional.

O mundo e o Sul sofreram uma profunda transformação ao longo das duas últimas décadas. O Sul do século XXI é liderado por economias em rápido crescimento, com biliões de dólares de reservas cambiais e outros tantos biliões para investir fora das suas fronteiras. As empresas do Sul figuram entre as maiores do mundo. É certo que as possibilidades de uma ação coletiva nunca foram tão grandes, contudo, o consenso em torno desta questão não pode ser dado por garantido. As instituições vocacionadas para a cooperação Sul-Sul – o Grupo dos 77, o Movimento dos Países Não Alinhados e as Cimeiras do Sul – foram forjadas no cadinho da descolonização, que criou fortes laços políticos, económicos, sociais e culturais entre os países emergentes do mundo em desenvolvimento. Essa experiência formativa está cada vez mais distante da atual geração, e o compromisso de solidariedade entre os países do Sul, comum aos seus cidadãos mais velhos, vai dando lugar, em muitos casos, aos interesses nacionais.

As novas realidades do século XXI exigem um olhar novo sobre estas questões e sobre as instituições lideradas pelos próprios países do Sul. Uma nova Comissão para o Sul, constituída com base no legado da primeira comissão, mas refletindo os pontos fortes e as necessidades do Sul atual, poderá proporcionar uma nova visão, assente no reconhecimento de que a diversidade do Sul pode atuar como uma força conducente a um novo tipo de solidariedade, que visa acelerar o progresso do desenvolvimento humano nas próximas décadas. As ligações económicas existentes no Sul e os benefícios mútuos da cooperação representam, provavelmente, novos incentivos para a criação deste órgão.

Conclusões: parceiros numa nova era

A ascensão do Sul, em certa medida, apanhou o mundo de surpresa. Antes, era ponto assente, embora não explicitado, que os países em desenvolvimento se aproximariam progressivamente dos padrões de desenvolvimento humano dos países industrializados (“convergência”), e que os países

industrializados manteriam a sua posição de liderança e de força. Em muitos aspetos ainda é o caso: os valores médios do IDH são substancialmente mais baixos em muitos países do Sul. Porém, o que apanhou o mundo de surpresa foi o facto de os países do Sul, mesmo registando os níveis mais baixos de desenvolvimento humano, serem hoje atores de peso no cenário mundial, dispondo de recursos financeiros e poder político para influenciar as tomadas de decisão a nível internacional.

Esta situação já se perfilava nos primeiros anos do século XXI, dado que a China e outras economias emergentes acumularam vastas reservas, que mantiveram como obrigações do Tesouro dos Estados Unidos, o que efetivamente contribuiu para sustentar o dólar americano. Contudo, a situação agudizou-se depois de 2008, na sequência da crise bancária e de posteriores choques económicos que empurraram alguns dos países mais ricos para a recessão, e ameaçaram a sobrevivência de uma das principais moedas do mundo. Atualmente, são os países do Norte que veem nos países do Sul a possibilidade de manter o progresso da economia mundial.

Na prática, cada grupo de países precisa do outro mais do que nunca. O Norte precisa dos países mais vigorosos do Sul para manter a procura de bens e serviços exportados, em especial porque várias das suas economias e sociedades estão enfraquecidas em virtude de apertados programas de austeridade. O Sul precisa do Norte, não só como um mercado maduro, mas também como uma fonte de inovação e tecnologias complexas.

A ascensão do Sul demonstra que o mundo se tornou mais difuso e interconectado, o que levou, nomeadamente, a que os países em desenvolvimento, em vez de pôr os olhos no Norte em busca de inspiração, procurassem nos seus pares do Sul modelos de desenvolvimento adequados. Assim sendo, ao invés de ver um menu de opções ideológicas estéreis, podem analisar o que funcionou, em que circunstâncias, e escolher os instrumentos mais apropriados. O capítulo 3 adiantou exemplos de programas e políticas destinados a melhorar o desenvolvimento humano nas economias emergentes do Sul, desde investimentos na saúde pública e educação a programas de transferência condicionada de rendimentos. Esses exemplos podem servir de inspiração para formular políticas semelhantes noutros países, mas privilegiando a compreensão das necessidades, instituições e condições específicas de cada um.

Os países em desenvolvimento, em vez de pôr os olhos no Norte em busca de inspiração, procuram nos seus pares do Sul modelos de desenvolvimento adequados

O presente Relatório sintetizou alguns dos fatores impulsionadores do desenvolvimento que se revelaram mais eficazes: um Estado proativo orientado para o desenvolvimento, a capacidade de integração nos mercados mundiais e a inovação sustentada da política social. Dentro de cada um destes, existem várias opções, mas não há soluções universais. O que funcionou para um país poderá não ter sido muito viável noutro.

No entanto, os países mais bem-sucedidos têm demonstrado que opções inovadoras e por vezes contraintuitivas podem funcionar. Pagar aos pais para levar seus filhos a centros de saúde pode parecer desnecessário, mas, como ilustra o caso do México, pode ser uma boa medida para melhorar a saúde das crianças; os seus programas de transferência condicionada de rendimentos têm suscitado interesse em todo o mundo. Da mesma forma, utilizar um telemóvel para fazer operações bancárias fez todo o sentido para habitantes do Quênia e das Filipinas que nunca tinham tido antes qualquer conta bancária pessoal e viviam em lugares absolutamente distantes de uma agência bancária.

Os países do Sul foram, assim, utilizando as suas próprias ideias e energia para criar uma nova dinâmica em prol do desenvolvimento humano. Contudo, num cenário mundial complexo do ponto de vista político, económico e social, este dinamismo poderá não produzir ainda resultados sustentáveis. São já visíveis sinais de maiores desigualdades e de expectativas frustradas que podem conduzir a conflitos sociais violentos. Acresce ainda que a preocupação de que sobre-exploração dos recursos mundiais combinada com os efeitos das alterações climáticas possa destruir o planeta para as gerações futuras.

Por todos estes motivos, o presente Relatório também se debruçou sobre as medidas necessárias para garantir que o desenvolvimento humano evolui de forma produtiva e sustentável, o que inclui medidas destinadas a melhorar a equidade, permitir a representação e participação, fazer face aos desafios ambientais e gerir as alterações demográficas.

Abordar estas questões exigirá um compromisso e competências consideráveis por parte dos governos nacionais e da sociedade civil. Como este capítulo defendeu, exigirá igualmente uma cooperação a nível mundial muito mais profícua à medida que os governos nacionais, as organizações internacionais e toda a sociedade civil emergente

mundial abram caminho a novos modelos as-sentes numa compreensão e cooperação mútuas. Algumas delas implicarão uma remodelação das instituições existentes por forma a acolher um novo equilíbrio de poderes a nível global. Outras poderão traduzir-se na conceção de novas formas institucionais.

Tendo em conta todos estes elementos, os princípios fundamentais do desenvolvimento humano continuam a impor-se. Como sempre, o objetivo é alargar as escolhas e capacidades de todos os cidadãos, independentemente de onde vivam. Muitos países do Sul já demonstraram o que é possível fazer, mas a verdade é que apenas percorreram uma parte do caminho. Para os próximos anos, o presente Relatório adianta cinco grandes conclusões.

A crescente força económica no Sul deve ser acompanhada por um compromisso total com o desenvolvimento humano

O investimento no desenvolvimento humano justifica-se não só por razões morais, mas também pelo facto de a chave do sucesso numa economia mundial mais competitiva e dinâmica residir na melhoria da saúde, educação e bem-estar social. Em particular, estes investimentos devem visar os pobres, permitindo a sua interação com os mercados e aumentando as suas oportunidades de subsistência. A pobreza é uma injustiça que pode e deve ser sanada por ações concretas.

As boas decisões políticas também requerem um maior empenho no reforço das capacidades sociais e não apenas individuais. Os indivíduos estão enquadrados em instituições sociais que podem limitar ou reforçar o seu potencial de desenvolvimento. As políticas destinadas a mudar as normas sociais que limitam o potencial humano, como por exemplo, restrições legais contra os casamentos precoces ou exigência de dote, oferecem ao indivíduo oportunidades de explorar o seu pleno potencial.

Como salienta o presente Relatório, a ascensão do Sul significa, nomeadamente, que a maioria dos países dispõe atualmente de políticas de crescimento e de margem orçamental para definir metas ousadas – eliminar a pobreza, promover estratégias com vista ao pleno emprego e inovar em prol de uma económica hipocarbónica. Muitos países estão sobrecarregados com as condicionalidades frequentemente associadas à

As boas decisões políticas também requerem um maior empenho no reforço das capacidades sociais e não apenas individuais

ajuda internacional e transferência de recursos, e o recente aumento nos preços dos produtos de base inverteu o longo declínio em termos de comércio enfrentado por muitos produtores de bens primários.⁵⁰ Esta situação proporciona uma boa margem de recursos que pode ser gerida de forma a promover o desenvolvimento humano nacional por parte de governos empenhados em evitar a “maldição dos recursos”.

As projeções apresentadas no capítulo 4 reforçam este ponto. Mostram que, mediante um forte compromisso com o desenvolvimento humano e políticas macroeconômicas prudentes, é possível reduzir fortemente a pobreza na África Subsaariana, uma região onde os cenários de base apontam para um provável aumento, no futuro, do número de pessoas pobres, atendendo a que o crescimento demográfico supera o crescimento econômico.

Os países menos desenvolvidos podem aprender e beneficiar com o sucesso das economias emergentes do Sul

A acumulação sem precedentes de reservas financeiras e fundos soberanos do Sul (6,8 bilhões de dólares) e do Norte (3,3 bilhões de dólares) abre a oportunidade de realizar amplos progressos mais rapidamente. Mesmo uma pequena parte destes fundos afetada ao desenvolvimento humano e à erradicação da pobreza poderia ter um efeito considerável. Como mencionado supra, o investimento público na Ásia do Sul e na África Subsaariana poderia aumentar para 11,7% do PIB utilizando apenas 3% das reservas internacionais de algumas das maiores economias do Sul.

Simultaneamente, o comércio e os fluxos de investimento Sul-Sul podem alavancar, de novas formas, os mercados estrangeiros, participando por exemplo nas cadeias de valor globais e regionais a fim de facilitar a difusão de ideias e tecnologias. Um comércio e investimento florescentes Sul-Sul, em particular, podem criar as condições que permitem transferir a capacidade de produção para outras regiões e países menos desenvolvidos. As recentes *Joint ventures* chinesas e indianas e os investimentos destinados ao arranque da produção em África poderão representar um prelúdio de uma dinâmica muito alargada. Para aproveitar na íntegra este potencial, poderá ser imperiosa a criação de instituições novas e inovadoras. As redes de produção internacionais oferecem a

oportunidade de acelerar o desenvolvimento, permitindo que os países deem um salto para modos de produção mais sofisticados, oferecendo simultaneamente o duplo benefício da proteção contra os imprevistos das flutuações cambiais.

Igualmente, a cooperação para o desenvolvimento e a transferência de tecnologia Sul-Sul têm um potencial imenso para apoiar o desenvolvimento humano. As transferências de tecnologia a partir do Norte, muitas vezes, requerem uma adaptação onerosa devido a diferenças na capacidade de absorção, no entanto é provável que as transferências tecnológicas a partir do Sul requeiram menos adaptação e envolvam tecnologias e produtos mais apropriados. Os mercados em crescimento nos países em desenvolvimento proporcionam às empresas do Sul uma oportunidade de massificar a comercialização de versões de produtos padrão acessíveis e inovadores nos mercados, incluindo alimentos, vestuário, eletrodomésticos e veículos motores. É importante salientar que a queda acentuada dos preços de bens de capital em resultado da forte concorrência mundial liderada pela China e Índia poderá acelerar a criação de capacidades de produção industrial em muitos países em desenvolvimento. Essa produção pode ser adaptada aos níveis de rendimentos e aos gostos dos consumidores locais. Cria-se assim uma dinâmica que tem o potencial de permitir que pessoas desfavorecidas tenham acesso a bens de consumo, enquanto os inovadores criam empregos e desenvolvem capacidades de produção.

A integração regional e as relações Sul-Sul podem ser facilitadas por novas instituições e novas parcerias

A criação de novas instituições e parcerias pode ajudar os países a partilhar conhecimentos, experiências e tecnologia.

No domínio do financiamento e da ajuda, o Sul tem vindo a criar ativamente instituições de governação regionais. As alternativas regionais ao FMI, como a multilateralização da Iniciativa de Chiang Mai e o Fundo Latino-americano de Reservas, têm criado um espaço político para os países protegerem as prioridades nacionais, abordando simultaneamente os desequilíbrios da balança de pagamentos e os problemas de liquidez a curto prazo.

As bases para a criação de fortes instituições regionais existem, porém há muito a fazer para

As bases para a criação de fortes instituições regionais existem, porém há muito a fazer para acelerar e aprofundar essas relações e garantir a inclusão

acelerar e aprofundar essas relações e garantir a inclusão. Uma vez que os países ricos reduziram a ajuda para resolver problemas internos, os bancos regionais de desenvolvimento e as relações bilaterais de ajuda oferecem recursos adicionais para projetos de desenvolvimento. Estes novos mecanismos de ajuda também tendem a privilegiar o pragmatismo em detrimento da ideologia. Por exemplo, os bancos de desenvolvimento orientados para as infraestruturas oferecem novas possibilidades de financiamento do desenvolvimento. O Brasil, a China, a Índia, a Rússia e a África do Sul propuseram a criação de um banco de desenvolvimento para mobilizar as suas consideráveis reservas com vista ao financiamento de projetos em países em desenvolvimento. A construção de infraestruturas constituirá uma boa utilização dessas reservas.

O comércio com outros países em desenvolvimento responde atualmente pela maioria das exportações de mercadorias e produtos manufaturados provenientes de países em desenvolvimento, sendo que estas exportações são cada vez mais intensivas do ponto de vista das tecnologias e competências. Atualmente, são necessárias instituições mais fortes para facilitar estas ligações no plano do investimento e do comércio Sul-Sul. A expansão do investimento e do comércio Sul-Sul pode reduzir a vulnerabilidade a crises económicas no Norte e fornecer oportunidades para alavancar os mercados estrangeiros de novas formas.

O comércio regional e as relações de investimento também podem ser reforçados através da racionalização dos procedimentos de trânsito, transporte e aduaneiros; da harmonização dos sistemas de regulamentação; do investimento em infraestrutura de transporte regional; e da redução das tarifas impostas ao comércio Sul-Sul sobre os produtos finais. A redução dessas tarifas poderá render ganhos coletivos para as economias do sul estimados em 59 mil milhões de dólares.⁵¹

A nova Comissão para o Sul prevista para o início do século XXI poderá ajudar a trazer uma nova visão do potencial da força e diversidade do Sul enquanto motor global da solidariedade no âmbito do desenvolvimento. Os elementos-chave existem: diversos recursos fornecem a base para um intercâmbio alargado; diversas experiências estão maduras para serem partilhadas; novas parcerias transfronteiriças podem competir nos mercados mundiais; e, acima de tudo, o reconhecimento e implementação de estratégias

duplamente benéficas podem inspirar a criação de novas formas de cooperação Sul-Sul.

Uma maior representação do Sul e da sociedade civil pode acelerar o progresso no que respeita aos grandes desafios mundiais

A ascensão do Sul conduz a uma maior diversidade de vozes no cenário mundial. Este fator constitui uma oportunidade para construir instituições de governação que representem cabalmente todos os círculos da sociedade e aproveitem de forma produtiva essa diversidade na procura de soluções para os problemas mundiais.

As organizações internacionais carecem de novos princípios orientadores que incorporem a experiência do Sul. É o caso do Grupo dos 20 (G-20), contudo, os países do Sul necessitam igualmente de uma representação mais equitativa nas instituições de Bretton Woods, na Organização das Nações Unidas e noutros organismos internacionais.

Os meios de comunicação são hoje utilizados por uma sociedade civil e movimentos sociais ativos, nacionais e transnacionais, para propalar as suas reivindicações de uma governação justa e equitativa. A multiplicação de movimentos e de plataformas para veicular mensagens e reivindicações essenciais impele as instituições de governação a adotar princípios mais democráticos e inclusivos. Mais genericamente, um mundo mais justo e menos desigual impõe a existência de espaço para uma multiplicidade de vozes, bem como um sistema de discurso público.

A ascensão do Sul apresenta novas oportunidades para gerar uma maior oferta de bens públicos

Um mundo sustentável exige uma maior disponibilidade de bens públicos mundiais. As questões que se colocam a nível global são hoje em maior número e mais prementes, indo desde a mitigação das alterações climáticas e da instabilidade económica e financeira internacional até à luta contra o terrorismo e a proliferação nuclear. Estas questões exigem uma resposta mundial. No entanto, em muitas áreas, a cooperação internacional continua a ser lenta e, por vezes, perigosamente hesitante. A ascensão do Sul apresenta novas oportunidades para uma

Um mundo mais justo e menos desigual impõe a existência de espaço para uma multiplicidade de vozes, bem como um sistema de discurso público

disponibilização mais eficaz de bens públicos mundiais, bem como para desbloquear o persistente impasse que se verifica em muitas questões globais.

O caráter público ou privado não é, na maioria dos casos, uma propriedade inata de um bem público, deriva sim de uma construção social e, como tal, representa uma escolha política. Os governos nacionais podem intervir quando existe escassez a nível nacional, porém, quando os desafios globais surgem, a cooperação internacional é necessária, o que apenas pode acontecer por via das ações voluntárias de numerosos governos. Dados os muitos desafios urgentes, o progresso na definição do que é público e do que é privado exigirá uma liderança firme e empenhada a nível pessoal e institucional.

* * *

A ascensão do Sul é, fundamentalmente, a história da rápida transformação do mundo em desenvolvimento e do profundo impacto que produz sobre diversas facetas do desenvolvimento humano. Os debates a nível mundial sobre este fenómeno têm, até à data, colocado a tónica quase exclusivamente no crescimento económico dos maiores países em desenvolvimento. O presente Relatório serve-se da ótica do desenvolvimento humano para ter uma visão mais ampla e mostrar a disseminação dos impactos num grande número de países em desenvolvimento, bem como a interligação dos crescentes desafios globais e possibilidades - desde a sustentabilidade ambiental e equidade à erradicação da pobreza e à reforma das instituições globais. As mudanças têm

vindo a ocorrer a uma escala e velocidade sem precedentes, impulsionadas pela interação com o resto do mundo através do comércio, viagens e telecomunicações em moldes nunca antes possíveis.

Os países em rápido desenvolvimento escolheram os seus próprios caminhos de desenvolvimento. No entanto, têm em comum características importantes, incluindo uma liderança eficaz dos governos, uma participação aberta na economia mundial e políticas sociais inovadoras que abordam as necessidades de desenvolvimento humano internas. Também enfrentam muitos desafios comuns, desde as desigualdades sociais até aos riscos ambientais, tendo desenvolvido as suas próprias abordagens políticas nacionais com uma crescente autonomia, por razões próprias de soberania nacional, sem as restrições de uma condicionalidade ou de modelos externos impostos.

O progresso do Sul é impulsionado por interligações com os países desenvolvidos e cada vez mais com o mundo em desenvolvimento. Na verdade, estas relações económicas crescentes estreitam-se hoje mais rapidamente a nível “horizontal” - no sentido Sul-Sul - do que no tradicional eixo Norte-Sul. As pessoas partilham ideias e experiências através dos novos canais de comunicação e exigem uma maior responsabilização por parte dos governos e das instituições internacionais. Pela primeira vez, em muito séculos, o Sul, no seu conjunto, é o motor do crescimento económico global e das mudanças societárias. O Sul ainda precisa do Norte, mas, cada vez mais, o Norte também precisa do Sul.

Notas

Síntese

- 1 Atsmon e outros 2012
- 2 Samake e Yang 2011.
- 3 O dividendo demográfico é considerado uma janela de oportunidade para um crescimento económico adicional quando a percentagem da população em idade ativa aumenta. À medida que os níveis de fertilidade diminuem num quadro de transição demográfica, o número de crianças é menor ao passo que a população em idade ativa aumenta, reduzindo o rácio de dependência. Um país pode colher os benefícios de uma maior capacidade produtiva associada a uma menor percentagem de dependentes. Contudo, como os níveis de fertilidade continuam a diminuir, os rácios de dependência poderão subir de futuro com do número de trabalhadores aposentados.

Introdução

- 1 De acordo com o Banco Mundial (2012a), a média da taxa de crescimento do PIB, em 2009, nos membros de rendimento elevado da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico foi de -3,9%, em comparação com 7,5% na Ásia Oriental e Pacífico, 7,4% na Ásia do Sul, 3,6% no Médio Oriente e Norte de África e 2,1% na África Subsariana.
- 2 De acordo com Maddison (2010) o PIB *per capita* (em dólares internacionais) cresceu de 1 250 dólares, em 1700, para 2 330 dólares, em 1850, no Reino Unido e de 1 257 dólares, em 1820, para 2 445 dólares, em 1870, nos Estados Unidos.
- 3 Atsmon e outros 2012.
- 4 Para além do aumento da ponderação dos respetivos votos e das nomeações de altos funcionários no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional, nos últimos anos, o Sul ocupou cargos de liderança na Organização Internacional do Trabalho, na Organização Mundial da Saúde, Organização Mundial do Comércio e na Organização Mundial da Propriedade Intelectual.
- 5 Chen e Ravallion (2012), utilizando como limiar de pobreza 1,25 dólares por dia.
- 6 Por exemplo, em 1990, o IDH do Uganda, de 0,306, era comparável ao da Gâmbia, da República Centro-Africana e do Benim. Até 2012, o IDH do Uganda aumentou para 0,456, uma melhoria substancial em comparação com o dos seus pares (e estatisticamente relevante ao nível de 95%). O do Benim aumentou de 0,314 para 0,436, o da República Centro Africana de 0,312 para 0,352 e o da Gâmbia de 0,323 para 0,439.

- 7 Em termos de paridade do poder de compra, os habituais cálculos do PIB e RNB nos relatórios do Desenvolvimento Humano.
- 8 O Japão não está incluído na comparação histórica de longo prazo entre as outras economias do Grupo dos 7, o mesmo acontecendo com o Brasil, a China e a Índia, uma vez que só se industrializaram em finais do século XIX e não emergiram como grandes potências económicas mundiais até à segunda metade do século XX.
- 9 Em dólares americanos correntes.
- 10 Percentagem da população que vivia com menos de 1,25 dólares por dia (paridade do poder de compra, 2005) de acordo com o Banco Mundial (2012a).
- 11 As estimativas referem-se aos anos entre 2002 e 2011.
- 12 As medidas utilizadas – a esperança de vida e a média de anos de escolaridade – apresentam limiares superiores para os quais os países em desenvolvimento tendem a convergir. No caso do rendimento, não existe limiar superior de convergência.
- 13 Cálculos do GRDH baseados na Brookings Institution (2012). A classe média inclui aqueles que auferem ou despendem entre 10-100 dólares por dia (em paridade poder de compra de 2005).
- 14 Dobbs e outros 2012. Ali e Dadush (2012), utilizando a posse de automóvel como um valor de referência para a classe média, sugerem que existem praticamente 600 milhões de pessoas na classe média nos países em desenvolvimento do G20, cerca de 50% mais do que nas estimativas anteriores de Milanović e Yitzhaki (2002), que contabilizaram como pertencentes à classe média as pessoas que auferem diariamente entre 10-50 dólares em termos de paridade do poder de compra.
- 15 PNUD (2009); Banco Mundial (2010a).
- 16 CNUCED (2010)
- 17 Zuckerberg 2012.
- 18 Estevadeordal, Frantz e Taylor (2003); o rácio do comércio/PIB obtém-se pela soma das exportações e importações de bens e serviços dividida pelo produto total.
- 19 O atual rácio comercial é uma média quinquenal de 2006 a 2010, obtida com base no Banco Mundial (2012a).
- 20 Hamdani 2013.
- 21 Heilmann 2008.
- 22 Nações Unidas 2012a.
- 23 Nações Unidas 2012a.
- 24 Com base em dados do período de 2005 a 2008 de acordo com Kharas, Makino e Jung (2011), posteriormente extrapolados.

Capítulo 1

- 1 Em termos nominais. Em termos de paridade de poder de compra, a percentagem é cerca de 46%.
- 2 FMI 2011b.
- 3 Iley e Lewis 2011; ver também FMI (2011b).
- 4 Os cálculos do GRDH, com base em dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico relativos às despesas gerais do Estado com a proteção social, mostram que alguns países industrializados, incluindo a Austrália, a Áustria, a Dinamarca e a Noruega, aumentaram as despesas com a proteção social entre 2007 e 2010.
- 5 No caso de alguns países confrontados com elevados níveis de dívida (como a Grécia, Itália e o Japão), a crise dos créditos hipotecários de alto risco (crise do subprime) arrastou-os para uma crise da dívida soberana, deixando escassa margem orçamental para adiarem a consolidação orçamental. Holland e Portes (2012) defendem que, embora em situações normais a consolidação orçamental conduza a uma diminuição do rácio da dívida face ao PIB, nas atuais circunstâncias da União Europeia, conduzirá provavelmente a um aumento do rácio da dívida face ao PIB na região em 2013, à exceção da Irlanda.
- 6 Guajardo, Leigh e Pescatori 2011.
- 7 OIT 2012.
- 8 Sen 2012.
- 9 Keynes 1937.
- 10 OIT 2012.
- 11 Ao longo da crise, as soluções seguidas (tais como a consolidação orçamental e as políticas monetárias fáceis) têm sido criticadas por terem atingido os seus limites, bem como pelos seus efeitos secundários e a sua natureza transitória. Nalguns países, essas soluções levaram à contração da economia e, noutros, conduziram as taxas de juro de curto prazo nos principais mercados monetários para níveis próximos do zero. Essas políticas correm o risco de gerar novas bolhas de ativos e de exportar para os países do Sul pressões inflacionistas. Ver Naqvi e Acharya (2012, pp. 11–12) para mais informação.
- 12 O FMI (2011b, p. 29) salienta que as economias emergentes e em desenvolvimento são responsáveis por cerca de metade do produto mundial e por dois terços do crescimento global em termos de paridade de poder de compra (PPC). Para além disso, refere que, embora a quota-parte do consumo dos países emergentes e em desenvolvimento (medida em dólares constantes, não como PIB em termos de paridade de poder de compra) não seja, por si

- só, suficiente para compensar o menor contributo das economias desenvolvidas no que respeita ao consumo, é suficientemente significativa para o reequilíbrio, quando combinada com o consumo dos EUA (ou europeu).
- 13 Os cálculos do GRDH mostram que países tão díspares como a China e os Estados Unidos beneficiaram a longo prazo de investimentos estatais na saúde e na educação (ver capítulo 3 para mais informação).
- 14 Fornecido pelo rácio do RNB *per capita* das Seychelles (22 615 dólares) e da República Democrática do Congo (319 dólares)
- 15 Cálculos do GRDH com base em Burd, Sharp e Lewis (2010)
- 16 Estas disparidades são da mesma ordem de grandeza da disparidade entre, por um lado, os níveis de IDH, por exemplo, do México (0,78) ou do Equador (0,72) e, por outro, da Nigéria, Senegal ou Mauritânia (0,47). Os valores sub-nacionais do IDH não são diretamente comparáveis com os valores nacionais do IDH, pois estão em causa indicadores e anos diferentes.
- 17 Estas disparidades são da mesma ordem de grandeza da disparidade verificada entre os valores do IDH, por um lado, da Bélgica (0,90) e, por outro, das Honduras ou do Quiribati (0,63).
- 18 Com base na comparação de um painel equilibrado e em dados do Banco Mundial (2012a)
- 19 Uma vez que o rendimento é uma variável de fluxo e os resultados da educação e da saúde são variáveis “stock”, pode, por vezes, surgir uma diferença positiva entre o RNB *per capita* e as classificações por IDH quando determinado país consegue reforçar o seu progresso em matéria de desenvolvimento, mas regista uma diminuição do seu rendimento no curto prazo (caso do Zimbabué).
- 20 Nações Unidas 2012a.
- 21 Banco Mundial 2012a.
- 22 Enable Nações Unidas 2012
- 23 Sen 2007.
- 24 Smith 1776.
- 25 PNUD 2011a.
- 26 As estimativas referem-se ao período entre 2002 e 2011.
- 27 Banco Mundial 2012b.
- 28 Ver, por exemplo, Wilkinson e Pickett (2009).
- 29 A desigualdade nos componentes do IDH é medida pelo índice de desigualdade de Atkinson, que tem em conta a desigualdade na distribuição dentro e entre os grupos de forma consistente. Além disso, atribui mais peso à extremidade inferior da distribuição, tendo em conta, melhor do que o coeficiente de

- Gini, a mortalidade infantil, a iliteracia e a pobreza de rendimento.
- 30 O documento da OCDE (2011b) mostra que, no contexto dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, a existência de cuidados de saúde, educação e padrões de vida aceitáveis têm importantes efeitos redistributivos diretos e indiretos, especialmente entre os grupos populacionais em elevado risco de pobreza. Entre uma série de serviços públicos, a saúde e a educação são os que, de longe, mais contribuem para a redução da desigualdade.
- 31 Anand e Segal 2008.
- 32 Sala-i-Martin 2006. Recorre ao PIB *per capita* ponderado em função da população para o cálculo da média das distribuições ao nível dos países e obtém a dispersão em torno de cada média a partir de inquéritos micro. Depois de calcular a distribuição do rendimento para cada país e ano, apura a distribuição mundial do rendimento, integrando a totalidade das distribuições dos países.
- 33 Milanović 2009.
- 34 Bourguignon e Morrisson 2002.
- 35 O Supremo Tribunal da Índia confirmou, recentemente, uma medida do Governo no sentido de que as escolas privadas disponibilizem um quarto das suas vagas a crianças desfavorecidas, uma medida com potencial para diluir substancialmente a segregação económica no acesso à educação.
- 36 Com base em 78 países para os quais está disponível o IDG.
- 37 China (1,18), Azerbaijão (1,15), Arménia (1,14), Geórgia (1,11), República da Coreia (1,10), Ilhas Salomão (1,09) Índia (1,08), Antiga República Jugoslava da Macedónia (1,08), Montenegro (1,08), Papuásia-Nova Guiné (1,08), Samoa (1,08), Sérvia (1,08) e Suriname (1,08).
- 38 Por dote entende-se o pagamento em dinheiro líquido e oferendas efetuado pela família da noiva à família do noivo aquando do casamento. Muitos países possuem sistemas de dote em que estão em causa oferendas pequenas ou moderadas, mas, nalguns países, como a Índia, podem ser obtidos montantes exorbitantes da família da noiva nos casamentos.
- 39 Por exemplo, a Lei de Proibição dos Dotes, de 1961, torna legal a concessão ou aceitação de dotes na Índia. No entanto, a prática subsiste, alimentando esporadicamente tanto o feticídio feminino como as mortes associadas aos dotes de novas noivas.
- 40 Cleland 2002, Drèze e Murthi 1999, Martin e Juarez 1995.
- 41 Elson, 2002
- 42 Fukuda-Parr, 2003
- 43 Tal como indicado no Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD de 1994), a universalidade da defesa da vida defende a igualdade de oportunidades, não a igualdade de rendimentos – embora, numa sociedade civilizada, deva ser garantido a todos um rendimento mínimo.
- 44 PNUD 1994, p. 18
- 45 Rockström e outros, 2009, p. 32.
- 46 Painel de Alto Nível sobre a Sustentabilidade, 2012, do Secretário-Geral das Nações Unidas.
- 47 Global Footprint Network 2011.
- 48 A pegada ecológica é uma medida da pressão exercida pelo ser humano no ambiente. Mede a quantidade de solo e recursos hídricos que um país utiliza para disponibilizar tudo o que retira da natureza. Incluem-se aqui as superfícies utilizadas para produzir os recursos que consome, o espaço para a implantação dos seus edifícios e rodovias e os ecossistemas necessários para absorver as suas emissões, como o dióxido de carbono. (Global Footprint Network, 2011)
- 49 Blanden e outros (2005); Wilkinson e Pickett (2012).
- 50 PNUD 2010.
- 51 Bourguignon, Ferreira e Menéndez 2007.
- 52 De Hoyos, Martinez de la Calle e Székely 2009.
- 53 Ivanov e outros 2003; Ivanov e outros, 2006.
- 54 PNUD 1994.
- 55 Rosenfeld, Messner e Baumer (2001) colocaram a hipótese de a participação e confiança cívicas, elementos centrais da integração social, estarem associadas a uma forte organização social e, por conseguinte, serem indicadores de baixa violência criminal.
- 56 PNUD 2012.
- 57 Os dados referem-se ao ano para o qual existem os mais recentes dados disponíveis entre 2005 e 2012. Os dados relativos a homicídios enfermam, entre outros, de erros de comunicação dos mesmos para efeitos dos Supplementary Homicide Reports (Relatórios Suplementares sobre Homicídios) e de inconsistência entre os sistemas de comunicação ao nível dos países.
- 58 Sen 2007, p. 106.
- 59 A incidência média de homicídios é de 2,7 homicídios por 100 000 habitantes em todas as cidades Indianas e de 2,9 em Deli. Em comparação, a incidência é de 2,4, em Londres, 5,0 em Nova Iorque, 8,8 em Los Angeles, 21,5 em Joanesburgo, 24,0 em São Paulo e atinge os surpreendentes 34,9 no Rio de Janeiro.
- 60 Reino Unido, Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro, Unidade de Exclusão Social 2002. Muitos dos reclusos viveram em situação de exclusão social toda a sua vida. Em comparação com a população em geral, os reclusos têm muito maior probabilidade de ter estado entregues ao cuidado do Estado em criança (13 vezes); de terem estado desempregados (13 vezes); de terem tido um membro da família condenado por um crime (2,5 vezes); e de serem seropositivos para o VIH (15 vezes).
- 61 Numerosos reclusos foram efetivamente excluídos do acesso aos serviços. Cerca de 50% dos reclusos não dispunham de médico antes da detenção; os reclusos têm 20 vezes mais probabilidades, do que a população em geral, de terem sido excluídos da escola; e, em pelo menos uma situação, embora 70% dos que chegam às prisões tivessem problemas de droga, 80% nunca tinham recebido tratamento para a toxicod dependência (Gabinete do Vice-Primeiro Ministro do Reino Unido, 2002).
- 62 Pinker 2011; Center for Systemic Peace 2012.
- 63 Branczik 2004.
- 64 Dahal e outros 2003.
- 65 Iyer 2009.
- 66 Uma vez que um considerável número de participantes em conflitos internos são atores não estatais, não existem registos oficiais da respetiva despesa com armamento. Os dados relativos às despesas militares referem-se exclusivamente às despesas estatais, deixando de parte as despesas dos atores não estatais.
- 67 Bird 1981.
- 68 Green 2010.
- 69 Justino 2008
- 70 PNUD 1991, p. 37.
- 7 Banco Mundial (2008). Ao contrário da perceção popular, os preços reais de transporte aéreo e marítimo não mudaram muito desde a década de 1970, contudo a relação decrescente peso/valor do transporte marítimo internacional e a crescente utilização do transporte aéreo têm favorecido produtos sensíveis ao fator tempo, tais como a moda, os produtos alimentícios transformados e eletrónicos.
- 8 Cálculos do GRDH baseados na UNSD (2012).
- 9 Banco Mundial 2012a.
- 10 Os oito países são a Argentina, o Brasil, a China, a Índia, a Indonésia, o México, a África do Sul e a Turquia. No entanto, os países menos desenvolvidos viram as exportações multiplicadas apenas por oito, passando de menos de 20 mil milhões para 150 mil milhões de dólares.
- 11 Quando as exportações de serviços são adicionadas à exportação de mercadorias, a diferença *per capita* das receitas da exportação entre a África Subsariana e a Índia diminui de 221 para 130 dólares. Os países mais pequenos tendem a participar mais no comércio internacional do que os maiores, como a Índia, cujo comércio intranacional é elevado. Além disso, as exportações africanas são dominadas por produtos de base cujos preços aumentaram na década de 2000.
- 12 Estimativa baseada em valores nominais relativos a 2011 ajustados para efeitos de comparação com os valores relativos a 1996.
- 13 A exclusão dos combustíveis, metais e minérios das estatísticas agregadas para o comércio significa que a quota-parte do comércio Sul-Sul no comércio mundial aumentou de 6,3% em 1980 para 26,1% em 2011 e que a quota-parte do comércio Norte-Norte passou de 50,6% em 1980 para 31,4% em 2011.
- 14 A classificação tradicional de bens como produtos de alta ou baixa tecnologia tornou-se menos significativa, à medida que o comércio de peças e componentes aumentou.
- 15 Romero 2012.
- 16 Bafd e outros 2011.
- 17 Gupta e Wang 2012.
- 18 Hook e Clark 2012.
- 19 As estatísticas relacionadas com o Turismo referidas neste parágrafo baseiam-se em dados da OMT da ONU (2011).
- 20 Baseado em dados da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento. A sua categoria de economias em desenvolvimento, que inclui a RAE de Hong Kong na China, a República da Coreia, Singapura e a Província de Taiwan na China, mas exclui os países da Comunidade dos Estados Independentes, representa 5,3% dos afluxos mundiais de IDE em 1990-1991 e 8% em 2009-2010.
- 21 CNUCED 2011b.

Capítulo 2

- Três quartos dos 1,6 mil milhões de pessoas que são multidimensionalmente pobres vivem em países de rendimento médio do Sul.
- Cálculos do GRDH, baseados na UNSD (2012).
- Dados relacionados com a Internet provenientes do Banco Mundial (2012a); dados sobre o turismo provenientes da Organização Mundial de Turismo da ONU (UNWTO) (2011).
- Estevadeordal, Frantz e Taylor 2003.
- Banco Mundial (2012a). Esses rácios têm por base valores brutos, não o valor acrescentado das exportações e importações para os quais não estão ainda disponíveis dados globalmente comparáveis. Está em curso uma iniciativa na Organização Mundial do Comércio (OMC) designada “Feito no Mundo” para medir e analisar o comércio em termos de valor acrescentado.
- Baseado num painel equilibrado de 127 países em desenvolvimento. Baseado em cálculos do GRDH, quando o rácio produto/comércio é ajustado por forma a cobrir apenas o comércio no Sul, 141 de 144 economias (para as quais estão disponíveis dados) incrementaram as relações comerciais com o Sul, entre 1990-1991 e 2010-2011 (as exceções foram as pequenas economias de Dominica, Ilhas Maldivas e Tuvalu); em contrapartida, 92 registaram um decréscimo das suas relações comerciais com o Norte.

- 22 Além disso, o IDE Sul-Sul é menos constrangido por diferenças ao nível da qualidade institucional entre países de origem e países de destino. Numa lógica semelhante, o emprego de pessoas locais e os menores custos em geral tendem a tornar o IDE Sul-Sul mais resiliente a crises locais. Atendendo a que os motivos para investir e seleccionar os setores diferem com frequência, o IDE Sul-Sul não afasta necessariamente o IDE Norte-Sul; pode até atrair mais (Bera e Gupta 2009; Aleksynska e Havrylychuk 2011).
- 23 Esta figura é relativa a 2010 e inclui a RAE de Hong Kong na China.
- 24 Os dados referidos neste parágrafo baseiam-se em Hamdani (2013).
- 25 Blinder 2006.
- 26 ONUDI 2009.
- 27 PNUD 2009; Banco Mundial 2010a.
- 28 Estes cálculos do GRDH são baseados na matriz de migração bilateral do Banco Mundial (2010a).
- 29 Ratha e Shaw 2007.
- 30 Conforme explicado em Banco Mundial (2006), as estimativas das remessas Sul-Sul dependem da variável explicativa utilizada para repartir a remessa agregada recebida por cada país pelos países de destino dos respetivos migrantes. A estimativa das remessas Sul-Sul é mais elevada (30%) quando os fluxos decorrem do stock de migrantes e mais baixa (18%), quando decorrem do stock de migrantes mais o rendimento médio do país de acolhimento e de origem. O limite superior de 45% é obtido quando a Arábia Saudita conta como um país em desenvolvimento.
- 31 Ver Felbermayr e Jung (2009) e outras referências em Kugler e Rapoport (2011).
- 32 Foley e Kerr 2011.
- 33 Ver The Economist (2011a) e respetivos trabalhos citados.
- 34 Cálculos GRDH baseados em dados do Banco Mundial relativos a 144 países (2012a) e ITU (2012).
- 35 www.socialbakers.com, consultado em 26 de Abril de 2012. Uma atualização mais recente de Zuckerberg (2012) refere que existem atualmente 1 000 milhões de utilizadores ativos mensalmente do Facebook, estando o maior número de utilizadores localizado no Brasil, Índia, Indonésia, México e Estados Unidos.
- 36 A força de trabalho é constituída por pessoas empregadas e por desempregados ativos na procura de emprego.
- 37 Fu 2008.
- 38 Quando a amostra exclui os países desenvolvidos, o coeficiente de correlação permanece, do ponto de vista estatístico, significativo, mas decresce de 0,66 para 0,48.
- 39 Ver Whalley e Weisbrod (2011) no que se refere a estimativas da contribuição para as taxas de crescimento anual atribuída ao IDE chinês em países ricos em recursos como por exemplo Angola, R.D. do Congo, Níger, Nigéria, Sudão e Zâmbia. O afluxo médio de IDE nestes seis países praticamente quadruplicou, passando de 2,4 mil milhões de dólares em 1990-2000 para 9 mil milhões em 2001-2011, de acordo com a CNUCED (2011a).
- 40 Jones e Kierzkowski 2001.
- 41 Vos 2010.
- 42 FMI 2011a.
- 43 Samake e Yang 2011.
- 44 Whalley e Weisbrod 2011.
- 45 Hazard e outros 2009; Kamau, McCormick e Pinaud 2009; Kaplinsky 2008.
- 46 Ver Kamau, McCormick e Pinaud (2009) relativamente ao Quênia; Kaplinsky e Morris (2009).
- 47 Jenkins e Barbosa 2012.
- 48 ICTSD 2011.
- 49 Davies 2011.
- 50 Bräutigam 2009.
- 51 Sonobe, Akoten e Otsuka 2009.
- 52 Bräutigam 2009.
- 53 Nações Unidas 2012b.
- 54 Moyo 2012.
- 55 Segundo Hiemstra-van der Horst (2011), a China representa hoje em dia o terceiro fornecedor mundial de mobiliário.
- 56 Kaplinsky, Terheggen e Tijaja 2011.
- 57 Nações Unidas 2012b.
- 58 Estes pontos baseiam-se em Dobbs e outros (2012); alguns estudos concluíram que as recomendações favoráveis relativamente aos produtos por parte de amigos e familiares eram, por exemplo, três vezes mais importantes para os consumidores no Egito do que no Reino Unido ou nos Estados Unidos.
- 59 Cálculos do GRDH baseados na Brookings Institution (2012).
- 60 Dobbs e outros 2012.
- 61 Banco Mundial (2012a).
- 62 Em 2008, a ajuda Sul-Sul ascendeu a 15,3 mil milhões de dólares, isto é, cerca de 10% dos fluxos totais de ajuda (UNDESA 2010).
- 63 Com base em dados de 2005 e 2008, segundo Kharas, Makino e Jung (2011), extrapolados para anos mais recentes.
- 64 Kragelund 2013.
- 65 Nações Unidas 2012b.
- 66 As suas vastas iniciativas de assistência técnica incluem, nomeadamente, ligar em banda larga os estabelecimentos de ensino e de saúde africanos a centros na Índia e financiar anualmente os estudos, na Índia, a cerca de 1 600 jovens africanos (Nações Unidas 2012b).
- 67 Nações Unidas 2012b.
- 68 Os maiores países em desenvolvimento beneficiaram de programas de ajuda ao desenvolvimento para África de longa duração, ainda que modestos. O Programa de Cooperação Técnica e Económica da Índia foi lançado em 1964. A Agência de Cooperação do Brasil foi criada em 1987. A cooperação da China com África possui uma história ainda mais longa, embora só tenha sido formalizada no Fórum sobre a Cooperação China-África, em 2000 (Kragelund 2012).
- 69 Bremmer 2012.
- 70 Banco Mundial 2010c.
- 71 De acordo com a Organização das Nações Unidas (2012b), trata-se do Banco Islâmico de Desenvolvimento, do Fundo do Koweit para o Desenvolvimento Económico Árabe, do Fundo Árabe para o Desenvolvimento Económico e Social, do Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África, do Fundo Saudita para o Desenvolvimento e do Fundo de Abu Dhabi para o Desenvolvimento.
- 72 Estas instituições regionais tenderam a inspirar-se nas instituições de Bretton Woods para a conceção das suas políticas. Nem o BAD nem o BID têm poder, nos termos dos seus estatutos vigentes, de modificar substancialmente a sua estrutura de propriedade. Os Estados Unidos mantêm o poder de veto sobre a alteração na base de capital, o que diminuiu o espaço de manobra política em ambas as organizações. Se, por exemplo, o BAD fosse reestruturado como uma entidade integralmente asiática que dispusesse de flexibilidade para estabelecer o seu próprio espaço político, teria de reconstituir a sua estrutura de propriedade, estabelecendo contribuições mais elevadas e atribuindo mais direitos de voto a países como a China, a Índia e a República da Coreia (Sobhan 2013).
- 73 Mwase e Yang 2012.
- 74 Zuzana e Ndikumana, em breve.
- 75 Os países em desenvolvimento poderão encaixar cerca de 59 mil milhões de dólares se baixarem as tarifas Sul-Sul para os níveis das do Norte-Sul (OCDE 2010)
- 76 Grabel 2013.
- 77 Grabel 2013.
- 78 Os custos de oportunidade absorvem os lucros que podem ser obtidos com outras utilizações desses recursos. Ver Rodrik (2006) e FMI (2011b).
- 79 A China detém a quinta maior quota no total dos votos, mas o Conselho de Governadores chegou a um acordo em 2010 que, se aplicado, conferirá à China a terceira maior quota (FMI 2010).
- 80 Banco Mundial 2010d.
- 81 Hansen 2010.
- 82 PNUD 2009.
- 83 Leape 2012.
- 84 Romero e Broder 2012.
- 85 Keohane e Victor 2010.
- 86 Li 2010; Bradsher 2010.
- 87 REN21 2012.
- 88 Ver Jacob (2012); as empresas chinesas de construção de infraestruturas em África, por exemplo, têm vindo a aumentar vertiginosamente a procura de maquinaria pesada e outras importações de capitais.
- 89 Akyuz (2012) defende a necessidade de os grandes países mudarem de rumo. Na década de 2000, os países em desenvolvimento beneficiaram, excepcionalmente, dos padrões insustentáveis de consumo das economias avançadas; a partir do início da crise financeira mundial, viram-se obrigados a depender mais da procura interna.

Capítulo 3

- 1 A esperança de vida, por exemplo, quase duplicou, de 35 anos, em 1949, para 67,9, em 1981 (PNUD 2008).
- 2 A identificação, através deste método, dos países que registam rápidas melhorias no seu IDH levanta um problema: é tendenciosa em relação aos países com valores IDH elevados. Todavia, identificar aqueles países simplesmente através do cálculo da melhoria percentual do IDH é igualmente uma solução tendenciosa, desta feita, em relação aos países com valores do IDH baixos. Nenhum dos métodos é completamente satisfatório (Ranis e Stewart 2005).
- 3 Excluídas desta lista estão todas as economias desenvolvidas à data de 1990, bem como a RAE de Hong Kong na China, Israel, Singapura e os países da Europa Central e Oriental que aderiram à União Europeia. Este é um conjunto equilibrado de 96 países, entre 1990 e 2012.
- 4 O conflito armado interno levou, também, a que o Noroeste do país fosse frequentemente excluído das estatísticas nacionais.
- 5 PNUD 1993, 1996
- 6 PNUD 1996.
- 7 Abe 2006.
- 8 Para uma explicação mais aprofundada dos conceitos de “apropriação” e “capacitação” para o desenvolvimento, ver Fukuda Parr, Lopes e Malik (2002).
- 9 Ver Comissão para o Crescimento e o Desenvolvimento 2008.
- 10 Por exemplo, Rodrik (2004) salientou que não existe uma lista de reformas políticas evidentes passível de ser aplicada nos países em desenvolvimento.
- 11 Hausmann, Pritchett e Rodrik 2005.
- 12 Serra e Stiglitz 2008.
- 13 Hausmann, Rodrik e Velasco 2005.
- 14 Arrighi (2007) sustenta que a autorregulamentação dos mercados não é uma via de desenvolvimento e que os governos devem desempenhar um papel de liderança na organização das trocas comerciais e da divisão do trabalho.
- 15 Um país é considerado como tendo uma vantagem comparativa numa atividade económica quando consegue realizar essa atividade a um custo de oportunidade inferior àquele a que outro país o consegue.
- 16 Ver Harrison e Rodriguez Clare (2010) para dados referentes à política de proteção à indústria nascente no caso de uma só indústria, de todas as indústrias ou a nível nacional, bem como a outras formas de política industrial. O facto de uma indústria ter êxito nos mercados mundiais é apenas um critério (teste de “Mill”) para justificar

- o apoio do governo. Tal êxito pode ter um custo social líquido para a economia e não passar no teste de “Bastable”, que exige que os benefícios futuros descontados compensem os custos da proteção a curto prazo. Segundo Harrison e Rodriguez Clare (2010), o número de políticas industriais que satisfazem o teste de Mill é superior ao das que satisfazem o teste de Bastable.
- 17 Rodrik 2012. Pág. 9
 18 Chibber 1999.
 19 Osmani 2005.
 20 Ranis e Stewart 2005.
 21 Índia, Ministério das Finanças 2012.
 22 Rodrik 2005.
 23 Ver Das (2000) e DeLong (2004).
 24 CNUCED 2003.
 25 Done 2011. Entre 1996 e 2005, a Embraer entregou 710 jatos regionais, em todo o mundo (Baer 2008).
 26 Pasha e Palanivel 2004.
 27 PNUD (1993, 1996)
 28 Fine e outros (2012), cuja classificação relativamente a África inclui a África do Norte bem como a África Subsariana.
 29 Fine e outros 2012.
 30 Banco Africano de Desenvolvimento e outros 2012.
 31 Subramanian e Roy 2001.
 32 Chuhan-Pole e Angwafo 2011
 33 A taxa de pobreza *per capita* diminuiu de 52%, em 1983 1984, para 50%, em 1991 1992; em 2000, caíra para 40% (Osmani e outros 2006).
 34 Khan 2005.
 35 Nielsen e Spenceley 2011.
 36 Kabanaukye e outros 2004.
 37 Os valores indicados neste ponto respeitantes à Tailândia e ao Brasil baseiam-se em dados de Fine e outros (2012).
 38 Islam (2002), discutido em Khan (2005).
 39 Khan 2005.
 40 Kaminski e Ng 2006.
 41 Ayadí e outros 2005.
 42 Cammett 2007.
 43 Lautier, 2008.
 44 Agosin 1997.
 45 Hussain e Stern 2006, p. 14.
 46 Malik 2006.
 47 Howell 2004.
 48 Ravallion 2009.
 49 Malik 2012.
 50 Rodrik 2011.
 51 Para um crescimento económico mais rápido, o acesso aos mercados mundiais, por si só, não basta: a sofisticação das exportações é igualmente importante e, para isso, é fundamental uma valorização constante com a ajuda de know-how estrangeiro (ver Hausmann, Hwang e Rodrik 2007).
 52 Comissão para o Crescimento e o Desenvolvimento (2008 pág. 22).
 53 Rodrik 2001.
 54 Ver Rodriguez e Rodrik (2001) para uma crítica de quatro trabalhos influentes que defendem o referido raciocínio: Dollar (1992), Sachs e Warner (1995), Edwards (1998) e Frankel e Romer (1999).
 55 Winters 2004.
 56 Bhagwati e Srinivasan (2001) são quem melhor explica a necessidade de recorrer a estudos de caso aprofundados e específicos por país para compreender e avaliar o regime adotado por cada um. Observam eles que, ainda que as insuficiências em termos teóricos, de dados e de metodologias inerentes à maioria das recessões transnacionais fossem ignoradas, os resultados transnacionais revelam apenas os efeitos médios, escamoteando as diferenças nas reações dos diferentes países considerados individualmente.
 57 Rodrik 2001.
 58 Ver Baldwin (2004) e as referências nele contidas a notórios estudos de caso sobre alguns países.
 59 Wacziarg e Welch 2008.
 60 Rodrik 2011.
 61 A Maurícia abriu-se aos mercados mundiais no início da década de 1970, através da plena utilização das preferências comerciais e contingentes pautais, nomeadamente para exportar açúcar e vestuário. Na década de 2000, com a abolição dos contingentes que regiam o comércio mundial de têxteis e vestuário e a redução dos preços ao abrigo do protocolo relativo ao açúcar com a UE, a Maurícia procurou diversificar a sua produção, enveredando também pela indústria ligeira e pelos serviços, nomeadamente, serviços bancários offshore e no domínio das TIC (Zafar 2011).
 62 Embora os monopólios estatais já antes tivessem sido abolidos, foram substituídos por barreiras pautais e não pautais e por licenças restritivas das importações até meados da década de 1990. Entre 1980 e 2000, a China consolidou a sua base industrial sem ter de fazer face às restrições impostas pelas regras internacionais da Organização Mundial de Comércio (a que aderiu em 2001).
 63 Entre 2008 e 2010, a China (com exclusão da RAE de Hong Kong na China atraiu em média 7,2% dos fluxos mundiais de IDE (CNUCED 2011a).
 64 A China pode ser encarada como um caso ilustrativo da utilidade de uma abordagem gradual. Como sustenta Arrighi (2007), a China empreendeu as suas reformas adotando determinadas medidas, nomeadamente, o gradualismo, a utilização do mercado como instrumento de governação, e o início do processo de reformas no domínio da agricultura, passando depois ao setor industrial e ao comércio externo, e levando os capitalistas a competir entre si.
 65 Ahluwalia 2002.
 66 OCDE 2007.
 67 Ahluwalia 2002.
 68 Banco Mundial 2012a.
 69 Celasun 1994.
 70 Para além de medidas de proteção relativamente às importações, foram igualmente utilizadas medidas de promoção das exportações para impulsionar o desenvolvimento industrial, entre as quais o crédito subsidiado, deduções fiscais, zonas de transformação das exportações, entrepostos fiscais de produção, draubaques de direitos, privatização da administração aduaneira e subsídios diretos à exportação.
 71 Banco Mundial 2010b. Apesar da instabilidade política na Tailândia nos últimos anos, as empresas estrangeiras estão a dar-se conta do reforço de competências no país. Em 2010, foram anunciados novos planos de investimento pela Ford, General Motors, Mazda e Toyota, e prevê-se que novos investidores se lhes juntarão, como a BMW e a Tata.
 72 Ver Athukorala (2011) para um estudo circunstanciado sobre a ascensão de Penang enquanto centro de exportações.
 73 Banco Mundial 2011a.
 74 NEAC 2010.
 75 Athukorala e Waglé 2011.
 76 Radelet Sachs e Lee 1997.
 77 Sharma 2012.
 78 Clapp 1995; Agosin 1997; Rodrik 2004.
 79 CNUCED 2006.
 80 O comércio mundial de têxteis e vestuário foi regido por contingentes pautais durante mais de 40 anos, situação que teve início na década de 1960, com os acordos a curto e a longo prazo sobre o comércio internacional de tecidos de algodão, aos quais se seguiu o Acordo Multifibras entre 1974 e 1994 e, posteriormente, o Acordo sobre Têxteis e Vestuário da Organização Mundial de Comércio, até 2004. O Acordo Multifibras, em particular, forçou muitas economias exportadoras bem sucedidas (especialmente da Ásia Oriental) a transferir o seu investimento para países menos condicionados por contingentes pautais bilaterais. Isto causou distorções no comércio mundial, mas beneficiou países como o Bangladesh e a Maurícia nos seus esforços para alargar a sua atividade ao setor da produção.
 81 Kabeer e Mahmud 2004.
 82 Baseado em dados de comércio espelhados da “Commodity Trade Statistics Database” (Base de dados estatísticos sobre o comércio de produtos de base) das Nações Unidas; os produtos inscritos na Divisão 84 da Classificação Tipo para o Comércio Internacional (Revisão 3) foram classificados como exportações de vestuário. A análise inclui apenas os países que comunicaram dados relativos às exportações de vestuário em cada ano.
 83 Subramanian e Roy 2001.
 84 Chuhan-Pole and Angwafo 2011.
 85 Ofosu Asare 2011.
 86 Suri e outros 2011. Chegaram, nomeadamente, à conclusão de que, para uma redução do desvio padrão na taxa de mortalidade infantil, ao longo de uma década verificar-se-ia um aumento percentual de 2,2 pontos no crescimento económico. Do mesmo modo, um aumento do desvio padrão na esperança de vida ao longo de uma década conduziu a um aumento do crescimento de 2,7 pontos percentuais, enquanto um aumento do desvio padrão na taxa de matrícula no ensino secundário ao longo de uma década conduziu a um aumento do crescimento de 1,9 pontos percentuais.
 87 Comissão para o Crescimento e Desenvolvimento 2008.
 88 Hanushek e outros (2008) perceberam que, nos 50 países estudados, cada ano adicional de escolaridade média em determinado país levava a um aumento de cerca de 0,37 pontos percentuais da taxa de crescimento média do PIB ao longo de 40 anos. Se, porém, os resultados de testes num determinado país registavam um desvio padrão superior em 0,5 a outro país durante a década de 1960, a taxa de crescimento do primeiro país era, em média, superior em um ponto percentual anual ao longo do período de 40 anos subsequente.
 89 Para perceber este aspeto, Hanushek e outros (2008) mediram a percentagem de alunos que, em cada país, atingem um limiar de competências básicas em matemática e ciências, assim como a percentagem dos que obtêm resultados muito elevados.
 90 Bloom, Canning e Sevilla (2007) chegaram à conclusão de que o aumento de um ano na esperança de vida da população contribui para um aumento de 4% da produtividade. É possível associar efeitos positivos semelhantes a progressos na saúde reprodutiva. Um estudo realizado em 97 países permitiu a Bloom e outros (2009) perceberem que uma fertilidade mais elevada está associada a uma menor participação das mulheres na força de trabalho durante a idade fértil. Em média, cada filho reduz a participação da mulher na força de trabalho em 5-10 pontos percentuais no que respeita às mulheres na faixa etária entre os 20-44 anos.
 91 Stern 2003.
 92 Cornia 2004.
 93 Rodrik 1998.
 94 Stern 2003.
 95 Ssewanyana, Matovu and Twimukye 2011.
 96 Foster e Mijumbi 2002.
 97 Bertrand e Mullainathan 2003.
 98 Essama-Nssah 2011.
 99 Sivananthiran e Venkata Ratnam 2005.
 100 Tsounta 2009.
 101 Tangcharoensathien e outros 2011.
 102 UNESCAP 2011.
 103 Frenk, Gómez-Dantés e Knaul 2009.
 104 Kanbur 2004.
 105 Ravallion 2009.
 106 Glewwe e Kassouf 2008.

Capítulo 4

- 1 A distinção entre equidade e igualdade está ligada à diferença entre o que pode ser observado e o que não pode. A equidade está associada à igualdade de oportunidades, as quais não são observáveis. Infelizmente, como só os resultados é que podem ser observados e medidos, a avaliação relativa a uma sociedade ser ou não ser equitativa apenas pode ser aproximada, com base no grau de desigualdade prevalente.
- 2 As desigualdades existentes em grupos raciais, étnicos e religiosos são particularmente suscetíveis de causar violência política e tendem a ser extremamente persistentes se não forem confrontadas por meio de políticas abrangentes (Stewart 2013).
- 3 Esta tendência benéfica na América Latina é impulsionada pela diminuição da desigualdade nos rendimentos do trabalho, por uma redução da disparidade salarial entre trabalhadores especializados e trabalhadores sem qualificações e por transferências pecuniárias condicionais (ver López-Calva e Lustig 2010).
- 4 Cleland 2002. Martin e Juarez(1995) afirmam que em alguns casos, a curto prazo, a educação não afeta necessariamente de imediato o comportamento reprodutivo. Consultar também Hori (2011); Serbessa (2002); Cochrane (1979); Bloom e outros (2007); Psacharopoulos e Tzannatos (1992).
- 5 Taylor, Newman e Kelly 1976.
- 6 UNDESA 2007; Diamond, Newby e Varle 1999; Population Reference Bureau 2000.
- 7 Este indicador é mais geralmente referido como mortes por 1 000 nados vivos, ou a taxa de mortalidade infantil, que é de 61,7 mortes por 1 000 nados vivos por ano.
- 8 OIT 2012. A Organização Internacional do Trabalho construiu o índice utilizando dados de inquéritos da Gallup.
- 9 Westaway 2012.
- 10 Lagi, Bertrand e Bar-Yam 2011. O índice de preços dos produtos alimentares da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura ultrapassou 180 em 2008.
- 11 OIT 2012. De acordo com as estimativas da Organização Internacional do Trabalho baseadas em dados da Gallup, a maioria das pessoas em quase todas as regiões do mundo não está satisfeita com o número de empregos de qualidade disponíveis. A insatisfação atinge o nível mais elevado na Europa Central e Oriental e na África Subsaariana, seguindo-se o Médio Oriente e o Norte de África.
- 12 Bland 2012.
- 13 Tejada 2012.
- 14 Gooch 2012.
- 15 OIT 2012
- 16 Consultar, por exemplo, Jenkins e Wallace (1996), que consideram existir uma associação entre a educação e a participação em protestos, e Dalton, Van Sickle e Weldon (2010), que consideram existir uma forte correlação positiva entre níveis de educação e participação em protestos numa grande diversidade de países desenvolvidos e em desenvolvimento.
- 17 Entre o momento presente e 2050, segundo pressupostos variáveis, prevê-se que a percentagem da população mundial com idade superior a 15 anos que não tem instrução diminuirá para 3% ou 8%, consoante o cenário, relativamente a 12% em 2010; a percentagem da população com educação de nível secundário ou superior aumentará para 50%, ou 64%, consoante o cenário, relativamente a 44% em 2010 (consultar a figura 4.1).
- 18 Hook 2012.
- 19 LaFraniere 2011; Wines e LaFraniere 2011.
- 20 Amartya Sen faz esta distinção: exclusão desleal significa que algumas pessoas são mantidas de fora ou deixadas de fora; inclusão injusta significa que algumas pessoas são incluídas em termos profundamente desfavoráveis (APRI 2003).
- 21 Huntington (1968), citado em Campante e Chor (2012).
- 22 Ver Campante e Chor (2012).
- 23 Com base em níveis de saúde, educação e rendimento atingidos em 78 países no período de 1980–2011. Ao contrário do que acontece com a média dos anos de escolaridade, os níveis de saúde e de rendimento atingidos sofreram uma inversão em alguns países ao longo deste período.
- 24 Campante e Chor 2012.
- 25 Campante e Chor 2012, p. 175.
- 26 Polanyi 1944.
- 27 FitzGerald, Stewart e Venugopal 2006.
- 28 Por exemplo, a Província de Guangdong e a Província de Liaoning têm valores de IDH semelhantes, mas Guangdong tem uma produtividade permitida pelo carbono superior ao triplo da de Liaoning (PNUD 2010c).
- 29 PNUD 2011a.
- 30 Ver PNUD (2011a) para mais pormenores.
- 31 A Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Catástrofes define resiliência como “a capacidade de um sistema, de uma comunidade ou de uma sociedade expostos a perigos para resistir, absorver, adaptar-se aos efeitos de um perigo e deles recuperar de forma atempada e eficiente, inclusive através da preservação e restauração das suas estruturas e funções básicas essenciais.” (Gabinete das Nações Unidas para a redução dos riscos de catástrofe 2009)”
- 32 Daniell e Vervaeck 2012.
- 33 PIAC 2012.
- 34 Numa população, cada grupo etário enfrenta necessidades diferentes e comporta-se de maneira diferente. Os jovens (com idades entre os 0 e os 14 anos) necessitam de investimentos no domínio da saúde e da educação. Adultos em idade ativa (com idades entre os 15 e os 64 anos) necessitam de empregos e de infraestruturas financeiras que apoiem a produção e a poupança. Os adultos mais idosos (com 65 anos de idade e mais velhos) necessitam de cuidados de saúde e de rendimentos de pensões. Assim sendo, a estrutura etária de um país altera os seus desafios e as suas oportunidades.
- 35 Com menos filhos a seu cargo, os pais investem mais na educação dos filhos (Becker, Murphy e Tamura 1990; Galor 2006), poupam mais para a sua aposentação (Bloom, Canning e Sevilla 2003), e as mulheres participam cada vez mais no mercado de trabalho formal (Bloom e outros 2009). Em consequência, o crescimento económico acelera, gerando o que recebeu a designação de “dividendo demográfico” (Bloom, Canning e Sevilla 2003).
- 36 Um rácio de dependência baixo pode gerar um dividendo demográfico, uma vez que o aumento da força de trabalho pode incentivar o crescimento económico e maior investimento, dada a menor exigência por parte dos dependentes em termos de despesa. (Ver Abdurazakov, Minsat e Pineta [2013] para uma análise pormenorizada das tendências demográficas com base em projeções de Lutz e K.C. 2013). Mas os países apenas podem colher esses dividendos se providenciarem emprego produtivo ao grande número de novos elementos que ingressam na força de trabalho.
- 37 Lutz e K.C. 2013.
- 38 Um cenário de distribuição do nível de educação em que o ensino primário universal seja complementado pelo ensino secundário de base alargada gera as taxas mais elevadas de crescimento económico anual para um típico país com um IDH baixo e com uma grande percentagem de jovens (IIAS 2008). Esta análise utiliza um conjunto de dados que desagrega a população de cada país segundo a idade, o sexo e o sucesso escolar. Assim sendo, é possível descrever cada parcela da população de uma coorte de cinco anos como: sem instrução, com o ensino primário, com o ensino secundário ou com ensino superior. Estes níveis atingidos podem ser diferenciados por género. A proporção da população em cada coorte de cinco anos altera-se consoante as tendências em matéria de fertilidade, mortalidade e migração. A proporção das populações de jovens, das populações em idade ativa e de idosos alterar-se-á assim, também, ao longo do tempo.
- 39 Esta abordagem é consentânea com a dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e com a da iniciativa da Educação para Todos. São vários os objetivos fundamentais que regem este cenário: ensino primário quase universal (99%) até 2015, uma taxa de 50% no terceiro ciclo do ensino básico até 2030 e de 90% até 2030, e uma taxa de 60% no ensino superior até 2050.
- 40 Cálculos do GRDH com base em Lutz e K.C. 2013.
- 41 UNDESA 2007. Para os países desenvolvidos, é improvável que a migração internacional mitigue os impactos económicos do envelhecimento da população, uma vez que o volume de migração necessário é muito superior ao que é politicamente exequível. No cenário III do estudo, a migração necessária para travar o aumento previsto no rácio dos idosos no período 1995–2050 oscila entre um afluxo líquido médio anual de 1,1 milhões de pessoas no caso do Reino Unido e 1,7 milhões no de França, e de mais de 10 milhões nos do Japão e dos Estados Unidos.
- 42 Becker, Murphy e Tamura 1990; Galor 2006; Bloom, Canning e Sevilla 2003; Bloom e outros 2009.
- 43 Bloom e outros 2012. Na África Subsaariana o rácio de dependência dos jovens é 1,07 para os 20% de agregados familiares mais pobres, mas 0,72 para os 20% mais abastados. Na América Latina o rácio é 0,91 para os agregados familiares mais pobres e 0,57 para os mais abastados.
- 44 Ver The Economist (2012b) para os principais resultados do estudo de Bloom e outros (2012).
- 45 Hausmann e Szekely (2001) concluíram que a transição demográfica na América Latina acentuou tendências existentes de desigualdade, com alterações demográficas que ocorreram mais depressa e mais cedo entre os grupos populacionais mais abastados, o que alargou o fosso existente entre ricos e pobres. Giroux (2008) concluiu que embora os diferenciais de fertilidade associados à educação se tenham mantido relativamente estáveis em países da África Subsaariana à medida que diminuiu a fertilidade a nível nacional, as desigualdades aumentaram. Demonstaram que as modificações ocorridas na composição da população em termos educativos determinaram variações recentes em termos de desigualdade reprodutiva na região.
- 46 Bloom e outros 2012.
- 47 Banco Mundial 2011c.
- 48 Em muitos países, se se mantiver inalterada a idade atual da reforma, a janela de oportunidade fechar-se-á numa questão de décadas. Isto sugere que terão lugar importantes discussões sobre a questão da idade da reforma em muitos países onde a população está a envelhecer rapidamente.
- 49 A secção anterior abordou o papel desempenhado pela migração nas tendências demográficas; aqui o papel da migração é mais abrangente, visto estar plenamente integrado num modelo segundo o qual as tendências

demográficas são apenas uma parte de vários módulos utilizados no exercício destas projeções. Consultar Centro Pardee para os Futuros Internacionais (2013).

Capítulo 5

- 1 A ronda de negociações comerciais de Doha no âmbito da Organização Mundial do Comércio encontra-se num impasse desde 2008 (Castle e Landler 2008; OMC s.d). Na décima oitava Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas realizada em Doha, em dezembro de 2012, o principal acordo global juridicamente vinculativo, o Protocolo de Quioto, foi prorrogado até 2020. Os países reiteraram a sua determinação em adotar, em 2015, um “novo protocolo, um outro instrumento jurídico ou uma solução acordada dotada de força jurídica”, que deveria entrar em vigor a partir de 2020. No entanto, qualquer acordo sobre a estrutura do novo protocolo e os mecanismos de financiamento só deverá ser adotado no próximo ano. (Broder 2012; Harvey 2012)
- 2 Heller 2013.
- 3 Os bens públicos globais são aqueles bens que têm impacto além-fronteiras. Tanto os governos nacionais, agindo sozinhos, como os mercados são incapazes de produzir quantidades suficientes de bens públicos globais, pelo que é necessária uma ação inter-governamental coletiva. Num mundo em que o comércio, os fluxos financeiros, os recursos ambientais e a poluição transcendem cada vez mais as fronteiras nacionais, a cooperação multilateral com vista ao fornecimento de bens públicos globais torna-se crucial para o desenvolvimento humano (Kaul 2013).
- 4 Embora os dispositivos bilaterais possam por vezes ser desvantajosos para o parceiro mais fraco, os dispositivos regionais podem contribuir para a capacitação das regiões mais pobres nas suas negociações com as mais ricas.
- 5 Este fenómeno designa-se desvio de comércio. A diminuição das barreiras pautais que faz aumentar os fluxos comerciais designa-se criação de comércio. Ver Krugman (1991).
- 6 Ver Krugman (1991) que defende ainda ser pouco provável que o efeito líquido na eficiência mundial seja negativo, uma vez que os blocos comerciais são

- constituídos por países vizinhos. Dado que estes países seriam parceiros comerciais naturais, mesmo sem dispositivos especiais, o desvio de comércio origina perdas reduzidas, enquanto a criação de comércio proporciona ganhos importantes.
- 7 A multilateralização do regionalismo pressupõe igualmente a harmonização de um conjunto diversificado de regulamentos comerciais (como as variadas regras de origem para determinação do conteúdo local), e ainda a expansão de acordos regionais por forma a incluir como parceiros o maior número possível de países em desenvolvimento. Ideias retiradas de Baldwin (2007).
 - 8 A Organização Internacional para as Migrações, que não faz parte do sistema das Nações Unidas, é de todas as instituições internacionais a que tem o mandato mais abrangente para as questões relacionadas com as migrações. Conta com 146 Estados-Membros e tem vindo a ganhar cada vez maior proeminência enquanto fórum de debate sobre as migrações internacionais.
 - 9 PNUD 2009
 - 10 Hansen 2010.
 - 11 Betts e outros 2013.
 - 12 King, Richards e Tyldesley 2011.
 - 13 PNUD 2011a.
 - 14 Han 2012.
 - 15 Leape 2012.
 - 16 Leape 2012.
 - 17 Romero e Broder 2012.
 - 18 Glennie 2011
 - 19 OECD 2011c
 - 20 G8 2005
 - 21 Ocampo 2010.
 - 22 Discursos de chefes de governo perante a Assembleia-Geral, 25 de set.-1 de out.: Serviço de Notícias da ONU <http://www.un.org/news/>
 - 23 Na Cimeira do Grupo dos 20 realizada em Los Cabos em 2012, o Brasil, a China, a Índia, a Federação Russa e a África do Sul anunciaram contribuições no valor de 75 mil milhões de dólares para os recursos do Fundo Monetário Internacional. A disponibilização destes fundos está sujeita a diversas condições. Só podem ser reclamados depois de utilizada uma parte considerável dos recursos existentes. O dinheiro também era disponibilizado na expectativa de que todas as reformas acordadas em 2010 seriam plenamente implementadas em tempo oportuno, incluindo uma reforma abrangente do

- poder de voto e a reforma da percentagem das quotas. (Chowfla 2012).
- 24 Heller 2013.
 - 25 O vídeo foi visionado mais de 100 milhões de vezes e é um dos vídeos mais “virais” de sempre.
 - 26 Chandhoke 2009; Heller 2013.
 - 27 Estas limitações assumem numerosas formas – leis restritivas relativas às organizações não-governamentais, regulamentos em matéria de divisas e tributação, requisitos de registo, e outros – e, para as justificar, os governos recorrem a argumentos como a segurança nacional, falhas contabilísticas por parte das organizações não-governamentais, necessidade de coordenação e controlo, entre outros. O International Center for Non-profit Law, um centro que presta informações sobre o ambiente jurídico a entidades sem fins lucrativos, e a CIVICUS têm vindo a apresentar relatórios e análises sobre esta situação à escala mundial.
 - 28 Castells 2003; Burawoy 2003.
 - 29 O teórico político britânico Andrew Dobson desenvolveu a ideia de uma “cidadania ecológica”. O pensamento ecológico implica uma noção alargada de cidadania, que inclui o objetivo da redução das pegadas ecológicas. A cidadania ecológica vai para além da responsabilidade individual, dado que o pensamento ecológico vê os cidadãos como produtos das suas comunidades (e ecossistemas) sobre as quais também exercem uma influência (Revkin, 2012).
 - 30 Chorev 2012.
 - 31 Gabel 2013. Para um síntese útil, ver também Lamberte e Morgan (2012).
 - 32 Banco de Reserva da Índia 2012.
 - 33 Gabel 2013.
 - 34 Ocampo e Titelman 2009.
 - 35 Gabel 2013.
 - 36 O Banco do Sul (BDS) foi fundado em 2007 pelo Presidente venezuelano Hugo Chavez e inaugurado oficialmente em 2009. Inicialmente previsto para uma missão muito alargada, na altura da sua inauguração em 2009, o mandato do BDS tinha sido restringido ao financiamento de projetos na região Sul-americana (Chin 2010). As funções e objetivos específicos do BDS ainda estão em discussão entre os países membros.
 - 37 OCDE 2010a
 - 38 Baldwin 2006
 - 39 Ver Conselho de Segurança das Nações Unidas (2011), que contém a nota relativa ao conceito de responsabilidade

- a par da proteção, desenvolvido pelo governo do Brasil.
- 40 Ministério dos Negócios Estrangeiros da Índia 2012.
 - 41 Bhattacharya, Romani e Stern 2012.
 - 42 Bhattacharya, Romani e Stern 2012.
 - 43 Cálculos do GRDH com base em dados do Banco Mundial (2012a) sobre a despesa média de cada país da região entre 2005 e 2010
 - 44 Com base em cálculos do GRDH, segundo os dados sobre reservas internacionais do Banco Mundial (2012a). Atendendo a que as reservas internacionais têm um papel proeminente na política monetária e cambial, pode ser demasiado ambicioso alimentar a expectativa de se afetar uma parte maior das reservas a outras finalidades.
 - 45 Alguns propuseram uma iniciativa mundial no domínio das infraestruturas segundo a qual os países ricos canalizam fundos de investimento para países em desenvolvimento, gerando um retorno sobre o investimento superior ao que obteriam internamente (Harding 2012). Aplica-se o mesmo princípio ao investimento por parte das economias emergentes.
 - 46 Bolton, Samama e Stiglitz 2011. A Noruega também disponibilizou mil milhões de dólares ao Brasil com vista aos seus esforços de desflorestação, embora não através do seu fundo soberano.
 - 47 As parcerias público-privadas e as iniciativas a nível comunitário também podem ajudar a ampliar o campo de aplicação e o impacto dos investimentos dos fundos soberanos.
 - 48 Ver Hamdani (2013) e Comissão para o Sul (1990).
 - 49 A Comissão para o Sul foi formalmente criada em 1987, após anos de discussão informal entre os líderes do Sul. O relatório da Comissão para o Sul (1990) enfatizou que os países em desenvolvimento têm uma multiplicidade de problemas e experiências em comum. Concluiu que o Sul não está bem organizado a nível mundial e que, efetivamente, não foi capaz de mobilizar a combinação de três elementos: os seus conhecimentos, a sua experiência e o seu poder de negociação. O relatório adiantou sugestões práticas que deverão ser adotadas pelos decisores políticos interessados.
 - 50 Mwase e Yang 2012
 - 51 OCDE (2010a)

Bibliografia

- Abdurazakov, A., A. Minsat, e J. Pineda. 2013.** "Implications of Education Policies in a Country's Demographic Prospects: Detailed Analysis of Demographic Trends Based on Projections by Lutz and K.C." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Abe, M. 2006.** "The Developmental State and Educational Advance in East Asia." *Educate* 6 (1): 6–12.
- Agosin, M. 1997.** "Trade and Growth in Chile: Past Performance and Future Prospects." Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina, Unidade de Comércio Internacional, Santiago. www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/4/4234/P4234.xml&xsl=/comercio/tpl-l/p9f.xsl&base=/comercio/tpl/top-bottom.xsl. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Ahluwalia, M.S. 2002.** "Economic Reforms in India since 1991: Has Gradualism Worked?" *Journal of Economic Perspectives* 16 (3): 67–88.
- Akyuz, Y. 2012.** "The Staggering Rise of the South." Research Paper 44. Centro Sul, Genebra.
- Aleksynska, M., e O. Havrylychuk. 2011.** "FDI from the South: The Role of Institutional Distance and Natural Resources." Working Paper 2011-05. Centro de Estudos Prospectivos e de Informações Internacionais, Paris. www.cepii.fr/anglaisgraph/workpap/pdf/2011/wp2011-05.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Ali, S., e U. Dadush. 2012.** In *Search of the Global Middle Class: A New Index*. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace. http://carnegieendowment.org/files/middle_class-edited.pdf. Acedido em 4 de outubro de 2012.
- AMRO (ASEAN+3 Macroeconomic Research Office). 2012.** "The Joint Statement of the 15th ASEAN+3 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting." Manila. www.amro-asia.org/wp-content/uploads/2012/05/120503AFMGM+3-JS.pdf. Acedido em 31 de maio de 2012.
- Anand, S., e P. Segal. 2008.** "What Do We Know about Global Income Inequality?" *Journal of Economic Literature* 46: 57–94.
- Anderson, L. 2011.** "Demystifying the Arab Spring: Parsing the Differences between Tunisia, Egypt, and Libya." *Foreign Affairs* 90 (3): 2–7.
- APRI (Relatório de Desenvolvimento Humano Regional sobre a Ásia e o Pacífico). 2003.** "Potential and Challenges in Human Development Reporting". Report of the UNDP Training Workshop, Colombo, Sri Lanka, 24-26 de setembro de 2003. Bangcoque, Centro Regional do PNUD para a Ásia e o Pacífico.
- Arrighi, G. 2007.** "China's Market Economy in the Long Run." In Ho-Fung Hung, ed., *China and the Transformation of Global Capitalism*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Athukorala, P. 2011.** "Production Networks and Trade Patterns in East Asia: Regionalization or Globalization?" *Asian Economic Papers* 10 (1): 65–95.
- Athukorala, P., e S. Waglé. 2011.** "Foreign Direct Investment in Southeast Asia: Is Malaysia Falling Behind?" *ASEAN Economic Bulletin* 28 (2): 115–33.
- Atkinson, A. 2011.** "Public Economics after the Idea of Justice." 1.ª Conferência Amartya Sen, 5 de setembro, a Haia, Países Baixos. www.ethicsandtechnology.eu/images/uploads/1stAnnualAmartyaSenLecture_TonyAtkinson.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- . 2012. "Public Economics in an Age of Austerity." Conferência Agnar Sandmo, 12 de janeiro, Norwegian School of Economics and Business Administration, Bergen, Noruega.
- Atsmon, Y., P. Child, R. Dobbs, e L. Narasimhan. 2012.** "Winning the \$30 Trillion Decathlon: Going for Gold in Emerging Markets." *McKinsey Quarterly*, August. www.mckinseyquarterly.com/Winning_the_30_trillion_decathlon_Going_for_gold_in_emerging_markets_3002. Acedido em 15 de agosto de 2012.
- Ayadi, M., G. Boulila, M. Lahouel, e P. Montigny. 2005.** "Pro-Poor Growth in Tunisia." *International Development and Strategies*, Paris.
- Baer, W. 2008.** *The Brazilian Economy: Growth and Development*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.
- BAD (Banco Africano de Desenvolvimento), OCDE** (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), e CEA (Comissão Económica das Nações Unidas para a África). 2011. *African Economic Outlook 2011: Africa and Its Emerging Partners*. Paris e Tunes.
- . 2012. *African Economic Outlook 2012: Promoting Youth Employment*. Paris e Tunes.
- BAD (Banco Asiático de Desenvolvimento). 2009.** *Annual Report 2009*. vol. 1. Manila. www.adb.org/documents/adb-annual-report-2009. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Baldwin, R.E. 2004.** "Openness and Growth: What's the Empirical Relationship? In R.E. Baldwin and L.A. Winters, eds., *Challenges to Globalization: Analyzing the Economics*. Chicago, IL: University of Chicago Press. www.nber.org/chapters/c9548.pdf. Acedido em 6 de agosto de 2012.
- . 2006. "Multilateralizing Regionalism: Spaghetti Bowls as Building Blocks on the Path to Global Free Trade." *World Economy* 29 (11): 1451–1518.
- . 2007. "Ideas for a WTO Action Plan on Regionalism: Implications for Asia." Post-event Statement. Asian Development Bank Institute Distinguished Speaker Seminar, 26 de novembro, Tóquio. www.adbi.org/event/2366_dance.east.asia.reflections/. Acedido em 23 de outubro de 2012.
- Banco Central da Índia. 2012.** "Reserve Bank of India Announces SAARC Swap Arrangement." Press Release, 16 de maio. Mumbai. www.rbi.org.in/scripts/BS_PressReleaseDisplay.aspx?prid=26475. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Banco Mundial. 2003.** *Private Participation in Infrastructure: Trends in Developing Countries in 1990–2001*. Washington, DC. <http://documents.worldbank.org/curated/en/2003/01/2522708/private-participation-infrastructure-trends-developing-countries-1990-2001>. Acedido em 15 de maio de 2012.
- . 2006. *Global Economic Prospects: Economic Implications of Remittances and Migration*. Washington, DC. <http://go.worldbank.org/0G6XW1UPP0>. Acedido em 15 de maio de 2012.
- . 2008. *World Development Report 2009: Reshaping Economic Geography*. Washington, DC. <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTRESEARCH/EXTWDRS/0,,contentMDK:23062295-pagePK:478093-piPK:477627-theSitePK:477624,00.html>. Acedido em 15 de maio de 2012.
- . 2010a. *Bilateral Migration and Remittances*. <http://go.worldbank.org/JITC7NYTTO>. Acedido em 15 de maio de 2012.
- . 2010b. *Thailand Economic Monitor*. Banguecoque. http://siteresources.worldbank.org/THAILANDEXTN/Resources/333295-1280288892663/THM_June2010_fullreport.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- . 2010c. *Arab Development Assistance: Four Decades of Cooperation*. Washington, DC. <http://siteresources.worldbank.org/INTMENA/Resources/ADAPub82410web.pdf>. Acedido em 15 de maio de 2012.
- . 2010d. "World Bank Reforms voting Power, Gets \$86 Billion Boost." Press Release, 25 de abril. Washington, DC. <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:22556045-pagePK:64257043-piPK:437376-theSitePK:4607,00.html>. Acedido em 15 de maio de 2012.
- . 2011a. *Malaysia Economic Monitor: Brain Drain*. Washington, DC. <http://documents.worldbank.org/curated/en/2011/04/14134061/malaysia-economic-monitor-brain-drain>. Acedido em 15 de maio de 2012.
- . 2011b. *Growing Old in Older Brazil*. Washington, DC.
- . 2012a. *World Development Indicators Database*. <http://data.worldbank.org/>. Acedido em 15 de maio de 2012.
- . 2012b. "An Update to World Bank's Estimates of Consumption Poverty in the Developing World." Briefing Note. Washington, DC. http://siteresources.worldbank.org/INTPOVCALNET/Resources/Global_Poverty_Update_2012_02-29-12.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- . s.d. "India Transport: Public Private Partnership." <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/SOUTHASIAEXT/0,,contentMDK:22020973-pagePK:146736-piPK:146830-theSitePK:223547,00.html>. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Barro, R.J., e J.-W. Lee. 2010.** *Educational Attainment Dataset*. www.barrolee.com. Acedido em 5 de maio de 2012.
- Becker, G., K. Murphy, e R. Tamura. 1990.** "Human Capital, Fertility, and Economic Growth." *Journal of Political Economy* 98 (5): S12–S37.
- Beeston, K. 2012.** "Time for Democracy 2.0? The Launch of the Manifesto For A Global Democracy." *Global Policy Journal*, 5 de julho. www.globalpolicyjournal.com/blog/05/07/2012/time-democracy-20-launch-manifesto-global-democracy. Acedido em 28 de dezembro de 2012.
- Bera, S., e S. Gupta. 2009.** "South-South FDI vs. North-South FDI: A Comparative Analysis in the Context of India." Working Paper 238. Indian Council of Research in International Economic Relations, Nova Deli. www.icrier.org.

- org/pdf/WorkingPaper238.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Berg, J., e S. Cazes. 2007.** "The Doing Business Indicators: Measurement Issues and Political Implications." Economic and Labour Market Paper 2007/6. Organização Internacional do Trabalho, Genebra.
- Bertrand, M., e S. Mullainathan. 2003.** Are Emily and Greg More Employable than Lakisha and Jamal? A Field Experiment on Labor and Market Discrimination. Working Paper 9873. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research. www.nber.org/papers/w9873. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Betts, A., J. Prantl, D. Sridhar, e N. Woods. 2013.** "Transforming Global Governance for the Twenty-First Century." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque. www.spp.nus.edu.sg/docs/HDR-GEG2012-LKYSPP.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Bhagwati, J., e Srinivasan, T. 2001.** "Outward-Orientation and Development: Are Revisionists Right?" In D. Lal and R. Snape, eds., *Trade, Development, and Political Economy*. Londres: Palgrave.
- Bhattacharya, A., M. Romani, e N. Stern. 2012.** "Infrastructure for Development: Meeting the Challenge." Centre for Climate Change Economics and Policy, Londres. www.cceep.ac.uk/Publications/Policy/docs/PP-infrastructure-for-development-meeting-the-challenge.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Bird, L.A. 1981.** Costa Rica: A Country without an Army. Bolton, Reino Unido: Leeds Northern Friends Peace Board.
- Bland, B. 2012.** "Vietnam's Factories Grapple with Growing Unrest." Financial Times, 19 de janeiro. www.ft.com/intl/cms/s/0/67380b5c-427e-11e1-97b1-00144feab49a.html. Acedido em 21 de dezembro de 2012.
- Blanden, J., A. Goodman, P. Gregg, e S. Machin. 2005.** "Changes in Intergenerational Income Mobility in Britain." In M. Corak, ed., *Generational Income Mobility in North America and Europe*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- Blinder, A. 2006.** "Offshoring: The Next Industrial Revolution?" *Foreign Affairs* 85 (2): 113.
- Block, F. 2008. "Swimming Against the Current: The Rise of a Hidden Developmental State in the United States." *Politics and Society* 36 (2): 169–206.
- . 2013. "Can the Path of the World's Richer Nations be Sustained? The Future of the U.S. Model." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Bloom, D.E., D. Canning, G. Fink, e J.E. Finlay. 2009.** "Fertility, Female Labor Force Participation, and the Demographic Dividend." *Journal of Economic Growth* 14 (2): 79–101.
- . 2012. "Microeconomic Foundations of the Demographic Dividend." Working Paper 93. Universidade de Harvard, Program on the Global Demography of Aging, Cambridge, MA. www.hsph.harvard.edu/pgda/WorkingPapers/2012/PGDA_WP_93.pdf. Acedido em 27 de dezembro de 2012.
- Bloom, D.E., D. Canning, e J. Sevilla. 2003.** The Demographic Dividend: A New Perspective on the Economic Consequences of Population Change. Santa Mónica, CA: Rand Corporation.
- . 2007. "The Effect of Health on Economic Growth: A Production Function Approach." Working Paper 28. Universidade de Harvard, Program on the Global Demography of Aging, Cambridge, MA. www.hsph.harvard.edu/pgda/WorkingPapers/2007/PGDA_WP_28.pdf. Acedido em 10 de agosto de 2012.
- Bolton, P., F. Samama, e J. Stiglitz. 2011.** *Sovereign Wealth Funds and Long-Term Investing*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Bourguignon, F., F.H.G. Ferreira, e M. Menéndez. 2007.** "Inequality of Opportunity in Brazil." *Review of Income and Wealth* 53 (4): 585–618.
- Bourguignon, F., e C. Morrisson. 2002.** "Inequality among World Citizens: 1820–1992." *American Economic Review* 92 (4): 727–744.
- BRAC. 2012.** "About BRAC Bangladesh." www.brac.net/content/about-brac-bangladesh. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Bradsher, K. 2010.** "China Leading Global Race to Make Clean Energy." *The New York Times*, 30 de janeiro. www.nytimes.com/2010/01/31/business/energy-environment/31renew.html. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Branczik, A. 2004.** "Humanitarian Aid and Development Assistance." *Beyond Intractability*. www.beyondintractability.org/bi-essay/humanitarian-aid. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Bräutigam, D. 2009.** *The Dragon's Gift: The Real Story of China in Africa*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Bremmer, I. 2012.** "Africa and the Power of the Pivot." *The New York Times*, 14 de maio. www.nytimes.com/2012/05/15/opinion/africa-and-the-power-of-the-pivot.html. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Broder, J.M. 2012.** "Climate Talks Yield Commitment to Ambitious, but Unclear, Actions." *The New York Times*, 8 de dezembro. www.nytimes.com/2012/12/09/science/earth/talks-on-climate-produce-promises-and-complaints.html. Acedido em 8 de dezembro de 2012.
- Brookings Institution. 2012.** "Middle Class Measures." Development, Aid and Governance Indicators. Washington, DC. www.brookings.edu/research/interactives/development-aid-governance-indicators. Acedido em 4 de outubro de 2012.
- Burawoy, M. 2003.** "For A Sociological Marxism: The Complementary Convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi." *Politics and Society* 31 (2): 193–261.
- Burd-Sharp, S., e K. Lewis. 2010.** *The Measure of America 2010–2011: Mapping Risks and Resilience*. Nova Iorque: NYU Press.
- Cammett, M. 2007.** "Business-Government Relations and Industrial Change: The Politics of Upgrading in Morocco and Tunisia." *World Development* 35 (11): 1889–1903.
- Campante, F., e D. Chor. 2012.** "Why Was the Arab Spring Poised for Revolution? Schooling, Economic Opportunities, and the Arab Spring." *Journal of Economic Perspectives* 26 (2): 167–188.
- Castells, M. 2003.** *The Power of Identity*. Malden, MA: Blackwell.
- Castle, S., e M. Landler. 2008.** "After 7 Years, Talks Collapse on World Trade." *The New York Times*, 30 de julho.
- Celasun, M. 1994.** "Trade and Industrialization in Turkey: Initial Conditions, Policy and Performance in the 1990s." In G. Helleiner, ed., *Trade and Industrialization in Turbulent Times*. Londres: Routledge.
- Center for Systemic Peace. 2012.** "Global Conflict Trends: Measuring Systemic Peace." Viena, VA. www.systemic-peace.org/conflict.htm. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Centro Pardee para os Futuros Internacionais. 2013.** "Development-Oriented Policies and Alternative Human Development Paths." Documento para o Relatório do Desenvolvimento Humano, 2013. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- CESAP NU (Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico das Nações Unidas). 2011.** *The Promise of Protection: Social Protection and Development in Asia and the Pacific*. Banguécoque.
- Chandhoke, N. 2009.** "What Is the Relationship Between Participation and Representation?" In O. Törnquist, N. Webster, and K. Stokke, eds. *Rethinking Popular Representation*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Chang, H.J. 2010.** "How to 'Do' a Developmental State: Political, Organizational and Human Resource Requirements for the Developmental State." In O. Edigheji, ed., *Constructing a Democratic Developmental State in South Africa, Potentials and Challenges*. Cidade do Cabo: HSRC Press.
- Chen, S., e M. Ravallion. 2012.** "More Relatively-Poor People in a Less Absolutely-Poor World." Policy Research Working Paper 6114. Washington, DC: Banco Mundial.
- Cheng, H., Y. Hu, e J. Zhao. 2009.** "Meeting China's Water Shortage Crisis: Current Practices and Challenges." *Environmental Science & Technology* 43 (2): 240–244.
- Chibber, V. 1999.** "Building a Developmental State: The Korean Case Reconsidered." *Politics & Society* 27 (3): 309–346.
- Chin, G. 2010.** "Remaking the Architecture: The Emerging Powers, Self-Insuring and Regional Insulation." *International Affairs* 86 (3): 693–715.
- . 2012. "Responding to the Global Financial Crisis: The Evolution of Asian Regionalism and Economic Globalization." Working Paper 343. Instituto do Banco Asiático do Desenvolvimento, Tóquio. www.adbi.org/working-paper/2012/01/31/4846.gfc.evolution.asian.regionalism.economic.globalization/. Acedido em 15 de maio de 2012.
- China Daily. 2012.** "Overseas M&A Deals Hit \$43b in 2011." 27 de fevereiro. www.chinadaily.com.cn/bizchina/2012-02/27/content_14703801.htm. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Chorev, N. 2012.** *The World Health Organization between North and South*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Chowla, P. 2012.** "Spotlight G20: Does BRICS Money for the IMF Mean They Are Bailing Out Europe?" 21 de junho. Triple Crisis: Global Perspectives on Finance, Development, and Environment. <http://triplecrisis.com/spotlight-g-20-does-brics-money-for-the-imf-mean-they-are-bailing-out-europe/>. Acedido em 8 de dezembro de 2012.
- Chuhan-Pole, P., e M. Angwafo, eds. 2011.** *Yes Africa Can: Success Stories From A Dynamic Continent*. Washington, DC: Banco Mundial. http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/258643-1271798012256/YAC_Consolidated_Web.pdf. Acedido em 10 de agosto de 2012.
- Ciorciari, J. 2011.** "Chiang Mai Initiative, Multilateralization International Politics and Institution-Building in Asia." *Asian Survey* 51 (5): 926–952.
- Clapp, R.A. 1995.** "Creating Comparative Advantage: Forest Policy as Industrial Policy in Chile." *Economic Geography* 71 (3): 273–296.
- Cleland, J. 2002.** "Education and Future Fertility Trends with Special Reference to Mid-Transitional Countries."

Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Divisão da População, Nova Iorque. www.un.org/esa/population/publications/completingfertility/RevisedCLEANDpaper.PDF. Acedido em 15 de maio de 2012.

CNUCED (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento). 2003.

World Investment Report 2003: FDI Policies for Development: National and International Perspectives. Nova Iorque e Genebra.

———. **2006.** A Case Study of the Salmon Industry in Chile. Nova Iorque e Genebra. http://unctad.org/en/docs/iteit200512_en.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.

———. **2011a.** World Investment Report 2011 Annex Tables. <http://archive.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=5823&lang=1>. Acedido em 15 de maio de 2012.

———. **2011b.** “South-South Integration Is Key to Rebalancing the Global Economy.” Policy Brief 22. Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, Genebra. http://unctad.org/en/Docs/presspb20114_en.pdf. Acedido em 2 de novembro de 2012.

Cochrane, S.H. 1979. Fertility and Education: What Do We Really Know? Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.

Comissão de Crescimento e Desenvolvimento. 2008. The Growth Report: Strategies for Sustained Growth and Inclusive Development. Washington, DC: Banco Mundial.

Comissão para o Sul. 1990. The Challenge to the South: The Report of the South Commission. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press. www.southcentre.org/files/Old%20Books/The%20Challenge%20to%20the%20Southstrized.pdf. Acedido em 23 de outubro de 2012.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. 2011. “Letter Dated 9 November 2011 from the Permanent Representative of Brazil to the United Nations Addressed to the Secretary-General.” Sexagésima-sexta sessão, pontos da Ordem de Trabalhos n.ºs 14 e 117. UN-Doc A/66/551-S/2011/701. www.un.int/brazil/speech/Concept-Paper-%20RwP.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.

Cornia, G.A. 2004. Inequality, Growth and Poverty in an Era of Liberalization and Globalization. Oxford, UK: Oxford University Press.

Dahal, S.H., H. Gazdar, S.I. Keethaponcalan, e P. Murthy. 2003. “Internal Conflict and Regional Security in South Asia.” Instituto das Nações Unidas para a Investigação sobre o Desarmamento (UNIDIR), Genebra. www.unidir.org/pdf/ouvrages/pdf-1-92-9045-148-3-en.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.

Dalton, R., A. Van Sickle, e S. Weldon. 2010. “The Individual–Institutional Nexus of Protest Behaviour.” British Journal of Political Science 40 (1): 51–73.

Daniell, J., e A. Vervaeck. 2012. “Damaging Earthquakes Database 2011—the Year in Review.” Center for Disaster Management and Risk Reduction Technology, Potsdam, Alemanha. http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Full_Report_3285.pdf.

Das, G. 2000. India Unbound: The Social and Economic Revolution from Independence to the Global Information Age. Nova Iorque: Anchor Books.

Davies, J.E. 2011. “Washington’s Growth and Opportunity Act or Beijing’s Overarching Brilliance: Will African Governments Choose Neither?” Third World Quarterly 32 (6): 1147–1163.

De Hoyos, R., J.M. Martínez de la Calle, e M. Székely. 2009. “Education and Social Mobility in Mexico.” Ministério da Educação do México, Cidade do México. www.pegnet.ifw-kiel.de/activities/de_hoyos_de_la_calle_szekely2009.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.

Deloitte. 2011. “The Connected Archipelago: The Role of the Internet in Indonesia’s Economic Development.” Deloitte Access Economics, Sydney. www.deloitte.com/view/en_gx/global/bde64a5db2134310vgnvCM1000001a-56f00aRCRD.htm. Acedido em 15 de maio de 2012.

———. **2012a.** “Lateral Trades, Breathing Fire into the BRICS: China Outbound M&A Activity into Brazil, Russia, India and South Africa.” China Services Group, Pequim. www.deloitte.com.mx/documents/BoletinFactorChina/LateralTrades-BreathingFireintotheBRICS-English.pdf. Acedido em 21 de junho de 2012.

———. **2012b.** “Turkish Outbound M&A.” Corporate Finance, Istambul. www.deloitte.com/assets/Dcom-Turkey/Local%20Assets/Documents/turkey_tr_mnaoutbound_27012012.pdf. Acedido em 10 de maio de 2012.

DeLong, J.B. 2004. “India since Independence: An Analytical Growth Narrative.” In D. Rodrik, ed., Modern Economic Growth: Analytical Country Studies. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Diamond, I., M. Newby, e S. Varle. 1999. “Female Education and Fertility: Examining the Links.” In C. Bledsoe, J. Casterline, J. Johnson-Kuhn, and J. Haaga, eds., Critical Perspectives on Schooling and Fertility in the Developing World. Washington, DC: National Academy of Science Press.

Dobbs, R., J. Remes, J. Manyika, C. Roxburgh, S. Smit, F. Schaefer. 2012. Urban World: Cities and the Rise of the Consuming Class. Nova Iorque: McKinsey Global Institute. www.mckinsey.com/insights/mgi/research/urbanization/urban_world_cities_and_the_rise_of_the_consuming_class. Acedido em 28 de agosto de 2012.

Dolan, P., R. Layard, e R. Metcalfe. 2011. Measuring Subjective Well-Being for Public Policy. Londres: UK Office for National Statistics.

Dollar, D. 1992. “Outward-Oriented Developing Countries Really Do Grow More Rapidly: Evidence from 95 LDCs, 1976–85.” Economic Development and Cultural Change 40 (30): 523–544.

Done, K. 2011. “Embraer Faces Headwinds.” Financial Times, 10 de outubro.

Drèze, J., e M. Murthi. 1999. “Fertility, Education and Development: Further Evidence from India.” Research Paper DEDPS20. London School of Economics, Suntory and Toyota Centres for Economics and Related Disciplines, Londres, Reino Unido.

Duhigg, C., e K. Bradsher. 2012. “How the U.S. Lost Out on iPhone Work.” The New York Times, 21 de janeiro. www.nytimes.com/2012/01/22/business/apple-america-and-a-squeezed-middle-class.html. Acedido em 22 de janeiro de 2012.

Duhigg, C., e S. Greenhouse. 2012. “Electronic Giant vowing Reforms in China Plants.” The New York Times, 30 de março. www.nytimes.com/2012/03/30/business/apple-supplier-in-china-pledges-changes-in-working-conditions.html. Acedido em 15 de maio de 2012.

The Economist. 2011a. “The Magic of Diasporas.” 19 November. www.economist.com/node/21538742. Acedido em 15 de maio de 2012.

———. **2011b.** “South-North FDI: Role Reversal.” 24 de setembro. www.economist.com/node/21528982. Acedido em 15 de maio de 2012.

———. **2012a.** “Indian Takeovers Abroad: Running with the Bulls.” 3 de março. www.economist.com/node/21548965. Acedido em 15 de maio de 2012.

———. **2012b.** “Points of Light.” 14 de julho. www.economist.com/node/21558591. Acedido em 4 de novembro de 2012.

Edigheji, O. 2010. Constructing a Democratic Developmental State in South Africa: Potentials and Challenges. Cidade do Cabo: HSRC Press.

Edwards, S. 1998. “Openness, Productivity, and Growth: What Do We Really Know?” Economic Journal 108 (447):383–398.

Elson, D. 2002. “Gender Justice, Human Rights and Neoliberal Economic Policies.” In M. Molyneux and S. Razavi, eds., Gender Justice, Development and Rights. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.

Engerman, S.L., e K.L. Sokoloff. 2002. Factor Endowments, Inequality, and Paths of Development among New World Economies. Working Paper 9259. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research. www.nber.org/papers/w9259. Acedido em 15 de maio de 2012.

Essama-Nssah, B. 2011. “Achieving Universal Primary Education through School Fee Abolition: Some Policy Lessons from Uganda.” In P. Chuhan-Pole and M. Angwafo, eds., Yes Africa Can: Success Stories From A Dynamic Continent. Washington, DC: Banco Mundial. http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/258643-1271798012256/YAC_Consolidated_Web.pdf. Acedido em 10 de agosto de 2012.

Estevadeordal, A., B. Frantz, e A.M. Taylor. 2003. “The Rise and Fall of World Trade, 1870–1939.” Quarterly Journal of Economics 118 (3): 359–407.

Evans, P.B. 2010. “Constructing the 21st Century Developmental State: Potentialities and Pitfalls.” In O. Edigheji, ed., Constructing a Democratic Developmental State in South Africa: Potentials and Challenges. Cidade do Cabo: HSRC Press.

Fan, S., B. Nestorova, e T. Olofinbiyi. 2010. “China’s Agricultural and Rural Development: Implications for Africa.” China–Development Assistance Committee Study Group on Agriculture, Food Security and Rural Development, 27–28 de abril, Bamako. www.ifpri.org/sites/default/files/publications/chinaafricadac.pdf. Acedido em 23 de outubro de 2012.

Fan, S., e A. Saurkar. 2006. “Public Spending in Developing Countries: Trends, Determination, and Impact.” Banco Mundial, Washington, DC. <http://siteresources.worldbank.org/EXTRESPUBEXANAAGR/Resources/ifpri2.pdf>. Acedido em 23 de outubro de 2012.

Felbermayr, G.J., e B. Jung. 2009. “The Pro-Trade Effect of the Brain Drain: Sorting Out Confounding Factors.” Economics Letters 104 (2): 72–75.

Fine, D., A. van Wamelen, S. Lund, A. Cabral, M. Taoufik, N. Dörr, A. Leke, C. Roxburgh, J. Schubert, e P. Cook. 2012. Africa at Work: Job Creation and Inclusive Growth. Nova Iorque: McKinsey Global Institute. www.mckinsey.com/insights/mgi/research/africa_europe_middle_east/africa_at_work. Acedido em 23 de setembro de 2012.

FitzGerald, V., F. Stewart, e R. Venugopal. 2006. Globalization, Violent Conflict and Self-Determination. Basingstoke: Reino Unido: Palgrave Macmillan.

FMI (Fundo Monetário Internacional). 2010. “IMF Executive Board Approves Major Overhaul of Quotas and Governance.” Press release 10/418. Washington, DC.

- www.imf.org/external/np/sec/pr/2010/pr10418.htm. Acedido em 15 de maio de 2012.
- . **2011a.** “New Growth Drivers for Low-Income Countries: The Role of BRICs.” Departamento de Estratégia, Política e Análise, Washington, DC. www.imf.org/external/np/pp/eng/2011/011211.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- . **2011b.** World Economic Outlook. Washington, DC. www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/02/. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Foley, C.F., e W. R. Kerr. 2011.** “Ethnic Innovation and U.S. Multinational Firm Activity.” Working Paper 12-006. Harvard Business School, Cambridge, MA. www.people.hbs.edu/foley/foleykerr.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Foster, M., e P. Mijumbi. 2002.** “How, When and Why Does Poverty Get Budget Priority: Poverty Reduction Strategy and Public Expenditure in Uganda.” Case Study 1. Working Paper 163. Overseas Development Institute, Londres. www.odi.org.uk/resources/docs/2061.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Frankel, J.A., e D. Romer. 1999.** “Does Trade Cause Growth?” *American Economic Review* 89 (3): 379–399.
- Frenk, J., O. Gómez-Dantés, e F.M. Knaul. 2009.** “The Democratization of Health in Mexico: Financial Innovations for Universal Coverage.” *Bulletin of the World Health Organization* 87 (7): 542–548.
- Fu, X. 2008.** “Foreign Direct Investment, Absorptive Capacity and Regional Innovation Capabilities in China.” *Oxford Development Studies* 36 (1): 89–110.
- Fukuda-Parr, S. 2003.** “The Human Development Paradigm: Operationalizing Sen’s Ideas on Capabilities.” *Feminist Economics* 19 (2–3): 301–317.
- Fukuda Parr, S., C. Lopes, e K. Malik. 2002.** “Overview. Institutional Innovations for Capacity Development.” In *Capacity for Development: New Solutions to Old Problems*. Londres: Earthscan.
- G8 (Grupo dos Oito). 2005.** “The Gleneagles Communiqué: Climate Change, Energy and Sustainable Development.” 8 de julho. www.unglobalcompact.org/docs/about_the_gc/government_support/PostG8_Gleneagles_Communique.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Gallup. 2012.** Gallup World Poll Database. http://worldview.gallup.com. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Gabinete das Nações Unidas para a Redução dos Riscos de Catástrofes. 2009.** “Terminology.” Genebra. www.unisdr.org/we/inform/terminology. Acedido em 8 de dezembro de 2012.
- Galor, O. 2006.** “Economic Growth in the very Long-Run.” Working Paper 2006-16. Universidade de Brown, Departamento de Economia, Providence, RI.
- Giroux, S.C. 2008.** “Child Stunting Across Schooling and Fertility Transitions: Evidence from Sub-Saharan Africa.” DHS Working Paper 57. United States Agency for International Development, Washington, DC. http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADM570.pdf. Acedido em 21 de dezembro de 2012.
- Glennie, J. 2011.** “Busan Has Been an Expression of Shifting Geopolitical Realities.” *The Guardian*, 2 de dezembro. www.guardian.co.uk/global-development/poverty-matters/2011/dec/02/busan-shifting-geopolitical-realities. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Glewwe, P., e A.L. Kassouf. 2008.** “The Impact of the Bolsa Escola/Família: Conditional Cash Transfer Program on Enrollment, Grade Promotion and Drop-Out Rates in Brazil.” Anais do 36.º Encontro Nacional de Economia da Associação Brasileira dos Centros de Pós-Graduação em Economia. www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211140170-.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Global Footprint Network. 2011.** “The National Footprint Accounts, 2011 Edition.” Oakland, CA. www.footprintnetwork.org/en/index.php/GFN/page/footprint_data_and_results/. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Gooch, L. 2012.** “Seeking the Right to Be Female in Malaysia.” *The New York Times*, 5 de outubro. www.nytimes.com/2012/10/06/world/asia/seeking-the-right-to-be-female-in-malaysia.html. Acedido em 21 de dezembro de 2012.
- Governo da Índia. 2009.** “The Right of Children to Free and Compulsory Education Act, 2009.” *The Gazette of India*, 2009: 35.
- Grabell, I. 2013.** “Financial Architectures and Development: Resilience, Policy Space, and Human Development.” Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Grameen Bank. s.d.** “A Short History of Grameen Bank”. www.grameen-info.org/index.php?option=com_content&task=view&id=19&Itemid=114. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Green, G. 2010.** “Imagine There’s No Army.” *Diplomat Magazine*, 1 de setembro. www.diplomatmagazine.com/index.php?option=com_content&view=article&id=321&Itemid=. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Guajardo, J., D. Leigh, e A. Pescatori. 2011.** “Expansionary Austerity: New International Evidence.” Working Paper WP/11/158. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC. www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2011/wp11158.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Gupta, A., e H. Wang. 2012.** “India’s Misguided China Anxiety.” *Businessweek*, 21 de março. www.businessweek.com/printer/articles/14394-indias-misguided-china-anxiety. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Hailu, D., e V. Veras Soares. 2008.** “Cash Transfers in Africa and Latin America: An Overview.” *Poverty in Focus* 15. International Poverty Centre for Inclusive Growth, Brasília.
- Hamdani, K. 2013.** “The Challenge of the South.” Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Han, S. 2012.** “South Korean Parliament Approves Carbon Trading System.” *Bloomberg*, 2 de maio. www.bloomberg.com/news/2012-05-02/south-korean-parliament-approves-carbon-trading-system.html. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Hansen, R. 2010.** “An Assessment of Principal Regional Consultative Processes.” Migration Research Series 38. Organização Internacional para as Migrações, Genebra.
- Hanushek, E.A., D. Jamison, E. Jamison, e L. Woessmann. 2008.** “Education and Economic Growth.” *Education Next*, Spring. http://media.hoover.org/sites/default/files/documents/ednext_20082_62.pdf. Acedido em 8 de agosto de 2012.
- Harding, R. 2012.** “Interview: Justin Yifu Lin: Funding Developing World Infrastructure Could Buy Time for Europe to Reform, Hears Robin Harding.” *Financial Times*, 6 de junho.
- Harrison, A., e A. Rodriguez-Clare. 2010.** “Trade, Foreign Investment and Industrial Policy for Developing Countries.” In D. Rodrik and M. Rosenzweig, eds., *Handbook of Development Economics*, vol. 5. Nova Iorque: North-Holland.
- Harvey, F. 2012.** “Doha Climate Change Deal Clears Way for ‘Damage Aid’ to Poor Nations.” *The Observer*, 8 de dezembro. www.guardian.co.uk/environment/2012/dec/08/doha-climate-change-deal-nations?intcmp=122. Acedido em 8 de dezembro de 2012.
- Hausmann, R., J. Hwang, e D. Rodrik. 2007.** “What You Export Matters.” *Journal of Economic Growth* 12 (1): 1–25.
- Hausmann, R., L. Pritchett, D. Rodrik. 2005.** “Growth Accelerations.” *Journal of Economic Growth* 10 (4): 303–329.
- Hausmann, R., D. Rodrik, e A. Velasco. 2005.** “Growth Diagnostics.” Universidade de Harvard, John F. Kennedy School of Government, Cambridge, MA.
- Hausmann, R., e M. Székely. 2001.** “Inequality and the Family in Latin America.” In N. Birdsall, A.C. Kelley, and S. Sinding, eds., *Population Matters: Demographic Change, Economic Growth, and Poverty in the Developing World*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Hazard, E., L. De Vries, M.A. Barry, A.A. Anouan, e N. Pinaud. 2009.** “The Developmental Impact of the Asian Drivers in Senegal.” *World Economy* 32 (11): 1563–1585.
- Heilmann, S. 2008.** “Policy Experiments in China’s Economic Rise.” *Studies in Comparative International Development* 43 (1): 1–26.
- Heller, P. 2013.** “Civil Society and Social Movements in a Globalizing World.” Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Hiemstra-van der Horst, G. 2011.** “We Are Scared to Say No: Facing Foreign Timber Companies in Sierra Leone’s Community Woodlands.” *Journal of Development Studies* 47 (4): 574–594.
- HM Treasury. 2010.** Spending Review. Londres. http://cdn.hm-treasury.gov.uk/sr2010_completetereport.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Hoff, K. 2003.** “Paths of Institutional Development: A view from Economic History.” *World Bank Research Observer* 18 (2): 205–226.
- Holland, D., e K. Portes. 2012.** “Self-Defeating Austerity?” *National Institute Economic Review* 222 (1): F4–F10.
- Hook, L. 2012.** “China’s Post-90 Generation Make their Mark.” *The Financial Times*, 9 de julho. www.ft.com/intl/cms/s/0/4fcbab6c-c67d-11e1-963a-00144feabdc0.html. Acedido em 15 de julho de 2012.
- Hook, L., e P. Clark. 2012.** “China’s Wind Groups Pick up Speed.” *The Financial Times*, 15 de julho. www.ft.com/intl/cms/s/0/fb4bc872-c674-11e1-963a-00144feabdc0.html. Acedido em 15 de julho de 2012.
- Hori, T. 2011.** “Educational Gender Inequality and Inverted U-Shaped Fertility Dynamics.” *Japanese Economic Review* 62 (1): 126–150.
- Howell, J. 2004.** *Governance in China*. Lanham, MA: Rowman & Littlefield.
- Huntington, S. 1968.** *Political Order in Changing Societies*. Fredericksburg, VA: BookCrafters, Inc.
- Hussain, A., e N. Stern. 2006.** “Public Finance: The Role of the State and Economic Transformation in China: 1978–2020.” *Comparative Studies* 26: 25–55.
- Hvistendahl, M. 2011.** “Unnatural Selection.” *Psychology Today*, 5 de julho. www.psychologytoday.com/

articles/201107/unnatural-selection. Acedido em 24 de julho de 2012.

ICTSD (Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável). 2011. "Brazil Pushes Forward with Currency Discussion at WTO." Bridges Weekly Trade News Digest 15 (32): 5–7. <http://ictsd.org/i/news/bridgesweekly/114573/>.

IIASA (Instituto Internacional para a Análise de Sistemas Aplicados). 2008. "Economic Growth in Developing Countries: Education Proves Key." Policy Brief 03. Laxenburg, Áustria. www.iiasa.ac.at/Admin/PUB/policy-briefs/pb03-web.pdf. Acedido em 4 de junho de 2012.

Iley, R.A., e M.K. Lewis. 2011. "Has the Global Financial Crisis Produced a New World Order?" Accounting Forum 35 (2): 90–103.

Instituto para a Economia e a Paz. 2012. "Global Peace Index Fact Sheet." Sydney. www.visionofhumanity.org/wp-content/uploads/2012/06/2012GPI-Fact-Sheet2.pdf. Acedido em 28 de agosto de 2012

IPCC (Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas). 2012. Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation. Relatório Especial do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press. http://ipcc-wg2.gov/SREX/images/uploads/SREX-All_FINAL.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.

Islam, I. 2002. "Poverty, Employment and Wages: An Indonesian Perspective." Organização Internacional do Trabalho, Departamento de Recuperação e Reconstrução, Genebra.

Ivanov, A., M. Collins, C. Grosu, J. Kling, S. Milcher, N. O'Higgins, B. Slay, e A. Zhelyazkova. 2006. At Risk: Roma and the Displaced in Southeast Europe. Bratislava: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete Regional para a Europa e a Comunidade de Estados Independentes.

Ivanov, A., K. Mizsei, B. Slay, D. Mihailov, e N. O'Higgins. 2003. Avoiding the Dependency Trap: The Roma Human Development Report. Bratislava: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete Regional para a Europa e a Comunidade de Estados Independentes.

Iyer, L. 2009. "The Bloody Millennium: Internal Conflict in South Asia." Working Paper 09-086. Harvard Business School, Cambridge, MA. www.hbs.edu/research/pdf/09-086.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.

Jacob, R. 2012. "Flagging Western Demand Drives China's Exporters to New Markets." Financial Times, 13 de junho. www.ftchinese.com/story/001045040/en/. Acedido em 15 de maio de 2012.

Jenkins, J.C., e M. Wallace. 1996. "The Generalized Action Potential of Protest Movements: The New Class, Social Trends and Political Exclusion Explanations." Sociological Forum 11 (2): 183–207.

Jenkins, R., e A. Barbosa. 2012. "Fear for Manufacturing? China and the Future of Industry in Brazil and Latin America." The China Quarterly 209: 59–81.

Jones, R., e H. Kierzkowski. 2001. "Horizontal Aspects of vertical Fragmentation." In L. Cheng and H. Kierzkowski, eds., Global Production and Trade in East Asia. Norwell, MA: Kluwer Academic Publishers.

Justino, P. 2008. "Tackling Civil Unrest: Policing or Redistribution?" MICROCON Policy Briefing Paper 2. Institute of Development Studies, Brighton, Reino Unido.

http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1141142&http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1141142. Acedido em 15 de maio de 2012.

Kabananukye, K. I. B., A. E.K. Kanbananukye, J. Krishnamurty, e D. Owomugasho. 2004. "Economic Growth, Employment, Poverty and Pro-Poor Policies in Uganda." Issues in Employment and Poverty Discussion Paper 16. Organização Internacional do Trabalho, Genebra. www.ilo.org/employment/Whatwedo/Publications/WCMS_120732/lang-en/index.htm. Acedido em 24 de setembro de 2012.

Kabeer, N., e S. Mahmud. 2004. "Rags, Riches and Women Workers: Export Oriented Garment Manufacturing in Bangladesh." In M. Carr, ed., Chains of Fortune: Linking Women Producers and Workers with Global Markets. Londres: Secretariado da Commonwealth.

Kahneman, D., e A. Krueger. 2006. "Developments in the Measurement of Subjective Well-Being." Journal of Economic Perspectives 20 (21): 3–24.

Kamau, P., D. McCormick, e N. Pinaud. 2009. "The Developmental Impact of Asian Drivers on Kenya with Emphasis on Textiles and Clothing Manufacturing." World Economy 32 (11): 1586–1612.

Kaminski, B., e F. Ng. 2006. "Turkey's Evolving Trade Integration into Pan-European Markets." Working Paper 3908. Banco Mundial, Grupo para a Investigação e o Desenvolvimento, Washington, DC. http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1294804. Acedido em 15 de maio de 2012.

Kanbur, R. 2004. "Growth, Inequality and Poverty: Some Hard Questions." Comentário elaborado para a Conferência sobre o Estado do Mundo do Princeton Institute for International and Regional Studies, 13–14 de fevereiro, Princeton, NJ. www.arts.cornell.edu/poverty/kanbur/GrolneqPov.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.

Kaplinsky, R. 2008. "What Does the Rise of China do for Industrialisation in Sub-Saharan Africa?" Review of African Political Economy 35 (1): 7–22.

Kaplinsky, R., e M. Morris. 2009. "The Asian Drivers and SSA: Is There a Future for Export-Oriented African Industrialization?" The World Economy 32 (11): 1638–1655.

Kaplinsky, R., A. Terheggen, e J. Tijaja. 2011. "China as a Final Market: The Gabon Timber and Thai Cassava value Chains." World Development 39 (7): 1177–1190.

Karimuddin, A. 2011. "MarkPlus Insight Survey: Indonesia Has 55 Million Internet Users." DailySocial.net, 1 de novembro. <http://dailysocial.net/en/2011/11/01/markplus-insight-survey-indonesia-has-55-million-internet-users/>. Acedido em 15 de maio de 2012.

Kaul, I. 2013. "The Rise of the Global South: Implications for the Provisioning of Global Public Goods." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.

Keohane, R., e D. Victor. 2010. "The Regime Complex for Climate Change." Discussion Paper 10-33. Universidade de Harvard, John F. Kennedy School of Government, Harvard Project on International Climate Agreements. http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/Keohane_victor_Final_2.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.

Keynes, J.M. 1937. "How to Avoid a Slump." The Times, 12–14 de janeiro. Reeditado em The Collected Writings of John Maynard Keynes vol. 21. Londres: Macmillan.

Khan, A.R. 2005. "Growth, Employment and Poverty: An Analysis of the vital Nexus Based on Some Recent UNDP and ILO/SIDA Studies." Issues in Employment and Poverty Discussion Paper 19. Organização Internacional do Trabalho, Genebra. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-ed_emp/documents/publication/wcms_120683.pdf. Acedido em 24 de setembro de 2012.

Kharas, H., K. Makino, e W. Jung, eds. 2011. Catalyzing Development: A New Vision of Aid. Washington, DC: Brookings Institution Press.

King, D., K. Richards, e S. Tyldesley. 2011. "International Climate Change Negotiations: Key Lessons and Next Steps." University of Oxford, Smith School of Enterprise and the Environment, Reino Unido. www.smithschool.ox.ac.uk/wp-content/uploads/2011/03/Climate-Negotiations-report_Final.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.

Kraemer, K., G. Linden, e J. Dedrick. 2011. "Capturing value in Global Networks: Apple's iPad and iPhone." Universidade da Califórnia, Irvine, Universidade da Califórnia, Berkeley, e Universidade de Siracusa, NY. http://pcic.merage.uci.edu/papers/2011/value_iPad_iPhone.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.

Kragelund, P. 2013. "New Development Partnerships." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.

Krueger, A.B., e D.A. Schkade. 2008. "The Reliability of Subjective Well-Being Measures." Journal of Public Economics 92 (8–9): 1833–1845.

Krugman, P. 1991. "The Move Towards Free Trade Zones." Simpósio da Reserva Federal de Kansas City, 22–24 de agosto, Jackson Hole, WY. www.kansascityfed.org/publicat/sympos/1991/S91krugm.pdf. Acedido em 23 de outubro de 2012.

Kugler, M., e H. Rapoport. 2011. "Migration, FDI, and the Margins of Trade." Working Paper 222. Universidade de Harvard, Center for International Development, Cambridge, MA.

LaFraniere, S. 2011. "Five Days Later, Chinese Concede Design Flaw Had Role in Wreck." The New York Times, 28 de julho. www.nytimes.com/2011/07/29/world/asia/29trains.html. Acedido em 15 de maio de 2012.

Lamberte, M., e P.J. Morgan. 2012. "Regional and Global Monetary Cooperation." Working Paper 346. Instituto do Banco Asiático de Desenvolvimento, Tóquio. www.adbi.org/working-paper/2012/02/21/5006.regional.global.monetary.cooperation/. Acedido em 15 de maio de 2012.

Lautier, M. 2008. "Export of Health Services from Developing Countries: The Case of Tunisia." Social Science and Medicine 67: 101–110.

Leape, J. 2012. "It's Happening, But Not in Rio." The New York Times, 24 de junho. www.nytimes.com/2012/06/25/opinion/action-is-happening-but-not-in-rio.html. Acedido em 24 de junho de 2012

Li, J. 2010. "Decarbonising Power Generation in China—Is the Answer Blowing in the Wind?" Renewable and Sustainable Energy Reviews 14 (4): 1154–1171.

López-Calva, L., e N. Lustig, eds. 2010. Declining Inequality in Latin America: A Decade of Progress? Harrisonburg, VA: RR Donnelley.

Luedi, T. 2008. "China's Track Record in M&A." McKinsey Quarterly, Junho. www.mckinseyquarterly.com/Chinas_track_record_in_MA_2151. Acedido em 15 de maio de 2012.

- Lutz, W., e S. K.C. 2013.** "Demography and Human Development: Education and Population Projections." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Maddison, A. 2010.** Statistics on World Population, GDP and Per Capita GDP, 1–2008 AD. Groningen Growth and Development Centre, Países Baixos. www.ggdc.net/MADDISON/oriindex.htm. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Malik, M. 2006.** "Bilateral Investment Treaties of South Asian States: Implications for Development." Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Iniciativa de Comércio e Investimento Ásia-Pacífico, Colombo.
- . 2012. *Why Has China Grown So Fast For So Long?* Nova Deli: Oxford University Press India.
- Martin, T.C., e F. Juarez. 1995.** "The Impact of Women's Education on Fertility in Latin America: Searching for Explanations." *International Family Planning Perspectives* 12 (2): 52–57, 80.
- Milanović, B. 2009.** "Global Inequality and the Global Inequality Extraction Ratio." Policy Research Working Paper 5044. Banco Mundial, Grupo para a Investigação e o Desenvolvimento, Equipa Pobreza e Desigualdade, Washington, DC. http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer?WDSR/IB/2009/09/09/000158349_20090909092401/Rendered/PDF/WP5044.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- . 2010. *The Haves and the Have-Nots: A Brief and Idiosyncratic History of Global Inequality*. Nova Iorque: Basic Books.
- Milanović, B., e S. Yitzhaki. 2002.** "Decomposing World Income Distribution: Does the World Have a Middle Class?" *Review of Income and Wealth* 48(2): 155–178.
- Ministério das Finanças da Índia. 2012.** "Human Development." In *Economic Survey 2011–2012*. Nova Deli. www.indiabudget.nic.in/es2011-12/echap-13.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros da Índia. 2012.** "Quarta Cimeira dos BRICS – Declaração de Deli." 29 de março. Nova Deli. www.mea.gov.in/mystart.php?id=190019162. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Moyo, D. 2012.** "Beijing, a Boon for Africa." *The New York Times*, 27 de junho. www.nytimes.com/2012/06/28/opinion/beijing-a-boon-for-africa.html. Acedido em 28 de agosto de 2012.
- Mwase, N., e Y. Yang. 2012.** "BRICs' Philosophies for Development Financing and Their Implications for LICs." Working Paper WP/12/74. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Nagel, T. 1974.** "What Is It Like To Be a Bat?" *The Philosophical Review* 83 (4): 435–450.
- Naqvi, H., e V.V. Acharya. 2012.** "Bank Liquidity and Bubbles: Why Central Banks Should Lean Against Liquidity." In D. Evanoff, G. Kaufman, and A.G. Malliaris, eds., *New Perspectives on Asset Price Bubbles: Theory, Evidence and Policy*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Nayyar, D. 2012.** "Macroeconomics and Human Development." *Journal of Human Development and Capabilities* 13 (1): 7–30.
- NEAC (Conselho Económico Consultivo da Malásia). 2010.** "New Economic Model for Malaysia, Parts 1 and 2." Kuala Lumpur.
- Nielsen H., e A. Spenceley. 2011.** "The Success of Tourism in Rwanda: Gorillas and More." In P. Chuhan-Pole and M. Angwafo, eds., *Yes Africa Can: Success Stories from a Dynamic Continent*. Washington, DC: Banco Mundial. http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/2586431271798012256/YAC_Consolidated_Web.pdf. Acedido em 10 de agosto de 2012.
- Ocampo, J.A. 2010.** "Rethinking Global Economic and Social Governance." *Journal of Globalization and Development* 1 (1).
- Ocampo J.A., S. Griffith-Jones, A. Noman, A. Ortiz, J. Vallejo, e J. Tyson. 2010.** "The Great Recession and the Developing World." Documento apresentado na Conferência sobre Cooperação para o Desenvolvimento em Tempos de Crise e a Consecução dos ODM, 9–10 de junho, Madrid.
- Ocampo, J.A., e D. Titelman. 2009.** "Subregional Financial Cooperation: the South American Experience." *Journal of Post-Keynesian Economics* 32 (2): 249–68.
- . 2012. "Regional Monetary Cooperation in Latin America." Universidade de Columbia, Initiative for Policy Dialogue, Nova Iorque, e Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina e as Caraíbas, Departamento de Financiamento do Desenvolvimento, Santiago.
- OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). 2006.** *Promoting Pro-Poor Growth: Agriculture*. Paris. www.oecd.org/dac/povertyreduction/37922155.pdf. Acedido em 23 de outubro de 2012.
- . 2007. "Economic Survey of India, 2007." OECD Observer, outubro. Policy Brief. www.oecd.org/economy/economicsurveysandcountryssurveillance/39452196.pdf. Acedido em 6 de agosto de 2012.
- . 2010a. *Perspectives on Global Development 2010: Shifting Wealth*. Paris.
- . 2010b. *PISA 2009 Results: What Students Know and Can Do. vol. I*. Paris. www.oecd.org/dataoecd/10/61/48852548.pdf. Acedido em 24 de julho de 2012.
- . 2011a. "Brazil." In *Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2011*. Paris. www.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/agricultural-policy-monitoring-and-evaluation-2011/brazil_agr_pol-2011-22-en. Acedido em 23 de outubro de 2012.
- . 2011b. *Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising*. Paris.
- . 2011c. "Busan Partnership for Effective Development Cooperation." Paris. www.oecd.org/dac/aideffectiveness/busanpartnership.htm. Acedido em 24 de julho de 2011.
- Ofori-Asare, K. 2011.** "Mobile Phone Revolution in Ghana's Cocoa Industry." *International Journal of Business and Social Science* 2 (13): 91–99.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2012.** *World of Work Report 2012: Better Jobs for a Better Economy*. Genebra. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-dgreports/-dcomm/-publ/documents/publication/wcms_179453.pdf. Acedido em 4 de junho de 2012.
- OMC (Organização Mundial do Comércio). s.d.** "The Doha Round." www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/dda_e.htm. Acedido em 28 de dezembro de 2012.
- OMT NU (Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas). 2011.** *Tourism Highlights: 2011 Edition*. Genebra.
- ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial). 2009.** *Industrial Development Report 2009: Breaking In and Moving Up: New Industrial Challenges for the Bottom Billion and the Middle-Income Countries*. Viena.
- Organização das Nações Unidas. 2012a.** "The State of South-South Cooperation: Report of the Secretary-General." Sexagésima-sétima Sessão da Assembleia-Geral. Nova Iorque.
- . 2012b. *The Millennium Development Goals Report 2012*. Nova Iorque. www.un.org/millenniumgoals/pdf/MDG%20Report%202012.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Organização das Nações Unidas Enable. 2012.** "Factsheet on Persons with Disabilities." www.un.org/disabilities/default.asp?id=18. Acedido em 24 de julho de 2012.
- Osmani, S.R. 2005.** "The Employment Nexus between Growth and Poverty: An Asian Perspective." Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, Estocolmo.
- Osmani, S.R., W. Mahmud, B. Sen, H. Dagdeviren, e A. Seth. 2006.** "The Macroeconomics of Poverty Reduction: The Case Study of Bangladesh." Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Programa Regional Ásia-Pacífico sobre a Macroeconomia da Redução da Pobreza, Nova Iorque.
- Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global. 2012.** *Resilient People, Resilient Planet: A Future Worth Choosing*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas.
- Park, K. 2011.** "New Development Partners and a Global Development Partnership." In H. Kharas, K. Makino, and W. Jung, eds., *Catalyzing Development: A New Vision for Aid*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
- Pasha, H.A., e T. Palanivel. 2004.** "Pro-Poor Growth and Policies: The Asian Experience." Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Programa Regional Ásia-Pacífico sobre a Macroeconomia da Redução da Pobreza, Nova Iorque.
- Pinker, S. 2011.** "Violence Vanquished." *The Wall Street Journal*, 24 de setembro. <http://online.wsj.com/article/SB10001424053111904106704576583203589408180.html>. Acedido em 15 de maio de 2012.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 1991.** *Relatório do Desenvolvimento Humano 1991*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- . 1993. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1993*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- . 1994. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1994*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- . 1995. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- . 1996. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1996*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- . 2008. *Relatório do Desenvolvimento Humano para a China 2007/08: Access for All: Basic Public Services for 1.3 Billion People*. Pequim: China Translation and Publishing Corporation.
- . 2009. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2009: Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos*. Nova Iorque: Palgrave Macmillian.
- . 2010a. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2010: A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o*

- Desenvolvimento Humano. Nova Iorque: Oxford University Press.
- . **2010b.** Relatório do Desenvolvimento Humano Regional para a América Latina e Caraíbas 2010: Acting on the Future: Breaking the Intergenerational Transmission of Inequality. Nova Iorque.
- . **2010c.** Relatório do Desenvolvimento Humano para a China 2009/10: China and A Sustainable Future: Towards a Low Carbon Economy and Society. Pequim: China Translation and Publishing Corporation.
- . **2011a.** Relatório do Desenvolvimento Humano 2011: Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos. Nova Iorque: Palgrave Macmillan
- . **2011b.** Relatório do Desenvolvimento Humano Regional: Beyond Transition: Towards Inclusive Societies. Bratislava.
- . **2012.** Relatório do Desenvolvimento Humano para as Caraíbas 2012: Human Development and the Shift to Better Citizen Security. Nova Iorque.
- Polanyi, K. 1944.** The Great Transformation. Nova Iorque: Rinehart.
- Population Reference Bureau. 2000.** "Is Education the Best Contraceptive?" Policy Brief. Population Reference Bureau, Washington, DC. www.prb.org/Publications/PolicyBriefs/IsEducationtheBestContraceptive.aspx. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Psacharopoulos G., e Z. Tzannatos. 1992.** "Latin American Women's Earnings and Participation in the Labor Force." Working Paper 856. Banco Mundial, Washington, DC. http://econ.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64165259&theSitePK=469372&piPK=64165421&menuPK=64166322&entityID=000009265_3961002093302. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Radelet, S., J. Sachs, e J.-W., Lee. 1997.** "Economic Growth in Asia." Development Discussion Paper 609. Harvard Institute for International Development, Cambridge, MA.
- Ranis, G., e F. Stewart. 2005.** "Dynamic Links Between the Economy and Human Development." Working Paper 8. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Nova Iorque. www.un.org/esa/desa/papers/2005/wp8_2005.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Ratha, D., e W. Shaw. 2007.** "South-South Migration and Remittances." Working Paper 102. Banco Mundial, Washington, DC. <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1110315015165/SouthSouthMigrationandRemittances.pdf>. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Ravallion, M. 2009.** "A Comparative Perspective on Poverty Reduction in Brazil, China and India." Policy Research Working Paper 5080. Banco Mundial, Washington, DC. http://econ.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64165259&theSitePK=469382&piPK=64165421&menuPK=64166093&entityID=000158349_20091130085835. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Reino Unido, Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro, Unidade "Exclusão Social". 2002.** "Reducing Re-Offending by Ex-Prisoners." Londres. www.thelearning-journey.co.uk/file.2007-10-01.1714894439/file_view. Acedido em 15 de maio de 2012.
- REN21 (Renewable Energy Policy Network for the 21st Century). 2012.** Renewables Global Status Report. Paris. www.map.ren21.net/GSR/GSR2012.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Revin, A. 2012. "Beyond Rio: Pursuing 'Ecological Citizenship.'" The New York Times, 25 de junho. <http://dotearth.blogs.nytimes.com/2012/06/25/beyond-rio-pursuing-ecological-citizenship/>. Acedido em 25 de junho de 2012.
- Ribas, R., V. Veras Soares, e G. Hirata. 2008.** "The Impact of CCTs: What We Know and What We Are Not Sure About." Poverty in Focus 15. International Poverty Centre for Inclusive Growth, Brasília.
- Rockström, J., W. Steffen, K. Noone, Å. Persson, F.S. Chapin, III, E. Lambin, T.M. Lenton, M. Scheffer, C. Folke, H. Schellnhuber, B. Nykvist, C.A. De Wit, T. Hughes, S. van der Leeuw, H. Rodhe, S. Sörlin, P.K. Snyder, R. Costanza, U. Svedin, M. Falkenmark, L. Karlberg, R.W. Corell, V.J. Fabry, J. Hansen, B. Walker, D. Liverman, K. Richardson, P. Crutzen, e J. Foley. 2009.** "Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity." Ecology and Society 14 (2). www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Rodriguez, F., e D. Rodrik. 2001.** "Trade Policy and Economic Growth: A Skeptic's Guide to the Cross-National Evidence." NBER Macroeconomics Annual 2000 15: 261–338.
- Rodrik, D. 1998.** Democracies Pay Higher Wages. Working Paper 6364. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.
- . **2001.** "The Global Governance of Trade as if Development Really Mattered." Documento elaborado para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. www.wcfia.harvard.edu/sites/default/files/529_Rodrik5.pdf. Acedido em 6 de agosto de 2012.
- . **2004.** "Industrial Policy for the Twenty-first Century." Projeto elaborado para a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial. Universidade de Harvard, John F. Kennedy School of Government, Cambridge, MA. www.hks.harvard.edu/fs/drodrik/Research%20papers/UNIDOSep.pdf. Acedido em 6 de agosto de 2012.
- . **2005.** "Notes on Trade and Industrialization Policy, in Turkey and Elsewhere." METU Studies in Development 32 (1): 259–274.
- . **2006.** The Social Cost of Foreign Exchange Reserves. Working Paper 11952. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research. www.nber.org/papers/w11952. Acedido em 15 de maio de 2012.
- . **2011.** The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy. Nova Iorque: W.W. Norton.
- . **2012.** "Global Poverty amid Global Plenty: Getting Globalization Right." Americas Quarterly, Spring: 40–45.
- Romero, S. 2012. "Brazil Gains Business and Influence as It Offers Aid and Loans in Africa." The New York Times, 7 de agosto. www.nytimes.com/2012/08/08/world/americas/brazil-gains-in-reaching-out-to-africa.html. Acedido em 8 de agosto de 2012.
- Romero, S., e J.M. Broder. 2012.** "Progress on the Sidelines as Rio Conference Ends." The New York Times, 23 de junho. www.nytimes.com/2012/06/24/world/americas/rio20-conference-ends-with-some-progress-on-the-sidelines.html. Acedido em 4 de novembro de 2012.
- Rose, P. 1995.** "Female Education and Adjustment Programs: A Cross-Country Statistical Analysis." World Development 23 (11): 1931–1949.
- Rosenfeld, R., S. Messner, e E. Baumer. 2001.** "Social Capital and Homicide." Social Forces 80 (1): 283–310.
- Sachs, J.D., e A. Warner. 1995.** "Economic Reform and the Process of Global Integration." Brookings Papers on Economic Activity 1: 1–118.
- Sala-i-Martin, X. 2006.** "The World Distribution of Income: Falling Poverty and . . . Convergence, Period." Quarterly Journal of Economics 121 (2): 351–397.
- Samake, I., e Y. Yang. 2011.** "Low-Income Countries' BRIC Linkage: Are There Growth Spillovers?" Working Paper 11/267. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC. www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2011/wp11267.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Sen, A. 2007.** "Unity and Discord in Social Development." Intervenção proferida no 15.º Simpósio do International Consortium for Social Development na Universidade Politécnica de Hong Kong, 16–20 de julho, RAE de Hong Kong, China.
- . **2012.** "A Crisis of European Democracy." The New York Times, 22 de maio. www.nytimes.com/2012/05/23/opinion/the-crisis-of-european-democracy.html. Acedido em 15 de julho de 2012.
- Serbessa, D.D. 2002.** "Differential Impact of Women's Educational Level on Fertility in Africa: The Case of Ethiopia." Universidade de Hiroshima, Japão. http://home.hiroshima-u.ac.jp/cice/e-forum/69Differential%20Impact%20Ed%20on%20Pop%20_Final_.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Serra, N., e J. E. Stiglitz. 2008.** The Washington Consensus Reconsidered: Towards a New Global Governance. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Sharma, R. 2012.** Breakout Nations: In Pursuit of the Next Economic Miracles. Nova Iorque: W.W. Norton.
- Sivananthiran, A., e C.S. Venkata Ratnam, eds. 2005.** Informal Economy: The Growing Challenge for Labor Administration. Genebra: Organização Internacional do Trabalho.
- Smith, A. 1776.** An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations. Nova Iorque: Modern Library.
- Sobhan, R. 2010.** Challenging the Injustice of Poverty. Washington, DC: Sage.
- . **2013.** "Commentary on Financial Architectures and Development: Resilience, Policy Space, and Human Development in the Global South by Prof. Ilene Gabel." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Socialbakers.com. 2012.** Facebook Statistics by Country. www.socialbakers.com/facebook-statistics/. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Sonobe, T., J.E. Akoten, e K. Otsuka. 2009. "An Exploration into the Successful Development of the Leather-Shoe Industry in Ethiopia." Review of Development Economics 13 (4): 719–736.
- Ssewanyana, S., J.M. Matovu, e E. Twimukye. 2011.** "Building on Growth in Uganda." In P. Chuhun-Pole and M. Angwafo, eds., Yes Africa Can: Success Stories From A Dynamic Continent. Washington, DC: Banco Mundial. http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/258643-1271798012256/YAC_Consolidated_Web.pdf. Acedido em 10 de agosto de 2012.
- Stads, G.-J., e N.M. Beintema. 2009.** Public Agricultural Research in Latin America and the Caribbean: Investment and Capacity Trends. ASTI Synthesis Report. Washington: International Food Policy Research Institute. www.asti.cgiar.org/pdf/LAC_Syn_Report.pdf. Acedido em 23 de outubro de 2012.

- Stern, N. 2003.** "Public Policy for Growth and Poverty Reduction." *CESifo Economic Studies* 49 (1): 5–25.
- . 2006. *The Stern Review Report on the Economics of Climate Change*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Stewart, F. 2013.** "Capabilities and Human Development: Beyond the Individual: The Critical Role of Social Institutions and Social Competencies." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Stiglitz, J.E. 2012.** "Macroeconomic Fluctuations, Inequality, and Human Development." *Journal of Human Development and Capabilities* 13 (1): 31–58.
- Stiglitz, J.E., A. Sen, e J.-P. Fitoussi. 2009.** Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. Paris: Comissão para a Aferição do Desempenho Económico e do Progresso Social.
- Subramanian, A., e D. Roy. 2001.** "Who Can Explain the Mauritian Miracle: Meade, Romer, Sachs, or Rodrik?" Working Paper 01/116. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC. www.imf.org/external/pubs/cat/longres.cfm?sk=15215.0. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Supremo Tribunal da Índia. 2010.** "Society for Un-aided Private Schools of Rajasthan Petitioner(s) versus U.O.I. & Anr." Sentença do Supremo Tribunal de Justiça de 12 de abril de 2012 sobre a Petição: Writ Petition (C) No. 95 de 2010.
- Suri, T., M.A. Boozer, G. Ranis, e F. Stewart. 2011.** "Paths to Success: The Relationship between Human Development and Economic Growth." *World Development* 39 (4): 506–522.
- Tangcharoensathien, V., W. Patcharanarumol, P. Ir, S.M. Aljunid, A.G. Mukti, K. Akkhavong, E. Banzon, D.B. Huong, H. Thabrany, e A. Mills. 2011.** "Health-Financing Reforms in Southeast Asia: Challenges in Achieving Universal Coverage." *The Lancet* 377 (9768): 863–873.
- Taylor, C.E., J.S. Newman, e N.U. Kelly. 1976.** "The Child Survival Hypothesis." *Population Studies* 30 (2): 263–278.
- Tejada, C. 2012.** "China Cancels Waste Project after Protests Turn violent." *Wall Street Journal*, 28 de julho. <http://business.newsplurk.com/2012/07/china-cancels-waste-project-after.html>. Acedido em 21 de dezembro de 2012.
- Thorp, R., e M. Paredes. 2011.** Ethnicity and the Persistence of Inequality: The Case of Peru. Basingstoke, Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- Tomlinson, B.R. 2003.** "What Was the Third World?" *Journal of Contemporary History* 38 (2): 307–321.
- Tsounta, E. 2009.** "Universal Health Care 101: Lessons from the Eastern Caribbean and Beyond." Working Paper WP/09/61. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC. www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2009/wp0961.pdf. Acedido em 15 de maio de 2012.
- UIT (União Internacional de Telecomunicações). 2012.** World Telecommunication/ICT Indicators Database. www.itu.int/ITU-D/ict/statistics/. Acedido em 15 de maio de 2012.
- UNDESA (Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas). 2007.** World Economic and Social Survey 2007: Development in an Ageing World. Nova Iorque: United Nations Publications.
- . 2010. Development Cooperation for the MDGs: Maximizing Results. Nova Iorque: ONU.
- UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), Instituto de Estatística. Vários anos.** Centro de Dados. <http://stats.uis.unesco.org>. Acedido em 15 de maio de 2012.
- UNODC (Gabinete das Nações Unidas para a Droga e a Criminalidade). 2012.** 2011 Global Study on Homicide: Trends, Contexts, Data. www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/Homicide/Globa_study_on_homicide_2011_web.pdf. Acedido em 30 de maio de 2012.
- UNSD (Divisão de Estatística das Nações Unidas). 2012.** United Nations Commodity Trade Statistics Database. <http://comtrade.un.org>. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Vos, R. 2010.** "The Crisis of Globalization as an Opportunity to Create a Fairer World." *Journal of Human Development and Capabilities* 11 (1): 143–160.
- Wacziarg, R., e K.H. Welch. 2008.** "Trade Liberalization and Growth: New Evidence." *World Bank Economic Review* 22 (2): 187–231.
- Westaway, J. 2012.** "Globalization, Sovereignty and Social Unrest." *Journal of Politics and Law* 5 (2): 132–139.
- Whalley, J., e A. Weisbrod. 2011.** "The Contribution of Chinese FDI to Africa's Pre-Crisis Growth Surge." *voxEU*, 21 de dezembro. www.voxeu.org/article/ contribution-chinese-fdi-africa-s-growth. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Wilkinson, R., e K. Pickett. 2009.** *The Spiritual Level*. Nova Iorque: Bloomsbury Press.
- . 2012. "Sorry Nick Clegg – Social Mobility and Austerity Just Don't Mix." *The Guardian*, 15 de maio. www.guardian.co.uk/commentisfree/2012/may/15/nick-clegg-social-mobility-austerity. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Wines, M., e S. LaFraniere. 2011.** "In Baring Facts of Train Crash, Blogs Erode China Censorship." *The New York Times*, 28 de julho. www.nytimes.com/2011/07/29/world/asia/29china.html. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Winters, L.A. 2004.** "Trade Liberalisation and Economic Performance: An Overview." *Economic Journal* 114 (493): F4–F21.
- Wiseman, P. 2002.** "China Thrown Off Balance as Boys Outnumber Girls." *USA Today*, 19 de junho. www.usatoday.com/news/world/2002/06/19/china-usat.htm. Acedido em 24 de julho de 2012.
- Woods, N. 2010.** "Global Governance after the Financial Crisis: A New Multilateralism or the Last Gasp of the Great Powers?" *Global Policy* 1 (1): 51–63.
- King, Y., e N. Detert. 2010.** "How the iPhone Widens the United States Trade Deficit with the People's Republic of China." Working Paper 257. Instituto do Banco Asiático de Desenvolvimento, Tóquio. www.adbi.org/working-paper/2010/12/14/4236.iphone.widens.us.trade.deficit.prc/. Acedido em 15 de maio de 2012.
- Zafar, A. 2011.** "Mauritius: An Economic Success Story." In P. Chuhan-Pole and M. Angwafo, eds., *Yes Africa Can: Success Stories From A Dynamic Continent*. Washington, DC: Banco Mundial http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/258643-1271798012256/YAC_Consolidated_Web.pdf. Acedido em 10 de agosto de 2012.
- Zuckerberg, M. 2012.** "One Billion People on Facebook." <http://newsroom.fb.com/News/457/One-Billion-People-on-Facebook>. Acedido em 4 de outubro de 2012.
- Zuzana, B., e L. Ndikumana. Em breve.** "The Global Financial Crisis and Africa: The Effects and Policy Responses." In G. Epstein and M. H. Wolfson, eds., *The Oxford Handbook of the Political Economy of Financial Crisis*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.

Anexo estatístico

Guia do leitor	145
Classificação do IDH de 2012	149
Tabelas estatísticas	150
Índices de desenvolvimento humano	
1 Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes	150
2 Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1980-2012	154
3 Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade	158
Índices experimentais	
4 Índice de Desigualdade de Género	162
5 Índice de Pobreza Multidimensional	166
Indicadores do desenvolvimento humano	
6 Controlo dos recursos	168
7 Saúde	172
8 Educação	176
9 Integração social	180
10 Fluxos comerciais internacionais de produtos e serviços	184
11 Fluxos financeiros e migrações internacionais	188
12 Inovação e tecnologia	192
13 Ambiente	196
14 Tendências populacionais	200
Regiões	204
Referências estatísticas	205
Anexo técnico: nota explicativa do exercício de projeção	206

Guia do leitor

As 14 tabelas estatísticas proporcionam uma visão geral dos aspectos cruciais do desenvolvimento humano. As tabelas incluem índices compostos estimados pelo Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH), utilizando os dados de que este dispunha em 15 de Outubro de 2012. Todos os indicadores, assim como as notas técnicas sobre os cálculos dos indicadores compostos e fontes de informação suplementares encontram-se disponíveis em linha em <http://hdr.undp.org/en/statistics>.

Os países e territórios encontram-se classificados pelo respetivo valor do IDH de 2012. A avaliação da solidez e fiabilidade demonstrou que, no que se refere à maioria dos países, o IDH não é significativo em termos estatísticos a partir da terceira casa decimal (ver Aguna e Kovacevic, 2011, bem como Høyland, Moene, e Willumsen, 2011). Por esta razão, os países que apresentam os mesmos valores na terceira casa decimal do respetivo IDH são classificados *ex-aequo*.

Fontes e definições

O GRDH usa os dados fornecidos pelas agências de dados internacionais que dispõem do mandato, recursos e competências para recolher dados nacionais sobre indicadores específicos, exceto quando especificado em contrário.

No final de cada tabela são apresentadas as definições dos indicadores e fontes dos componentes dos dados originais, com referências completas nas *Referências Estatísticas*.

Comparações ao longo do tempo e entre edições do Relatório

Dado que as agências de dados internacionais melhoram continuamente as suas séries de dados, os dados apresentados neste Relatório – incluindo os valores e classificações de IDH – não são comparáveis com os publicados em edições anteriores. No que se refere ao IDH, são apresentadas na Tabela 2 tendências que usam dados consistentes – calculados em intervalos de cinco anos para o período 1980–2012.

Discrepâncias entre estimativas nacionais e internacionais

As estimativas nacionais e internacionais de dados podem apresentar discrepâncias, uma vez que as agências de dados internacionais harmonizam os dados nacionais para os tornar comparáveis entre países, produzem uma estimativa dos dados inexistentes ou não incorporam os dados nacionais mais recentes. Quando o GRDH se apercebe da

existência de discrepâncias, estas são levadas ao conhecimento das autoridades de dados nacionais e internacionais.

Agrupamentos e agregados de países

Nas tabelas apresentam-se diversos agregados ponderados. Em geral, só é mostrado um agregado quando estão disponíveis dados relevantes para, pelo menos, metade dos países e esses dados representam, pelo menos, dois terços da população disponível nessa classificação. Os agregados para cada classificação representam apenas os países para os quais estão disponíveis dados.

Classificação do desenvolvimento humano

As classificações do IDH são relativas, baseadas nos quartis da distribuição do IDH pelos 187 países que possuem um IDH considerado muito elevado, elevado, médio (cada um com 47 países) e baixo (com 46 países).

Agrupamentos regionais

Os agrupamentos regionais têm por base a classificação regional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Os Países Menos Desenvolvidos ou os Pequenos Estados Insulares em Vias de Desenvolvimento são definidos de acordo com classificações das Nações Unidas. A composição de cada região é apresentada em Regiões.

Notas sobre países

Os dados relativos à China não incluem a Região Administrativa Especial de Hong Kong, a Região Administrativa Especial de Macau e a Província de Taiwan, exceto quando especificado em contrário. Os dados relativos ao Sudão incluem os do Sudão do Sul a menos que indicado em contrário.

Símbolos

A dash between two years, as in 2005–2012, indicates that the data are the most recent year available in the period specified. A slash between years, as in 2005/2012, indicates average for the period defined. Growth rates are usually average annual rates of growth between the first and last years of the period shown.

The following symbols are used in the tables:

-	Not available
0 or 0.0	Nil or negligible
—	Not applicable

Agradecimentos no domínio da estatística

Os índices compostos e outros recursos estatísticos utilizados no Relatório têm como fonte um vasto leque dos mais respeitáveis fornecedores de dados internacionais nos respetivos campos de especialização. Estamos particularmente gratos ao Centro de Análise de Informação sobre Dióxido de Carbono do Departamento da Energia dos E.U.A.; ao Centro de Investigação sobre a Epidemiologia de Catástrofes; ao Eurostat; à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura; à Gallup; à ICF Macro; à Agência Internacional de Energia; à Organização Internacional do Trabalho; ao Fundo Monetário Internacional; à União Internacional das Telecomunicações; à União Internacional para a Conservação da Natureza; à União Interparlamentar; ao Estudo sobre Rendimento do Luxemburgo; à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos; ao Instituto Internacional de Investigação da Paz de Estocolmo; ao Fundo das Nações Unidas para a Infância; à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; ao Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas; à Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina e as Caraíbas; ao Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; ao Gabinete Nações Unidas contra a Droga e o Crime; à Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas; ao Banco Mundial; à Organização Mundial de Saúde; e à Organização Mundial da Propriedade Intelectual. A base de dados internacional mantida por Robert Barro (Universidade de Harvard) e Jong-Wha Lee (Universidade da Coreia) constitui igualmente uma inestimável fonte de informações para o cálculo dos índices utilizados no Relatório.

Tabelas

As primeiras cinco tabelas contêm os Índices de Desenvolvimento Humano e seus componentes; as restantes nove tabelas apresentam um conjunto mais alargado de indicadores relacionados com o desenvolvimento humano. São apresentados, a partir do *Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010*, quatro índices de Desenvolvimento Humano compostos: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), o Índice de Desigualdade de Género (IDG) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). O IDG e o IPM continuam a ser índices experimentais.

Os valores do IDH, juntamente com os valores dos quatro indicadores que o compõem relativos à longevidade, educação e rendimento são apresentados na **tabela 1**. Os países são classificados de acordo com o valor do IDH. A diferença entre a

classificação por Rendimento Nacional Bruto e por IDH indica se determinado país é eficiente na utilização do seu rendimento para fins de progresso no que respeita às duas dimensões do IDH que não se prendem com o rendimento. O IDH de não rendimento é calculado com vista a proporcionar um meio suplementar de comparação entre os países e de ordenação dos países com base nos progressos conseguidos nas dimensões que não se prendem com o rendimento. Na **tabela 2**, apresenta-se uma série cronológica dos valores relativos ao IDH com base nos dados disponíveis em 2012, recorrendo, por conseguinte, à mais recente revisão dos dados históricos e da metodologia. Trata-se da única forma de comparar os valores relativos ao IDH de 2012 com os do ano transato. As alterações de classificação com base no IDH ao longo dos últimos cinco anos e entre 2011 e 2012, bem como a média anual de crescimento do IDH ao longo de quatro períodos de tempo permitem uma fácil avaliação da direção para que aponta a mudança e da velocidade a que esta ocorre no que respeita ao IDH.

A **tabela 3** apresenta o IDHAD, que vai mais longe do que as realizações médias em matéria de saúde, educação e rendimento, refletindo a distribuição dessas realizações entre os residentes, descontando o valor médio de cada dimensão de acordo com o seu nível de desigualdade. O IDHAD pode ser interpretado como o nível efetivo de desenvolvimento humano (tomando em consideração a desigualdade), enquanto o IDH reflete o desenvolvimento humano potencial, que poderia ser alcançado se as realizações fossem distribuídas de forma igualitária entre os residentes. A diferença entre o IDH e o IDHAD, expressa em percentagem, define a perda de desenvolvimento humano potencial devida à desigualdade. A diferença nas classificações dadas pelo IDH e pelo IDHAD revela que, tendo em conta a desigualdade, a classificação de determinado país diminui (valor negativo) ou aumenta (positivo).

Na **tabela 4**, o Índice de Desigualdade de Género apresenta uma medida composta experimental da desigualdade nos progressos verificados entre mulheres e homens em três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho. O IDG está concebido de molde a proporcionar as bases empíricas para os esforços de análise política e de defesa da igualdade. Um valor elevado indica a existência de elevada desigualdade entre mulheres e homens.

Na **tabela 5**, apresenta-se o Índice de Pobreza Multidimensional, uma medida experimental destinada a registar as privações sobrepostas que as pessoas enfrentam em matéria de níveis de educação, saúde e vida. O IPM mostra simultaneamente a incidência da pobreza multidimensional não relacionada com o rendimento (uma contagem per capita das pessoas em situação de pobreza multidimensional) e da sua intensidade (o número relativo de privações sobrepostas que as pessoas sofrem). Inclui-se o contributo das privações verificadas em cada uma das dimensões

para a pobreza total, a fim de proporcionar uma visão geral das pessoas que vivem na pobreza. Os países são apresentados por ordem alfabética em dois grupos de acordo com o ano do estudo utilizado para calcular o IPM.

A **tabela 6** combina indicadores macroeconômicos, como o produto interno bruto (PIB), a formação bruta de capital fixo e o índice de preços no consumidor, com os indicadores da despesa pública. Habitualmente, durante os períodos de incerteza econômica ou de recessão, a formação bruta de capital fixo diminui. O índice de preços no consumidor é apresentado como uma medida da inflação. Os indicadores relativos à despesa pública são apresentados em duas alturas diferentes, a fim de permitir uma análise das mudanças operadas ao nível da despesa. Estes indicadores podem ser utilizados para analisar as prioridades em matéria de despesa pública e o padrão da despesa e para determinar a relação entre a despesa e os progressos em matéria de desenvolvimento humano.

A **tabela 7** apresenta diversos indicadores sobre a saúde das crianças, dos jovens e dos adultos. São igualmente incluídos dois indicadores relativos à qualidade dos serviços de saúde. A **tabela 8** apresenta os indicadores normalizados relativos à educação, juntamente com indicadores da qualidade da educação, incluindo as médias das classificações em exames (e desvios das médias das classificações) de leitura, matemática e ciências. Os indicadores da qualidade da educação têm por base os exames normalizados a que são sujeitos os alunos de 15 anos de idade no âmbito do Programme for International Student Assessment – PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) da OCDE, recorrendo ao conjunto de dados de 2009, que se refere a 63 Estados-Membros da ONU. Os indicadores de qualidade com base em exames são complementados por outros dois indicadores da qualidade da educação, a saber, um indicador relativo aos professores do ensino primário com formação para o ensino e um indicador de satisfação com a qualidade do ensino baseado na perceção.

Na **tabela 9**, os dados sobre integração social revelam até que ponto determinada sociedade é inclusiva e integrada. Os indicadores mostram, em particular, a situação em matéria de igualdade de direitos e oportunidades no emprego, desigualdade em geral, segurança humana, confiança e satisfação comunitária. O recurso a indicadores objetivos e baseados na perceção que sejam complementares permite formar uma ideia da integração social assente em mais matizes. A satisfação com a vida, a liberdade e o emprego

permitem uma incidência nas opiniões dos indivíduos sobre a respetiva situação pessoal, enquanto a confiança nas pessoas e no governo, juntamente com a satisfação comunitária permitem perceber a satisfação dos cidadãos com a sociedade em geral.

O grau de integração de um país na economia mundial está espelhado na **tabela 10**. Estabelece-se uma distinção entre o comércio de bens finais e o comércio de partes e componentes de molde a perceber o fenómeno da partilha global do valor acrescentado e da produção, com implicações políticas significativas para o crescimento do comércio mundial e o desenvolvimento económico dos países do Sul.

Na **tabela 11** apresentam-se indicadores relativos a dois aspectos da globalização: fluxos de capital e mobilidade humana. O aumento do investimento externo é uma medida do crescimento da globalização económica. A migração constitui uma oportunidade de emprego e de envio de remessas para o país de origem, reforçando a mão-de-obra nos países de acolhimento. A mobilidade humana em todas as suas formas constitui igualmente um fator potencial da compreensão transcultural.

A **tabela 12** reflete a importância do investimento em investigação e desenvolvimento para a melhoria do desenvolvimento humano e o reforço das capacidades dos países com vista a poderem efetivamente adotar e usar as tecnologias. A **tabela 13** ilustra o que se passa em matéria de sustentabilidade ambiental. Dá a conhecer a percentagem que os combustíveis fósseis e as fontes de energia renováveis representam no abastecimento de energia; apresenta três formas de olhar para as emissões de dióxido de carbono e de gases com efeito de estufa; e dá a conhecer medidas importantes para os ecossistemas e os recursos naturais. Esta tabela apresenta igualmente indicadores sobre os impactos diretos das mudanças no ambiente físico para o ser humano.

Apresentam-se, na **tabela 14**, os grandes indicadores demográficos necessários para compreender a atual situação demográfica e a direção das mudanças em curso. É possível comparar as estatísticas relativas à idade média das populações, os rácios de dependência e as taxas de fertilidade total, para avaliar a sua pressão sobre a população ativa e a capacidade das sociedades de se autossustentarem. Os desvios no rácio natural dos géneros à nascença têm implicações nas taxas de substituição das populações e são reveladores de preconceitos sexistas e de eventuais futuros problemas sociais e económicos.

Classificação do IDH de 2012

Afeganistão	v	Estados Federados da Micronésia	117	Namíbia	128
África do Sul	121	Estados Unidos	3	Nepal	157
Albânia	70	Estónia	33	Nicarágua	129
Alemanha	5	Etiópia	173	Níger	186
Andorra	33	Federação Russa	55	Nigéria	153
Angola	148	Fiji, Ilhas	96	Noruega	1
Antiga República Jugoslava da Macedónia	78	Filipinas	114	Nova Zelândia	6
Antígua e Barbuda	67	Finlândia	21	Omã	84
Arábia Saudita	57	França	20	Países Baixos	4
Argélia	93	Gabão	106	Palau	52
Argentina	45	Gâmbia	165	Palestina, Estado da	110
Arménia	87	Gana	135	Panamá	59
Austrália	2	Geórgia	72	Papuásia - Nova Guiné	156
Áustria	18	Granada	63	Paquistão	146
Azerbaijão	82	Grécia	29	Paraguai	111
Bahamas	49	Guatemala	133	Peru	77
Bangladeche	146	Guiana	118	Polónia	39
Barain	48	Guiné	178	Portugal	43
Barbados	38	Guiné Equatorial	136	Qatar	36
Bélgica	17	Guiné-Bissau	176	Quénia	145
Belize	96	Haiti	161	Quirguizistão	125
Benim	166	Honduras	120	Quiribati	121
Bielorrússia	50	Hong Kong, China (RAE)	13	Reino Unido	26
Bolívia, Estado Plurinacional da	108	Hungria	37	República Checa	28
Bósnia-Herzegovina	81	Iémen	160	República Dominicana	96
Botsuana	119	Ilhas Salomão	143	Roménia	56
Brasil	85	Índia	136	Ruanda	167
Brunei Darussalam	30	Indonésia	121	Samoa	96
Bulgária	57	Irão, República Islâmica do	76	Santa Lúcia	88
Burquina Faso	183	Iraque	131	São Cristóvão e Nevis	72
Burundi	178	Irlanda	7	São Tomé e Príncipe	144
Butão	140	Islândia	13	São Vicente e Granadinas	83
Cabo Verde	132	Israel	16	Seicheles	46
Camarões	150	Itália	25	Senegal	154
Camboja	138	Jamaica	85	Serra Leoa	177
Canadá	11	Japão	10	Sérvia	64
Cazaquistão	69	Jordânia	100	Singapura	18
Centro-Africana, República	180	Koweit	54	Síria, República Árabe da	116
Chade	184	Laos, República Democrática Popular do	138	Sri Lanca	92
Chile	40	Lesoto	158	Suazilândia	141
China, República Popular da	101	Letónia	44	Sudão	171
Chipre	31	Líbano	72	Suécia	7
Colômbia	91	Libéria	174	Suíça	9
Comores	169	Líbia	64	Suriname	105
Congo	142	Listenstaine	24	Tailândia	103
Congo, República Democrática do	186	Lituânia	41	Tajiquistão	125
Coreia, República da	12	Luxemburgo	26	Tanzânia, República Unida da	152
Costa do Marfim	168	Madagáscar	151	Timor-Leste	134
Costa Rica	62	Malásia	64	Togo	159
Croácia	47	Malauí	170	Tonga	95
Cuba	59	Maldivas	104	Trinidade e Tobago	67
Dinamarca	15	Mali	182	Tunísia	94
Djibouti	164	Malta	32	Turquemenistão	102
Domínica	72	Marrocos	130	Turquia	90
Egito	112	Maurícia	80	Ucrânia	78
El Salvador	107	Mauritânia	155	Uganda	161
Emiratos Árabes Unidos	41	México	61	Uruguai	51
Equador	89	Mianmar	149	Usbequistão	114
Eritreia	181	Moçambique	185	Vanuatu	124
Eslováquia	35	Moldávia, República da	113	Venezuela, República Bolivariana da	71
Eslovénia	21	Mongólia	108	Vietname	127
Espanha	23	Montenegro	52	Zâmbia	163
				Zimbabué	172

Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Esperança de vida à nascença	Média de anos de escolaridade	Anos de escolaridade esperados	Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita	Classificação do RNB per capita menos a Classificação do IDH	IDH de não rendimento	
	Valor	(Anos)	(Anos)	(Anos)	(PPC em USD de 2005)		Valor	
Classificação do IDH	2012	2012	2010 ^a	2011 ^b	2012	2012	2012	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO								
1	Noruega	0,955	81,3	12,6	17,5	48.688	4	0,977
2	Austrália	0,938	82,0	12,0 ^c	19,6 ^d	34.340	15	0,978
3	Estados Unidos	0,937	78,7	13,3	16,8	43.480	6	0,958
4	Países Baixos	0,921	80,8	11,6 ^e	16,9	37.282	8	0,945
5	Alemanha	0,920	80,6	12,2	16,4 ^e	35.431	10	0,948
6	Nova Zelândia	0,919	80,8	12,5	19,7 ^d	24.358	26	0,978
7	Irlanda	0,916	80,7	11,6	18,3 ^d	28.671	19	0,960
7	Suécia	0,916	81,6	11,7 ^e	16,0	36.143	6	0,940
9	Suíça	0,913	82,5	11,0 ^e	15,7	40.527	2	0,926
10	Japão	0,912	83,6	11,6 ^e	15,3	32.545	11	0,942
11	Canadá	0,911	81,1	12,3	15,1	35.369	5	0,934
12	Coreia, República da	0,909	80,7	11,6	17,2	28.231	15	0,949
13	Hong Kong, China (RAE)	0,906	83,0	10,0	15,5	45.598	-6	0,907
13	Islândia	0,906	81,9	10,4	18,3 ^d	29.176	12	0,943
15	Dinamarca	0,901	79,0	11,4 ^e	16,8	33.518	4	0,924
16	Israel	0,900	81,9	11,9	15,7	26.224	13	0,942
17	Bélgica	0,897	80,0	10,9 ^e	16,4	33.429	3	0,917
18	Áustria	0,895	81,0	10,8	15,3	36.438	-5	0,908
18	Singapura	0,895	81,2	10,1 ^e	14,4 ^f	52.613	-15	0,880
20	França	0,893	81,7	10,6 ^e	16,1	30.277	4	0,919
21	Finlândia	0,892	80,1	10,3	16,9	32.510	2	0,912
21	Eslovênia	0,892	79,5	11,7	16,9	23.999	12	0,936
23	Espanha	0,885	81,6	10,4 ^e	16,4	25.947	8	0,919
24	Listenstaine	0,883	79,8	10,3 ^g	11,9	84.880 ^h	-22	0,832
25	Itália	0,881	82,0	10,1 ^e	16,2	26.158	5	0,911
26	Luxemburgo	0,875	80,1	10,1	13,5	48.285	-20	0,858
26	Reino Unido	0,875	80,3	9,4	16,4	32.538	-5	0,886
28	República Checa	0,873	77,8	12,3	15,3	22.067	10	0,913
29	Grécia	0,860	80,0	10,1 ^e	16,3	20.511	13	0,899
30	Brunei Darussalam	0,855	78,1	8,6	15,0	45.690	-23	0,832
31	Chipre	0,848	79,8	9,8	14,9	23.825	4	0,869
32	Malta	0,847	79,8	9,9	15,1	21.184	9	0,876
33	Andorra	0,846	81,1	10,4 ⁱ	11,7	33.918 ^j	-15	0,839
33	Estônia	0,846	75,0	12,0	15,8	17.402	13	0,892
35	Eslováquia	0,840	75,6	11,6	14,7	19.696	9	0,872
36	Qatar	0,834	78,5	7,3	12,2	87.478 ^k	-35	0,761
37	Hungria	0,831	74,6	11,7	15,3	16.088	13	0,874
38	Barbados	0,825	77,0	9,3	16,3	17.308	10	0,859
39	Polónia	0,821	76,3	10,0	15,2	17.776	7	0,851
40	Chile	0,819	79,3	9,7	14,7	14.987	13	0,863
41	Lituânia	0,818	72,5	10,9	15,7	16.858	7	0,850
41	Emiratos Árabes Unidos	0,818	76,7	8,9	12,0	42.716	-31	0,783
43	Portugal	0,816	79,7	7,7	16,0	19.907	0	0,835
44	Letónia	0,814	73,6	11,5 ^e	14,8	14.724	10	0,856
45	Argentina	0,811	76,1	9,3	16,1	15.347	7	0,848
46	Seicheles	0,806	73,8	9,4 ⁱ	14,3	22.615	-9	0,808
47	Croácia	0,805	76,8	9,8 ^e	14,1	15.419	4	0,837
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO								
48	Barain	0,796	75,2	9,4	13,4 ^e	19.154	-3	0,806
49	Bahamas	0,794	75,9	8,5	12,6	27.401	-21	0,777
50	Bielorrússia	0,793	70,6	11,5 ⁱ	14,7	13.385	11	0,830
51	Uruguai	0,792	77,2	8,5 ^e	15,5	13.333	11	0,829
52	Montenegro	0,791	74,8	10,5 ⁱ	15,0	10.471	24	0,850
52	Palau	0,791	72,1	12,2	13,7 ^e	11.463 ^m	18	0,840
54	Koweit	0,790	74,7	6,1	14,2	52.793	-51	0,730
55	Federação Russa	0,788	69,1	11,7	14,3	14.461	0	0,816
56	Roménia	0,786	74,2	10,4	14,5	11.011	16	0,836
57	Bulgária	0,782	73,6	10,6 ^e	14,0	11.474	12	0,826
57	Arábia Saudita	0,782	74,1	7,8	14,3	22.616	-21	0,774
59	Cuba	0,780	79,3	10,2	16,2	5.539 ⁿ	44	0,894
59	Panamá	0,780	76,3	9,4	13,2	13.519	1	0,810

Classificação IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Esperança de vida à nascença	Média de anos de escolaridade	Anos de escolaridade esperados	Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita	Diferença entre a classificação do RNB per capita e a Classificação IDH	IDH não associado ao rendimento
	Valor	(Anos)	(Anos)	(Anos)	(PPC em USD de 2005)		Valor
	2012	2012	2010 ^a	2011 ^b	2012	2012	2012
61 México	0,775	77,1	8,5	13,7	12.947	4	0,805
62 Costa Rica	0,773	79,4	8,4	13,7	10.863	12	0,816
63 Granada	0,770	76,1	8,6 ^e	15,8	9.257	21	0,827
64 Líbia	0,769	75,0	7,3	16,2	13.765	-8	0,791
64 Malásia	0,769	74,5	9,5	12,6	13.676	-7	0,791
64 Sérvia	0,769	74,7	10,2 ^c	13,6	9.533	16	0,823
67 Antígua e Barbuda	0,760	72,8	8,9	13,3	13.883	-12	0,776
67 Trinidad e Tobago	0,760	70,3	9,2	11,9	21.941	-28	0,743
69 Cazaquistão	0,754	67,4	10,4	15,3	10.451	8	0,791
70 Albânia	0,749	77,1	10,4	11,4	7.822	21	0,807
71 Venezuela, República Bolivariana da	0,748	74,6	7,6 ^c	14,4	11.475	-2	0,774
72 Dominica	0,745	77,6	7,7 ⁱ	12,7	10.977	-1	0,771
72 Geórgia	0,745	73,9	12,1 ^o	13,2	5.005	37	0,845
72 Líbano	0,745	72,8	7,9 ⁱ	13,9	12.364	-5	0,762
72 São Cristóvão e Nevis	0,745	73,3	8,4 ^e	12,9	12.460	-5	0,763
76 Irão, República Islâmica do	0,742	73,2	7,8	14,4	10.695	-1	0,769
77 Peru	0,741	74,2	8,7	13,2	9.306	6	0,780
78 Antiga República Jugoslava da Macedónia	0,740	75,0	8,2 ^o	13,4	9.377	2	0,777
78 Ucrânia	0,740	68,8	11,3	14,8	6.428	22	0,813
80 Maurícia	0,737	73,5	7,2	13,6	13.300	-17	0,745
81 Bósnia-Herzegovina	0,735	75,8	8,3 ⁱ	13,4	7.713	13	0,787
82 Azerbaijão	0,734	70,9	11,2 ⁱ	11,7	8.153	5	0,780
83 São Vicente e Granadinas	0,733	72,5	8,6 ^e	13,3	9.367	-1	0,767
84 Omã	0,731	73,2	5,5 ⁱ	13,5	24.092	-51	0,694
85 Brasil	0,730	73,8	7,2	14,2	10.152	-8	0,755
85 Jamaica	0,730	73,3	9,6	13,1	6.701	14	0,792
87 Arménia	0,729	74,4	10,8	12,2	5.540	16	0,808
88 Santa Lúcia	0,725	74,8	8,3 ^e	12,7	7.971	1	0,768
89 Equador	0,724	75,8	7,6	13,7	7.471	7	0,772
90 Turquia	0,722	74,2	6,5	12,9	13.710	-32	0,720
91 Colômbia	0,719	73,9	7,3	13,6	8.711	-6	0,751
92 Sri Lanca	0,715	75,1	9,3 ^c	12,7	5.170	18	0,792
93 Argélia	0,713	73,4	7,6	13,6	7.418	4	0,755
94 Tunísia	0,712	74,7	6,5	14,5	8.103	-6	0,746
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO							
95 Tonga	0,710	72,5	10,3 ^c	13,7	4.153	26	0,807
96 Belize	0,702	76,3	8,0 ^c	12,5	5.327	8	0,767
96 República Dominicana	0,702	73,6	7,2 ^c	12,3	8.506	-11	0,726
96 Fiji, Ilhas	0,702	69,4	10,7 ^c	13,9	4.087	24	0,794
96 Samoa	0,702	72,7	10,3 ⁱ	13,0	3.928	28	0,800
100 Jordânia	0,700	73,5	8,6	12,7	5.272	8	0,766
101 China, República Popular da	0,699	73,7	7,5	11,7	7.945	-11	0,728
102 Turquemenistão	0,698	65,2	9,9 ^p	12,6 ^e	7.782	-10	0,727
103 Tailândia	0,690	74,3	6,6	12,3	7.722	-10	0,715
104 Maldivas	0,688	77,1	5,8 ^c	12,5	7.478	-9	0,715
105 Suriname	0,684	70,8	7,2 ^o	12,4	7.327	-7	0,710
106 Gabão	0,683	63,1	7,5	13,0	12.521	-40	0,668
107 El Salvador	0,680	72,4	7,5	12,0	5.915	-5	0,723
108 Bolívia, Estado Plurinacional da	0,675	66,9	9,2	13,5	4.444	7	0,740
108 Mongólia	0,675	68,8	8,3	14,3	4.245	10	0,746
110 Palestina, Estado da	0,670	73,0	8,0 ⁱ	13,5	3.359 ^q	20	0,761
111 Paraguai	0,669	72,7	7,7	12,1	4.497	4	0,730
112 Egito	0,662	73,5	6,4	12,1	5.401	-6	0,702
113 Moldávia, República da	0,660	69,6	9,7	11,8	3.319	19	0,747
114 Filipinas	0,654	69,0	8,9 ^c	11,7	3.752	11	0,724
114 Usbequistão	0,654	68,6	10,0 ^o	11,6	3.201	19	0,740
116 Síria, República Árabe da	0,648	76,0	5,7 ^c	11,7 ^e	4.674 ^r	-2	0,692
117 Micronésia, Estados Federados da	0,645	69,2	8,8 ^p	11,4 ^e	3.352 ^m	14	0,719
118 Guiana	0,636	70,2	8,5	10,3	3.387	11	0,703
119 Botsuana	0,634	53,0	8,9	11,8	13.102	-55	0,596
120 Honduras	0,632	73,4	6,5	11,4	3.426	8	0,695
121 Indonésia	0,629	69,8	5,8	12,9	4.154	-3	0,672

TABELA 1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SEUS COMPONENTES

	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Esperança de vida à nascença	Média de anos de escolaridade	Anos de escolaridade esperados	Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita	Classificação do RNB per capita menos a Classificação do IDH	IDH de não rendimento
	Valor	(Anos)	(Anos)	(Anos)	(PPC em USD de 2005)		Valor
Classificação do IDH	2012	2012	2010 ^a	2011 ^b	2012	2012	2012
121 Quiribati	0,629	68,4	7,8 ^e	12,0	3.079	13	0,701
121 África do Sul	0,629	53,4	8,5 ^e	13,1 ^e	9.594	-42	0,608
124 Vanuatu	0,626	71,3	6,7 ^e	10,6	3.960	-1	0,672
125 Quirguizistão	0,622	68,0	9,3	12,6	2.009	24	0,738
125 Tajiquistão	0,622	67,8	9,8	11,5	2.119	19	0,731
127 Vietname	0,617	75,4	5,5	11,9	2.970	9	0,686
128 Namíbia	0,608	62,6	6,2	11,3	5.973	-27	0,611
129 Nicarágua	0,599	74,3	5,8	10,8	2.551	10	0,671
130 Marrocos	0,591	72,4	4,4	10,4	4.384	-13	0,608
131 Iraque	0,590	69,6	5,6	10,0	3.557	-4	0,623
132 Cabo Verde	0,586	74,3	3,5 ^e	12,7	3.609	-6	0,617
133 Guatemala	0,581	71,4	4,1	10,7	4.235	-14	0,596
134 Timor-Leste	0,576	62,9	4,4 ^s	11,7	5.446	-29	0,569
135 Gana	0,558	64,6	7,0	11,4	1.684	22	0,646
136 Guiné Equatorial	0,554	51,4	5,4 ^a	7,9	21.715	-97	0,463
136 Índia	0,554	65,8	4,4	10,7	3.285	-3	0,575
138 Camboja	0,543	63,6	5,8	10,5	2.095	9	0,597
138 Laos, República Democrática Popular do	0,543	67,8	4,6	10,1	2.435	2	0,584
140 Butão	0,538	67,6	2,3 ^s	12,4	5.246	-31	0,516
141 Suazilândia	0,536	48,9	7,1	10,7	5.104	-30	0,515
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO							
142 Congo	0,534	57,8	5,9	10,1	2.934	-5	0,553
143 Ilhas Salomão	0,530	68,2	4,5 ^p	9,3	2.172	1	0,572
144 São Tomé e Príncipe	0,525	64,9	4,7 ^s	10,8	1.864	7	0,579
145 Quênia	0,519	57,7	7,0	11,1	1.541	15	0,588
146 Bangladesh	0,515	69,2	4,8	8,1	1.785	9	0,567
146 Paquistão	0,515	65,7	4,9	7,3	2.566	-9	0,534
148 Angola	0,508	51,5	4,7 ^s	10,2	4.812	-35	0,479
149 Mianmar	0,498	65,7	3,9	9,4	1.817	5	0,537
150 Comores	0,495	52,1	5,9	10,9	2.114	-4	0,520
151 Madagascar	0,483	66,9	5,2 ^p	10,4	828	28	0,601
152 Tanzânia, República Unida da	0,476	58,9	5,1	9,1	1.383	10	0,527
153 Nigéria	0,471	52,3	5,2 ^s	9,0	2.102	-6	0,482
154 Senegal	0,470	59,6	4,5	8,2	1.653	4	0,501
155 Mauritânia	0,467	58,9	3,7	8,1	2.174	-12	0,473
156 Papuásia - Nova Guiné	0,466	63,1	3,9	5,8 ^e	2.386	-15	0,464
157 Nepal	0,463	69,1	3,2	8,9	1.137	11	0,526
158 Lesoto	0,461	48,7	5,9 ^e	9,6	1.879	-8	0,476
159 Togo	0,459	57,5	5,3	10,6	928	16	0,542
160 Iémen	0,458	65,9	2,5	8,7	1.820	-7	0,474
161 Haiti	0,456	62,4	4,9	7,6 ^e	1.070	7	0,521
161 Uganda	0,456	54,5	4,7	11,1	1.168	5	0,511
163 Zâmbia	0,448	49,4	6,7	8,5	1.358	0	0,483
164 Djibouti	0,445	58,3	3,8 ^a	5,7	2.350	-22	0,435
165 Gâmbia	0,439	58,8	2,8	8,7	1.731	-9	0,448
166 Benim	0,436	56,5	3,2	9,4	1.439	-5	0,459
167 Ruanda	0,434	55,7	3,3	10,9	1.147	0	0,476
168 Costa do Marfim	0,432	56,0	4,2	6,5	1.593	-9	0,444
169 Comores	0,429	61,5	2,8 ^p	10,2	986	4	0,484
170 Malawi	0,418	54,8	4,2	10,4	774	10	0,492
171 Sudão	0,414	61,8	3,1	4,5	1.848	-19	0,405
172 Zimbabué	0,397	52,7	7,2	10,1	424 ^t	14	0,542
173 Etiópia	0,396	59,7	2,2 ^s	8,7	1.017	-2	0,425
174 Libéria	0,388	57,3	3,9	10,5 ^e	480	11	0,502
175 Afeganistão	0,374	49,1	3,1	8,1	1.000	-3	0,393
176 Guiné-Bissau	0,364	48,6	2,3 ^a	9,5	1.042	-6	0,373
177 Serra Leoa	0,359	48,1	3,3	7,3 ^e	881	0	0,380
178 Burundi	0,355	50,9	2,7	11,3	544	4	0,423
178 Guiné	0,355	54,5	1,6 ^s	8,8	941	-4	0,368
180 Centro-Africana, República	0,352	49,1	3,5	6,8	722	1	0,386
181 Eritreia	0,351	62,0	3,4 ^e	4,6	531	3	0,418
182 Mali	0,344	51,9	2,0 ^e	7,5	853	-4	0,359

	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Esperança de vida à nascença	Média de anos de escolaridade	Anos de escolaridade esperados	Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita	Classificação do RNB per capita menos a Classificação do IDH	IDH de não rendimento	
	Valor	(Anos)	(Anos)	(Anos)	(PPC em USD de 2005)		Valor	
Classificação do IDH	2012	2012	2010 ^a	2011 ^b	2012	2012	2012	
183	Burquina Faso	0,343	55,9	1,3 ^o	6,9	1.202	-18	0,332
184	Chade	0,340	49,9	1,5 ^p	7,4	1.258	-20	0,324
185	Moçambique	0,327	50,7	1,2	9,2	906	-9	0,327
186	Congo, República Democrática do	0,304	48,7	3,5	8,5	319	0	0,404
186	Niger	0,304	55,1	1,4	4,9	701	-4	0,313
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS								
	Coreia, República Popular Democrática da	-	69,0	-	-	-	-	-
	Marshall, Ilhas	-	72,3	-	11,7	-	-	-
	Mónaco	-	82,3	-	-	-	-	-
	Nauru	-	80,0	-	9,3	-	-	-
	São Marino	-	81,9	-	12,5	-	-	-
	Somália	-	51,5	-	2,4	-	-	-
	Sudão do Sul	-	-	-	-	-	-	-
	Tuvalu	-	67,5	-	10,8	-	-	-
Agrupamentos por IDH								
	Desenvolvimento humano muito elevado	0,905	80,1	11,5	16,3	33.391	—	0,927
	Desenvolvimento humano elevado	0,758	73,4	8,8	13,9	11.501	—	0,781
	Desenvolvimento humano médio	0,640	69,9	6,3	11,4	5.428	—	0,661
	Desenvolvimento humano baixo	0,466	59,1	4,2	8,5	1.633	—	0,487
Regiões								
	Estados Árabes	0,652	71,0	6,0	10,6	8.317	—	0,658
	Ásia Oriental e Pacífico	0,683	72,7	7,2	11,8	6.874	—	0,712
	Europa e Ásia Central	0,771	71,5	10,4	13,7	12.243	—	0,801
	América Latina e Caraíbas	0,741	74,7	7,8	13,7	10.300	—	0,770
	Ásia do Sul	0,558	66,2	4,7	10,2	3.343	—	0,577
	África subsariana	0,475	54,9	4,7	9,3	2.010	—	0,479
	Países menos desenvolvidos	0,449	59,5	3,7	8,5	1.385	—	0,475
	Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,648	69,8	7,3	10,7	5.397	—	0,673
	Mundo	0,694	70,1	7,5	11,6	10.184	—	0,690

NOTAS

- a Dados referentes a 2010 ou ao ano mais recente disponível.
- b Dados referentes a 2011 ou ao ano mais recente disponível.
- c Atualizado pelo GRDH com base em dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2012).
- d Para efeito dos cálculos do IDH, este total é limitado a 18 anos.
- e Baseado em regressão transnacional.
- f Calculado pelo Ministério da Educação de Singapura.
- g Assume a mesma média de anos de escolaridade de adultos que a Suíça, antes da atualização mais recente.
- h Estimado com base na paridade de poder de compra (PPC) e na taxa de crescimento projetada da Suíça.
- i Reordenar a ordem alfabética (no fim devem acabar no t)
- j Assume a mesma média de anos de escolaridade de adultos que a Espanha, antes da atualização mais recente.
- k Estimado com base na paridade de poder de compra (PPC) e na taxa de crescimento projetada de Espanha.
- l Com base em fatores de conversão sobre a PPC do FMI (2012).

m Com base em dados estimados do Instituto de Estatística da UNESCO (2012) relativos à distribuição do nível académico alcançado.

n Com base em taxas de crescimento projetadas do ADB (2012).

o PPC estimada com base em regressão transnacional; taxa de crescimento projetada baseada em taxas de crescimento projetadas da CEPAL (2012) e do UNDESA (2012c).

p Com base em dados dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF relativos a 2002-2012.

q Com base em dados sobre anos de escolaridade de adultos obtidos em inquéritos às famílias na Base de Dados Internacional sobre Distribuição de Rendimentos do Banco Mundial.

r Com base numa estimativa não publicada da taxa de conversão da PPC do Banco Mundial e das taxas de crescimento projetadas da UNESCWA (2012) e do UNDESA (2012c).

s Com base em taxas de crescimento projectadas do UNDESA (2012c).

t Com base em dados da ICF Macro (2012).

u Com base em dados sobre a PPC do FMI (2012).

DEFINIÇÕES

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações em três dimensões básicas do desenvolvimento humano - uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para mais pormenores sobre

o cálculo do IDH, ver Nota técnica 1 em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2013_EN_TechNotes.pdf.

Esperança de vida à nascença: Número de anos que uma criança recém-nascida poderia esperar viver se os padrões prevalentes das taxas de mortalidade por idades à data do nascimento permanecessem iguais ao longo da sua vida.

Média de anos de escolaridade: Número médio de anos de escolaridade recebida por pessoas a partir dos 25 anos, convertido a partir dos níveis de realização educativa usando as durações oficiais de cada nível.

Anos de escolaridade esperados: Número de anos de escolaridade que uma criança em idade de entrada na escola pode esperar receber, se os padrões prevalentes das taxas de matrícula por idades persistirem ao longo da sua vida.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita: Rendimento agregado de uma economia gerado pela sua produção e posse dos fatores de produção, deduzido dos rendimentos pagos pela utilização de fatores de produção pertencentes ao resto do mundo, convertido para dólares internacionais usando as taxas de paridade de poder de compra (PPC) e dividido pelo total da população a meio do ano.

Diferença entre a classificação do RNB per capita e a classificação do IDH: Diferença nas classificações do RNB per capita e do IDH. Um valor negativo significa que o país está mais bem classificado no RNB do que no IDH.

IDH de não-rendimento: Valor do IDH calculado somente a partir dos indicadores da esperança de vida e da educação.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Coluna 1: Cálculos do GRDH baseados em dados do UNDESA (2011), de Barro e Lee (2011), do Instituto de Estatística da UNESCO (2012), do Banco Mundial (2012a) e do FMI (2012).

Coluna 2: UNDESA (2011).

Coluna 3: Atualizações de Barro e Lee (2011) e do GRDH baseados em dados sobre o nível académico alcançado do Instituto de Estatística da UNESCO (2012) e sobre metodologia de Barro e Lee (2010).

Coluna 4: Instituto de Estatística da UNESCO (2012).

Coluna 5: Cálculos do GRDH baseados em dados do Banco Mundial (2012a), do FMI (2012) e da UNSD (2012a).

Coluna 6: Cálculos baseados nos dados das colunas 1 e 5.

Coluna 7: Cálculos baseados nos dados das colunas 2, 3 e 4.

Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1980–2012

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)								Classificação do IDH		Média anual de crescimento do IDH				
	Valor								Variação		(%)				
	1980	1990	2000	2005	2007	2010	2011	2012	2007–2012*	2011–2012*	1980/1990	1990/2000	2000/2010	2000/2012	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO															
1	Noruega	0,804	0,852	0,922	0,948	0,952	0,952	0,953	0,955	0	0	0,59	0,79	0,32	0,29
2	Austrália	0,857	0,880	0,914	0,927	0,931	0,935	0,936	0,938	0	0	0,27	0,37	0,23	0,22
3	Estados Unidos	0,843	0,878	0,907	0,923	0,929	0,934	0,936	0,937	0	-1	0,40	0,33	0,29	0,27
4	Países Baixos	0,799	0,842	0,891	0,899	0,911	0,919	0,921	0,921	2	0	0,52	0,56	0,31	0,28
5	Alemanha	0,738	0,803	0,870	0,901	0,907	0,916	0,919	0,920	5	0	0,85	0,81	0,53	0,47
6	Nova Zelândia	0,807	0,835	0,887	0,908	0,912	0,917	0,918	0,919	-1	0	0,34	0,60	0,33	0,29
7	Irlanda	0,745	0,793	0,879	0,907	0,918	0,916	0,915	0,916	-3	0	0,62	1,04	0,42	0,35
7	Suécia	0,792	0,823	0,903	0,905	0,909	0,913	0,915	0,916	0	0	0,38	0,93	0,11	0,12
9	Suíça	0,818	0,840	0,882	0,898	0,901	0,912	0,912	0,913	3	0	0,27	0,49	0,33	0,29
10	Japão	0,788	0,837	0,878	0,896	0,903	0,909	0,910	0,912	1	0	0,61	0,48	0,35	0,32
11	Canadá	0,825	0,865	0,887	0,906	0,909	0,909	0,910	0,911	-4	-1	0,48	0,25	0,24	0,22
12	Coreia, República da	0,640	0,749	0,839	0,875	0,890	0,905	0,907	0,909	4	0	1,58	1,14	0,76	0,67
13	Hong Kong, China (RAE)	0,712	0,788	0,815	0,857	0,877	0,900	0,904	0,906	10	1	1,02	0,34	1,00	0,89
13	Islândia	0,769	0,815	0,871	0,901	0,908	0,901	0,905	0,906	-4	0	0,58	0,67	0,34	0,33
15	Dinamarca	0,790	0,816	0,869	0,893	0,898	0,899	0,901	0,901	-2	0	0,33	0,63	0,34	0,30
16	Israel	0,773	0,809	0,865	0,885	0,892	0,896	0,899	0,900	-2	0	0,45	0,68	0,34	0,33
17	Bélgica	0,764	0,817	0,884	0,884	0,891	0,896	0,897	0,897	-2	0	0,67	0,79	0,14	0,12
18	Áustria	0,747	0,797	0,848	0,867	0,879	0,892	0,894	0,895	2	0	0,66	0,62	0,51	0,46
18	Singapura	-	0,756	0,826	0,852	-	0,892	0,894	0,895	7	0	-	0,89	0,77	0,67
20	França	0,728	0,784	0,853	0,877	0,885	0,891	0,893	0,893	-1	0	0,75	0,85	0,44	0,38
21	Finlândia	0,766	0,801	0,845	0,882	0,890	0,890	0,892	0,892	-5	0	0,45	0,54	0,52	0,45
21	Eslovênia	-	-	0,842	0,876	0,888	0,892	0,892	0,892	-3	0	-	-	0,58	0,48
23	Espanha	0,698	0,756	0,847	0,865	0,874	0,884	0,885	0,885	1	0	0,80	1,15	0,43	0,37
24	Listenstaine	-	-	-	-	-	0,882	0,883	0,883	-	0	-	-	-	-
25	Itália	0,723	0,771	0,833	0,869	0,878	0,881	0,881	0,881	-2	0	0,64	0,78	0,56	0,46
26	Luxemburgo	0,735	0,796	0,861	0,875	0,879	0,875	0,875	0,875	-5	0	0,81	0,78	0,16	0,14
26	Reino Unido	0,748	0,784	0,841	0,865	0,867	0,874	0,875	0,875	2	0	0,47	0,70	0,39	0,33
28	República Checa	-	-	0,824	0,862	0,869	0,871	0,872	0,873	-1	0	-	-	0,56	0,48
29	Grécia	0,726	0,772	0,810	0,862	0,865	0,866	0,862	0,860	0	0	0,62	0,48	0,67	0,50
30	Brunei Darussalam	0,765	0,782	0,830	0,848	0,853	0,854	0,854	0,855	0	0	0,22	0,59	0,28	0,25
31	Chipre	0,715	0,779	0,808	0,817	0,827	0,849	0,849	0,848	4	0	0,86	0,36	0,50	0,41
32	Malta	0,713	0,757	0,801	0,827	0,829	0,844	0,846	0,847	2	1	0,59	0,57	0,52	0,46
33	Andorra	-	-	-	-	-	0,846	0,847	0,846	-	-1	-	-	-	-
33	Estônia	-	0,728	0,786	0,830	0,841	0,839	0,844	0,846	-2	1	-	-	0,65	0,62
35	Eslováquia	-	0,754	0,785	0,814	0,830	0,836	0,838	0,840	-1	0	-	0,40	0,64	0,57
36	Qatar	0,729	0,743	0,801	0,828	0,833	0,827	0,832	0,834	-3	0	0,18	0,76	0,32	0,33
37	Hungria	0,709	0,714	0,790	0,820	0,826	0,829	0,830	0,831	1	0	0,07	1,02	0,48	0,42
38	Barbados	0,706	0,760	0,790	0,798	0,808	0,823	0,824	0,825	2	0	0,73	0,38	0,41	0,37
39	Polónia	-	-	0,778	0,798	0,806	0,817	0,819	0,821	3	0	-	-	0,49	0,46
40	Chile	0,638	0,702	0,759	0,789	0,800	0,813	0,817	0,819	5	0	0,96	0,78	0,68	0,64
41	Lituânia	-	0,732	0,756	0,802	0,810	0,810	0,814	0,818	-2	2	-	0,32	0,68	0,65
41	Emiratos Árabes Unidos	-	-	-	0,831	0,827	0,816	0,817	0,818	-5	-1	-	-	-	-
43	Portugal	0,644	0,714	0,783	0,796	0,806	0,817	0,817	0,816	-1	-3	1,04	0,93	0,43	0,35
44	Letónia	0,675	0,699	0,738	0,792	0,808	0,805	0,809	0,814	-4	1	0,35	0,55	0,87	0,82
45	Argentina	0,675	0,701	0,755	0,771	0,787	0,805	0,810	0,811	4	-1	0,38	0,74	0,64	0,60
46	Seicheles	-	-	0,774	0,781	0,792	0,799	0,804	0,806	1	0	-	-	0,31	0,33
47	Croácia	-	0,716	0,755	0,787	0,798	0,804	0,804	0,805	-1	-1	-	0,52	0,63	0,54
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO															
48	Barain	0,644	0,713	0,781	0,802	0,802	0,794	0,795	0,796	-4	0	1,02	0,92	0,16	0,15
49	Bahamas	-	-	-	-	-	0,791	0,792	0,794	-	0	-	-	-	-
50	Bielorrússia	-	-	-	0,730	0,756	0,785	0,789	0,793	12	1	-	-	-	-
51	Uruguai	0,664	0,693	0,741	0,744	0,771	0,785	0,789	0,792	3	0	0,42	0,68	0,58	0,55
52	Montenegro	-	-	-	0,756	0,775	0,787	0,791	0,791	0	-2	-	-	-	-
52	Palau	-	-	0,765	0,786	0,792	0,779	0,786	0,791	-4	2	-	-	0,18	0,27
54	Koweit	0,695	0,712	0,781	0,784	0,787	0,786	0,788	0,790	-4	-1	0,25	0,92	0,06	0,10
55	Federação Russa	-	0,730	0,713	0,753	0,770	0,782	0,784	0,788	0	0	-	-0,23	0,93	0,84
56	Roménia	-	0,706	0,709	0,756	0,772	0,783	0,784	0,786	-3	-1	-	0,05	0,99	0,86
57	Bulgária	0,673	0,704	0,721	0,756	0,766	0,778	0,780	0,782	0	0	0,45	0,24	0,77	0,67
57	Arábia Saudita	0,575	0,653	0,717	0,748	0,756	0,777	0,780	0,782	5	0	1,29	0,93	0,81	0,74
59	Cuba	0,626	0,681	0,690	0,735	0,770	0,775	0,777	0,780	-4	0	0,83	0,14	1,17	1,02
59	Panamá	0,634	0,666	0,724	0,746	0,758	0,770	0,776	0,780	1	1	0,49	0,85	0,62	0,62
61	México	0,598	0,654	0,723	0,745	0,758	0,770	0,773	0,775	-1	0	0,89	1,00	0,64	0,59

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)								Classificação do IDH		Média anual de crescimento do IDH			
	Valor								Variação		(%)			
	1980	1990	2000	2005	2007	2010	2011	2012	2007–2012 ^a	2011–2012 ^a	1980/1990	1990/2000	2000/2010	2000/2012
62 Costa Rica	0,621	0,663	0,705	0,732	0,744	0,768	0,770	0,773	4	0	0,65	0,62	0,85	0,76
63 Granada	-	-	-	-	-	0,768	0,770	0,770	-	-1	-	-	-	-
64 Líbia	-	-	-	0,746	0,760	0,773	0,725	0,769	-5	23 ^b	-	-	-	-
64 Malásia	0,563	0,635	0,712	0,742	0,753	0,763	0,766	0,769	1	1	1,21	1,15	0,69	0,64
64 Sérvia	-	-	0,726	0,751	0,760	0,767	0,769	0,769	-5	0	-	-	0,56	0,49
67 Antígua e Barbuda	-	-	-	-	-	0,761	0,759	0,760	-	-1	-	-	-	-
67 Trinidad e Tobago	0,680	0,685	0,707	0,741	0,752	0,758	0,759	0,760	-1	-1	0,08	0,32	0,70	0,60
69 Cazaquistão	-	-	0,663	0,721	0,734	0,744	0,750	0,754	2	-1	-	-	1,15	1,08
70 Albânia	-	0,661	0,698	0,729	0,737	0,746	0,748	0,749	0	-1	-	0,54	0,66	0,59
71 Venezuela, República Bolivariana da	0,629	0,635	0,662	0,694	0,712	0,744	0,746	0,748	9	-1	0,11	0,41	1,17	1,03
72 Dominica	-	-	0,722	0,732	0,739	0,743	0,744	0,745	-3	0	-	-	0,28	0,26
72 Geórgia	-	-	-	0,713	0,732	0,735	0,740	0,745	0	3	-	-	-	-
72 Líbano	-	-	-	0,714	0,728	0,743	0,744	0,745	3	0	-	-	-	-
72 São Cristóvão e Nevis	-	-	-	-	-	0,745	0,745	0,745	-	-1	-	-	-	-
76 Irão, República Islâmica do	0,443	0,540	0,654	0,685	0,706	0,740	0,742	0,742	7	-2	1,99	1,94	1,25	1,05
77 Peru	0,580	0,619	0,679	0,699	0,716	0,733	0,738	0,741	3	-1	0,65	0,93	0,78	0,73
78 Antiga República Jugoslava da Macedónia	-	-	-	0,711	0,719	0,736	0,738	0,740	1	-2	-	-	-	-
78 Ucrânia	-	0,714	0,673	0,718	0,732	0,733	0,737	0,740	-5	0	-	-0,58	0,85	0,80
80 Maurícia	0,551	0,626	0,676	0,708	0,720	0,732	0,735	0,737	-2	-1	1,28	0,77	0,81	0,73
81 Bósnia-Herzegovina	-	-	-	0,724	0,729	0,733	0,734	0,735	-6	-1	-	-	-	-
82 Azerbaijão	-	-	-	-	-	0,734	0,732	0,734	-	-1	-	-	-	-
83 São Vicente e Granadinas	-	-	-	-	-	0,731	0,732	0,733	-	-2	-	-	-	-
84 Omã	-	-	-	-	-	0,728	0,729	0,731	-	-1	-	-	-	-
85 Brasil	0,522	0,590	0,669	0,699	0,710	0,726	0,728	0,730	0	0	1,23	1,26	0,82	0,73
85 Jamaica	0,612	0,642	0,679	0,695	0,701	0,727	0,729	0,730	4	-2	0,47	0,57	0,69	0,61
87 Arménia	-	0,628	0,648	0,695	0,723	0,722	0,726	0,729	-7	-1	-	0,33	1,08	0,98
88 Santa Lúcia	-	-	-	-	-	0,723	0,724	0,725	-	0	-	-	-	-
89 Equador	0,596	0,635	0,659	0,682	0,688	0,719	0,722	0,724	10	0	0,63	0,37	0,89	0,79
90 Turquia	0,474	0,569	0,645	0,684	0,702	0,715	0,720	0,722	-1	0	1,85	1,26	1,04	0,95
91 Colômbia	0,556	0,600	0,658	0,681	0,698	0,714	0,717	0,719	0	0	0,76	0,93	0,82	0,75
92 Sri Lanca	0,557	0,608	0,653	0,683	0,693	0,705	0,711	0,715	5	0	0,88	0,72	0,78	0,76
93 Argélia	0,461	0,562	0,625	0,680	0,691	0,710	0,711	0,713	5	-1	2,01	1,07	1,28	1,10
94 Tunísia	0,459	0,553	0,642	0,679	0,694	0,710	0,710	0,712	2	0	1,87	1,51	1,01	0,86
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO														
95 Tonga	-	0,656	0,689	0,704	0,705	0,709	0,709	0,710	-7	0	-	0,49	0,28	0,25
96 Belize	0,621	0,653	0,672	0,694	0,696	0,700	0,701	0,702	-4	0	0,51	0,29	0,40	0,35
96 República Dominicana	0,525	0,584	0,641	0,669	0,683	0,697	0,700	0,702	4	2	1,07	0,93	0,85	0,76
96 Fiji, Ilhas	0,572	0,614	0,670	0,693	0,695	0,699	0,700	0,702	-3	2	0,71	0,87	0,43	0,39
96 Samoa	-	-	0,663	0,689	0,695	0,699	0,701	0,702	-3	0	-	-	0,52	0,48
100 Jordânia	0,545	0,592	0,650	0,684	0,695	0,699	0,699	0,700	-7	0	0,83	0,95	0,72	0,62
101 China, República Popular da	0,407	0,495	0,590	0,637	0,662	0,689	0,695	0,699	4	0	1,96	1,78	1,55	1,42
102 Turquemenistão	-	-	-	-	-	0,688	0,693	0,698	-	0	-	-	-	-
103 Tailândia	0,490	0,569	0,625	0,662	0,676	0,686	0,686	0,690	-1	1	1,50	0,94	0,93	0,82
104 Maldivas	-	-	0,592	0,639	0,663	0,683	0,687	0,688	1	-1	-	-	1,43	1,26
105 Suriname	-	-	-	0,666	0,672	0,679	0,681	0,684	-2	0	-	-	-	-
106 Gabão	0,526	0,610	0,627	0,653	0,662	0,676	0,679	0,683	0	0	1,49	0,27	0,75	0,72
107 El Salvador	0,471	0,528	0,620	0,655	0,671	0,678	0,679	0,680	-3	-1	1,14	1,62	0,90	0,78
108 Bolívia, Estado Plurinacional da	0,489	0,557	0,620	0,647	0,652	0,668	0,671	0,675	0	0	1,31	1,08	0,75	0,71
108 Mongólia	-	0,559	0,564	0,622	0,638	0,657	0,668	0,675	4	2	-	0,08	1,54	1,51
110 Palestina, Estado da	-	-	-	-	-	0,662	0,666	0,670	-	1	-	-	-	-
111 Paraguai	0,549	0,578	0,617	0,641	0,650	0,668	0,670	0,669	-1	-2	0,52	0,66	0,79	0,67
112 Egito	0,407	0,502	0,593	0,625	0,640	0,661	0,661	0,662	0	0	2,12	1,68	1,08	0,92
113 Moldávia, República da	-	0,650	0,592	0,636	0,644	0,652	0,657	0,660	-2	0	-	-0,93	0,96	0,91
114 Filipinas	0,561	0,581	0,610	0,630	0,636	0,649	0,651	0,654	0	0	0,35	0,49	0,61	0,58
114 Usbequistão	-	-	-	0,617	0,630	0,644	0,649	0,654	1	1	-	-	-	-
116 Síria, República Árabe da	0,501	0,557	0,596	0,618	0,623	0,646	0,646	0,648	0	0	1,07	0,67	0,80	0,70
117 Micronésia, Estados Federados da	-	-	-	-	-	0,639	0,640	0,645	-	0	-	-	-	-
118 Guiana	0,513	0,502	0,578	0,610	0,617	0,628	0,632	0,636	1	1	-0,21	1,41	0,83	0,79
119 Botsuana	0,449	0,586	0,587	0,604	0,619	0,633	0,634	0,634	-1	-1	2,71	0,00	0,77	0,66
120 Honduras	0,456	0,520	0,563	0,582	0,594	0,629	0,630	0,632	3	0	1,33	0,79	1,12	0,97
121 Indonésia	0,422	0,479	0,540	0,575	0,595	0,620	0,624	0,629	1	3	1,26	1,21	1,39	1,28
121 Quiribati	-	-	-	-	-	0,628	0,627	0,629	-	0	-	-	-	-

TABELA 2 TENDÊNCIAS DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 1980–2012

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)								Classificação do IDH		Média anual de crescimento do IDH			
	Valor								Variação		(%)			
	1980	1990	2000	2005	2007	2010	2011	2012	2007–2012 ^a	2011–2012 ^a	1980/1990	1990/2000	2000/2010	2000/2012
121 África do Sul	0,570	0,621	0,622	0,604	0,609	0,621	0,625	0,629	0	1	0,87	0,01	-0,01	0,11
124 Vanuatu	-	-	-	-	-	0,623	0,625	0,626	-	-2	-	-	-	-
125 Quirguizistão	-	0,609	0,582	0,601	0,612	0,615	0,621	0,622	-3	0	-	-0,45	0,54	0,56
125 Tajiquistão	-	0,615	0,529	0,582	0,587	0,612	0,618	0,622	3	1	-	-1,50	1,47	1,36
127 Vietname	-	0,439	0,534	0,573	0,590	0,611	0,614	0,617	0	0	-	1,98	1,37	1,22
128 Namíbia	-	0,569	0,564	0,579	0,592	0,604	0,606	0,608	-2	0	-	-0,10	0,69	0,64
129 Nicarágua	0,461	0,479	0,529	0,572	0,583	0,593	0,597	0,599	0	0	0,37	1,01	1,15	1,04
130 Marrocos	0,371	0,440	0,512	0,558	0,571	0,586	0,589	0,591	0	0	1,71	1,54	1,35	1,20
131 Iraque	-	-	-	0,564	0,567	0,578	0,583	0,590	1	1	-	-	-	-
132 Cabo Verde	-	-	0,532	-	-	0,581	0,584	0,586	-	-1	-	-	0,88	0,81
133 Guatemala	0,432	0,464	0,523	0,551	0,570	0,579	0,580	0,581	-1	0	0,72	1,20	1,02	0,89
134 Timor-Leste	-	-	0,418	0,461	0,519	0,565	0,571	0,576	5	0	-	-	3,06	2,71
135 Gana	0,391	0,427	0,461	0,491	0,506	0,540	0,553	0,558	7	0	0,90	0,77	1,58	1,60
136 Guiné Equatorial	-	-	0,498	0,523	0,533	0,547	0,551	0,554	-2	0	-	-	0,96	0,90
136 Índia	0,345	0,410	0,463	0,507	0,525	0,547	0,551	0,554	-1	0	1,75	1,23	1,67	1,50
138 Camboja	-	-	0,444	0,501	0,520	0,532	0,538	0,543	-1	0	-	-	1,82	1,68
138 Laos, República Democrática Popular do	-	0,379	0,453	0,494	0,510	0,534	0,538	0,543	3	0	-	1,80	1,66	1,53
140 Butão	-	-	-	-	-	0,525	0,532	0,538	-	1	-	-	-	-
141 Suazilândia	-	0,533	0,502	0,504	0,520	0,532	0,536	0,536	-3	-1	-	-0,59	0,58	0,55
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO														
142 Congo	0,470	0,510	0,482	0,506	0,511	0,529	0,531	0,534	-1	0	0,82	-0,56	0,94	0,86
143 Ilhas Salomão	-	-	0,486	0,510	0,522	0,522	0,526	0,530	-6	0	-	-	0,70	0,71
144 São Tomé e Príncipe	-	-	-	0,488	0,503	0,520	0,522	0,525	0	0	-	-	-	-
145 Quênia	0,424	0,463	0,447	0,472	0,491	0,511	0,515	0,519	1	0	0,88	-0,33	1,34	1,24
146 Bangladeche	0,312	0,361	0,433	0,472	0,488	0,508	0,511	0,515	1	1	1,49	1,83	1,61	1,46
146 Paquistão	0,337	0,383	0,419	0,485	0,498	0,512	0,513	0,515	-1	0	1,29	0,89	2,03	1,74
148 Angola	-	-	0,375	0,406	0,472	0,502	0,504	0,508	1	0	-	-	2,97	2,56
149 Mianmar	0,281	0,305	0,382	0,435	0,464	0,490	0,494	0,498	1	0	0,83	2,27	2,52	2,23
150 Camarões	0,373	0,431	0,429	0,453	0,459	0,488	0,492	0,495	1	0	1,46	-0,05	1,29	1,20
151 Madagáscar	-	-	0,428	0,467	0,478	0,484	0,483	0,483	-3	0	-	-	1,24	1,02
152 Tanzânia, República Unida da	-	0,353	0,369	0,395	0,408	0,466	0,470	0,476	15	1	-	0,43	2,36	2,15
153 Nigéria	-	-	-	0,434	0,448	0,462	0,467	0,471	1	1	-	-	-	-
154 Senegal	0,322	0,368	0,405	0,441	0,454	0,470	0,471	0,470	-2	-2	1,32	0,97	1,50	1,25
155 Mauritânia	0,340	0,357	0,418	0,441	0,454	0,464	0,464	0,467	-3	0	0,48	1,61	1,04	0,92
156 Papuásia - Nova Guiné	0,324	0,368	0,415	0,429	-	0,458	0,462	0,466	1	0	1,29	1,22	0,99	0,96
157 Nepal	0,234	0,341	0,401	0,429	0,440	0,458	0,460	0,463	2	0	3,85	1,62	1,35	1,21
158 Lesoto	0,422	0,474	0,429	0,425	0,431	0,452	0,456	0,461	2	1	1,18	-0,99	0,53	0,61
159 Togo	0,357	0,382	0,426	0,436	0,442	0,452	0,455	0,459	-2	1	0,67	1,11	0,60	0,62
160 Iémen	-	0,286	0,376	0,428	0,444	0,466	0,459	0,458	-4	-2	-	2,78	2,16	1,66
161 Haiti	0,335	0,399	0,422	0,437	-	0,450	0,453	0,456	-6	1	1,77	0,56	0,64	0,65
161 Uganda	-	0,306	0,375	0,408	0,427	0,450	0,454	0,456	0	0	-	2,06	1,84	1,65
163 Zâmbia	0,405	0,398	0,376	0,399	0,411	0,438	0,443	0,448	3	0	-0,18	-0,56	1,52	1,46
164 Djibouti	-	-	-	0,405	0,419	0,431	0,442	0,445	0	0	-	-	-	-
165 Gâmbia	0,279	0,323	0,360	0,375	0,383	0,437	0,440	0,439	5	0	1,47	1,09	1,95	1,65
166 Benim	0,253	0,314	0,380	0,414	0,420	0,432	0,434	0,436	-3	0	2,16	1,95	1,28	1,14
167 Ruanda	0,277	0,233	0,314	0,377	0,400	0,425	0,429	0,434	2	0	-1,74	3,05	3,07	2,73
168 Costa do Marfim	0,348	0,360	0,392	0,405	0,412	0,427	0,426	0,432	-3	1	0,34	0,85	0,86	0,81
169 Comores	-	-	-	0,425	0,425	0,426	0,428	0,429	-7	-1	-	-	-	-
170 Malawi	0,272	0,295	0,352	0,363	0,381	0,413	0,415	0,418	1	1	0,83	1,78	1,61	1,44
171 Sudão	0,269	0,301	0,364	0,390	0,401	0,411	0,419	0,414	-3	-1	1,15	1,89	1,22	1,08
172 Zimbabué	0,367	0,427	0,376	0,352	0,355	0,374	0,387	0,397	0	1	1,53	-1,26	-0,04	0,46
173 Etiópia	-	-	0,275	0,316	0,350	0,387	0,392	0,396	1	-1	-	-	3,49	3,09
174 Libéria	0,298	-	0,304	0,301	0,334	0,367	0,381	0,388	3	0	-	-	1,88	2,04
175 Afeganistão	0,209	0,246	0,236	0,322	0,346	0,368	0,371	0,374	0	0	1,63	-0,41	4,54	3,91
176 Guiné-Bissau	-	-	-	0,348	0,355	0,361	0,364	0,364	-4	0	-	-	-	-
177 Serra Leoa	0,255	0,247	0,244	0,315	0,331	0,346	0,348	0,359	1	2	-0,28	-0,15	3,58	3,29
178 Burundi	0,217	0,272	0,270	0,298	0,323	0,348	0,352	0,355	2	-1	2,26	-0,07	2,59	2,31
178 Guiné	-	-	-	0,331	0,342	0,349	0,352	0,355	-2	-1	-	-	-	-
180 Centro-Africana, República	0,285	0,312	0,294	0,308	0,316	0,344	0,348	0,352	2	-1	0,94	-0,59	1,59	1,50
181 Eritreia	-	-	-	-	-	0,342	0,346	0,351	-	1	-	-	-	-
182 Mali	0,176	0,204	0,270	0,312	0,328	0,344	0,347	0,344	-2	-1	1,50	2,86	2,45	2,04
183 Burquina Faso	-	-	-	0,301	0,314	0,334	0,340	0,343	1	0	-	-	-	-
184 Chade	-	-	0,290	0,317	0,319	0,336	0,336	0,340	-2	0	-	-	1,47	1,32

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)								Classificação do IDH		Média anual de crescimento do IDH			
	Valor								Variação		(%)			
	1980	1990	2000	2005	2007	2010	2011	2012	2007–2012 ^a	2011–2012 ^a	1980/1990	1990/2000	2000/2010	2000/2012
185 Moçambique	0,217	0,202	0,247	0,287	0,301	0,318	0,322	0,327	0	0	-0,70	2,00	2,57	2,37
186 Congo, República Democrática do	0,286	0,297	0,234	0,258	0,280	0,295	0,299	0,304	0	0	0,37	-2,34	2,35	2,19
186 Níger	0,179	0,198	0,234	0,269	0,278	0,298	0,297	0,304	1	1	0,98	1,72	2,42	2,20
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS														
Coreia, República Popular Democrática da	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marshall, Ilhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mónaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nauru	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Marino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Somália	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudão do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tuvalu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agrupamentos por IDH														
Desenvolvimento humano muito elevado	0,773	0,817	0,867	0,889	0,896	0,902	0,904	0,905	—	—	0,56	0,59	0,40	0,36
Desenvolvimento humano elevado	0,605 ^c	0,656 ^c	0,695	0,725	0,738	0,753	0,755	0,758	—	—	0,81	0,58	0,80	0,72
Desenvolvimento humano médio	0,419 ^c	0,481	0,549	0,589	0,609	0,631	0,636	0,640	—	—	1,38	1,32	1,41	1,29
Desenvolvimento humano baixo	0,315	0,350	0,385	0,424	0,442	0,461	0,464	0,466	—	—	1,05	0,95	1,82	1,62
Regiões														
Estados Árabes	0,443	0,517	0,583	0,622	0,633	0,648	0,650	0,652	—	—	1,56	1,21	1,07	0,94
Ásia Oriental e Pacífico	0,432 ^c	0,502 ^c	0,584	0,626	0,649	0,673	0,678	0,683	—	—	1,51	1,51	1,43	1,31
Europa e Ásia Central	0,651 ^c	0,701 ^c	0,709	0,743	0,757	0,766	0,769	0,771	—	—	0,74	0,12	0,77	0,70
América Latina e Caraíbas	0,574	0,623	0,683	0,708	0,722	0,736	0,739	0,741	—	—	0,83	0,93	0,74	0,67
Ásia do Sul	0,357	0,418	0,470	0,514	0,531	0,552	0,555	0,558	—	—	1,58	1,19	1,60	1,43
África subsariana	0,366	0,387	0,405	0,432	0,449	0,468	0,472	0,475	—	—	0,58	0,44	1,47	1,34
Países menos desenvolvidos	0,290 ^c	0,327 ^c	0,367	0,401	0,421	0,443	0,446	0,449	—	—	1,22	1,15	1,91	1,70
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,530 ^c	0,571 ^c	0,600 ^c	0,623	0,658	0,645	0,647	0,648	—	—	0,75	0,50	0,73	0,65
Mundo	0,561^c	0,600	0,639	0,666	0,678	0,690	0,692	0,694	—	—	0,68	0,64	0,77	0,68

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1–8: Cálculos do GRDH baseados em dados do UNDESA (2011), de Barro e Lee (2011), do Instituto de Estatística da UNESCO (2012), do Banco Mundial (2012a) e do FMI (2012).

Colunas 9–14: Cálculos baseados nos valores do IDH do ano relevante.

NOTAS

- a Um valor positivo indica uma melhoria na classificação.
- b A importante alteração na classificação deve-se a uma estimativa actualizada do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o crescimento do PIB da Líbia em 2011.
- c Baseado em menos de metade dos países do grupo ou da região.

DEFINIÇÕES

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações em três dimensões básicas do desenvolvimento humano - uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para mais pormenores sobre o cálculo do IDH, ver Nota técnica 1 em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2013_EN_TechNotes.pdf.

Média anual de crescimento do IDH: Um crescimento anual regularizado do IDH num determinado período, calculado como a taxa de crescimento anual composta.

Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à desigualdade

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)				Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade		Índice de educação ajustado à desigualdade		Índice de rendimento ajustado à desigualdade		Taxa de rendimento por quintil	Coefficiente de Gini de rendimento
	Valor	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)			Valor	Perda (%)	Valor	Perda (%)	Valor	Perda (%)	2000–2010 ^e	2000–2010 ^f
	2012	2012	Perda global (%)	Diferença da classificação IDH ^a	2012	2012	2012 ^b	2012	2012 ^b	2012		
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO												
1 Noruega	0,955	0,894	6,4	0	0,928	3,7	0,968	2,2	0,797	12,8	3,9	25,8
2 Austrália	0,938	0,864	7,9	0	0,930	4,7	0,965	1,7	0,719	16,6	-	-
3 Estados Unidos	0,937	0,821	12,4	-14	0,863	6,6	0,941	5,3	0,681	24,1 ^d	8,4	40,8
4 Países Baixos	0,921	0,857	6,9	0	0,916	4,3	0,897	3,9	0,766	12,3	-	-
5 Alemanha	0,920	0,856	6,9	1	0,915	4,0	0,927	1,8	0,741	14,5	4,3	28,3
6 Nova Zelândia	0,919	-	-	-	0,907	5,2	-	-	-	-	-	-
7 Irlanda	0,916	0,850	7,2	0	0,915	4,3	0,933	3,2	0,720	13,8	5,7	34,3
7 Suécia	0,916	0,859	6,2	4	0,937	3,3	0,878	3,8	0,772	11,2	4,0	25,0
9 Suíça	0,913	0,849	7,0	1	0,942	4,1	0,856	2,0	0,760	14,3	5,5	33,7
10 Japão	0,912	-	-	-	0,965	3,5	-	-	-	-	-	-
11 Canadá	0,911	0,832	8,7	-4	0,913	5,0	0,879	3,2	0,718	17,1	5,5	32,6
12 Coreia, República da	0,909	0,758	16,5	-18	0,915	4,3	0,702	25,5	0,679	18,4	-	-
13 Hong Kong, China (RAE)	0,906	-	-	-	0,962	2,9	-	-	-	-	-	-
13 Islândia	0,906	0,848	6,4	2	0,945	3,0	0,889	2,5	0,727	13,2	-	-
15 Dinamarca	0,901	0,845	6,2	4	0,887	4,4	0,891	3,1	0,764	11,0	-	-
16 Israel	0,900	0,790	12,3	-9	0,935	3,9	0,840	7,9	0,627	23,7	7,9	39,2
17 Bélgica	0,897	0,825	8,0	0	0,903	4,4	0,822	7,6	0,756	11,9	4,9	33,0
18 Áustria	0,895	0,837	6,6	3	0,919	4,2	0,838	2,5	0,760	12,7	4,4	29,2
18 Singapura	0,895	-	-	-	0,935	2,9	-	-	-	-	-	-
20 França	0,893	0,812	9,0	-1	0,930	4,2	0,788	9,4	0,732	13,3	-	-
21 Finlândia	0,892	0,839	6,0	6	0,909	3,9	0,859	2,4	0,757	11,3	3,8	26,9
21 Eslovénia	0,892	0,840	5,8	8	0,898	4,1	0,905	3,3	0,729	9,9	4,8	31,2
23 Espanha	0,885	0,796	10,1	-1	0,930	4,1	0,823	5,5	0,659	19,7	6,0	34,7
24 Listense	0,883	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25 Itália	0,881	0,776	11,9	-4	0,937	3,9	0,740	13,1	0,673	18,1	6,5	36,0
26 Luxemburgo	0,875	0,813	7,2	3	0,913	3,5	0,729	6,3	0,807	11,6	4,6	30,8
26 Reino Unido	0,875	0,802	8,3	2	0,903	4,8	0,806	2,6	0,709	16,9	-	-
28 República Checa	0,873	0,826	5,4	8	0,874	3,9	0,904	1,3	0,712	10,7	-	-
29 Grécia	0,860	0,760	11,5	-3	0,899	4,8	0,759	11,3	0,644	18,1	6,2	34,3
30 Brunei Darussalam	0,855	-	-	-	0,862	5,8	-	-	-	-	-	-
31 Chipre	0,848	0,751	11,5	-4	0,901	4,1	0,672	16,3	0,698	13,6	-	-
32 Malta	0,847	0,778	8,2	3	0,893	5,1	0,771	5,5	0,683	13,6	-	-
33 Andorra	0,846	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33 Estónia	0,846	0,770	9,0	1	0,813	6,0	0,894	2,6	0,627	17,7	6,4	36,0
35 Eslováquia	0,840	0,788	6,3	7	0,825	5,7	0,856	1,5	0,692	11,3	3,6	26,0
36 Qatar	0,834	-	-	-	0,854	7,2	-	-	-	-	13,3	41,1
37 Hungria	0,831	0,769	7,4	4	0,810	5,7	0,854	4,1	0,658	12,2	4,8	31,2
38 Barbados	0,825	-	-	-	0,814	9,2	-	-	-	-	-	-
39 Polónia	0,821	0,740	9,9	0	0,834	5,8	0,767	6,3	0,634	17,1	5,5	34,1
40 Chile	0,819	0,664	19,0	-9	0,871	6,6	0,689	13,7	0,488	34,1	13,5	52,1
41 Lituânia	0,818	0,727	11,0	-2	0,767	7,2	0,830	5,0	0,605	20,1	6,7	37,6
41 Emiratos Árabes Unidos	0,818	-	-	-	0,836	6,3	-	-	-	-	-	-
43 Portugal	0,816	0,729	10,8	-1	0,893	4,9	0,700	5,6	0,619	20,8	-	-
44 Letónia	0,814	0,726	10,9	-1	0,784	7,1	0,837	3,6	0,583	20,9	6,6	36,6
45 Argentina	0,811	0,653	19,5	-9	0,796	9,7	0,716	12,1	0,487	34,4	11,3	44,5
46 Seicheles	0,806	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18,8	65,8
47 Croácia	0,805	0,683	15,1	-3	0,845	5,5	0,703	10,4	0,537	27,8	5,2	33,7
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO												
48 Barain	0,796	-	-	-	0,815	6,2	-	-	-	-	-	-
49 Bahamas	0,794	-	-	-	0,783	10,9	-	-	-	-	-	-
50 Bielorrússia	0,793	0,727	8,3	4	0,737	7,4	0,819	5,4	0,636	12,1	4,0	27,2
51 Uruguai	0,792	0,662	16,4	-2	0,815	9,3	0,682	10,8	0,521	27,9	10,3	45,3
52 Montenegro	0,791	0,733	7,4	6	0,803	6,8	0,817	2,5	0,600	12,6	4,6	30,0
52 Palau	0,791	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
54 Koweit	0,790	-	-	-	0,803	6,7	-	-	-	-	-	-
55 Federação Russa	0,788	-	-	-	0,689	10,8	-	-	0,647	11,9	7,3	40,1
56 Roménia	0,786	0,687	12,6	2	0,770	9,6	0,779	5,0	0,540	22,2	4,6	30,0
57 Bulgária	0,782	0,704	9,9	5	0,776	7,8	0,760	6,1	0,592	15,4	4,3	28,2
57 Arábia Saudita	0,782	-	-	-	0,754	11,5	-	-	-	-	-	-
59 Cuba	0,780	-	-	-	0,882	5,4	-	-	-	-	-	-
59 Panamá	0,780	0,588	24,6	-15	0,776	12,4	0,609	17,8	0,431	40,5	17,1	51,9

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)				Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade		Índice de educação ajustado à desigualdade		Índice de rendimento ajustado à desigualdade		Taxa de rendimento por quintil	Coefficiente de Gini de rendimento
	Valor	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)			Valor	Perda (%)	Valor	Perda (%)	Valor	Perda (%)	2000–2010 ^c	2000–2010 ^f
		Valor	Perda global (%)	Diferença da classificação IDHa								
61 México	0,775	0,593	23,4	-13	0,801	10,9	0,564	21,9	0,463	35,6	11,3	48,3
62 Costa Rica	0,773	0,606	21,5	-10	0,862	7,8	0,601	15,7	0,430	37,9	14,5	50,7
63 Granada	0,770	-	-	-	0,798	9,6	-	-	-	-	-	-
64 Líbia	0,769	-	-	-	0,782	9,7	-	-	-	-	-	-
64 Malásia	0,769	-	-	-	0,799	6,7	-	-	-	-	11,3	46,2
64 Sérvia	0,769	0,696	9,5	8	0,788	8,3	0,709	9,9	0,603	10,3	4,2	27,8
67 Antígua e Barbuda	0,760	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
67 Trindade e Tobago	0,760	0,644	15,3	-2	0,660	16,6	0,652	6,6	0,621	21,9	-	-
69 Cazaquistão	0,754	0,652	13,6	3	0,624	16,2	0,781	6,9	0,567	17,3	4,2	29,0
70 Albânia	0,749	0,645	13,9	1	0,797	11,2	0,640	11,9	0,526	18,3	5,3	34,5
71 Venezuela, República Bolivariana da	0,748	0,549	26,6	-17	0,754	12,2	0,571	18,1	0,385	44,9	11,5	44,8
72 Dominica	0,745	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
72 Geórgia	0,745	0,631	15,3	0	0,720	15,1	0,814	3,3	0,428	25,9	8,9	41,3
72 Líbano	0,745	0,575	22,8	-9	0,718	13,5	0,531	24,1	0,498	30,0	-	-
72 São Cristóvão e Nevis	0,745	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
76 Irão, República Islâmica do	0,742	-	-	-	0,703	16,1	-	-	-	-	7,0	38,3
77 Peru	0,741	0,561	24,3	-9	0,727	14,8	0,538	24,6	0,452	32,5	13,5	48,1
78 Antiga República Jugoslava da Macedónia	0,740	0,631	14,7	1	0,784	9,4	0,612	12,3	0,524	21,8	9,5	43,2
78 Ucrânia	0,740	0,672	9,2	12	0,687	10,5	0,808	6,1	0,548	10,9	3,8	26,4
80 Maurícia	0,737	0,639	13,3	6	0,760	9,8	0,570	13,5	0,602	16,6	-	-
81 Bósnia-Herzegovina	0,735	0,650	11,5	12	0,794	9,6	0,668	5,2	0,518	19,2	6,5	36,2
82 Azerbaijão	0,734	0,650	11,4	12	0,636	20,6	0,697	8,3	0,620	4,5	5,3	33,7
83 São Vicente e Granadinas	0,733	-	-	-	0,710	14,0	-	-	-	-	-	-
84 Omã	0,731	-	-	-	0,777	7,2	-	-	-	-	-	-
85 Brasil	0,730	0,531	27,2	-12	0,725	14,4	0,503	25,3	0,411	39,7	20,6	54,7
85 Jamaica	0,730	0,591	19,1	2	0,710	15,3	0,669	10,6	0,434	30,1	9,6	45,5
87 Arménia	0,729	0,649	10,9	14	0,728	14,9	0,735	3,7	0,510	13,9	4,5	30,9
88 Santa Lúcia	0,725	-	-	-	0,773	10,4	-	-	-	-	-	-
89 Equador	0,724	0,537	25,8	-8	0,754	14,1	0,529	22,1	0,390	38,8	12,5	49,3
90 Turquia	0,722	0,560	22,5	0	0,743	12,8	0,442	27,4	0,534	26,5	7,9	39,0
91 Colômbia	0,719	0,519	27,8	-11	0,732	13,7	0,523	21,5	0,366	44,5	20,1	55,9
92 Sri Lanca	0,715	0,607	15,1	11	0,786	9,4	0,618	14,6	0,461	20,8	6,9	40,3
93 Argélia	0,713	-	-	-	0,717	14,5	-	-	-	-	-	-
94 Tunísia	0,712	-	-	-	0,752	12,6	-	-	-	-	8,1	41,4
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO												
95 Tonga	0,710	-	-	-	0,712	13,8	-	-	-	-	-	-
96 Belize	0,702	-	-	-	0,777	12,2	-	-	-	-	-	-
96 República Dominicana	0,702	0,510	27,3	-15	0,708	16,0	0,458	26,8	0,410	37,6	11,3	47,2
96 Fiji, Ilhas	0,702	-	-	-	0,676	13,0	-	-	-	-	8,0	42,8
96 Samoa	0,702	-	-	-	0,718	13,4	-	-	-	-	-	-
100 Jordânia	0,700	0,568	19,0	5	0,732	13,1	0,541	22,4	0,462	21,1	5,7	35,4
101 China, República Popular da	0,699	0,543	22,4	-1	0,731	13,5	0,481	23,2	0,455	29,5	9,6	42,5
102 Turquemenistão	0,698	-	-	-	0,521	26,7	-	-	-	-	-	-
103 Tailândia	0,690	0,543	21,3	2	0,768	10,1	0,491	18,0	0,424	34,0	7,1	40,0
104 Maldivas	0,688	0,515	25,2	-7	0,834	7,3	0,335	41,2	0,489	23,2	6,8	37,4
105 Suriname	0,684	0,526	23,0	-2	0,680	15,0	0,504	20,1	0,426	32,8	-	-
106 Gabão	0,683	0,550	19,5	8	0,489	27,8	0,611	7,3	0,556	22,1	7,8	41,5
107 El Salvador	0,680	0,499	26,6	-11	0,699	15,2	0,429	32,4	0,415	31,1	14,3	48,3
108 Bolívia, Estado Plurinacional da	0,675	0,444	34,2	-11	0,553	25,1	0,537	27,6	0,294	47,4	27,8	56,3
108 Mongólia	0,675	0,568	15,9	13	0,623	18,8	0,661	8,9	0,444	19,7	6,2	36,5
110 Palestina, Estado da	0,670	-	-	-	0,725	13,1	-	-	-	-	5,8	35,5
111 Paraguai	0,669	-	-	-	0,681	17,8	-	-	0,374	33,4	17,3	52,4
112 Egito	0,662	0,503	24,1	-7	0,724	13,9	0,347	40,9	0,505	14,2	4,4	30,8
113 Moldávia, República da	0,660	0,584	11,6	18	0,693	11,2	0,670	6,1	0,429	17,0	5,3	33,0
114 Filipinas	0,654	0,524	19,9	4	0,654	15,2	0,587	13,5	0,375	30,0	8,3	43,0
114 Usbequistão	0,654	0,551	15,8	13	0,578	24,3	0,706	1,4	0,409	20,1	6,2	36,7
116 Síria, República Árabe da	0,648	0,515	20,4	2	0,793	10,0	0,372	31,5	0,464	18,3	5,7	35,8
117 Micronésia, Estados Federados da	0,645	-	-	-	0,625	19,2	-	-	-	-	40,2	61,1
118 Guiana	0,636	0,514	19,1	2	0,618	21,7	0,559	10,5	0,393	24,4	-	-
119 Botsuana	0,634	-	-	-	0,394	24,3	-	-	-	-	-	-
120 Honduras	0,632	0,458	27,5	-3	0,694	17,4	0,413	28,2	0,335	35,8	29,7	57,0
121 Indonésia	0,629	0,514	18,3	4	0,652	16,8	0,459	20,4	0,453	17,7	5,1	34,0

TABELA 3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO AJUSTADO À DESIGUALDADE

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)				Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade		Índice de educação ajustado à desigualdade		Índice de rendimento ajustado à desigualdade		Taxa de rendimento por quintil	Coefficiente de Gini de rendimento
	Valor	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)			Valor	Perda (%)	Valor	Perda (%)	Valor	Perda (%)	2000–2010 ^e	2000–2010 ^f
	2012	Valor	Perda global (%)	Diferença da classificação IDH ^a	2012	2012	2012 ^b	2012	2012 ^b	2012		
121 Quiribati	0,629	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
121 África do Sul	0,629	-	-	-	0,376	28,4	0,558	20,8	-	-	25,3	63,1
124 Vanuatu	0,626	-	-	-	0,681	15,6	-	-	-	-	-	-
125 Quirguizistão	0,622	0,516	17,1	7	0,606	19,8	0,674	6,5	0,336	24,1	6,4	36,2
125 Tajiquistão	0,622	0,507	18,4	3	0,548	27,2	0,623	12,2	0,383	15,0	4,7	30,8
127 Vietname	0,617	0,531	14,0	15	0,755	13,4	0,447	17,1	0,444	11,4	5,9	35,6
128 Namíbia	0,608	0,344	43,5	-15	0,528	21,1	0,402	27,8	0,191	68,3	21,8	63,9
129 Nicarágua	0,599	0,434	27,5	1	0,735	13,9	0,351	33,3	0,317	33,6	7,6	40,5
130 Marrocos	0,591	0,415	29,7	0	0,686	16,7	0,243	45,8	0,430	23,0	7,3	40,9
131 Iraque	0,590	-	-	-	0,622	20,3	0,334	33,0	-	-	4,6	30,9
132 Cabo Verde	0,586	-	-	-	0,746	12,7	-	-	-	-	12,3	50,5
133 Guatemala	0,581	0,389	33,1	-2	0,659	18,6	0,280	36,1	0,318	42,5	19,6	55,9
134 Timor-Leste	0,576	0,386	33,0	-4	0,471	30,2	0,251	47,6	0,485	17,8	4,6	31,9
135 Gana	0,558	0,379	32,2	-3	0,508	27,5	0,352	40,9	0,303	27,2	9,3	42,8
136 Guiné Equatorial	0,554	-	-	-	0,270	45,4	-	-	-	-	-	-
136 Índia	0,554	0,392	29,3	0	0,525	27,1	0,264	42,4	0,434	15,8	4,9	33,4
138 Camboja	0,543	0,402	25,9	4	0,488	28,8	0,372	28,3	0,358	20,3	6,1	37,9
138 Laos, República Democrática Popular do	0,543	0,409	24,7	4	0,589	21,7	0,311	31,2	0,374	20,6	5,9	36,7
140 Butão	0,538	0,430	20,0	8	0,568	24,1	0,312	12,2	0,450	23,1	6,8	38,1
141 Suazilândia	0,536	0,346	35,4	-4	0,296	35,0	0,409	29,8	0,343	40,9	14,0	51,5
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
142 Congo	0,534	0,368	31,1	1	0,374	37,0	0,384	25,4	0,348	30,3	10,7	47,3
143 Ilhas Salomão	0,530	-	-	-	0,602	20,7	-	-	-	-	-	-
144 São Tomé e Príncipe	0,525	0,358	31,7	1	0,503	28,8	0,379	20,0	0,241	44,2	10,8	50,8
145 Quênia	0,519	0,344	33,6	-2	0,390	34,1	0,405	30,7	0,259	36,0	11,0	47,7
146 Bangladesh	0,515	0,374	27,4	6	0,595	23,2	0,252	39,4	0,350	17,7	4,7	32,1
146 Paquistão	0,515	0,356	30,9	2	0,487	32,3	0,217	45,2	0,426	11,0	4,2	30,0
148 Angola	0,508	0,285	43,9	-11	0,267	46,1	0,303	34,6	0,286	50,0	30,9	58,6
149 Mianmar	0,498	-	-	-	0,537	25,3	-	-	-	-	-	-
150 Camarões	0,495	0,330	33,4	-1	0,288	43,0	0,346	35,3	0,361	19,9	6,9	38,9
151 Madagáscar	0,483	0,335	30,7	1	0,549	25,6	0,342	30,1	0,199	36,1	9,3	44,1
152 Tanzânia, República Unida da	0,476	0,346	27,3	6	0,414	32,4	0,326	28,3	0,307	20,9	6,6	37,6
153 Nigéria	0,471	0,276	41,4	-14	0,286	43,8	0,250	45,2	0,295	34,5	12,2	48,8
154 Senegal	0,470	0,315	33,0	1	0,432	30,7	0,223	44,6	0,325	21,6	7,4	39,2
155 Maurítânia	0,467	0,306	34,4	1	0,391	36,2	0,212	42,1	0,346	23,8	7,8	40,5
156 Papuásia - Nova Guiné	0,466	-	-	-	0,508	25,2	-	-	-	-	-	-
157 Nepal	0,463	0,304	34,2	1	0,622	19,5	0,202	43,6	0,225	37,4	5,0	32,8
158 Lesoto	0,461	0,296	35,9	-1	0,297	34,3	0,379	24,3	0,229	47,0	19,0	52,5
159 Togo	0,459	0,305	33,5	4	0,371	37,2	0,291	41,5	0,263	20,0	5,6	34,4
160 Iémen	0,458	0,310	32,3	5	0,541	25,1	0,156	49,8	0,353	17,6	6,3	37,7
161 Haiti	0,456	0,273	40,2	-9	0,461	30,9	0,241	40,7	0,182	47,9	26,6	59,2
161 Uganda	0,456	0,303	33,6	4	0,331	39,1	0,327	32,2	0,257	29,1	8,7	44,3
163 Zâmbia	0,448	0,283	36,7	-1	0,269	41,9	0,383	23,8	0,221	42,6	16,6	54,6
164 Djibouti	0,445	0,285	36,0	1	0,380	36,9	0,166	47,0	0,365	21,7	7,7	40,0
165 Gâmbia	0,439	-	-	-	0,404	33,9	-	-	-	-	11,0	47,3
166 Benim	0,436	0,280	35,8	-2	0,343	40,3	0,213	42,0	0,301	23,6	6,6	38,6
167 Ruanda	0,434	0,287	33,9	5	0,330	41,3	0,285	29,4	0,251	30,2	12,7	53,1
168 Costa do Marfim	0,432	0,265	38,6	-3	0,352	37,8	0,197	43,2	0,268	34,4	8,5	41,5
169 Comores	0,429	-	-	-	0,440	32,6	0,189	47,4	-	-	26,7	64,3
170 Malauí	0,418	0,287	31,4	8	0,329	39,9	0,309	30,2	0,232	23,1	6,6	39,0
171 Sudão	0,414	-	-	-	0,440	33,0	-	-	-	-	6,2	35,3
172 Zimbabué	0,397	0,284	28,5	5	0,357	30,6	0,469	17,8	0,137	35,8	-	-
173 Etiópia	0,396	0,269	31,9	-1	0,404	35,4	0,179	38,3	0,271	20,8	4,3	29,8
174 Libéria	0,388	0,251	35,3	2	0,367	37,6	0,230	46,4	0,188	19,0	7,0	38,2
175 Afeganistão	0,374	-	-	-	0,225	50,9	0,205	39,3	-	-	4,0	27,8
176 Guiné-Bissau	0,364	0,213	41,4	-4	0,224	50,1	0,185	40,3	0,234	32,5	5,9	35,5
177 Serra Leoa	0,359	0,210	41,6	-4	0,242	45,3	0,171	47,4	0,222	31,0	8,1	42,5
178 Burundi	0,355	-	-	-	0,264	45,6	-	-	-	-	4,8	33,3
178 Guiné	0,355	0,217	38,8	0	0,311	42,7	0,145	42,0	0,228	31,1	7,3	39,4
180 Centro-Africana, República	0,352	0,209	40,5	-2	0,247	46,0	0,176	45,9	0,210	28,1	18,0	56,3
181 Eritreia	0,351	-	-	-	0,485	26,6	-	-	-	-	-	-

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)				Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade		Índice de educação ajustado à desigualdade		Índice de rendimento ajustado à desigualdade		Taxa de rendimento por quintil	Coefficiente de Gini de rendimento
	Valor	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)			Valor	Perda (%)	Valor	Perda (%)	Valor	Perda (%)	2000–2010 ^c	2000–2010 ^f
	2012	Valor	Perda global (%)	Diferença da classificação IDHa	2012	2012	2012 ^b	2012	2012 ^b	2012	2000–2010 ^c	2000–2010 ^f
182 Mali	0,344	-	-	-	0,269	46,3	0,162	36,9	-	-	5,2	33,0
183 Burquina Faso	0,343	0,226	34,2	4	0,329	41,7	0,125	36,2	0,281	23,4	7,0	39,8
184 Chade	0,340	0,203	40,1	-2	0,226	52,0	0,126	43,4	0,295	21,0	7,4	39,8
185 Moçambique	0,327	0,220	32,7	5	0,286	40,8	0,182	18,2	0,205	37,0	9,8	45,7
186 Congo, República Democrática do	0,304	0,183	39,9	0	0,226	50,0	0,249	31,2	0,108	36,8	9,3	44,4
186 Níger	0,304	0,200	34,2	1	0,317	42,6	0,107	39,5	0,236	17,9	5,3	34,6
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS												
Coreia, República Popular Democrática da	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marshall, Ilhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mónaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nauru	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Marino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Somália	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudão do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45,5
Tuvalu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agrupamentos por IDH												
Desenvolvimento humano muito elevado	0,905	0,807	10,8	—	0,897	5,2	0,851	6,8	0,688	19,8	—	—
Desenvolvimento humano elevado	0,758	0,602	20,6	—	0,736	12,4	0,592	19,9	0,500	28,6	—	—
Desenvolvimento humano médio	0,640	0,485	24,2	—	0,633	19,3	0,395	30,2	0,456	22,7	—	—
Desenvolvimento humano baixo	0,466	0,310	33,5	—	0,395	35,7	0,246	38,7	0,307	25,6	—	—
Regiões												
Estados Árabes	0,652	0,486	25,4	—	0,669	16,7	0,320	39,6	0,538	17,5	—	—
Ásia Oriental e Pacífico	0,683	0,537	21,3	—	0,711	14,2	0,480	21,9	0,455	27,2	—	—
Europa e Ásia Central	0,771	0,672	12,9	—	0,716	11,7	0,713	10,5	0,594	16,3	—	—
América Latina e Caraíbas	0,741	0,550	25,7	—	0,744	13,4	0,532	23,0	0,421	38,5	—	—
Ásia do Sul	0,558	0,395	29,1	—	0,531	27,0	0,267	42,0	0,436	15,9	—	—
África subsariana	0,475	0,309	35,0	—	0,335	39,0	0,285	35,3	0,308	30,4	—	—
Países menos desenvolvidos	0,449	0,303	32,5	—	0,406	34,6	0,240	36,2	0,287	26,1	—	—
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,648	0,459	29,2	—	0,633	19,2	0,412	30,1	0,370	37,2	—	—
Mundo	0,694	0,532	23,3	—	0,638	19,0	0,453	27,0	0,522	23,5	—	—

NOTAS

- a** Com base nos países para os quais é calculado o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade.
- b** A lista dos estudos utilizados para estimar as desigualdades está disponível em <http://hdr.undp.org>.
- c** Os dados referentes ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- d** Com base no Censo da população atual de 2010 (da base de dados do Estudo sobre Rendimento do Luxemburgo). No Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011, a desigualdade de rendimento baseava-se no Inquérito à Comunidade Americana de 2005 (da Base de Dados Internacional sobre Distribuição de Rendimentos do Banco Mundial). As duas fontes parecem não coincidir.
- e** Com base na simulação da distribuição de rendimentos do Inquérito sobre Demografia e Saúde de 2007. No Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011, os dados sobre a desigualdade no consumo tiveram por base o Inquérito relativo às condições de vida de 2002–2003.
- f** Com base na simulação da distribuição de rendimentos do Inquérito sobre Demografia e Saúde de 2009. No Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011, os dados sobre a desigualdade no consumo tiveram por base os Inquéritos nacionais relativos às condições de vida das famílias de 2003.

DEFINIÇÕES

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações em três dimensões básicas do desenvolvimento humano - uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para mais pormenores sobre o cálculo do IDH, ver Nota técnica 1 em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2013_EN_TechNotes.pdf.

IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD): O valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ajustado para desigualdades nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano. Para mais pormenores sobre o cálculo do IDHAD, ver Nota técnica 2 em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2013_EN_TechNotes.pdf.

Perda global: Perda no desenvolvimento humano potencial devida à desigualdade, calculada como diferença percentual entre o IDH e o IDHAD.

Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade: O índice de esperança de vida do IDH ajustado para a desigualdade na distribuição do tempo de vida esperado, com base nos dados das tabelas de vida listadas nas *Fontes de dados principais*.

Índice de educação ajustado à desigualdade: O índice de educação do IDH ajustado para a desigualdade na distribuição dos anos de escolaridade, com base nos dados dos inquéritos às famílias listados nas *Fontes de dados principais*.

Índice de rendimento ajustado à desigualdade:

O índice de rendimento do IDH ajustado para a desigualdade na distribuição do rendimento, com base nos dados dos inquéritos às famílias listados nas *Fontes de dados principais*.

Taxa de rendimento por quintil: Relação entre o rendimento médio dos 20% mais ricos da população e o rendimento médio dos 20% mais pobres da população.

Coefficiente de Gini de rendimento: Medida do desvio da distribuição do rendimento (ou do consumo) entre indivíduos ou famílias internamente a um país a partir de uma distribuição perfeitamente igual. Um valor de 0 representa a igualdade absoluta, um valor de 100 a desigualdade absoluta.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Coluna 1: Cálculos do GRDH baseados em dados do UNDESA (2011), de Barro e Lee (2011), do Instituto de Estatística da UNESCO (2012), do Banco Mundial (2012a) e do FMI (2012).

Coluna 2: Calculado como a média geométrica dos valores das colunas 5, 7 e 9, utilizando a metodologia descrita na *Nota técnica 2*.

Coluna 3: Cálculos baseados nos dados das colunas 1 e 2.

Coluna 4: Cálculos baseados nos dados constantes da coluna 2 e nas classificações IDH dos países recalculadas através do IDHAD.

Coluna 5: Cálculos baseados nas tabelas de vida resumidas do UNDESA (2011).

Coluna 6: Cálculos baseados nos dados constantes da coluna 5 e no índice de esperança de vida não ajustado.

Colunas 7 e 9: Cálculos baseados em dados do SIL (2012), do Eurostat (2012), do Manco Mundial (2012b), dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF relativos a 2002–2012 e da ICF Macro (2012) utilizando a metodologia descrita na *Nota técnica 2*.

Coluna 8: Cálculos baseados nos dados constantes da coluna 7 e no índice de educação não ajustado.

Coluna 10: Cálculos baseados nos dados constantes da coluna 9 e no índice de rendimento não ajustado.

Colunas 11 e 12: Banco Mundial (2012a).

Índice de desigualdade de género

Classificação do IDH	Índice de Desigualdade de Género		Taxa de mortalidade materna ^a	Taxa de fertilidade adolescente ^b	Assentos no Parlamento nacional ^c	População com pelo menos o ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho		
	Classificação	Valor	(mortes por 100 000 nados vivos)	(nascimentos por 1000 mulheres dos 15 aos 19 anos)	(% do sexo feminino)	(% com 25 anos ou mais)		(% com 15 anos ou mais)		
			2012	2012	2010	2012 ^d	2012	Feminino	Masculino	Feminino
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO										
1	Noruega	5	0,065	7	7,4	39,6	95,6	94,7	61,7	70,1
2	Austrália	17	0,115	7	12,5	29,2	92,2	92,2	58,8	72,3
3	Estados Unidos	44	0,256	21	27,4	17,0 ^f	94,7	94,3	57,5	70,1
4	Países Baixos	1	0,045	6	4,3	37,8	87,5	90,4	58,3	71,3
5	Alemanha	7	0,075	7	6,8	32,4	96,2	96,9	53,0	66,5
6	Nova Zelândia	31	0,164	15	18,6	32,2	82,8	84,7	61,6	74,1
7	Irlanda	19	0,121	6	8,8	19,0	74,8	73,0	52,6	68,5
7	Suécia	2	0,055	4	6,5	44,7	84,4	85,5	59,4	68,1
9	Suíça	4	0,057	8	3,9	26,8	95,1	96,6	60,6	75,0
10	Japão	21	0,131	5	6,0	13,4	80,0 ^g	82,3 ^g	49,4	71,7
11	Canadá	18	0,119	12	11,3	28,0	100,0	100,0	61,9	71,4
12	Coreia, República da	27	0,153	16	5,8	15,7	79,4 ^g	91,7 ^g	49,2	71,4
13	Hong Kong, China (RAE)	-	-	-	4,2	-	68,7	76,4	51,0	68,1
13	Islândia	10	0,089	5	11,6	39,7	91,0	91,6	70,8	78,4
15	Dinamarca	3	0,057	12	5,1	39,1	99,3	99,4	59,8	69,1
16	Israel	25	0,144	7	14,0	20,0	82,7	85,5	52,5	62,4
17	Bélgica	12	0,098	8	11,2	38,9	76,4	82,7	47,7	60,6
18	Áustria	14	0,102	4	9,7	28,7	100,0	100,0	53,9	67,6
18	Singapura	13	0,101	3	6,7	23,5	71,3	78,9	56,5	76,6
20	França	9	0,083	8	6,0	25,1	75,9	81,3	51,1	61,9
21	Finlândia	6	0,075	5	9,3	42,5	100,0	100,0	55,9	64,2
21	Eslovénia	8	0,080	12	4,5	23,1	94,2	97,1	53,1	65,1
23	Espanha	15	0,103	6	10,7	34,9	63,3	69,7	51,6	67,4
24	Listenstaine	-	-	-	6,0	24,0	-	-	-	-
25	Itália	11	0,094	4	4,0	20,7	68,0	78,1	37,9	59,6
26	Luxemburgo	26	0,149	20	8,4	25,0	77,1	78,7	49,2	65,2
26	Reino Unido	34	0,205	12	29,7	22,1	99,6	99,8	55,6	68,5
28	República Checa	20	0,122	5	9,2	21,0	99,8	99,8	49,6	68,2
29	Grécia	23	0,136	3	9,6	21,0	57,7	66,6	44,8	65,0
30	Brunei Darussalam	-	-	24	22,7	-	66,6 ^g	61,2 ^g	55,5	76,5
31	Chipre	22	0,134	10	5,5	10,7	71,0	78,1	57,2	71,5
32	Malta	39	0,236	8	11,8	8,7	58,0	67,3	35,2	67,4
33	Andorra	-	-	-	7,3	50,0	49,5	49,3	-	-
33	Estónia	29	0,158	2	17,2	19,8	94,4 ^g	94,6 ^g	56,7	68,2
35	Eslováquia	32	0,171	6	16,7	17,3	98,6	99,1	51,2	68,1
36	Qatar	117	0,546	7	15,5	0,1 ^h	70,1	62,1	51,8	95,2
37	Hungria	43	0,256	21	13,6	8,8	93,2 ^g	96,7 ^g	43,8	58,4
38	Barbados	61	0,343	51	40,8	19,6	89,5 ^g	87,6 ^g	64,8	76,2
39	Polónia	24	0,140	5	12,2	21,8	76,9	83,5	48,2	64,3
40	Chile	66	0,360	25	56,0	13,9	72,1	75,9	47,1	74,2
41	Lituânia	28	0,157	8	16,1	19,1	87,9	93,1	54,1	63,9
41	Emiratos Árabes Unidos	40	0,241	12	23,4	17,5	73,1 ^g	61,3 ^g	43,5	92,3
43	Portugal	16	0,114	8	12,5	28,7	40,9	40,2	56,5	68,0
44	Letónia	36	0,216	34	12,8	23,0	98,6	98,2	55,2	67,2
45	Argentina	71	0,380	77	54,2	37,7	57,0 ^g	54,9 ^g	47,3	74,9
46	Seicheles	-	-	-	47,6	43,8	66,9	66,6	-	-
47	Croácia	33	0,179	17	12,8	23,8	57,4 ^g	72,3 ^g	46,0	59,7
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
48	Barain	45	0,258	20	14,8	18,8	74,4 ^g	80,4 ^g	39,4	87,3
49	Bahamas	53	0,316	47	28,3	16,7	91,2	87,6	69,3	79,3
50	Bielorrússia	-	-	4	20,5	29,7	-	-	50,2	62,6
51	Uruguai	69	0,367	29	59,0	12,3	50,6	48,8	55,6	76,5
52	Montenegro	-	-	8	14,8	12,3	97,5	98,8	-	-
52	Palau	-	-	-	12,7	6,9	-	-	-	-
54	Koweit	47	0,274	14	14,4	6,3	53,7	46,6	43,4	82,3
55	Federação Russa	51	0,312	34	23,2	11,1	93,5 ^g	96,2 ^g	56,3	71,0
56	Roménia	55	0,327	27	28,8	9,7	83,4	90,5	48,6	64,9
57	Bulgária	38	0,219	11	36,2	20,8	90,9	94,4	48,6	60,3
57	Arábia Saudita	145	0,682	24	22,1	0,1 ^h	50,3 ^g	57,9 ^g	17,7	74,1
59	Cuba	63	0,356	73	43,9	45,2	73,9 ^g	80,4 ^g	43,3	69,9
59	Panamá	108	0,503	92	75,9	8,5	63,5 ^g	60,7 ^g	49,6	82,5

Classificação do IDH	Índice de Desigualdade de Género		Taxa de mortalidade materna ^a	Taxa de fertilidade adolescente ^b	Assentos no Parlamento nacional ^c	População com pelo menos o ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho	
	Classificação	Valor	(mortes por 100 000 nados vivos)	(nascimentos por 1000 mulheres dos 15 aos 19 anos)	2012	(% com 25 anos ou mais)		(% com 15 anos ou mais)	
			2010	2012 ^d		(% do sexo feminino)	Feminino	Masculino	Feminino
	2012	2012	2010	2012 ^d	2012	2006-2010 ^e	2006-2010 ^e	2006-2010 ^e	2006-2010 ^e
61 México	72	0,382	50	65,5	36,0	51,2	57,0	44,3	80,5
62 Costa Rica	62	0,346	40	61,9	38,6	54,4 ^g	52,8 ^g	46,4	78,9
63 Granada	-	-	24	35,4	17,9	-	-	-	-
64 Líbia	37	0,216	58	2,6	16,5	55,6 ^g	44,0 ^g	30,1	76,8
64 Malásia	42	0,256	29	9,8	13,2	66,0 ^g	72,8 ^g	43,8	76,9
64 Sérvia	-	-	12	19,2	32,4	80,1	90,7	-	-
67 Antígua e Barbuda	-	-	-	49,1	19,4	-	-	-	-
67 Trindade e Tobago	50	0,311	46	31,6	27,4	59,4	59,2	54,9	78,3
69 Cazaquistão	52	0,312	51	25,5	18,2	99,3	99,4	66,6	77,2
70 Albânia	41	0,251	27	14,9	15,7	78,8	85,0	49,6	71,3
71 Venezuela, República Bolivariana da	93	0,466	92	87,3	17,0	55,1	49,8	52,1	80,2
72 Dominica	-	-	-	18,9	12,5	29,7	23,2	-	-
72 Geórgia	81	0,438	67	39,5	6,6	89,7	92,7	55,8	74,2
72 Líbano	78	0,433	25	15,4	3,1	53,0	55,4	22,6	70,8
72 São Cristóvão e Nevis	-	-	-	33,2	6,7	-	-	-	-
76 Irão, República Islâmica do	107	0,496	21	25,0	3,1	62,1	69,1	16,4	72,5
77 Peru	73	0,387	67	48,7	21,5	47,3	59,1	67,8	84,7
78 Antiga República Jugoslava da Macedónia	30	0,162	10	17,8	30,9	72,0	85,3	42,9	68,9
78 Ucrânia	58	0,338	32	26,1	8,0	91,5 ^g	96,1 ^g	53,3	66,6
80 Maurícia	70	0,377	60	31,8	18,8	45,2 ^g	52,9 ^g	44,1	75,5
81 Bósnia-Herzegovina	-	-	8	13,4	19,3	-	-	35,2	58,6
82 Azerbaijão	54	0,323	43	31,4	16,0	90,0	95,7	61,6	68,5
83 São Vicente e Granadinas	-	-	48	54,1	17,4	-	-	55,7	78,4
84 Omã	60	0,340	32	9,3	9,6	47,2	57,1	28,3	81,6
85 Brasil	85	0,447	56	76,0	9,6	50,5	48,5	59,6	80,9
85 Jamaica	87	0,458	110	69,7	15,5	74,0 ^g	71,1 ^g	56,0	71,8
87 Arménia	59	0,340	30	33,2	10,7	94,1 ^g	94,8 ^g	49,4	70,2
88 Santa Lúcia	-	-	35	55,9	17,2	-	-	64,2	77,3
89 Equador	83	0,442	110	80,6	32,3	36,6	36,6	54,3	82,7
90 Turquia	68	0,366	20	30,5	14,2	26,7	42,4	28,1	71,4
91 Colômbia	88	0,459	92	68,1	13,6	43,8	42,4	55,8	79,7
92 Sri Lanca	75	0,402	35	22,1	5,8	72,6	75,5	34,7	76,3
93 Argélia	74	0,391	97	6,1	25,6	20,9	27,3	15,0	71,9
94 Tunísia	46	0,261	56	4,4	26,7	29,9	44,4	25,5	70,0
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO									
95 Tonga	90	0,462	110	18,0	3,6 ⁱ	71,6 ^g	76,7 ^g	53,6	75,0
96 Belize	79	0,435	53	70,8	13,3	35,2 ^g	32,8 ^g	48,3	81,8
96 República Dominicana	109	0,508	150	103,6	19,1	43,3	41,7	51,0	78,6
96 Fiji, Ilhas	-	-	26	42,8	-	57,5	58,1	39,3	79,5
96 Samoa	-	-	-	25,5	4,1	64,3	60,0	42,8	77,8
100 Jordânia	99	0,482	63	23,7	11,1	68,9	77,7	15,6	65,9
101 China, República Popular da	35	0,213	37	9,1	21,3	54,8 ^g	70,4 ^g	67,7	80,1
102 Turquemistão	-	-	67	16,9	16,8	-	-	46,4	76,0
103 Tailândia	67	0,360	48	37,0	15,7	29,0	35,6	63,8	80,0
104 Maldivas	65	0,357	60	10,2	6,5	20,7	30,1	55,7	76,8
105 Suriname	94	0,467	130	34,9	11,8	40,5	47,1	40,5	68,7
106 Gabão	105	0,492	230	81,0	16,7	53,8 ^g	34,7 ^g	56,3	65,0
107 El Salvador	82	0,441	81	76,2	26,2	34,8	40,8	47,4	78,6
108 Bolívia, Estado Plurinacional da	97	0,474	190	74,7	30,1	39,8	49,7	64,1	80,9
108 Mongólia	56	0,328	63	18,7	12,7	83,0 ^g	81,8 ^g	54,3	65,5
110 Palestina, Estado da	-	-	64	48,3	-	48,0	56,2	15,1	66,3
111 Paraguai	95	0,472	99	66,7	13,6	35,0	39,0	57,9	86,3
112 Egito	126	0,590	66	40,6	2,2	43,4 ^g	59,3 ^g	23,7	74,3
113 Moldávia, República da	49	0,303	41	29,1	19,8	91,6	95,3	38,4	45,1
114 Filipinas	77	0,418	99	46,5	22,1	65,9 ^g	63,7 ^g	49,7	79,4
114 Usbequistão	-	-	28	12,8	19,2	-	-	47,7	74,7
116 Síria, República Árabe da	118	0,551	70	36,5	12,0	27,4	38,2	13,1	71,6
117 Micronésia, Estados Federados da	-	-	100	18,5	0,1	-	-	-	-
118 Guiana	104	0,490	280	53,9	31,3	61,5 ^g	48,8 ^g	41,8	79,1
119 Botsuana	102	0,485	160	43,8	7,9	73,6 ^g	77,5 ^g	71,7	81,6
120 Honduras	100	0,483	100	85,9	19,5	20,7	18,8	42,3	82,8
121 Indonésia	106	0,494	220	42,3	18,2	36,2	46,8	51,2	84,2

TABELA 4 ÍNDICE DE DESIGUALDADE DE GÊNERO

Classificação do IDH	Índice de Desigualdade de Gênero		Taxa de mortalidade materna ^a	Taxa de fertilidade adolescente ^b	Assentos no Parlamento nacional ^c	População com pelo menos o ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho		
	Classificação	Valor	(mortes por 100 000 nados vivos)	(nascimentos por 1000 mulheres dos 15 aos 19 anos)	(% do sexo feminino)	(% com 25 anos ou mais)		(% com 15 anos ou mais)		
			2012	2012	2010	2012 ^d	2012	Feminino	Masculino	Feminino
121 Quiribati	-	-	-	16,4	8,7	-	-	-	-	
121 África do Sul	91	0,462	300	50,4	41,1 ⁱ	68,9	72,2	44,0	60,8	
124 Vanuatu	-	-	110	50,6	1,9	-	-	61,3	79,7	
125 Quirguizistão	64	0,357	71	33,0	23,3	81,0 ^g	81,2 ^g	55,5	78,6	
125 Tajiquistão	57	0,338	65	25,7	17,5	93,2 ^g	85,8 ^g	57,4	75,1	
127 Vietname	48	0,299	59	22,7	24,4	24,7 ^g	28,0 ^g	73,2	81,2	
128 Namíbia	86	0,455	200	54,4	25,0	33,0 ^g	34,0 ^g	58,6	69,9	
129 Nicarágua	89	0,461	95	104,9	40,2	30,8 ^g	44,7 ^g	46,7	80,0	
130 Marrocos	84	0,444	100	10,8	11,0	20,1 ^g	36,3 ^g	26,2	74,7	
131 Iraque	120	0,557	63	85,9	25,2	22,0 ^g	42,7 ^g	14,5	69,3	
132 Cabo Verde	-	-	79	69,2	20,8	-	-	50,8	83,3	
133 Guatemala	114	0,539	120	102,4	13,3	12,6	17,4	49,0	88,3	
134 Timor-Leste	-	-	300	52,3	38,5	-	-	38,4	74,1	
135 Gana	121	0,565	350	62,4	8,3	45,7 ^g	61,8 ^g	66,9	71,8	
136 Guiné Equatorial	-	-	240	114,6	10,0	-	-	80,6	92,3	
136 Índia	132	0,610	200	74,7	10,9	26,6 ^g	50,4 ^g	29,0	80,7	
138 Camboja	96	0,473	250	32,9	18,1	11,6	20,6	79,2	86,7	
138 Laos, República Democrática Popular do	101	0,483	470	30,1	25,0	22,9 ^g	36,8 ^g	76,5	79,5	
140 Butão	92	0,464	180	44,9	13,9	34,0	34,5	65,8	76,5	
141 Suazilândia	112	0,525	320	67,9	21,9	49,9 ^g	46,1 ^g	43,6	70,8	
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
142 Congo	133	0,610	560	112,6	9,6	43,8 ^g	48,7 ^g	68,4	72,9	
143 Ilhas Salomão	-	-	93	64,6	-	-	-	53,2	79,9	
144 São Tomé e Príncipe	-	-	70	55,4	18,2	-	-	43,7	76,6	
145 Quênia	130	0,608	360	98,1	9,8	25,3	52,3	61,5	71,8	
146 Bangladesh	111	0,518	240	68,2	19,7	30,8 ^g	39,3 ^g	57,2	84,3	
146 Paquistão	123	0,567	260	28,1	21,1	18,3	43,1	22,7	83,3	
148 Angola	-	-	450	148,1	38,2 ^k	-	-	62,9	77,1	
149 Mianmar	80	0,437	200	12,0	4,6	18,0 ^g	17,6 ^g	75,0	82,1	
150 Camarões	137	0,628	690	115,1	13,9	21,1 ^g	34,9 ^g	64,2	77,4	
151 Madagascar	-	-	240	122,7	15,9	-	-	83,4	88,7	
152 Tanzânia, República Unida da	119	0,556	460	128,7	36,0	5,6 ^g	9,2 ^g	88,2	90,3	
153 Nigéria	-	-	630	111,3	6,7	-	-	47,9	63,3	
154 Senegal	115	0,540	370	89,7	41,6	4,6	11,0	66,1	88,4	
155 Maurítania	139	0,643	510	71,3	19,2	8,0 ^g	20,8 ^g	28,7	79,2	
156 Papuásia - Nova Guiné	134	0,617	230	62,0	2,7	6,8 ^g	14,1 ^g	70,6	74,1	
157 Nepal	103	0,485	170	86,2	33,2	17,9 ^g	39,9 ^g	80,4	87,6	
158 Lesoto	113	0,534	620	60,8	26,1	21,9	19,8	58,9	73,4	
159 Togo	122	0,566	300	54,3	11,1	15,3 ^g	45,1 ^g	80,4	81,4	
160 Iémen	148	0,747	200	66,1	0,7	7,6 ^g	24,4 ^g	25,2	72,0	
161 Haiti	127	0,592	350	41,3	4,0	22,5 ^g	36,3 ^g	60,1	70,6	
161 Uganda	110	0,517	310	126,4	35,0	23,0	23,9	76,0	79,5	
163 Zâmbia	136	0,623	440	138,5	11,5	25,7	44,2	73,2	85,6	
164 Djibouti	-	-	200	19,5	13,8	-	-	36,0	67,2	
165 Gâmbia	128	0,594	360	66,9	7,5	16,9 ^g	31,4 ^g	72,4	83,1	
166 Benim	135	0,618	350	97,0	8,4	11,2 ^g	25,6 ^g	67,4	78,2	
167 Ruanda	76	0,414	340	35,5	51,9	7,4 ^g	8,0 ^g	86,4	85,4	
168 Costa do Marfim	138	0,632	400	105,7	11,0	13,7 ^g	29,9 ^g	51,8	81,2	
169 Comores	-	-	280	51,1	3,0	-	-	35,1	80,4	
170 Malauí	124	0,573	460	105,6	22,3	10,4 ^g	20,4 ^g	84,8	81,3	
171 Sudão	129	0,604	730	53,0	24,1	12,8 ^g	18,2 ^g	30,9	76,5	
172 Zimbabué	116	0,544	570	53,4	17,9	48,8 ^g	62,0 ^g	83,0	89,5	
173 Etiópia	-	-	350	48,3	25,5	-	-	78,4	89,8	
174 Libéria	143	0,658	770	123,0	11,7	15,7 ^g	39,2 ^g	57,9	64,4	
175 Afeganistão	147	0,712	460	99,6	27,6	5,8 ^g	34,0 ^g	15,7	80,3	
176 Guiné-Bissau	-	-	790	96,2	10,0	-	-	68,0	78,2	
177 Serra Leoa	140	0,643	890	104,2	12,9	9,5 ^g	20,4 ^g	66,3	69,1	
178 Burundi	98	0,476	800	20,9	34,9	5,2 ^g	9,2 ^g	83,7	82,1	
178 Guiné	-	-	610	133,7	- ^l	-	-	65,4	78,3	
180 Centro-Africana, República	142	0,654	890	98,6	12,5	10,3 ^g	26,2 ^g	72,5	85,1	
181 Eritreia	-	-	240	53,7	22,0	-	-	79,8	90,0	

Classificação do IDH	Índice de Desigualdade de Género		Taxa de mortalidade materna ^a	Taxa de fertilidade adolescente ^b	Assentos no Parlamento nacional ^c	População com pelo menos o ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho		
	Classificação	Valor	(mortes por 100 000 nados vivos)	(nascimentos por 1000 mulheres dos 15 aos 19 anos)	(% do sexo feminino)	(% com 25 anos ou mais)		(% com 15 anos ou mais)		
						Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
	2012	2012	2010	2012 ^d	2012	2006-2010 ^e	2006-2010 ^e	2006-2010 ^e	2006-2010 ^e	
182 Mali	141	0,649	540	168,9	10,2	11,3	9,2	36,8	70,0	
183 Burquina Faso	131	0,609	300	117,4	15,3	0,9	3,2	77,5	90,4	
184 Chade	-	-	1.100	138,1	12,8	-	-	64,4	80,2	
185 Moçambique	125	0,582	490	124,4	39,2	1,5 ^g	6,0 ^g	86,0	82,9	
186 Congo, República Democrática do	144	0,681	540	170,6	8,2	10,7 ^g	36,2 ^g	70,2	72,5	
186 Níger	146	0,707	590	193,6	13,3	2,5 ^g	7,6 ^g	39,9	89,9	
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS										
Coreia, República Popular Democrática da	-	-	81	0,6	15,6	-	-	71,6	83,7	
Marshall, Ilhas	-	-	-	37,7	3,0	-	-	-	-	
Mónaco	-	-	-	1,5	19,0	-	-	-	-	
Nauru	-	-	-	23,0	0,1	-	-	-	-	
São Marino	-	-	-	2,5	18,3	-	-	-	-	
Somália	-	-	1.000	68,0	13,8	-	-	37,7	76,8	
Sudão do Sul	-	-	-	-	24,3	-	-	-	-	
Tuvalu	-	-	-	21,5	6,7	-	-	-	-	
Agrupamentos por IDH										
Desenvolvimento humano muito elevado	-	0,193	15	18,7	25,0	84,7	87,1	52,7	68,7	
Desenvolvimento humano elevado	-	0,376	47	45,9	18,5	62,9	65,2	46,8	75,3	
Desenvolvimento humano médio	-	0,457	121	44,7	18,2	42,1	58,8	50,5	79,9	
Desenvolvimento humano baixo	-	0,578	405	86,0	19,2	18,0	32,0	56,4	79,9	
Regiões										
Estados Árabes	-	0,555	176	39,2	13,0	31,8	44,7	22,8	74,1	
Ásia Oriental e Pacífico	-	0,333	73	18,5	17,7	49,6	63,0	65,2	80,6	
Europa e Ásia Central	-	0,280	28	23,1	16,7	81,4	85,8	49,6	69,0	
América Latina e Caraíbas	-	0,419	74	70,6	24,4	49,8	51,1	53,7	79,9	
Ásia do Sul	-	0,568	203	66,9	18,5	28,3	49,7	31,3	81,0	
África subsariana	-	0,577	475	105,2	20,9	23,7	35,1	64,7	76,2	
Países menos desenvolvidos	-	0,566	394	90,9	20,3	16,9	27,1	64,8	82,4	
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	-	0,481	193	61,1	22,0	48,0	53,0	53,0	73,9	
Mundo	-	0,463	145	51,2	20,3	52,3	62,9	51,3	77,2	

NOTAS

- a** Os dados foram calculados de forma a garantir comparabilidade entre países, pelo que não são necessariamente iguais às estatísticas oficiais nacionais, as quais podem ter por base outros métodos alternativos rigorosos. Os dados foram arredondados da seguinte forma: inferiores a 100, sem arredondamento; 100-999, arredondados à dezena; superiores a 1000, arredondados à centena.
- b** Com base na variação da fertilidade média.
- c** Nos países com sistemas legislativos de duas câmaras, a percentagem de lugares no parlamento nacional é calculada com base nas duas câmaras.
- d** Os dados correspondem à média anual dos valores previstos para 2010-2015.
- e** Dados referentes ao mais recente ano disponível durante o período especificado.

f O denominador do cálculo refere-se somente aos membros votantes da Câmara dos Representantes.

g Barro e Lee (2011) estimativa para 2010.

h Para calcular o Índice de Desigualdade de Género, foi usado um valor de 0,1%.

i Não foram eleitas mulheres em 2010; contudo, foi nomeada uma mulher para o governo.

j Não inclui as 36 delegadas nomeadas por rotação e ad hoc.

k Estimativa anterior às eleições de 31 de agosto de 2012.

l O parlamento foi dissolvido na sequência do golpe de dezembro de 2008.

DEFINIÇÕES

Índice de Desigualdade de Género: Uma medida composta que reflete a desigualdade de realizações entre mulheres e homens em três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice

de Desigualdade de Género, ver Nota técnica 3 em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2013_EN_TechNotes.pdf.

Taxa de mortalidade materna: Relação entre o número de mortes maternas e o número de nados vivos num dado ano, expressa por 100 000 nados vivos.

Taxa de fertilidade adolescente: Número de partos de mulheres com idades dos 15 aos 19 anos por 1 000 mulheres da mesma faixa etária.

Assentos no parlamento nacional: Proporção de assentos detidos por mulheres, numa câmara baixa ou única ou numa câmara alta ou senado, expressa como percentagem dos assentos totais.

População com pelo menos o ensino secundário: Percentagem da população a partir dos 25 anos que atingiu pelo menos um nível secundário de ensino.

Taxa de participação na força de trabalho: Proporção da população em idade ativa de um

país que se envolve no mercado de trabalho, seja a trabalhar ou a procurar ativamente trabalho, expressa como percentagem da população em idade ativa.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1 e 2: Cálculos do GRDH baseados em dados da OMS e outros (2012), do UNDESA (2011), da UIP (2012), de Barro e Lee (2010), do Instituto de Estatística da UNESCO (2012) e da OIT (2012).

Coluna 3: OMS e outros (2012).

Coluna 4: UNDESA (2011).

Coluna 5: UIP (2012).

Colunas 6 e 7: Barro and Lee (2011); Instituto de Estatística da UNESCO (2012).

Colunas 8 e 9: OIT (2012).

Índice de Pobreza Multidimensional

	Ano ^b	Valor ^a	População em pobreza multidimensional ^a				População vulnerável à pobreza	População em pobreza grave	Contribuição das privações para a pobreza global (%)			População abaixo do limiar de pobreza (%)	
			Índice de Pobreza Multidimensional	Contagem de pessoas		Intensidade de privação			Educação	Saúde	Padrões de vida	1,25 USD em PPC por dia	Linha de pobreza nacional
				(%)	(milhares)								
ESTIMATIVAS PARA 2007-2011 COM BASE EM INQUÉRITOS													
África do Sul	2008 (N)	0,057	13,4	6.609	42,3	22,2	2,4	7,5	50,5	42,0	13,8	23,0	
Albânia	2008/2009 (D)	0,005	1,4	45	37,7	7,4	0,1	32,0	44,9	23,0	0,6	12,4	
Armênia	2010 (D)	0,001	0,3	6	35,2	3,0	0,0	25,8	64,8	9,4	1,3	35,8	
Bangladeche	2007 (D)	0,292	57,8	83.207	50,4	21,2	26,2	18,7	34,5	46,8	43,3	31,5	
Bolívia, Estado Plurinacional da	2008 (D)	0,089	20,5	1.972	43,7	18,7	5,8	19,8	27,5	52,6	15,6	60,1	
Burquina Faso	2010 (D)	0,535	84,0	13.834	63,7	7,1	65,7	36,2	27,9	35,9	44,6		
Butão	2010 (M)	0,119	27,2	198	43,9	17,2	8,5	40,4	21,2	38,4	10,2	23,2	
Camboja	2010 (D)	0,212	45,9	6.415	46,1	21,4	17,0	22,1	32,7	45,1	22,8	30,1	
Colômbia	2010 (D)	0,022	5,4	2.500	40,9	6,4	1,1	31,8	33,5	34,7	8,2	37,2	
Congo	2009 (D)	0,208	40,6	1.600	51,2	17,7	22,9	10,4	45,6	44,0	54,1	50,1	
Congo, República Democrática do	2010 (M)	0,392	74,0	48.815	53,0	15,1	45,9	18,0	25,1	56,9	87,7	71,3	
Egito	2008 (D)	0,024	6,0	4.699	40,7	7,2	1,0	48,1	37,3	14,5	1,7	22,0	
Etiópia	2011 (D)	0,564	87,3	72.415	64,6	6,8	71,1	25,9	27,6	46,5	39,0	38,9	
Filipinas	2008 (D)	0,064	13,4	12.083	47,4	9,1	5,7	15,8	56,5	27,7	18,4	26,5	
Gana	2008 (D)	0,144	31,2	7.258	46,2	21,6	11,4	32,1	19,5	48,4	28,6	28,5	
Guiana	2009 (D)	0,030	7,7	58	39,2	12,3	1,0	17,4	50,4	32,2	-	-	
Indonésia	2007 (D)	0,095	20,8	48.352	45,9	12,2	7,6	15,7	50,6	33,8	18,1	12,5	
Jordânia	2009 (D)	0,008	2,4	145	34,4	1,3	0,1	49,6	47,4	3,1	0,1	13,3	
Lesoto	2009 (D)	0,156	35,3	759	44,1	26,7	11,1	21,9	18,9	59,2	43,4	56,6	
Libéria	2007 (D)	0,485	83,9	3.218	57,7	9,7	57,5	29,7	25,0	45,3	83,8	63,8	
Madagáscar	2008/2009 (D)	0,357	66,9	13.463	53,3	17,9	35,4	34,3	16,7	49,1	81,3	68,7	
Malawi	2010 (D)	0,334	66,7	9.633	50,1	23,4	31,4	19,5	27,1	53,3	73,9	52,4	
Maldivas	2009 (D)	0,018	5,2	16	35,6	4,8	0,3	13,6	81,1	5,3	-	-	
Marrocos	2007 (N)	0,048 ^d	10,6 ^d	3.287 ^d	45,3 ^d	12,3 ^d	3,3 ^d	35,5	27,5	37,0	2,5	9,0	
Mauritânia	2007 (M)	0,352 ^d	61,7 ^d	1.982 ^d	57,1 ^d	15,1 ^d	40,7 ^d	32,0	21,6	46,5	23,4	42,0	
Moçambique	2009 (D)	0,512	79,3	18.127	64,6	9,5	60,7	23,9	36,2	39,9	59,6	54,7	
Namíbia	2006/2007 (D)	0,187	39,6	855	47,2	23,6	14,7	15,1	31,0	53,9	31,9	38,0	
Nepal	2011 (D)	0,217	44,2	13.242	49,0	17,4	20,8	21,8	33,7	44,4	24,8	25,2	
Nigéria	2008 (D)	0,310	54,1	83.578	57,3	17,8	33,9	27,0	32,2	40,8	68,0	54,7	
Palestina, Estado da	2006/2007 (N)	0,005	1,4	52	37,3	8,8	0,1	33,9	55,3	10,8	0,0	21,9	
Paquistão	2006/2007 (D)	0,264 ^d	49,4 ^d	81.236 ^d	53,4 ^d	11,0 ^d	27,4 ^d	30,8	37,9	31,2	21,0	22,3	
Peru	2008 (D)	0,066	15,7	4.422	42,2	14,9	3,9	18,6	20,8	60,6	4,9	31,3	
Quênia	2008/2009 (D)	0,229	47,8	18.863	48,0	27,4	19,8	12,7	30,1	57,2	43,4	45,9	
República Dominicana	2007 (D)	0,018	4,6	439	39,4	8,6	0,7	39,1	22,6	38,2	2,2	34,4	
Ruanda	2010 (D)	0,350	69,0	6.900	50,8	19,4	34,7	19,5	30,9	49,6	63,2	44,9	
São Tomé e Príncipe	2008/2009 (D)	0,154	34,5	56	44,7	24,3	10,7	28,8	27,5	43,6	-	66,2	
Senegal	2010/2011 (D)	0,439	74,4	7.642	58,9	11,7	50,6	31,8	40,6	27,6	33,5	50,8	
Serra Leoa	2008 (D)	0,439	77,0	4.321	57,0	13,1	53,2	31,5	19,3	49,2	53,4	66,4	
Suazilândia	2010 (M)	0,086	20,4	242	41,9	23,1	3,3	16,7	29,9	53,4	40,6	69,2	
Tanzânia, República Unida da	2010 (D)	0,332	65,6	28.552	50,7	21,0	33,4	18,3	26,4	55,3	67,9	33,4	
Timor-Leste	2009/2010 (D)	0,360	68,1	749	52,9	18,2	38,7	21,3	31,0	47,7	37,4	49,9	
Ucrânia	2007 (D)	0,008	2,2	1.018	35,5	1,0	0,2	4,7	91,1	4,2	0,1	2,9	
Uganda	2011 (D)	0,367	69,9	24.122	52,5	19,0	31,2	15,6	34,1	50,4	51,5	31,1	
Vanuatu	2007 (M)	0,129	30,1	67	42,7	33,5	6,5	29,7	17,3	53,0	-	-	
Vietname	2010/2011 (M)	0,017	4,2	3.690	39,5	7,9	0,7	32,8	25,1	42,1	40,1	28,9	
Zâmbia	2007 (D)	0,328	64,2	7.740	51,2	17,2	34,8	17,5	27,9	54,7	68,5	59,3	
Zimbabué	2010/2011 (D)	0,172	39,1	4.877	44,0	25,1	11,5	10,2	33,6	56,3	-	72,0	
ESTIMATIVAS PARA 2002-2006 COM BASE EM INQUÉRITOS													
Antiga República Jugoslava da Macedónia	2005 (M)	0,008	1,9	39	40,9	6,7	0,3	59,9	12,8	27,3	0,0	19,0	
Argentina	2005 (N)	0,011 ^d	2,9 ^d	1.160 ^d	37,6 ^d	5,8 ^d	0,2 ^d	41,9	12,9	45,2	0,9	-	
Azerbaijão	2006 (D)	0,021	5,3	461	39,4	12,5	0,6	24,4	49,4	26,2	0,4	15,8	
Belize	2006 (M)	0,024	5,6	16	42,6	7,6	1,1	22,8	35,8	41,4	-	33,5	
Benim	2006 (D)	0,412	71,8	5.652	57,4	13,2	47,2	33,6	25,1	41,3	47,3	39,0	
Bielorrússia	2005 (M)	0,000	0,0	0	35,1	0,8	0,0	16,6	61,8	21,7	0,1	5,4	
Bósnia-Herzegovina	2006 (M)	0,003	0,8	30	37,2	7,0	0,1	29,2	51,8	19,0	0,0	14,0	
Brasil	2006 (N)	0,011	2,7	5.075	39,3	7,0	0,2	39,0	40,2	20,7	6,1	21,4	
Burundi	2005 (M)	0,530	84,5	6.128	62,7	12,2	61,9	31,5	22,4	46,1	81,3	66,9	
Camarões	2004 (D)	0,287	53,3	9.149	53,9	19,3	30,4	25,7	24,5	49,8	9,6	39,9	
Cazaquistão	2006 (M)	0,002	0,6	92	36,9	5,0	0,0	14,6	56,8	28,7	0,1	8,2	
Chade	2003 (W)	0,344	62,9	5.758	54,7	28,2	44,1	40,9	4,6	54,5	61,9	55,0	
China, República Popular da	2002 (W)	0,056	12,5	161.675	44,9	6,3	4,5	64,8	9,9	25,2	13,1	2,8	

	Ano ^b	Índice de Pobreza Multidimensional	População em pobreza multidimensional ^a					População vulnerável à pobreza	População em pobreza grave	Contribuição das privações para a pobreza global (%)			População abaixo do limiar de pobreza (%)	
			Contagem de pessoas		Intensidade de privação	Educação	Saúde			Padrões de vida	1,25 USD em PPC por dia	Linha de pobreza nacional		
			Valor ^a	(%)	(milhares)								(%)	
Costa do Marfim	2005 (D)	0,353	61,5	11.083	57,4	15,3	39,3	32,0	38,7	29,3	23,8	42,7		
Croácia	2003 (W)	0,016	4,4	196	36,3	0,1	0,3	45,0	46,7	8,3	0,1	11,1		
Djibouti	2006 (M)	0,139	29,3	241	47,3	16,1	12,5	38,3	24,6	37,1	18,8	-		
Emiratos Árabes Unidos	2003 (W)	0,002	0,6	20	35,3	2,0	0,0	94,4	0,4	5,2	-	-		
Equador	2003 (W)	0,009	2,2	286	41,6	2,1	0,6	78,6	3,3	18,1	4,6	32,8		
Eslováquia	2003 (W)	0,000 ^f	0,0 ^f	0 ^f	0,0 ^f	0,0 ^f	0,0 ^f	0,0	0,0	0,0	0,1	-		
Eslovénia	2003 (W)	0,000 ^f	0,0 ^f	0 ^f	0,0 ^f	0,4 ^f	0,0 ^f	0,0	0,0	0,0	0,1	-		
Estónia	2003 (W)	0,026	7,2	97	36,5	1,3	0,2	91,2	1,2	7,6	0,5	-		
Federação Russa	2003 (W)	0,005 ^e	1,3 ^e	1.883 ^e	38,9 ^e	0,8 ^e	0,2 ^e	84,2	2,5	13,3	0,0	11,1		
Gâmbia	2005/2006 (M)	0,324	60,4	935	53,6	17,6	35,5	33,5	30,7	35,8	33,6	48,4		
Geórgia	2005 (M)	0,003	0,8	36	35,2	5,3	0,0	23,2	33,8	43,0	15,3	24,7		
Guatemala	2003 (W)	0,127 ^e	25,9 ^e	3.134 ^e	49,1 ^e	9,8 ^e	14,5 ^e	57,2	10,0	32,8	13,5	51,0		
Guiné	2005 (D)	0,506	82,5	7.459	61,3	9,3	62,3	35,5	23,0	41,5	43,3	53,0		
Haiti	2005/2006 (D)	0,299	56,4	5.346	53,0	18,8	32,3	27,0	21,5	51,5	-	-		
Honduras	2005/2006 (D)	0,159	32,5	2.281	48,9	22,0	11,3	38,0	18,5	43,6	17,9	60,0		
Hungria	2003 (W)	0,016	4,6	466	34,3	0,0	0,0	1,8	95,6	2,7	0,2	-		
Iémen	2006 (M)	0,283	52,5	11.176	53,9	13,0	31,9	27,0	40,5	32,4	17,5	34,8		
Índia	2005/2006 (D)	0,283	53,7	612.203	52,7	16,4	28,6	21,8	35,7	42,5	32,7	29,8		
Iraque	2006 (M)	0,059	14,2	3.996	41,3	14,3	3,1	47,5	32,1	20,4	2,8	22,9		
Laos, República Democrática Popular do	2006 (M)	0,267	47,2	2.757	56,5	14,1	28,1	33,1	27,9	39,0	33,9	27,6		
Letónia	2003 (W)	0,006 ^e	1,6 ^e	37 ^e	37,9 ^e	0,0 ^e	0,0 ^e	0,0	88,0	12,0	0,1	5,9		
Mali	2006 (D)	0,558	86,6	11.771	64,4	7,6	68,4	34,5	26,2	39,3	50,4	47,4		
México	2006 (N)	0,015	4,0	4.313	38,9	5,8	0,5	38,6	23,9	37,5	1,2	51,3		
Moldávia, República da	2005 (D)	0,007	1,9	72	36,7	6,4	0,1	24,7	34,3	41,1	0,4	21,9		
Mongólia	2005 (M)	0,065	15,8	403	41,0	20,6	3,2	15,4	27,9	56,6	-	35,2		
Montenegro	2005/2006 (M)	0,006	1,5	9	41,6	1,9	0,3	37,5	47,6	14,9	0,1	6,6		
Nicarágua	2006/2007 (D)	0,128	28,0	1.538	45,7	17,4	11,2	27,9	13,6	58,5	11,9	46,2		
Níger	2006 (D)	0,642	92,4	12.437	69,4	4,0	81,8	35,4	21,5	43,2	43,6	59,5		
Paraguai	2002/2003 (W)	0,064	13,3	755	48,5	15,0	6,1	35,1	19,0	45,9	7,2	34,7		
Quirguizistão	2005/2006 (M)	0,019	4,9	249	38,8	9,2	0,9	36,6	36,9	26,4	6,2	33,7		
República Checa	2002/2003 (W)	0,010	3,1	316	33,4	0,0	0,0	0,0	99,9	0,1	-	-		
Sérvia	2005/2006 (M)	0,003	0,8	79	40,0	3,6	0,1	30,5	40,1	29,4	0,3	9,2		
Síria, República Árabe da	2006 (M)	0,021 ^f	5,5 ^f	1.041 ^f	37,5 ^f	7,1 ^f	0,5 ^f	45,4	42,7	11,8	1,7	-		
Somália	2006 (M)	0,514	81,2	6.941	63,3	9,5	65,6	34,2	18,6	47,2	-	-		
Sri Lanca	2003 (W)	0,021 ^e	5,3 ^e	1.027 ^e	38,7 ^e	14,4 ^e	0,6 ^e	6,3	35,4	58,3	7,0	8,9		
Suriname	2006 (M)	0,039	8,2	41	47,2	6,7	3,3	36,1	18,8	45,1	-	-		
Tailândia	2005/2006 (M)	0,006	1,6	1.067	38,5	9,9	0,2	40,7	31,2	28,1	0,4	8,1		
Tajiquistão	2005 (M)	0,068	17,1	1.104	40,0	23,0	3,1	18,7	45,0	36,3	6,6	46,7		
Togo	2006 (M)	0,284	54,3	3.003	52,4	21,6	28,7	28,3	25,4	46,3	38,7	61,7		
Trinidade e Tobago	2006 (M)	0,020	5,6	74	35,1	0,4	0,3	1,3	94,3	4,4	-	-		
Tunísia	2003 (W)	0,010 ^e	2,8 ^e	272 ^e	37,1 ^e	4,9 ^e	0,2 ^e	25,0	47,3	27,6	1,4	3,8		
Turquia	2003 (D)	0,028	6,6	4.378	42,0	7,3	1,3	42,3	38,4	19,2	0,0	18,1		
Uruguai	2002/2003 (W)	0,006	1,7	57	34,7	0,1	0,0	96,0	0,6	3,4	0,2	18,6		
Usbequistão	2006 (M)	0,008	2,3	603	36,2	8,1	0,1	23,2	55,7	21,1	-	-		
Uruguai	2002/2003 (W)	0,006	1,7	57	34,7	0,1	0,0	96,0	0,6	3,4	0,2	18,6		
Usbequistão	2006 (M)	0,008	2,3	603	36,2	8,1	0,1	23,2	55,7	21,1	-	-		
Vietname	2002 (D)	0,084	17,7	14.249	47,2	18,5	6,0	19,2	43,0	37,8	16,9	14,5		

NOTAS

- a** Nem todos os indicadores estiveram disponíveis para todos os países; deve ser usada cautela nas comparações transnacionais. Nos casos em que faltam dados, a ponderação dos indicadores foi ajustada para totalizar 100%. Para pormenores sobre os países a que faltam dados, consultar Alkire e outros (2011) e Alkire, Conconi e Roche (2012).
- b** D indica que os dados são de Inquéritos sobre Demografia e Saúde, M indica que os dados são de Inquéritos de Grupos de Indicadores Múltiplos, W indica que os dados são de Inquéritos Mundiais sobre Saúde e N indica que os dados são de inquéritos nacionais.
- c** Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- d** Estimativa do limite inferior.
- e** Estimativa do limite superior.
- f** Os dados referem-se apenas a parte do país.

DEFINIÇÕES

Índice de pobreza Multidimensional:

Porcentagem da população que é multidimensionalmente pobre ajustada pela intensidade das privações. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional, ver Nota técnica 4 em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2013_EN_TechNotes.pdf.

Contagem de pessoas em pobreza multidimensional: Porcentagem da população com uma pontuação de privações ponderada de, pelo menos, 33%.

Intensidade de privação da pobreza multidimensional: A percentagem média da privação sentida pelas pessoas em estado de pobreza multidimensional.

População vulnerável à pobreza: Porcentagem da população em risco de sofrer privações múltiplas,

ou seja, as pessoas com uma pontuação de privações de 20%-33%.

População em pobreza grave: Porcentagem da população em estado de pobreza multidimensional grave, ou seja, as pessoas com uma pontuação de privações de 50% ou mais.

Contribuição das privações para a pobreza global: Percentagem do Índice de Pobreza Multidimensional atribuída às privações em cada dimensão.

População abaixo de USD 1,25 em PPC por dia: Porcentagem da população que vive abaixo da linha internacional de pobreza de USD 1,25 (em termos de paridade de poder de compra) por dia.

Percentagem da população que vive abaixo da linha nacional de pobreza: Porcentagem da população que vive abaixo da linha nacional de pobreza, que é a linha de pobreza considerada

adequada a um país pelas suas autoridades. As estimativas nacionais baseiam-se em estimativas ponderadas de subgrupos de população obtidas de inquéritos às famílias.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1 e 2: Calculado a partir de vários inquéritos às famílias, incluindo Inquéritos sobre Demografia e Saúde da ICF Macro, Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Inquéritos Mundiais à Saúde da Organização Mundial da Saúde efetuados entre 2000 e 2010.

Colunas 3-10: Calculado com base em dados sobre as privações das famílias em termos de educação, saúde e padrões de vida, provenientes de vários inquéritos às famílias conforme lista da coluna 1.

Colunas 11 e 12: Banco Mundial (2012a).

Classificação do IDH	ECONOMIA					DESPESAS PÚBLICAS									
	PIB	PIB per capita	Formação bruta de capital fixo	Índice de preços no consumidor	Despesa geral de consumo final das administrações públicas	Saúde		Educação		Militar ^a		Serviço da dívida total			
	PPC em mil milhões de USD de 2005	PPC em USD de 2005	(% do PIB)	(2005 = 100)	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do PIB)		
	2011	2011	2011	2010	2000	2011	2000	2010	2000	2005-2010 ^a	2000	2010	2000	2009	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO															
1	Noruega	232,7	46.982	20,2	112	19,3	21,5	6,4	8,0	6,6	7,3	1,7	1,5	-	-
2	Austrália	781,5	34.548	27,1	116	17,6	18,0	5,4	5,9	4,7	5,1	1,8	1,9	-	-
3	Estados Unidos	13.238,3	42.486	14,7 ^c	112	14,3	17,5 ^c	5,8	9,5	-	5,4	3,0	4,8	-	-
4	Países Baixos	621,9	37.251	18,6	108	22,0	28,1	5,0	9,4	5,0	5,9	1,5	1,4	-	-
5	Alemanha	2.814,4	34.437	18,2	108	19,0	19,5	8,2	9,0	-	4,6	1,5	1,4	-	-
6	Nova Zelândia	108,4 ^c	24.818 ^c	18,9 ^c	115	17,3	20,3 ^c	6,0	8,4	-	7,2	1,2	1,2	-	-
7	Irlanda	159,9	35.640	11,5 ^c	107	14,2	18,9 ^c	4,6	6,4	4,2	5,7	0,7	0,6	-	-
7	Suécia	331,3	35.048	18,4	108	25,8	26,6	7,0	7,8	7,2	7,3	2,0	1,3	-	-
9	Suíça	300,3	37.979	20,9 ^c	104	11,1	11,5 ^c	5,6	6,8	5,2	5,4	1,1	0,8	-	-
10	Japão	3.918,9	30.660	20,1 ^c	100	16,9	19,8	6,2	7,8	3,7	3,8	1,0	1,0	-	-
11	Canadá	1.231,6	35.716	22,1 ^c	109	18,6	21,8 ^c	6,2	8,0	5,6	4,8	1,1	1,5	-	-
12	Coreia, República da	1.371,0	27.541	28,6 ^c	116	12,0	15,3 ^c	2,2	4,1	-	5,0	2,6	2,7	-	-
13	Hong Kong, China (RAE)	310,0	43.844	21,5 ^c	112	9,1	8,4 ^c	-	-	-	3,6	-	-	-	-
13	Islândia	10,7	33.618	14,1	149	23,4	25,2	7,7	7,6	6,7	7,8	0,0	0,1 ^d	-	-
15	Dinamarca	180,6	32.399	17,2	111	25,1	28,6	6,8	9,7	8,3	8,7	1,5	1,5	-	-
16	Israel	207,5	26.720	18,7	114	25,8	23,9	4,7	4,6	6,5	5,8	8,0	6,5	-	-
17	Bélgica	364,7	33.127	20,9	111	21,3	24,1	6,1	8,0	-	6,4	1,4	1,1	-	-
18	Áustria	306,1	36.353	21,1	109	19,0	19,3	7,6	8,5	5,7	5,5	1,0	0,9	-	-
18	Singapura	277,8	53.591	23,4	114	10,9	10,3	1,3	1,4	3,4	3,3	4,6	3,7	-	-
20	França	1.951,2	29.819	20,1	108	22,9	24,5	8,0	9,3	5,7	5,9	2,5	2,3	-	-
21	Finlândia	173,8	32.254	19,2	110	20,6	23,9	5,1	6,7	5,9	6,8	1,3	1,4	-	-
21	Eslovénia	51,2	24.967	19,5	115	18,7	20,6	6,1	6,9	-	5,7	1,1	1,6	-	-
23	Espanha	1.251,3	27.063	21,7	112	17,1	20,3	5,2	6,9	4,3	5,0	1,2	1,0	-	-
24	Listenstaine	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,1	-	-	-	-
25	Itália	1.645,0	27.069	19,5	110	18,3	20,5	5,8	7,4	4,4	4,7	2,0	1,7	-	-
26	Luxemburgo	35,4	68.459	19,0	111	15,1	16,5	5,2	6,6	-	-	0,6	0,6	-	-
26	Reino Unido	2.034,2	32.474	14,3	114	18,6	22,5	5,6	8,1	4,5	5,6	2,4	2,6	-	-
28	República Checa	252,8	23.967	23,9	115	20,3	20,9	5,9	6,6	4,0	4,5	2,0	1,3	-	-
29	Grécia	255,0	22.558	14,0	117	18,9	17,5	4,7	6,1	3,4	4,1	3,6	2,3	-	-
30	Brunei Darussalam	18,2 ^c	45.507 ^c	15,9 ^c	105	25,8	22,4 ^c	2,6	2,4	3,7	2,0	5,7	3,2	-	-
31	Chipre	21,0	26.045	18,4 ^c	113	16,0	19,7 ^c	2,4	2,5	5,3	7,9	3,0	2,1	-	-
32	Malta	9,6	23.007	15,0	112	18,2	21,1	4,9	5,7	-	5,8	0,7	0,7	-	-
33	Andorra	-	-	-	-	-	-	4,9	5,3	-	2,9	-	-	-	-
33	Estónia	24,0	17.885	21,5	126	19,8	19,5	4,1	4,7	5,4	5,7	1,4	1,7	-	-
35	Eslováquia	112,9	20.757	22,4	115	20,1	18,1	5,6	5,8	3,9	4,1	1,7	1,3	-	-
36	Qatar	145,8	77.987	39,6 ^d	136	19,7	24,8 ^d	1,6	1,4	-	2,4	-	2,3 ^e	-	-
37	Hungria	172,5	17.295	16,7	130	21,5	10,0	5,0	5,1	5,0	5,1	1,7	1,0	-	-
38	Barbados	4,8 ^d	17.564 ^d	14,6 ^c	132	21,2	20,3 ^c	4,1	5,2	5,6	6,7	-	-	-	-
39	Polónia	691,2	18.087	19,9 ^c	115	17,4	18,9 ^c	3,9	5,4	5,0	5,1	1,8	1,9	-	-
40	Chile	263,7	15.272	23,2	101	12,5	11,8	3,4	3,8	3,9	4,5	3,8	3,2	8,2	6,2
41	Lituânia	54,1	16.877	17,6	129	22,8	18,9	4,5	5,2	-	5,7	1,7	1,1	9,7	24,3
41	Emiratos Árabes Unidos	333,7	42.293	23,8 ^c	115	-	8,2 ^c	2,5	2,7	1,3	1,0	9,4	6,9	-	-
43	Portugal	226,8	21.317	18,1	109	19,0	20,1	6,4	7,5	5,2	5,8	1,9	2,1	-	-
44	Letónia	30,6	13.773	22,4	139	20,8	15,6	3,2	4,1	5,4	5,6	0,9	1,1	7,7	43,9
45	Argentina	631,9	15.501	22,6	154	13,8	15,1	5,0	4,4	4,6	6,0	1,1	0,9	9,4	3,8
46	Seicheles	2,0	23.172	22,0 ^d	185	24,2	11,1 ^d	4,0	3,1	-	5,0	1,7	1,3	3,4	5,0
47	Croácia	71,2	16.162	21,9	117	23,8	21,2	6,7	6,6	-	4,3	3,1	1,7	-	-
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO															
48	Barain	26,9 ^c	21.345 ^c	26,6 ^d	114	17,6	15,5 ^d	2,7	3,6	-	2,9	4,0	3,4	-	-
49	Bahamas	9,8	28.239	26,0	113	10,8	15,0	2,8	3,6	2,8	-	-	-	-	-
50	Bielorrússia	125,0	13.191	37,6	162	19,5	13,5	4,9	4,4	6,2	4,5	1,3	1,4	2,9	2,6
51	Uruguai	44,9	13.315	19,0	142	12,4	13,0	6,1	5,6	2,4	2,9	2,8	2,0	5,3	3,5
52	Montenegro	6,6	10.402	22,1	122	21,9	18,2	5,4	6,1	-	-	-	1,9	-	2,4
52	Palau	0,3	13.176	-	-	-	-	8,5	7,9	9,8	-	-	-	-	-
54	Koweit	135,1	47.935	17,8 ^d	130	21,5	13,5	1,9	2,1	-	3,8	7,2	3,6	-	-
55	Federação Russa	2.101,8	14.808	23,1	163	15,1	16,9	3,2	3,2	2,9	4,1	3,7	3,9	4,6	4,2
56	Roménia	233,3	10.905	32,2	135	7,2	15,8	3,5	4,4	2,9	4,3	2,5	1,3	6,7	11,5
57	Bulgária	88,2	11.799	23,3	138	19,0	15,4	3,6	3,7	-	4,4	2,7	1,9	10,0	8,4
57	Arábia Saudita	601,8	21.430	19,0	129	26,0	19,8	3,1	2,7	5,9	5,6	10,6	10,1	-	-

Classificação do IDH	ECONOMIA				DESPESAS PÚBLICAS									
	PIB	PIB per capita	Formação bruta de capital fixo	Índice de preços no consumidor	Despesa geral de consumo final das administrações públicas		Saúde		Educação		Militar ^a		Serviço da dívida total	
	PPC em mil milhões de USD de 2005	PPC em USD de 2005	(% do PIB)	(2005 = 100)	(% do PIB)		(% do PIB)		(% do PIB)		(% do PIB)		(% do PIB)	
	2011	2011	2011	2010	2000	2011	2000	2010	2000	2005-2010 ^b	2000	2010	2000	2009
59 Cuba	-	-	9,9 ^c	-	29,6	37,9 ^c	6,1	9,7	7,7	12,9	-	-	-	-
59 Panamá	49,2	13.766	27,5 ^c	123	13,2	11,2 ^c	5,3	6,1	5,0	3,8	0,0	0,0	7,6	4,0
61 México	1.466,6	12.776	20,4	124	11,1	12,0	2,4	3,1	4,9	5,3	0,6	0,5	10,1	3,0
62 Costa Rica	50,7	10.732	19,8	158	13,3	17,6 ^c	5,0	7,4	4,4	6,3	0,0	0,0	4,1	3,0
63 Granada	1,0	9.806	23,1 ^d	121	11,7	15,6 ^d	4,2	2,6	-	-	-	-	2,8	3,3
64 Líbia	96,2 ^d	15.361 ^d	-	125	20,8	-	1,9	2,7	-	-	3,1	1,2 ^e	-	-
64 Malásia	394,6	13.672	20,3 ^c	114	10,2	12,7 ^c	1,7	2,4	6,0	5,8	1,6	1,6	6,9	5,6
64 Sérvia	71,2	9.809	25,3	153	19,6	18,2	5,2	6,4	-	5,0	5,5	2,2	2,0	11,2
67 Antígua e Barbuda	1,3	14.139	18,3 ^d	112	19,0	17,6 ^d	3,3	4,3	-	2,5	-	-	-	-
67 Trindade e Tobago	30,6	22.761	-	155	9,3	-	1,7	3,4	3,8	-	-	-	-	-
69 Cazaquistão	191,5	11.568	23,9	162	12,1	9,8	2,1	2,5	3,3	3,1	0,8	1,1	18,4	32,3
70 Albânia	25,3	7.861	24,9	115	8,9	9,3	2,3	2,6	-	-	1,2	1,6	0,8	3,9
71 Venezuela, República Bolivariana da	329,6	11.258	17,0	163	12,4	10,4	2,4	1,7	-	3,7	1,5	0,9	5,4	1,5
72 Dominica	0,8	11.120	22,3 ^c	116	18,5	17,2 ^c	4,1	5,2	-	3,6	-	-	3,3	3,3
72 Geórgia	21,6	4.826	17,2	143	8,5	9,4	1,2	2,4	2,2	3,2	0,6	3,9	3,9	7,0
72 Líbano	54,9	12.900	30,0	105	17,3	12,3	3,2	2,8	1,9	1,8	5,4	4,2	8,6	10,9
72 São Cristóvão e Nevis	0,7	13.291	30,3 ^d	122	17,6	16,0 ^d	3,3	4,0	5,2	4,5	-	-	5,1	6,7
76 Iraão, República Islâmica do	765,2 ^d	10.462 ^d	-	206	13,9	-	1,9	2,2	4,4	4,7	3,7	1,8 ^e	2,9	-
77 Peru	266,0	9.049	23,8	115	10,6	9,8	2,8	2,7	-	2,7	1,8	1,3	4,8	4,4
78 Antiga República Jugoslava da Macedónia	19,5	9.451	21,5	115	18,2	18,0	4,9	4,5	-	-	1,9	1,4	3,9	7,3
78 Ucrânia	290,6	6.359	19,3	195	20,9	18,8	2,9	4,4	4,2	5,3	3,6	2,7	11,7	22,1
80 Maurícia	16,4	12.737	24,4	137	14,1	14,0	2,0	2,5	3,8	3,1	0,2	0,1	9,9	1,3
81 Bósnia-Herzegovina	28,5	7.607	20,7	118	-	22,1	4,1	6,8	-	-	-	1,2	5,8	8,2
82 Azerbaijão	81,5	8.890	17,2	164	9,5	11,8	0,9	1,2	3,9	3,2	2,3	2,9	2,5	0,8
83 São Vicente e Granadinas	1,0	9.482	23,5 ^d	124	16,4	19,5 ^d	3,6	3,9	7,9	4,9	-	-	3,3	4,7
84 Omã	72,1 ^c	25.330 ^d	-	131	20,7	19,9 ^d	2,5	2,2	3,1	4,3	10,8	8,5	-	-
85 Brasil	2.021,3	10.278	19,3	126	19,2	20,7	2,9	4,2	4,0	5,7	1,8	1,6	10,1	2,1
85 Jamaica	19,2	7.074	22,9	179	14,3	17,7	2,9	2,6	5,0	6,1	0,5	0,8	7,8	8,5
87 Arménia	15,8	5.112	30,9	131	11,8	11,8	1,1	1,8	2,8	3,2	3,6	4,2	2,4	10,3
88 Santa Lúcia	1,4	8.231	33,5 ^c	115	18,2	16,0 ^c	3,2	5,3	7,1	4,4	-	-	4,2	3,6
89 Equador	109,2	7.443	24,2	124	9,8	15,8	1,3	3,0	1,3	-	1,6	3,6	11,8	3,2
90 Turquia	991,7	13.466	20,0	153	11,7	8,1	3,1	5,1	2,6	2,9	3,7	2,4	7,8	8,0
91 Colômbia	415,8	8.861	21,9	126	16,7	10,6	5,5	5,5	3,5	4,8	3,0	3,6	5,1	3,4
92 Sri Lanca	102,9	4.929	34,6	172	10,5	7,5	1,8	1,3	-	2,1	5,0	3,0	4,8	2,9
93 Argélia	275,0	7.643	38,3 ^d	122	13,6	14,2 ^d	2,6	3,2	-	4,3	3,4	3,6	8,2	0,4
94 Tunísia	88,1	8.258	24,0	123	16,7	13,4	3,3	3,4	6,2	6,3	1,8	1,4	8,9	5,3
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO														
95 Tonga	0,4	4.092	24,3 ^c	131	18,2	18,9 ^c	4,0	4,1	4,9	-	-	-	2,4	1,4
96 Belize	2,1	5.896	-	113	12,9	-	2,2	3,3	5,0	6,1	0,9	1,1	9,2	7,2
96 República Dominicana	87,0	8.651	16,7	136	7,8	5,2	2,2	2,7	1,9	2,2	1,0	0,7	2,2	2,6
96 Fiji, Ilhas	3,6	4.199	-	127	17,2	-	3,2	3,4	5,9	4,5	1,9	1,6	1,5	0,7
96 Samoa	0,7	4.008	-	131	-	-	4,0	5,7	4,0	5,3	-	-	2,2	1,8
100 Jordânia	32,6	5.269	21,3	134	23,7	18,9	4,7	5,4	-	-	6,3	5,0	8,7	2,5
101 China, República Popular da	9.970,6	7.418	45,5	115	15,8	13,1	1,8	2,7	-	-	1,9	2,1	2,2	1,0
102 Turquemenistão	41,1	8.055	60,0	-	14,2	11,1	3,2	1,5	-	-	-	-	16,1	0,8
103 Tailândia	530,6	7.633	25,8	116	11,3	13,3	1,9	2,9	5,4	3,8	1,5	1,5	11,4	3,5
104 Maldivas	2,5	7.834	-	138	22,9	-	4,1	3,8	-	8,7	-	-	3,2	9,8
105 Suriname	3,7 ^c	7.110 ^c	-	145	37,5	-	3,9	3,4	-	-	-	-	-	-
106 Gabão	21,5	13.998	25,1	113	9,6	8,8	1,0	1,8	3,8	-	1,8	0,9	6,9	3,4
107 El Salvador	37,6	6.032	14,2	119	10,2	11,1	3,6	4,3	2,5	3,2	1,3	1,1	2,8	5,0
108 Bolívia, Estado Plurinacional da	45,4	4.499	16,6 ^c	137	14,5	13,2	3,7	3,0	5,5	6,3	2,1	1,7	7,6	3,3
108 Mongólia	11,7	4.178	48,6	168	15,3	14,0	3,9	3,0	5,6	5,4	2,1	1,1	3,4	2,8
110 Palestina, Estado da	-	-	-	-	27,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
111 Paraguai	31,2	4.752	21,3	140	12,7	10,4	3,7	2,1	5,3	4,0	1,1	0,9	5,0	2,5
112 Egito	457,8	5.547	19,4	173	11,2	11,3	2,2	1,7	-	3,8	3,2	2,0	1,8	1,4
113 Moldávia, República da	10,6	2.975	23,9	153	10,3	22,7	3,2	5,4	4,5	9,1	0,4	0,3	11,6	6,7
114 Filipinas	344,4	3.631	15,8	127	11,4	10,2	1,6	1,3	3,3	2,7	1,6	1,2	8,7	6,5
114 Usbequistão	85,2	2.903	23,5	-	18,7	16,6	2,5	2,8	-	-	1,2	-	6,4	1,5
116 Síria, República Árabe da	96,9 ^c	4.741 ^c	18,8 ^c	142	12,4	10,1 ^c	2,0	1,6	-	4,9	5,5	4,1	2,5	1,1
117 Micronésia, Estados Federados da	0,3	3.017	-	-	-	-	7,7	12,9	6,7	-	-	-	-	-

TABELA 6 CONTROLO DOS RECURSOS

Classificação do IDH	ECONOMIA				DESPESAS PÚBLICAS										
	PIB	PIB per capita	Formação bruta de capital fixo	Índice de preços no consumidor	Despesa geral de consumo final das administrações públicas			Saúde		Educação		Militar ^a		Serviço da dívida total	
	PPC em mil milhões de USD de 2005	PPC em USD de 2005	(% do PIB)	(2005 = 100)	(% do PIB)			(% do PIB)		(% do PIB)		(% do PIB)		(% do PIB)	
	2011	2011	2011	2010	2000	2011	2000	2010	2000	2005-2010 ^a	2000	2010	2000	2009	
118 Guiana	2,3 ^c	3.104 ^c	26,3 ^c	136	24,7	15,1 ^c	4,6	5,1	8,5	3,7	1,5	2,1	9,7	1,4	
119 Botsuana	26,3	12.939	27,9	156	25,4	19,9	2,9	6,0	-	7,8	3,3	2,4	1,2	0,5	
120 Honduras	27,7	3.566	22,2	139	13,4	17,1	3,0	4,4	-	-	0,7	1,1	5,5	3,4	
121 Indonésia	992,1	4.094	32,4	146	6,5	4,5	0,7	1,3	-	3,0	-	0,7	10,1	4,1	
121 Quiribati	0,2	2.220	-	-	-	-	7,5	9,3	11,0	-	-	-	-	-	
121 África do Sul	489,6	9.678	18,9	140	18,1	21,5	3,4	3,9	5,6	6,0	1,5	1,3	2,9	1,4	
124 Vanuatu	1,0	4.062	-	119	20,8	-	2,7	4,8	7,0	5,2	-	-	0,7	0,9	
125 Quirguizistão	11,7	2.126	24,8	167	20,0	19,1	2,1	3,5	3,5	6,2	2,9	4,4	12,6	11,6	
125 Tajiquistão	14,3	2.052	18,7	170	8,3	28,9	0,9	1,6	2,3	4,0	1,2	-	7,3	12,1	
127 Vietname	264,6	3.013	31,9	167	6,4	5,7	1,6	2,6	-	5,3	-	2,5	4,2	1,3	
128 Namíbia	13,9	5.986	26,5	141	23,5	21,6	4,2	4,0	7,9	8,1	2,7	3,9	-	-	
129 Nicarágua	15,1	2.579	29,7	159	12,2	10,1	3,7	4,9	3,9	-	0,8	0,7	7,3	7,9	
130 Marrocos	143,5	4.373	30,6	111	18,4	15,4	1,2	2,0	5,8	5,4	2,3	3,5	7,3	3,6	
131 Iraque	112,5	3.412	-	171	-	-	0,4	6,8	-	-	-	2,4	-	-	
132 Cabo Verde	1,8	3.616	36,5	121	30,7	20,7	3,4	3,1	-	5,6	1,3	0,5	3,0	2,2	
133 Guatemala	64,2	4.351	14,6	134	7,0	10,5	2,2	2,5	-	3,2	0,8	0,4	2,0	3,8	
134 Timor-Leste	1,6	1.393	-	134	35,2	-	6,3	5,1	-	14,0	-	4,9	-	-	
135 Gana	41,3	1.652	21,8	189	10,2	8,5	3,0	3,1	-	5,5	0,7	0,4	7,8	1,0	
136 Guiné Equatorial	23,1	32.026	60,1 ^d	129	4,6	3,9 ^d	1,0	3,4	0,7	-	-	-	-	-	
136 Índia	3.976,5	3.203	29,5	152	12,6	11,7	1,3	1,2	4,4	3,1	3,1	2,7	2,3	1,2	
138 Camboja	29,8	2.080	16,2 ^c	148	5,2	6,3 ^c	1,3	2,1	1,7	2,6	2,2	1,6	0,9	0,6	
138 Laos, República Democrática Popular do	15,5	2.464	27,4	127	6,7	9,8	1,0	1,5	1,5	3,3	0,8	0,3	2,3	4,3	
140 Butão	3,8	5.096	41,3 ^d	134	20,4	21,4 ^d	5,3	4,5	5,8	4,0	-	-	1,6	5,6	
141 Suazilândia	5,7	5.349	10,4	144	18,2	19,4	3,3	4,2	5,5	7,4	1,5	3,0	2,0	1,1	
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO															
142 Congo	16,1	3.885	23,4	130	11,6	9,7	1,2	1,1	-	6,2	-	1,1	1,4	1,6	
143 Ilhas Salomão	1,4	2.581	-	152	25,2	-	4,8	8,0	-	6,1	-	-	2,1	3,0	
144 São Tomé e Príncipe	0,3	1.805	-	260	-	-	3,6	2,7	-	-	-	-	-	0,8	
145 Quênia	62,7	1.507	24,3	180	15,1	13,3	1,9	2,1	5,2	6,7	1,3	1,9	4,7	1,2	
146 Bangladeche	236,0	1.568	24,7	145	4,6	5,5	1,1	1,2	2,4	2,2	1,3	1,1	1,6	1,0	
146 Paquistão	428,4	2.424	11,8	181	8,6	8,2	0,6	0,8	1,8	2,4	3,7	2,8	3,9	2,5	
148 Angola	102,0	5.201	10,7	186	-	17,7	1,9	2,4	2,6	3,4	6,4	4,2	18,7	2,8	
149 Mianmar	-	-	-	225	-	-	0,3	0,2	0,6	-	2,3	-	-	-	
150 Camarões	41,9	2.090	-	117	9,5	-	1,0	1,5	1,9	3,5	1,3	1,6	5,5	0,9	
151 Madagáscar	18,2	853	33,0 ^d	159	9,0	11,6 ^d	2,5	2,3	2,9	3,2	1,2	0,7	3,0	0,6	
152 Tanzânia, República Unida da	59,8	1.334	28,1	151	11,7	18,2	1,6	4,0	-	6,2	1,5	1,2	1,6	0,9	
153 Nigéria	360,8	2.221	-	161	-	-	1,5	1,9	-	-	0,8	1,0	4,0	0,2	
154 Senegal	22,2	1.737	30,7	115	12,8	8,8	1,6	3,1	3,2	5,6	1,3	1,6	4,8	2,3	
155 Maurítânia	8,0	2.255	25,9	133	20,2	12,3	3,1	2,3	-	4,3	3,5	3,8	6,4	3,0	
156 Papuásia - Nova Guiné	16,6	2.363	14,8	130	16,6	8,4	3,3	2,6	-	-	0,9	0,4	8,6	8,6	
157 Nepal	33,6	1.102	21,2	155	8,9	9,6	1,3	1,8	3,0	4,7	0,8	1,4	1,9	1,2	
158 Lesoto	3,3	1.504	34,9	141	41,7	32,6	3,4	8,5	11,8	13,0	4,0	3,1	8,2	1,6	
159 Togo	5,6	914	19,4	116	10,5	-	1,4	3,4	4,4	4,5	-	1,7	2,3	1,1	
160 Iémen	51,1	2.060	11,7 ^c	167	13,6	11,8 ^c	2,4	1,3	9,7	5,2	4,4	3,9 ^e	2,5	0,8	
161 Haiti	10,5	1.034	-	150	7,8	-	1,7	1,5	-	-	0,0	0,0	-	2,0	
161 Uganda	41,0	1.188	24,4	150	14,5	11,3	1,8	2,0	2,5	3,2	2,5	1,6	1,2	0,4	
163 Zâmbia	19,2	1.423	21,3	167	9,5	11,6	2,9	3,6	2,0	1,3	-	1,7	5,7	0,9	
164 Djibouti	-	2.087 ^d	-	129	29,7	-	3,9	4,7	9,7	8,4	5,1	3,7 ^e	2,4	-	
165 Gâmbia	3,3	1.873	17,5	123	11,2	9,9	1,9	2,9	2,7	5,0	1,0	0,6	2,7	1,9	
166 Benim	13,0	1.428	27,4	119	11,6	-	1,9	2,0	3,3	4,5	0,6	1,0 ^e	3,3	0,6	
167 Ruanda	12,0	1.097	21,0 ^c	155	11,0	15,5 ^c	1,7	5,2	4,1	4,7	3,5	1,3	2,1	0,3	
168 Costa do Marfim	31,9	1.581	16,4	114	7,2	9,1	1,3	1,1	3,8	4,6	-	1,6	9,8	1,7	
169 Comores	0,7	980	12,4 ^d	118	11,7	15,3 ^d	1,5	3,0	-	7,6	-	-	1,6	0,8	
170 Malauí	12,4	805	20,8	156	14,6	15,7	2,8	4,0	5,2	5,7	0,7	1,1	3,6	0,4	
171 Sudão	83,8	1.878	24,7	166	7,6	17,7	0,9	1,9	-	-	4,5	3,4	2,0	0,7	
172 Zimbabué	-	-	6,5	-	24,3	18,3	0,0	-	-	2,5	4,7	1,3	6,3	1,5	
173 Etiópia	83,0	979	19,0	223	17,9	9,0	2,3	2,6	3,9	4,7	7,5	0,9	1,7	0,6	
174 Libéria	2,1	506	33,3	162	7,5	20,2	1,3	3,9	-	2,8	-	0,9	0,1	0,6	
175 Afeganistão	37,2 ^c	1.083 ^c	16,3 ^c	141	-	10,7 ^c	2,3	0,9	-	-	-	3,8	-	0,1	
176 Guiné-Bissau	1,7	1.097	-	119	14,0	-	1,0	0,9	-	-	4,4	-	2,4	2,1	

Classificação do IDH	ECONOMIA				DESPESAS PÚBLICAS									
	PIB	PIB per capita	Formação bruta de capital fixo	Índice de preços no consumidor	Despesa geral de consumo final das administrações públicas		Saúde		Educação		Militar ^a		Serviço da dívida total	
	PPC em mil milhões de USD de 2005	PPC em USD de 2005	(% do PIB)	(2005 = 100)	(% do PIB)		(% do PIB)		(% do PIB)		(% do PIB)		(% do PIB)	
	2011	2011	2011	2010	2000	2011	2000	2010	2000	2005–2010 ^b	2000	2010	2000	2009
177 Serra Leoa	4,6	769	14,9	163	14,3	11,1	1,1	1,5	4,9	4,3	3,7	1,2	7,3	0,6
178 Burundi	4,6	533	18,4	163	15,5	26,3	2,1	4,4	3,2	9,2	6,0	3,8 ^e	2,6	0,2
178 Guiné	10,1	990	20,0 ^c	237	6,8	7,5 ^c	0,7	0,6	2,5	2,4	1,5	-	5,0	1,8
180 Centro-Africana, República	3,2	716	10,8 ^d	124	14,0	4,5 ^d	1,6	1,4	1,5	1,2	-	2,6	1,5	0,1
181 Eritreia	2,8	516	-	-	63,8	-	2,5	1,3	3,2	2,1	32,7	-	0,5	1,1
182 Mali	15,3	964	-	116	8,6	-	2,1	2,3	3,6	4,5	2,2	1,9	3,8	0,6
183 Burquina Faso	19,5	1.149	-	115	20,8	-	2,0	3,4	-	4,0	1,2	1,3	1,8	0,6
184 Chade	15,5	1.343	31,8 ^c	117	7,7	13,2 ^c	2,7	1,1	2,6	2,8	1,9	2,7	1,8	0,9
185 Moçambique	20,6	861	24,3	157	9,0	12,3	4,2	3,7	-	5,0	1,3	0,9 ^d	2,3	1,0
186 Congo, República Democrática do	22,3	329	28,7 ^d	-	7,5	7,6 ^d	0,1	3,4	-	2,5	1,0	1,3	0,6	2,0
186 Níger	10,3	642	-	117	13,0	-	1,8	2,6	3,2	3,8	1,2	0,9	1,4	0,5
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS														
Coreia, República Popular Democrática da	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marshall, Ilhas	-	-	-	-	-	-	19,8	15,0	14,6	-	-	-	-	-
Mónaco	-	-	-	-	-	-	2,8	3,8	1,3	1,2	-	-	-	-
Nauru	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Marino	-	-	-	114	-	-	6,5	6,1	-	-	-	-	-	-
Somália	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudão do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tuvalu	-	-	-	-	-	-	12,3	14,2	-	-	-	-	-	-
Agrupamentos por IDH														
Desenvolvimento humano muito elevado	37.231,3	32.931	18,4	—	16,7	19,4	6,0	8,2	4,5	5,1	2,2	2,7	-	-
Desenvolvimento humano elevado	11.740,8	11.572	21,4	—	15,5	15,8	2,9	3,6	-	4,7	2,8	2,7	8,1	4,7
Desenvolvimento humano médio	18.095,7	5.203	38,4	—	13,9	12,4	1,8	2,4	-	3,6	2,2	2,0	3,7	1,6
Desenvolvimento humano baixo	1.948,5	1.623	18,4	—	10,1	11,1	1,4	1,8	-	3,5	2,5	2,0	3,9	1,3
Regiões														
Estados Árabes	2.808,0	8.104	24,3	—	19,2	15,4	2,4	2,6	-	3,9	6,8	5,5	-	-
Ásia Oriental e Pacífico	12.580,2	6.616	-	—	-	-	1,7	2,5	-	-	-	-	-	-
Europa e Ásia Central	5.946,1	12.458	22,5	—	15,7	15,4	3,7	4,3	-	4,1	2,8	2,7	6,8	8,3
América Latina e Caraíbas	6.046,4	10.429	20,1	—	14,7	16,1	3,2	3,8	4,3	5,3	1,4	1,4	8,9	2,8
Ásia do Sul	5.586,1	3.241	27,6	—	11,8	10,9	1,3	1,2	4,0	3,2	3,2	2,5	2,6	1,3
África subsariana	1.691,4	2.094	20,8	—	15,9	16,9	2,5	3,0	-	5,2	1,9	1,5	4,1	1,2
Países menos desenvolvidos														
	1.065,9	1.346	-	—	9,7	-	1,7	2,2	-	3,7	-	2,2	3,1	1,3
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento														
	223,2	5.340	-	—	17,3	-	3,6	3,0	-	-	-	-	-	-
Mundo	69.016,4	10.103	22,3	—	16,3	17,5	5,3	6,5	-	4,9	2,3	2,6	-	-

NOTAS

- a Relativamente a notas de rodapé específicas a cada país, consultar a base de dados sobre despesas militares do Instituto Internacional de Investigação da Paz de Estocolmo em www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database.
- b Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- c Referente a 2010.
- d Referente a 2009.
- e Referente a 2008.

DEFINIÇÕES

Produto interno bruto (PIB): Valor acrescentado bruto de todos os produtores residentes na economia, incluindo taxas sobre o produto, menos quaisquer subsídios não incluídos no seu valor, expresso em dólares internacionais de 2005 com base na PPC.

PIB per capita: Valor acrescentado bruto de todos os produtores residentes na economia, incluindo

taxas sobre o produto, menos quaisquer subsídios não incluídos no seu valor, expresso em dólares internacionais com base na PPC, e dividido pela população total durante o mesmo período.

Formação bruta de capital fixo: Valor das aquisições pelo sector comercial, pelos governos e pelos agregados familiares (excluindo as suas empresas não constituídas em sociedade) de activos imobilizados novos ou existentes, menos as respetivas cessões, expresso em percentagem do PIB. Não é efectuado qualquer ajustamento de depreciação dos activos imobilizados.

Índice de preços no consumidor: Um índice que reflecte alterações no custo de aquisição, para o consumidor médio, de um pacote de produtos e serviços que podem ser fixos ou alterados a intervalos predeterminados, como, por exemplo, anualmente.

Despesa geral de consumo final das

administrações públicas: Todas as actuais despesas governamentais relativas à compra de bens e serviços (incluindo as remunerações dos funcionários e a maior parte das despesas com a defesa e a segurança nacionais, mas excluindo as despesas militares do governo, que fazem parte da formação do capital governamental), expressas em percentagem do PIB.

Despesa pública com a saúde: Despesas correntes e de capitais incluídas nos orçamentos dos governos (centrais e locais), empréstimos e financiamentos externos (incluindo doações das agências internacionais e organizações não governamentais), e fundos de seguros de saúde, expressos em percentagem do PIB.

Despesa pública com a educação: Despesa pública total (corrente e de capital) com a educação, expressa em percentagem do PIB.

Despesa pública com o sector militar: Todas as despesas do Ministério da Defesa e de outros Ministérios com o recrutamento e a formação dos militares e com a construção e a compra de aprovisionamento e equipamento militares, expressas em percentagem do PIB.

Serviço da dívida total: Somatório dos principais reembolsos e juros efectivamente pagos em moeda estrangeira, bens ou serviços sobre a dívida a longo prazo, juros pagos sobre a dívida a curto prazo, e reembolsos (acordos de recompra e encargos) ao Fundo Monetário Internacional (FMI), expresso em percentagem do PIB.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1–10: Banco Mundial (2012a).

Colunas 11 e 12: SIPRI (2012).

Colunas 13 e 14: Cálculos do GRDH baseados em dados sobre o serviço da dívida total em percentagem do PIB do Banco Mundial (2012a).

Classificação do IDH	COBERTURA DE IMUNIZAÇÃO		Crianças com insuficiência ponderal (moderada e grave)	PREVALÊNCIA DO VIH, JUVENTUDE				TAXAS DE MORTALIDADE					QUALIDADE DOS CUIDADOS DE SAÚDE		
	DTP	Sarampo		Feminino	Masculino	Lactentes	Menores de 5 Anos	Adulto		Causas específicas			Médicos	Satisfação com a qualidade dos cuidados de saúde	
								Feminino	Masculino	Malária	Cólera	Doenças cardiovasculares e diabetes ^a			
	(% de crianças de 1 ano)	(% de crianças com menos de 5 anos)		(% de idades entre 15-24 anos)	(mortes por 1000 nados vivos)	(por 1 000 adultos)	(por 100 000 pessoas por ano)	(número)	(por 1 000 pessoas)	(por 1 000 pessoas)	(por 1 000 pessoas)	(% de satisfeitos)			
2010	2010	2006-2010 ^b	2009	2009	2010	2010	2009	2009	2008	2005-2010 ^b	2008	2005-2010 ^b	2007-2009 ^b		
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO															
1	Noruega	99	93	-	0.1	0.1	3	3	50	83	0,0	0	124	4,1	68
2	Austrália	97	94	-	0.1	0.1	4	5	45	79	0,0	0	112	3,0	60
3	Estados Unidos	99	92	-	0.2	0.3	7	8	78	134	0,0	0	156	2,7	56
4	Países Baixos	99	96	-	0.1	0.1	4	4	56	75	0,0	0	122	3,9	77
5	Alemanha	97	96	-	0.1	0.1	3	4	53	99	0,0	0	170	3,5	47
6	Nova Zelândia	95	91	-	0.1	0.1	5	6	57	86	0,0	0	138	2,4	64
7	Irlanda	98	90	-	0.1	0.1	3	4	57	97	0,0	-	141	3,2	47
7	Suécia	99	96	-	0.1	0.1	2	3	47	74	0,0	0	141	3,6	81
9	Suíça	98	90	-	0.1	0.2	4	5	43	74	0,0	0	114	4,1	81
10	Japão	99	94	-	0.1	0.1	2	3	42	86	0,0	0	91	2,1	54
11	Canadá	92	93	-	0.1	0.1	5	6	53	87	0,0	0	121	1,9	73
12	Coreia, República da	96	98	-	0.1	0.1	4	5	46	109	0,0	0	141	2,0	60
13	Hong Kong, China (RAE)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67
13	Islândia	98	93	-	0.1	0.1	2	2	43	65	0,0	-	121	3,9	87
15	Dinamarca	93	85	-	0.1	0.1	3	4	65	107	0,0	0	143	3,4	82
16	Israel	96	98	-	0.1	0.1	4	5	45	78	0,0	-	116	3,6	70
17	Bélgica	99	94	-	0.1	0.1	4	4	59	105	0,0	0	131	3,0	88
18	Áustria	93	76	-	0.2	0.3	4	4	50	102	0,0	0	155	4,7	89
18	Singapura	98	95	-	0.1	0.1	2	3	42	76	0,0	-	140	1,8	86
20	França	99	90	-	0.1	0.2	3	4	54	117	0,0	0	98	3,5	84
21	Finlândia	99	98	-	0.1	0.1	2	3	56	124	0,0	0	157	2,7	85
21	Eslovénia	98	95	-	0.1	0.1	2	3	54	131	0,0	0	168	2,5	68
23	Espanha	99	95	-	0.1	0.2	4	5	43	94	0,0	0	113	3,7	84
24	Listenstaine	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-
25	Itália	98	90	-	0.1	0.1	3	4	41	77	0,0	0	128	4,2	59
26	Luxemburgo	99	96	-	0.1	0.1	2	3	57	95	0,0	-	150	2,9	90
26	Reino Unido	98	93	-	0.1	0.2	5	5	58	95	0,0	0	133	2,7	81
28	República Checa	99	98	-	0.1	0.1	3	4	63	138	0,0	-	258	3,6	63
29	Grécia	99	99	-	0.1	0.1	3	4	44	106	0,0	-	186	6,0	45
30	Brunei Darussalam	98	94	-	-	-	6	7	82	105	0,0	-	284	1,4	-
31	Chipre	99	87	-	-	-	3	4	41	81	0,0	-	188	2,3	60
32	Malta	97	73	-	0.1	0.1	5	6	44	76	0,0	-	175	3,1	81
33	Andorra	99	99	-	-	-	3	4	44	94	0,0	-	-	3,7	-
33	Estónia	96	95	-	0.2	0.3	4	5	77	234	0,0	-	342	3,4	47
35	Eslováquia	99	98	-	0.1	0.1	7	8	74	184	0,0	-	343	3,0	-
36	Qatar	98	99	-	0.1	0.1	7	8	48	69	0,0	0	195	2,8	-
37	Hungria	99	99	-	0.1	0.1	5	6	99	229	0,0	-	324	3,1	50
38	Barbados	95	85	-	1.1	0.9	17	20	80	136	0,1	-	233	1,8	-
39	Polónia	99	98	-	0.1	0.1	5	6	76	197	0,0	0	283	2,1	45
40	Chile	93	93	-	0.1	0.2	8	9	59	116	0,0	-	156	1,1	45
41	Lituânia	98	96	-	0.1	0.1	5	7	95	274	0,0	-	375	3,7	29
41	Emiratos Árabes Unidos	94	94	-	-	-	6	7	66	84	0,0	-	277	1,9	-
43	Portugal	99	96	-	0.2	0.3	3	4	54	123	0,0	-	154	3,8	69
44	Letónia	97	93	-	0.1	0.2	8	10	105	284	0,0	-	420	3,0	42
45	Argentina	98	99	2,3 ^c	0.2	0.3	12	14	88	160	0,0	-	207	3,2	66
46	Seicheles	99	99	-	-	-	12	14	108	227	0,0	0	-	1,5	-
47	Croácia	98	95	-	0.1	0.1	5	6	60	153	0,0	-	294	2,6	-
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO															
48	Barain	99	99	-	-	-	9	10	87	127	0,1	-	339	1,4	-
49	Bahamas	99	94	-	3.1	1.4	14	16	126	202	0,0	-	239	-	-
50	Bielorrússia	99	99	1,3	0.1	0.1	4	6	117	324	0,0	-	525	4,9	45
51	Uruguai	98	95	5,4	0.2	0.3	9	11	84	156	0,0	-	211	3,7	77
52	Montenegro	97	90	1,7	-	-	7	8	85	161	0,0	-	419	-	-
52	Palau	99	75	-	-	-	15	19	110	229	0,0	-	-	1,3	-
54	Koweit	98	98	-	-	-	10	11	50	66	0,0	-	274	1,8	-
55	Federação Russa	99	98	-	0.3	0.2	9	12	144	391	0,0	0	580	4,3	35
56	Roménia	99	95	3,5	0.1	0.1	11	14	90	219	0,0	-	398	1,9	44

Classificação do IDH	COBERTURA DE IMUNIZAÇÃO		PREVALÊNCIA DO VIH, JUVENTUDE					TAXAS DE MORTALIDADE					QUALIDADE DOS CUIDADOS DE SAÚDE	
	DTP	Sarampo	Crianças com insuficiência ponderal (moderada e grave)	Feminino	Masculino	Lactentes	Menores de 5 anos	Adulto		Causas específicas			Médicos	Satisfação com a qualidade dos cuidados de saúde
								Feminino	Masculino	Malária	Cólera	Doenças cardiovasculares e diabetes ^a		
	(% de crianças de 1 ano)	(% de crianças com menos de 5 anos)	(% de idades entre 15-24 anos)	(mortes por 1000 nados vivos)	(por 1 000 adultos)	(por 100 000 pessoas por ano)	(número)	(por 1 000 pessoas)	(por 1 000 pessoas)	(% de satisfeitos)				
2010	2010	2006-2010 ^b	2009	2009	2010	2010	2009	2009	2008	2005-2010 ^b	2008	2005-2010 ^b	2007-2009 ^b	
57 Bulgária	96	97	-	0.1	0.1	11	13	86	205	0,0	-	464	3,6	-
57 Arábia Saudita	98	98	-	-	-	15	18	102	186	0,0	-	456	0,9	69
59 Cuba	98	99	-	0.1	0.1	5	6	78	120	0,0	-	215	6,4	-
59 Panamá	98	95	3,9	0.3	0.4	17	20	82	145	0,0	-	174	-	54
61 México	96	95	3,4	0.1	0.2	14	17	88	157	0,0	0	237	2,9	69
62 Costa Rica	96	83	1,1	0.1	0.2	9	10	69	115	0,0	-	159	-	75
63 Granada	99	95	-	-	-	9	11	143	248	0,0	-	299	-	-
64 Líbia	98	98	-	-	-	13	17	101	175	0,0	-	396	1,9	-
64 Malásia	98	96	12,9	0.1	0.1	5	6	95	175	0,1	2	278	0,9	89
64 Sérvia	97	95	1,4	0.1	0.1	6	7	90	184	0,0	-	422	2,0	-
67 Antígua e Barbuda	99	98	-	-	-	7	8	158	197	0,0	-	-	-	-
67 Trindade e Tobago	96	92	-	0.7	1	24	27	120	225	0,0	-	427	1,2	32
69 Cazaquistão	99	99	3,9	0.2	0.1	29	33	185	432	0,0	0	696	3,9	49
70 Albânia	99	99	5,2	-	-	16	18	88	126	0,0	-	443	1,1	-
71 Venezuela, República Bolivariana da	90	79	3,7	-	-	16	18	92	196	0,1	-	237	-	75
72 Dominica	99	99	-	-	-	11	12	103	192	0,0	-	-	-	-
72 Geórgia	99	94	1,1	0.1	0.1	20	22	97	235	0,0	-	505	4,5	61
72 Líbano	83	53	-	0.1	0.1	19	22	85	166	0,0	0	332	3,5	50
72 São Cristóvão e Nevis	98	99	-	-	-	7	8	90	185	0,0	-	-	-	-
76 Irão, República Islâmica do	99	99	-	0.1	0.1	22	26	90	144	0,0	11	385	0,9	73
77 Peru	97	94	4,2	0.1	0.2	15	19	96	123	0,1	-	135	0,9	48
78 Antiga República Jugoslava da Macedónia	98	98	1,5	-	-	10	12	79	144	0,0	-	465	2,5	-
78 Ucrânia	96	94	-	0.3	0.2	11	13	148	395	0,0	0	593	3,1	23
80 Maurícia	99	99	-	0.2	0.3	13	15	99	219	0,0	0	444	1,1	-
81 Bósnia-Herzegovina	95	93	1,4	-	-	8	8	67	145	0,0	-	398	1,4	-
82 Azerbaijão	80	67	7,7	0.1	0.1	39	46	134	221	0,0	-	619	3,8	53
83 São Vicente e Granadinas	99	99	-	-	-	19	21	110	204	0,0	-	340	-	-
84 Omã	99	97	8,6	0.1	0.1	8	9	85	157	0,0	-	455	1,9	-
85 Brasil	99	99	1,7	-	-	17	19	102	205	0,1	0	264	1,7	44
85 Jamaica	99	88	2,0	0.7	1	20	24	131	224	0,0	-	248	0,9	-
87 Arménia	98	97	4,7	0.1	0.1	18	20	103	246	0,0	-	537	3,7	61
88 Santa Lúcia	98	95	-	-	-	14	16	90	188	0,0	-	278	0,5	-
89 Equador	99	98	6,2	0.2	0.2	18	20	96	173	0,0	-	167	-	64
90 Turquia	97	97	1,7	0.1	0.1	14	18	73	134	0,0	-	362	1,5	67
91 Colômbia	96	88	3,4	0.1	0.2	17	19	80	166	0,3	-	186	1,4	63
92 Sri Lanca	99	99	21,1	0.1	0.1	14	17	82	275	0,0	-	312	0,5	83
93 Argélia	99	95	3,2	0.1	0.1	31	36	105	135	0,0	0	277	1,2	52
94 Tunísia	98	97	3,3	0.1	0.1	14	16	70	129	0,1	-	257	1,2	80
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO														
95 Tonga	99	99	-	-	-	13	16	233	135	0,8	-	396	0,3	-
96 Belize	99	98	4,3	1.8	0.7	14	17	129	202	0,0	-	256	0,8	50
96 República Dominicana	96	79	7,1	0.7	0.3	22	27	149	172	0,1	0	320	-	58
96 Fiji, Ilhas	99	94	-	0.1	0.1	15	17	157	263	0,0	-	457	0,5	-
96 Samoa	97	61	-	-	-	17	20	167	198	0,9	-	427	0,3	-
100 Jordânia	98	98	1,9	-	-	18	22	111	195	0,0	-	468	2,5	66
101 China, República Popular da	99	99	3,8 ^c	-	-	16	18	87	142	0,0	4	287	1,4	-
102 Turquemenistão	99	99	8,2	-	-	47	56	212	380	0,0	-	773	2,4	-
103 Tailândia	99	98	7,0	-	-	11	13	139	270	0,4	0	311	0,3	85
104 Maldivas	97	97	17,3	0.1	0.1	14	15	70	97	0,9	-	351	1,6	-
105 Suriname	99	89	7,2	0.4	0.6	27	31	124	217	2,5	-	351	-	-
106 Gabão	69	55	-	3.5	1.4	54	74	262	321	31,0	0	370	0,3	-
107 El Salvador	97	92	5,5	0.3	0.4	14	16	128	281	0,0	-	203	1,6	59
108 Bolívia, Estado Plurinacional da	87	79	4,3	0.1	0.1	42	54	132	203	0,0	-	290	-	59
108 Mongólia	98	97	5,0	0.1	0.1	26	32	141	305	0,0	0	379	2,8	52
110 Palestina, Estado da	-	-	-	-	-	20	22	-	-	-	-	-	-	50
111 Paraguai	96	94	3,4	0.1	0.2	21	25	98	168	0,0	0	249	1,1	66
112 Egito	97	96	6,0	0.1	0.1	19	22	130	215	0,2	-	406	2,8	53
113 Moldávia, República da	93	97	3,2	0.1	0.1	16	19	134	309	0,0	-	525	2,7	41

TABELA 7 SAÚDE

Classificação do IDH	COBERTURA DE IMUNIZAÇÃO		PREVALÊNCIA DO VIH, JUVENTUDE					TAXAS DE MORTALIDADE					QUALIDADE DOS CUIDADOS DE SAÚDE	
	DTP	Sarampo	Crianças com insuficiência ponderal (moderada e grave)	Feminino		Masculino		Adulto		Causas específicas			Médicos	Satisfação com a qualidade dos cuidados de saúde
				Lactentes	Menores de 5 Anos	Feminino	Masculino	Malária	Cólera	Doenças cardiovasculares e diabetes ^a				
	(% de crianças de 1 ano)	(% de crianças com menos de 5 anos)	(% de idades entre 15-24 anos)	(mortes por 1000 nados vivos)	(por 1 000 adultos)	(por 100 000 pessoas por ano)	(número)	(por 1 000 pessoas)	(por 1 000 pessoas)	(por 1 000 pessoas)	(% de satisfeitos)			
2010	2010	2006-2010 ^b	2009	2009	2010	2010	2009	2009	2008	2005-2010 ^b	2008	2005-2010 ^b	2007-2009 ^b	
114 Filipinas	89	88	21,6 ^c	0.1	0.1	23	29	130	240	0,2	2	345	1,2	81
114 Usbequistão	99	98	4,0	0.1	0.1	44	52	139	220	0,0	-	641	2,6	-
116 Síria, República Árabe da	89	82	10,1	-	-	14	16	95	159	0,0	-	400	1,5	56
117 Micronésia, Estados Federados da	90	80	-	-	-	34	42	161	183	0,3	0	412	0,6	-
118 Guiana	99	95	10,5	0.8	0.6	25	30	224	286	5,0	-	452	-	63
119 Botsuana	98	94	11,2	11.8	5.2	36	48	324	372	1,0	0	346	0,3	72
120 Honduras	99	99	8,1	0.2	0.3	20	24	134	237	0,1	-	376	-	68
121 Indonésia	94	89	18,4	0.1	0.1	27	35	143	234	3,2	19	350	0,3	79
121 Quiribati	97	89	-	-	-	39	49	173	325	2,6	-	-	0,3	-
121 África do Sul	73	65	8,7 ^c	13.6	4.5	41	57	479	521	0,2	28	321	0,8	63
124 Vanuatu	78	52	-	-	-	12	14	159	200	8,5	-	399	0,1	-
125 Quirguizistão	99	99	2,2	0.1	0.1	33	38	162	327	0,0	-	605	2,3	57
125 Tajiquistão	95	94	15,0	0.1	0.1	52	63	160	183	0,0	-	523	2,0	64
127 Vietname	93	98	20,2	0.1	0.1	19	23	107	173	0,1	0	339	1,2	74
128 Namíbia	87	75	16,6	5.8	2.3	29	40	357	540	29,0	0	495	0,4	68
129 Nicarágua	99	99	5,5	0.1	0.1	23	27	122	210	0,0	-	234	0,4	66
130 Marrocos	99	98	8,6	0.1	0.1	30	36	87	126	0,0	-	355	0,6	-
131 Iraque	81	73	6,4	-	-	31	39	145	292	0,0	24	424	0,7	44
132 Cabo Verde	99	96	-	-	-	29	36	111	272	0,2	0	300	0,6	-
133 Guatemala	96	93	13,0 ^c	0.3	0.5	25	32	151	280	0,1	-	190	-	60
134 Timor-Leste	75	66	44,7	-	-	46	55	154	233	83,0	-	318	0,1	-
135 Gana	96	93	13,9	1.3	0.5	50	74	253	402	48,0	51	386	0,1	74
136 Guiné Equatorial	65	51	-	5	1.9	81	121	355	373	98,0	33	484	0,3	-
136 Índia	83	74	42,5	0.1	0.1	48	63	169	250	1,9	6	336	0,6	67
138 Camboja	93	93	28,3	0.1	0.1	43	51	190	350	3,7	0	408	0,2	75
138 Laos, República Democrática Popular do	81	64	31,1	0.2	0.1	42	54	251	289	2,9	3	430	0,3	69
140 Butão	94	95	12,7	0.1	0.1	44	56	194	256	0,2	-	425	0,0	-
141 Suazilândia	95	94	5,8	15.6	6.5	55	78	560	674	0,3	0	499	0,2	-
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO														
142 Congo	90	76	11,4	2.6	1.2	61	93	320	409	121,0	0	463	0,1	34
143 Ilhas Salomão	85	68	11,8	-	-	23	27	119	170	30,0	-	367	0,2	-
144 São Tomé e Príncipe	98	92	13,1	-	-	53	80	104	161	9,2	33	308	0,5	-
145 Quênia	93	86	16,1	4.1	1.8	55	85	282	358	12,0	21	363	0,1	62
146 Bangladeche	98	94	41,0	0.1	0.1	38	48	222	246	1,8	-	418	0,3	69
146 Paquistão	90	86	31,3	0.1	0.1	70	87	189	225	0,6	0	422	0,8	41
148 Angola	97	93	15,6 ^c	1.6	0.6	98	161	353	377	89,0	0	483	0,1	62
149 Mianmar	93	88	22,6	0.3	0.3	50	66	188	275	34,0	1	369	0,5	-
150 Camarões	92	79	16,0	3.9	1.6	84	136	409	420	121,0	110	498	0,2	54
151 Madagáscar	78	67	-	0.1	0.1	43	62	198	273	8,5	0	376	0,2	82
152 Tanzânia, República Unida da	98	92	15,8	3.9	1.7	50	76	311	456	87,0	94	427	0,0	30
153 Nigéria	77	71	23,1	2.9	1.2	88	143	365	377	146,0	174	456	0,4	55
154 Senegal	80	60	13,7	0.7	0.3	50	75	218	266	76,0	458	373	0,1	57
155 Mauritânia	82	67	14,7 ^c	0.3	0.4	75	111	262	315	36,0	70	422	0,1	31
156 Papuásia - Nova Guiné	80	55	18,4	0.8	0.3	47	61	221	274	45,0	0	428	0,1	-
157 Nepal	85	86	38,6	0.1	0.2	41	50	159	234	0,0	0	350	0,2	80
158 Lesoto	93	85	13,2	14.2	5.4	65	85	573	676	0,1	0	452	0,1	-
159 Togo	97	84	16,6	2.2	0.9	66	103	278	338	65,0	15	403	0,1	22
160 Iémen	94	73	43,1	-	-	57	77	180	237	4,9	3	494	0,3	-
161 Haiti	83	59	17,7	1.3	0.6	70	165	227	278	5,7	3.990	411	-	35
161 Uganda	83	55	15,9	4.8	2.3	63	99	348	539	103,0	98	473	0,1	48
163 Zâmbia	99	91	14,6	8.9	4.2	69	111	477	580	104,0	7	518	0,1	53
164 Djibouti	90	85	22,9	1.9	0.8	73	91	271	326	1,2	27	490	0,2	56
165 Gâmbia	99	97	18,1	2.4	0.9	57	98	246	296	93,0	13	417	0,0	-
166 Benim	94	69	18,4	0.7	0.3	73	115	246	385	105,0	11	454	0,1	52
167 Ruanda	92	82	11,4	1.9	1.3	59	91	258	304	15,0	0	408	0,0	78
168 Costa do Marfim	95	70	15,9	1.5	0.7	86	123	456	528	116,0	6	536	0,1	-
169 Comores	81	72	-	0.1	0.1	63	86	229	284	58,0	0	450	0,2	-
170 Malauí	97	93	12,8	6.8	3.1	58	92	496	691	87,0	11	587	0,0	66

Classificação do IDH	COBERTURA DE IMUNIZAÇÃO		PREVALÊNCIA DO VIH, JUVENTUDE					TAXAS DE MORTALIDADE					QUALIDADE DOS CUIDADOS DE SAÚDE		
	DTP	Sarampo	Crianças com insuficiência ponderal (moderada e grave)	Feminino	Masculino	Lactentes	Menores de 5 anos		Adulto		Causas específicas			Médicos	Satisfação com a qualidade dos cuidados de saúde
							(% de crianças com menos de 5 anos)	(% de idades entre 15-24 anos)	(mortes por 1000 nados vivos)	Feminino	Masculino	Malária	Cólera		
	(% de crianças de 1 ano)	(% de crianças com menos de 5 anos)	(% de idades entre 15-24 anos)	(mortes por 1000 nados vivos)	(por 1 000 adultos)	(por 100 000 pessoas por ano)	(número)	(por 1 000 pessoas)	(por 1 000 pessoas)	(por 1 000 pessoas)	(% de satisfeitos)				
2010	2010	2006-2010 ^b	2009	2009	2010	2010	2009	2009	2008	2005-2010 ^b	2008	2005-2010 ^b	2007-2009 ^b		
171	Sudão	99	90	27,0	1,3	0,5	66	103	275	291	23,0	1.011	548	0,3	48
172	Zimbabué	94	84	9,7	6,9	3,3	51	80	574	672	40,0	26	324	0,2	27
173	Etiópia	90	81	33,2	-	-	68	106	379	445	10,0	0	508	0,0	19
174	Libéria	75	64	14,9 ^c	0,7	0,3	74	103	337	389	98,0	18	437	0,0	38
175	Afeganistão	86	62	32,9	-	-	103	149	352	440	0,3	0	675	0,2	46
176	Guiné-Bissau	92	61	18,1	2	0,8	92	150	369	431	203,0	399	513	0,0	-
177	Serra Leoa	96	82	21,1	1,5	0,6	114	174	363	414	239,0	0	440	0,0	46
178	Burundi	99	92	28,8	2,1	1	88	142	407	424	39,0	18	464	0,0	47
178	Guiné	75	51	20,8	0,9	0,4	81	130	337	474	165,0	107	520	0,1	31
180	Centro-Africana, República	64	62	24,4	2,2	1	106	159	470	461	192,0	0	498	0,1	-
181	Eritreia	99	99	34,5	0,4	0,2	42	61	179	249	0,7	0	383	0,1	-
182	Mali	90	63	26,7	0,5	0,2	99	178	218	357	131,0	76	406	0,0	44
183	Burquina Faso	98	94	25,7	0,8	0,5	93	176	262	443	221,0	16	463	0,1	50
184	Chade	71	46	30,3	2,5	1	99	173	384	412	235,0	14	500	0,0	42
185	Moçambique	77	70	18,3	8,6	3,1	92	135	434	557	171,0	24	512	0,0	69
186	Congo, República Democrática do	67	68	24,2	-	-	112	170	331	442	193,0	244	477	0,1	-
186	Niger	80	71	40,2 ^c	0,5	0,2	73	143	224	229	184,0	55	381	0,0	46
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS															
	Coreia, República Popular Democrática da	94	99	18,8	-	-	26	33	126	207	0,0	-	303	3,3	-
	Marshall, Ilhas	99	97	-	-	-	22	26	386	429	1,1	-	-	0,6	-
	Mónaco	99	99	-	-	-	3	4	51	112	0,0	-	-	-	-
	Nauru	99	99	4,8	-	-	32	40	303	448	0,0	-	-	0,7	-
	São Marino	95	93	-	-	-	2	2	48	57	0,0	-	-	-	-
	Somália	55	46	31,6	0,6	0,4	108	180	350	382	28,0	1.182	572	0,0	-
	Sudão do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Tuvalu	99	85	1,6	-	-	27	33	280	255	0,0	-	-	0,6	-
Agrupamentos por IDH															
	Desenvolvimento humano muito elevado	98	94	-	-	-	5	6	60	114	0,0	-	150	2,9	62
	Desenvolvimento humano elevado	97	95	-	-	-	16	18	105	221	0,0	-	357	2,3	-
	Desenvolvimento humano médio	90	85	22,7	-	-	33	42	132	204	1,3	-	324	1,0	-
	Desenvolvimento humano baixo	87	78	26,1	-	-	73	110	287	346	65,4	138	450	0,3	50
Regiões															
	Estados Árabes	93	87	-	-	-	36	48	139	198	3,5	-	409	1,4	-
	Ásia Oriental e Pacífico	97	95	9,7	-	-	20	24	103	168	1,5	-	305	1,2	-
	Europa e Ásia Central	98	96	-	-	-	17	21	118	281	0,0	-	492	3,1	45
	América Latina e Caraíbas	96	93	4,0	-	-	18	23	99	181	0,2	-	236	-	57
	Ásia do Sul	86	78	40,2	-	-	50	65	173	245	1,6	-	360	0,6	65
	África subsariana	84	75	21,2	-	-	76	120	355	430	98,1	86	447	0,2	-
	Países menos desenvolvidos	88	78	27,3	-	-	71	108	282	357	62,1	190	459	0,2	-
	Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	89	72	-	-	-	41	70	155	207	15,6	-	342	2,6	-
	Mundo	91	85	-	-	-	40	55	137	211	12,2	-	323	1,4	-

NOTAS

- a As estimativas foram normalizadas por idade e baseiam-se numa combinação de tabelas de vida por país, modelos de causas de morte, padrões regionais de causas de morte, e estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/SIDA (UNAIDS) das principais causas (excluindo as doenças crónicas).
- b Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- c Os dados não coincidem com a definição padrão e referem-se apenas a uma parte do país.

DEFINIÇÕES

Cobertura da imunização triplíce: Percentagem de crianças com 1 ano que receberam três doses da vacina triplíce (difteria, tétano e tosse convulsa).

Cobertura da imunização contra o sarampo: Percentagem de crianças com 1 ano que receberam pelo menos uma dose da vacina contra o sarampo.

Crianças com insuficiência ponderal: Percentagem de crianças com idade inferior a 5 anos com dois ou mais desvios padrão abaixo do peso médio para a idade da população de referência.

Prevalência de VIH: Percentagem da população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos infetada com VIH.

Taxa de mortalidade infantil: Probabilidade de morte entre o nascimento e o ano, expressa por 1000 nados vivos.

Taxa de mortalidade até aos 5 anos:

Probabilidade de morte entre o nascimento e os 5 anos, expressa por 1000 nados vivos.

Taxa de mortalidade em adulto: Probabilidade de morte entre os 15 e os 60 anos, expressa por 1000 adultos.

Causas de morte específicas: Mortes provocadas por uma determinada doença ou causa.

Médicos: Número de médicos (generalistas ou especialistas), expresso por 1000 pessoas.

Satisfação com a qualidade dos cuidados de saúde: Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "No seu país, confia nos sistemas de cuidados médicos ou de saúde?"

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1, 2, 8 e 9: OMS (2012a).

Colunas 3-5: UNICEF (2012).

Colunas 6, 10, 11 e 13: OMS (2012b).

Coluna 7: Grupo Interagências para o Cálculo de Estimativas da Mortalidade Infantil (2012).

Coluna 12: Cálculos do GRDH baseados em dados sobre a mortalidade feminina e masculina provocada por doenças cardiovasculares e diabetes da OMS (2012b) e em dados sobre a população do UNDESA (2011).

Coluna 14: Gallup (2012).

Classificação do IDH	SUCESSO ESCOLAR			RÁCIO BRUTO DE MATRÍCULAS			QUALIDADE DA EDUCAÇÃO								
	Taxa de alfabetização de adultos	População com pelo menos o ensino secundário	Primário	Secundário	Superior	Professores do ensino primário com formação para o ensino	Desempenho dos estudantes de 15 anos						Satisfação com a qualidade da educação	Taxa de abandono escolar no ensino primário	
							Classificação média			Desvio da média					
	(% com 15 anos ou mais)	(% com 25 anos ou mais)	(%)			(%)	Leitura ^a	Matemática ^b	Ciências ^c	Leitura	Matemática	Ciências	(% de satisfeitos)	(% do grupo do ensino primário)	
2005–2010 ^d	2010	2002–2011 ^d	2002–2011 ^d	2002–2011 ^d	2005–2011 ^d	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2011	2002–2011 ^d		
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO															
1	Noruega	-	95,2	99,0	110,0	73,8	-	503	498	500	91	85	90	-	0,5
2	Austrália	-	92,2	104,0	129,0	75,9	-	515	514	527	99	94	101	67,3	-
3	Estados Unidos	-	94,5	102,0	96,0	94,8	-	500	487	502	97	91	98	62,8	6,9
4	Países Baixos	-	88,9	108,0	120,0	62,7	-	508	526	522	89	89	96	60,3	-
5	Alemanha	-	96,5	102,0	103,0	-	-	497	513	520	95	98	101	65,6 ^e	4,4
6	Nova Zelândia	-	83,7	101,0	119,0	82,6	-	521	519	532	103	96	107	69,9	-
7	Irlanda	-	73,9	108,0	117,0	61,0	-	496	487	508	95	86	97	83,6	-
7	Suécia	-	85,0	100,0	100,0	70,8	-	497	494	495	99	94	100	61,6	1,0
9	Suíça	-	95,8	102,0	95,0	51,5	-	501	534	517	93	99	96	-	-
10	Japão	-	81,1 ^f	103,0	102,0	59,0	-	520	529	539	100	94	100	54,6	0,0
11	Canadá	-	100,0	99,0	101,0	60,0	-	524	527	529	90	88	90	75,4	-
12	Coreia, República da	-	85,4 ^f	104,0	97,0	103,9	-	542	546	538	79	89	82	50,5	1,2
13	Hong Kong, China (RAE)	-	72,3	102,0	83,0	59,7	95,6	533	555	549	84	95	87	49,6	0,5
13	Islândia	-	91,3	99,0	107,0	74,1	-	500	507	496	96	91	95	-	2,5
15	Dinamarca	-	99,4	99,0	117,0	74,4	-	495	503	499	84	87	92	64,5	0,5
16	Israel	-	84,1	113,0	91,0	62,5	-	474	447	455	112	104	107	64,0	1,1
17	Bélgica	-	79,4	105,0	111,0	67,5	-	506	515	507	102	104	105	62,1	6,6
18	Áustria	-	100,0	100,0	100,0	60,2	-	470	496	494	100	96	102	63,7	2,3
18	Singapura	96,1 ^g	75,0	101,8	106,9	71,0	94,3	526	562	542	97	104	104	91,8	0,9
20	França	-	78,4	111,0	113,0	54,5	-	496	497	498	106	101	103	58,5	-
21	Finlândia	-	100,0	99,0	108,0	91,6	-	536	541	554	86	82	89	81,9	0,5
21	Eslovênia	99,7 ^h	95,6	98,0	97,0	86,9	-	483	501	512	91	95	94	72,6	0,5
23	Espanha	97,7	66,4	107,0	119,0	73,2	-	481	483	488	88	91	87	59,0	0,5
24	Listenstaine	-	-	106,0	70,0	34,4	-	499	536	520	83	88	87	-	18,2
25	Itália	98,9 ^h	72,8	103,0	99,0	66,0	-	486	483	489	96	93	97	46,7	0,3
26	Luxemburgo	-	77,9	100,0	98,0	10,5	-	472	489	484	104	98	104	64,8	-
26	Reino Unido	-	99,7	106,0	102,0	58,5	-	494	492	514	95	87	99	76,9 ^e	-
28	República Checa	-	99,8	106,0	90,0	60,7	-	478	493	500	92	93	97	71,4	0,4
29	Grécia	97,2 ^h	62,0	100,0	101,0	89,4	-	483	466	470	95	89	92	47,9	2,6
30	Brunei Darussalam	95,2 ^h	63,8 ^f	108,0	110,0	17,2	87,1	-	-	-	-	-	-	-	3,9
31	Chipre	98,3 ^h	74,5	105,0	98,0	52,0	-	-	-	-	-	-	-	65,6	4,7
32	Malta	92,4	62,5	95,0	105,0	33,4	-	-	-	-	-	-	-	58,5	20,3
33	Andorra	-	49,4	84,0	87,0	11,2	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-
33	Estônia	99,8 ^h	94,5 ^f	99,0	104,0	62,7	-	501	512	528	83	81	84	49,5	1,6
35	Eslováquia	-	98,8	102,0	89,0	54,2	-	477	497	490	90	96	95	58,4	2,3
36	Qatar	96,3	63,4	103,0	94,0	10,0	42,9	372	368	379	115	98	104	69,9	6,4
37	Hungria	99,0 ⁱ	94,8 ^f	102,0	98,0	61,7	-	494	490	503	90	92	86	56,4	2,3
38	Barbados	-	88,6 ^f	120,0	101,0	65,9	58,5	-	-	-	-	-	-	-	4,2
39	Polónia	99,5 ⁱ	80,0	97,0	97,0	70,5	-	500	495	508	89	88	87	60,8	2,4
40	Chile	98,6	74,0	106,0	88,0	59,2	-	449	421	447	83	80	81	44,0	2,6
41	Lituânia	99,7 ^h	90,2	97,0	98,0	77,4	-	468	477	491	86	88	85	51,1	1,6
41	Emiratos Árabes Unidos	90,0	64,3 ^f	104,0	92,0	22,5	100,0	459 ^j	453 ^j	466 ^j	107 ^j	99 ^j	106 ^j	80,6 ^e	3,3
43	Portugal	95,2 ⁱ	40,4	114,0	107,0	62,2	-	489	487	493	87	91	83	64,9	-
44	Letónia	99,8 ^h	98,4	101,0	95,0	60,1	-	484	482	494	80	79	78	51,0	5,4
45	Argentina	97,8 ^h	56,0 ^f	118,0	89,0	71,2	-	398	388	401	108	93	102	62,6	6,2
46	Seicheles	91,8	66,8	117,0	119,0	-	99,4	-	-	-	-	-	-	-	15,1
47	Croácia	98,8 ^h	64,4 ^f	93,0	95,0	49,2	-	476	460	486	88	88	85	63,7	1,0
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO															
48	Barain	91,9 ^h	78,0 ^f	107,0	103,0	-	-	-	-	-	-	-	-	80,5 ^e	1,8
49	Bahamas	-	89,6	114,0	96,0	-	91,5	-	-	-	-	-	-	-	10,5
50	Bielorrússia	99,6	-	100,0	96,0	83,0	99,8	-	-	-	-	-	-	55,4	0,3
51	Uruguai	98,1	49,8	113,0	90,0	63,3	-	426	427	427	99	91	97	55,8	4,8
52	Montenegro	98,4 ^h	98,2	107,0	104,0	47,6	-	408	403	401	93	85	87	62,1	-
52	Palau	-	-	101,0	96,0	37,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
54	Koweit	93,9	48,9	106,0	101,0	21,9	100,0	-	-	-	-	-	-	61,2 ^e	4,0
55	Federação Russa	99,6 ^h	94,7 ^f	99,0	89,0	75,9	-	459	468	478	90	85	90	38,0	3,9
56	Roménia	97,7 ^h	86,8	96,0	95,0	63,8	-	424	427	428	90	79	79	45,3	4,9
57	Bulgária	98,4	92,6	103,0	88,0	53,0	-	429	428	439	113	99	106	35,4	6,2

Classificação do IDH	SUCESSO ESCOLAR		RÁCIO BRUTO DE MATRÍCULAS			QUALIDADE DA EDUCAÇÃO								
	Taxa de alfabetização de adultos	População com pelo menos o ensino secundário	Primário	Secundário	Superior	Professores do ensino primário com formação para o ensino	Desempenho dos estudantes de 15 anos						Satisfação com a qualidade da educação	Taxa de abandono escolar no ensino primário
							Classificação média			Desvio da média				
	(% com 15 anos ou mais)	(% com 25 anos ou mais)	(%)			(%)	Leitura ^a	Matemática ^b	Ciências ^c	Leitura	Matemática	Ciências	(% de satisfeitos)	(% do grupo do ensino primário)
2005–2010 ^d	2010	2002–2011 ^d	2002–2011 ^d	2002–2011 ^d	2005–2011 ^d	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2011	2002–2011 ^d	
57 Arábia Saudita	86,6 ^h	54,6 ^f	106,0	101,0	36,8	91,5	-	-	-	-	-	-	61,8 ^e	6,7
59 Cuba	99,8 ^h	77,1 ^f	103,0	89,0	95,2	100,0	-	-	-	-	-	-	-	3,8
59 Panamá	94,1	62,1 ^f	108,0	74,0	44,6	91,6	371	360	376	99	81	90	73,2	6,2
61 México	93,1	53,9	115,0	87,0	27,0	95,6	425	419	416	85	79	77	64,5	6,0
62 Costa Rica	96,2 ^h	53,6 ^f	110,0	100,0	25,6	89,5	-	-	-	-	-	-	80,0	11,2
63 Granada	-	-	103,0	108,0	52,8	65,3	-	-	-	-	-	-	-	-
64 Líbia	89,2 ⁱ	49,6 ^f	114,0	110,0	54,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
64 Malásia	93,1	69,4 ^f	96,0	68,0	40,2	-	-	-	-	-	-	-	91,4	2,3
64 Sérvia	99,3 ^h	85,1	96,0	91,0	49,1	94,2	442	442	443	84	91	84	58,0	1,4
67 Antígua e Barbuda	99,0	-	102,0	105,0	16,4	54,8	-	-	-	-	-	-	-	-
67 Trindade e Tobago	98,8 ^h	59,3	105,0	90,0	11,5	88,0	416	414	410	113	99	108	83,3	10,6
69 Cazaquistão	99,7 ^h	99,3	111,0	100,0	40,8	-	390	405	400	91	83	87	49,9	0,2
70 Albânia	95,9	81,7	87,0	89,0	18,4	-	385	377	391	100	91	89	54,7	4,8
71 Venezuela, República Bolivariana da	95,5	52,4	103,0	83,0	78,1	88,4	-	-	-	-	-	-	81,2	7,9
72 Dominica	-	26,5	112,0	98,0	3,6	60,8	-	-	-	-	-	-	-	11,9
72 Geórgia	99,7 ^h	91,0	109,0	86,0	28,2	94,6	-	-	-	-	-	-	65,7	3,8
72 Líbano	89,6	54,2	105,0	81,0	54,0	-	-	-	-	-	-	-	67,6 ^e	8,2
72 São Cristóvão e Nevis	-	-	93,0	97,0	18,2	61,6	-	-	-	-	-	-	-	26,5
76 Iraão, República Islâmica do	85,0	66,0	108,0	84,0	42,8	98,4	-	-	-	-	-	-	67,9	5,7
77 Peru	89,6	52,9	109,0	92,0	35,0	-	370	365	369	98	90	89	49,1	-
78 Antiga República Jugoslava da Macedónia	97,3 ^h	78,6	89,0	83,0	40,4	-	-	-	-	-	-	-	61,6	2,5
78 Ucrânia	99,7 ^h	93,5 ^f	99,0	96,0	79,5	99,9	-	-	-	-	-	-	50,1	2,3
80 Maurícia	88,5 ^h	49,0 ^f	99,0	89,0	24,9	100,0	-	-	-	-	-	-	83,5	2,2
81 Bósnia-Herzegovina	97,9 ^h	-	88,0	90,0	35,9	-	-	-	-	-	-	-	67,9	26,8
82 Azerbaijão	99,8	92,7	94,0	85,0	19,3	100,0	362	431	373	76	64	74	53,0	3,6
83 São Vicente e Granadinas	-	-	105,0	107,0	-	84,1	-	-	-	-	-	-	-	-
84 Omã	86,6	53,9	105,0	100,0	24,5	100,0	-	-	-	-	-	-	70,0 ^e	2,7
85 Brasil	90,3	49,5	127,0	101,0	36,1	-	412	386	405	94	81	84	53,7	24,3
85 Jamaica	86,6 ⁱ	72,6 ^f	89,0	93,0	29,0	-	-	-	-	-	-	-	73,7	4,8
87 Arménia	99,6 ^h	94,4 ^f	103,0	92,0	51,5	77,5	-	-	-	-	-	-	45,7	2,3
88 Santa Lúcia	-	-	94,0	96,0	11,3	86,8	-	-	-	-	-	-	-	7,9
89 Equador	91,9	36,6	114,0	80,0	39,8	82,6	-	-	-	-	-	-	74,5	19,4
90 Turquia	90,8	34,5	102,0	78,0	45,8	-	464	445	454	82	93	81	54,3	8,2
91 Colômbia	93,4	43,1	115,0	96,0	39,1	100,0	413	381	402	87	75	81	71,7	15,5
92 Sri Lanca	91,2	73,9	99,0	87,0	15,5	-	-	-	-	-	-	-	77,9	1,4
93 Argélia	72,6	24,1	110,0	95,0	30,8	99,3	-	-	-	-	-	-	67,1 ^e	5,0
94 Tunísia	77,6	37,0	109,0	90,0	34,4	-	404	371	401	85	78	81	54,8 ^e	5,3
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO														
95 Tonga	99,0	74,0 ^f	110,0	101,0	6,5	-	-	-	-	-	-	-	-	9,6
96 Belize	-	34,0 ^f	121,0	75,0	21,5	45,2	-	-	-	-	-	-	-	9,7
96 República Dominicana	89,5	42,5	108,0	76,0	34,0	84,9	-	-	-	-	-	-	68,9	-
96 Fiji, Ilhas	-	57,8	105,0	86,0	16,1	97,8	-	-	-	-	-	-	-	9,1
96 Samoa	98,8 ^h	62,1	108,0	85,0	7,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
100 Jordânia	92,6	73,3	97,0	91,0	41,8	-	405	387	415	91	83	89	63,3 ^e	6,6
101 China, República Popular da	94,3 ^h	62,7 ^f	111,0	81,0	25,9	-	556 ^k	600 ^k	575 ^k	80 ^k	103 ^k	82 ^k	62,6	-
102 Turquemenistão	99,6 ^h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74,3	-
103 Tailândia	93,5	32,2	91,0	79,0	47,7	-	421	419	425	72	79	80	88,7	-
104 Maldivas	98,4	25,4	109,0	71,0	-	77,0	-	-	-	-	-	-	-	-
105 Suriname	94,7	43,7	113,0	75,0	12,1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	9,7
106 Gabão	88,4 ⁱ	44,4 ^f	182,0	53,0	-	-	-	-	-	-	-	-	46,5	-
107 El Salvador	84,5	37,5	114,0	65,0	23,4	92,7	-	-	-	-	-	-	72,7	13,5
108 Bolívia, Estado Plurinacional da	91,2	44,5	105,0	80,0	38,6	-	-	-	-	-	-	-	68,2	16,3
108 Mongólia	97,4 ^h	82,4 ^f	100,0	93,0	53,3	97,6	-	-	-	-	-	-	57,9	5,9
110 Palestina, Estado da	94,9	52,1	91,0	86,0	50,2	100,0	-	-	-	-	-	-	63,5 ^e	1,5
111 Paraguai	93,9	36,9	100,0	67,0	36,6	-	-	-	-	-	-	-	66,9	21,9
112 Egito	72,0	51,2 ^f	106,0	85,0	30,4	-	-	-	-	-	-	-	42,6 ^e	-
113 Moldávia, República da	98,5 ^h	93,3	94,0	88,0	38,1	-	-	-	-	-	-	-	53,7	4,8
114 Filipinas	95,4	64,8 ^f	106,0	85,0	28,9	-	-	-	-	-	-	-	79,2	24,2
114 Usbequistão	99,4 ^h	-	95,0	106,0	8,9	100,0	-	-	-	-	-	-	85,0	1,9

TABELA 8 EDUCAÇÃO

Classificação do IDH	SUCESSO ESCOLAR		RÁCIO BRUTO DE MATRÍCULAS			QUALIDADE DA EDUCAÇÃO								
	Taxa de alfabetização de adultos	População com pelo menos o ensino secundário	Primário	Secundário	Superior	Professores do ensino primário com formação para o ensino	Desempenho dos estudantes de 15 anos						Satisfação com a qualidade da educação	Taxa de abandono escolar no ensino primário
							Classificação média			Desvio da média				
	(% com 15 anos ou mais)	(% com 25 anos ou mais)	(%)			(%)	Leitura ^a	Matemática ^b	Ciências ^c	Leitura	Matemática	Ciências	(% de satisfeitos)	(% do grupo do ensino primário)
2005–2010 ^d	2010	2002–2011 ^d	2002–2011 ^d	2002–2011 ^d	2005–2011 ^d	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2011	2002–2011 ^d	
116 Síria, República Árabe da	83,4 ^h	32,8	118,0	72,0	-	-	-	-	-	-	-	59,1 ^e	5,4	
117 Micronésia, Estados Federados da	-	-	110,0	83,0	14,2	-	-	-	-	-	-	-	-	
118 Guiana	-	55,6 ^f	85,0	91,0	11,9	66,1	-	-	-	-	-	-	16,5	
119 Botsuana	84,5	75,5 ^f	108,0	80,0	7,4	97,4	-	-	-	-	-	66,4	13,2	
120 Honduras	84,8	19,8	116,0	73,0	18,8	36,4	-	-	-	-	-	63,6	23,8	
121 Indonésia	92,6	41,4	118,0	77,0	23,1	-	402	371	383	66	70	69	80,1	20,0
121 Quiribati	-	-	113,0	86,0	-	85,4	-	-	-	-	-	-	-	21,1
121 África do Sul	88,7	70,4	102,0	94,0	-	87,4	-	-	-	-	-	69,3	23,0	
124 Vanuatu	82,6	-	117,0	55,0	4,7	100,0	-	-	-	-	-	-	-	28,5
125 Quirguistão	99,2	81,1 ^f	100,0	84,0	48,8	68,4	314	331	330	99	81	91	47,7	2,4
125 Tajiquistão	99,7 ^h	89,7 ^f	102,0	87,0	19,7	92,9	-	-	-	-	-	-	76,4	1,1
127 Vietname	93,2	26,3 ^f	106,0	77,0	22,3	98,3	-	-	-	-	-	-	80,4	7,9
128 Namíbia	88,8 ^h	33,5 ^f	107,0	64,0	9,0	95,6	-	-	-	-	-	-	-	17,4
129 Nicarágua	78,0	37,6 ^f	118,0	69,0	18,0	74,9	-	-	-	-	-	-	81,0	51,6
130 Marrocos	56,1	28,0 ^f	114,0	56,0	13,2	100,0	-	-	-	-	-	-	41,6 ^e	9,5
131 Iraque	78,2 ^h	32,4 ^f	105,0	53,0	16,4	-	-	-	-	-	-	-	38,0	33,3
132 Cabo Verde	84,3 ^h	-	110,0	88,0	17,8	90,0	-	-	-	-	-	-	-	14,3
133 Guatemala	75,2 ^h	14,8	116,0	59,0	17,8	-	-	-	-	-	-	-	71,8	35,2
134 Timor-Leste	58,3	-	117,0	56,0	16,7	-	-	-	-	-	-	-	-	33,4
135 Gana	67,3 ^h	53,8 ^f	107,0	58,0	8,8	50,6	-	-	-	-	-	-	57,2	27,8
136 Guiné Equatorial	93,9 ^h	-	87,0	27,0	3,3	45,3	-	-	-	-	-	-	-	38,1
136 Índia	62,8	38,7 ^f	118,0	60,0	16,2	-	-	-	-	-	-	-	74,8	34,2
138 Camboja	77,6	15,7 ^f	127,0	46,0	7,8	99,1	-	-	-	-	-	-	94,1	45,5
138 Laos, República Democrática Popular do	72,7	29,7 ^f	121,0	45,0	13,4	96,9	-	-	-	-	-	-	78,9	33,0
140 Butão	52,8	34,4	111,0	70,0	8,8	91,5	-	-	-	-	-	-	-	9,0
141 Suazilândia	87,4 ^h	48,1 ^f	116,0	58,0	4,4	73,1	-	-	-	-	-	-	77,8	16,1
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO														
142 Congo	-	46,2 ^f	115,0	45,0	5,5	86,8	-	-	-	-	-	-	46,6	29,7
143 Ilhas Salomão	-	-	109,0	36,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
144 São Tomé e Príncipe	89,2 ^h	-	134,0	59,0	4,5	40,5	-	-	-	-	-	-	-	32,0
145 Quênia	87,4 ^h	41,9	113,0	60,0	4,0	96,8	-	-	-	-	-	-	59,6	27,2
146 Bangladesh	56,8 ^h	35,1 ^f	-	-	10,6	58,4	-	-	-	-	-	-	81,6	33,8
146 Paquistão	54,9	31,2	95,0	34,0	5,4	84,2	-	-	-	-	-	-	60,5	38,5
148 Angola	70,1 ^h	-	124,0	31,0	3,7	-	-	-	-	-	-	-	42,0	68,1
149 Mianmar	92,3 ^h	17,8 ^f	126,0	54,0	11,0	99,9	-	-	-	-	-	-	-	25,2
150 Camarões	70,7	27,9 ^f	120,0	42,0	11,5	57,1	-	-	-	-	-	-	62,1	33,8
151 Madagascar	64,5	-	149,0	31,0	3,7	90,4	-	-	-	-	-	-	45,8	65,4
152 Tanzânia, República Unida da	73,2 ^h	7,4 ^f	102,0	-	2,1	94,5	-	-	-	-	-	-	44,8	18,6
153 Nigéria	61,3 ^h	-	83,0	44,0	10,3	66,1	-	-	-	-	-	-	47,4	20,1
154 Senegal	49,7	7,5 ^f	87,0	37,0	7,9	47,9	-	-	-	-	-	-	38,0	40,4
155 Mauritânia	58,0 ^h	14,2 ^f	102,0	24,0	4,4	100,0	-	-	-	-	-	-	39,2 ^e	29,3
156 Papuásia - Nova Guiné	60,6 ^h	10,5 ^f	60,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
157 Nepal	60,3 ^h	28,3 ^f	115,0	44,0	5,6	80,7	-	-	-	-	-	-	73,0	38,3
158 Lesoto	89,6 ^h	20,9	103,0	46,0	3,5	63,4	-	-	-	-	-	-	43,2	30,7
159 Togo	57,1	29,8 ^f	140,0	46,0	5,9	76,7	-	-	-	-	-	-	45,4	40,6
160 Líbano	63,9	16,0 ^f	87,0	44,0	10,2	-	-	-	-	-	-	-	37,2 ^e	40,5
161 Haiti	48,7	29,1 ^f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39,9	-
161 Uganda	73,2	23,4	121,0	28,0	4,2	89,4	-	-	-	-	-	-	48,8	68,2
163 Zâmbia	71,2	35,0 ^f	115,0	-	2,4	-	-	-	-	-	-	-	68,0	46,9
164 Djibouti	-	-	59,0	36,0	4,9	100,0	-	-	-	-	-	-	66,6	35,7
165 Gâmbia	50,0 ^h	24,0 ^f	83,0	54,0	4,1	-	-	-	-	-	-	-	-	38,9
166 Benim	42,4 ^h	18,4 ^f	126,0	37,0	6,0	42,6	-	-	-	-	-	-	60,7	35,7
167 Ruanda	71,1 ^h	7,7 ^f	143,0	32,0	5,5	91,5	-	-	-	-	-	-	83,9	63,0
168 Costa do Marfim	56,2 ^h	22,1 ^f	88,0	27,0	8,9	100,0	-	-	-	-	-	-	-	39,2
169 Comores	74,9 ^h	-	104,0	46,0	7,9	57,4	-	-	-	-	-	-	46,0 ^e	25,9
170 Malauí	74,8 ^h	15,3 ^f	135,0	32,0	0,7	95,9	-	-	-	-	-	-	65,2	47,2
171 Sudão	71,1 ^h	15,5 ^f	73,0	39,0	6,1	59,7	-	-	-	-	-	-	43,0	9,1
172 Zimbábue	92,2 ^h	55,4 ^f	-	-	6,2	-	-	-	-	-	-	-	66,4	-

Classificação do IDH	SUCESSO ESCOLAR		RÁCIO BRUTO DE MATRÍCULAS			QUALIDADE DA EDUCAÇÃO								
	Taxa de alfabetização de adultos	População com pelo menos o ensino secundário	Primário	Secundário	Superior	Professores do ensino primário com formação para o ensino	Desempenho dos estudantes de 15 anos						Satisfação com a qualidade da educação	Taxa de abandono escolar no ensino primário
							Classificação média			Desvio da média				
	(% com 15 anos ou mais)	(% com 25 anos ou mais)	(%)			(%)	Leitura ^a	Matemática ^b	Ciências ^c	Leitura	Matemática	Ciências	(% de satisfeitos)	(% do grupo do ensino primário)
2005–2010 ^d	2010	2002–2011 ^d	2002–2011 ^d	2002–2011 ^d	2005–2011 ^d	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2011	2002–2011 ^d	
173 Etiópia	39,0	-	102,0	36,0	5,5	39,4	-	-	-	-	-	-	-	52,5
174 Libéria	60,8 ⁱ	27,3 ^f	96,0	-	19,1	40,2	-	-	-	-	-	-	49,6	54,4
175 Afeganistão	-	20,3 ^f	97,0	46,0	3,3	-	-	-	-	-	-	-	58,5	-
176 Guiné-Bissau	54,2 ^h	-	123,0	36,0	2,7	38,9	-	-	-	-	-	-	-	-
177 Serra Leoa	42,1	14,8	125,0	-	2,1	48,0	-	-	-	-	-	-	35,3	-
178 Burundi	67,2 ^h	7,1 ^f	156,0	25,0	3,2	91,2	-	-	-	-	-	-	70,9	43,8
178 Guiné	41,0 ^h	-	94,0	38,0	9,5	65,2	-	-	-	-	-	-	39,0	34,3
180 Centro-Africana, República	56,0 ^h	17,9 ^f	93,0	13,0	2,6	-	-	-	-	-	-	-	40,7	53,1
181 Eritreia	67,8 ^h	-	45,0	32,0	2,0	93,8	-	-	-	-	-	-	-	31,0
182 Mali	31,1	10,3	82,0	39,0	5,8	50,0	-	-	-	-	-	-	34,6	24,5
183 Burquina Faso	28,7	2,0	79,0	23,0	3,3	85,7	-	-	-	-	-	-	53,0	36,4
184 Chade	34,5 ^h	-	90,0	26,0	2,2	45,3	-	-	-	-	-	-	60,1	76,7
185 Moçambique	56,1 ^h	3,6 ^f	115,0	25,0	1,5	75,9	-	-	-	-	-	-	63,2	64,6
186 Congo, República Democrática do	66,8 ^h	23,2 ^f	94,0	38,0	6,2	91,7	-	-	-	-	-	-	39,3	45,2
186 Níger	28,7	5,1 ^f	71,0	13,0	1,5	96,4	-	-	-	-	-	-	55,3	30,7
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS														
Coreia, República Popular Democrática da	100,0	-	-	-	-	-	539	-	-	-	-	-	-	-
Marshall, Ilhas	-	-	102,0	99,0	16,2	-	-	-	-	-	-	-	-	16,5
Mónaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nauru	-	-	93,0	63,0	-	74,2	-	-	-	-	-	-	-	-
São Marino	-	-	94,0	97,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Somália	-	-	32,0	8,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudão do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tuvalu	-	-	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agrupamentos por IDH														
Desenvolvimento humano muito elevado	-	85,9	104,2	100,4	75,8	-	—	—	—	—	—	—	61,3	3,8
Desenvolvimento humano elevado	92,7	64,2	110,5	91,0	48,7	-	—	—	—	—	—	—	58,0	7,3
Desenvolvimento humano médio	82,3	50,5	113,4	70,7	22,1	-	—	—	—	—	—	—	69,2	18,8
Desenvolvimento humano baixo	60,8	25,2	98,2	37,4	6,8	73,8	—	—	—	—	—	—	56,5	41,7
Regiões														
Estados Árabes	74,5	38,4	97,7	71,1	24,1	-	—	—	—	—	—	—	50,0	9,9
Ásia Oriental e Pacífico	93,8	-	111,0	78,8	26,1	-	—	—	—	—	—	—	-	-
Europa e Ásia Central	98,1	83,5	99,9	91,2	57,5	-	—	—	—	—	—	—	51,8	4,2
América Latina e Caraíbas	91,3	50,4	115,9	90,9	42,5	92,3	—	—	—	—	—	—	-	14,3
Ásia do Sul	62,8	39,2	113,6	57,6	15,7	77,2	—	—	—	—	—	—	73,3	21,4
África subsariana	63,0	29,7	100,3	40,3	6,2	73,9	—	—	—	—	—	—	52,0	37,8
Países menos desenvolvidos														
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	60,7	-	101,8	36,0	6,6	71,9	—	—	—	—	—	—	58,2	40,9
Mundo	81,3	57,7	107,9	71,2	28,7	-	—	—	—	—	—	—	64,2	18,0

NOTAS

- a A classificação média em leitura nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (OCDE) é de 493.
- b A classificação média em matemática nos países da OCDE é de 495.
- c A classificação média em ciências nos países da OCDE é de 501.
- d Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- e Média de dois ou mais inquéritos realizados durante o período.
- f Barro e Lee (2011), estimativas para 2010.
- g Referente a 2011.
- h Estimativa do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) com base no seu Global Age-specific Literacy Projections Model, o qual, por sua vez, tem por base dados a nível nacional desde 2000.

i Estimativa do Instituto de Estatística da UNESCO com base no seu Global Age-specific Literacy Projections Model, o qual, por sua vez, tem por base dados a nível nacional anteriores a 2000.

j Referente apenas a Dubai.
k Refere-se apenas a Xangai.

DEFINIÇÕES

Taxa de alfabetização dos adultos: Percentagem da população a partir dos 15 anos que consegue, na sua vida quotidiana, ler e escrever um texto pequeno e simples, compreendendo o seu sentido.

População com pelo menos o ensino secundário: Percentagem da população a partir dos 25 anos que atingiu pelo menos um nível secundário de ensino.

Rácio Bruto de Matrículas: Número total de matrículas num determinado nível de ensino (primário, secundário ou superior), independentemente da idade,

expresso em percentagem do total oficial de população em idade escolar para o mesmo nível de ensino.

Professores do ensino primário com formação para o ensino: Percentagem de professores do ensino primário com o mínimo de formação de professores (recebida previamente ou já em exercício da profissão) exigida para leccionarem ao nível do ensino básico.

Desempenho em leitura, matemática e ciências: Classificação obtida por estudantes com 15 anos em testes de competências e conhecimentos sobre estas disciplinas essenciais para a participação na sociedade.

Desvio da média: Diferenças de classificação em língua materna, matemática e ciências relativamente às classificações médias.

Satisfação com a qualidade da educação: Percentagem de inquiridos que responderam

"satisfeitos" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup "Está satisfeito ou insatisfeito com o sistema de ensino?"

Taxa de abandono escolar no ensino primário: Percentagem de alunos de um determinado grupo que se matricularam no ensino primário mas abandonaram os estudos antes de o terminarem. É calculada com base em 100 menos a taxa de sobreviventes do último ano do ensino primário, e assume que os fluxos observados se mantêm inalterados durante a vida do grupo e que os abandonos não regressam à escola.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1, 2–6 e 14: Instituto de Estatística da UNESCO (2012).

Colunas 7–12: OCDE (2010).

Coluna 13: Gallup (2012).

Classificação do IDH	EMPREGO, VULNERABILIDADE E EQUIDADE				PERCEÇÕES DO BEM-ESTAR INDIVIDUAL			PERCEÇÕES DA SOCIEDADE			SEGURANÇA HUMANA			
	Rácio emprego-população	Desemprego jovem	Trabalho infantil	Redução total do IDH devido à desigualdade	Satisfação global com a vida	Satisfação com a liberdade de escolha	Satisfação com o emprego	Confiança nas pessoas	Satisfação com a comunidade ^a	Confiança no governo nacional	Percepção de segurança	Taxa de homicídios	Taxa de suicídios (por 100 000 pessoas)	
	(% com 25 anos ou mais)	(% de idades entre 15-24 anos)	(% de idades entre 5-14 anos)	(%)	(0, pouco satisfeitos; 10, muito satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(%) de respostas "sim")			(% de respostas "sim")	(por 100 000 pessoas)	Feminina	Masculina
	2011	2005–2011 ^b	2001–2010 ^b	2012	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2011	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2001–2010 ^b
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO														
1 Noruega	65,9	9,3	-	6,4	7,6	93,0	-	-	92,8	54,0	81,0	0,6	6,5	17,3
2 Austrália	62,4	11,9	-	7,9	7,4	94,0	87,4	-	91,9	53,0	64,0	1,0	3,6	12,8
3 Estados Unidos	61,2	18,7	-	12,4	7,1	85,0	87,4	37,0	83,8	38,0	75,0	4,2	4,5	17,7
4 Países Baixos	61,5	7,8	-	6,9	7,6	91,0	94,5	46,0	94,5	60,0	79,0	1,1	5,5	13,1
5 Alemanha	57,2	9,1	-	6,9	6,7	89,0	89,0	31,0	93,9	43,0	78,0	0,8	6,0	17,9
6 Nova Zelândia	66,2	18,2	-	-	7,2	93,0	89,0	-	88,1	64,0	67,0	0,9	5,5	18,1
7 Irlanda	55,8	35,3	-	7,2	7,0	95,0	89,1	30,0	93,6	53,0	70,0	1,2	4,7	19,0
7 Suécia	62,5	23,8	-	6,2	7,5	93,0	91,8	55,0	92,5	64,0	78,0	1,0	6,8	18,7
9 Suíça	65,5	7,9	-	7,0	7,5	88,0	-	44,0	93,5	58,0	76,0	0,7	11,4	24,8
10 Japão	59,7	8,9	-	-	6,1	78,0	76,2	33,0	84,6	23,0	69,0	0,4	13,2	36,2
11 Canadá	62,7	15,9	-	8,7	7,4	94,0	91,5	42,0	91,7	55,0	79,0	1,6	5,4	17,3
12 Coreia, República da	64,8	12,1	-	16,5	6,9	66,0	71,1	26,0	78,5	28,0	54,0	2,6	22,1	39,9
13 Hong Kong, China (RAE)	61,2	11,0	-	-	5,5	89,0	84,4	29,0	84,1	58,0	88,0	0,2	10,7	19,0
13 Islândia	71,9	18,4	-	6,4	6,9	86,0	-	-	81,8	24,0	77,0	0,3	7,0	16,5
15 Dinamarca	59,8	15,7	-	6,2	7,8	93,0	94,0	60,0	93,4	47,0	79,0	0,9	6,4	17,5
16 Israel	60,9	11,8	-	12,3	7,4	52,0	84,0	26,0	82,3	45,0	59,0	2,1	1,5	7,0
17 Bélgica	54,0	18,7	-	8,0	6,9	86,0	90,3	30,0	91,2	29,0	64,0	1,7	10,3	28,8
18 Áustria	58,6	8,8	-	6,6	7,5	92,0	94,1	29,0	94,4	41,0	82,0	0,6	7,1	23,8
18 Singapura	69,2	6,7	-	-	6,5	82,0	86,5	33,0	92,9	83,0	89,0	0,3	7,7	12,9
20 França	54,4	23,2	-	9,0	7,0	90,0	87,4	20,0	89,4	38,0	63,0	1,1	8,5	24,7
21 Finlândia	57,8	19,3	-	6,0	7,4	93,0	87,7	58,0	91,2	57,0	78,0	2,2	10,0	29,0
21 Eslovênia	57,2	16,8	-	5,8	6,0	90,0	85,0	15,0	90,6	18,0	84,0	0,7	9,4	34,6
23 Espanha	49,5	48,2	-	10,1	6,5	80,0	85,7	22,0	87,8	31,0	68,0	0,8	3,4	11,9
24 Listenstaine	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,8	-	-
25 Itália	47,5	32,0	-	11,9	6,1	55,0	81,0	20,0	75,7	26,0	52,0	0,9	2,8	10,0
26 Luxemburgo	59,9	20,8	-	7,2	7,1	95,0	93,5	26,0	94,7	77,0	77,0	2,5	3,2	16,1
26 Reino Unido	58,8	22,0	-	8,3	6,9	90,0	88,3	35,0	86,6	49,0	70,0	1,2	3,0	10,9
28 República Checa	59,7	18,1	-	5,4	6,3	73,0	79,9	24,0	88,1	21,0	59,0	1,7	4,4	23,9
29 Grécia	49,1	51,5	-	11,5	5,4	52,0	70,3	16,0	74,2	18,0	53,0	1,5	1,0	6,0
30 Brunei Darussalam	69,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5	-	-
31 Chipre	66,2	23,1	-	11,5	6,7	73,0	87,1	11,0	88,7	40,0	70,0	1,7	1,7	7,4
32 Malta	48,3	14,0	-	8,2	6,2	86,0	86,0	16,0	84,1	49,0	64,0	1,0	1,0	5,9
33 Andorra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,3	-	-
33 Estónia	58,4	23,8	-	9,0	5,5	69,0	81,1	33,0	86,3	42,0	56,0	5,2	7,3	30,6
35 Eslováquia	57,5	33,6	-	6,3	5,9	68,0	78,6	21,0	86,6	28,0	59,0	1,5	3,4	22,3
36 Qatar	89,9	8,9	-	-	6,6	90,0	86,0	23,0	90,4	89,0	87,0	0,9	-	-
37 Hungria	49,6	27,2	-	7,4	4,9	61,0	80,5	13,0	74,2	36,0	57,0	1,3	10,6	40,0
38 Barbados	66,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11,3	0,0	7,3
39 Polónia	55,1	28,9	-	9,9	5,6	80,0	77,0	25,0	88,2	27,0	59,0	1,1	4,1	26,4
40 Chile	62,9	21,1	3,0	19,0	6,6	77,0	78,2	15,0	78,4	48,0	46,0	3,2	4,2	18,2
41 Lituânia	55,6	34,6	-	11,0	5,4	52,0	78,2	25,0	84,2	18,0	39,0	6,6	10,4	61,3
41 Emiratos Árabes Unidos	83,4	21,8	-	-	7,2	87,0	88,7	18,0	93,8	-	90,0	0,8	-	-
43 Portugal	58,0	31,7	3,0	10,8	5,2	79,0	88,7	27,0	90,1	21,0	63,0	1,2	4,0	15,6
44 Letónia	55,1	29,6	-	10,9	5,0	54,0	80,6	13,0	84,8	11,0	48,0	3,1	8,2	40,0
45 Argentina	62,6	22,2	7,0	19,5	6,4	79,0	80,7	23,0	89,0	61,0	50,0	3,4	3,0	12,6
46 Seicheles	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,3	0,0	8,9
47 Croácia	49,1	36,8	-	15,1	5,6	46,0	-	16,0	66,0	-	64,0	1,4	7,5	28,9
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO														
48 Barain	72,2	-	5,0	-	4,5	73,0	79,3	11,0	88,2	-	60,0	0,6	3,5	4,0
49 Bahamas	71,9	21,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27,4	0,6	1,9
50 Bielorrússia	54,4	-	5,0	8,3	5,2	57,0	65,7	34,0	76,6	59,0	60,0	4,9	8,8	48,7
51 Uruguai	65,9	21,7	8,0	16,4	6,1	78,0	78,0	27,0	83,8	73,0	48,0	5,9	6,3	26,0
52 Montenegro	-	40,0	10,0	7,4	5,5	50,0	-	21,0	68,3	-	78,0	3,5	-	-
52 Palau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	-	-
54 Koweit	75,5	11,8	-	-	6,6	75,0	84,9	11,0	81,5	-	-	2,2	1,7	1,9
55 Federação Russa	62,8	15,7	-	-	5,4	54,0	67,9	24,0	69,4	48,0	40,0	10,2	9,5	53,9
56 Roménia	57,3	23,8	1,0	12,6	5,0	60,0	69,5	15,0	78,1	12,0	55,0	2,0	3,5	21,0
57 Bulgária	52,0	27,6	-	9,9	3,9	60,0	73,3	20,0	74,0	27,0	52,0	2,0	6,2	18,8

Classificação do IDH	EMPREGO, VULNERABILIDADE E EQUIDADE				PERCEÇÕES DO BEM-ESTAR INDIVIDUAL			PERCEÇÕES DA SOCIEDADE			SEGURANÇA HUMANA			
	Rácio emprego-população	Desemprego jovem	Trabalho infantil	Redução total do IDH devido à desigualdade	Satisfação global com a vida	Satisfação com a liberdade de escolha	Satisfação com o emprego	Confiança nas pessoas	Satisfação com a comunidade*	Confiança no governo nacional	Perceção de segurança	Taxa de homicídios	Taxa de suicídios (por 100 000 pessoas)	
	(% com 25 anos ou mais)	(% de idades entre 15-24 anos)	(% de idades entre 5-14 anos)	(%)	(0, pouco satisfeitos; 10, muito satisfeitos)	(%) de satisfeitos)		(%) de respostas "sim")			(% de respostas "sim")	(por 100 000 pessoas)	Feminina	Masculina
	2011	2005–2011 ^b	2001–2010 ^b	2012	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2011	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2001–2010 ^b	2001–2010 ^b
57 Arábia Saudita	59,7	45,8	-	-	6,7	57,0	81,8	36,0	85,9	-	77,0	1,0	-	-
59 Cuba	58,7	3,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,0	5,5	19,0
59 Panamá	68,3	14,6	7,0	24,6	7,3	80,0	88,5	21,0	86,6	46,0	47,0	21,6	1,9	9,0
61 México	63,9	10,4	5,0	23,4	6,8	80,0	74,4	29,0	73,7	38,0	42,0	22,7	1,5	7,0
62 Costa Rica	65,6	21,6	5,0	21,5	7,3	92,0	87,4	14,0	82,5	32,0	41,0	11,3	1,9	10,2
63 Granada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11,5	0,0	0,0
64 Líbia	53,6	-	-	-	4,9	41,0	64,3	-	68,7	-	91,0	2,9	-	-
64 Malásia	66,6	11,3	-	-	5,8	79,0	85,6	14,0	87,3	79,0	46,0	2,3	-	-
64 Sérvia	-	46,1	4,0	9,5	4,5	41,0	-	17,0	60,0	-	68,0	1,2	10,0	28,1
67 Antígua e Barbuda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,8	-	-
67 Trindade e Tobago	66,6	12,9	1,0	15,3	6,7	81,0	89,9	-	87,3	29,0	42,0	35,2	3,8	17,9
69 Cazaquistão	75,0	5,0	2,0	13,6	5,5	76,0	77,9	33,0	79,7	72,0	56,0	8,8	9,4	43,0
70 Albânia	56,5	28,3	12,0	13,9	5,3	46,0	-	7,0	67,7	-	67,0	4,0	3,3	4,7
71 Venezuela, República Bolivariana da	68,1	22,0	8,0	26,6	7,5	75,0	85,1	13,0	79,0	59,0	31,0	45,1	1,2	5,3
72 Dominica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22,1	-	-
72 Geórgia	62,8	35,6	18,0	15,3	4,2	58,0	55,0	16,0	78,3	66,0	91,0	4,3	1,7	7,1
72 Líbano	47,6	22,3	7,0	22,8	5,2	65,0	70,8	7,0	74,1	37,0	69,0	2,2	-	-
72 São Cristóvão e Nevis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38,2	-	-
76 Iraão, República Islâmica do	46,1	33,9	-	-	4,8	57,0	65,0	-	76,3	56,0	55,0	3,0	-	-
77 Peru	77,4	16,2	34,0	24,3	5,6	72,0	74,1	12,0	75,3	19,0	46,0	10,3	1,0	1,9
78 Antiga República Jugoslava da Macedónia	43,4	55,7	6,0	14,7	4,2	56,0	-	11,0	66,7	-	63,0	1,9	4,0	9,5
78 Ucrânia	58,3	18,7	7,0	9,2	5,1	53,0	61,4	29,0	71,4	24,0	48,0	5,2	7,0	37,8
80 Maurícia	60,8	28,0	-	13,3	5,5	83,0	84,6	-	90,5	67,0	55,0	2,5	1,9	11,8
81 Bósnia-Herzegovina	37,2	60,0	5,0	11,5	4,7	33,0	-	18,0	61,7	-	67,0	1,5	-	-
82 Azerbaijão	70,8	15,2	7,0	11,4	4,7	49,0	57,8	27,0	73,4	74,0	74,0	2,2	0,3	1,0
83 São Vicente e Granadinas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22,9	1,9	5,4
84 Omã	65,7	-	-	-	6,9	91,0	85,3	-	89,9	-	-	0,7	-	-
85 Brasil	68,2	23,1	3,0	27,2	6,8	80,0	81,3	15,0	78,5	51,0	40,0	21,0	2,0	7,7
85 Jamaica	65,9	37,9	6,0	19,1	-	-	68,3	-	72,2	-	-	52,2	-	-
87 Arménia	47,3	54,7	4,0	10,9	4,4	41,0	45,4	15,0	52,7	34,0	75,0	1,4	1,1	2,8
88 Santa Lúcia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25,2	0,0	4,9
89 Equador	71,5	18,1	8,0	25,8	5,8	78,0	79,8	9,0	86,0	59,0	49,0	18,2	3,6	10,5
90 Turquia	48,8	20,7	3,0	22,5	5,3	44,0	71,2	8,0	78,9	60,0	51,0	3,3	-	-
91 Colômbia	68,3	29,9	9,0	27,8	6,4	81,0	81,5	14,0	82,9	55,0	43,0	33,4	2,0	7,9
92 Sri Lanca	58,2	24,7	-	15,1	4,2	81,0	84,7	17,0	89,7	86,0	77,0	3,6	-	-
93 Argélia	43,9	37,5	5,0	-	5,2	53,0	58,7	16,0	73,9	53,0	49,0	1,5	-	-
94 Tunísia	46,3	31,4	-	-	4,7	58,0	59,4	15,0	66,0	47,0	47,0	1,1	-	-
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO														
95 Tonga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,0	-	-
96 Belize	66,3	28,8	40,0	-	6,5	62,0	-	-	67,1	26,0	43,0	41,4	0,7	6,6
96 República Dominicana	62,4	44,5	10,0	27,3	4,7	82,0	76,3	15,0	79,2	45,0	38,0	25,0	0,7	3,9
96 Fiji, Ilhas	62,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,8	-	-
96 Samoa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,1	-	-
100 Jordânia	44,9	46,8	-	19,0	5,7	72,0	74,9	9,0	75,6	77,0	81,0	1,8	0,0	0,2
101 China, República Popular da	74,6	-	-	22,4	5,0	77,0	69,9	57,0	77,1	-	80,0	1,1	-	-
102 Turquemenistão	62,6	-	-	-	5,8	-	93,6	27,0	97,5	-	83,0	4,2	-	-
103 Tailândia	76,9	3,0	8,0	21,3	6,7	92,0	96,3	27,0	95,2	54,0	74,0	4,8	3,8	12,0
104 Maldivas	64,7	30,5	-	25,2	-	-	-	-	-	-	-	1,6	0,0	0,7
105 Suriname	56,4	-	6,0	23,0	-	-	-	-	-	-	-	4,6	4,8	23,9
106 Gabão	68,2	-	-	19,5	-	77,0	53,7	-	54,8	53,0	39,0	13,8	-	-
107 El Salvador	64,5	13,0	5,0	26,6	6,7	74,0	77,3	18,0	81,9	49,0	42,0	69,2	3,6	12,9
108 Bolívia, Estado Plurinacional da	77,4	-	26,0	34,2	5,8	67,0	83,9	10,0	84,8	38,0	44,0	8,9	-	-
108 Mongólia	67,9	-	18,0	15,9	5,0	64,0	82,1	14,0	80,6	29,0	47,0	8,7	-	-
110 Palestina, Estado da	41,2	49,6	-	-	4,8	51,0	70,8	9,0	71,5	49,0	59,0	4,1	-	-
111 Paraguai	73,4	17,8	15,0	-	5,8	71,0	85,6	12,0	85,5	48,0	38,0	11,5	2,0	5,1
112 Egito	51,3	54,1	7,0	24,1	4,1	57,0	64,7	22,0	61,0	63,0	58,0	1,2	0,0	0,1
113 Moldávia, República da	43,9	15,8	16,0	11,6	5,8	58,0	66,1	12,0	70,6	24,0	50,0	7,5	5,6	30,1
114 Filipinas	68,8	19,3	-	19,9	5,0	88,0	81,1	14,0	85,6	72,0	62,0	5,4	-	-
114 Usbequistão	62,8	-	-	15,8	5,1	90,0	87,3	26,0	93,8	-	80,0	3,1	2,3	7,0

TABELA 9 INTEGRAÇÃO SOCIAL

Classificação do IDH	EMPREGO, VULNERABILIDADE E EQUIDADE			PERCEÇÕES DO BEM-ESTAR INDIVIDUAL			PERCEÇÕES DA SOCIEDADE			SEGURANÇA HUMANA				
	Rácio emprego-população	Desemprego jovem	Trabalho infantil	Redução total do IDH devido à desigualdade	Satisfação global com a vida	Satisfação com a liberdade de escolha	Satisfação com o emprego	Confiança nas pessoas	Satisfação com a comunidade ^a	Confiança no governo nacional	Percepção de segurança	Taxa de homicídios	Taxa de suicídios (por 100 000 pessoas)	
	(% com 25 anos ou mais)	(% de idades entre 15-24 anos)	(% de idades entre 5-14 anos)	(%)	(0, pouco satisfeitos; 10, muito satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de respostas "sim")			(% de respostas "sim")	(por 100 000 pessoas)	Feminina	Masculina
	2011	2005–2011 ^b	2001–2010 ^a	2012	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2011	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2001–2010 ^a
116 Síria, República Árabe da	45,8	40,2	4,0	20,4	4,1	47,0	55,5	9,0	44,8	-	65,0	2,3	-	-
117 Micronésia, Estados Federados da	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,9	-	-
118 Guiana	61,0	50,0	16,0	19,1	6,0	66,0	-	-	74,8	46,0	47,0	18,6	13,4	39,0
119 Botsuana	73,8	-	9,0	-	3,6	82,0	45,9	9,0	56,5	74,0	31,0	14,5	-	-
120 Honduras	67,3	11,2	16,0	27,5	5,9	77,0	79,4	13,0	82,8	29,0	45,0	91,6	-	-
121 Indonésia	70,1	23,0	7,0	18,3	5,2	86,0	74,1	21,0	92,3	74,0	88,0	8,1	-	-
121 Quiribati	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,3	-	-
121 África do Sul	49,6	55,0	-	-	4,7	84,0	56,5	17,0	62,0	63,0	38,0	31,8	0,4	1,4
124 Vanuatu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,9	-	-
125 Quirguizistão	70,4	16,2	4,0	17,1	4,9	71,0	75,2	34,0	84,8	44,0	62,0	20,1	3,6	14,1
125 Tajiquistão	70,3	-	10,0	18,4	4,3	70,0	82,7	31,0	89,9	89,0	85,0	2,1	2,3	2,9
127 Vietname	81,3	-	16,0	14,0	5,8	61,0	71,8	26,0	70,1	77,0	67,0	1,6	-	-
128 Namíbia	57,4	63,8	-	43,5	4,9	76,0	-	-	76,5	82,0	33,0	17,2	-	-
129 Nicarágua	66,3	9,7	15,0	27,5	5,7	75,0	79,8	11,0	86,0	54,0	51,0	13,6	2,6	9,0
130 Marrocos	50,9	18,1	8,0	29,7	5,1	54,0	65,4	58,0	69,4	60,0	67,0	1,4	-	-
131 Iraque	41,9	-	11,0	-	5,0	30,0	64,2	15,0	66,7	37,0	41,0	2,0	-	-
132 Cabo Verde	66,7	-	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	11,6	-	-
133 Guatemala	69,7	7,1	21,0	33,1	6,3	74,0	79,8	15,0	85,7	36,0	41,0	38,5	1,7	5,6
134 Timor-Leste	62,8	-	4,0	33,0	-	-	-	-	-	-	-	6,9	-	-
135 Gana	81,3	-	34,0	32,2	5,6	85,0	63,8	19,0	68,9	68,0	78,0	15,7	-	-
136 Guiné Equatorial	86,5	-	28,0	-	-	-	-	-	-	-	-	20,7	-	-
136 Índia	61,0	11,5	12,0	29,3	4,6	80,0	71,2	20,0	82,6	58,0	70,0	3,4	7,8	13,0
138 Camboja	86,7	3,5	39,0	25,9	4,2	92,0	77,6	9,0	90,2	90,0	68,0	3,4	-	-
138 Laos, República Democrática Popular do	85,1	-	11,0	24,7	5,0	87,0	87,9	-	94,3	98,0	84,0	4,6	-	-
140 Butão	80,3	10,9	18,0	20,0	-	-	-	-	-	-	-	1,0	-	-
141 Suazilândia	55,9	-	9,0	35,4	-	-	55,1	-	62,3	-	-	12,9	-	-
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO														
142 Congo	78,8	-	25,0	31,1	4,5	76,0	56,4	-	67,1	48,0	58,0	30,8	-	-
143 Ilhas Salomão	73,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,7	-	-
144 São Tomé e Príncipe	-	-	8,0	31,7	-	-	-	-	-	-	-	1,9	-	-
145 Quênia	75,9	-	26,0	33,6	4,4	71,0	50,0	10,0	69,3	46,0	50,0	20,1	-	-
146 Bangladesh	74,0	13,6	13,0	27,4	5,0	78,0	76,4	15,0	91,3	79,0	80,0	2,7	-	-
146 Paquistão	55,4	10,5	-	30,9	5,3	34,0	73,2	20,0	83,6	28,0	46,0	7,8	-	-
148 Angola	75,8	-	24,0	43,9	4,2	69,0	65,2	-	49,8	61,0	53,0	19,0	-	-
149 Mianmar	83,4	-	-	-	-	-	-	-	80,4	-	-	10,2	-	-
150 Camarões	80,3	-	31,0	33,4	4,4	82,0	62,2	13,0	69,4	65,0	56,0	19,7	-	-
151 Madagáscar	90,5	2,8	28,0	30,7	4,4	54,0	38,0	-	72,0	65,0	53,0	8,1	-	-
152 Tanzânia, República Unida da	84,2	10,1	21,0	27,3	4,1	74,0	63,0	26,0	67,4	56,0	61,0	24,5	-	-
153 Nigéria	61,7	-	29,0	41,4	4,8	77,0	58,6	13,0	67,4	55,0	69,0	12,2	-	-
154 Senegal	76,3	20,1	22,0	33,0	3,8	64,0	42,2	28,0	52,1	30,0	55,0	8,7	-	-
155 Maurítânia	44,7	-	16,0	34,4	5,0	56,0	55,3	30,0	62,2	43,0	62,0	14,7	-	-
156 Papuásia - Nova Guiné	78,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13,0	-	-
157 Nepal	86,4	-	34,0	34,2	3,8	43,0	87,3	17,0	86,7	33,0	61,0	2,8	-	-
158 Lesoto	59,7	41,9	23,0	35,9	-	-	46,9	-	52,4	-	-	35,2	-	-
159 Togo	84,1	-	47,0	33,5	2,8	56,0	42,4	-	57,7	51,0	52,0	10,9	-	-
160 Iémen	50,9	-	23,0	32,3	3,7	59,0	54,3	27,0	51,9	39,0	67,0	4,2	-	-
161 Haiti	74,6	-	21,0	40,2	3,8	37,0	43,4	30,0	57,9	46,0	42,0	6,9	0,0	0,0
161 Uganda	86,9	5,4	25,0	33,6	4,2	73,0	50,1	17,0	69,7	52,0	42,0	36,3	-	-
163 Zâmbia	76,6	23,4	41,0	36,7	5,0	65,0	47,3	31,0	62,6	40,0	54,0	38,0	-	-
164 Djibouti	-	-	8,0	36,0	4,4	74,0	70,0	55,0	75,3	68,0	72,0	3,4	-	-
165 Gâmbia	81,1	-	25,0	-	-	-	-	-	-	-	-	10,8	-	-
166 Benim	80,6	-	46,0	35,8	3,7	76,0	46,7	-	66,8	78,0	58,0	15,1	-	-
167 Ruanda	92,3	-	35,0	33,9	4,0	82,0	58,6	30,0	74,3	95,0	92,0	17,1	-	-
168 Costa do Marfim	72,8	-	35,0	38,6	4,2	76,0	-	13,0	40,6	42,0	47,0	56,9	-	-
169 Comores	62,7	-	27,0	-	3,9	50,0	49,8	35,0	77,2	44,0	78,0	12,2	-	-
170 Malawi	92,0	-	26,0	31,4	5,1	88,0	50,9	33,0	80,8	83,0	55,0	36,0	-	-
171 Sudão	89,0	-	-	-	4,4	56,0	48,8	31,0	72,7	54,0	75,0	24,2	-	-
172 Zimbabué	89,0	-	-	28,5	4,8	63,0	58,6	15,0	68,4	43,0	39,0	14,3	-	-

Classificação do IDH	EMPREGO, VULNERABILIDADE E EQUIDADE				PERCEÇÕES DO BEM-ESTAR INDIVIDUAL			PERCEÇÕES DA SOCIEDADE			SEGURANÇA HUMANA			
	Rácio emprego-população	Desemprego jovem	Trabalho infantil	Redução total do IDH devido à desigualdade	Satisfação global com a vida	Satisfação com a liberdade de escolha	Satisfação com o emprego	Confiança nas pessoas	Satisfação com a comunidade*	Confiança no governo nacional	Percepção de segurança	Taxa de homicídios	Taxa de suicídios (por 100 000 pessoas)	
	(% com 25 anos ou mais)	(% de idades entre 15-24 anos)	(% de idades entre 5-14 anos)	(%)	(0, pouco satisfeitos; 10, muito satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de respostas "sim")	(% de respostas "sim")	(% de respostas "sim")	(% de respostas "sim")	(por 100 000 pessoas)	Feminina	Masculina
	2011	2005–2011 ^b	2001–2010 ^b	2012	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2011	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2007–2011 ^b	2001–2010 ^b	2001–2010 ^b
173 Etiópia	84,0	29,4	53,0	31,9	4,4	39,0	-	-	52,1	32,0	49,0	25,5	-	-
174 Libéria	72,1	6,6	21,0	35,3	4,2	82,0	63,0	12,0	63,4	54,0	38,0	10,1	-	-
175 Afeganistão	53,8	-	13,0	-	3,8	47,0	82,0	25,0	71,7	31,0	29,0	2,4	-	-
176 Guiné-Bissau	78,1	-	57,0	41,4	-	-	-	-	-	-	-	20,2	-	-
177 Serra Leoa	77,4	-	48,0	41,6	4,1	77,0	61,3	16,0	52,3	58,0	50,0	14,9	-	-
178 Burundi	88,5	-	19,0	-	3,8	49,0	64,7	38,0	76,0	85,0	65,0	21,7	-	-
178 Guiné	79,1	-	25,0	38,8	4,0	79,0	58,9	-	75,3	77,0	62,0	22,5	-	-
180 Centro-Africana, República	82,8	-	47,0	40,5	3,6	68,0	66,5	37,0	75,8	75,0	62,0	29,3	-	-
181 Eritreia	84,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17,8	-	-
182 Mali	56,0	-	36,0	-	3,8	75,0	54,9	45,0	63,9	71,0	80,0	8,0	-	-
183 Burquina Faso	86,0	4,6	38,0	34,2	4,0	58,0	60,1	26,0	78,2	55,0	62,0	18,0	-	-
184 Chade	77,0	-	48,0	40,1	3,7	54,0	72,0	21,0	70,1	39,0	30,0	15,8	-	-
185 Moçambique	90,1	-	22,0	32,7	5,0	64,0	63,1	-	83,1	63,0	42,0	8,8	-	-
186 Congo, República Democrática do	82,8	-	42,0	39,9	4,0	62,0	45,6	39,0	60,2	35,0	38,0	21,7	-	-
186 Níger	66,2	-	43,0	34,2	4,1	82,0	69,7	40,0	85,2	78,0	81,0	3,8	-	-
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS														
Coreia, República Popular Democrática da	78,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15,2	-	-
Marshall, Ilhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mónaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	-	-
Nauru	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,8	-	-
São Marino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Somália	59,9	-	49,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1,5	-	-
Sudão do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tuvalu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agrupamentos por IDH														
Desenvolvimento humano muito elevado	58,8	19,5	-	10,8	6,7	81,5	84,3	30,9	85,9	38,1	68,4	2,1	6,6	20,6
Desenvolvimento humano elevado	61,2	22,4	-	20,6	5,9	66,3	73,4	19,3	76,4	-	47,6	13,0	-	-
Desenvolvimento humano médio	68,4	-	-	24,2	4,9	77,8	71,4	-	79,9	-	73,4	3,9	-	-
Desenvolvimento humano baixo	72,2	-	29,7	33,5	4,5	61,8	63,4	-	72,2	50,8	57,7	14,6	-	-
Regiões														
Estados Árabes	52,6	-	-	25,4	4,8	54,6	63,9	24,9	67,6	-	62,9	4,5	-	-
Ásia Oriental e Pacífico	74,5	-	-	21,3	-	-	-	-	-	-	-	2,8	-	-
Europa e Ásia Central	58,4	20,9	-	12,9	5,3	58,5	71,0	21,5	76,5	43,9	53,5	5,5	6,9	35,4
América Latina e Caraíbas	67,2	19,6	8,5	25,7	6,5	77,9	-	-	79,0	47,1	42,0	22,2	2,1	8,1
Ásia do Sul	61,2	12,9	-	29,1	4,7	72,9	72,1	19,5	83,2	56,1	66,9	3,7	-	-
África subsariana	74,5	-	33,5	35,0	4,4	69,1	56,2	-	65,2	53,6	55,3	20,4	-	-
Países menos desenvolvidos														
	77,4	-	30,2	32,5	4,3	64,2	63,2	-	72,3	56,4	59,5	14,6	-	-
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento														
	65,9	-	-	29,2	-	-	-	-	-	-	-	14,6	-	-
Mundo	65,8	-	-	23,3	5,3	73,9	73,1	29,8	79,0	52,0	66,0	6,9	-	-

NOTAS

- a Com base na pergunta da Sondagem Gallup sobre a satisfação global com a autarquia.
- b Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.

DEFINIÇÕES

Rácio emprego-população: Percentagem da população com idade igual ou superior a 25 anos empregada.

Desemprego jovem: Percentagem da população ativa entre os 15 e os 24 anos que não exerce atividade profissional por conta de outrem ou independente, mas que está disponível para trabalhar e já tentou encontrar emprego remunerado ou trabalhar por conta própria.

Trabalho infantil: Percentagem de crianças entre os 5 e os 11 anos que, durante a semana de referência, realizaram pelo menos 1 hora de atividade económica ou pelo menos 28 horas de tarefas domésticas, ou de crianças entre os 12 e os 14 anos que, durante a semana de referência, realizaram pelo menos 14 horas de

atividade económica ou pelo menos 28 horas de tarefas domésticas.

Redução total do Índice de Desenvolvimento Humano devido à desigualdade: Perda no desenvolvimento humano potencial devida à desigualdade, calculada como diferença percentual entre o IDH e o IDHAD. Consultar a *Nota Técnica 2* para pormenores sobre o cálculo do IDHAD.

Satisfação global com a vida: Resposta média à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: Imagine uma escada, com degraus numerados de 0, na base, até 10, no topo. Suponha que lhe dizemos que o topo da escada representa a melhor vida possível para si e que a base da escada representa a pior vida possível para si. Em que degrau da escada diria sentir-se pessoalmente neste momento, presumindo que, quanto mais alto estivesse, melhor se sentiria com a sua vida, e quanto mais baixo pior se sentiria com a sua vida? Que degrau se aproxima mais da forma como se sente?

Satisfação com a liberdade de escolha: Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup "Neste país,

está satisfeito ou insatisfeito com a liberdade que possui de escolher o que fazer com a sua vida?"

Satisfação com o emprego: Percentagem de inquiridos que responderam "satisfeitos" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup "Está satisfeito ou insatisfeito com o seu emprego?"

Confiança nas pessoas: Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup "De uma forma geral, diria que se pode confiar na maioria das pessoas ou que é preciso ter cuidado?"

Satisfação com a comunidade: Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup "Neste momento, pensa que as condições económicas na cidade ou zona onde vive estão, no seu conjunto, a melhorar ou a piorar?"

Confiança no governo nacional: Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "No seu país, confia no governo nacional?"

Percepção de segurança: Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem

Mundial da Gallup "Sente-se seguro(a) ao caminhar sozinho(a) à noite na cidade ou zona onde vive?"

Taxa de homicídios: Número de homicídios premeditados - ou seja, mortes ilegais causadas propositalmente a uma pessoa por outra -, expresso por 100 000 pessoas.

Taxa de suicídios: Número total estimado de mortes provocadas por ferimentos autoinfligidos, na população total ou num grupo específico definido pelo sexo ou pela idade, dividido pelo número total de população de referência, expresso por 100 000 pessoas.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Coluna 1 e 2: OIT (2012).

Coluna 3: UNICEF (2012).

Coluna 4: Cálculo baseado nos valores do IDH e IDHAD das tabelas 1 e 3.

Colunas 5-11: Gallup (2012).

Coluna 12: UNODC (2012).

Colunas 13 e 14: OMS (2012c).

10 Fluxos comerciais internacionais de produtos e serviços

Classificação do IDH	COMÉRCIO DE PRODUTOS ^a				COMÉRCIO DE SERVIÇOS				COMPOSIÇÃO DOS PRODUTOS COMERCIAIS					
	Exportação de produtos comerciais		Importação de produtos comerciais		Exportação de serviços		Importação de serviços		% das exportações de produtos		% das importações de produtos		Partes e componentes ^b	
	(milhares de milhões de USD)	(% do PIB)	(milhares de milhões de USD)	(% do PIB)	(milhares de milhões de USD)	(% do PIB)	(milhares de milhões de USD)	(% do PIB)	Exportações de produtos agrícolas	Exportações de produtos transformados	Importações de produtos agrícolas	Importações de produtos transformados	(% de exportações de produtos transformados)	(% de importações de produtos transformados)
	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO														
1 Noruega	130,7	33,0	77,3	19,5	39,7	10,0	42,8	10,8	7,8	18,6	9,4	75,1	37,0	21,5
2 Austrália	206,7	20,1	187,9	18,3	48,5	4,7	51,5	5,0	13,1	12,8	5,9	72,4	24,2	21,6
3 Estados Unidos	1.121,8	7,9	1.966,5	13,9	544,4	3,9	402,0	2,8	12,3	65,2	5,9	68,8	30,3	28,8
4 Países Baixos	492,6	62,9	440,0	56,2	95,4	12,2	85,2	10,9	16,2	56,5	11,4	56,5	26,0	28,9
5 Alemanha	1.271,1	38,8	1.066,8	32,5	237,6	7,2	263,2	8,0	6,0	81,8	8,6	67,4	28,1	32,0
6 Nova Zelândia	29,7	22,9	30,2	23,3	8,7	6,7	9,1	7,1	65,6	20,3	11,2	70,0	16,0	18,6
7 Irlanda	118,3	55,3	60,5	28,3	97,1	45,4	108,4	50,7	9,7	84,2	13,0	66,4	13,5	22,6
7 Suécia	158,4	36,5	148,8	34,3	64,4	14,8	48,5	11,2	8,8	74,5	10,2	69,2	28,6	31,1
9 Suíça	195,6	38,3	176,3	34,5	83,6	16,4	39,6	7,8	4,1	87,6	6,8	79,6	15,9	16,9
10 Japão	769,8	14,6	692,6	13,2	141,5	2,7	157,6	3,0	1,3	88,3	11,2	50,0	36,0	31,8
11 Canadá	362,1	24,8	388,3	26,6	69,2	4,7	91,3	6,3	14,2	46,7	8,2	74,7	22,7	29,5
12 Coreia, República da	466,4	50,6	425,2	46,1	-	-	-	-	2,0	88,3	6,3	56,4	36,8	35,3
13 Hong Kong, China (RAE)	14,8	6,8	441,4	203,9	-	-	-	-	5,7	46,3	4,7	84,7	18,1	56,9
13 Islândia	4,6	37,3	3,9	31,9	2,5	20,0	2,2	17,7	41,9	14,6	12,2	58,8	8,9	29,0
15 Dinamarca	96,5	31,0	84,5	27,1	59,9	19,2	50,7	16,3	21,3	60,4	16,0	72,7	22,1	22,8
16 Israel	58,4	28,4	59,2	28,7	24,7	12,0	18,1	8,8	4,0	65,4	8,5	57,4	28,7	24,1
17 Bélgica	411,1	87,5	389,5	82,9	83,3	17,7	78,5	16,7	10,3	70,7	9,8	66,9	13,5	17,6
18 Áustria	144,9	38,2	150,6	39,7	54,5	14,4	36,9	9,7	8,7	79,5	9,5	72,5	30,2	27,0
18 Singapura	351,9	180,9	310,8	159,8	112,3	57,7	96,5	49,6	2,2	72,1	3,5	64,7	64,5	61,4
20 França	511,7	19,8	592,1	22,9	143,7	5,6	129,8	5,0	12,9	78,2	9,9	73,1	26,5	25,8
21 Finlândia	70,1	29,5	68,8	28,9	24,6	10,3	21,7	9,1	8,5	76,5	9,6	60,5	23,1	26,2
21 Eslovênia	24,4	50,9	26,5	55,2	5,8	12,0	4,4	9,1	6,0	84,8	11,2	69,1	25,6	26,4
23 Espanha	246,3	17,3	315,5	22,2	124,1	8,7	87,1	6,1	16,2	71,9	11,8	65,3	21,3	26,7
24 Listenstaine	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25 Itália	446,8	21,5	487,0	23,5	98,3	4,7	110,1	5,3	8,6	81,7	11,3	63,0	24,2	23,0
26 Luxemburgo	13,8	26,4	20,3	38,8	67,5	128,6	37,3	71,2	11,3	79,3	12,3	63,3	19,0	17,7
26 Reino Unido	405,9	18,4	559,3	25,3	237,9	10,8	168,8	7,6	7,0	68,2	10,9	67,1	26,0	26,1
28 República Checa	132,1	67,1	125,7	63,8	21,7	11,0	18,2	9,2	5,3	86,4	6,7	76,9	40,6	43,2
29 Grécia	21,7	7,0	63,9	20,6	37,5	12,1	20,2	6,5	27,5	49,1	13,4	59,2	14,7	12,5
30 Brunei Darussalam	-	-	-	-	1,1 ^d	7,9	1,4 ^d	12,4	-	-	-	-	-	-
31 Chipre	0,8	3,2	8,6	37,0	11,5	49,5	4,2	17,9	36,1	50,2	15,6	61,6	34,2	14,6
32 Malta	3,7	45,7	5,7	70,5	4,0	49,0	2,6	31,6	5,3	67,6	11,3	62,6	60,4	37,1
33 Andorra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33 Estónia	12,8	67,3	13,2	69,4	4,5	23,7	2,8	14,6	15,2	62,2	13,6	63,8	24,9	27,1
35 Eslováquia	64,0	73,4	64,0	73,5	-	-	-	-	5,6	86,3	7,7	75,5	26,6	43,9
36 Qatar	48,3	43,0	-	-	2,3	2,0	6,2	5,5	0,1	6,8	-	-	0,9	-
37 Hungria	94,7	74,0	87,4	68,3	19,1	14,9	15,9	12,4	8,1	81,7	5,8	71,8	50,1	51,6
38 Barbados	0,2	6,1	1,2	31,1	1,5	38,1	0,8	19,6	33,5	63,9	26,7	70,0	15,7	16,7
39 Polónia	157,1	34,9	174,1	38,7	32,5	7,2	29,0	6,4	12,0	79,1	9,4	74,2	30,6	29,2
40 Chile	70,9	36,5	59,4	30,5	10,8	5,6	11,8	6,1	22,2	12,0	7,7	68,7	9,7	19,3
41 Lituânia	20,8	56,9	23,4	63,9	4,1	11,3	2,8	7,7	19,7	54,0	14,2	49,9	13,4	16,4
41 Emiratos Árabes Unidos	-	-	-	-	11,7	4,1	41,7	14,7	-	-	-	-	-	-
43 Portugal	48,7	21,2	75,6	32,8	23,3	10,1	14,4	6,2	13,9	73,1	15,1	66,7	24,8	22,1
44 Letónia	8,9	35,5	11,1	44,7	3,7	14,7	2,2	8,8	30,0	57,6	16,3	59,1	13,7	16,0
45 Argentina	68,2	20,2	56,8	16,8	13,2	3,9	14,1	4,2	50,8	32,2	3,7	84,4	13,1	29,1
46 Seicheles	-	-	-	-	0,4	47,7	0,3	36,8	-	-	-	-	-	-
47 Croácia	11,8	19,0	20,1	32,3	11,0	17,7	3,5	5,6	15,0	68,0	11,5	67,2	24,6	17,2
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO														
48 Barain	15,5	73,3	16,0	75,7	4,0	19,2	1,9	9,0	1,9	5,6	8,1	38,8	1,4	25,1
49 Bahamas	0,3	3,9	2,9	37,0	-	-	-	-	25,6	63,4	19,3	52,9	0,0	14,1
50 Bielorrússia	25,2	48,3	34,9	66,7	4,5	8,6	2,9	5,5	14,7	52,9	9,4	47,5	10,7	20,2
51 Uruguai	5,4 ^d	15,4	6,9 ^d	19,8	2,5	7,1	1,4	4,1	73,5	23,7	12,2	62,5	10,5	15,6
52 Montenegro	-	-	-	-	1,0	24,0	0,4	9,7	-	-	-	-	-	-
52 Palau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
54 Koweit	50,3	43,8	-	-	7,7	6,7	13,6	11,8	0,4	6,2	-	-	3,4	-
55 Federação Russa	400,1	29,5	248,7	18,4	44,3	3,3	73,5	5,4	4,1	14,1	14,0	68,6	9,7	21,7
56 Roménia	49,4	30,6	62,0	38,4	8,6	5,3	9,4	5,8	10,1	78,5	9,1	75,3	37,0	32,6
57 Bulgária	20,6	42,8	25,4	52,7	7,0	14,5	4,5	9,3	17,5	49,3	10,6	54,9	22,1	20,4
57 Arábia Saudita	245,9	59,4	106,9	25,8	10,7	2,6	76,8	18,5	1,2	11,0	16,5	76,1	2,7	23,0

Classificação do IDH	COMÉRCIO DE PRODUTOS ^a				COMÉRCIO DE SERVIÇOS				COMPOSIÇÃO DOS PRODUTOS COMERCIAIS					
	Exportação de produtos comerciais		Importação de produtos comerciais		Exportação de serviços		Importação de serviços		% das exportações de produtos		% das importações de produtos		Partes e componentes ^b	
	(milhares de milhões de USD)	(% do PIB ^f)	(milhares de milhões de USD)	(% do PIB ^f)	(milhares de milhões de USD)	(% do PIB ^f)	(milhares de milhões de USD)	(% do PIB ^f)	Exportações de produtos agrícolas	Exportações de produtos transformados	Importações de produtos agrícolas	Importações de produtos transformados	(% de exportações de produtos transformados)	(% de importações de produtos transformados)
	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010
59 Cuba	-	-	-	-	8,0 ^d	-	1,4 ^d	-	-	-	-	-	-	-
59 Panamá	0,7	2,8	16,7	65,8	6,1	24,0	2,8	10,9	67,6	11,9	8,2	89,7	0,1	11,8
61 México	298,3	31,0	301,5	31,4	15,4	1,6	25,6	2,7	6,3	74,5	7,8	79,5	40,3	46,2
62 Costa Rica	9,0	27,6	13,9	42,4	4,2	12,7	1,8	5,4	37,3	60,7	10,1	73,0	43,9	31,8
63 Granada	-	-	0,3 ^d	36,2	0,1	17,7	0,1	13,0	-	-	25,8	58,8	-	14,1
64 Líbia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
64 Malásia	198,8	92,3	164,5	76,3	34,0	15,8	33,7	15,6	14,5	67,0	9,8	73,2	54,5	54,5
64 Sérvia	-	-	-	-	3,5	9,0	3,5	9,0	-	-	-	-	-	-
67 Antígua e Barbuda	0,0	0,2	0,5	42,3	0,5	43,2	0,2	18,8	50,7	47,6	22,5	48,3	0,0	23,1
67 Trindade e Tobago	10,0	49,1	6,5	31,9	0,9	4,2	0,4	2,1	2,6	31,0	11,9	49,9	1,0	20,0
69 Cazaquistão	-	-	-	-	4,2	3,2	11,3	8,6	-	-	-	-	-	-
70 Albânia	1,5	12,9	4,6	38,4	2,2	18,7	2,0	16,8	6,9	62,0	19,0	63,6	5,7	12,5
71 Venezuela, República Bolivariana da	67,0	18,5	32,3	9,0	-	-	-	-	0,2	4,0	16,7	80,8	7,2	25,0
72 Dominica	0,0	5,9	0,2	47,1	0,1	24,7	0,1	13,2	27,1	66,0	25,1	57,1	0,9	16,2
72 Geórgia	1,3	11,5	5,1	45,5	1,6	14,3	1,1	9,7	21,5	46,3	18,9	60,2	6,0	13,3
72 Líbano	4,3	11,5	18,0	48,6	15,3	41,3	13,0	35,2	12,6	54,6	16,7	54,8	18,4	11,7
72 São Cristóvão e Nevis	0,0	3,9	0,3	39,6	-	-	-	-	12,7	87,2	21,6	73,7	87,8	17,5
76 Irão, República Islâmica do	83,8	25,3	54,7	16,5	-	-	-	-	6,5	15,6	17,6	70,0	4,3	21,3
77 Peru	35,2	25,1	30,0	21,4	4,0	2,8	6,0	4,3	16,9	10,9	12,0	72,5	4,5	17,9
78 Antiga República Jugoslava da Macedónia	2,7 ^d	29,2	5,0 ^d	54,7	-	-	-	-	25,4	69,0	17,4	74,8	7,0	11,8
78 Ucrânia	51,4	40,7	60,7	48,0	17,1	13,5	12,2	9,7	20,4	63,7	10,3	52,9	13,9	16,9
80 Maurícia	1,5	16,1	4,4	47,5	2,7	29,1	2,0	21,4	39,5	56,3	23,1	54,6	1,6	15,6
81 Bósnia-Herzegovina	4,8	28,5	9,2	54,7	1,3	7,6	0,6	3,5	13,2	54,7	19,7	57,8	27,6	15,6
82 Azerbaijão	21,3	43,8	6,6	13,6	2,1	4,3	3,8	7,8	2,8	2,5	20,2	76,3	6,0	23,1
83 São Vicente e Granadinas	0,0	5,2	0,4	56,3	-	-	-	-	82,4	15,7	24,0	53,3	0,2	15,1
84 Omã	31,6	60,4	19,8	37,8	1,8	3,4	6,5	12,5	2,6	10,5	12,7	73,3	8,6	21,9
85 Brasil	197,4	10,5	179,7	9,6	31,8	1,7	62,6	3,3	34,8	35,8	6,0	73,9	22,8	30,7
85 Jamaica	1,2	9,5	5,2	39,7	2,6	20,0	1,8	13,9	24,8	7,9	18,7	48,7	1,5	14,5
87 Arménia	0,9	9,6	3,7	41,5	0,8	8,5	1,0	11,1	17,3	21,2	18,6	52,5	10,4	17,1
88 Santa Lúcia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89 Equador	17,5	31,8	20,6	37,4	1,4	2,5	3,0	5,4	34,1	9,6	9,4	67,8	12,9	17,4
90 Turquia	114,0	16,9	185,5	27,6	34,4	5,1	19,7	2,9	10,9	77,7	6,9	62,5	14,8	21,3
91 Colômbia	39,5	15,0	40,5	15,4	4,4	1,7	8,0	3,0	14,6	21,0	11,1	80,9	8,4	17,3
92 Sri Lanka	8,3	18,1	12,4	27,0	2,5	5,4	3,1	6,8	30,8	61,2	16,7	61,8	5,5	13,7
93 Argélia	57,1	38,0	41,0	27,3	3,6	2,4	11,9	7,9	0,6	0,8	17,9	78,4	2,9	20,5
94 Tunísia	16,4	37,4	22,2	50,6	5,8	13,2	3,3	7,6	8,2	76,0	11,5	72,3	28,9	26,8
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO														
95 Tonga	0,0	2,4	0,2	47,0	0,0	12,2	0,0	13,5	90,6	7,6	31,3	44,8	0,2	16,3
96 Belize	0,3	20,5	0,7	50,9	0,4	25,7	0,2	11,8	62,3	1,3	17,4	60,9	0,3	12,3
96 República Dominicana	4,8	9,7	15,1	30,8	5,1	10,3	2,1	4,4	28,5	67,6	14,6	59,4	10,4	18,7
96 Fiji, Ilhas	0,6	18,6	1,8	60,2	0,7 ^d	23,3	0,5 ^d	14,9	62,2	22,1	18,7	48,1	5,7	19,1
96 Samoa	0,1	10,6	0,3	55,3	0,2	28,3	0,1	15,5	21,5	78,2	26,9	54,0	97,8	17,4
100 Jordânia	5,9	23,6	15,3	60,8	5,2	20,5	4,3	17,0	16,5	72,0	17,6	56,3	5,4	18,4
101 China, República Popular da	1.577,8	28,9	1.289,1	23,6	171,2	3,1	193,3	3,5	3,3	93,4	8,4	60,9	28,7	44,8
102 Turquemenistão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
103 Tailândia	195,3	67,0	180,1	61,8	34,0	11,7	45,9	15,7	18,0	71,6	6,6	66,2	38,1	40,9
104 Maldivas	0,1	3,7	1,1	54,5	0,8	38,3	0,3	15,3	96,2	0,1	24,6	50,2	0,0	21,1
105 Suriname	2,0	49,2	1,4	33,9	0,2	5,9	0,3	6,3	2,9	1,9	15,3	63,7	27,8	18,3
106 Gabão	5,4 ^d	44,4	2,5 ^d	20,7	0,4	3,3	1,9	15,9	9,6	4,2	17,6	74,1	30,3	26,1
107 El Salvador	4,5	21,4	8,5	40,3	1,0	4,6	1,1	5,1	21,9	71,5	18,5	63,8	7,8	14,1
108 Bolívia, Estado Plurinacional da	7,0	37,7	5,6	30,3	-	-	-	-	16,1	6,3	8,4	78,1	2,6	12,3
108 Mongólia	-	-	-	-	0,5	9,0	0,8	14,5	-	-	-	-	-	-
110 Palestina, Estado da	0,4 ^d	-	4,0 ^d	-	-	-	-	-	17,2	66,9	22,9	43,8	1,5	10,1
111 Paraguai	4,5	27,8	10,0	61,6	1,5	9,2	0,7	4,4	88,5	10,7	8,1	79,4	7,4	20,1
112 Egipto	26,3	12,9	53,0	26,0	-	-	-	-	19,5	41,7	22,4	59,9	8,4	18,1
113 Moldávia, República da	0,9	16,6	3,9	68,5	-	-	-	-	73,0	22,6	16,2	62,4	8,2	15,6
114 Filipinas	51,5	28,0	58,5	31,8	13,2	7,2	11,3	6,1	8,0	85,1	11,7	66,8	72,8	58,4
114 Usbequistão	-	-	-	-	1,1	3,1	0,6	1,7	-	-	-	-	-	-
116 Síria, República Árabe da	11,4	20,1	17,6	31,1	5,2	8,5	-	-	22,7	24,7	23,4	54,1	6,6	16,0
117 Micronésia, Estados Federados da	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

TABELA 10 FLUXOS COMERCIAIS INTERNACIONAIS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Classificação do IDH	COMÉRCIO DE PRODUTOS*				COMÉRCIO DE SERVIÇOS				COMPOSIÇÃO DOS PRODUTOS COMERCIAIS					
	Exportação de produtos comerciais		Importação de produtos comerciais		Exportação de serviços		Importação de serviços		% das exportações de produtos		% das importações de produtos		Partes e componentes ^b	
	(milhares de milhões de USD)	(% do PIBF)	(milhares de milhões de USD)	(% do PIBF)	(milhares de milhões de USD)	(% do PIBF)	(milhares de milhões de USD)	(% do PIBF)	Exportações de produtos agrícolas	Exportações de produtos transformados	Importações de produtos agrícolas	Importações de produtos transformados	(% de exportações de produtos transformados)	(% de importações de produtos transformados)
	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010
118 Guiana	0,9	43,2	1,4	67,6	0,3	12,7	0,3	16,3	49,0	3,8	15,3	54,8	2,1	15,5
119 Botsuana	4,7	35,5	5,7	42,8	0,8	6,1	1,2	9,3	5,2	10,5	13,2	57,2	16,3	21,8
120 Honduras	2,6 ^d	17,8	6,0 ^d	40,4	1,0	6,9	1,3	9,0	53,1	33,8	20,1	59,9	18,3	15,0
121 Indonésia	157,8	25,3	135,5	21,7	16,8	2,7	26,1	4,2	22,8	37,0	11,5	63,4	18,8	32,9
121 Quiribati	0,0	2,8	0,1	52,4	-	-	-	-	68,3	27,6	41,7	32,0	0,1	18,3
121 África do Sul	71,5	22,1	79,9	24,7	14,0	4,3	18,5	5,7	11,0	43,2	6,8	64,1	15,0	27,3
124 Vanuatu	-	-	-	-	0,2 ^d	38,2	0,1 ^d	16,8	-	-	-	-	-	-
125 Quirguizistão	1,3	27,4	3,2	68,0	-	-	-	-	17,1	18,6	18,1	53,9	14,6	12,8
125 Tajiquistão	-	-	-	-	0,2	3,9	0,4	7,4	-	-	-	-	-	-
127 Vietname	72,2 ^d	71,1	84,8 ^d	83,5	-	-	-	-	23,3	64,0	12,1	71,9	19,0	23,6
128 Namíbia	5,8	58,3	6,0	59,6	0,9	8,5	0,7	7,0	25,5	23,3	15,5	69,6	6,7	16,4
129 Nicarágua	1,8	28,9	4,2	65,5	0,5	7,4	0,7	10,8	78,7	6,3	17,1	60,8	5,7	14,5
130 Marrocos	17,8	19,6	35,4	38,9	12,5	13,8	7,4	8,2	20,6	63,4	13,6	59,9	28,2	21,5
131 Iraque	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
132 Cabo Verde	0,0	2,9	0,7	44,8	0,5	31,3	0,4	23,2	81,6	17,5	29,1	57,8	0,0	18,2
133 Guatemala	8,5	21,4	13,8	35,0	2,2	5,6	2,4	6,0	46,3	42,6	14,6	66,0	3,0	15,7
134 Timor-Leste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
135 Gana	5,2	18,0	8,1	27,7	1,5	5,1	3,0	10,3	24,2	7,3	16,4	81,3	8,9	19,0
136 Guiné Equatorial	-	-	-	-	0,1	0,5	2,2	16,7	-	-	-	-	-	-
136 Índia	220,4	14,5	350,0	23,0	123,8	8,1	116,8	7,7	10,5	52,4	5,1	36,9	14,5	29,8
138 Camboja	5,6	51,7	4,9	45,3	1,8	17,0	1,2	10,8	3,7	96,1	8,6	79,4	0,2	7,3
138 Laos, República Democrática Popular do	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
140 Butão	0,4	29,7	0,9	61,4	0,1 ^d	4,2	0,1 ^d	5,3	7,4	69,5	13,7	60,8	0,0	19,1
141 Suazilândia	-	-	-	-	0,2	7,2	0,6	17,6	-	-	-	-	-	-
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO														
142 Congo	6,9	64,1	4,4	40,5	-	-	-	-	2,1	30,2	7,4	86,7	2,5	9,1
143 Ilhas Salomão	0,2	32,9	0,4	65,6	0,1	14,7	0,2	28,8	29,2	0,1	18,7	20,1	14,5	21,6
144 São Tomé e Príncipe	0,0	3,2	0,1	56,4	0,0 ^d	5,3 ^d	0,0 ^d	9,6 ^d	95,3	4,7	30,6	52,0	20,1	13,5
145 Quênia	5,2	16,5	12,1	38,5	3,7	11,7	2,0	6,4	57,6	33,9	13,6	62,8	6,3	16,1
146 Bangladesh	-	-	-	-	2,4	2,6	4,4	4,6	-	-	-	-	-	-
146 Paquistão	21,0	12,4	37,5	22,1	6,4	3,8	7,1	4,2	18,8	74,0	18,0	48,4	0,6	17,1
148 Angola	-	-	-	-	0,6	0,8	17,3	22,0	-	-	-	-	-	-
149 Mianmar	7,6	-	4,2	-	0,3	-	0,7	-	30,2	5,5	8,7	67,9	2,3	14,3
150 Camarões	3,9	17,4	5,1	22,9	1,2	5,2	1,7	7,8	39,2	6,9	19,3	51,3	18,6	17,5
151 Madagascar	0,9	11,0	2,5	29,6	1,0 ^d	9,9	1,2 ^d	14,2	29,9	46,7	14,6	69,6	1,5	22,5
152 Tanzânia, República Unida da	3,9	17,7	8,0	36,2	-	-	-	-	29,6	17,2	10,8	60,5	8,0	15,0
153 Nigéria	86,6	47,3	44,2	24,2	3,1	1,7	22,3	12,2	5,0	6,7	11,0	86,5	8,0	24,0
154 Senegal	2,2	16,9	4,8	37,3	1,1	8,9	1,1	8,9	27,2	36,4	23,9	44,4	3,2	15,9
155 Mauritânia	0,7	21,9	1,7	52,0	0,2	4,8	0,8	23,2	38,4	0,0	19,9	52,8	0,0	30,7
156 Papuásia - Nova Guiné	-	-	-	-	0,2	2,4	2,8	32,7	-	-	-	-	-	-
157 Nepal	0,8	5,8	5,1	35,5	0,7	4,7	0,9	6,0	23,0	72,3	13,4	56,5	3,0	15,5
158 Lesoto	0,6	32,3	1,4	69,7	0,0	2,5	0,5	26,5	12,9	84,7	30,4	57,8	8,4	16,2
159 Togo	0,4	13,9	1,0	31,3	0,3	8,6	0,3	11,0	18,8	70,2	17,0	67,2	0,3	12,1
160 Iémen	6,2 ^d	22,1	9,3 ^d	33,0	-	-	-	-	6,8	1,1	31,6	46,7	5,3	13,7
161 Haiti	-	-	-	-	0,4	5,8	0,9	13,6	-	-	-	-	-	-
161 Uganda	1,2	7,0	4,7	28,3	1,3	7,9	1,8	11,1	74,0	22,8	13,5	65,3	2,7	18,0
163 Zâmbia	7,2	49,7	5,3	36,7	0,3	2,2	0,9	6,5	6,8	8,7	5,3	61,7	14,0	18,5
164 Djibouti	0,2 ^d	15,0	0,6 ^d	61,7	0,3 ^d	30,7	0,1 ^d	12,2	0,5	92,7	30,1	62,7	47,0	19,0
165 Gâmbia	0,0	3,4	0,3	28,0	-	-	-	-	79,0	10,5	35,9	42,9	5,7	22,2
166 Benim	0,4	6,6	1,5	22,7	0,3	5,3	0,4	6,6	84,4	14,7	35,5	43,1	4,8	8,0
167 Ruanda	0,2 ^d	4,4	1,1 ^d	20,5	0,4	6,9	0,6	11,0	52,9	20,8	14,9	75,8	3,0	17,5
168 Costa do Marfim	10,3	44,8	7,8	34,2	-	-	-	-	58,1	16,1	20,1	54,9	5,8	11,7
169 Comores	-	-	-	-	0,1	11,3	0,1	17,9	-	-	-	-	-	-
170 Malauí	1,1	21,8	2,2	44,4	0,1	1,7	0,4	7,7	79,8	9,0	14,8	74,1	11,6	10,1
171 Sudão	9,0 ^d	14,9	8,6 ^d	14,1	0,3	0,4	2,9	4,8	6,2	0,4	16,1	78,9	4,4	16,8
172 Zimbabué	3,2	48,1	9,1	136,0	0,2	3,6	0,4	6,6	24,7	29,5	20,7	49,2	1,9	11,3
173 Etiópia	2,3	7,4	8,6	27,9	2,4	7,6	2,5	8,2	82,7	8,2	11,5	68,8	17,7	18,8
174 Libéria	-	-	-	-	0,2	16,9	1,1	115,7	-	-	-	-	-	-
175 Afeganistão	0,4	2,5	5,2	32,8	-	-	-	-	50,8	19,6	13,7	19,1	0,0	27,1

Classificação do IDH	COMÉRCIO DE PRODUTOS ^a				COMÉRCIO DE SERVIÇOS				COMPOSIÇÃO DOS PRODUTOS COMERCIAIS					
	Exportação de produtos comerciais		Importação de produtos comerciais		Exportação de serviços		Importação de serviços		% das exportações de produtos		% das importações de produtos		Partes e componentes ^b	
	(milhares de milhões de USD)	(% do PIB) ^f	(milhares de milhões de USD)	(% do PIB) ^f	(milhares de milhões de USD)	(% do PIB) ^f	(milhares de milhões de USD)	(% do PIB) ^f	Exportações de produtos agrícolas	Exportações de produtos transformados	Importações de produtos agrícolas	Importações de produtos transformados	(% de exportações de produtos transformados)	(% de importações de produtos transformados)
	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010
176 Guiné-Bissau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
177 Serra Leoa	-	-	-	-	0,1	3,2	0,1	7,6	-	-	-	-	-	-
178 Burundi	0,1	6,2	0,4	21,0	0,1	4,1	0,2	8,8	76,8	5,3	15,1	81,7	16,1	13,9
178 Guiné	-	-	-	-	0,1	1,4	0,4	8,9	-	-	-	-	-	-
180 Centro-Africana, República	0,1 ^d	4,5	0,2 ^d	10,6	0,1	3,3	0,2	8,7	37,4	3,1	30,2	67,2	13,2	18,4
181 Eritreia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
182 Mali	1,9	21,0	4,7	51,2	0,4	3,8	0,9	9,8	14,2	3,7	12,1	61,3	11,0	21,3
183 Burkina Faso	1,3	15,0	2,0	23,9	0,1	1,4	0,6	7,1	28,0	2,9	15,9	61,3	13,3	15,7
184 Chade	-	-	-	-	0,2	2,0	2,4	30,4	-	-	-	-	-	-
185 Moçambique	2,2	23,3	3,6	37,7	0,6	6,9	1,1	12,1	20,1	2,0	12,6	49,6	20,9	17,4
186 Congo, República Democrática do	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
186 Níger	0,5	9,1	2,3	43,0	0,1	2,5	1,1	19,8	20,7	11,9	17,3	69,3	2,6	18,3
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS														
Coreia, República Popular Democrática da	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marshall, Ilhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mónaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nauru	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Marino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Somália	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudão do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agrupamentos por IDH														
Desenvolvimento humano muito elevado	8.889,2	21,6	9.960,0	24,2	2.682,8	6,6	2.333,0	5,8	9,4	70,1	8,5	67,4	29,5	30,6
Desenvolvimento humano elevado	2.088,2	26,8	1.769,7	23,2	302,6	4,0	426,9	5,9	10,5	37,4	11,3	71,6	30,0	30,4
Desenvolvimento humano médio	2.475,3	27,0	2.409,2	26,2	418,1	4,7	446,8	5,1	7,9	79,9	8,7	59,0	28,5	38,8
Desenvolvimento humano baixo	188,8	24,9	210,0	27,9	29,1	3,3	82,6	9,8	18,0	19,4	14,1	66,9	3,8	18,9
Regiões														
Estados Árabes	546,6	38,9	367,5	-	86,4	5,8	-	-	4,4	17,8	16,7	70,5	12,5	21,0
Ásia Oriental e Pacífico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Europa e Ásia Central	1.226,6	33,5	1.218,4	33,1	251,7	6,6	232,3	6,2	8,5	54,9	10,3	68,3	28,7	29,1
América Latina e Caraíbas	857,8	18,9	842,6	18,5	120,0	2,7	151,8	3,6	21,0	42,0	8,5	76,3	31,5	32,3
Ásia do Sul	335,2	14,2	466,8	23,3	136,6	7,4	132,7	7,2	10,6	44,8	8,7	44,2	11,8	26,1
África subsariana	237,5	28,3	246,3	29,1	39,6	4,3	93,5	10,3	15,7	21,5	11,4	69,1	12,4	22,2
Países menos desenvolvidos														
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	-	-	-	-	16,8	3,5	49,9	11,0	-	-	-	-	-	-
Mundo	13.641,6	23,2	14.348,9	24,5	3.432,6	5,9	3.289,3	5,7	9,4	66,5	9,0	66,6	29,2	31,6

NOTAS

- a** Todos os dados relativos ao comércio de mercadorias têm por base a Nomenclatura do Sistema Harmonizado de 1996 ao nível dos seis dígitos; para efeitos de definição, são consentâneos com a Classificação Normalizada do Comércio Internacional com recurso a tabelas de correspondência.
- b** Para a metodologia da classificação de partes e componentes, ver Athukorala (2012) e a respetiva versão do documento de reflexão citada.
- c** Média do PIB em dólares correntes para 2009 e 2010.
- d** Referente a 2009.

DEFINIÇÕES

Exportação de produtos comerciais: Produtos subtraídos ao conjunto de recursos materiais de um país por deixarem o seu território económico.

Importação de produtos comerciais: Produtos adicionados ao conjunto de recursos materiais de um país por entrarem o seu território económico.

Exportação de serviços: Exportação de uma gama heterogénea de produtos e atividades incorpóreas que altera as condições das unidades consumidoras ou facilita a troca de produtos ou de ativos financeiros.

Importação de serviços: Importação de uma gama heterogénea de produtos e atividades

incorpóreas que altera as condições das unidades consumidoras ou facilita a troca de produtos ou de ativos financeiros.

Percentagem de exportações de produtos: Percentagem de exportações de produtos agrícolas ou transformados: exportação de produtos agrícolas ou transformados expressa em percentagem do total das mercadorias exportadas.

Percentagem das importações de produtos: Percentagem de importações de produtos agrícolas ou transformados: importação de produtos agrícolas ou transformados expressa em percentagem do total das mercadorias importadas.

Partes e componentes: Produtos intermédios a utilizar na produção de produtos transformados

para o consumo final, expressos em percentagem das exportações e importações de produtos transformados.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1, 3, e 9-14: UNSD (2012b).

Colunas 2 e 4: Cálculos do GRDH baseados no UNSD (2012b) e no Banco Mundial (2012a).

Colunas 5 e 7: CNUCED (2012).

Colunas 6 e 8: Cálculos do GRDH baseados na CNUCED (2012) e no Banco Mundial (2012a).

Fluxos financeiros e migrações internacionais

Classificação do IDH	FLUXOS FINANCEIROS					MOBILIDADE HUMANA						
	Investimento direto estrangeiro, entradas líquidas	Ajuda pública ao desenvolvimento líquida recebida ^a	Fluxos de capitais privados	Remessas dos migrantes (% do PIB)		Reservas totais exceto ouro	Migrações			Turismo recetor internacional	Tráfego internacional de chamadas telefônicas (minutos por pessoa)	
				Entradas	Saídas		% de emigrantes ^b	% de imigrantes	Índice líquido de migração		Recebidas	Efetuadas
	(% do PIB)	(% do RNB)	(% do PIB)			(% do PIB)	(% da população)	(por 1.000 pessoas)	(milhares)	2005–2010 ^c	2005–2010 ^c	
2007-2011 ^c	2010	2007-2011 ^c	2010	2010	2007-2011 ^c	2010	2010	2005/2010 ^d	2010	2005–2010 ^c	2005–2010 ^c	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO												
1 Noruega	2,8	-1,1	-4,9	0,16	0,97	10,2	3,8	10,0	7,2	4.767	-	241,9
2 Austrália	2,7	-0,3	6,5	0,43	0,33	3,1	2,1	25,7	10,5	5.885	-	-
3 Estados Unidos	1,5	-0,2	-0,2	0,04	0,36	0,9	0,8	13,5	3,3	59.791	82,5	237,1
4 Países Baixos	1,9	-0,8	1,1	0,50	1,67	2,4	6,0	10,5	0,6	10.883	-	96,5
5 Alemanha	1,1	-0,4	1,2	0,35	0,49	1,9	4,3	13,1	1,3	26.875	-	182,5
6 Nova Zelândia	0,5	-0,3	1,7	0,59 ^e	0,82 ^e	11,7	14,5	22,4	3,1	2.492	-	173,3
7 Irlanda	6,4	-0,5	25,3	0,29	0,85	0,6	16,1	19,6	4,6	7.189	-	441,8
7 Suécia	2,3	-1,0	2,2	0,15	0,15	8,2	3,4	14,1	5,8	4.951	-	160,5
9 Suíça	0,4	-0,4	-9,0	0,49	4,09	44,0	5,4	23,2	4,8	8.628	-	409,3
10 Japão	0,0	-0,2	0,7	0,03	0,08	21,4	0,6	1,7	0,4	8.611	13,8	-
11 Canadá	2,4	-0,3	4,1	-	-	3,8	3,5	21,3	6,6	16.097	-	-
12 Coreia, República da	0,4	-0,1	-0,5	0,86	1,12	27,3	4,3	1,1	-0,1	8.798	22,2	47,7
13 Hong Kong, China (RAE)	34,1	-	-0,8	0,15	0,19	117,1	10,2	38,8	5,1	20.085	524,3	1.446,9
13 Islândia	7,2	-0,3	-55,2	0,20	0,10	60,1	13,0	11,3	6,8	1.213	233,1	148,0
15 Dinamarca	4,6	-0,9	-1,6	0,20	1,02	24,6	4,7	8,8	3,3	8.744	183,9	190,6
16 Israel	4,7	-	-0,2	0,65	1,72	30,8	14,0	40,4	7,8	2.803	-	-
17 Bélgica	18,0	-0,6	-0,2	2,18	0,87	3,5	4,2	13,7	3,8	7.186	-	255,0
18 Áustria	3,3	-0,3	0,6	0,86	0,92	2,6	7,1	15,6	3,8	22.004	-	171,6
18 Singapura	18,1	-	-1,4	-	-	99,1	6,1	40,7	30,9	9.161	447,5	1.525,2
20 França	1,5	-0,5	10,8	0,61	0,21	1,8	2,8	10,7	1,6	77.148	182,1	192,1
21 Finlândia	0,0	-0,6	2,9	0,35	0,18	3,0	6,2	4,2	2,7	3.670	-	-
21 Eslovênia	2,2	-	6,8	0,66	0,34	1,7	6,5	8,1	2,2	1.869 ^f	88,2	112,0
23 Espanha	1,7	-	-3,2	0,76	0,88	2,2	3,0	15,2	10,1	52.677	-	118,9
24 Listenstaine	-	-	-	-	-	-	17,1	34,6	-	52	-	-
25 Itália	1,5	-0,2	-3,4	0,33	0,60	2,2	5,8	7,4	6,7	43.626	-	152,0
26 Luxemburgo	542,9	-1,1	214,8	2,99	19,69	1,5	11,8	35,2	17,6	849	810,6	822,5
26 Reino Unido	2,2	-0,6	-4,9	0,33	0,16	3,3	7,5	11,2	3,3	28.295	-	147,5
28 República Checa	2,5	-	2,1	0,57	0,92	18,4	3,6	4,4	4,6	8.185	120,1	50,5
29 Grécia	0,6	-	-7,8	0,50	0,65	0,4	10,8	10,1	2,7	15.007 ^g	96,1	201,3
30 Brunei Darussalam	4,0	-	4,3	-	3,60	12,6	6,0	36,4	1,8	157 ^f	-	-
31 Chipre	1,0	-	35,1	0,63	1,75	2,0	17,0	17,5	8,3	2.173	314,7	555,4
32 Malta	12,2	-	-42,2	0,58	0,56	5,6	26,2	3,8	2,4	1.332	-	144,0
33 Andorra	-	-	-	-	-	-	10,7	64,4	-	1.830	638,6	708,3
33 Estónia	0,8	-	15,0	1,71	0,50	0,9	12,6	13,6	0,0	2.120	102,9	80,8
35 Eslováquia	0,6	-	1,4	1,83	0,08	0,9	9,6	2,4	1,3	1.298 ^h	137,2	140,6
36 Qatar	4,3	-	-	-	-	9,4	0,7	86,5	132,9	1.866	422,7	484,8
37 Hungria	17,1	-	6,5	1,76	0,98	34,8	4,6	3,7	1,5	9.510	116,2	48,2
38 Barbados	16,3	0,3 ^e	10,4	2,99	0,97	22,1	41,0	10,9	0,0	532	-	-
39 Polónia	2,8	-	4,9	1,62	0,34	18,0	8,3	2,2	0,3	12.470	-	24,9
40 Chile	7,0	0,1	-0,3	0,00	0,00	16,9	3,7	1,9	0,4	2.766	26,2	12,2
41 Lituânia	2,9	-	6,1	4,34	1,48	18,5	13,2	4,0	-2,1	1.507	75,1	34,4
41 Emiratos Árabes Unidos	1,3	-	-	-	-	10,3	1,2	70,0	106,3	7.126	-	643,1
43 Portugal	4,3	-0,3	-3,8	1,56	0,62	0,8	20,8	8,6	2,8	6.756 ^f	173,9	111,2
44 Letónia	5,5	-	2,9	2,56	0,18	21,2	12,3	15,0	-0,9	1.373	-	94,1
45 Argentina	1,6	0,0	0,9	0,17	0,27	9,7	2,4	3,6	-1,0	5.325	-	18,4
46 Seicheles	17,4	6,3	19,3	1,13	2,72	25,1	14,6	12,8	-	175	64,7	111,3
47 Croácia	2,3	0,3	3,8	2,16	0,27	22,7	17,1	15,9	0,5	9.111	224,1	90,9
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO												
48 Barain	0,7	-	19,9	-	7,16 ^e	22,2	3,7	39,1	90,2	4.935	-	-
49 Bahamas	7,6	-	7,1	-	1,18	13,7	12,8	9,7	3,9	1.370	-	-
50 Bielorrússia	7,2	0,3	8,7	0,68	0,19	10,9	18,4	11,4	-1,0	119	69,6	52,2
51 Uruguai	4,1	0,1	9,0	0,26	0,02	22,0	10,5	2,4	-3,0	2.353	76,2	46,3
52 Montenegro	18,5	2,0	-	7,32	0,67	8,6	0,0	6,8	-0,8	1.088	-	-
52 Palau	1,4	19,5	-	-	-	-	38,8	28,1	-	84	179,9	205,1
54 Koweit	0,1	-	-7,8	-	9,47 ^e	14,6	8,5	68,8	22,2	207	-	-
55 Federação Russa	2,8	-	-1,7	0,35	1,26	24,4	7,9	8,7	1,6	22.281	-	-
56 Roménia	1,5	-	3,0	2,40	0,22	23,9	13,1	0,6	-0,9	7.575	105,4	-
57 Bulgária	3,4	-	2,2	2,91	0,05	28,5	16,0	1,4	-1,3	6.047	107,1	47,4
57 Arábia Saudita	2,8	-	-0,5	0,05	6,00	93,7	0,7	27,8	8,2	10.850	-	-

Classificação do IDH	FLUXOS FINANCEIROS					MOBILIDADE HUMANA						
	Investimento direto estrangeiro, entradas líquidas	Ajuda pública ao desenvolvimento líquida recebida ^a	Fluxos de capitais privados	Remessas dos migrantes (% do PIB)		Reservas totais exceto ouro	Migrações			Turismo recetor internacional	Tráfego internacional de chamadas telefónicas (minutos por pessoa)	
				Entradas	Saídas		% de emigrantes ^b	% de imigrantes	Índice líquido de migração		Recebidas	Efetuadas
	(% do PIB)	(% do RNB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(% da população)	(por 1.000 pessoas)	(milhares)	2005-2010 ^c	2005-2010 ^c		
2007-2011 ^c	2010	2007-2011 ^c	2010	2010	2007-2011 ^c	2010	2010	2005/2010 ^d	2010	2005-2010 ^e	2005-2010 ^e	
59 Cuba	0,0	0,2	-	-	-	8,1	10,9	0,1	-3,4	2.507	32,7	2,5
59 Panamá	8,8	0,5	7,5	0,86	0,93	7,5	4,0	3,4	0,7	1.324	54,4	75,5
61 México	1,7	0,0	4,5	2,13	-	12,5	10,7	0,7	-3,3	22.260	-	-
62 Costa Rica	5,1	0,3	5,8	1,52	0,75	11,6	2,7	10,5	3,4	2.100	85,7	43,1
63 Granada	7,7	4,6	6,0	6,96	0,47	14,8	65,5	12,1	-9,7	114	488,1	315,8
64 Líbia	2,2	0,1 ^e	-5,0	0,03 ^e	-	-	1,7	10,4	-0,7	34 ^h	-	-
64 Malásia	3,9	0,0	-1,4	0,55	2,75	47,3	5,3	8,4	0,6	24.577 ^e	-	-
64 Sérvia	6,0	1,8	10,6	8,72	0,18	33,0	2,0	5,3	0,0	683	104,4	32,1
67 Antígua e Barbuda	8,4	1,7	5,2	2,15	0,19	13,1	47,6	23,6	-	230	487,3	247,8
67 Trindade e Tobago	2,6	0,0	2,6	0,57	-	46,3	26,7	2,6	-3,0	413	243,7	200,6
69 Cazaquistão	6,9	0,2	-2,7	0,20	2,04	13,5	23,6	19,5	0,1	3.393	40,1	38,9
70 Albânia	9,4	2,9	6,7	9,75	0,20	18,5	45,4	2,8	-3,0	2.417	224,3	23,6
71 Venezuela, República Bolivariana da	1,7	0,0	2,4	0,04	0,20	3,1	1,8	3,5	0,3	615	-	20,1
72 Dominicana	5,2	7,0	6,6	5,56	0,04	16,8	104,8	8,3	-	77	140,8	172,6
72 Geórgia	6,8	5,5	6,7	6,93	0,43	19,6	25,1	4,0	-6,8	2.033	125,6	36,4
72 Líbano	11,0	1,2	2,1	19,38	9,58	80,0	15,6	17,8	-0,6	2.168	318,4	87,3
72 São Cristóvão e Nevis	17,9	1,8	14,4	6,52	0,85	34,5	61,1	9,6	-	92	820,6	629,7
76 Irão, República Islâmica do	0,9	0,0	-	0,32 ^e	-	16,3	1,7	2,8	-0,5	2.034	3,5	10,9
77 Peru	4,8	-0,2	7,8	1,65	0,08	26,7	3,7	0,1	-5,1	2.299	92,7	19,6
78 Antiga República Jugoslava da Macedónia	4,0	2,1	3,4	4,25	0,25	22,9	21,9	6,3	0,2	262	-	23,3
78 Ucrânia	4,4	0,5	5,2	4,11	0,02	18,4	14,4	11,6	-0,2	21.203	-	-
80 Maurícia	4,4	1,3	19,9	2,33	0,14	22,8	10,9	3,3	0,0	935	140,8	108,5
81 Bósnia-Herzegovina	2,4	3,0	2,4	11,44	0,33	22,9	38,9	0,7	-0,5	365	213,8	49,6
82 Azerbaijão	2,3	0,3	1,0	2,71	1,82	16,2	16,0	3,0	1,2	1.280	74,8	17,5
83 São Vicente e Granadinas	15,3	2,6	15,5	4,54	1,05	13,0	37,7	7,9	-9,2	72	-	-
84 Omã	1,1	-0,1	-0,8	0,07 ^e	9,86 ^e	20,0	0,5	28,4	11,7	1.048 ^e	223,1	206,9
85 Brasil	2,7	0,0	4,1	0,19	0,06	14,1	0,7	0,4	-0,5	5.161	-	2,3
85 Jamaica	1,6	1,1	-1,5	14,50	2,26	15,1	36,1	1,1	-7,4	1.922	252,4	828,6
87 Arménia	6,5	3,5	4,3	10,63	1,67	18,9	28,2	10,5	-4,9	575	174,9	243,8
88 Santa Lúcia	9,2	3,6	9,7	2,62	0,37	17,3	23,3	5,9	-1,2	306	292,7	203,6
89 Equador	0,3	0,3	0,9	4,43	0,14	2,5	8,3	2,9	-1,7	1.047	62,7	11,7
90 Turquia	2,1	0,1	4,6	0,12	0,02	10,1	5,6	1,9	-0,1	27.000	57,8	43,4
91 Colômbia	4,0	0,3	3,7	1,41	0,04	9,5	4,6	0,2	-0,5	2.147	-	-
92 Sri Lanca	1,0	1,2	3,3	8,38	1,10	10,6	9,1	1,7	-2,5	654	28,6	-
93 Argélia	1,4	0,1	1,1	1,26	0,03	96,9	3,4	0,7	-0,8	1.912	36,5	17,1
94 Tunísia	3,2	1,3	3,0	4,45	0,03	21,4	6,3	0,3	-0,4	6.903	58,0	16,1
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO												
95 Tonga	4,5	19,5	0,0	23,65	2,60	32,9	45,4	0,8	-16,0	45	-	-
96 Belize	6,2	2,0	5,2	5,68	1,65	16,1	16,1	15,0	-0,7	239	135,8	178,5
96 República Dominicana	3,2	0,4	5,6	6,53	0,06	7,4	10,1	4,2	-2,9	4.125	309,4	52,2
96 Fiji, Ilhas	6,2	2,5	6,0	5,78	0,69	21,8	21,3	2,2	-6,8	632	-	-
96 Samoa	0,1	25,5	1,8	24,11	1,21	25,7	67,3	5,0	-17,3	130	-	-
100 Jordânia	6,4	3,6	6,0	13,78	1,87	39,8	11,3	45,9	7,0	4.557	95,8	6,8
101 China, República Popular da	3,1	0,0	2,6	0,89	0,03	43,8	0,6	0,1	-0,3	55.664	9,2	2,9
102 Turquemenistão	10,4	0,2	-	-	-	-	5,0	4,0	-2,2	8	-	-
103 Tailândia	3,0	0,0	4,2	0,55	-	48,4	1,2	1,7	1,5	15.936	20,5	-
104 Maldivas	7,9	5,6	7,9	0,20	5,31	17,0	0,6	1,0	0,0	792	-	428,6
105 Suriname	-5,9	2,4	-6,2	0,10 ^e	0,03 ^e	13,8	39,0	7,5	-2,0	205	-	-
106 Gabão	1,3	0,9	-	-	-	12,7	1,7	18,9	0,7	358	-	-
107 El Salvador	1,5	1,4	2,1	16,10	0,11	9,3	20,5	0,7	-9,5	1.150	223,3	175,7
108 Bolívia, Estado Plurinacional da	3,2	3,6	4,2	5,54	0,53	40,6	6,8	1,5	-3,5	807	85,6	11,4
108 Mongólia	23,5	5,4	54,9	4,46	2,73	26,6	1,2	0,4	-1,1	457	35,2	17,2
110 Palestina, Estado da	-	-	-	-	-	-	68,4	43,6	-4,7	522	-	-
111 Paraguai	2,1	0,6	2,0	3,67	-	20,7	7,9	2,5	-1,3	465	37,6	19,4
112 Egipto	2,9	0,3	7,2	3,53	0,12	6,5	4,4	0,3	-0,9	14.051	55,4	7,8
113 Moldávia, República da	3,9	7,5	3,7	23,57	2,01	28,1	21,5	11,4	-9,4	8	198,1	59,8
114 Filipinas	0,6	0,3	3,0	10,73	0,03	29,9	4,6	0,5	-2,8	3.520	-	-
114 Usbequistão	2,1	0,6	-	-	-	-	7,0	4,2	-3,9	975	-	-
116 Síria, República Árabe da	2,5	0,2	2,2	2,78	0,36	32,9	4,2	9,8	-0,6	8.546	-	23,4
117 Micronésia, Estados Federados da	3,4	40,2	-	-	-	23,6	19,7	2,4	-16,3	26	-	-

TABELA 11 FLUXOS FINANCEIROS E MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Classificação do IDH	FLUXOS FINANCEIROS						MOBILIDADE HUMANA					
	Investimento direto estrangeiro, entradas líquidas	Ajuda pública ao desenvolvimento líquida recebida ^a	Fluxos de capitais privados	Remessas dos migrantes (% do PIB)		Reservas totais exceto ouro	Migrações			Turismo receptor internacional	Tráfego internacional de chamadas telefônicas (minutos por pessoa)	
				Entradas	Saídas		% de emigrantes ^b	% de imigrantes	Índice líquido de migração		Recebidas	Efetuadas
	(% do PIB)	(% do RNB)	(% do PIB)			(% do PIB)	(% da população)	(por 1.000 pessoas)	(milhares)	2005–2010 ^c	2005–2010 ^c	
2007-2011 ^c	2010	2007-2011 ^c	2010	2010	2007-2011 ^c	2010	2010	2005/2010 ^d	2010	2005–2010 ^c	2005–2010 ^c	
118 Guiana	11,9	6,7	11,8	13,65	3,41	34,6	56,9	1,5	-10,7	150	103,4	26,8
119 Botsuana	1,8	1,1	4,6	0,67	0,68	45,8	3,2	5,8	1,9	2.145	-	26,3
120 Honduras	5,9	3,9	5,8	17,27	0,08	15,9	7,5	0,3	-2,8	896	96,0	139,9
121 Indonésia	2,1	0,2	1,7	0,98	0,40	12,6	1,1	0,1	-1,1	7.003	-	-
121 Quiribati	2,4	10,5	-	-	-	-	6,5	2,0	-	5 ^f	-	-
121 África do Sul	1,4	0,3	1,6	0,31	0,38	10,4	1,7	3,7	2,9	8.074	-	-
124 Vanuatu	5,6	16,2	7,1	0,93	0,38	21,2	1,6	0,3	0,0	97	-	-
125 Quirguizistão	6,6	8,5	3,9	26,60	6,19	28,8	11,2	4,0	-5,1	1.316	23,6	50,0
125 Tajiquistão	0,3	7,8	0,4	39,96	15,17	4,4	11,2	4,0	-8,9	325	-	-
127 Vietname	7,5	2,9	6,4	7,76	-	10,9	2,5	0,1	-1,0	3.747	-	-
128 Namíbia	7,1	2,4	4,5	0,13	0,14	14,5	0,7	6,3	-0,1	984	-	-
129 Nicarágua	13,3	9,8	13,3	12,48	-	25,9	12,5	0,7	-7,1	1.011	-	-
130 Marrocos	2,5	1,1	2,0	7,07	0,07	19,5	9,3	0,2	-4,3	9.288	114,1	14,5
131 Iraque	1,8	2,8	-1,1	0,09	0,04	52,6	4,9	0,3	-1,0	1.518	-	-
132 Cabo Verde	6,7	20,7	4,8	8,36	0,71	17,8	37,6	2,4	-7,1	382	110,4	28,5
133 Guatemala	2,2	1,0	1,5	10,23	0,05	12,4	6,1	0,4	-3,0	1.876	119,6	50,0
134 Timor-Leste	32,0	9,2	-	-	-	43,8	1,4	1,2	-9,4	40	6,9	11,4
135 Gana	7,9	5,3	9,8	0,42	-	14,0	3,4	7,6	-0,4	803	45,3	24,5
136 Guiné Equatorial	4,8	0,9	-	-	-	15,4	14,9	1,1	6,1	-	-	-
136 Índia	1,4	0,2	3,0	3,21	0,23	14,7	0,9	0,4	-0,5	5.776	20,1	7,5
138 Camboja	7,0	6,9	6,5	3,29	1,91	26,8	2,3	2,2	-3,7	2.399	-	-
138 Laos, República Democrática Popular do	3,9	6,2	4,6	0,57	0,11	9,8	5,7	0,3	-2,5	1.670	-	-
140 Butão	1,3	9,2	-	0,32	5,41	46,8	6,3	5,7	4,9	27	-	-
141 Suazilândia	3,7	2,6	5,0	2,95	0,30	15,1	13,4	3,4	-1,0	868	38,2	3,7
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
142 Congo	23,5	14,5	-	0,12	0,85	38,3	5,6	3,8	2,6	85	-	-
143 Ilhas Salomão	35,1	61,4	34,3	0,43	0,65	49,2	1,0	1,3	0,0	21	-	-
144 São Tomé e Príncipe	12,3	24,2	12,2	0,99	0,27	20,7	21,9	3,2	-8,2	8	40,7	14,6
145 Quênia	0,6	5,1	0,8	5,52	0,19	12,7	1,1	2,0	-1,0	1.469	16,5	7,6
146 Bangladesh	0,7	1,3	0,8	10,81	0,01	7,7	3,3	0,7	-4,0	267	-	-
146 Paquistão	1,1	1,6	0,6	5,48	0,01	6,9	2,5	2,3	-2,4	855	24,8	13,1
148 Angola	-3,9	0,3	-5,9	0,10 ^h	0,87	28,5	2,8	0,3	0,9	425	-	-
149 Mianmar	-	-	-	-	-	-	1,0	0,2	-2,1	311	2,9	0,2
150 Camarões	0,0	2,4	0,5	0,87	0,24	12,6	1,4	1,0	-0,2	298	23,2	5,4
151 Madagascar	9,9	5,4	-	-	-	12,9	0,4	0,2	-0,1	196	5,5	2,1
152 Tanzânia, República Unida da	1,9	13,0	4,6	0,11	0,55	15,7	0,7	1,5	-1,4	783	3,8	3,2
153 Nigéria	3,1	1,2	4,9	5,10	0,02	14,9	0,6	0,7	-0,4	1.414	18,7	11,8
154 Senegal	1,8	7,3	3,1	10,47	1,12	13,6	5,0	1,6	-2,3	875	86,5	26,9
155 Mauritânia	0,4	10,6	-	-	-	11,9	3,5	2,9	0,6	-	39,9	15,8
156 Papuásia - Nova Guiné	0,3	5,5	-0,8	0,16	3,41	32,9	0,9	0,4	0,0	114 ^h	-	-
157 Nepal	0,5	5,1	0,5	21,66	0,20	19,2	3,3	3,2	-0,7	603	12,9	-
158 Lesoto	5,4	9,5	5,5	34,23	0,88	-	20,5	0,3	-1,9	414	-	-
159 Togo	1,3	13,3	-0,6	10,49	2,27	21,5	5,4	2,7	-0,2	150	34,9	10,2
160 Iémen	0,2	2,3	-1,8	3,99	1,09	13,2	4,7	2,1	-1,2	536	76,6	4,6
161 Haiti	2,3	45,5	2,3	22,59	2,03	16,3	9,9	0,3	-5,0	423	-	-
161 Uganda	4,7	10,2	6,3	5,32	3,50	15,6	2,2	1,9	-0,9	946	-	4,9
163 Zâmbia	10,3	6,4	4,6	0,27	0,42	12,1	1,4	1,8	-1,4	815	-	-
164 Djibouti	9,2	14,9 ^e	9,2	3,09 ^e	-	-	1,5	13,0	0,0	53	41,1	209,2
165 Gâmbia	3,2	11,9	3,2	11,02	5,53	20,1	3,7	16,6	-1,7	91 ^h	-	-
166 Benim	1,7	10,5	1,1	3,78	1,34	12,2	5,8	2,5	1,2	199 ^h	40,8	23,9
167 Ruanda	0,8	18,5	1,1	1,63	1,27	16,5	2,6	4,5	0,3	666	9,2	3,0
168 Costa do Marfim	1,8	3,9	1,4	0,78	3,29	17,9	5,4	11,2	-3,8	-	-	-
169 Comores	1,7	12,5	-	-	-	25,4	5,6	2,0	-2,9	15	-	-
170 Malawi	2,8	20,8	1,4	-	-	3,5	1,4	1,8	-0,3	746	-	0,9
171 Sudão	3,1	3,4	3,1	2,95	0,00	0,3	2,2	1,7	0,7	420	10,4	16,0
172 Zimbabué	1,4	10,1	-	-	-	-	9,9	2,9	-14,3	2.239	16,0	21,8
173 Etiópia	1,0	11,9	2,0	0,76	0,09	-	0,7	0,6	-0,8	330	5,7	0,4
174 Libéria	45,8	175,5	45,8	2,71	0,10	-	10,5	2,3	16,7	-	24,5	28,0
175 Afeganistão	0,4	42,4	-	-	-	25,9	8,1	0,3	-2,6	-	4,9	2,5

Classificação do IDH	FLUXOS FINANCEIROS						MOBILIDADE HUMANA						
	Investimento direto estrangeiro, entradas líquidas		Ajuda pública ao desenvolvimento líquida recebida ^a	Fluxos de capitais privados		Remessas dos migrantes (% do PIB)	Reservas totais exceto ouro		Migrações			Tráfego internacional de chamadas telefónicas (minutos por pessoa)	
	(% do PIB)	(% do RNB)	(% do PIB)	Entradas	Saídas	(% do PIB)	% de emigrantes ^b	% de imigrantes	Índice líquido de migração	Turismo recetor internacional	Recebidas	Efetuadas	
	2007-2011 ^c	2010	2007-2011 ^c	2010	2010	2007-2011 ^c	(% da população)		(por 1.000 pessoas)	2010	2005-2010 ^e	2005-2010 ^e	
176 Guiné-Bissau	1,1	16,7	1,4	5,76	2,03	22,6	6,8	1,2	-1,4	30	-	-	
177 Serra Leoa	4,5	24,4	36,9	3,01	0,31	19,6	4,6	1,8	2,2	39	-	-	
178 Burundi	0,0	31,0	0,1	1,39	0,06	12,6	4,2	0,7	9,5	201	-	-	
178 Guiné	2,1	5,1	22,7	1,28	0,92	-	5,2	3,8	-6,3	30 ⁱ	-	-	
180 Centro-Africana, República	3,6	13,2	-	-	-	7,1	2,9	1,8	0,2	52	5,5	6,6	
181 Eritreia	2,6	7,7	-	-	-	4,4	18,0	0,3	2,3	84	22,9	1,7	
182 Mali	1,6	12,1	-0,6	4,63	1,77	13,0	7,6	1,2	-1,4	169	8,8	14,1	
183 Burquina Faso	0,4	12,0	0,4	1,08	1,13	9,4	9,7	6,4	-1,6	274	-	-	
184 Chade	9,1	6,2	-	-	-	10,0	2,1	3,4	-1,4	31	-	-	
185 Moçambique	8,6	21,4	16,1	1,43	0,87	19,3	5,0	1,9	-0,2	2.224	5,9	2,6	
186 Congo, República Democrática do	22,4	29,0	-	-	-	8,1	1,3	0,7	-0,1	53	3,9	3,1	
186 Níger	17,5	13,8	13,4	1,63	0,41	11,2	2,4	1,3	-0,4	66	-	-	
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS													
Coreia, República Popular Democrática da	-	-	-	-	-	-	1,3	0,2	0,0	-	-	-	
Marshall, Ilhas	5,3	45,9	-	-	-	-	16,6	2,7	-	5	-	-	
Mónaco	-	-	-	-	-	-	56,3	71,6	-	279	-	-	
Nauru	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
São Marino	-	-	-	-	-	1,2	9,9	37,0	-	120	-	-	
Somália	-	-	-	-	-	20,7	8,7	0,2	-6,8	-	-	-	
Sudão do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tuvalu	4,8	26,2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	
Agrupamentos por IDH													
Desenvolvimento humano muito elevado	2,7	-	0,9	0,31	0,50	7,8	3,6	11,3	4,0	534.968	-	189,8	
Desenvolvimento humano elevado	2,7	0,2	2,2	0,99	1,25	23,2	6,7	4,5	-0,3	199.071	62,5	24,9	
Desenvolvimento humano médio	2,8	0,2	2,8	1,81	0,13	33,8	1,6	0,7	-0,6	163.618	-	-	
Desenvolvimento humano baixo	2,3	5,5	1,9	4,91	0,46	13,6	2,8	1,6	-1,5	19.020	-	-	
Regiões													
Estados Árabes	2,4	-	0,5	2,29	3,76	43,7	5,4	8,0	3,3	76.540	-	-	
Ásia Oriental e Pacífico	3,1	0,1	-	-	-	40,3	1,1	0,3	-0,5	116.484	-	-	
Europa e Ásia Central	3,4	-	1,8	1,22	0,81	19,4	10,3	6,5	-0,1	149.901	90,3	49,2	
América Latina e Caraíbas	2,7	0,2	3,7	1,15	0,12	13,1	5,3	1,1	-1,8	66.379	101,7	23,9	
Ásia do Sul	1,3	0,7	2,6	3,60	0,23	14,0	1,6	0,8	-1,1	11.008	19,5	-	
África subsariana	2,7	3,8	2,8	1,99	0,52	15,0	2,5	2,1	-0,5	30.141	-	-	
Países menos desenvolvidos	2,4	8,3	1,5	5,09	-	14,8	3,3	1,4	-1,4	16.915	-	-	
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	2,7	3,4	5,0	6,13	1,05	16,7	12,5	1,8	-3,5	15.782	-	-	
Mundo	2,7	0,0	1,4	0,76	0,53	14,7	2,9	3,1	0,0	917.082	-	-	

NOTAS

- a Os valores negativos referem-se a Ajudas Públicas ao Desenvolvimento líquidas concedidas por países doadores.
- b Alguns valores podem ultrapassar os 100% (ver Definições).
- c Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- d Os dados representam estimativas anuais médias para 2005-2010.
- e Referente a 2009.
- f Referente a 2007.
- g Referente a 2006.
- h Referente a 2008.

DEFINIÇÕES

Investimento direto estrangeiro, entradas líquidas: Somatório do capital social, do reinvestimento de receitas e de outros capitais a longo ou a curto prazos, expresso em percentagem do PIB.

Ajuda pública ao desenvolvimento líquida recebida: Pagamento de empréstimos feitos em termos preferenciais (líquidos de reembolsos de capitais) e subvenções concedidas por agências oficiais com vista a promover o desenvolvimento económico e o bem-estar em países e territórios constantes da parte I da lista de beneficiários da ajuda do Comité de

Ajuda ao Desenvolvimento, expressos em percentagem do RNB do país beneficiário.

Fluxos de capitais privados: Investimento direto estrangeiro e investimento em carteira líquidos, expressos em percentagem do PIB.

Remessas, entradas: Rendimentos e recursos materiais transferidos pelos migrantes internacionais ou refugiados para beneficiários nos seus países de origem ou nos países onde residem formalmente.

Remessas, saídas: Transferências correntes realizadas pelos trabalhadores migrantes e salários e ordenados recebidos por trabalhadores não residentes. As remessas são classificadas como transferências privadas correntes dos trabalhadores migrantes residentes no país de acolhimento por mais de um ano, independentemente do seu estatuto de migrantes, para beneficiários no seu país de origem. As transferências dos migrantes são definidas como o património líquido de migrantes que se manterão previsivelmente no país de acolhimento por mais de um ano transferido entre os dois países na altura da migração. O rendimento de migrantes que viverem no país de acolhimento por menos de um ano é classificado como remunerações dos empregados. Os dados são expressos em percentagem do PIB.

Reservas totais exceto ouro: Somatório dos direitos de saque especiais, reservas dos membros do Fundo Monetário Internacional (FMI) detidos pelo FMI e posições em moeda

estrangeira controladas pelas autoridades monetárias, excluindo ouro, expresso em percentagem do PIB.

Total de emigrantes: Rácio entre o total de emigrantes de um determinado país e a população (não o somatório da população e dos emigrantes), expressa em percentagem da população do país. A definição de emigrante varia conforme os países mas, de uma forma geral, refere-se a residentes que abandonaram o país com a intenção de se manterem no estrangeiro por mais de um ano.

Total de imigrantes: Rácio do total de imigrantes para determinado país, expresso em percentagem da população desse país. A definição de imigrante varia conforme os países mas, de uma forma geral, inclui a totalidade das pessoas nascidas no estrangeiro ou a totalidade dos estrangeiros (de acordo com a cidadania) ou a combinação das duas.

Índice líquido de migração: Rácio da diferença entre o número de migrantes que entram e saem de um determinado país durante um determinado período e a população média durante esse período, expressa por 1000 pessoas.

Turismo recetor internacional: Chegadas de visitantes não residentes (visitantes de uma noite, turistas, visitantes de vários dias, excursionistas) às fronteiras externas.

Tráfego telefónico internacional (chamadas recebidas): Chamadas telefónicas (fixas e móveis) efetivamente realizadas (completadas) com origem fora de um determinado

país e destinadas a esse país, expressas em minutos de tráfego por pessoa.

Tráfego telefónico internacional (chamadas efetuadas): Chamadas telefónicas (fixas e móveis) efetivamente realizadas (completadas) com origem num determinado país e destinadas a outro país, expressas em minutos de tráfego por pessoa.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

- Colunas 1, 3-6:** Banco Mundial (2012a).
- Coluna 2:** Banco Mundial (2012a) e OCDE/CAD (2012).
- Coluna 7:** Cálculos do GRDH baseados em dados do Banco Mundial (2011) e UNDESA (2011).
- Coluna 8:** Cálculos do GRDH baseados em dados do Banco Mundial (2011) e dados demográficos do Banco Mundial (2012a).
- Coluna 9:** UNDESA (2011).
- Coluna 10:** OMC ONU (2012).
- Colunas 11 e 12:** Cálculos do GRDH baseados em dados da UIT (2012) sobre o tráfego telefónico total recebido e realizado.

TABELA 12 Inovação e tecnologia

Classificação do IDH	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO			INOVAÇÃO		ADOÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS				
	Despesas	Investigadores	Licenciados em ciências e engenharia ^a	Patentes concedidas a residentes e não residentes	Direitos de exploração e de licença recebidos	Índice de eletrificação	Computadores pessoais	Utilizadores da Internet	Subscrições de acesso à Internet por banda larga fixa	Assinantes de telefones fixos e móveis
	(% do PIB)	(por milhão de pessoas)	(% do total)	(por milhão de pessoas)	(USD per capita)	(% da população)			(por 100 pessoas)	
	2005–2010 ^b	2002–2010 ^b	2002–2011 ^b	2005–2010 ^b	2005–2011 ^b	2009	2002–2009 ^b	2010	2010	2010
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO										
1 Noruega	1,8	5.503,7	15,3	334,0	101,9	99,7 ^c	62,9	93,3	35,3	149,3
2 Austrália	2,3	4.258,5	18,1	653,7	32,7	99,7 ^c	60,3	75,9	24,2	139,7
3 Estados Unidos	2,8	4.673,2	15,5	707,6	387,1	99,7 ^c	80,6	74,2	27,6	139,0
4 Países Baixos	1,8	2.817,6	14,0	117,6	320,8	99,7 ^c	91,2	90,7	38,1	158,9
5 Alemanha	2,8	3.780,1	28,6	166,2	174,9	99,7 ^c	65,6	82,5	31,7	183,7
6 Nova Zelândia	1,2	4.323,7	20,5	995,2	53,5	99,7 ^c	52,6	83,0	24,9	157,7
7 Irlanda	1,8	3.372,5	21,6	54,4	574,2	99,7 ^c	58,2	69,8	21,1	151,5
7 Suécia	3,6	5.017,6	25,0	147,1	619,4	99,7 ^c	88,1	90,0	31,8	168,6
9 Suíça	3,0	3.319,8	21,6	96,7	-	99,7 ^c	96,2	82,2	37,9	177,7
10 Japão	3,4	5.189,3	20,6	1.759,9	226,8	99,7 ^c	40,7	77,6	26,9	126,4
11 Canadá	2,0	4.334,7	21,1	562,1	114,4	99,7 ^c	94,5	81,3	29,8	120,3
12 Coreia, República da	3,4	4.946,9	31,5	1.428,8	86,8	99,7 ^c	57,6	82,5	35,7	162,3
13 Hong Kong, China (RAE)	0,8	2.759,5	34,7	758,9	56,6	99,7 ^c	69,3	71,8	29,9	256,9
13 Islândia	2,6	7.428,1	14,5	434,2	0,1	99,7 ^c	52,7	95,6	34,1	168,1
15 Dinamarca	3,0	6.390,3	19,6	27,9	-	99,7 ^c	54,9	88,8	37,7	172,2
16 Israel	4,3	-	-	502,0	137,3	99,7 ^c	24,2	65,4	25,1	172,5
17 Bélgica	2,0	3.490,7	16,3	49,7	232,1	99,7 ^c	37,7	73,7	31,5	154,1
18 Áustria	2,7	4.122,1	28,8	134,6	92,6	99,7 ^c	60,7	72,7	23,9	184,6
18 Singapura	2,7	5.834,0	-	873,3	367,7	100,0	74,3	71,1	24,9	184,8
20 França	2,2	3.689,8	26,2	157,7	240,0	99,7 ^c	63,1	77,5	34,0	151,8
21 Finlândia	3,8	7.647,4	29,4	172,1	556,5	99,7 ^c	50,0	86,9	28,6	179,7
21 Eslovênia	1,9	3.678,8	18,2	123,2	42,7	99,7 ^c	42,5	69,3	24,2	148,0
23 Espanha	1,4	2.931,8	25,3	60,2	23,0	99,7 ^c	39,3	65,8	22,9	155,9
24 Listenstaine	-	-	19,8	-	-	99,7 ^c	-	80,0	63,8	152,9
25 Itália	1,3	1.690,0	20,5	303,4	59,8	99,7 ^c	36,7	53,7	21,9	185,3
26 Luxemburgo	1,7	4.824,8	32,5	171,4	890,0	99,7 ^c	67,3	90,1	33,2	197,1
26 Reino Unido	1,8	3.794,2	21,7	90,2	226,3	99,7 ^c	80,2	84,7	31,6	184,0
28 República Checa	1,5	2.754,8	23,8	86,8	10,2	99,7 ^c	27,4	68,6	14,5	159,7
29 Grécia	0,6	1.849,5	24,9	42,2	6,1	99,7 ^c	9,4	44,6	19,9	154,6
30 Brunei Darussalam	-	286,3	21,9	107,2	-	99,7 ^c	9,1	50,0	5,4	129,1
31 Chipre	0,5	752,0	13,7	17,2	2,1	99,7 ^c	30,9	53,0	17,6	131,2
32 Malta	0,6	1.168,1	15,0	9,6	81,0	-	-	63,1	28,0	169,2
33 Andorra	-	-	-	-	-	99,7 ^c	-	81,0	28,9	122,2
33 Estónia	1,4	3.210,3	19,4	89,5	16,9	99,7 ^c	25,5	74,2	25,1	159,3
35 Eslováquia	0,5	2.437,7	20,6	68,8	0,7	99,7 ^c	58,1	79,9	12,7	129,4
36 Qatar	-	-	24,0	-	-	98,7	16,0	81,6	8,2	149,4
37 Hungria	1,1	2.005,9	15,1	6,5	102,8	99,7 ^c	25,6	65,2	19,6	149,9
38 Barbados	-	-	8,7	-	12,6	99,7 ^c	14,8	70,0	20,6	177,9
39 Polónia	0,7	1.597,5	15,7	78,5	7,1	99,7 ^c	16,9	62,5	13,0	143,0
40 Chile	0,4	354,8	20,4	59,6	3,7	98,5	14,1	45,0	10,5	136,2
41 Lituânia	0,8	2.541,1	21,0	25,3	0,2	99,7 ^c	24,2	62,8	20,6	171,1
41 Emiratos Árabes Unidos	-	-	27,3	-	-	100,0	30,0	78,0	10,5	165,1
43 Portugal	1,7	4.307,8	33,8	13,1	5,7	99,7 ^c	18,2	51,3	19,2	185,0
44 Letónia	0,5	1.601,2	14,3	81,7	4,5	99,7 ^c	32,7	71,5	19,3	126,8
45 Argentina	0,5	1.045,5	14,3	30,6	4,7	97,2	9,0	36,0	9,6	166,5
46 Seicheles	0,3	155,7	-	-	21,6	99,7 ^c	21,2	40,8	7,3	160,5
47 Croácia	0,8	1.571,3	24,4	18,6	5,3	99,7 ^c	18,0	60,1	18,3	186,2
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
48 Barain	-	-	-	-	-	99,4	55,0	55,0	5,4	142,2
49 Bahamas	-	-	-	-	-	-	12,5	43,0	7,2	162,6
50 Bielorrússia	0,6	-	26,6	127,4	2,1	-	-	32,1	17,4	152,5
51 Uruguai	0,7	346,1	13,6	8,6	0,1	98,3	13,6	47,9	10,9	160,8
52 Montenegro	1,1	-	-	418,1	-	-	-	52,0	8,3	211,9
52 Palau	-	-	-	-	-	-	-	-	1,2	105,0
54 Koweit	0,1	151,9	-	-	-	100,0	26,5	38,3	1,7	181,5
55 Federação Russa	1,3	3.091,4	28,1	212,1	6,1	-	13,3	43,4	11,0	199,4
56 Roménia	0,5	894,8	21,7	20,8	13,7	-	19,2	40,0	13,9	135,9
57 Bulgária	0,5	1.586,7	18,8	33,5	2,5	-	11,0	46,0	14,5	164,9
57 Arábia Saudita	0,1	-	35,8	7,1	-	99,0	65,7	41,0	5,5	203,0
59 Cuba	0,5	-	3,3	12,4	-	97,0	5,6	15,9	0,0	19,2

Classificação do IDH	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO			INOVAÇÃO		ADOÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS				
	Despesas	Investigadores	Licenciados em ciências e engenharia ^a	Patentes concedidas a residentes e não residentes	Direitos de exploração e de licença recebidos	Índice de eletrificação	Computadores pessoais	Utilizadores da Internet	Subscrições de acesso à Internet por banda larga fixa	Assinantes de telefones fixos e móveis
	(% do PIB)	(por milhão de pessoas)	(% do total)	(por milhão de pessoas)	(USD per capita)	(% da população)			(por 100 pessoas)	
	2005–2010 ^b	2002–2010 ^b	2002–2011 ^b	2005–2010 ^b	2005–2011 ^b	2009	2002–2009 ^b	2010	2010	2010
59 Panamá	0,2	111,3	19,2	107,5	-	88,1	6,3	42,7	7,8	200,4
61 México	0,4	347,3	25,6	82,9	-	-	13,9	31,1	10,0	98,1
62 Costa Rica	0,4	257,4	11,9	9,7	0,9	99,3	23,2	36,5	6,2	96,9
63 Granada	-	-	-	-	0,7	-	15,6	33,6	13,8	144,5
64 Líbia	-	-	-	-	-	99,8	2,3	14,0	1,1	190,8
64 Malásia	0,6	364,6	37,7	76,7	9,5	99,4	22,7	56,3	7,3	135,3
64 Sérvia	0,9	1.060,1	23,7	43,3	7,8	-	17,6	43,1	11,2	178,7
67 Antígua e Barbuda	-	-	-	104,7	-	-	20,6	80,6	8,0	232,2
67 Trindade e Tobago	0,0	-	30,4	67,6	-	99,0	13,2	48,5	10,8	163,1
69 Cazaquistão	0,2	-	-	10,9	0,0	-	-	33,4	8,9	143,7
70 Albânia	0,2	146,8	6,1	108,9	4,1	-	4,6	45,0	3,3	152,3
71 Venezuela, República Bolivariana da	-	182,6	-	-	-	99,0	9,3	35,9	5,4	121,3
72 Dominica	-	-	-	-	0,2	-	18,8	47,3	13,9	178,0
72 Geórgia	0,2	-	8,2	59,3	1,0	-	5,4	26,3	5,8	114,2
72 Líbano	-	-	25,0	-	1,7	99,9	10,3	31,0	4,7	89,0
72 São Cristóvão e Nevis	-	-	-	-	-	-	22,7	76,6	27,9	191,9
76 Irão, República Islâmica do	0,8	750,7	44,4	63,9	-	98,4	10,5	13,0	0,7	127,5
77 Peru	-	-	-	12,6	0,1	85,7	10,2	34,3	3,1	111,0
78 Antiga República Jugoslava da Macedónia	0,2	471,6	21,4	163,7	4,7	-	36,6	51,9	12,5	124,6
78 Ucrânia	0,9	1.353,1	26,3	85,2	2,3	-	4,5	44,6	6,5	145,8
80 Maurícia	0,4	-	-	6,2	1,7	99,4	17,6	28,7	6,1	123,2
81 Bósnia-Herzegovina	0,0	197,2	-	46,0	3,4	-	6,4	52,0	8,2	109,3
82 Azerbaijão	0,3	-	16,6	22,9	0,0	-	8,0	46,7	5,0	117,1
83 São Vicente e Granadinas	-	-	-	-	-	-	15,2	-	11,4	140,8
84 Omã	-	-	38,9	-	-	98,0	18,0	62,0	1,6	175,6
85 Brasil	1,1	695,7	12,2	16,7	3,0	98,3	16,1	40,7	6,8	125,7
85 Jamaica	-	-	-	15,9	1,8	92,0	6,8	26,5	4,3	127,5
87 Arménia	0,3	-	15,9	40,1	-	-	9,7	44,0	2,8	144,2
88 Santa Lúcia	-	-	-	203,6	-	-	16,0	40,1	11,6	135,9
89 Equador	0,3	106,1	12,8	1,9	-	92,2	12,5	29,0	1,4	116,6
90 Turquia	0,8	803,9	20,9	9,0	-	-	6,4	39,8	9,7	107,2
91 Colômbia	0,2	157,2	23,2	13,8	1,3	93,6	11,2	36,5	5,6	111,6
92 Sri Lanca	0,1	96,3	-	24,2	-	76,6	3,7	12,0	1,1	100,4
93 Argélia	0,1	170,1	28,0	6,3	0,1	99,3	1,1	12,5	2,5	100,7
94 Tunísia	1,1	1.862,5	-	-	2,4	99,5	9,7	36,6	4,6	117,6
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
95 Tonga	-	-	-	-	-	-	5,9	12,0	1,0	82,0
96 Belize	-	-	-	24,4	7,0	-	14,4	12,6	2,9	65,1
96 República Dominicana	-	-	-	-	-	95,9	2,2	39,5	3,6	99,8
96 Fiji, Ilhas	-	-	-	-	0,6	-	6,1	14,8	2,7	96,3
96 Samoa	-	-	-	60,7	-	-	2,3	7,0	0,1	110,2
100 Jordânia	0,4	-	25,1	10,3	-	99,9	7,6	38,9	3,2	117,5
101 China, República Popular da	1,5	1.198,9	-	100,7	0,6	99,4	5,7	34,4	9,4	86,2
102 Turquemenistão	-	-	-	-	-	-	7,3	2,2	0,0	73,7
103 Tailândia	0,2	315,5	-	11,2	2,2	99,3	6,6	21,2	4,6	113,6
104 Maldivas	-	-	-	-	26,5	-	20,0	28,3	4,8	171,6
105 Suriname	-	-	-	-	1,3	-	4,0	31,6	3,0	185,7
106 Gabão	0,6	-	-	-	-	36,7	3,4	7,2	0,3	109,0
107 El Salvador	0,1	-	26,4	-	0,0	86,4	5,8	15,9	2,8	140,5
108 Bolívia, Estado Plurinacional da	-	120,3	-	-	0,7	77,5	2,4	20,0	1,0	80,8
108 Mongólia	0,2	-	17,1	34,8	0,8	67,0	25,8	12,9	2,6	98,1
110 Palestina, Estado da	-	144,3	16,5	-	1,4	-	5,5	36,4	-	-
111 Paraguai	0,1	74,8	-	-	45,2	96,7	7,8	19,8	0,4	97,3
112 Egito	0,2	420,4	-	4,0	1,6	99,6	4,1	26,7	1,8	99,0
113 Moldávia, República da	0,5	794,1	-	36,9	1,5	-	11,8	40,1	7,5	121,5
114 Filipinas	0,1	78,5	23,8	3,8	0,1	89,7	7,2	25,0	1,8	92,9
114 Usbequistão	-	-	21,1	7,0	-	-	3,1	19,4	0,3	80,8
116 Síria, República Árabe da	-	-	-	2,4	0,1	92,7	9,4	20,7	0,3	77,6
117 Micronésia, Estados Federados da	-	-	-	-	-	-	5,5	20,0	0,9	32,4
118 Guiana	-	-	14,4	-	62,2	-	3,6	29,9	1,5	93,4
119 Botsuana	0,5	-	13,0	-	0,1	45,4	6,1	6,0	0,6	124,6

TABLE 12 INNOVATION AND TECHNOLOGY

Classificação do IDH	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO			INOVAÇÃO		ADOÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS				
	Despesas	Investigadores	Licenciados em ciências e engenharia ^a	Patentes concedidas a residentes e não residentes	Direitos de exploração e de licença recebidos	Índice de eletrificação	Computadores pessoais	Utilizadores da Internet	Subscrições de acesso à Internet por banda larga fixa	Assinantes de telefones fixos e móveis
	(% do PIB)	(por milhão de pessoas)	(% do total)	(por milhão de pessoas)	(USD per capita)	(% da população)			(por 100 pessoas)	
	2005–2010 ^b	2002–2010 ^b	2002–2011 ^b	2005–2010 ^b	2005–2011 ^b	2009	2002–2009 ^b	2010	2010	2010
120 Honduras	-	-	6,8	-	-	70,3	2,5	11,1	1,0	133,9
121 Indonésia	0,1	89,6	22,8	-	0,3	64,5	2,0	9,9	0,8	107,5
121 Quiribati	-	-	-	-	-	-	1,1	9,0	0,9	14,1
121 África do Sul	0,9	395,6	-	106,3	1,3	75,0	8,4	12,3	1,5	109,2
124 Vanuatu	-	-	-	-	0,7	-	1,4	8,0	0,2	121,0
125 Quirguizistão	0,2	-	15,2	20,4	0,3	-	1,9	19,6	0,3	105,8
125 Tajiquistão	0,1	-	26,0	0,4	0,1	-	1,3	11,5	0,1	91,7
127 Vietname	-	115,9	-	9,4	-	97,6	9,7	27,9	4,1	196,0
128 Namíbia	-	-	2,6	-	0,0	34,0	23,2	6,5	0,4	73,9
129 Nicarágua	-	-	-	-	-	72,1	4,1	10,0	0,8	69,6
130 Marrocos	0,6	661,0	34,9	25,3	0,2	97,0	5,7	49,0	1,6	111,8
131 Iraque	-	49,5	29,4	-	43,5	86,0	0,8	2,5	0,0	79,9
132 Cabo Verde	-	132,5	-	-	0,0	-	14,3	30,0	3,2	89,5
133 Guatemala	0,1	39,4	16,8	7,2	1,0	80,5	2,1	10,5	1,8	136,0
134 Timor-Leste	-	-	-	-	-	22,0	-	0,2	0,0	53,7
135 Gana	0,2	17,3	16,7	-	-	60,5	1,1	9,5	0,2	72,6
136 Guiné Equatorial	-	-	-	-	-	-	1,5	6,0	0,2	59,0
136 Índia	0,8	135,8	-	5,1	0,1	75,0	3,2	7,5	0,9	64,3
138 Camboja	-	17,4	12,5	-	0,0	24,0	0,4	1,3	0,3	60,2
138 Laos, República Democrática Popular do	-	15,8	12,8	-	-	55,0	1,7	7,0	0,2	66,2
140 Butão	-	-	-	-	-	-	1,9	13,6	1,2	57,9
141 Suazilândia	-	-	2,7	-	0,2	-	4,1	9,0	0,1	73,6
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
142 Congo	-	-	-	-	-	37,1	0,5	5,0	0,0	94,2
143 Ilhas Salomão	-	-	-	-	0,0	-	4,7	5,0	0,4	7,1
144 São Tomé e Príncipe	-	-	-	-	-	-	3,9	18,8	0,4	66,8
145 Quênia	0,4	56,2	-	0,5	1,3	16,1	1,4	25,9	0,0	62,6
146 Bangladesh	-	-	10,6	0,6	0,0	41,0	2,5	3,7	0,0	46,8
146 Paquistão	0,5	161,9	-	1,0	0,0	62,4	0,5	16,8	0,3	59,1
148 Angola	-	-	11,9	-	0,7	26,2	0,7	10,0	0,1	48,3
149 Mianmar	-	18,4	-	-	-	13,0	1,0	-	0,0	2,5
150 Camarões	-	-	21,0	-	0,0	48,7	1,1	4,0	0,0	46,8
151 Madagáscar	0,1	46,2	18,2	2,7	0,1	19,0	0,6	1,7	0,0	37,9
152 Tanzânia, República Unida da	0,4	-	21,1	-	0,0	13,9	0,9	11,0	0,0	47,2
153 Nigéria	0,2	38,6	-	-	-	50,6	0,9	28,4	0,1	55,8
154 Senegal	0,4	384,1	-	-	0,1	42,0	2,3	16,0	0,6	69,9
155 Mauritânia	-	-	-	-	-	-	4,4	3,0	0,2	81,4
156 Papuásia - Nova Guiné	-	-	-	0,2	-	-	6,4	1,3	0,1	29,6
157 Nepal	-	58,7	23,2	0,0	-	43,6	0,5	7,9	0,2	33,5
158 Lesoto	0,0	21,3	-	-	-	16,0	0,2	3,9	0,0	47,3
159 Togo	-	38,2	-	-	0,0	20,0	3,4	5,4	0,1	44,2
160 Líbano	-	-	-	-	1,4	39,6	2,8	12,3	0,3	50,4
161 Haiti	-	-	-	-	-	38,5	5,2	8,4	-	40,5
161 Uganda	0,4	-	9,5	-	0,8	9,0	1,7	12,5	0,2	39,4
163 Zâmbia	0,3	43,3	-	-	-	18,8	1,1	10,1	0,1	42,8
164 Djibouti	-	-	46,5	-	-	-	4,2	6,5	0,9	20,7
165 Gâmbia	0,0	-	-	4,4	-	-	3,6	9,2	0,0	88,3
166 Benim	-	-	-	-	0,0	24,8	0,7	3,1	0,0	81,5
167 Ruanda	-	11,9	-	2,1	0,0	-	0,3	13,0	0,0	33,8
168 Costa do Marfim	-	70,4	-	-	0,0	47,3	1,8	2,6	0,0	77,6
169 Comores	-	-	12,0	-	-	-	0,8	5,1	0,0	25,3
170 Malawi	-	29,9	-	-	-	9,0	0,2	2,3	0,0	21,5
171 Sudão	0,3	-	-	4,4	0,1	35,9	10,8	-	0,4	41,4
172 Zimbabué	-	-	24,8	-	-	41,5	7,6	11,5	0,3	64,3
173 Etiópia	0,2	20,8	20,9	0,2	0,0	17,0	0,7	0,7	0,0	9,4
174 Libéria	-	-	-	-	-	-	-	7,0	0,0	39,5
175 Afeganistão	-	-	-	-	-	15,5	0,3	3,7	0,0	38,2
176 Guiné-Bissau	-	-	-	-	-	-	0,2	2,5	-	39,5
177 Serra Leoa	-	-	-	-	0,2	-	-	-	-	34,3
178 Burundi	-	-	9,6	-	0,0	-	0,9	2,1	0,0	14,1

Classificação do IDH	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO			INOVAÇÃO		ADOÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS				
	Despesas	Investigadores	Licenciados em ciências e engenharia ^a	Patentes concedidas a residentes e não residentes	Direitos de exploração e de licença recebidos	Índice de eletrificação	Computadores pessoais	Utilizadores da Internet	Subscrições de acesso à Internet por banda larga fixa	Assinantes de telefones fixos e móveis
	(% do PIB)	(por milhão de pessoas)	(% do total)	(por milhão de pessoas)	(USD per capita)	(% da população)			(por 100 pessoas)	
	2005–2010 ^b	2002–2010 ^b	2002–2011 ^b	2005–2010 ^b	2005–2011 ^b	2009	2002–2009 ^b	2010	2010	2010
178 Guiné	-	-	-	-	0,0	-	0,5	1,0	0,0	40,3
180 Centro-Africana, República	-	-	-	-	-	-	0,3	2,3	-	22,4
181 Eritreia	-	-	7,9	-	-	32,0	1,0	5,4	0,0	4,6
182 Mali	0,2	37,7	-	-	0,0	-	0,7	2,7	0,0	49,2
183 Burquina Faso	0,2	45,1	23,3	-	0,0	14,6	0,6	1,4	0,1	35,5
184 Chade	-	-	-	-	-	-	0,2	1,7	0,0	24,3
185 Moçambique	0,2	15,8	12,1	1,8	0,0	11,7	1,4	4,2	0,1	31,3
186 Congo, República Democrática do	0,5	-	-	-	-	11,1	0,0	0,7	0,0	18,0
186 Níger	-	7,8	-	-	0,0	-	0,1	0,8	0,0	25,1
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS										
Coreia, República Popular Democrática da	-	-	-	258,4	-	26,0	-	-	-	6,6
Marshall, Ilhas	-	-	-	-	-	-	9,6	-	-	15,2
Mónaco	0,0	308,1	-	141,2	-	-	-	-	-	-
Nauru	-	-	-	-	-	-	-	-	3,9	-
São Marino	-	-	-	-	-	-	78,9	-	32,0	144,9
Somália	-	-	-	-	-	-	0,9	-	-	8,0
Sudão do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tuvalu	-	-	-	-	-	-	8,7	25,0	3,3	41,9
Agrupamentos por IDH										
Desenvolvimento humano muito elevado	2,5	3.854,0	20,3	566,2	210,9	99,6	58,3	72,8	26,5	153,2
Desenvolvimento humano elevado	0,8	-	-	63,4	-	-	13,6	35,8	7,1	133,5
Desenvolvimento humano médio	-	-	-	-	-	-	4,6	20,8	4,4	84,5
Desenvolvimento humano baixo	-	-	-	-	-	-	1,5	10,7	0,1	42,7
Regiões										
Estados Árabes	-	-	-	-	-	86,7	10,8	27,2	2,0	99,6
Ásia Oriental e Pacífico	-	-	-	-	-	-	5,6	29,8	7,2	92,2
Europa e Ásia Central	1,0	1.948,2	23,9	93,8	8,2	-	12,3	43,4	10,0	150,0
América Latina e Caraíbas	-	-	-	-	-	93,4	12,2	34,1	6,6	116,7
Ásia do Sul	-	-	-	7,0	-	70,1	3,0	8,4	0,7	64,4
África subsariana	-	-	-	-	-	-	1,6	11,3	0,2	47,1
Países menos desenvolvidos										
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	1,7	4,8	0,1	34,5
Mundo	-	-	-	-	-	-	14,1	30,0	7,7	95,2

NOTAS

- a** Inclui os licenciados nas áreas da indústria e da construção.
- b** Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- c** Na ausência de dados sobre a taxa de eletrificação, foi assumida a percentagem de 99,7%.

DEFINIÇÕES

Despesas com a investigação e o desenvolvimento:

Despesas correntes e de capitais (públicas e privadas) com trabalho criativo com carácter sistemático destinado a reforçar o conhecimento e a utilização do conhecimento em novas aplicações. Abrange a investigação de base, a investigação aplicada e o desenvolvimento experimental.

Investigadores dedicados à investigação e desenvolvimento:

Profissionais empenhados na conceção ou criação de novos conhecimentos, produtos, processos, métodos ou sistemas e em gerir os projetos em causa. Incluem-se os

estudantes de doutoramentos e pós-graduações (CITE97 nível 6) que se dedicam à investigação e desenvolvimento.

Licenciados em ciências e engenharia: Pessoas que terminaram o último ano de um nível ou subnível de ensino em ciências e engenharia.

Patentes concedidas a residentes e não residentes: Número de direitos exclusivos atribuídos a um invento que constitua um produto ou um processo que proporcionem uma nova forma de fazer algo ou ofereçam uma nova solução técnica para um problema, expresso por 1 milhão de pessoas.

Direitos de exploração e de licença recebidos: Pagamentos e recebimentos entre residentes e não residentes associados ao uso autorizado de ativos não produzidos incorpóreos e não financeiros e de direitos de propriedade (como patentes, direitos de autor, marcas, processos industriais e franchising), e à utilização, através de acordos de licença, de

originais ou protótipos produzidos (como filmes e manuscritos).

Índice de eletrificação: Número de pessoas com acesso à eletricidade, expresso em percentagem a população total. Inclui a eletricidade vendida comercialmente (tanto em rede como fora dela) e a eletricidade autogerada, mas não as ligações ilegais.

Computadores pessoais: Número de computadores concebidos para uso individual, expresso por 100 pessoas.

Utilizadores da Internet: Pessoas com acesso à rede Web, expresso por 100 pessoas.

Subscrições de acesso à Internet por banda larga fixa: Acesso de banda larga de alta velocidade à Internet pública (conexão TCP/IP), a velocidades iguais ou superiores a 256 Kb por segundo, em uma ou duas direções, expresso por 100 pessoas.

Assinantes de telefones fixos e móveis: Somatório das linhas telefónicas e dos assinantes de telemóveis, expresso por 100 pessoas.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1 e 2: Banco Mundial (2012a).

Coluna 3: Instituto de Estatística da UNESCO (2012).

Coluna 4: Cálculos do GRDH baseados em dados da OMPI (2012) e em dados sobre a população do UNDESA (2011).

Coluna 5: Cálculos do GRDH baseados em dados sobre Direitos de exploração e licenças recebidos do Banco Mundial (2012b).

Coluna 6: AIE (2012).

Coluna 7: Banco Mundial (2012c).

Colunas 8 e 9: UIT (2012).

Coluna 10: Cálculos do GRDH baseados em dados sobre assinantes de telemóveis e linhas telefónicas da UIT (2012) e em dados sobre a população do UNDESA (2011).

Classificação do IDH	ABASTECIMENTO DE ENERGIA PRIMÁRIA		EMISSIONES					RECURSOS NATURAIS					IMPACTOS	
	Combustíveis fósseis	Renováveis	Dióxido de carbono		Gases com efeito de estufa		Esgotamento de recursos naturais	Área florestal		Retiradas de água doce	Espécies ameaçadas	Terras agrícolas	Número de mortes devidas a catástrofes naturais	População que vive em terras degradadas
			Total	Per capita	Per capita	Per capita		(% de área de terreno)	(% de mudança)					
	(% do total)	(% do total)	(megatoneladas)	(toneladas)	média anual do crescimento %	(toneladas de equivalente dióxido de carbono)	(% do RNB)	(% de área de terreno)	(% de mudança)	(% de recursos hídricos renováveis totais)	(% de todas as espécies)	(% de área de terreno)	(média anual por milhão de pessoas)	(%)
2009	2009	2008	2008	1970/2008	2005	2010	2010	1990/2010	2003-2012*	2011	2009	2005/2011	2010	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO														
1 Noruega	58,8	43,3	50	10,5	1,0	5,8	10,2	33,1	10,2	0,8	6,9	3,3	0	-
2 Austrália	94,4	5,6	399	18,6	1,2	9,6	6,5	19,4	-3,4	4,6	18,5	53,2	3	9,0
3 Estados Unidos	84,1	5,4	5.461	18,0	-0,4	3,7	0,9	33,2	2,6	15,6	19,9	44,1	1	1,0
4 Países Baixos	93,1	4,0	174	10,6	-0,1	2,4	0,8	10,8	5,8	11,7	5,4	56,8	12	5,0
5 Alemanha	79,5	8,7	787	9,6	-	1,9	0,1	31,8	3,1	21,0	10,5	48,4	12	8,0
6 Nova Zelândia	63,7	36,1	33	7,8	1,1	10,0	-	30,9	7,1	1,5	20,4	43,6	0	5,0
7 Irlanda	95,0	4,5	44	9,9	1,1	5,8	0,2	10,7	58,9	1,5	7,3	60,8	0	-
7 Suécia	32,7	34,8	49	5,3	-2,0	2,1	0,4	68,7	3,4	1,5	4,9	7,5	0	-
9 Suíça	53,3	17,7	40	5,3	-0,6	1,2	0,0	31,0	7,7	4,9	6,6	38,1	14	-
10 Japão	81,0	3,3	1.208	9,5	0,7	1,0	0,0	68,5	0,1	20,9	13,7	12,6	1	-
11 Canadá	74,9	16,9	544	16,3	0,1	4,7	2,3	34,1	0,0	1,6	7,2	7,4	0	3,0
12 Coreia, República da	-	-	509	10,5	4,9	1,2	0,0	63,0	-2,3	36,5	9,5	19,1	1	3,0
13 Hong Kong, China (RAE)	95,1	0,4	39	5,5	2,6	0,5	0,0	-	-	-	8,3	-	0	-
13 Islândia	15,7	84,2	2	7,0	0,1	3,3	0,0	0,3	243,7	0,1	8,4	22,8	-	-
15 Dinamarca	80,4	17,4	46	8,4	-1,1	2,9	1,7	12,8	22,3	10,8	6,3	62,1	0	9,0
16 Israel	96,5	5,0	38	5,2	-0,2	1,1	0,2	7,1	16,7	101,9	11,2	24,1	1	13,0
17 Bélgica	73,6	3,9	105	9,8	-0,7	1,8	0,0	22,4	0,1	34,0	5,5	45,0	20	10,0
18 Áustria	70,2	27,8	68	8,1	0,5	1,9	0,2	47,1	2,9	4,7	11,6	38,4	4	3,0
18 Singapura	99,8	0,1	32	6,7	-0,7	1,4	0,0	3,3	0,0	31,7	13,7	1,0	-	-
20 França	51,0	7,7	377	5,9	-1,0	2,3	0,0	29,0	9,8	15,0	12,8	53,4	33	4,0
21 Finlândia	54,0	23,8	57	10,6	0,5	3,4	0,1	72,9	1,2	1,5	4,4	7,6	0	-
21 Eslovénia	69,3	12,7	17	8,5	-	2,6	0,3	62,2	5,5	3,0	11,8	23,2	15	8,0
23 Espanha	79,9	9,6	329	7,2	2,0	1,7	0,0	36,4	31,5	29,0	17,7	55,5	33	1,0
24 Listenstaine	-	-	-	-	-	-	-	43,1	6,2	-	1,1	40,6	-	-
25 Itália	87,5	9,7	445	7,4	0,8	1,4	0,1	31,1	20,5	23,7	13,5	47,3	33	2,0
26 Luxemburgo	88,8	3,1	11	21,5	-1,7	3,5	0,0	33,5	1,1	1,9	2,8	50,6	33	-
26 Reino Unido	87,3	3,2	523	8,5	-0,8	1,8	1,3	11,9	10,3	8,8	10,1	71,6	1	3,0
28 República Checa	79,6	5,8	117	11,2	-	2,1	0,5	34,4	1,1	14,8	5,0	54,9	5	4,0
29 Grécia	92,4	6,4	98	8,7	3,1	1,4	0,3	30,3	18,3	12,7	16,3	63,6	1	1,0
30 Brunei Darussalam	100,0	0,0	11	27,5	-2,3	17,9	-	72,1	-8,0	1,1	8,4	2,2	-	-
31 Chipre	95,7	3,9	9	7,9	2,8	1,3	0,0	18,7	7,5	19,3	7,7	13,5	0	11,0
32 Malta	99,9	0,1	3	6,2	2,8	0,9	-	1,1	0,0	71,3	6,8	29,1	-	-
33 Andorra	-	-	1	6,5	-	-	-	35,6	0,0	-	3,7	38,3	-	-
33 Estónia	84,8	15,1	18	13,6	-	2,3	1,6	52,3	6,1	14,0	3,5	22,0	0	5,0
35 Eslováquia	69,5	7,3	38	6,9	-	1,4	0,4	40,2	0,6	1,4	5,2	40,1	2	9,0
36 Qatar	100,0	0,0	68	49,1	-0,9	18,0	-	0,0	0,0	455,2	7,3	5,6	-	-
37 Hungria	74,2	7,4	55	5,4	-0,6	1,6	0,5	22,6	12,7	5,4	8,0	63,9	7	17,0
38 Barbados	-	-	1	5,0	2,7	-	-	19,4	0,0	76,1	8,7	44,2	0	-
39 Polónia	92,8	6,7	316	8,3	-0,3	2,7	1,4	30,5	5,1	19,4	5,7	53,0	3	13,0
40 Chile	74,5	25,1	73	4,4	1,4	1,6	12,4	21,7	6,3	1,2	9,9	21,2	1	1,0
41 Lituânia	55,8	10,4	15	4,5	-	2,5	0,6	34,5	11,1	9,6	4,1	42,9	1	5,0
41 Emiratos Árabes Unidos	100,0	0,0	155	25,0	-2,5	6,2	-	3,8	29,5	2.032,0	7,7	6,8	-	2,0
43 Portugal	78,0	19,7	56	5,3	2,9	1,8	0,1	38,1	3,9	12,3	17,0	40,3	26	2,0
44 Letónia	59,5	37,1	8	3,3	-	2,3	0,5	53,8	5,7	1,2	4,6	29,5	4	2,0
45 Argentina	89,4	7,0	192	4,8	0,9	3,9	4,9	10,7	-15,5	4,0	9,0	51,3	0	2,0
46 Seicheles	-	-	1	7,8	7,3	-	0,0	88,5	0,0	-	16,1	6,5	0	-
47 Croácia	83,4	10,9	23	5,3	-	1,5	0,9	34,3	3,8	0,6	14,3	23,2	18	18,0
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO														
48 Barain	99,9	0,0	22	21,4	1,5	4,3	-	0,7	143,5	219,8	7,2	10,3	-	-
49 Bahamas	-	-	2	6,5	-2,2	-	-	51,5	0,0	-	10,0	1,4	3	-
50 Bielorrússia	92,5	5,0	63	6,5	-	2,4	1,0	41,6	10,9	7,5	4,2	44,0	0	5,0
51 Uruguai	60,3	37,1	8	2,5	0,5	8,1	0,6	10,0	89,6	2,6	10,8	84,6	1	6,0
52 Montenegro	-	-	2	3,1	-	-	-	40,4	0,0	-	10,5	38,2	0	8,0
52 Palau	-	-	0	10,5	-0,3	-	-	87,6	5,6	-	11,4	10,9	-	-
54 Koweit	100,0	0,0	77	30,1	-0,3	6,3	-	0,4	81,2	2.465,0	7,4	8,5	-	1,0
55 Federação Russa	90,2	2,8	1.709	12,0	-	4,9	14,3	49,4	0,0	1,5	10,2	13,2	40	3,0
56 Roménia	76,3	15,3	95	4,4	-0,8	1,7	1,6	28,6	3,2	3,2	9,4	58,8	3	13,0
57 Bulgária	73,1	6,2	51	6,6	-0,2	2,0	2,0	36,1	18,0	28,7	9,3	46,3	1	8,0

Classificação do IDH	ABASTECIMENTO DE ENERGIA PRIMÁRIA		EMISSIONES					RECURSOS NATURAIS					IMPACTOS	
	Combustíveis fósseis	Renováveis	Dióxido de carbono		Gases com efeito de estufa		Esgotamento de recursos naturais	Área florestal	Retiradas de água doce	Espécies ameaçadas	Terras agrícolas	Número de mortes devidas a catástrofes naturais	População que vive em terras degradadas	
			Total	Per capita	Per capita	Per capita								
	(% do total)	(% do total)	(megatoneladas)	(toneladas)	média anual do crescimento %	(toneladas de equivalente dióxido de carbono)	(% do RNB)	(% de área de terreno)	(% de mudança)	(% de recursos hídricos renováveis totais)	(% de todas as espécies)	(% de área de terreno)	(média anual por milhão de pessoas)	(%)
2009	2009	2008	2008	1970/2008	2005	2010	2010	1990/2010	2003-2012*	2011	2009	2005/2011	2010	
57 Arábia Saudita	100,0	0,0	434	16,6	2,0	2,5	-	0,5	0,0	943,3	8,8	80,7	1	4,0
59 Cuba	84,1	15,9	31	2,8	0,7	1,4	-	26,1	39,5	19,8	18,1	62,5	0	17,0
59 Panamá	78,6	21,5	7	2,0	0,9	1,4	0,0	43,7	-14,3	0,3	7,2	30,0	2	4,0
61 México	88,9	9,6	476	4,3	1,8	1,7	5,7	33,3	-7,8	17,5	17,3	52,9	1	4,0
62 Costa Rica	44,7	55,3	8	1,8	2,5	0,9	0,1	51,0	1,6	2,4	8,0	35,3	2	1,0
63 Granada	-	-	0	2,4	4,4	-	-	50,0	0,0	-	10,5	36,8	38	-
64 Líbia	99,2	0,8	58	9,5	-1,4	2,7	-	0,1	0,0	718,0	8,7	8,8	-	8,0
64 Malásia	94,7	5,3	208	7,6	4,7	2,4	6,9	62,3	-8,6	2,3	15,4	24,0	0	1,0
64 Sérvia	92,4	8,1	50	6,8	-	2,3	-	31,0	17,3	-	7,2	57,8	0	19,0
67 Antígua e Barbuda	-	-	0	5,1	-0,8	-	-	22,3	-4,9	3,3	8,3	29,5	0	-
67 Trindade e Tobago	99,9	0,1	50	37,4	3,7	7,8	32,0	44,1	-5,9	6,0	6,8	10,5	0	-
69 Cazaquistão	99,0	1,1	237	15,1	-	4,3	23,4	1,2	-3,3	28,9	8,4	77,2	1	24,0
70 Albânia	54,0	38,8	4	1,3	-0,8	1,1	2,5	28,3	-1,6	4,4	12,7	44,0	1	6,0
71 Venezuela, República Bolivariana da	87,7	12,4	170	6,1	-0,4	3,0	12,4	52,5	-11,1	0,7	8,3	24,3	1	2,0
72 Dominica	-	-	0	1,9	4,4	-	0,0	59,5	-10,7	-	8,6	32,7	15	-
72 Geórgia	68,0	33,3	5	1,2	-	1,4	0,6	39,5	-1,3	2,6	9,3	36,1	0	2,0
72 Líbano	95,9	2,6	17	4,1	2,5	0,4	0,0	13,4	4,5	28,1	10,0	67,3	0	1,0
72 São Cristóvão e Nevis	-	-	0	4,9	-	-	-	42,3	0,0	-	8,6	21,2	-	-
76 Irão, República Islâmica do	99,5	0,5	538	7,4	2,2	2,1	-	6,8	0,0	67,7	8,8	29,8	1	25,0
77 Peru	73,5	26,5	41	1,4	0,1	0,9	8,1	53,1	-3,1	1,0	8,4	16,8	6	1,0
78 Antiga República Jugoslava da Macedónia	84,3	11,3	12	5,8	-	1,0	5,9	39,2	9,4	16,1	13,3	40,2	1	7,0
78 Ucrânia	80,0	1,6	324	7,0	-	2,1	3,7	16,8	4,7	27,6	8,2	71,2	2	6,0
80 Maurícia	-	-	4	3,1	4,4	-	0,0	17,3	-9,8	26,4	15,2	48,3	1	-
81 Bósnia-Herzegovina	92,2	12,1	31	8,3	-	1,2	-	42,7	-1,1	0,9	9,8	41,7	0	6,0
82 Azerbaijão	98,2	1,7	47	5,4	-	4,7	34,5	11,3	0,0	35,2	8,2	57,6	0	4,0
83 São Vicente e Granadinas	-	-	0	1,8	4,7	-	0,0	68,5	5,5	-	9,0	25,6	0	-
84 Omã	100,0	0,0	46	17,3	11,1	7,1	-	0,0	0,0	86,6	8,5	5,9	5	6,0
85 Brasil	51,3	45,8	393	2,1	2,0	4,0	3,4	62,4	-9,6	0,7	10,0	31,3	1	8,0
85 Jamaica	83,7	16,3	12	4,5	1,4	0,7	0,6	31,1	-2,2	6,2	15,2	41,5	3	3,0
87 Arménia	68,4	6,7	6	1,8	-	1,3	1,0	9,3	-24,5	36,4	7,9	61,6	0	10,0
88 Santa Lúcia	-	-	0	2,3	3,4	-	-	77,0	7,3	-	9,4	18,0	6	-
89 Equador	86,7	12,4	27	1,9	2,6	1,7	12,9	35,6	-28,6	3,6	12,7	30,3	1	2,0
90 Turquia	89,9	10,2	284	4,0	3,2	1,4	0,4	14,7	17,1	18,8	15,3	50,6	0	5,0
91 Colômbia	75,2	25,1	68	1,5	0,3	1,8	7,8	54,5	-3,2	0,6	11,5	38,3	4	2,0
92 Sri Lanca	45,3	54,7	12	0,6	1,8	0,6	0,3	28,8	-20,9	24,5	17,8	41,6	2	21,0
93 Argélia	99,8	0,2	111	3,2	2,9	1,8	18,1	0,6	-10,5	52,7	12,2	17,4	4	29,0
94 Tunísia	85,7	14,2	25	2,4	3,2	1,0	5,1	6,5	56,5	61,7	11,2	63,0	0	37,0
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO														
95 Tonga	-	-	0	1,7	4,6	-	0,0	12,5	0,0	-	8,5	43,1	0	-
96 Belize	-	-	0	1,3	0,7	-	0,0	61,1	-12,2	0,8	6,4	6,7	13	1,0
96 República Dominicana	76,6	23,4	22	2,2	3,1	0,9	0,2	40,8	0,0	16,6	16,1	51,1	9	7,0
96 Fiji, Ilhas	-	-	1	1,5	1,0	-	0,0	55,5	6,4	0,3	13,1	22,9	8	-
96 Samoa	-	-	0	0,9	3,9	-	0,3	60,4	31,5	-	10,8	23,7	5	-
100 Jordânia	98,0	1,8	21	3,7	3,4	0,5	1,0	1,1	0,0	99,4	9,1	11,5	0	22,0
101 China, República Popular da	87,4	11,9	7.032	5,3	4,7	1,5	5,1	21,9	31,6	19,5	12,1	56,2	1	9,0
102 Turquemenistão	100,7	0,0	48	9,7	-	6,7	-	8,8	0,0	100,8	8,4	69,4	-	11,0
103 Tailândia	79,4	20,5	286	4,2	6,3	1,6	2,4	37,1	-3,0	13,1	12,5	38,7	2	17,0
104 Maldivas	-	-	1	3,0	-	-	0,0	3,0	0,0	15,7	9,1	26,7	0	-
105 Suriname	-	-	2	4,7	0,2	-	-	94,6	-0,1	0,5	3,5	0,5	2	-
106 Gabão	33,9	66,1	2	1,7	-2,2	6,4	33,1	85,4	0,0	0,1	5,9	19,9	0	-
107 El Salvador	37,8	62,0	6	1,0	2,6	0,8	0,4	13,9	-23,9	5,5	3,8	74,5	7	6,0
108 Bolívia, Estado Plurinacional da	79,1	20,9	13	1,3	2,2	4,9	12,3	52,7	-8,9	0,3	4,7	34,1	5	2,0
108 Mongólia	96,4	3,2	11	4,1	1,6	3,7	32,3	7,0	-13,1	1,4	6,4	74,5	4	31,0
110 Palestina, Estado da	-	-	2	0,5	-	-	-	1,5	1,0	49,9	6,2	61,0	0	-
111 Paraguai	28,5	153,2	4	0,7	2,1	4,1	0,0	44,3	-16,9	0,1	3,9	52,6	0	1,0
112 Egito	96,3	3,8	210	2,7	4,0	0,9	7,1	0,1	59,1	119,0	8,9	3,7	0	25,0
113 Moldávia, República da	91,3	3,1	5	1,3	-	1,1	0,2	11,7	21,0	16,4	6,7	75,2	1	22,0
114 Filipinas	57,0	43,0	83	0,9	0,7	0,8	2,1	25,7	16,7	17,0	16,8	40,1	9	2,0
114 Usbequistão	98,4	1,6	125	4,6	-	1,9	19,2	7,7	7,6	118,3	7,9	62,6	0	27,0

TABELA 13 AMBIENTE

Classificação do IDH	ABASTECIMENTO DE ENERGIA PRIMÁRIA		EMISSIONES				RECURSOS NATURAIS					IMPACTOS		
	Combustíveis fósseis	Renováveis	Dióxido de carbono		Gases com efeito de estufa		Esgotamento de recursos naturais	Área florestal		Retiradas de água doce	Espécies ameaçadas	Terras agrícolas	Número de mortes devidas a catástrofes naturais	População que vive em terras degradadas
			Total	Per capita	Per capita	Per capita		(% do RNB)	(% de área de terreno)					
	(% do total)	(% do total)	(megatoneladas)	(toneladas)	média anual do crescimento %	(toneladas de equivalente dióxido de carbono)	(% do RNB)	(% de área de terreno)	(% de mudança)	(% de recursos hídricos renováveis totais)	(% de todas as espécies)	(% de área de terreno)	(média anual por milhão de pessoas)	(%)
2009	2009	2008	2008	1970/2008	2005	2010	2010	1990/2010	2003-2012*	2011	2009	2005/2011	2010	
116 Síria, República Árabe da	99,3	0,7	72	3,6	3,3	0,9	11,9	2,7	32,0	99,8	10,9	75,7	1	33,0
117 Micronésia, Estados Federados da	-	-	0	0,6	-	-	-	91,7	0,9	-	13,7	31,4	45	-
118 Guiana	-	-	2	2,0	-0,2	-	6,0	77,2	0,0	0,7	3,8	8,5	4	-
119 Botsuana	64,3	23,6	5	2,5	-	4,1	3,4	20,0	-17,3	1,6	2,0	45,6	0	22,0
120 Honduras	50,3	49,8	9	1,2	2,2	1,2	0,5	46,4	-36,2	1,2	8,3	28,5	4	15,0
121 Indonésia	65,6	34,4	406	1,7	4,7	1,5	6,6	52,1	-20,3	5,6	14,3	29,6	2	3,0
121 Quiribati	-	-	0	0,3	-1,0	-	-	15,0	0,0	-	12,4	42,0	0	-
121 África do Sul	87,8	10,0	436	8,9	0,7	1,9	6,1	7,6	0,0	25,0	14,1	81,7	1	17,0
124 Vanuatu	-	-	0	0,4	-0,4	-	0,0	36,1	0,0	-	12,0	15,3	0	-
125 Quirguizistão	72,5	28,4	6	1,2	-	1,0	6,9	5,0	14,0	43,7	5,9	55,4	2	10,0
125 Tajiquistão	41,2	58,6	3	0,5	-	0,9	0,8	2,9	0,5	74,8	6,4	33,9	3	10,0
127 Vietname	56,2	43,3	127	1,5	2,2	1,3	9,4	44,5	47,4	9,3	12,1	33,1	3	8,0
128 Namíbia	70,5	19,2	4	1,8	-	4,4	0,7	8,9	-16,8	1,7	5,6	47,1	7	28,0
129 Nicarágua	44,7	55,3	4	0,8	0,7	1,7	1,6	25,7	-31,0	0,7	4,8	42,8	7	14,0
130 Marrocos	92,5	4,9	48	1,5	3,1	0,5	1,6	11,5	1,6	43,4	15,2	67,3	1	39,0
131 Iraque	97,6	0,9	103	3,4	0,9	0,7	45,7	1,9	2,6	87,3	8,2	20,1	0	5,0
132 Cabo Verde	-	-	0	0,6	4,2	-	0,1	21,1	47,3	6,8	12,5	21,8	0	-
133 Guatemala	46,1	53,9	12	0,9	1,9	1,1	1,7	33,7	-23,0	2,6	9,3	41,0	14	9,0
134 Timor-Leste	-	-	0	0,2	-	-	-	49,9	-23,2	-	5,2	25,2	1	-
135 Gana	24,3	76,2	9	0,4	0,5	0,6	8,0	21,7	-33,7	1,8	5,7	68,1	1	1,0
136 Guiné Equatorial	-	-	5	7,3	11,3	-	49,4	58,0	-12,6	0,1	6,4	10,9	-	-
136 Índia	73,0	26,1	1.743	1,5	3,8	0,7	4,4	23,0	7,0	39,8	14,0	60,5	2	10,0
138 Camboja	27,8	70,8	5	0,3	1,8	1,9	0,1	57,2	-22,0	0,5	12,1	31,5	1	39,0
138 Laos, República Democrática Popular do	-	-	2	0,3	0,5	-	8,3	68,2	-9,0	1,3	10,5	10,2	0	4,0
140 Butão	-	-	1	1,0	12,4	-	3,6	69,1	7,1	0,4	6,8	13,2	1	-
141 Suazilândia	-	-	1	1,1	0,7	-	0,1	32,7	19,3	23,1	2,7	71,0	0	-
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO														
142 Congo	44,2	53,1	2	0,5	0,4	2,7	59,6	65,6	-1,4	0,0	4,4	30,9	0	-
143 Ilhas Salomão	-	-	0	0,4	1,1	-	15,6	79,1	-4,8	-	14,8	3,0	4	-
144 São Tomé e Príncipe	-	-	0	0,8	3,7	-	0,8	28,1	0,0	0,3	14,9	58,3	-	-
145 Quênia	16,8	83,2	10	0,3	0,0	0,9	1,1	6,1	-6,5	8,9	8,4	48,1	2	31,0
146 Bangladesh	69,8	30,2	47	0,3	-	0,7	2,3	11,1	-3,5	2,9	8,6	70,3	6	11,0
146 Paquistão	61,8	37,4	163	1,0	2,3	1,1	2,8	2,2	-33,2	79,5	8,6	34,1	3	4,0
148 Angola	37,6	62,4	24	1,4	2,1	5,1	35,1	46,9	-4,1	0,4	4,6	46,8	2	3,0
149 Mianmar	27,7	72,3	13	0,3	1,1	2,2	-	48,3	-19,0	2,8	7,9	19,0	287	19,0
150 Camarões	30,9	69,1	5	0,3	3,0	1,6	4,8	42,1	-18,1	0,3	10,9	19,8	0	15,0
151 Madagáscar	-	-	2	0,1	-1,1	-	1,0	21,6	-8,3	4,4	21,0	70,2	5	-
152 Tanzânia, República Unida da	11,1	88,9	6	0,2	0,4	1,4	3,2	37,7	-19,4	5,4	12,3	40,1	0	25,0
153 Nigéria	14,7	85,3	96	0,6	1,4	1,1	22,0	9,9	-47,5	3,6	6,6	81,8	0	12,0
154 Senegal	57,8	41,8	5	0,4	0,7	1,0	0,8	44,0	-9,4	5,7	6,9	49,4	0	16,0
155 Maurítânia	-	-	2	0,6	1,2	-	34,3	0,2	-41,7	14,0	8,1	38,5	1	24,0
156 Papuásia - Nova Guiné	-	-	2	0,3	0,3	-	22,2	63,4	-8,9	0,0	11,4	2,5	4	-
157 Nepal	11,1	88,5	4	0,1	5,0	1,0	2,5	25,4	-24,5	4,7	6,1	29,6	6	2,0
158 Lesoto	-	-	-	-	-	-	1,0	1,4	10,0	1,7	3,0	77,0	0	64,0
159 Togo	14,4	83,4	1	0,2	1,7	0,8	3,4	5,3	-58,1	1,2	4,2	62,1	1	5,0
160 Iémen	98,7	1,3	23	1,0	2,5	0,5	14,5	1,0	0,0	168,6	9,3	44,4	2	32,0
161 Haiti	28,1	71,9	2	0,3	3,0	0,6	-	3,7	-12,9	8,6	19,4	66,8	65	15,0
161 Uganda	-	-	4	0,1	-0,6	-	4,5	15,2	-37,1	0,5	7,6	69,9	2	23,0
163 Zâmbia	7,6	92,2	2	0,2	-4,6	3,8	18,9	66,5	-6,3	1,7	3,3	31,5	1	5,0
164 Djibouti	-	-	1	0,6	-0,9	-	-	0,2	0,0	6,3	8,2	73,4	6	8,0
165 Gâmbia	-	-	0	0,3	2,3	-	0,8	48,0	8,6	0,9	4,9	66,5	1	18,0
166 Benim	40,4	57,4	4	0,5	4,3	0,9	0,3	41,2	-20,8	0,5	4,5	29,8	1	2,0
167 Ruanda	-	-	1	0,1	4,0	-	3,1	17,6	36,8	1,6	5,7	81,1	1	10,0
168 Costa do Marfim	23,5	76,9	7	0,4	-0,5	1,0	3,9	32,7	1,8	1,7	6,7	63,8	0	1,0
169 Comores	-	-	0	0,2	1,0	-	1,1	1,6	-75,0	0,8	11,7	83,3	0	-
170 Malauí	-	-	1	0,1	-0,4	-	1,8	34,4	-16,9	5,6	8,6	59,1	4	19,0
171 Sudão	30,2	69,8	14	0,3	0,1	3,0	12,9	29,4	-8,4	57,6	4,8	57,5	1	40,0

Classificação do IDH	ABASTECIMENTO DE ENERGIA PRIMÁRIA		EMISSIONES					RECURSOS NATURAIS					IMPACTOS	
	Combustíveis fósseis	Renováveis	Dióxido de carbono		Gases com efeito de estufa	Esgotamento de recursos naturais	Área florestal	Retiradas de água doce	Espécies ameaçadas	Terras agrícolas	Número de mortes devidas a catástrofes naturais	População que vive em terras degradadas		
			Total	Per capita									Per capita	Per capita
	(% do total)	(% do total)	(megatoneladas)	(toneladas)	(toneladas de equivalente dióxido de carbono)	(% do RNB)	(% de área de terreno)	(% de mudança)	(% de recursos hídricos renováveis totais)	(% de todas as espécies)	(% de área de terreno)	(média anual por milhão de pessoas)	(%)	
2009	2009	2008	2008	1970/2008	2005	2010	2010	1990/2010	2003-2012*	2011	2009	2005/2011	2010	
172 Zimbabuê	25,7	69,4	9	0,7	-2,0	1,3	2,7	40,4	-29,5	21,0	3,3	42,4	0	29,0
173 Etiópia	7,1	92,9	7	0,1	1,2	1,1	4,2	11,2	-18,6	4,6	6,7	35,0	2	72,0
174 Libéria	-	-	1	0,2	-4,6	-	6,4	44,9	-12,2	0,1	8,4	27,1	0	-
175 Afeganistão	-	-	1	0,0	-4,4	-	2,6	2,1	0,0	35,6	5,8	58,1	11	11,0
176 Guiné-Bissau	-	-	0	0,2	1,4	-	0,5	71,9	-8,8	0,6	5,7	58,0	1	1,0
177 Serra Leoa	-	-	1	0,2	-0,9	-	2,1	38,1	-12,6	0,3	6,5	47,7	3	-
178 Burundi	-	-	0	0,0	0,6	-	12,7	6,7	-40,5	2,3	4,5	83,7	2	19,0
178 Guiné	-	-	1	0,1	-0,7	-	14,3	26,6	-9,9	0,7	7,3	58,0	0	1,0
180 Centro-Africana, República	-	-	0	0,1	-1,6	-	0,0	36,3	-2,6	0,0	1,6	8,4	0	-
181 Eritreia	22,6	77,4	0	0,1	-	0,8	0,0	15,2	-5,5	9,2	7,4	75,2	0	59,0
182 Mali	-	-	1	0,0	0,5	-	9,8	10,2	-11,2	6,5	2,8	33,7	0	60,0
183 Burquina Faso	-	-	2	0,1	4,2	-	4,3	20,6	-17,5	7,9	2,7	43,7	0	73,0
184 Chade	-	-	0	0,0	0,8	-	29,0	9,2	-12,1	0,9	3,7	39,2	2	45,0
185 Moçambique	7,7	96,7	2	0,1	-2,9	1,1	3,3	49,6	-10,0	0,3	7,0	62,7	1	2,0
186 Congo, República Democrática do	3,7	96,6	3	0,0	-2,8	1,9	13,7	68,0	-3,9	0,0	6,4	9,9	0	-
186 Níger	-	-	1	0,1	0,5	-	2,4	1,0	-38,1	7,0	3,6	34,6	0	25,0
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS														
Coreia, República Popular Democrática da	81,7	0,7	78	3,2	-	1,0	-	47,1	-30,9	11,2	8,6	24,1	5	3,0
Marshall, Ilhas	-	-	0	1,9	-	-	-	70,2	0,0	-	11,0	72,2	0	-
Mónaco	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	-	6,8	-	-	-
Nauru	-	-	-	3,9	-	-	-	0,0	0,0	-	12,1	20,0	-	-
São Marino	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	-	0,0	16,7	-	-
Somália	-	-	1	0,1	0,5	-	-	10,8	-18,5	22,4	6,8	70,2	2	26,0
Sudão do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tuvalu	-	-	-	-	-	-	-	33,3	0,0	-	13,0	60,0	-	-
Agrupamentos por IDH														
Desenvolvimento humano muito elevado	81,0	7,5	12.643	11,4	-0,2	2,7	0,9	29,1	1,1	8,2	13,6	42,6	8	-
Desenvolvimento humano elevado	86,7	9,5	5.765	5,8	1,0	2,8	-	38,0	-4,1	2,8	11,4	26,5	7	8,4
Desenvolvimento humano médio	-	-	10.877	3,2	3,8	-	5,3	24,6	1,3	16,4	12,8	60,9	2	-
Desenvolvimento humano baixo	-	-	473	0,4	0,5	-	9,5	28,8	-10,6	4,4	7,6	45,8	14	20,2
Regiões														
Estados Árabes	96,7	3,1	1.509	4,6	1,1	1,5	-	7,1	-7,8	87,4	9,4	63,1	1	24,9
Ásia Oriental e Pacífico	-	-	8.255	4,3	4,5	-	-	29,4	2,1	-	12,5	44,9	9	-
Europa e Ásia Central	88,3	4,7	3.723	7,9	-	3,0	7,3	38,5	0,7	5,8	9,6	20,5	13	8,5
América Latina e Caraíbas	72,6	26,3	1.637	2,9	1,2	2,7	5,7	47,2	-8,9	1,5	11,5	37,5	3	5,4
Ásia do Sul	76,7	22,6	2.509	1,5	3,2	0,8	4,0	14,5	2,4	28,6	12,5	33,9	2	10,1
África subsariana	-	-	670	0,9	0,4	-	11,6	28,4	-10,2	1,6	7,5	54,7	1	25,0
Países menos desenvolvidos														
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	-	-	137	2,7	1,4	-	-	63,1	-3,5	-	14,9	3,3	16	-
Mundo	80,7	13,1	29.837	4,5	0,4	1,7	3,3	31,1	-3,3	7,3	11,7	38,6	6	10,6

NOTA

a Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.

DEFINIÇÕES

Combustíveis fósseis: Percentagem do abastecimento total de energia proveniente de recursos naturais formados por biomassa do passado geológico (como carvão, petróleo e gás natural).

Renováveis: Percentagem do abastecimento total de energia proveniente de processos naturais constantemente renovados, incluindo recursos solares, eólicos, geotérmicos, hidroelétricos, oceânicos e de biomassa, bem como alguns resíduos. A energia nuclear não está incluída.

Emissões de dióxido de carbono: Emissões de dióxido de carbono originadas pelo homem e decorrentes da queima de combustíveis fósseis e gás e da produção de cimento, incluindo o dióxido de carbono emitido pela biomassa florestal devido ao esgotamento das áreas de floresta.

Emissões de dióxido de carbono per capita: Emissões de dióxido de carbono, divididas pela população a meio do ano.

Emissões de gases com efeito de estufa per capita: Emissões de metano, óxido nítrico e outros gases com efeito de estufa, incluindo hidrofluorcarbonetos,

perfluorcarbonetos e hexafluoreto de enxofre, divididas pela população a meio do ano. Não são incluídas as emissões de dióxido de carbono.

Esgotamento de recursos naturais: Expressão monetária do esgotamento de energia, minerais e florestas, expressa como percentagem do rendimento nacional bruto (RNB).

Área florestal: Área de terra total com mais de 0,5 hectares, com árvores acima de 5 metros e um coberto florestal de mais de 10%, ou árvores capazes de atingirem esses limiares. Estão excluídas terras predominantemente sob utilização agrícola ou urbana, plantações de árvores em sistemas de produção agrícola (por exemplo, em pomares e em sistemas agrossilvopastorais) e árvores existentes em parques e jardins urbanos. Estão incluídas as áreas em reforestação que ainda não alcançaram - mas que se prevê que alcancem - um coberto florestal de mais de 10% e uma altura de árvores acima de 5 metros, por se encontrarem temporariamente desarborizadas em resultado da intervenção humana ou de causas naturais, mas que, em princípio, retornarão ao estado de floresta.

Retiradas de água doce: Total de água doce retirada num dado ano, expresso como percentagem do total de recursos hídricos renováveis.

Espécies ameaçadas: Percentagem de espécies animais (incluindo mamíferos, aves, répteis, anfíbios, peixes e invertebrados) classificadas como criticamente ameaçadas,

ameaçadas ou vulneráveis pela União Internacional para a Conservação da Natureza.

Terras agrícolas: Somatório de superfícies de terras aráveis (terrenos com culturas agrícolas temporárias; os terrenos multicultivados só contam uma vez), de prados temporários para corte ou pasto, de terras para venda e para hortas familiares, e de terrenos temporariamente em pousio (menos de 5 anos), expresso em percentagem da área total. Estão excluídos terrenos abandonados resultantes do cultivo itinerante.

Número de mortes devidas a catástrofes naturais: Número de pessoas confirmadas mortas e desaparecidas e presumidas mortas em resultado de uma catástrofe natural. As catástrofes naturais são classificadas como climatológicas, hidrológicas e meteorológicas, incluindo seca, temperaturas extremas, inundações, movimentos de terras, tempestades e incêndios.

População que vive em terras degradadas: Percentagem da população que vive em terras gravemente e muito gravemente degradadas. As estimativas de degradação da terra levam em conta a biomassa, a saúde do solo, a quantidade de água e a biodiversidade e o grau de gravidade.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1 e 2: Cálculos do GRDH baseados em dados sobre o abastecimento total de energia primária da AIE (2012).

Colunas 3 e 4: Banco Mundial (2012a).

Coluna 5 e 7: Cálculos do GRDH baseados em dados do Banco Mundial (2012a).

Coluna 6: Cálculos do GRDH baseados em dados do Banco Mundial (2012a) e do UNDESA (2011).

Colunas 8 e 9: Cálculos do GRDH baseados em dados sobre área terrestre florestal e total da FAO (2012).

Coluna 10: FAO (2011).

Coluna 11: IUCN (2012).

Coluna 12: Cálculos do GRDH baseados em dados da FAO (2012).

Coluna 13: CRED EM-DATA (2012) e UNDESA (2011).

Coluna 14: FAO (2012).

14 Tendências populacionais

Classificação do IDH	População														
	Total ^a		Crescimento anual		Urbana		Idade mediana		Rácio de dependência total		Taxa de fertilidade total		Rácio entre os sexos à nascença ^b		
	(milhões)		(%)		(% do total)		(anos)		(por 100 pessoas com idades entre 15-64)		(Nascimentos por mulher)		(Rapazes para raparigas nascidos)		
	2012	2030	2000/2005	2010/2015 ^{a,c}	2000	2012	2000	2010	2000	2012	2000	2012 ^{a,c}	2000 ^d	2012 ^e	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO															
1	Noruega	5,0 ^e	5,6 ^e	0,6 ^e	0,7 ^e	76,1	79,7	36,9	38,7	54,2	51,5	1,8	2,0	1,05	1,06
2	Austrália	22,9 ^f	27,8 ^f	1,3 ^f	1,3 ^f	87,2	89,4	35,4	36,9	49,6	49,3	1,7	2,0	1,06	1,06
3	Estados Unidos	315,8	361,7	1,0	0,9	79,1	82,6	35,3	36,9	51,0	50,7	2,0	2,1	1,05	1,05
4	Países Baixos	16,7	17,3	0,6	0,3	76,8	83,6	37,3	40,7	47,3	50,6	1,7	1,8	1,06	1,06
5	Alemanha	82,0	79,5	0,0	-0,2	73,1	74,1	39,9	44,3	47,0	51,7	1,3	1,4	1,06	1,06
6	Nova Zelândia	4,5	5,2	1,4	1,0	85,7	86,3	34,3	36,6	52,7	51,4	1,9	2,1	1,05	1,06
7	Irlanda	4,6	5,4	1,8	1,1	59,1	62,5	32,5	34,7	49,2	50,8	1,9	2,1	1,07	1,07
7	Suécia	9,5	10,4	0,4	0,6	84,0	85,4	39,4	40,7	55,3	55,5	1,6	1,9	1,06	1,06
9	Suíça	7,7	8,1	0,7	0,4	73,3	73,8	38,6	41,4	48,7	47,9	1,4	1,5	1,05	1,05
10	Japão	126,4	120,2	0,1	-0,1	78,6	91,9	41,3	44,7	46,6	59,6	1,3	1,4	1,06	1,06
11	Canadá	34,7	39,8	1,0	0,9	79,5	80,8	36,8	39,9	46,3	45,1	1,5	1,7	1,05	1,06
12	Coreia, República da	48,6	50,3	0,5	0,4	79,6	83,5	32,1	37,9	39,5	38,0	1,3	1,4	1,10	1,10
13	Hong Kong, China (RAE)	7,2	8,5	0,1	1,0	100,0	100,0	36,5	41,8	39,3	32,3	0,8	1,1	1,07	1,07
13	Islândia	0,3	0,4	1,1	1,2	92,4	93,8	32,8	34,8	53,5	49,6	2,0	2,1	1,04	1,05
15	Dinamarca	5,6	5,9	0,3	0,3	85,1	87,1	38,4	40,6	50,0	54,1	1,8	1,9	1,06	1,06
16	Israel	7,7	9,8	1,9	1,7	91,2	91,9	28,0	30,1	61,6	61,6	2,9	2,9	1,05	1,05
17	Bélgica	10,8	11,2	0,5	0,3	97,1	97,5	39,1	41,2	51,6	53,3	1,6	1,8	1,05	1,05
18	Áustria	8,4	8,6	0,6	0,2	65,8	67,9	38,2	41,8	48,0	48,1	1,4	1,3	1,06	1,06
18	Singapura	5,3	6,0	1,7	1,1	100,0	100,0	34,1	37,6	40,5	35,4	1,4	1,3	1,07	1,07
20	França	63,5	68,5	0,6	0,5	76,9	86,4	37,7	39,9	53,6	55,7	1,8	2,0	1,05	1,05
21	Finlândia	5,4	5,6	0,3	0,3	82,2	83,8	39,3	42,0	49,3	53,5	1,7	1,9	1,05	1,05
21	Eslovénia	2,0	2,1	0,2	0,2	50,8	49,8	38,0	41,7	42,7	45,0	1,2	1,5	1,05	1,05
23	Espanha	46,8 ^g	50,0 ^g	1,5 ^g	0,6 ^g	76,3	77,6	37,6	40,1	46,3	48,4	1,2	1,5	1,06	1,06
24	Listenstaine	0,0	0,0	1,1	0,8	15,1	14,3	-	-	-	-	-	-	-	-
25	Itália	61,0	60,9	0,6	0,2	67,2	68,5	40,2	43,2	48,3	53,8	1,2	1,5	1,06	1,06
26	Luxemburgo	0,5	0,6	1,0	1,4	83,8	85,7	37,3	38,9	49,1	46,1	1,7	1,7	1,06	1,06
26	Reino Unido	62,8	69,3	0,4	0,6	78,7	79,7	37,7	39,8	53,4	52,7	1,7	1,9	1,05	1,05
28	República Checa	10,6	10,8	0,0	0,3	74,0	73,4	37,4	39,4	43,7	42,9	1,1	1,5	1,06	1,06
29	Grécia	11,4	11,6	0,4	0,2	59,7	61,7	38,3	41,4	47,1	50,6	1,3	1,5	1,07	1,07
30	Brunei Darussalam	0,4	0,5	2,1	1,7	71,2	76,4	25,8	28,9	49,8	41,6	2,4	2,0	1,06	1,06
31	Chipre	1,1	1,3	1,8	1,1	68,6	70,7	31,8	34,2	48,4	41,4	1,7	1,5	1,07	1,07
32	Malta	0,4	0,4	0,6	0,3	92,4	95,0	36,1	39,5	46,6	42,1	1,6	1,3	1,06	1,06
33	Andorra	0,1	0,1	3,7	1,5	92,4	86,7	-	-	-	-	-	-	-	-
33	Estónia	1,3	1,3	-0,4	-0,1	69,4	69,5	37,9	39,7	49,8	50,0	1,3	1,7	1,06	1,06
35	Eslováquia	5,5	5,5	0,0	0,2	56,2	54,7	33,6	36,9	45,4	37,9	1,3	1,4	1,05	1,05
36	Qatar	1,9	2,4	6,6	2,9	96,3	98,9	30,3	31,6	38,4	18,3	3,1	2,2	1,05	1,04
37	Hungria	9,9	9,6	-0,2	-0,2	64,6	69,9	38,5	39,8	46,8	46,2	1,3	1,4	1,06	1,06
38	Barbados	0,3	0,3	0,2	0,2	38,3	44,9	33,6	37,5	50,3	40,0	1,6	1,6	1,04	1,04
39	Polónia	38,3	37,8	-0,1	0,0	61,7	60,8	35,3	38,0	46,3	40,5	1,3	1,4	1,06	1,06
40	Chile	17,4	19,5	1,1	0,9	85,9	89,4	28,8	32,1	54,0	45,2	2,1	1,8	1,04	1,04
41	Lituânia	3,3	3,1	-0,5	-0,4	67,0	67,2	35,9	39,3	51,2	44,9	1,3	1,5	1,06	1,05
41	Emiratos Árabes Unidos	8,1	10,5	5,9	2,2	80,2	84,7	28,1	30,1	36,3	20,9	2,6	1,7	1,05	1,05
43	Portugal	10,7	10,3	0,4	0,0	54,4	61,6	37,7	41,0	47,8	50,0	1,5	1,3	1,06	1,06
44	Letónia	2,2	2,1	-0,7	-0,4	68,1	67,7	38,1	40,2	49,9	47,3	1,2	1,5	1,05	1,06
45	Argentina	41,1	46,8	0,9	0,9	90,1	92,7	27,9	30,4	60,7	54,4	2,5	2,2	1,04	1,04
46	Seicheles	0,1	0,1	1,2	0,3	50,4	54,0	-	-	-	-	-	-	-	-
47	Croácia	4,4	4,2	-0,3	-0,2	55,6	58,1	39,1	41,5	48,4	47,9	1,4	1,5	1,06	1,06
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO															
48	Baráin	1,4	1,7	2,5	2,1	88,4	88,7	27,4	30,1	44,1	29,2	2,7	2,5	1,05	1,05
49	Bahamas	0,4	0,4	1,4	1,1	82,0	84,5	27,0	30,9	52,9	40,9	2,1	1,9	1,06	1,06
50	Bielorrússia	9,5	8,9	-0,5	-0,3	70,0	75,5	36,3	38,3	47,5	40,5	1,2	1,5	1,06	1,06
51	Uruguai	3,4	3,6	0,0	0,3	91,3	92,6	31,6	33,7	60,2	56,2	2,2	2,0	1,05	1,05
52	Montenegro	0,6	0,6	-0,2	0,1	58,5	63,5	33,5	35,9	47,1	46,5	1,8	1,6	1,08	1,08
52	Palau	0,0	0,0	0,8	0,8	70,0	85,1	-	-	-	-	-	-	-	-
54	Koweit	2,9	4,0	3,1	2,4	98,1	98,3	28,3	28,2	42,3	41,1	2,6	2,3	1,03	1,03
55	Federação Russa	142,7	136,4	-0,4	-0,1	73,4	74,0	36,5	37,9	44,1	39,8	1,2	1,5	1,06	1,06
56	Roménia	21,4	20,3	-0,4	-0,2	53,0	52,8	34,7	38,5	46,7	43,6	1,3	1,4	1,06	1,06
57	Bulgária	7,4	6,5	-0,7	-0,7	68,9	73,7	39,7	41,6	47,7	47,3	1,2	1,5	1,06	1,06
57	Arábia Saudita	28,7	38,5	3,6	2,1	79,8	82,5	20,9	25,9	72,5	49,0	4,0	2,7	1,03	1,03
59	Cuba	11,2	11,0	0,3	0,0	75,6	75,1	32,8	38,4	45,8	41,8	1,6	1,4	1,06	1,06

Classificação do IDH	População													
	Total ^a		Crescimento anual		Urbana		Idade mediana		Rácio de dependência total		Taxa de fertilidade total		Rácio entre os sexos à nascença ^b	
	(milhões)		(%)		(% do total)		(anos)		(por 100 pessoas com idades entre 15-64)		(Nascimentos por mulher)		(Rapazes para raparigas nascidos)	
	2012	2030	2000/2005	2010/2015 ^{a,c}	2000	2012	2000	2010	2000	2012	2000	2012 ^{a,c}	2000 ^d	2012 ^e
59 Panamá	3,6	4,5	1,8	1,5	65,8	75,9	24,8	27,3	59,6	54,3	2,7	2,4	1,05	1,05
61 México	116,1	135,4	1,3	1,1	74,7	78,4	23,4	26,6	62,5	53,5	2,6	2,2	1,05	1,05
62 Costa Rica	4,8	5,7	1,9	1,4	59,0	65,1	24,8	28,4	58,5	44,5	2,4	1,8	1,05	1,05
63 Granada	0,1	0,1	0,2	0,4	35,9	39,5	21,8	25,0	74,9	51,9	2,6	2,2	1,05	1,05
64 Líbia	6,5	7,8	2,0	0,8	76,3	77,9	21,9	25,9	55,6	55,0	3,1	2,4	1,06	1,06
64 Malásia	29,3	37,3	2,2	1,6	62,0	73,5	23,8	26,0	59,1	52,8	3,1	2,6	1,06	1,06
64 Sérvia	9,8 ^h	9,5 ^h	-0,6 ^h	-0,1 ^h	53,0	56,7	35,7	37,6	50,5	46,7	1,7	1,6	1,08	1,08
67 Antígua e Barbuda	0,1	0,1	1,6	1,0	32,1	29,8	-	-	-	-	-	-	-	-
67 Trindade e Tobago	1,4	1,4	0,4	0,3	10,8	14,0	26,9	30,8	47,3	38,6	1,6	1,6	1,04	1,04
69 Cazaquistão	16,4	18,9	0,3	1,0	55,7	53,5	27,7	29,0	52,6	47,2	1,9	2,5	1,07	1,07
70 Albânia	3,2	3,3	0,5	0,3	41,7	54,5	27,4	30,0	59,6	46,1	2,2	1,5	1,07	1,07
71 Venezuela, República Bolivariana da	29,9	37,0	1,8	1,5	89,9	93,7	23,3	26,1	62,0	53,3	2,8	2,4	1,05	1,05
72 Dominica	0,1	0,1	-0,2	0,0	67,2	67,2	-	-	-	-	-	-	-	-
72 Geórgia	4,3	3,8	-1,2	-0,6	52,6	52,9	34,4	37,3	52,5	44,8	1,6	1,5	1,11	1,11
72 Líbano	4,3	4,7	1,6	0,7	86,0	87,4	25,6	29,1	59,4	45,1	2,4	1,8	1,05	1,05
72 São Cristóvão e Nevis	0,1	0,1	1,3	1,2	32,8	32,0	-	-	-	-	-	-	-	-
76 Irão, República Islâmica do	75,6	84,4	1,3	1,0	64,0	69,2	20,8	27,1	65,2	38,7	2,2	1,6	1,05	1,05
77 Peru	29,7	35,5	1,3	1,1	73,0	77,6	23,0	25,6	63,8	54,9	2,9	2,4	1,05	1,05
78 Antiga República Jugoslava da Macedónia	2,1	2,0	0,3	0,1	59,4	59,4	32,5	35,9	47,7	41,2	1,7	1,4	1,08	1,08
78 Ucrânia	44,9	40,5	-0,8	-0,5	67,1	69,1	37,7	39,3	46,0	42,8	1,1	1,5	1,06	1,06
80 Maurícia	1,3	1,4	1,0	0,5	42,7	41,8	28,6	32,4	48,0	39,6	2,0	1,6	1,04	1,04
81 Bósnia-Herzegovina	3,7	3,5	0,5	-0,2	43,0	48,8	35,1	39,4	44,5	40,5	1,4	1,1	1,07	1,07
82 Azerbaijão	9,4	10,8	1,1	1,2	51,4	53,9	25,6	29,5	58,1	38,3	2,0	2,2	1,17	1,15
83 São Vicente e Granadinas	0,1	0,1	0,2	0,0	45,2	49,7	24,2	27,9	62,3	48,3	2,4	2,0	1,03	1,03
84 Omã	2,9	3,6	1,4	1,9	71,6	73,7	21,0	25,3	64,5	42,8	3,6	2,2	1,05	1,05
85 Brasil	198,4	220,5	1,3	0,8	81,2	84,9	25,4	29,1	54,0	46,8	2,4	1,8	1,05	1,05
85 Jamaica	2,8	2,8	0,8	0,4	51,8	52,1	24,5	27,0	67,0	55,9	2,6	2,3	1,05	1,05
87 Arménia	3,1	3,1	-0,1	0,3	64,7	64,1	30,3	32,1	55,9	45,3	1,7	1,7	1,18	1,14
88 Santa Lúcia	0,2	0,2	1,0	1,0	28,0	16,8	24,0	27,4	66,5	46,9	2,3	1,9	1,03	1,03
89 Equador	14,9	17,9	1,7	1,3	60,3	68,0	22,6	25,5	65,1	56,3	3,0	2,4	1,05	1,05
90 Turquia	74,5	86,7	1,4	1,1	64,7	72,5	24,5	28,3	56,0	46,8	2,4	2,0	1,05	1,05
91 Colômbia	47,6	56,9	1,6	1,3	72,1	75,6	23,8	26,8	60,1	51,5	2,6	2,3	1,05	1,05
92 Sri Lanca	21,2	23,1	1,1	0,8	15,7	15,2	27,8	30,7	48,9	50,6	2,2	2,3	1,04	1,04
93 Argélia	36,5	43,5	1,5	1,4	60,8	73,8	21,7	26,2	62,2	45,6	2,6	2,2	1,05	1,05
94 Tunísia	10,7	12,2	0,9	1,0	63,4	66,5	24,7	28,9	57,2	43,2	2,1	1,9	1,05	1,05
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO														
95 Tonga	0,1	0,1	0,6	0,4	23,0	23,5	19,9	21,3	78,9	76,1	4,3	3,8	1,05	1,05
96 Belize	0,3	0,4	2,3	2,0	47,7	44,5	18,8	21,8	83,4	60,8	3,6	2,7	1,03	1,03
96 República Dominicana	10,2	12,1	1,5	1,2	61,7	70,3	22,7	25,1	67,1	58,3	2,9	2,5	1,05	1,05
96 Fiji, Ilhas	0,9	1,0	0,3	0,8	47,9	52,6	22,1	26,4	62,6	51,7	3,1	2,6	1,06	1,06
96 Samoa	0,2	0,2	0,4	0,5	22,0	19,6	19,7	20,9	81,6	72,7	4,6	3,8	1,08	1,08
100 Jordânia	6,5	8,4	2,0	1,9	79,8	83,0	19,4	20,7	75,8	66,9	3,9	2,9	1,05	1,05
101 China, República Popular da	1.353,6 ^{ij}	1.393,1 ^{ij}	0,6 ^{ij}	0,4 ^{ij}	35,9 ^j	51,9	29,7	34,5	48,1	37,6	1,7	1,6	1,21	1,18
102 Turquemenistão	5,2	6,2	1,1	1,2	45,9	49,0	21,6	24,5	68,4	48,4	2,8	2,3	1,05	1,05
103 Tailândia	69,9	73,3	1,1	0,5	31,1	34,4	30,2	34,2	44,7	41,1	1,7	1,5	1,06	1,06
104 Maldivas	0,3	0,4	1,5	1,3	27,7	42,3	18,8	24,6	79,2	43,6	2,9	1,7	1,06	1,06
105 Suriname	0,5	0,6	1,3	0,9	64,9	70,1	25,7	27,6	57,1	52,3	2,7	2,3	1,08	1,08
106 Gabão	1,6	2,1	2,1	1,9	80,1	86,5	19,3	21,6	84,2	64,0	4,1	3,2	1,03	1,03
107 El Salvador	6,3	7,1	0,4	0,6	58,9	65,3	20,7	23,2	78,2	60,6	2,9	2,2	1,05	1,05
108 Bolívia, Estado Plurinacional da	10,2	13,4	1,9	1,6	61,8	67,2	20,0	21,7	78,1	66,9	4,1	3,2	1,05	1,05
108 Mongólia	2,8	3,5	1,1	1,5	57,1	69,5	21,8	25,4	63,9	46,8	2,2	2,5	1,03	1,03
110 Palestina, Estado da	4,3	6,8	2,1	2,8	72,0	74,6	16,2	18,1	98,7	79,5	5,4	4,3	1,05	1,05
111 Paraguai	6,7	8,7	2,0	1,7	55,3	62,5	20,4	23,1	74,0	61,4	3,7	2,9	1,05	1,05
112 Egito	84,0	106,5	1,9	1,7	42,8	43,6	21,4	24,4	67,9	57,2	3,3	2,7	1,05	1,05
113 Moldávia, República da	3,5	3,1	-1,7	-0,7	44,6	48,4	32,3	35,2	50,8	38,8	1,6	1,5	1,06	1,06
114 Filipinas	96,5	126,3	2,0	1,7	48,0	49,1	20,4	22,2	71,5	62,4	3,8	3,1	1,06	1,06
114 Usbequistão	28,1	33,4	0,9	1,1	37,4	36,2	20,9	24,2	71,4	48,7	2,7	2,3	1,05	1,05
116 Síria, República Árabe da	21,1	27,9	2,9	1,7	51,9	56,5	19,1	21,1	77,7	65,2	3,6	2,8	1,05	1,05
117 Micronésia, Estados Federados da	0,1	0,1	0,4	0,5	22,3	22,7	18,9	20,8	78,2	65,1	4,3	3,3	1,07	1,07
118 Guiana	0,8	0,8	0,4	0,2	28,7	28,4	23,0	23,8	66,7	55,8	2,5	2,2	1,05	1,05
119 Botsuana	2,1	2,3	1,3	1,1	53,2	62,3	20,0	22,9	69,5	56,7	3,4	2,6	1,03	1,03

TABELA 14 TENDÊNCIAS POPULACIONAIS

Classificação do IDH	População													
	Total ^a		Crescimento anual		Urbana		Idade mediana		Rácio de dependência total		Taxa de fertilidade total		Rácio entre os sexos à nascença ^b	
	(milhões)		(%)		(% do total)		(anos)		(por 100 pessoas com idades entre 15-64)		(Nascimentos por mulher)		(Rapazes para raparigas nascidos)	
	2012	2030	2000/2005	2010/2015 ^{a,c}	2000	2012	2000	2010	2000	2012	2000	2012 ^{a,c}	2000 ^d	2012 ^e
120 Honduras	7,9	10,7	2,0	2,0	45,5	52,7	18,4	21,0	86,0	66,9	4,0	3,0	1,05	1,05
121 Indonésia	244,8	279,7	1,3	1,0	42,0	51,5	24,4	27,8	54,7	47,3	2,5	2,1	1,05	1,05
121 Quiribati	0,1	0,1	1,8	1,5	43,0	44,0	-	-	-	-	-	-	-	-
121 África do Sul	50,7	54,7	1,3	0,5	56,9	62,4	22,9	24,9	59,6	52,9	2,9	2,4	1,03	1,03
124 Vanuatu	0,3	0,4	2,6	2,4	21,7	25,2	18,9	20,6	81,3	70,0	4,4	3,8	1,07	1,07
125 Quirguizistão	5,4	6,7	0,4	1,1	35,3	35,4	22,5	23,8	67,9	51,9	2,7	2,6	1,05	1,06
125 Tajiquistão	7,1	9,0	0,9	1,5	26,5	26,5	18,5	20,4	84,9	65,3	4,0	3,2	1,05	1,05
127 Vietname	89,7	101,5	1,1	1,0	24,4	31,7	23,8	28,2	60,5	40,9	2,0	1,8	1,05	1,05
128 Namíbia	2,4	3,0	1,9	1,7	32,4	39,0	19,5	21,2	77,6	64,8	4,0	3,1	1,03	1,03
129 Nicarágua	6,0	7,2	1,3	1,4	54,7	57,8	18,9	22,1	80,4	61,2	3,3	2,5	1,05	1,05
130 Marrocos	32,6	37,5	1,1	1,0	53,3	57,4	22,6	26,3	62,0	49,2	2,7	2,2	1,06	1,06
131 Iraque	33,7	55,3	2,7	3,1	67,8	66,4	18,0	18,3	89,5	84,3	5,3	4,6	1,07	1,07
132 Cabo Verde	0,5	0,6	1,6	0,9	53,4	63,4	18,5	22,8	88,9	55,8	3,7	2,3	1,03	1,03
133 Guatemala	15,1	22,7	2,5	2,5	45,1	50,2	17,7	18,9	92,4	82,4	4,8	3,9	1,05	1,05
134 Timor-Leste	1,2	2,0	3,9	2,9	24,3	28,7	15,3	16,6	106,8	93,0	7,1	6,0	1,05	1,05
135 Gana	25,5	36,5	2,4	2,3	44,0	52,6	19,1	20,5	79,9	73,0	4,7	4,0	1,06	1,06
136 Guiné Equatorial	0,7	1,1	3,1	2,7	38,8	39,6	19,5	20,3	85,9	72,0	5,8	5,0	1,03	1,03
136 Índia	1.258,4	1.523,5	1,6	1,3	27,7	31,6	22,7	25,1	63,8	53,8	3,1	2,6	1,08	1,08
138 Camboja	14,5	17,4	1,4	1,2	18,6	20,1	18,1	22,9	80,5	53,2	3,8	2,4	1,05	1,05
138 Laos, República Democrática Popular do	6,4	7,8	1,6	1,3	22,0	35,4	18,6	21,5	85,0	58,4	4,2	2,6	1,05	1,05
140 Butão	0,8	0,9	2,9	1,5	25,4	36,4	19,4	24,6	79,2	49,7	3,7	2,3	1,04	1,04
141 Suazilândia	1,2	1,5	0,8	1,4	22,6	21,2	17,2	19,5	90,8	69,4	4,2	3,2	1,03	1,03
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO														
142 Congo	4,2	6,2	2,4	2,2	58,7	64,1	18,9	19,6	82,7	79,3	4,9	4,5	1,03	1,03
143 Ilhas Salomão	0,6	0,8	2,8	2,5	15,8	20,9	18,8	19,9	80,6	74,1	4,7	4,1	1,09	1,09
144 São Tomé e Príncipe	0,2	0,2	1,6	2,0	53,4	63,4	17,8	19,3	88,3	75,8	4,6	3,5	1,03	1,03
145 Quênia	42,7	65,9	2,6	2,7	19,9	24,4	17,4	18,5	89,0	82,1	5,0	4,6	1,03	1,03
146 Bangladeche	152,4	181,9	1,6	1,3	23,6	28,9	20,8	24,2	70,4	53,0	3,1	2,2	1,05	1,05
146 Paquistão	180,0	234,4	1,9	1,8	33,1	36,5	19,0	21,7	82,8	63,4	4,5	3,2	1,05	1,05
148 Angola	20,2	30,8	3,4	2,7	49,0	60,0	16,1	16,6	100,5	93,9	6,8	5,2	1,03	1,03
149 Mianmar	48,7	54,3	0,6	0,8	27,2	33,2	24,7	28,2	55,2	43,0	2,4	2,0	1,03	1,03
150 Camarões	20,5	28,8	2,3	2,1	45,5	52,7	18,2	19,3	86,3	78,3	5,0	4,3	1,03	1,03
151 Madagáscar	21,9	35,3	3,0	2,8	27,1	33,2	17,4	18,2	93,8	83,7	5,5	4,5	1,02	1,03
152 Tanzânia, República Unida da	47,7	81,9	2,6	3,1	22,3	27,2	17,4	17,5	91,0	92,6	5,7	5,5	1,03	1,03
153 Nigéria	166,6	257,8	2,5	2,5	42,4	50,3	18,1	18,5	86,4	86,1	5,9	5,5	1,06	1,06
154 Senegal	13,1	20,0	2,7	2,6	40,3	42,8	17,0	17,8	92,1	84,3	5,5	4,7	1,03	1,03
155 Mauritânia	3,6	5,2	2,8	2,2	40,0	41,7	18,4	19,8	83,0	73,1	5,2	4,4	1,05	1,05
156 Papuásia - Nova Guiné	7,2	10,2	2,5	2,2	13,2	12,5	19,6	20,4	74,7	70,3	4,5	3,8	1,08	1,08
157 Nepal	31,0	39,9	2,2	1,7	13,4	17,3	19,2	21,4	80,5	64,1	4,1	2,6	1,05	1,05
158 Lesoto	2,2	2,6	1,0	1,0	20,0	28,3	18,6	20,3	84,1	69,1	4,1	3,1	1,03	1,03
159 Togo	6,3	8,7	2,4	2,0	32,9	38,5	18,0	19,7	86,4	73,6	5,1	3,9	1,02	1,02
160 Lémen	25,6	41,3	3,1	3,0	26,3	32,9	15,5	17,4	105,6	86,4	6,5	5,0	1,05	1,05
161 Haiti	10,3	12,5	1,6	1,3	35,6	54,8	19,1	21,5	79,2	65,5	4,3	3,2	1,05	1,05
161 Uganda	35,6	59,8	3,2	3,1	12,1	16,0	15,6	15,7	106,0	103,1	6,9	6,0	1,03	1,03
163 Zâmbia	13,9	24,5	2,3	3,0	34,8	39,6	17,1	16,7	93,2	99,0	6,1	6,3	1,03	1,03
164 Djibouti	0,9	1,3	2,0	1,9	76,5	77,1	18,9	21,4	78,8	62,8	4,8	3,6	1,04	1,04
165 Gâmbia	1,8	2,8	3,0	2,7	48,8	57,9	16,9	17,8	92,1	83,8	5,6	4,7	1,03	1,03
166 Benim	9,4	14,6	3,2	2,7	38,3	45,6	17,1	17,9	94,5	86,9	6,0	5,1	1,04	1,04
167 Ruanda	11,3	17,6	2,6	2,9	13,8	19,4	16,9	18,7	92,4	84,2	5,8	5,3	1,01	1,01
168 Costa do Marfim	20,6	29,8	1,7	2,2	43,5	52,0	18,7	19,2	81,6	79,3	5,2	4,3	1,02	1,02
169 Comores	0,8	1,2	2,7	2,5	28,1	28,1	18,5	18,9	79,2	82,8	5,3	4,8	1,05	1,05
170 Malaui	15,9	28,2	2,7	3,2	14,6	15,8	17,0	16,9	95,6	96,3	6,1	6,0	1,03	1,03
171 Sudão	35,0	50,8	2,3	2,4	32,5	33,3	18,6 ^k	19,7 ^k	83,7 ^k	76,0 ^k	5,5 ^k	-	1,05 ^k	1,05 ^k
172 Zimbabué	13,0	17,6	0,1	2,2	33,8	39,1	18,2	19,3	82,3	71,6	3,9	3,1	1,02	1,02
173 Etiópia	86,5	118,5	2,5	2,1	14,7	17,2	17,0	18,7	95,7	77,3	6,1	3,9	1,03	1,03
174 Libéria	4,2	6,5	2,2	2,6	44,3	48,5	17,9	18,2	85,9	86,0	5,8	5,1	1,06	1,06
175 Afeganistão	33,4	53,3	3,8	3,1	20,6	23,8	15,9	16,6	101,3	92,6	7,7	6,0	1,06	1,06
176 Guiné-Bissau	1,6	2,3	2,0	2,1	35,9	44,6	18,2	19,0	86,7	79,7	5,8	4,9	1,03	1,03
177 Serra Leoa	6,1	8,5	4,4	2,1	35,8	39,6	18,5	18,4	80,2	80,8	5,7	4,8	1,02	1,02
178 Burundi	8,7	11,4	2,6	1,9	8,2	11,2	16,7	20,2	96,5	67,7	5,8	4,1	1,03	1,03

Classificação do IDH	População													
	Total ^a		Crescimento anual		Urbana		Idade mediana		Rácio de dependência total		Taxa de fertilidade total		Rácio entre os sexos à nascença ^b	
	(milhões)		(%)		(% do total)		(anos)		(por 100 pessoas com idades entre 15-64)		(Nascimentos por mulher)		(Rapazes para raparigas nascidos)	
	2012	2030	2000/2005	2010/2015 ^{a,c}	2000	2012	2000	2010	2000	2012	2000	2012 ^{a,c}	2000 ^d	2012 ^e
178 Guiné	10,5	15,9	1,6	2,5	31,0	35,9	17,7	18,3	90,7	85,0	6,0	5,1	1,06	1,06
180 Centro-Africana, República	4,6	6,4	1,6	2,0	37,6	39,3	18,7	19,4	85,1	78,0	5,4	4,5	1,03	1,03
181 Eritreia	5,6	8,4	4,0	2,9	17,6	21,8	17,1	19,0	89,7	78,9	5,4	4,3	1,03	1,03
182 Mali	16,3	26,8	3,1	3,0	28,1	35,6	16,3	16,3	98,8	97,3	6,8	6,2	1,05	1,05
183 Burkina Faso	17,5	29,1	2,9	3,0	17,8	27,4	16,5	17,1	95,3	90,5	6,3	5,8	1,05	1,05
184 Chade	11,8	18,4	3,5	2,6	21,5	21,9	16,9	17,1	96,2	92,6	6,6	5,8	1,03	1,03
185 Moçambique	24,5	35,9	2,6	2,2	29,1	31,4	17,9	17,8	88,8	89,1	5,7	4,8	1,03	1,03
186 Congo, República Democrática do	69,6	106,0	2,9	2,6	29,3	34,8	16,0	16,7	102,6	94,0	6,9	5,5	1,03	1,03
186 Níger	16,6	30,8	3,5	3,5	16,2	18,1	15,8	15,5	102,3	104,8	7,5	7,0	1,05	1,05
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS														
Coreia, República Popular Democrática da	24,6	26,2	0,7	0,4	59,4	60,4	29,9	32,9	49,5	47,0	2,1	2,0	1,05	1,05
Marshall, Ilhas	0,1	0,1	0,0	1,6	68,4	72,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Mónaco	0,0	0,0	0,1	0,0	100,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Nauru	0,0	0,0	0,1	0,6	100,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-
São Marino	0,0	0,0	2,3	0,6	93,4	94,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Somália	9,8	16,4	2,4	2,6	33,2	38,2	18,0	17,5	88,3	91,0	6,5	6,3	1,03	1,03
Sudão do Sul	10,7	16,1	2,8 ^l	3,2 ^l	16,5	18,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Tuvalu	0,0	0,0	0,6	0,2	46,0	51,0
Agrupamentos por IDH														
Desenvolvimento humano muito elevado	1.134,3	1.216,9	0,7	0,5	77,0	81,2	36,8	39,3	49,1	50,3	1,6	1,8	1,05	1,06
Desenvolvimento humano elevado	1.039,2	1.150,1	0,9	0,8	70,1	74,1	27,6	30,4	54,7	46,4	2,2	1,9	1,05	1,05
Desenvolvimento humano médio	3.520,5	4.017,4	1,2	1,0	34,8	43,7	25,6	28,9	56,8	47,0	2,5	2,1	1,10	1,10
Desenvolvimento humano baixo	1.280,7	1.845,3	2,3	2,2	28,6	33,6	18,4	19,8	85,2	75,5	5,1	4,2	1,04	1,04
Regiões														
Estados Árabes	357,3	480,8	2,2	2,0	53,2	57,2	20,6	23,3	72,3	59,7	3,9	3,0	1,05	1,05
Ásia Oriental e Pacífico	1.991,4	2.135,3	0,8	0,6	36,7	49,7	28,1	32,3	50,8	40,9	2,0	1,8	1,14	1,12
Europa e Ásia Central	481,6	491,3	0,0	0,2	63,2	64,8	32,9	34,9	49,5	43,4	1,6	1,7	1,06	1,06
América Latina e Caraíbas	597,7	696,0	1,3	1,1	75,3	79,3	24,4	27,5	60,3	52,1	2,6	2,2	1,05	1,05
Ásia do Sul	1.753,0	2.141,8	1,6	1,4	29,0	32,9	22,0	24,6	66,7	54,6	3,3	2,6	1,07	1,07
África subsariana	852,5	1.284,0	2,5	2,5	32,0	37,0	17,8	18,5	88,6	83,4	5,6	4,8	1,04	1,04
Países menos desenvolvidos	870,4^T	1.256,8^T	2,2^T	2,2^T	24,3^T	28,9^T	18,3^T	19,7^T	85,5^T	75,5^T	5,1^T	4,1^T	1,04^T	1,04^T
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	53,8	63,8	1,3	1,1	48,2	52,6	24,0	26,6	64,6	57,3	3,1	2,7	1,06	1,06
Mundo	7.052,1^T	8.321,3^T	1,2^T	1,2^T	46,7^T	52,6^T	26,7^T	29,2^T	59,0^T	52,0^T	2,7^T	2,5^T	1,07^T	1,07^T

NOTAS

- a Projeções baseadas na variação da fertilidade média.
- b O rácio natural entre os sexos à nascença é habitualmente considerado e empiricamente confirmado como sendo de 105 crianças do sexo masculino para 100 crianças do sexo feminino.
- c Os dados correspondem à média anual dos valores previstos para 2010-2015.
- d Os dados representam estimativas anuais médias para 2000-2005.
- e Inclui o arquipélago de Svalbard e a ilha de Jan Mayen.
- f Inclui as ilhas Christmas, Cocos (Keeling) e Norfolk.
- g Inclui as ilhas Canárias, Ceuta e Melilha.
- h Inclui o Kosovo.

- i Inclui a Província de Taiwan, China, e exclui a Região Administrativa Especial de Hong Kong e a Região Administrativa Especial de Macau.
- j Exclui a Região Administrativa Especial de Hong Kong e a Região Administrativa Especial de Macau.
- k As estimativas apenas incluem o Sudão, excluindo o Sudão do Sul.
- l Cálculos do GRDH baseados em dados sobre a população do UNDESA (2012b).
- T Adicionado a partir da fonte original dos dados.

DEFINIÇÕES

População: População efetiva de um país, área ou região à data de 1 de julho.

Taxa de crescimento anual da população: Taxa média anual de crescimento exponencial para o período indicado.

População urbana: População que vive efetivamente, à data de 1 de julho, em áreas classificadas como urbanas de acordo com o critério utilizado por cada área ou país.

Idade Mediana: Idade que divide a distribuição da população em duas partes iguais, ou seja, 50% da população está acima dessa idade e 50% está abaixo.

Taxa de dependência total: Relação entre a soma da população com idades dos 0 aos 14 anos e dos 65

em diante e a população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Taxa de fertilidade total: Número de crianças que nasceriam a cada mulher se esta vivesse até ao final da sua idade fértil e gerasse crianças em cada idade de acordo com as taxas de fertilidade por idades prevalentes.

Rácio entre os sexos à nascença: Relação entre o número de nascimentos de crianças do sexo masculino e o número de nascimentos de crianças do sexo feminino.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1, 2, 13 e 14: UNDESA (2012b).

Colunas 3, 4, e 7-12: UNDESA (2011).

Colunas 5 e 6: UNDESA (2012a).

Regiões

Estados Árabes (20 países/territórios)

Arábia Saudita, Argélia, Barain, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Estado da Palestina, Iémen, Iraque, Jordânia, Koweit, Líbano, Líbia, Marrocos, Omã, Qatar, República Árabe da Síria, Somália, Sudão, Tunísia

Ásia Oriental e Pacífico (24 países)

Camboja, China, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Filipinas, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Indonésia, Quiribati, Malásia, Mianmar, Mongólia, Nauru, Palau, Papuásia-Nova Guiné, República Popular Democrática da Coreia, República Democrática Popular do Laos, Samoa, Tailândia, Timor-Leste, Tonga, Tuvalu, Vanuatu, Vietname

Europa e Ásia Central¹ (31 países)

Albânia, Antiga República Jugoslava da Macedónia, Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Cazaquistão, Chipre, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Federação Russa, Geórgia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Montenegro, Polónia, Quirguizistão, República Checa, República da Moldávia, Roménia, Sérvia, Tajiquistão, Turquemenistão, Turquia, Ucrânia, Uzbequistão

América Latina e Caraíbas (33 países)

Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Estado Plurinacional da Bolívia, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Bolivariana da Venezuela, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai

Ásia do Sul (9 países)

Afeganistão, Bangladeche, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão, República Islâmica do Irão, Sri Lanca

África Subsariana (46 países)

Angola, África do Sul, Benim, Botsuana, Burquina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Madagascar, Maláui, Mali, Maurícia, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República Unida da Tanzânia, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Seychelles, Suazilândia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabué

Nota: Os países incluídos nos agregados relativos aos Países Menos Desenvolvidos e Pequenos Estados Insulares em Vias de Desenvolvimento seguem as classificações da ONU, disponíveis em <http://www.unohrlls.org/>.

1. Países ex-socialistas da Europa e da Ásia Central que passaram por uma transformação política e económica desde 1989/1991, bem como Chipre, Malta e Turquia.

Referências estatísticas

- BAD (Banco Asiático de Desenvolvimento) 2012.** Asian Development Outlook 2012: www.adb.org/sites/default/files/pub/2012/ado2012.pdf. Acesso em 30 de abril de 2012.
- Aguna, C., e M. Kovacevic 2011.** "Incerteza e Análise de Sensibilidade do Índice de Desenvolvimento Humano". Human Development Research Paper 11. PNUD-GRDH, Nova Iorque. http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2010/papers/HDRP_2010_11.pdf.
- Alkire, S., A. Conconi, e J.M. Roche. 2012.** "Multidimensional Poverty Index 2012: Brief Methodological Note and Results." Universidade de Oxford, Departamento de Desenvolvimento Internacional, Oxford Poverty and Human Development Initiative, Oxford, UK.
- Alkire, S., J.M. Roche, M.E. Santos, w S. Seth. 2011.** "Multidimensional Poverty Index 2011: Brief Methodological Note." Universidade de Oxford, Departamento de Desenvolvimento Internacional, Oxford Poverty and Human Development Initiative, Oxford, UK. www.ophi.org.uk/multidimensionalpoverty-index-2011-brief-methodological-note/. Acesso em 15 de fevereiro de 2012.
- Alkire, S., e J. Foster. 2010.** "Designing the Inequality-Adjusted Human Development Index (IHDI)." Human Development Research Paper 2010/28. PNUD-GRDH, Nova Iorque. http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2010/papers/HDRP_2010_28.pdf.
- Anand, S., e A. Sen. 2000.** "The Income Component of the Human Development Index." *Journal of Human Development and Capabilities* 1(1): 83–106
- Athukorala, Prema-chandra. 2012.** "Asian Trade Flows: Trends, Patterns and Prospects." *Japan and the World Economy* 24: 150–62.
- Barro, R. J., e J. W. Lee. 2010.** A New Data Set of Educational Attainment in the World, 1950–2010. Documento de trabalho 15902. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research. www.nber.org/papers/w15902. Acesso em 15 de abril de 2012.
- . 2011. Base de dados sobre o nível acadêmico alcançado. www.barrolee.com. Acesso em 15 de abril de 2012.
- CRED EM-DAT (Centre for Research on the Epidemiology of Disasters). 2012.** The International Disaster Database. www.emdat.be. Acesso em 30 de março de 2012.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e as Caraíbas). 2012.** Preliminary Overview of the Economies of Latin America and the Caribbean. Santiago. www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/4/41974/P41974.xml&xsl=/. Acesso em 30 de abril de 2012.
- Eurostat. 2012.** "Estatística da União Europeia sobre Rendimento e Condições de Vida (EUSILC)." Bruxelas. http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/microdata/eu_silc. Acesso em 15 de abril de 2012.
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). 2011.** Base de dados AQUASTAT. www.fao.org/nr/water/aquastat/data. Acesso em 15 de abril de 2012.
- . 2012. Statistics Division Database. www.fao.org/corp/statistics/en/. Acesso em 15 de abril de 2012.
- Gallup. 2012.** Gallup World Poll database. <https://worldview.gallup.com>. Acesso em 30 de abril de 2012.
- Høyland, B., K. Moene, e F. Willumsen. 2011.** "The Tyranny of International Rankings." *Journal of Development Economics* 97(1): 1–14.
- ICF Macro. 2012.** Measure DHS (Demographic and Health Survey). www.measuredhs.com.
- AIE (Agência Internacional da Energia). 2012.** World Energy Outlook 2011. Paris. www.iea.org/weo/electricity.asp. Acesso em 30 de março de 2012.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho): 2012.** Key Indicators of the Labour Market. 7.ª Edição. Genebra. www.ilo.org/empelm/what/WCMS_114240/lang-en/index.htm. Acesso em 15 de outubro de 2012.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2012.** World Economic Outlook database, outubro de 2012. www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/index.aspx. Acesso em 15 de outubro de 2012.
- Grupo Interações para o Cálculo de Estimativas da Mortalidade Infantil. 2012.** Bases de dados sobre mortalidade infantil. www.childinfo.org/mortality_igme.html. Acesso em 15 de outubro de 2012.
- UPI (União Interparlamentar). 2012.** Base de dados PARLINE. www.ipu.org/wmn-e/classif.htm. Acesso em 15 de maio de 2012.
- UTI (União Internacional de Telecomunicações). 2012.** World Telecommunication/ICT Indicators database. www.itu.int/ITU-D/ict/statistics/. Acesso em 15 de outubro de 2012.
- UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais). 2012.** Lista vermelha de espécies ameaçadas de extinção da IUCN. Versão 2011.2. www.iucnredlist.org. Acesso em 15 de abril de 2012.
- LIS (Estudo sobre Rendimento do Luxemburgo). 2012.** "Luxembourg Income Study Project." www.lisproject.org/techdoc.htm. Acesso em 15 de maio de 2012.
- OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico). 2010.** Programa de avaliação internacional dos estudantes. www.oecd.org/edu/pisa/2009. Acesso em 30 de março de 2012.
- SIPRI (Instituto Internacional de Investigação da Paz de Estocolmo). 2012.** Base de dados sobre despesas militares SIPRI. www.sipri.org. Acesso em 30 de março de 2012.
- CNUCED (Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento). 2012.** Estatísticas. http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_referer=&sCS_ChosenLang=en. Acesso em 1 de maio de 2012.
- UNDESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas). 2011.** World Population Prospects: The 2010 Revision. Nova Iorque. <http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>. Acesso em 15 de abril de 2012.
- . 2012a. World Urbanization Prospects: The 2011 Revision. Nova Iorque. <http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>. Acesso em 30 de abril de 2012.
- . 2012b. Base de dados sobre a divisão da população. Indicadores detalhados. <http://esa.un.org/unpd/wpp/unpp/>. Acesso em 1 de maio de 2012.
- . 2012c. *World Economic Situation and Prospects: Mid-2012 Update*. Nova Iorque. www.un.org/en/development/desa/policy/wesps/. Acesso em 30 de abril de 2012.
- UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) - Instituto de Estatística. 2012.** Centro de Dados. <http://stats.uis.unesco.org>. Acesso em 15 de outubro de 2012.
- UNESCWA (Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental das Nações Unidas). 2012.** "Summary of the Survey of Economic and Social Developments in Western Asia, 2011–2012." Beirute. www.escwa.un.org/information/publications/edit/upload/E_ESCWA_EDGD_12_1_e.pdf. Acesso em 30 de março de 2012.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). 2012.** *The State of the World's Children 2012*. Nova Iorque. www.unicef.org/sowc2012/. Acesso em 30 de março de 2012.
- . 2012. Vários anos. Inquéritos de Grupo de Indicadores Múltiplos. Nova Iorque. www.unicef.org/statistics/index_24302.html. Acesso em 15 de outubro de 2012.
- UNODC (Gabinete das Nações Unidas para o Controle da Droga e a Prevenção do Crime). 2012.** *2011 Global Study on Homicide: Trends, Contexts, Data*. www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/Homicide/Globa_study_on_homicide_2011_web.pdf. Acesso em 30 de maio de 2012.
- UNSD (Divisão de Estatística das Nações Unidas). 2012a.** National Accounts Main Aggregate Database. <http://unstats.un.org/unsd/snaama>. Acesso em 1 de maio de 2012.
- . 2012b. International Merchandise Trade Statistics. Comtrade Database. <http://comtrade.un.org/>. Acesso em 15 de outubro de 2012.
- OMT NU (Organização Mundial do Turismo). 2012.** Compendium of Tourism Statistics database. <http://statistics.unwto.org/en/content/compendium-tourism-statistics>. Acesso em 30 de abril de 2012.
- OMS (Organização Mundial de Saúde). 2012a.** *World Health Statistics 2011*. Genebra. www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/EN_WHS2011_Full.pdf. Acesso em 30 de março de 2012.
- . 2012b. Observatório da Saúde Mundial. www.apps.who.int/ghodata. Acesso em 30 de março de 2012.
- . 2012c. Saúde Mental. www.who.int/mental_health/en. Acesso em 30 de abril de 2012.
- OMS (Organização Mundial de Saúde), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), UNFPA (Fundo das Nações Unidas para a População) e Banco Mundial. 2012.** "Trends in Estimates of Maternal Mortality Ratio." www.childinfo.org/maternal_mortality_ratio.php. Acesso em 15 de maio de 2012.
- OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual). 2012.** Estatísticas relativas à Propriedade Intelectual. wipo.int/ipstats/en/. Acesso em 22 de março de 2012.
- Banco Mundial. 2011.** *Migration and Remittances Factbook*. 2ª Edição. Washington, DC. <http://siteresources.worldbank.org/INTLAC/Resources/Factbook2011-Ebook.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2012.
- . 2012a. *World Development Indicators 2012*. Washington, DC. <http://data.worldbank.org>. Acesso em 15 de outubro.
- . 2012b. Base de Dados Internacional sobre Distribuição de Rendimentos. [Não disponível ao público]. 15 de abril de 2012.
- . 2012c. Correspondência a dados recolhidos em computadores pessoais. 15 de abril de 2012.

Anexo técnico: nota explicativa do exercício de projeção

No presente anexo técnico são sintetizados os dois modelos de projeção debatidos no capítulo 4.

Modelo de Lutz e K. C. (2013) de demografia, educação e desenvolvimento humano

Na projeção das tendências populacionais até 2050 é utilizado o modelo de Lutz e K. C. (2013). Este modelo assenta na premissa de que as tendências de crescimento populacional são afetadas pelos progressos qualitativos e quantitativos alcançados na área da educação. Na elaboração do Relatório recorreu-se a um corpo de dados referente à população de 120 países, devidamente desagregados por idade, género e níveis de escolarização.

A abordagem à modelização demográfica multiestados seguida por Lutz e K. C. foi desenvolvida na década de 1970 pelo Instituto Internacional de Análise de Sistemas Aplicados, na Áustria, e goza hoje de boa aceitação entre os peritos em questões demográficas. A ideia subjacente à projeção é simples: tomando por base o ano 2000 (o último de que há dados comparáveis à escala internacional relativos à maioria dos países) e partindo do princípio de que o nível de realização educativa dos indivíduos permanece inalterado após uma determinada idade, a proporção de mulheres do grupo etário 50-54 anos sem qualquer grau de educação formal em 2005 pode ser inferida diretamente da proporção de mulheres do grupo etário 45-49 anos sem qualquer grau de educação formal em 2000.

Atendendo a que a dimensão de uma coorte de nascimento só pode mudar ao longo do tempo, à medida que envelhece, por via da mortalidade ou da migração, os valores assim obtidos apenas seriam rigorosos se nenhum indivíduo ascendesse à categoria de “com instrução primária” após os 15 anos de idade e se a mortalidade e a migração não diferissem em função do nível de instrução. Todavia, dado que há um forte nexos entre o nível de instrução, por um lado, e a mortalidade, a fertilidade e os padrões de comportamento em matéria de migração, por outro, a abordagem em apreço carece de ser ajustada para correção desses efeitos. A dimensão de uma coorte de nascimento depende do nível de instrução das mulheres em idade fértil, campo em que tem sido tradicionalmente assinalada uma relação de proporcionalidade inversa. Na projeção dessas coortes, são aplicadas aos diversos escalões educacionais taxas de sobrevivência diferenciadas estabelecidas com base numa análise exaustiva da literatura existente e em exercícios de elaboração de modelos assentes nos dados históricos disponíveis.

Com efeito, a probabilidade de um indivíduo transitar de um nível de educação para o seguinte depende fortemente do grau de educação dos pais. Este mecanismo de hereditariedade educacional não é, porém, objeto de elaboração de modelos específicos aqui. Em lugar disso, os pressupostos em matéria de taxas de transição e sua evolução futura são derivados por via estatística do comportamento

global dos sistemas educativos no passado. Dado que a expansão destes é, em parte, resultado do mecanismo de hereditariedade - do facto de muitos pais desejarem que os seus filhos atinjam, no mínimo, o nível de instrução que eles próprios atingiram -, a hereditariedade é refletida implicitamente na projeção, apesar de não ser formalmente contemplada no modelo. Tal abordagem afigura-se-nos preferível, uma vez que os grandes agregados relativos aos padrões de crescimento dos sistemas educativos, passíveis de servirem de base a projeções para o futuro, são muito mais acessíveis que dados consistentes relativos ao microprocesso de transmissão da educação.

O processo seguido para cada país pode ser sintetizado do seguinte modo:

- É apurada a distribuição de referência da população por escalões etários de cinco anos, sexo e nível de escolaridade, referente ao ano 2000.
- A cada cinco anos, as coortes transitam para o escalão etário imediatamente superior.
- São aplicadas taxas de mortalidade específicas a cada subgrupo definido pela idade, sexo e nível de instrução e para cada período.
- São aplicadas taxas de transição específicas em função da idade e do género.
- O saldo líquido dos movimentos migratórios, devidamente estratificado por idade, sexo e nível de instrução é adicionado ou deduzido da população. Os pressupostos em matéria de migração adotados nas projeções aqui apresentadas são os utilizados pela ONU nas suas projeções demográficas, complementados por pressupostos adicionais relativos ao perfil educacional dos migrantes.
- São aplicadas taxas de fertilidade específicas a cada grupo definido pela idade, género e nível de educação, e a cada período, a fim de determinar a dimensão do novo grupo etário 0-5 anos.
- A nova distribuição da população por idade, sexo e nível de instrução é estabelecida, e os passos supracitados repetidos para o quinquénio seguinte.

A projeção visa gerar uma série de dados de distribuição da população por escalões etários de cinco anos (a partir dos 15 anos e até ao escalão máximo de 100 anos ou mais), por sexo e por quatro níveis de instrução no período de 50 anos que medeia entre 2000 (ano de base) e 2050, a intervalos quinquenais.

Modelo do Centro Pardee para os Futuros Internacionais (2012) relativo às perspetivas de desenvolvimento humano e aos cenários políticos

No presente Relatório é utilizado o Modelo Futuros Internacionais (FI) nas projeções a longo prazo em matéria de desenvolvimento

humano baseadas em questões de política estreitamente inter-relacionadas, incluindo o rendimento, saúde, educação, pobreza, género, transformação social (instabilidade e risco), e sustentabilidade ambiental. Para informações mais circunstanciadas sobre o desenvolvimento do modelo, ver Centro para os Futuros Internacionais (2013) e o sítio Web da Escola Korbel da Universidade de Denver (www.ifs.du.edu/introduction).

O Modelo Futuros Internacionais é um sistema integrado de construção de modelos a longo prazo em grande escala que articula submodelos demográficos, económicos, educacionais, de saúde, energéticos, agrícolas, sociopolíticos, infraestruturais, tecnológicos e ambientais de 183 países em interação no sistema global.

O modelo foi utilizado no *Relatório de Desenvolvimento Humano* de 2011 para projetar cenários de tendências ambientais a longo prazo e avaliar o seu impacto no desenvolvimento humano.

O conjunto dos elementos nucleares do modelo pertinentes em sede de análise do desenvolvimento humano inclui:

- Uma função de produção que estabelece parâmetros de produtividade em quatro grandes categorias: recursos humanos, capital social, capital material, e conhecimento.
- Um modelo populacional que integra 22 coortes idade-sexo numa estrutura que representa as alterações das taxas de fertilidade, com um modelo de saúde extensivo que computa a

mortalidade (e a morbilidade) imputável a 13 tipos de categorias de causas.

- Um modelo económico que visa o equilíbrio e abarca seis setores. Este modelo não pressupõe a consecução de um equilíbrio exato num determinado ano, antes usa as reservas como depósitos reguladores e como meio de fornecer, pela via dos preços, sinais tendentes a assegurar que o modelo convirja para o equilíbrio ao longo do tempo.
- Um modelo de educação que representa a educação formal nos níveis primário, secundário (com discriminação dos estudos do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e do secundário) e superior.
- Um modelo de saúde baseado tanto na Carga Global da Doença da Organização Mundial de Saúde, no que respeita às principais causas de morte e deficiência, como na respetiva abordagem de avaliação comparativa dos riscos (CRA), e que representa fatores determinantes na área da saúde, como a subnutrição, a obesidade e o tabagismo.
- Um modelo sociopolítico que representa a política orçamental expressa na tributação e nas decisões de realização de despesas e outras variáveis ligadas à governação, incluindo os níveis de corrupção e tipos de regime.

Recorre-se ainda a modelos de política internacional (centrados no comércio, investimento estrangeiro, transferências

TABELA A1

Doze conjuntos (clusters) de alavancas de intervenção para análise comparativa

Alavancas predominantemente nacionais	Alavancas predominantemente internacionais
1. Demografia Taxas de fertilidade Taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho	7. Capital social e governação Probabilidade de conflito interno Recursos públicos e corrupção Democracia e inclusão
2. Poupança e investimento Taxas de poupança e de investimento	8. Comércio Barreiras comerciais Fomento da exportação
3. Transferências internas Transferências para famílias sem qualificações	9. Investimento externo Investimento direto estrangeiro Fluxo de investimento em títulos
4. Capital humano Metas em matéria de participação no sistema de ensino e de despesa com a Educação Metas em matéria de despesa com a Saúde e de Fatores de risco para a saúde selecionados	Transferências das famílias Remessas
5. Capital infraestrutural Acesso a infraestruturas	11. Transferências intergovernamentais Ajuda externa Fluxos de fundos das Instituições Financeiras Internacionais
6. Capital de conhecimento Investigação e desenvolvimento	12. Tecnologia Modernização tecnológica

Fonte: Centro Pardee para os Futuros Internacionais (2013).

internacionais e modernização tecnológica), infraestruturas (com ênfase no nível de acesso a grandes sistemas de infraestruturas) e ambiente (com incidência na utilização dos recursos, como a terra e os recursos hídricos, e na emissão de carbono). Os modelos agrícola e energético são sistemas de equilíbrio parcial a nível físico cuja dinâmica determina a configuração da representação do setor financeiro no modelo económico.

A projeção identifica intervenções de política agressivas, mas razoáveis, com vista à construção de um cenário de progresso acelerado, que conjuga intervenções numa dúzia de frentes de iniciativa política (ver tabela A1), e analisa o seu impacto relativo nas previsões do cenário de caso básico. O custo da inação consiste na diferença de resultados entre os dois cenários. A definição do conceito de “agressivas, mas razoáveis” tem por base a análise do Centro Pardee para os Futuros Internacionais na série “Patterns of potential Human Progress” (Padrões potenciais de progresso humano) e assenta em funções transversais que relacionam a variável meta com o nível de desenvolvimento, tomando a própria função ou certo número de desvios-padrão superiores.

Cenário de caso básico

O cenário básico supõe uma ideia de continuidade dos padrões históricos (incluindo as políticas de desenvolvimento prosseguidas nas últimas décadas). Porém, o modelo, na complexidade da sua dinâmica – que integra um vasto leque de relações não lineares –, origina uma estrutura suscetível de gerar padrões futuros igualmente não lineares consideravelmente distintos das trajetórias históricas.

Cenário de progresso acelerado

No cenário de progresso acelerado, os recursos e a ambição das políticas são significativamente reforçados em relação ao de cenário base. Na tabela 2 figuram as opções e as metas (agressivas, mas razoáveis) para um doseamento adequado da intervenção nos planos da redução da pobreza, das infraestruturas e da governação, entre outros. As alterações são proporcionais aos valores subjacentes de cada país no cenário de caso básico, tendo por conseguinte em conta os diferentes quadros de partida e padrões nacionais.

TABELA A2

Metas para um doseamento adequado da intervenção no cenário de caso básico

Área de intervenção	No espaço de 10 anos	No espaço de 20 anos	No espaço de 30 anos	No espaço de 40 anos
Nível global				
Redução da pobreza	<ul style="list-style-type: none"> Duplicação do crédito concedido pelas Instituições Financeiras Internacionais Aumento do volume da ajuda externa prestada pelos países desenvolvidos em, pelo menos, 0,5% do PIB 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento de 30% do investimento direto estrangeiro Aumento de 50% dos fluxos de investimentos em títulos Aumento de 20% da despesa com investigação e desenvolvimento Aumento de 50% da migração 		
Infraestruturas ^a		<ul style="list-style-type: none"> Redução para metade ou para menos de 10% (conforme o objetivo mais próximo) da população rural que vive a mais de 2 quilómetros de distância de uma estrada transitável Universalização do acesso a energia elétrica Erradicação do consumo de combustíveis sólidos enquanto primeira fonte doméstica de para aquecimento e cozinha 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização da infraestrutura em 20% Universalização do acesso a condições melhoradas de abastecimento de água e saneamento (na sequência da redução para metade, até 2015, do número de pessoas privadas dessas condições em 1990) Universalização do acesso à telefonia móvel e a serviços de comunicações de banda larga 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis em 50%
Governança ^b	<ul style="list-style-type: none"> Redução da corrupção e elevação da eficiência da governação e da qualidade da regulação à escala global um erro padrão acima dos valores normais correspondentes ao nível de PIB per capita de cada país Elevação da aplicação de medidas de promoção da democratização e de capacitação de género um erro padrão acima dos valores normais correspondentes ao nível de PIB <i>per capita</i> de cada país 	<ul style="list-style-type: none"> Redução da corrupção em 30% na avaliação da organização Transparência Internacional 		
Níveis regional e interno ^c	<ul style="list-style-type: none"> Para os países em desenvolvimento, aumento da despesa de saúde em 20%, melhoria da eficiência da governação em 20% no índice de avaliação do Banco Mundial, aumento da liberdade económica em 20% na avaliação do Índice da Liberdade Económica do Instituto Fraser, e aumento em 0,2% da taxa de crescimento da produtividade de base tecnológica 	<ul style="list-style-type: none"> Redução da corrupção em 30% na avaliação da organização Transparência Internacional 		

a. Inclui os setores dos transportes, energia, água e saneamento, e tecnologia de informação e comunicação. As metas globais constituem um conjunto de metas normativas (como as aspirações inscritas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio) que, a ser atingido por todos os países envolvidos, se reveste de um caráter verdadeiramente universal (97,5% do planeta)

b. A governação é equacionada em três dimensões — segurança, capacidade, e inclusão. A dimensão de segurança é abordada na ótica de duas medidas, genericamente complementares, de aferição da probabilidade de eclosão de um conflito interno e vulnerabilidade ao conflito. A dimensão de capacidade é abordada sob o prisma da capacidade dos governos para mobilizar recursos (até 30% do PIB) e os aplicar de forma eficiente (tendo especialmente em vista baixos níveis de corrupção). A dimensão de inclusão é analisada na ótica da democraticidade das instituições e também de uma inclusão mais alargada, tal como aferidas pelo Índice de capacitação de género do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU.

c. As metas específicas regionais encontram-se disponíveis em Centro Pardee para os Futuros Internacionais (2013).

Classificação do IDH de 2012 e alteração na classificação de 2011 para 2012

Afganistão	175		Estados Federados da Micronésia	117		Namíbia	128	
África do Sul	121	1	Estados Unidos	3	-1	Nepal	157	
Albânia	70	-1	Estónia	33	1	Nicarágua	129	
Alemanha	5		Etiópia	173	-1	Niger	186	1
Andorra	33	-1	Federação Russa	55		Nigéria	153	1
Angola	148		Fiji, Ilhas	96	2	Noruega	1	
Antiga República Jugoslava da Macedónia	78	-2	Filipinas	114		Nova Zelândia	6	
Antígua e Barbuda	67	-1	Finlândia	21		Omã	84	-1
Arábia Saudita	57		França	20		Países Baixos	4	
Argélia	93	-1	Gabão	106		Palau	52	2
Argentina	45	-1	Gâmbia	165		Palestina, Estado da	110	1
Arménia	87	-1	Gana	135		Panamá	59	1
Austrália	2		Geórgia	72	3	Papuásia - Nova Guiné	156	
Áustria	18		Granada	63	-1	Paquistão	146	
Azerbaijão	82	-1	Grécia	29		Paraguai	111	-2
Bahamas	49		Guatemala	133		Peru	77	-1
Bangladeche	146	1	Guiana	118	1	Polónia	39	
Barain	48		Guiné	178	-1	Portugal	43	-3
Barbados	38		Guiné Equatorial	136		Qatar	36	
Bélgica	17		Guiné-Bissau	176		Quênia	145	
Belize	96		Haiti	161	1	Quirguizistão	125	
Benim	166		Honduras	120		Quiribati	121	
Bielorrússia	50	1	Hong Kong, China (RAE)	13	1	Reino Unido	26	
Bolívia, Estado Plurinacional da	108		Hungria	37		República Checa	28	
Bósnia-Herzegovina	81	-1	Íemen	160	-2	República Dominicana	96	2
Botsuana	119	-1	Ilhas Salomão	143		Roménia	56	-1
Brasil	85		Índia	136		Ruanda	167	
Brunei Darussalam	30		Indonésia	121	3	Samoa	96	
Bulgária	57		Irão, República Islâmica do	76	-2	Santa Lúcia	88	
Burquina Faso	183		Iraque	131	1	São Cristóvão e Nevis	72	-1
Burundi	178	-1	Irlanda	7		São Tomé e Príncipe	144	
Butão	140	1	Islândia	13		São Vicente e Granadinas	83	-2
Cabo Verde	132	-1	Israel	16		Seicheles	46	
Camarões	150		Itália	25		Senegal	154	-2
Camboja	138		Jamaica	85	-2	Serra Leoa	177	2
Canadá	11	-1	Japão	10		Sérvia	64	
Cazaquistão	69	-1	Jordânia	100		Singapura	18	
Centro-Africana, República	180	-1	Koweit	54	-1	Síria, República Árabe da	116	
Chade	184		Laos, República Democrática Popular do	138		Sri Lanca	92	
Chile	40		Lesoto	158	1	Suazilândia	141	-1
China, República Popular da	101		Letónia	44	1	Sudão	171	-1
Chipre	31		Líbano	72		Suécia	7	
Colômbia	91		Libéria	174		Suíça	9	
Comores	169	-1	Líbia	64	23	Suriname	105	
Congo	142		Listenstaine	24		Tailândia	103	1
Congo, República Democrática do	186		Lituânia	41	2	Tajiquistão	125	1
Coreia, República da	12		Luxemburgo	26		Tanzânia, República Unida da	152	1
Costa do Marfim	168	1	Madagáscar	151		Timor-Leste	134	
Costa Rica	62		Malásia	64	1	Togo	159	1
Croácia	47	-1	Malauí	170	1	Tonga	95	
Cuba	59		Maldivas	104	-1	Trinidade e Tobago	67	-1
Dinamarca	15		Mali	182	-1	Tunísia	94	
Djibouti	164		Malta	32	1	Turquemenistão	102	
Domínica	72		Marrocos	130		Turquia	90	
Egito	112		Maurícia	80	-1	Ucrânia	78	
El Salvador	107	-1	Mauritânia	155		Uganda	161	
Emiratos Árabes Unidos	41	-1	México	61		Uruguai	51	
Equador	89		Mianmar	149		Usbequistão	114	1
Eritreia	181	1	Moçambique	185		Vanuatu	124	-2
Eslováquia	35		Moldávia, República da	113		Venezuela, República Bolivariana da	71	-1
Eslovénia	21		Mongólia	108	2	Vietname	127	
Espanha	23		Montenegro	52	-2	Zâmbia	163	
						Zimbabué	172	1

Nota: Os valores positivos ou negativos na coluna mais à direita indicam o número de posições que o país subiu ou desceu na classificação ao longo do período 2011–2012, com base em dados e metodologias consistentes; a ausência de referência significa que não se verificou qualquer alteração.



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
One United Nations Plaza
New York, NY 10017
www.undp.org

USD 30
ISBN 978-92-1-126340-4



O século XXI tem sido palco de uma profunda mudança na dinâmica mundial, impulsionada pelas novas potências em rápido crescimento dos países em desenvolvimento. A China ultrapassou o Japão como segunda maior economia do mundo, retirando da pobreza centenas de milhões de pessoas. A Índia reformula hoje o seu futuro graças a uma nova criatividade empresarial e à inovação da sua política social. O Brasil eleva os seus padrões de vida através da expansão das suas relações internacionais e de programas de combate à pobreza, copiados em todo o mundo.

Contudo, a “Ascensão do Sul” é um fenómeno muito mais amplo. A Indonésia, o México, a África do Sul, a Tailândia, a Turquia e outros países em desenvolvimento passam a assumir um papel de protagonistas no cenário mundial. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2013 identifica mais de 40 países em desenvolvimento que, nas últimas décadas, apresentaram resultados mais positivos do que o esperado em matéria de desenvolvimento humano, tendo acelerado de forma notória o seu progresso ao longo dos últimos dez anos.

Cada um destes países possui a sua história única e escolheu o seu caminho próprio e distinto para o desenvolvimento.

No entanto, partilham características importantes e enfrentam um bom número de desafios comuns. Estão também progressivamente mais interligados e interdependentes. As populações de todo o mundo em desenvolvimento exigem, cada vez mais, ser ouvidas, partilhando ideias através dos novos canais de comunicação e procurando uma maior responsabilização dos governos e das instituições internacionais.

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2013 analisa as causas e consequências da contínua “Ascensão do Sul” e identifica políticas enraizadas nesta nova realidade, que possam promover um maior progresso em todo o mundo nas próximas décadas. O relatório exorta a uma representação muito mais significativa do Sul nos sistemas de governança global e indica possíveis novas fontes de financiamento para os bens públicos essenciais no seio do Sul. Apresentando novas perspetivas de análise e propostas claras para reformas políticas, o Relatório aponta um caminho que permitirá aos indivíduos de todas as regiões enfrentarem, em conjunto e de forma justa e eficaz, os desafios comuns suscitados pelo desenvolvimento humano.

“O Relatório renova a nossa compreensão do atual estado do desenvolvimento mundial e revela bem a riqueza dos ensinamentos transmitidos pelas experiências do rápido progresso verificado em matéria de desenvolvimento em numerosos países do Sul.”

—Helen Clark, Administradora do PNUD, do Prefácio

“A abordagem do desenvolvimento humano representa um progresso considerável no difícil exercício de compreensão dos êxitos e privações das vidas humanas e de reconhecimento da importância da reflexão e do diálogo, promovendo, dessa forma, a equidade e a justiça no mundo.”

—Amartya Sen, Galardoado com o Prémio Nobel, do capítulo 1

“Ninguém detém o monopólio das boas ideias, Nova Iorque continuará a aprender com as boas práticas de outras cidades e outros países.”

—Michael Bloomberg, Presidente da Câmara de Nova Iorque, do capítulo 3

“Um olhar mais atento sobre os diversos percursos trilhados pelos países em desenvolvimento que registaram êxitos enriquece o menu de opções políticas disponível para qualquer nação e região.”

—Khalid Malik, autor principal do Relatório, da Introdução